



**REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1954 — VOLUME I

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEIS DE JANEIRO A MARÇO

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1954**



# ÍNDICE

## DOS

### ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1954

	Págs.		Págs.
2 — Decreto Legislativo. Publicado no D. O. de 25 de março de 1954. ....	3	ria e Pensões, para prestação de assistência alimentar aos seus associados. — Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954. ....	5
3 — Decreto Legislativo. Publicado no D. O. de 24 de março de 1954. ....	3	2.159 — <i>Guerra — Fazenda</i> — Lei de 2 de janeiro de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender ao pagamento das primeiras despesas, inclusive concurso de projetos e prêmios, relativas à construção de um mausoléu para abrigar os restos mortais dos soldados expedicionários brasileiros. — Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954. ....	6
2.155 — <i>Trabalho</i> — Lei de 2 de janeiro de 1954. — Provê sobre a eleição dos Conselhos Fiscais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões. — Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1954. ....	3	2.160 — <i>Saúde — Fazenda</i> — Lei de 2 de janeiro de 1954 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à realização de estudos e medidas de combate à leishmaniose visceral (kalazar). — Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954. ....	6
2.156 — <i>Viação</i> — Lei de 2 de janeiro de 1954. — Dispõe sobre o transporte aéreo da correspondência postal no interior e exterior por empresas brasileiras e estrangeiras, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954. ....	4	2.161 — <i>Saúde</i> — Lei de 2 de janeiro de 1954. — Institui a Campanha Nacional contra a Esquistossomose, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954. ....	7
2.157 — <i>Agricultura — Fazenda</i> — Lei de 2 de janeiro de 1954. — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de Cr\$ 2.300.000,00, para atender ao pagamento das despesas com a realização, no Distrito Federal, da Conferência Mundial de Energia. — Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954. ....	5	2.162 — <i>Viação — Trabalho</i> — Lei de 4 de janeiro de 1954 — Determina que a vigilância	
2.158 — <i>Trabalho</i> — Lei de 2 de janeiro de 1954. — Determina a reserva de 3% sobre o valor das contribuições de previdência arrecadadas pelos Institutos e Caixas de Aposentado-			

	Págs.		Págs.
dos navios seja feita por profissionais matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo. — Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1954. ....	7	2.169 — Lei de 15 de janeiro de 1954 — Retifica a Lei de n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1953. — Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954. ....	14
2.163 — Agricultura — Justiça — Exterior — Fazenda — Lei de 5 de janeiro de 1954 — Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1954. ....	7	2.170 — Lei de 18 de janeiro de 1954. — Autoriza a Federação Nacional dos Odontologistas a instituir Caixas em benefício dos profissionais nela inscritos. — Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954. ....	18
2.164 — Fazenda — Lei de 5 de janeiro de 1954. — Abre os créditos de Cr\$ 560.000,00 ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — e o de Cr\$ 560.000,00 — Congresso Nacional — Senado Federal, para ocorrer às despesas com as Delegações dessas Casas Legislativas à 42.ª Conferência Interparlamentar. — Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1954. ....	9	2.171 — Lei de 18 de janeiro de 1954. — Dispõe sobre o ingresso na carreira de Diplomata. — Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954. ....	18
2.165 — Aeronáutica — Lei de 5 de janeiro de 1954 — Dispõe sobre o ensino superior no Instituto Tecnológico de Aeronáutica. — Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1954. ....	9	2.172 — Lei de 18 de janeiro de 1954. — Regula a situação dos sargentos do Exército, excluídos pelo art. 143, da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n.º 1.187, de 4 de abril de 1939), e posteriormente reincluídos. — Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954. ....	18
2.166 — Lei de 11 de janeiro de 1954. — Modifica os artigos 1.º e 2.º do Decreto-lei de número 7.103, de 30 de novembro de 1953, que concede auxílio à Associação Brasileira de Normas Técnicas. — Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954. ....	10	2.173 — Lei de 18 de janeiro de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr\$ 20.688,00, para pagamento da gratificação adicional ao médico Edmundo Bruzzi. — Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954. ....	19
2.167 — Lei de 11 de janeiro de 1954. — Determina a matrícula dos oficiais do Q.A.O., dos subtenentes e dos sargentos do Exército, diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia, no Curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército — Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954. ....	10	2.174 — Lei de 18 de janeiro de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 4.500.000,00, em reforço da Verba 3, do anexo n.º 19, do vigente Orçamento — (Lei de n.º 1.757, de 10 de novembro de 1952). — Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954. ....	19
2.168 — Justiça — Fazenda — Agricultura — Trabalho — Lei de 11 de janeiro de 1954. — Estabelece normas para instituição do Seguro Agrário. — Publicada no D. O. de 13 de janeiro de 1954. ....	11	2.175 — Lei de 18 de janeiro de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário os créditos suplementar de Cr\$ 274.554,00 e especial de Cr\$ 76.422,40, para pagamento de adicionais ao pessoal das Auditorias da Justiça Militar. — Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954. ....	19



	Págs.		Págs.
2.176 — Lei de 18 de janeiro de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 55.098.421,50 em reforço de dotações do Anexo n.º 19, da Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952. — Publicada no D. O. de 23 de janeiro de 1954. . . . .	20	2.182 — Lei de 9 de fevereiro de 1954 — Dá a garantia do Tesouro Nacional ao aval do Banco do Brasil S. A., nas promissórias de responsabilidade do Lóide Brasileiro Patrimônio Nacional. — Publicada no D. O. de 15 de fevereiro de 1954. . . . .	47
2.177 — <i>Fazenda</i> — Lei de 4 de fevereiro de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 173.000,00, para pagamento das pensões mensais devidas a Maria Edenia Cordovil Viana Machado e a seu filho menor Luiz Carlos, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 9 de fevereiro de 1954. . . . .	22	2.183 — Lei de 9 de fevereiro de 1954 — Cria Coletorias Federais nos Municípios de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro, e Ribeirão do Pinhal e Santa Mariana, Estado do Paraná, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 15 de fevereiro de 1954. . . . .	47
2.178 — <i>Fazenda</i> — Lei de 4 de fevereiro de 1954. — Autoriza o Tesouro Nacional a garantir empréstimo a ser contratado pela Companhia Siderúrgica Nacional, para ampliar as instalações industriais da Usina de Volta Redonda. — Publicada no D. O. de 9 de fevereiro de 1954. . . . .	22	2.184 — Lei de 9 de fevereiro de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.052,20, para pagamento de indenização devida a Zuccoli Despachos Marítimos y de Aduana. — Publicada no D. O. de 15 de fevereiro de 1954. . . . .	48
2.179 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Aeronáutica</i> — Lei de 4 de fevereiro de 1954 — Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, que enumera as bases ou portos militares de importância para a defesa externa do país, o Município de Salvador, no Estado da Bahia. — Publicada no D. O. de 9 de fevereiro de 1954. . . . .	23	2.185 — Lei de 11 de fevereiro de 1954. — Modifica a data de início da contagem do prazo para apresentação dos documentos e pedidos de regularização de posses de terrenos pertencentes ao domínio da União. — Publicada no D. O. de 15 de fevereiro de 1954. . . . .	48
2.180 — <i>Marinha</i> — Lei de 5 de fevereiro de 1954. — Dispõe sobre o Tribunal Marítimo. — Publicada no D. O. de 8 de fevereiro de 1954. . . . .	23	2.186 — Lei de 11 de fevereiro de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.756.869,20, para pagamento de gratificação adicional aos servidores do Tribunal de Contas. — Publicada no D. O. de 15 de fevereiro de 1954. . . . .	48
2.181 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 5 de fevereiro de 1954 — Altera o limite estipulado no art. 1.º, <i>in fine</i> , do Decreto-lei n.º 2.987, de 27 de janeiro de 1941. — Publicada no D. O. de 9 de fevereiro de 1954. . . . .	47	2.186-A — <i>Fazenda</i> — Lei de 13 de fevereiro de 1954. — Estende às empresas editoras ou impressoras de livros, os favores concedidos às empresas jornalísticas pela Lei n.º 1.386, de 18 de junho de 1951, que regula a importação de papel e outros materiais de consumo de imprensa. — Publicada no D. O. de 19 de fevereiro de 1954. . . . .	49

	Págs.		Págs.
2.187 — <i>Saúde — Fazenda — Lei de 16 de fevereiro de 1954 — Cria o Laboratório Central de Contrôlo de Drogas e Medicamentos, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1954. . . . .</i>	49	2.191 — <i>Lei de 5 de março de 1954. — Dispõe que o conserto de carga e descarga, nos portos organizados, será feito, com exclusividade, por profissionais matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo. — Publicada no D. O. de 18 de março de 1954. . . . .</i>	54
2.188 — <i>Justiça — Marinha — Guerra — Exterior — Fazenda — Vição — Agricultura — Educação — Trabalho — Aeronáutica — Saúde — Lei de 3 de março de 1954 — Altera os valores dos símbolos referentes ao pagamento de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas do Poder Executivo da União e dos Territórios, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 4 de março de 1954. . . . .</i>	52	2.192 — <i>Fazenda — Lei de 6 de março de 1954. — Dispõe sobre as contribuições para o Montepio civil. — Publicada no D. O. de 10 de março de 1954. . . . .</i>	54
2.189 — <i>Saúde — Lei de 3 de março de 1954 — Reorganiza os Cursos do Departamento Nacional da Criança (C. D. N. Cr.) e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 4 de março de 1954. — Retificada no D. O. de 17 de março de 1954. . . . .</i>	53	2.193 — <i>Fazenda — Lei de 9 de março de 1954 — Dispõe sobre a execução dos serviços a cargo da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional. — Publicada no D. O. de 11 de março de 1954. . . . .</i>	55
2.190 — <i>Lei de 5 de março de 1954. — Modifica o art. 7.º da Lei n.º 1.815, de 18 de fevereiro de 1953. — Publicada no D. O. de 18 de março de 1954. . . . .</i>	54	2.194 — <i>Lei de 19 de março de 1954. — Provê sobre a expedição e utilização de títulos eleitorais. — Publicada no D. O. de 25 de março de 1954. . . . .</i>	56
		2.195 — <i>De 31 de março de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a ampliar as concessões em vigor para exploração do serviço telegráfico interior, por empresas que possuem cabos submarinos ou subfluviais. — Ainda não foi publicado no Diário Oficial. . . . .</i>	56

## Índice do Apenso

	Págs.		Págs.
9 — <i>Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954. . . . .</i>	59	39 — <i>Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954. . . . .</i>	60
15 — <i>Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954. . . . .</i>	59	56 — <i>Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954. . . . .</i>	60
25 — <i>Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1954. . . . .</i>	59	80 — <i>Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954. . . . .</i>	61
38 — <i>Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954. . . . .</i>	60	81 — <i>Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954. . . . .</i>	61

Págs.	Págs.
82 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>D. O.</i> de 5 de fevereiro de 1954. ....	61
83 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>D. O.</i> de 5 de fevereiro de 1954. ....	61
92 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>D. O.</i> de 5 de fevereiro de 1954. ....	62
93 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>D. O.</i> de 5 de fevereiro de 1954. ....	62
94 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>D. O.</i> de 5 de fevereiro de 1954. ....	62
98 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>D. O.</i> de 6 de janeiro de 1954. ....	63
99 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>D. O.</i> de 6 de janeiro de 1954. ....	63
100 — Decreto Legislativo de 1953 — Publicado no <i>D. O.</i> de 6 de janeiro de 1954. ....	63
101 — <i>Aeronáutica</i> — Decreto Legislativo de 1953 — Publi- cado no <i>D. O.</i> de 21 de janei- ro de 1954. ....	63
20 — (*) Resolução de 1953. — Publicado no <i>D. O.</i> de 5 de fevereiro de 1954. ....	64
2.142 — Lei de 24 de dezem- bro de 1953 — Promulga dis- positivo do projeto que se transformou na Lei n.º 2.142, de 24 de dezembro de 1953, vetado pelo Presidente da Re- pública e mantido pelo Con- gresso Nacional. — Reprodu- zido no <i>D. O.</i> de 15 de feve- reiro de 1954. ....	64
2.146 — Lei de 29 de dezem- bro de 1953 — Manda aplicar aos Corretores, Câmaras Sin- dicaes, Juntas, Bólsas de Mer- cadorias e Caixas de Liquida- ção de todo o país, a legislação anteriormente decretada para o Distrito Federal, e dá outras providências — Publicada no <i>D. O.</i> de 5 de janeiro de 1954. ....	64
2.147 — Lei de 29 de dezembro de 1953 — Institui gratifica- ção de representação aos Pre- sidentes dos Tribunais Regio- nais do Trabalho — Publica- da no <i>D. O.</i> de 5 de janeiro de 1954. ....	65
2.148 — Lei de 29 de dezem- bro de 1953 — Concede a pen- são especial de Cr\$ 4.000,00 mensais, respectivamente, à viúva e filhas solteiras do Pro- fessor Arduino Fontes Bolívar, às viúvas dos Engenheiros e ex-Senadores José Matoso Sampaio Corrêa e Henrique de Novais e à órfã e neta do Marechal Floriano Peixoto. — Publicada no <i>D. O.</i> de 7 de janeiro de 1954. ....	66
2.149 — Lei de 29 de dezem- bro de 1953 — Dispõe sobre a impressão de todos os traba- lhos de autoria do inventor e grande descobridor patricio Alberto Santos Dumont. — Publicada no <i>D. O.</i> de 5 de janeiro de 1954. ....	66
EMENTARIO — Leis e decre- tos publicados nos volumes I e II de 1954, desta coleção, clas- sificados pela ordem alfabéti- ca dos assuntos. ....	67



Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no primeiro trimestre de 1954, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.



# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

## 1954

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 86, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte.

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 2, DE 1954

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a dar a adesão do Brasil à Convenção Internacional para a Marcação de Ovos no mercado internacional, celebrada em Bruxelas, na Bélgica, em 11 de dezembro de 1931.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de fevereiro de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

*Presidente do Senado Federal*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 3, de 1954

Art. 1.º E' mantida a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Wolney Frederico Dantas Hupsel, para desempenhar a função de engenheiro especializado em pesquisas tecnológicas, por desnecessária.

devido a desistência de uma das partes, determinando o arquivamento do processo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de março de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

*Presidente do Senado Federal*

LEI N.º 2.155 — DE 2  
DE JANEIRO DE 1954

*Provê sobre a eleição dos Conselhos Fiscais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os Conselhos Fiscais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões passarão a ser constituídos de 9 (nove) membros, sendo 4 (quatro) representantes de empregados, 4 (quatro) de empregadores, das atividades sujeitas ao regime dessas instituições, eleitos pelos respectivos sindicatos de classe, e 1 (um) nomeado pelo Presidente da República.

Art. 2.º O mandato dos conselheiros será de 4 (quatro) anos, a contar da posse conjunta, renovando-se, em cada biênio, por metade dos representantes eletivos.

Art. 3.º O Departamento Nacional da Previdência Social promoverá, dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da promulgação da presente Lei, a realização de eleições para a escolha dos membros classistas dos Conselhos Fiscais dos Institutos de Previdência Social, baixando, para tanto, com razoável antecedência, as instruções necessárias.

§ 1.º Nessa eleição, os 2 (dois) candidatos escolhidos com menor número de votos, em cada representação, terão a investidura limitada à metade do prazo previsto no artigo 2.º.

§ 2.º Se ocorrer empate na votação, prevalecerá para os 2 (dois) candidatos menos idosos o mandato de menor prazo.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Goulart

LEI N.º 2.156 — DE 2  
DE JANEIRO DE 1954

*Dispõe sobre o transporte aéreo da correspondência postal no interior e exterior por empresas brasileiras e estrangeiras, e dá outras providências.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O transporte aéreo da correspondência postal interior será confiado pelo Departamento dos Correios e Telégrafos exclusivamente às empresas brasileiras que executem linhas aéreas regulares, sem discriminação ou tratamento preferencial; e o da correspondência postal destinada ao exterior será confiado às empresas brasileiras e estrangeiras que executem

linhas aéreas regulares internacionais, observados os acordos, convenções e regulamentos internacionais em vigor no Brasil.

§ 1.º O critério de entrega das malas de correspondência postal interior às empresas será objeto de ato do Poder Executivo aprovando regulamentação a ser elaborada, em conjunto, pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e pela Diretoria de Aeronáutica Civil, dentro em 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação desta Lei.

§ 2.º No caso de tratamento preferencial na entrega de malas de correspondência postal destinada ao Brasil, a administração postal brasileira observará idêntico tratamento.

Art. 2.º Das importâncias cobradas de acordo com a tarifa geral dos Correios e Telégrafos pelo franquiamento da correspondência a expedir via aérea, ficarão em "Depósito" no Departamento dos Correios e Telégrafos as cotas de remuneração devidas às empresas transportadoras na conformidade do artigo 39, da Lei de número 493, de 23 de novembro de 1948, procedendo o mesmo Departamento à liquidação mensal das contas correspondentes a essas cotas de remuneração pelo transporte de correspondência postal efetuado por via aérea.

Parágrafo único. O julgamento dessas contas será feito pelo Tribunal de Contas nas mesmas condições em que é feito o das demais contas do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Art. 3.º O regime estabelecido no artigo 2.º entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao em que expirar o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da publicação desta Lei.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

José Américo de Almeida



LEI N.º 2.157 — DE 2  
DE JANEIRO DE 1954

*Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de Cr\$ 2.300.000,00, para atender ao pagamento das despesas com a realização, no Distrito Federal, da Conferência Mundial de Energia.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil cruzeiros), para atender ao pagamento das despesas com a realização, no Distrito Federal, em 1954, da Reunião Parcial da Conferência Mundial de Energia.

Art. 2.º A autoridade brasileira, que receber o crédito para execução das despesas, deverá prestar contas e recolher ao Tesouro Nacional o saldo apurado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.158 — DE 2  
DE JANEIRO DE 1954

*Determina a reserva de 3 % sobre o valor das contribuições de previdência arrecadadas pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, para prestação de assistência alimentar aos seus associados.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões reservarão 3 % (três por cento) sobre o valor das contribuições arrecadadas dos empregados e empregadores, para a prestação de assistência alimentar aos seus associados.

Art. 2.º O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) executará os serviços de assistência alimentar a que se refere o artigo anterior, mediante recolhimento, pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, da reserva efetuada para esse fim, sem prejuízo do recolhimento da contribuição instituída pelo Decreto-lei de número 7.719, de 9 de junho de 1945, para o custeio do SAPS.

§ 1.º O recolhimento da reserva a que se refere este artigo será feito na Conta "Assistência Alimentar" do Serviço de Alimentação da Previdência Social no Banco do Brasil, no Distrito Federal, ou por intermédio das Agência respectivas nos Estados, até o dia 15 do mês seguinte ao da arrecadação das contribuições de previdência.

§ 2.º Considera-se mês de arrecadação, para efeito deste artigo, aquele em que o Instituto ou Caixa tenha conhecimento da arrecadação ou escriptura o seu recebimento.

Art. 3.º Os serviços de fornecimento de refeições atualmente mantidos pelos Institutos e Caixas, passarão, mediante convênio firmado entre as partes interessadas, a ser executados pelo SAPS, incluindo-se o restaurante ou refeitório objeto do convênio no número dos restaurantes regários do SAPS, nos termos do artigo 2.º, do Decreto-lei de n.º 3.709, de 14 de outubro de 1941.

Art. 4.º A Delegação de Contrôlo do SAPS, competirá fiscalizar, diretamente, a aplicação das reservas recebidas dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social, para a prestação de assistência alimentar.

Art. 5.º O regime estabelecido na presente Lei vigorará até que se proceda à reforma do sistema da previdência social.

Art. 6.º Os reajustamentos nos preços das refeições para previdenciários deverão ser autorizados pela Delegação de Contrôlo, a requerimento do

Diretor Geral do SAPS dirigido ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e o deferimento só poderá ser dado se:

a) o limite máximo do preço da refeição apenas alcançar o custo dos gêneros alimentícios nela constante;

b) ficar provado que 80 % (oitenta por cento) dos gêneros foram adquiridos nas fontes de produção ou nos produtores;

c) em qualquer hipótese não for igualada ou ultrapassada a percentagem de alimentação do salário mínimo da região.

Art. 7.º O SAPS estudará um plano que permita a instalação dentro em 12 (doze) meses da publicação desta Lei, de pelo menos uma Delegacia em cada Capital dos Estados.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Goulart

LEI N.º 2.159 — DE 2  
DE JANEIRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender ao pagamento das primeiras despesas, inclusive concurso de projetos e prêmios relativos à construção de um mausoléu para abrigar os restos mortais dos soldados expedicionários brasileiros.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para atender ao pagamento das primeiras despesas, inclusive concurso de projetos e prêmios, relativas à construção de um mausoléu para

abrigar os restos mortais dos soldados expedicionários brasileiros sepultados no Cemitério Militar Brasileiro de Pistóia, Itália.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Cyrol do Espírito Santo  
Cardoso

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.160 — DE 2  
DE JANEIRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à realização de estudos e medidas de combate à leishmaniose visceral (kalazar).*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado à realização de estudos e medidas de combate à leishmaniose visceral (kalazar).

Art. 2.º O crédito de que trata esta Lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, que o depositará no Banco do Brasil, à disposição do Ministério da Saúde.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Miguel Couto Filho

Oswaldo Aranha

**LEI N.º 2.161 — DE 2  
DE JANEIRO DE 1954.**

*Institui a Campanha Nacional contra a Esquistossomose, e dá outras providências.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' instituída a Campanha Nacional contra a Esquistossomose, sob a orientação e fiscalização do Serviço Nacional de Malária, do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Art. 2.º O Diretor do Serviço Nacional de Malária submeterá à aprovação do Ministro de Estado o plano da Campanha, que será de âmbito nacional, dará preferência às regiões ou localidades de maior incidência de helmintose e objetivará medidas de profilaxia e assistência, pesquisa, educação e ensino.

Art. 3.º O Serviço Nacional de Malária poderá auxiliar ou cooperar, mediante convênio, com as instituições privadas ou oficiais que contiverem, em seus planos de trabalho, pesquisas, estudos ou atividades contra a esquistossomose, considerando-as órgãos da campanha.

Art. 4.º A aplicação dos recursos destinados à Campanha Nacional contra a Esquistossomose obedecerá ao mesmo regime financeiro estabelecido no Decreto-lei número 9.387, de 20 de junho de 1946, para a Campanha Nacional contra a Tuberculose.

Art. 5.º Os trabalhos de saneamento básico nos Municípios atingidos pela esquistossomose deverão ser submetidos à apreciação do Serviço Nacional de Malária.

§ 1.º Os projetos e execução de serviços de saneamento financiados pelo Governo Federal, nos Municípios atingidos, ficarão sob a responsabilidade direta do Serviço Nacional de Malária.

§ 2.º A manutenção e a exploração desses serviços de saneamento, quando entregues a administrações locais, estarão sujeitos à fiscalização do Serviço Nacional de Malária, a fim de garantir o satisfatório funcionamento daqueles serviços.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1954; 133.º da Independência e 68.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
*Miguel Couto Filho*

**LEI n.º 2.162 DE 4 DE JANEIRO DE 1954**

*Determina que a vigilância dos navios seja feita por profissionais matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A vigilância dos navios, bem como a do serviço de carga e descarga, será feita, nos portos organizados, por vigias portuários matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo, aplicando-se aos mesmos as disposições da Lei número 1.561, de 21 de fevereiro de 1952.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de janeiro de 1954; 133.º da Independência e 68.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
*José Americo de Almeida  
João Goulart*

**LEI N.º 2.163 DE 5 DE JANEIRO DE 1954**

*Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' criada, na forma do artigo 162 da Constituição, uma autarquia federal, denominada Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Art. 2.º O instituto é dotado de personalidade jurídica, tem sede no Distrito Federal e fica sob a jurisdição do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Cabe ao Instituto:

a) assistir e encaminhar os trabalhadores nacionais imigrantes de uma para outra região;

b) orientar e promover a seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes;

c) traçar e executar, direta e indiretamente, o programa nacional de colonização, tendo em vista a fixação de imigrantes e o maior acesso aos nacionais da pequena propriedade agrícola.

Art. 4.º O Instituto expedirá instruções aos órgãos federais que exercerem atribuições relacionadas com a imigração e colonização e decidirá, em grau de recurso, sobre a sua execução.

Art. 5.º O Instituto, para desempenho de seu objetivo, firmará acôrdo ou contratos com os Estados, Municípios ou entidades públicas e particulares, para execução de serviços de imigração e colonização.

Parágrafo Único. Poderá o Poder Executivo outorgar, ficando para isso autorizado, a garantia do Tesouro Nacional a empréstimo até um montante global de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), feitos segundo as condições do mercado.

Art. 6.º O Instituto terá anualmente, no Orçamento da União, uma dotação global não inferior a Cr\$ .... 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), durante 5 (cinco) anos, e disporá do produto dos bens que integrarem o seu patrimônio e da cobrança da taxa de imigração, além das doações, legados ou subvenções que receber de entidades públicas ou particulares.

Parágrafo Único. Da dotação anualmente recebida no Orçamento da União o Instituto prestará contas, na forma do que a legislação estabelece, para os demais órgãos do Ministério da Agricultura.

Art. 7.º São transferidos para o patrimônio do Instituto todos os imóveis e outros direitos que, pertencendo à União, se encontram atualmente sob a administração da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura e do Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 8.º O Instituto será administrado por uma Diretoria Executiva, assistida por um Conselho Consultivo e um Conselho Fiscal.

§ 1.º A Diretoria Executiva compor-se-á de um Presidente, um Diretor-técnico e um Diretor-tesoureiro, todos de livre escolha do Presidente da República,

§ 2.º O Conselho Consultivo, ao qual compete orientar e planejar a política do povoamento e colonização do território brasileiro, será composto de 8 (oito) membros, nomeados, em comissão, pelo Presidente da República, e dos quais sete indicados na seguinte forma: 2 (dois) pelo Ministério da Agricultura; 1 (um) pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores; 1 (um) pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; 1 (um) pelo Ministério das Relações Exteriores; 1 (um) pelo Banco do Brasil, quando houver criado a Carteira de Colonização e ainda 1 (um) pela Confederação Rural Brasileira, sendo esta última indicação, em lista triplíce, de pessoas conhecedoras de assuntos relacionados com a imigração, a colonização e o meio rural.

§ 3.º O Conselho Fiscal, ao qual competem as atribuições dos Conselhos fiscais nas sociedades por ações, será composto de 5 (cinco) membros, nomeados pelo Presidente da República, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, outro pelo Banco do Brasil, quando houver realizado financiamentos ou garantido empréstimos acima de Cr\$ 50.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) e outro pelos Estados e outras entidades de direito público, quando, em conjunto, hajam feito doações superiores a Cr\$ ..... 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros).

Art. 9.º O Instituto terá a organização e o pessoal necessário aos seus serviços de acôrdo com as normas e quadro aprovados em decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único. As atribuições e a remuneração do Presidente e dos membros do Conselho Consultivo constarão dêsse decreto.

Art. 10. O orçamento do Instituto será aprovado por decreto do Presidente da República, na segunda quinzena do mês de dezembro de cada ano.

Art. 11. O Instituto e seus serviços gozam de ampla isenção fiscal.

Art. 12. É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial até Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para instalação e funcionamento do Instituto.

Art. 13. O Poder Executivo expedirá, dentro em 60 (sessenta) dias, o regulamento que se fizer necessário à execução desta Lei.

Parágrafo Único. O regulamento estabelecera as bases da coordenação e cooperação entre os serviços de colonização do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e o Ministério da Agricultura.

Art. 14. São extintos o Conselho de Imigração e Colonização, o Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura cujas funções serão desempenhadas pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

§ 1.º O acervo e as dotações orçamentárias dos órgãos ora extintos são transferidos para o Instituto.

§ 2.º O pessoal dos órgãos extintos no Ministério da Agricultura e no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio terá opção para ser, quando possível, aproveitado no Instituto Nacional de Imigração e Colonização e ao do Conselho de Imigração e Colonização é assegurado a transferência para o mesmo Instituto, na situação jurídica em que se encontra cada funcionário.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de janeiro de 1954, 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

Tancredo de Almeida Neves

Vicente Ráo

Oswaldo Aranha

João Goulart

LEI N.º 2.164 DE 5 DE JANEIRO DE 1954

*Abre os créditos especiais de Cr.... 560.000,00 ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — e o de Cr\$ 560.000,00 — Congresso Nacional — Senado Federal, para ocorrer às despesas com as Delegações das Casas Legislativas à 42.ª Conferência Interparlamentar.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É aberto ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados —

o crédito especial de Cr\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil cruzeiros) para ocorrer às despesas com a Delegação da mesma Câmara à 42.ª Conferência Interparlamentar que se reuniu, no corrente ano, em Washington, Estados Unidos da América do Norte.

Art. 2.º. É também aberto ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito especial de Cr\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil cruzeiros), para ocorrer às despesas com a Delegação dessa Casa Legislativa à 42.ª Conferência Interparlamentar que se reuniu, no corrente ano, em Washington, Estados Unidos da América do Norte.

Art. 3.º. Os créditos de que trata a presente Lei serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas, dispensada a exigência do artigo 93 do Regulamento de Contabilidade Pública, e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de janeiro de 1954, 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.165 — DE 5 DE JANEIRO DE 1954

*Dispõe sobre o ensino superior no Instituto Tecnológico de Aeronáutica.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Instituto Tecnológico de Aeronáutica do Centro Técnico de Aeronáutica, com sede no município de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, é um estabelecimento de educação e ensino superior sob a jurisdição do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2.º O Instituto Tecnológico de Aeronáutica tem por objetivo:

a) ministrar o ensino e a educação necessários à formação de profissionais de nível superior, nas especializações de interesse para a aviação geral, e à Força Aérea Brasileira em particular.

b) manter cursos de extensão universitária, de pos-graduação e do doutorado.

c) promover, através da educação e da pesquisa, o progresso das ciências e das técnicas relacionadas com a aeronáutica.

Art. 3.º Os diplomas e certificados da habilitação expedidos pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica serão reconhecidos como oficialmente válidos, para todos os efeitos legais.

Parágrafo único. Os diplomas conferidos pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, serão registrados no Ministério da Aeronáutica.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de janeiro de 1954; 133.º da Independência e 86.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Nero Moura.

LEI N.º 2.166 — DE 11  
DE JANEIRO DE 1954

*Modifica os artigos 1.º e 2.º, do Decreto-lei de número 7.103, de 30 de novembro de 1944, que concede auxílio à Associação Brasileira de Normas Técnicas.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os artigos 1.º e 2.º, do Decreto-lei de número 7.103, de 30 de novembro de 1944, passam a ter a seguinte redação:

*"Art. 1.º É concedida à Associação Brasileira de Normas Técnicas (A. B. N. T.), a partir de 1.º de janeiro de 1952, a contribui-*

*ção de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) para elaboração de normas, especificações e métodos de ensaio de materiais necessários ao progresso da indústria nacional e, especialmente, tendo em vista as necessidades dos serviços públicos civis da União.*

*Art. 2.º A contribuição a que se refere o artigo anterior será paga por conta da dotação própria, para esse fim incluída no orçamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, na Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação II — Auxílios e Subvenções, Subconsignação 18 — Auxílios, 06 — Divisão de Edifícios Públicos."*

Art. 2.º No orçamento do Departamento Administrativo do Serviço Público para o ano de 1954, será feita, na verba correspondente, a alteração necessária para atender ao que dispõe o artigo 1.º, desta Lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de janeiro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO  
Vice-Presidente do Senado  
Federal no exercício da  
Presidência

LEI N.º 2.167 — DE 11  
DE JANEIRO DE 1954

*Determina a matrícula dos oficiais do Q. A. O., dos subtenentes e dos sargentos do Exército, diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia, no Curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os oficiais do Q. A. O., os subtenentes e os sargentos do Exército diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia, por escolas ou faculdades oficialmente reconhecidas, com 5 (cinco) anos, no mínimo de efetivo serviço no Exército, serão matriculados no respectivo Curso de For-

mação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército, independente de exame de admissão.

Parágrafo único. Os requerimentos de matrícula, no Curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército, de que trata este artigo, deverão ser apresentados nas épocas oportunas, fixadas nos regulamentos em vigor.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de janeiro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

*Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência*

LEI N.º 2.168 — DE 11 DE JANEIRO DE 1954

ESTABELECE NORMAS PARA INSTITUIÇÃO DO SEGURO AGRÁRIO.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' instituído o seguro agrário destinado à preservação das colheitas e dos rebanhos contra a eventualidade de risco que lhes são peculiares na forma da presente lei.

Art. 2.º Na concessão de financiamento a atividades rurais, quando garantidas por apólice de seguro, este será considerado fator de redução de juros, de conformidade com o que dispuser o regulamento.

Art. 3.º O Instituto de Resseguros do Brasil promoverá os estudos, levantamentos e planejamentos para a instituição do seguro agrário em todo o território nacional.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, o Instituto de Resseguros do Brasil entrará em colaboração com os serviços técnicos das repartições federais, estaduais, municipais, de autarquias e dos estabelecimentos bancários oficiais de financiamento à lavoura e pecuária.

Art. 4.º As condições das apólices e tarifas de prêmios de seguros serão elaboradas pelo Instituto de Resseguros do Brasil, e, depois de aprovadas pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, postas em vigor mediante decretos.

Art. 5.º O Instituto de Resseguros do Brasil operará como ressegurador e retrocedente, estabelecendo, na forma da legislação em vigor, o início, alcance e condições das operações de resseguro, para cada uma das modalidades de seguros agrários.

Parágrafo único. O Instituto de Resseguros do Brasil poderá organizar e dirigir consórcio de seguradores, na forma prevista em seus estatutos, dispensada, porém, a exigência constante do § 1.º do art. 57 dos referidos estatutos, na parte referente à anuência expressa de 2/3 (dois terços) das sociedades.

Art. 6.º Os documentos e atos relativos às operações de seguros agrários ficam isentos de selos, impostos e taxas federais.

Art. 7.º A comissão de agenciamento do seguro agrário não excederá o máximo de 5% sobre os prêmios cobrados.

Art. 8.º E' instituído o Fundo de Estabilidade de Seguro Agrário com a finalidade de garantir a estabilidade dessas operações, atender à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe, permitir o gradual ajustamento das tarifas de prêmios, bem como de quaisquer outras iniciativas atinentes ao aperfeiçoamento e generalização do mesmo seguro.

Parágrafo único. O Instituto de Resseguros do Brasil, pelo seu Conselho Técnico, exercerá a administração dos recursos do Fundo e estabelecerá as bases do seu emprego na forma prevista neste artigo.

Art. 9.º O Fundo será constituído:

- a) pelas contribuições de que trata o art. 11;
- b) por uma cota-parte correspondente a 50% dos lucros líquidos da União, distribuídos nos termos do art. 70, parágrafo único, letra d, dos Estatutos anexos ao Decreto n.º 21.810, de 4 de setembro de 1946;
- c) por contribuições e participações diversas, que venham ser estabelecidas pelo Conselho Técnico do Instituto de Resseguros do Brasil, nas operações de seguros agrários ou quaisquer outras;
- d) por dotações orçamentárias anuais, durante os dez primeiros exercícios e por outros recursos previstos em lei;
- e) por uma cota de 10% dos lucros líquidos dos estabelecimentos bancários da União destinados ao financiamento da lavoura e pecuária;
- f) pela contribuição dos Estados e Municípios, em virtude dos acordos autorizados pelo art. 12.

Parágrafo único. As contribuições a que se referem as alíneas d, e e f, serão efetuadas nos dez primeiros exercícios, após a aprovação desta lei.

Art. 10. O Fundo será aplicado para reembolsar as retrocessionárias do Instituto de Resseguros do Brasil, no País, com a quantia correspondente aos prejuízos excedentes do máximo admissível tecnicamente para as operações de retrocessão dos seguros agrários.

Parágrafo único. Para cada modalidade de seguro agrário o plano de operações do Instituto de Resseguros do Brasil, estabelecido na forma do art. 5.º desta lei e da legislação em vigor, fixará o máximo de prejuízo admissível, para fins de aplicação deste artigo.

Art. 11. As retrocessionárias reembolsarão ao Fundo a quantia correspondente aos lucros excedentes do máximo admissível tecnicamente para essas operações de seguros, segundo o plano que for estabelecido na forma do art. 5.º desta lei e da legislação em vigor, que fixará esse limite.

Art. 12. E' o Governo Federal autorizado a celebrar, com os Estados e Municípios, acordos para a execução desta lei.

Parágrafo único. Para atender ao disposto neste artigo poderão ser instituídos, junto aos departamentos administrativos da União e ao Instituto de Resseguros do Brasil, órgãos consultivos ou de assistência técnica de que participem os Estados e Municípios.

Art. 13. Os documentos e atos de empréstimos bancários, destinados exclusivamente ao financiamento de prêmios de seguro agrário, gozam da isenção fiscal estatuída no art. 6.º.

Art. 14. Os estudos e anteprojetos elaborados pelo Instituto de Resseguros do Brasil, relativos às condições básicas de apólices e tarifas de prêmios (art. 4.º), serão publicados no *Diário Oficial*.

Parágrafo único. Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação determinada neste artigo, as classes rurais e as demais classes interessadas enviarão ao Instituto de Resseguros do Brasil, por intermédio das respectivas associações profissionais ou sindicais, legalmente reconhecidas, suas sugestões e representações sobre a matéria.

Art. 15. Para o começo da obrigatoriedade dos decretos a que se refere o art. 4.º, serão estatuídos prazos mínimos e máximos de 90 (noventa) a 180 (cento e oitenta) dias, computados da data da publicação.

Art. 16. A obtenção ilícita de vantagens pelo segurado na liquidação de indenizações, bem como o desvirtuamento da aplicação do Fundo de Estabilidade do Seguro Agrário, constituem crimes contra a economia popular, puníveis com as penas do artigo 3.º da Lei n.º 1.521, de 26 de dezembro de 1951.

Art. 17. A União contratará de preferência com as seguradoras que, na conformidade desta lei, vierem a operar em seguros agrários, a cobertura dos riscos contra incêndios de seus próprios.

Art. 18. As sanções administrativas por infrações desta lei e de seu regulamento regulam-se pelas disposições aplicáveis da legislação sobre seguros privados.



Art. 19 Continua em vigor a legislação federal e estadual sobre seguro agrário, na parte em que não colidir com as normas gerais estabelecidas nesta lei.

Art. 20. Para atender despesas com a execução desta lei, o Poder Executivo abrirá, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), que será colocado à disposição do Instituto de Resseguros do Brasil.

Parágrafo único. O saldo verificado na aplicação desse crédito será atribuído ao Fundo de Estabilidade do Seguro Agrário.

Art. 21. E' o Poder Executivo autorizado a organizar uma sociedade por ações, com sede e fóro na cidade do Rio de Janeiro, destinada a desenvolver progressivamente operações de seguros agropecuários, sob a denominação de Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

Art. 22. O capital inicial da sociedade será de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias, de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada uma.

§ 1.º Ficam reservadas à subscrição do Tesouro Nacional 30.000 (trinta mil) ações; às entidades de economia mista, bancárias, resseguradoras e às autarquias destinadas ao amparo e fomento da lavoura, 50.000 (cinquenta mil); e as sociedades de seguro e capitalização, nacionais ou estrangeiras, em funcionamento no País, 20.000 (vinte mil).

§ 2.º A subscrição das ações pelas entidades bancárias, resseguradoras, autarquias e sociedades indicadas, far-se-á na proporção do ativo, apurado no último exercício.

§ 3.º Os Estatutos da Sociedade e o quadro discriminativo das ações, que couberem a cada uma das entidades subscritoras do capital, serão aprovados por ato do Poder Executivo.

§ 4.º As ações subscritas pelas sociedades de seguros e capitalização consideram-se como aplicação de suas reservas técnicas e desse modo serão computadas.

Art. 23. As ações em que se divide o capital inicial serão integralizadas no ato da subscrição.

Art. 24. A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de Presidente, Diretor-Superintendente e Diretor Técnico.

§ 1.º O Presidente da Sociedade será de livre escolha do Presidente da República, dentre pessoa de comprovada capacidade administrativa no serviço público ou em atividade privada.

§ 2.º Os demais Diretores serão eleitos por três anos, podendo ser reeleitos.

Art. 25. A Sociedade gozará de isenção tributária ampla e irrestrita de quaisquer impostos, taxas e emolumentos federais, inclusive de sêlo federal exigível em apólices, papéis e documentos em que a Sociedade seja parte ou interveniente.

Art. 26. E' a Sociedade autorizada a celebrar diretamente com os Estados, Municípios e quaisquer entidades federais, estaduais, municipais e particulares acordos e convênios para a execução desta lei.

Parágrafo único. A Sociedade adotará, concomitantemente, medidas tendentes a facilitar ao máximo a obtenção, por parte dos agricultores, dos elementos indispensáveis à efetivação da operação de seguro, especialmente promovendo, quando as circunstâncias o justificarem, o estabelecimento de Comissões locais de assistência aos segurados, sempre que possível integradas pelos membros das entidades de fomento agrícola e associações rurais em funcionamento.

Art. 27. A Sociedade instituirá um Fundo de Estabilização além dos fundos de reserva normais, para manter o nível das tarifas de prêmios em bases razoáveis e atender aos casos de catástrofe.

§ 1.º Destinar-se-ão a esse Fundo dez por cento dos lucros da Sociedade e outros recursos que forem estipulados pelos Estatutos.

§ 2.º O capital e reserva serão aplicados da maneira a proporcionar o maior rendimento, na forma que os estatutos determinarem.

§ 3.º Destinar-se-ão ao Fundo de Estabilização os dividendos que couberem às ações subscritas pelo Tesouro Nacional.

Art. 28. O Presidente da República designará, por decreto, a Comissão Organizadora da Companhia Nacional de Seguro Agrícola, composta de três membros.

§ 1.º A Comissão Organizadora terá poderes para promover as medidas e providências indispensáveis à realização da assembléia geral de constituição da sociedade, na forma da legislação vigente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2.º Nenhuma vantagem será concedida aos membros da Comissão Organizadora da Sociedade, pelo desempenho das atribuições que lhes competem.

Art. 29. As repartições públicas federais, entidades autárquicas e sociedades de economia mista deverão prestar à Sociedade toda colaboração que lhes for solicitada, inclusive no tocante ao pessoal que se fizer necessário ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 30. O mandato da primeira Diretoria será de 3 (três) anos.

Art. 31. É o Poder Executivo, autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), para atender à subscrição de ações pelo Tesouro Nacional.

Art. 32. Esta lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da sua publicação.

Art. 33. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1954; 193.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Tancredo de Almeida Neves.

Oswaldo Aranha.

João Cleofas.

João Goulart.

LEI N.º 2.169 — DE 15 DE JANEIRO DE 1954

*Retifica a Lei de número 1.751 de 10 de dezembro de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1953.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 1.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º São feitas as seguintes retificações na Lei de número 1.751 de 10 de dezembro de 1952:

#### ANEXO N.º 17 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

##### Verba 3 — Serviços e Encargos

##### Consiguação 2 — Auxílios Subvenções

##### 19 — Subvenções

##### 38 — Departamento de Administração

##### 04 — Divisão do Orçamento

##### 02 — Extraordinárias

##### 15 — Paraíba

Onde se lê —

Sociedade Rural de Cabaceiras .....	Cr\$ 100.000,00
Leia-se —	
Associação Rural de Cabaceira .....	100.000,00

24 — São Paulo

<i>Onde se lê —</i>	
Associação Paulista de Agromomia .....	25.000,00
Associação Paulista de Veterinaria .....	25.000,00
<i>Leia-se —</i>	
Sociedade Paulista de Agromomia .....	25.000,00
Sociedade Paulista de Veterinaria .....	25.000,00

ANEXO N.º 18 — MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação 2 — Auxílios Subvenções

19 — Subvenções

05 — Conselho Nacional do Serviço Social

1 — Ordinárias

18 — Piauí

<i>Onde se lê —</i>	
Caixa de Mendigos de Teresina .....	Cr\$ 12.000,00
<i>Leia-se —</i>	
Serviço de Assistência aos Mendigos de Terezina .....	12.000,00
<i>Onde se lê —</i>	
Liga de Amparo à Infância de Pio IX .....	20.000,00
<i>Leia-se —</i>	
Sociedade de Amparo à Infância de Pio IX .....	20.000,00

23 — Santa Catarina

<i>Onde se lê —</i>	
Hospital Henrique Lage Imbituba — Município de Laguna	10.000,00
<i>Leia-se —</i>	
Hospital Henrique Lage de Lauro Müller, Município de Orleans	10.000,00

24 — São Paulo

<i>Onde se lê —</i>	
Albergue Noturno do Centro Espirita Jesus e Caridade — Mogi das Cruzes .....	3.000,00
<i>Leia-se —</i>	
Albergue Noturno do Centro Espirita Jesus e Caridade — Mogi Mirim .....	3.000,00

2 — Extraordinárias

20 — Rio de Janeiro

<i>Onde se lê —</i>	
Departamento de Ação Social do Barreto da Paróquia de São Sebastião do Barreto — Duque de Caxias .....	30.000,00
<i>Leia-se —</i>	
Departamento de Ação Social do Barreto da Paróquia de São Sebastião do Barreto — Niterói .....	30.000,00

23 — Santa Catarina

<i>Onde se lê —</i>	
Hospital Henrique Lage Imbituba — Município de Laguna	20.000,00
<i>Leia-se —</i>	
Hospital Henrique Lage de Lauro Müller, Município de Orleans	20.000,00

## 1 — Subvenções Especiais

*Onde se lê —*  
Associação de Assistência à Criança Defeituosa ..... 200.000,00

*Leia-se —*  
Associação de Assistência à Criança Defeituosa — São Paulo — São Paulo ... 200.000,00

## Verba 3 — Serviços e Encargos

## Consignação 2 — Auxílios Subvenções

## 19 — Subvenções

## 06 — Conselho Nacional do Serviço Social

## 02 — Extraordinárias

## 05 — Bahia

*Onde se lê —*  
Centro Operário Beneficente de Alagoinhas — Alagoinhas 30.000,00

*Leia-se —*  
Círculo Operário de Alagoinhas — Alagoinhas ..... 30.000,00

## 15 — Paraíba

*Onde se lê —*  
Colégio Santo Antônio de Itabaiana ..... 50.000,00

*Leia-se —*  
Colégio Nossa Senhora da Conceição — Itabaiana ..... 50.000,00

*Onde se lê —*  
Sociedade Artístico-Cultural de Brejo do Cruz ..... 100.000,00

*Leia-se —*  
Sociedade Artístico e Cultural de Brejo do Cruz ..... 100.000,00

## 18 — Piauí

*Onde se lê —*  
Caixa Beneficente dos Mendigos — Teresina ..... 50.000,00

*Leia-se —*  
Serviço de Assistência aos Mendigos de Teresina ..... 50.000,00

*Onde se lê —*  
Caixa de Mendigos de Teresina ..... 35.000,00

*Leia-se —*  
Serviço de Assistência aos Mendigos de Teresina ..... 35.000,00

## 22 — Rio Grande do Sul

*Onde se lê —*  
Escola e Biblioteca do Esteio — São Leopoldo ..... 30.000,00

*Leia-se —*  
Sociedade Melhoramentos de Mariante Venâncio Aires, para a Escola de Estado — São Leopoldo ..... 30.000,00

*Onde se lê —*  
Ginásio Feminino de Tristeza — Porto Alegre ..... 20.000,00

*Leia-se —*  
Escola N. S. do Sagrado Coração — Tristeza — Porto Alegre — mantida pela Sociedade Educação e Caridade 20.000,00

24 — São Paulo

Onde se lê —

Associação de Assistência a Infância Defeituosa São Paulo — São Paulo .....	25.000,00
---	-----------

Associação de Assistência à Criança Defeituosa São Paulo São Paulo .....	70.000,00
--	-----------

Leia-se —

Associação de Assistência a Criança Defeituosa São Paulo — São Paulo .....	95.000,00
--	-----------

Onde se lê —

Asilo Conceição Mãe Nossa — Piracicaba .....	50.000,00
--	-----------

Asilo de Orfãos Coração de Maria Nossa Mãe — Piracicaba .....	25.000,00
---	-----------

Leia-se —

Asilo de Orfãos Coração de Maria Nossa Mãe — Piracicaba .....	75.000,00
---	-----------

Onde se lê —

Casa Materna Eucharis Fortes Salzano — São Paulo .....	50.000,00
--	-----------

Casa Materna Eucharis Fortes Salzano — Pôrto Ferreira .	20.000,00
---	-----------

Escola Materna Eucharis Fortes Salzano — Pôrto Ferreira .	10.000,00
---	-----------

Leia-se —

Casa Materna Eucharis Fortes Salzano — sendo .....	
--	--

Cr\$ 10.000,00 para a sua Escola — Pôrto Ferreira ....	80.000,00
--	-----------

ANEXO N.º 21 — MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação 2 — Auxílios Subvenções

1º — Subvenções

05 — Departamento de Administração

04 — Divisão do Orçamento

2 — Extraordinárias

05 — Bahia

Cr\$

Onde se lê —

Orfanato Madalena Milagrosa — Salvador .....	30.000,00
--	-----------

Leia-se —

Orfanato Vila Medalha Milagrosa — Salvador .....	30.000,00
--	-----------

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de janeiro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

**LEI N.º 2.170 — DE 18  
DE JANEIRO DE 1954**

*Autoriza a Federação Nacional dos Odontologistas a instituir Caixas em benefício dos profissionais nela inscritos.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É autorizada a Federação Nacional dos Odontologistas, órgão oficial representativo da classe, com sede nesta cidade, reconhecido na forma da lei, pelo Governo Federal, a instituir, como lhe está prescrito na letra "h" do artigo 4.º de seus Estatutos, caixas de beneficência e de previdência para os profissionais nela inscritos, nas diversas unidades do território nacional, obedecidas, para tal fim, em suas regras mestras, e no que lhe for aplicável, as disposições do Decreto-lei de número 4.563, de 11 de agosto de 1942, que autorizou a "Ordem dos Advogados do Brasil" a instituir as "Caixas de Assistência dos Advogados".

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de janeiro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO  
*Vice-Presidente do Senado  
Federal no exercício da  
Presidência*

**LEI N.º 2.171 — DE 18  
DE JANEIRO DE 1954**

*Dispõe sobre o ingresso na carreira de Diplomata*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º No ingresso na classe inicial da carreira de Diplomata são admitidos os brasileiros natos, sem distinção de sexo, nos termos e observadas as demais condições do Decreto-lei de número 9.032, de 6 de março de 1946.

Parágrafo único. Se casado o candidato, o cônjuge deverá ser também brasileiro nato.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário, especialmente as da letra "a" do artigo 2.º, do Decreto-lei de número 9.032, de 6 de março de 1946 e do parágrafo único do artigo 1.º, do Decreto-lei de número 9.202, de 26 de maio de 1946.

Senado Federal, em 18 de janeiro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO  
*Vice-Presidente do Senado  
Federal no exercício da  
Presidência*

**LEI N.º 2.172 — DE 18  
JANEIRO DE 1954**

*Regula a situação dos sargentos do Exército, excluídos pelo artigo 143, da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei de número 1.187, de 4 de abril de 1939), e posteriormente reincluídos.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Aos sargentos do Exército excluídos, de acordo com o artigo 143, da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei de número 1.187, de 4 de abril de 1939), e posteriormente reincluídos e assegurado o direito da contagem, para todos os efeitos, do tempo que estiverem afastados da atividade, sem direito a quaisquer vencimentos, vantagens ou promoções a que porventura tenham feito jus.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de janeiro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO  
*Vice-Presidente do Senado  
Federal no exercício da  
Presidência*

LEI N.º 2.173 — DE 18  
DE JANEIRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de ..... Cr\$ 20.688,00, para pagamento da gratificação adicional ao médico Edmundo Bruzzi.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr\$ 20.688,00 (vinte mil seiscentos e oitenta e oito cruzeiros), em reforço à Verba 1 — Pessoal Consignação 3 — Vantagens, Subconsignação 10 — Gratificação por trabalho com risco da vida ou da saúde, 07 — Departamento de Administração, 05 — Divisão do Pessoal, Anexo 17, da vigente Lei Orçamentária, a fim de atender ao pagamento da gratificação adicional de 40 %, a que faz juz, no corrente exercício, de acôrdo com o artigo 1.º, da Lei de número 1.234, de 14 de novembro de 1950, o médico, referência 27 — Edmundo Bruzzi.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de janeiro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO  
Vice-Presidente do Senado  
Federal no exercício da  
Presidência

LEI N.º 2.174 — DE 18  
DE JANEIRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 4.500.000,00, em reforço da Verba 3, do anexo número 19, do vigente Orçamento — (Lei de número 1.757, de 10 de novembro de 1952).*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de ... Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação 10 — Diversos, Subconsignação 95 — Reposições e restituições, 14 — Direção Geral da Fazenda Nacional, 16 — Diretoria da Despesa Pública, do Anexo n.º 19, da Lei de número 1.757, de 10 de dezembro de 1952.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de janeiro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO  
Vice-Presidente do Senado  
Federal no exercício da  
Presidência

LEI N.º 2.175 — DE 18 DE JANEIRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário os créditos suplementar de Cr\$ 274.554,00 e especial de Cr\$ 76.422,40, para pagamento de adicionais ao pessoal das Auditorias da Justiça Militar.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário o crédito suplementar de Cr\$ 274.554,00 (duzentos e setenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro cruzeiros), em reforço das seguintes dotações constantes do Anexo 26, da Lei de número 1.757, de 10 de dezembro de 1952:

VERBA 1 — PESSOAL  
Consignação 3 — Vantagens

S/C 14 — Gratificação Adicional

03 — Justiça Militar

02 — Auditorias

Cr\$

202.554,00

*Consignação 6 — Diversos*

S/C 23 -- Substituições

03 — Justiça Militar

02 — Auditorias ..... 72.000,00

Total ..... 274.554,00

Art. 2.º E, ainda o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 76.422,40 (setenta e seis mil, quatrocentos e vinte e dois cruzeiros e quarenta centavos), para atender aos pagamentos por exercícios findos, assim, discriminados:

	Cr\$
a) pagamento de adicionais durante os meses de novembro e dezembro, aos funcionários da Justiça Militar ..	40.551,40
b) ajuda de custo para Arnaldo Stark .....	18.240,00
c) ajuda de custo para o Dr. Mário Berredo Leal .....	14.000,00
d) diferença de vencimentos para o Escrivão da 7.ª Região Militar - substituição .....	860,00
e) salário família referente ao exercício de 1951 .....	850,00
f) pagamento de telefone da 2.ª Auditoria, da 2.ª Região Militar e Auditoria da 4.ª Região Militar .....	1.360,00
g) publicações da Auditoria da 5.ª Região Militar .....	561,00
Total .....	76.422,40

Art. 3.º Esta Lei entrava em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de janeiro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

*Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência*

**LEI N.º 2.176 — DE 13 DE JANEIRO DE 1954**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 55.098.421,50 em reforço de dotações do Anexo número 19, da Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 55.098.421,50 (cinquenta e cinco milhões, noventa e oito mil, quatrocentos e vinte e um cruzeiros e cinquenta centavos), em reforço das seguintes dotações do Anexo n.º 19, da Lei n.º 1.757, de 10 de Dezembro de 1952:

Verba 1 — Pessoal

Consignação 1 — Pessoal Permanente

S/c. 01 — Pessoal Permanente

14 — Direção Geral da Fazenda Nacional

10 — Serviço do Pessoal — Cr\$ 27.521.821,50.

S/c. 02 — Percentagens

14 — Direção Geral da Fazenda Nacional

10 — Serviço do Pessoal — Cr\$ 8.000.000,00.



Consignação 2 — Pessoal Extranumerário

S/c. 06 — Diaristas

14 — Direção Geral da Fazenda Nacional

10 — Serviço do Pessoal — Cr\$ 7.600.000,00.

Consignação 4 — Indenizações

S/c. 20 — Ajuda de Custo

14 — Direção Geral da Fazenda Nacional

10 — Serviço do Pessoal — Cr\$ 1.000.000,00

Consignação 5 — Diversos

S/c. 23 — Substituições.

14 — Direção Geral da Fazenda Nacional

10 — Serviço do Pessoal — Cr\$ 2.000.000,00 — 46.121.821,50.

Verba 2 — Material

Consignação 2 — Material de Consumo

S/c. 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação, artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência.

14 — Direção Geral da Fazenda Nacional

11 — Alfândegas

08 — Espírito Santo

01 — Vitória — Cr\$ 20.000,00

01 — Pará

01 — Belém — Cr\$ 40.000,00

S/c. 28 — Vestuários, uniformes e equipamentos; artigos e peças acessórias; roupa de cama, mesa e banho; tecidos e artefatos

14 — Direção Geral da Fazenda Nacional

11 — Alfândegas

14 — Pará

01 — Cr\$ 47.200,00 — Cr\$ 107.200,00

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação 1 — Serviços de Terceiros

S/c. 01 — Acondicionamento e embalagem, carretos, estivas e capatazias; transporte de encomendas, cargas e animais; alojamento e alimentação destes e de seus tratadores em viagem, seguros de transportes

14 — Direção Geral da Fazenda Nacional

14 — Delegacias Fiscais

01 — Delegacias Fiscais

22 — Rio G. do Sul — Cr\$ 20.000,00

S/c. 04 — Iluminação, força motriz e gás

Direção Geral da Fazenda Nacional

14 — Delegacias Fiscais

01 — Delegacias Fiscais

04 — Amazonas — Cr\$ 15.000,00

S/c. 06 — Passagens, transportes de pessoal e de suas bagagens

14 — Direção Geral da Fazenda Nacional

14 — Delegacias Fiscais

01 — Delegacias Fiscais

09 — Goiás — Cr\$ 5.000,00

22 — Rio G. do Sul — Cr\$ 15.000,00

S/c. 14 — Telefones, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte postal e assinatura de caixas postais

14 — Direção Geral da Fazenda Nacional

14 — Delegacias Fiscais

01 — Delegacias Fiscais

23 — Santa Catarina — Cr\$ 2.600,00

S/c. 77 — Aluguel ou arrendamento de imóvel, foros; seguros de bens móveis e imóveis

14 — Direção Geral da Fazenda Nacional

18 — Diretoria das Rendas Internas

03 — Coletorias Federais

06 — Ceará — Cr\$ 11.800,00 — Cr\$ 69.400,00

Verba 4 — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis

Consignação 2 — Obras Isoladas

S/c. 04 — Prosseguimento e conclusão de obras isoladas e sua fiscalização

14 — Direção Geral da Fazenda Nacional

06 — Divisão de obras

2 — Delegacia Fiscal e Alfândega em Salvador, Bahia — .....

Cr\$ 8.800.000,00 — Cr\$ 55.098.421,50.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 18 de Janeiro de 1954

JOAO CAFÉ FILHO

LEI N.º 2.177 DE 4 DE FEVEREIRO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 170.000,00, para pagamento das pensões mensais devidas a Maria Edenia Cordovil Viana Machado e a seu filho menor Luiz Carlos, e dá outras providências.*

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 170.000,00 (cento e setenta mil cruzeiros), destinado a aquisição de 200 (duzentas) apólices da Dívida Pública, nominativas, tipo Diversas Emissões, com juros vencidos no 2.º semestre de 1953, para ocorrer ao pagamento da pensão mensal de Cr\$ 833,20 (oitocentos e trinta e três cruzeiros e vinte centavos), sendo Cr\$ 416,60 (quatrocentos e dezesseis cruzeiros e sessenta centavos) a Maria Edenia Cordovil Viana Machado e Cr\$ 416,60 (quatrocentos e dezesseis cruzeiros e sessenta centavos) a seu filho menor Luiz Carlos, nos termos do acórdão do Tribunal Federal de Recursos nos autos de apelação cível n.º 2.205, do Distrito Federal.

§ 1.º. As apólices serão adquiridas por intermédio de corretor designado pelo Presidente da Câmara Sindical da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, sendo 100 (cem) apólices em nome de Maria Edenia Cordovil Viana Machado, brasileira, viúva, e 100 (cem) apólices em nome do menor Luiz Carlos, brasileiro, filho de Maria Edenia Cor-

dovil Viana Machado e de Luiz Machado, falecido, todas gravadas com as cláusulas de inalienabilidade e de reversibilidade a favor da Fazenda Nacional, anotando-se na proposta de compra respectiva a data do nascimento do menor.

§ 2.º. Os juros das apólices ocorrerão ao pagamento da pensão a que se refere este artigo, a partir do mês de janeiro de 1954, inclusive.

Art. 2.º. A conta do crédito especial de que trata o Art. 1.º, desta lei serão pagas as pensões correspondentes aos meses de janeiro de 1952 a dezembro de 1953, na forma fixada no referido artigo.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de fevereiro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.178 DE 4 DE FEVEREIRO DE 1954

*Autoriza o Tesouro Nacional a garantir empréstimo a ser contratado pela Companhia Siderúrgica Nacional, para ampliar as instalações industriais da Usina de Volta Redonda.*

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Ministério de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo a ser contratado pela Companhia Siderúrgica Nacio-

nal com, o Export-Import Bank of Washington ou outro banco norte-americano até o montante de US\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares), mais ou respectivos juros e despesas.

Art. 2.º O produto desse empréstimo será destinado à cobertura do custo de maquinárias, equipamentos e materiais necessários ao aumento das presentes instalações.

Art. 3.º Ao Serviço de empréstimo contraído na forma da presente Lei são concedidos os mesmos privilégios dos serviços dos empréstimos externos federais, estaduais e municipais.

Art. 4.º No exercício da autorização contida no art. 1.º desta Lei, o Poder Executivo incumbirá o Tesouro Nacional, como fiador e principal pagador da quantia mutuada mais os respectivos juros e despesas, de praticar todos os atos julgados necessários ao aludido fim.

Art. 5.º O contrato de garantia deverá mencionar a presente Lei e será previamente registrado pelo Tribunal de Contas.

Art. 6.º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Osvaldo Aranha

LEI N.º 2.179 DE 4 DE FEVEREIRO DE 1954

*Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, que enumera as bases ou portos militares de importância para a defesa externa do país, o Município de Salvador, no Estado da Bahia.*

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica excluído da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, que enumera as bases ou portos de importância para a defesa externa do País, o município de Salvador, no Estado da Bahia.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Tancredo de Almeida da  
Neves

Renato de Almeida Gui-  
llobel

Cyrol Espirito Santo Car-  
doso

Nelo Moura

LEI N.º 2.180 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1954

DISPÕE SOBRE O TRIBUNAL MARÍTIMO.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## TÍTULO I

### CAPÍTULO I

#### DA ORGANIZAÇÃO DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Art. 1.º O Tribunal Marítimo, órgão vinculado ao Ministério da Marinha, com sede na capital da República e jurisdição em todo o território nacional, compor-se-á de sete juizes.

Art. 2.º Os juizes nomeados em caráter efetivo serão:

- a) um oficial general do Corpo da Armada, da ativa ou da reserva;
- b) um capitão de mar e guerra do Corpo da Armada, da ativa ou da reserva;

- c) um oficial superior do Corpo da Armada, especializado em construção naval, da ativa ou da reserva; ou engenheiro da mesma especialidade;
- d) um especialista em armação de navios e navegação comercial;
- e) um capitão de longo curso, com mais de dez anos de comando de navios mercantes brasileiros;
- f) um bacharel em Direito, especializado em Direito Marítimo;
- g) um bacharel em Direito, especializado em Direito Internacional.

§ 1º O presidente será o juiz a que alude a alínea «a» dêste artigo o Vice-Presidente será eleito bienalmente em escrutínio secreto.

§ 2º Os juizes oficiais do Corpo da Armada e os da Marinha Mercante são considerados em atividade não estranha à respectiva carreira.

§ 3º Os juizes militares permanecerão nos seus cargos ainda depois de reformados, contanto que não tenham ultrapassado a idade de setenta anos.

Art. 3º Com exceção do presidente, os juizes terão suplentes, que serão convocados sempre que, por mais de trinta dias, houver impedimento dos titulares e, durante a substituição, exercerão o cargo em tôda a plenitude das respectivas funções.

Parágrafo único. Os suplentes deverão preencher os mesmos requisitos necessários aos juizes a que devem substituir.

Art. 4º Haverá junto ao Tribunal Marítimo uma procuradoria composta de dois procuradores e dois adjuntos de procurador, os quais exercerão os seus cargos em caráter efetivo.

Art. 5º Para a defesa dos acusados que não disponham de recursos, bem como para o exercício de outras atribuições fixadas em lei, haverá junto ao Tribunal Marítimo dois advogados de officio.

Art. 6º Os advogados de officio deverão ser bacharéis em Direito e advogados inscritos em qualquer das seções da Ordem dos Advogados do Brasil, e serão nomeados mediante concurso de provas que se realizará perante banca examinadora composta de três advogados designados pelo presidente do Tribunal Marítimo.

§ 1º O Presidente do Tribunal presidirá a banca examinadora sem direito de voto.

§ 2º Os candidatos aprovados serão nomeados segundo a ordem rigorosa de classificação.

Art. 7º Os adjuntos de procurador serão nomeados dentre os advogados de officio alternadamente, por antiguidade e por merecimento, e os procuradores mediante promoção, na mesma forma dos adjuntos de procurador, cabendo num caso e noutro a primeira nomeação ao mais antigo.

Art. 8º Não poderão ter assento no Tribunal Marítimo, simultâneamente, parentes ou afins até o segundo grau.

§ 1º A proibição estende-se aos adjuntos de procurador e advogados de officio.

§ 2º A incompatibilidade resolver-se-á antes da posse contra o último nomeado, ou contra o mais moço caso sejam da mesma data as nomeações.

Art. 9º Para a execução dos serviços processuais, técnicos e administrativos, o Tribunal Marítimo terá uma secretaria constituída de cinco divisões.

## CAPITULO II

### DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 10. O Tribunal Marítimo exercerá jurisdição sobre :

- a) embarcações mercantes de qualquer nacionalidade, em águas brasileiras;
- b) embarcações mercantes brasileiras em alto mar, ou em águas estrangeiras;
- c) embarcações mercantes estrangeiras, em alto mar, nos casos de abalroação com embarcações brasileiras, de acordo com as normas do Direito Internacional;
- d) o pessoal da Marinha Mercante brasileira;
- e) os marítimos estrangeiros, em território ou águas territoriais brasileiras;
- f) os proprietários, armadores, locatários, carregadores, agentes e consignatários de embarcações brasileiras e seus prepostos;
- g) agentes ou consignatários no Brasil de empresa estrangeira de navegação;
- h) empreiteiros ou proprietários de estaleiros, carreiras, diques ou oficinas de construção ou reparação naval e seus prepostos.

Art. 11. Considera-se embarcação mercante toda construção utilizada como meio de transporte por água, e destinada à indústria da navegação, quaisquer que sejam as suas características e lugar de tráfego.

Parágrafo único. Ficam-lhe equiparados:

- a) os artefatos flutuantes de habitual locomoção em seu emprego;
- b) as embarcações utilizadas na praticagem, no transporte não remunerado e nas atividades religiosas, científicas, beneficentes, recreativas e desportivas;
- c) as empregadas no serviço público, exceto as da Marinha de Guerra;
- d) as da Marinha de Guerra, quando utilizadas total ou parcialmente no transporte remunerado de passageiros ou cargas;
- e) as aeronaves durante a flutuação ou em vôo, desde que colidam ou atentem de qualquer maneira contra embarcações mercantes.

Art. 12. O pessoal da Marinha Mercante considera-se constituído :

- a) por todos quantos exercem atividade a bordo das embarcações mercantes;
- b) pelo pessoal da praticagem;
- c) pelos que trabalham em estaleiros, diques, carreiras e oficinas de construção e reparação naval;
- d) pelo pessoal das administrações dos portos organizados;
- e) pelos trabalhadores de estiva e capatazia;
- f) pelos pescadores;
- g) pelos armadores.

Parágrafo único. Equiparam-se aos marítimos aqueles que, sem matrícula, estejam de fato em qualquer função que deva ser exercida por marítimo.

Art. 13. Compete ao Tribunal Marítimo :

I — julgar os acidentes e fatos da navegação;

a) definindo-lhes a natureza e determinando-lhes as causas, circunstâncias e extensão ;

b) indicando os responsáveis e aplicando-lhes as penas estabelecidas nesta lei ;

c) propondo medidas preventivas e de segurança da navegação;

II — manter o registro geral :

a) da propriedade naval ;

b) da hipoteca naval e demais ônus sobre embarcações brasileiras ;

c) dos armadores de navios brasileiros.

Art. 14. Consideram-se acidentes da navegação :

a) naufrágio, encalhe, colisão, abalroação, água aberta, explosão, incêndio, variação, arribada e alijamento;

b) avaria ou defeito no navio nas suas instalações, que ponha em risco a embarcação, as vidas e fazendas de bordo.

Art. 15. Consideram-se fatos da navegação:

a) o mau aparelhamento ou a impropriedade da embarcação para o serviço em que é utilizada, e a deficiência da equipagem ;

b) a alteração da rota;

c) a má estimação da carga, que sujeite a risco a segurança da expedição ;

d) a recusa injustificada de socorro a embarcação em perigo ;

e) todos os fatos que prejudiquem ou ponham em risco a incolumidade e segurança da embarcação, as vidas e fazendas de bordo.

Art. 16. Compete ainda ao Tribunal Marítimo :

a) determinar a realização de diligências necessárias ou úteis à elucidação de fatos e acidentes da navegação ;

b) delegar atribuições de instrução ;

c) proibir ou suspender por medida de segurança o tráfego de embarcações, assim como ordenar pelo mesmo motivo o desembarque ou a suspensão de qualquer marítimo ;

d) processar e julgar recursos interpostos nos termos desta lei;

e) dar parecer nas consultas concernentes à Marinha Mercante, que-lhe forem submetidas pelo Governo ;

f) funcionar, quando nomeado pelos interessados, como juiz arbitral nos litígios patrimoniais consequentes a acidentes ou fatos da navegação ;

g) propor ao Governo que sejam concedidas recompensas honoríficas ou pecuniárias àqueles que tenham prestado serviços relevantes à Marinha Mercante, ou hajam praticado atos de humanidade nos acidentes e fatos da navegação submetidos a julgamento ;

h) sugerir ao Governo quaisquer modificações à legislação da Marinha Mercante, quando aconselhadas pela observação de fatos trazidos à sua apreciação ;

i) executar, ou fazer executar, as suas decisões definitivas ;

j) dar posse aos seus membros e conceder-lhes licença;

k) elaborar, votar, interpretar e aplicar o seu regimento.

Art 17. Na apuração da responsabilidade por fatos e acidentes da navegação, cabe ao Tribunal Marítimo investigar:

a) se o capitão, o práctico, o oficial de quarto, outros membros da tripulação ou quaisquer outras pessoas foram os causadores por dolo ou culpa ;

b) se foram fielmente cumpridas, para evitar abalroação, as regras estabelecidas em convenção internacional vigente, assim como as regras especiais baixadas pela autoridade marítima local, e concernentes à navegação nos portos, rios e águas interiores;

c) se deixou de ser cumprida a obrigação de prestar assistência, e se o acidente na sua extensão teria sido evitado com a assistência solicitada em tempo, mas não prestada;

d) se foram fielmente aplicadas as disposições de convenção concernentes à salvaguarda da vida humana no mar e as das leis e regulamentos complementares;

e) se o proprietário, armador ou afretador infringiu a lei ou os regulamentos, instruções, usos e costumes pertinentes aos deveres que a sua qualidade lhes impõe em relação à navegação e atividades conexas;

f) se nos casos de acidente ou fato da navegação de que possa resultar a classificação de danos e despesas como avaria comum, se apresentam os requisitos que autorizam a regulação.

Art. 18. As decisões do Tribunal Marítimo quanto à matéria técnica referente aos acidentes e fatos da navegação têm valor probatório e se presumem certas, sendo suscetíveis de reexame pelo Poder Judiciário somente quando forem contrárias a texto expresso da lei, prova evidente dos autos, ou lesarem direito individual.

Art. 19. Sempre que se discutir em juízo uma questão decorrente de acidente ou fato da navegação sobre água cuja parte técnica ou técnico-administrativa couber nas atribuições do Tribunal Marítimo, deverá ser junta aos autos a sua decisão definitiva.

Art. 20. Não corre a prescrição contra qualquer dos interessados na apuração e nas consequências dos acidentes e fatos da navegação por água enquanto não houver decisão definitiva do Tribunal Marítimo.

Art. 21. Nos processos instaurados perante o Tribunal Marítimo em que houver crime ou contravenção a punir, nem esta nem aquêle impedem o julgamento do que fôr da sua competência, mas finda a sua ação, ou desde logo, sem prejuízo dela, serão remetidas, em traslado, as peças necessárias à ação da Justiça.

### CAPÍTULO III

#### DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 22. Compete ao presidente :

a) dirigir os trabalhos do Tribunal, presidir às sessões, propor as questões e apurar o vencido;

b) votar somente em caso de empate;

c) distribuir os processos e consultas pelos juizes e proferir os despachos de expediente;

d) convocar sessões extraordinárias;

e) ordenar a restauração de autos perdidos;

f) admitir recursos, designando-lhes relator;

g) deferir ou denegar o registro da propriedade marítima e a averbação de hipoteca e demais ônus reais sobre embarcações bem como o registro de armadores nacionais;

h) representar o Tribunal e dirigir, coordenar e controlar os seus serviços;

- i) impor penas disciplinares;
- j) exercer as demais atribuições fixadas no regimento do Tribunal.

Parágrafo único. Ao vice-presidente cabe substituir o presidente em suas faltas e impedimentos.

Art. 23. O presidente terá um assistente de sua confiança, designado dentre os funcionários do Tribunal.

## CAPÍTULO IV

### DAS ATRIBUIÇÕES DOS JUÍZES

Art. 24. Ao juiz do Tribunal Marítimo compete :

- a) dirigir os processos que lhe forem distribuídos, proferindo nêles os despachos interlocutórios;
- b) presidir aos atos de instrução, funcionando como interrogante;
- c) orientar os processos por torma a assegurar-lhes andamento rápido sem prejuizo da defesa dos interessados e da finalidade do Tribunal;
- d) requisitar de qualquer repartição pública, entidade autárquica e paraestatal, sociedade de economia mista e, em geral, de qualquer empresa vinculada à indústria da navegação e serviços complementares ou conexos, informações, esclarecimentos, documentos e o mais necessário à instrução dos processos.
- e) admitir a defesa bem com a intervenção de terceiros interessados ou prejudicados nos processos de que fôr relator;
- f) apresentar ao Tribunal os processos prontos para julgamento;
- g) discutir as questões, e julgá-las, atendendo aos fatos e circunstâncias emergentes dos autos, ainda que não alegados pelas partes e formando livremente, na apreciação da prova, o seu convencimento;
- h) justificar o voto por escrito, quando vencido e servir de relator quando vencedor.
- i) relatar as consultas que lhe torem distribuídas;
- j) exercer as demais atribuições fixadas no regimento do Tribunal.

Art. 25. O juiz suplente, em exercício, terá as atribuições e vantagens do juiz efetivo.

Art. 26. O juiz que se declarar suspeito ou impedido motivará o despacho. Se a suspeição ou o impedimento for de natureza íntima, comunicará os motivos ao presidente do Tribunal.

Art. 27. É vedado ao juiz do Tribunal Marítimo :

- a) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo o magistério secundário e superior e os casos previstos na Constituição para os magistrados sob pena de perda do cargo;
- b) exercer atividade político-partidária.

## CAPÍTULO V

### DOS ÓRGÃOS AUXILIARES

#### SEÇÃO I

##### *Da Procuradoria*

Art. 28. A Procuradoria compete:

- a) promover, mediante representação do Tribunal, os processos da competência deste, e acompanhá-los em todas as suas fases;



- b) requerer o arquivamento de inquéritos;
- c) officiar nos processos promovidos mediante representação de interessados ou do Ministério da Marinha, ou por decisão do Tribunal, acompanhando-os em todas as fases como se se tratasse de processo da sua iniciativa;
- d) officiar em todas as consultas feitas ao Tribunal;
- e) officiar em todos os processos de registro de propriedade, de hipoteca e demais ônus reais sobre embarcação;
- f) velar pela fiel observância das leis e dos regulamentos.

Art. 29. O adjunto de procurador exercerá as funções de procurador nos processos e consultas que lhe forem distribuídos, e lhe caberá substituir ao procurador nos processos em que este ocasionalmente não puder funcionar.

## SEÇÃO II

### DOS ADVOGADOS DE OFÍCIO

Art. 30. Ao advogado de officio incumbe:

I — defender:

- a) os acusados com direito a justiça gratuita;
- b) os revéis, os ausentes ou foragidos;
- c) os que o Tribunal considerar indefesos;

II — servir de curador nos casos de direito.

§ 1º Nenhum acusado, ainda que revel, ausente ou foragido, será processado e julgado sem defensor.

§ 2º Se o acusado não tiver advogado ser-lhe-á nomeado advogado de officio, ressalvado o seu direito de a todo tempo nomear outro da sua confiança.

§ 3º É vedado ao advogado de officio exercer perante o Tribunal advocacia por mandato de parte interessada.

## SEÇÃO III

### DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES

Art. 31. O patrocínio das causas no Tribunal Marítimo é privativo dos advogados e solicitadores provisionados, inscritos em qualquer seção da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo único. As proibições e impedimentos de advocacia no Tribunal Marítimo regem-se pelo disposto no Regulamento da Ordem dos Advogados do Brasil.

## CAPÍTULO VI

### DA SECRETARIA

Art. 32. A Secretaria é o órgão de execução dos serviços processuais, técnicos e administrativos, decorrentes das atribuições do Tribunal, e terá a seguinte composição:

- I Divisão de Acidentes;
- II Divisão de Registro da Propriedade Marítima;
- III Divisão de Jurisprudência e Documentação;
- IV Divisão de Administração;

## V Serviços Auxiliares.

§ 1.º Os trabalhos e encargos das divisões e serviços da Secretaria serão, segundo sua natureza e vulto, distribuídos em seções e turmas, na forma do que fôr disposto pelo regimento do Tribunal.

§ 2.º As atribuições do diretor da Secretaria, das divisões, serviço, seções e turmas, serão minuciosamente fixadas no regimento.

## TÍTULO II

## CAPÍTULO I

## DO INQUÉRITO SOBRE ACIDENTES OU FATOS DA NAVEGAÇÃO

Art. 33. Sempre que chegar ao conhecimento de uma capitania de portos qualquer acidente ou fato da navegação será instaurado inquérito.

§ 1.º Será competente para o inquérito:

- a) a capitania em cuja jurisdição tiver ocorrido o acidente ou fato da navegação;
- b) a capitania do primeiro porto de escala ou arribada da embarcação;
- c) a capitania do porto de inscrição da embarcação;
- d) qualquer outra capitania designada pelo Tribunal.

§ 2.º Se qualquer das capitancias a que se referem as alíneas a, b e c, do parágrafo precedente não abrir inquérito dentro de cinco dias contados daquele em que houver tomado conhecimento do acidente ou fato da navegação, a providência será determinada pelo Ministro da Marinha ou pelo Tribunal Marítimo, sendo a decisão d'este adotada mediante provocação da Procuradoria, dos interessados ou de qualquer dos juizes.

Art. 34. Verificar-se-á a competência por prevenção desde que, sendo mais de uma capitania competente, houver uma delas em primeiro lugar, tomado conhecimento do acidente ou fato da navegação, iniciando, desde logo, o inquérito.

Parágrafo único. Qualquer dúvida sobre a competência para a instauração de inquérito será dirimida, sumariamente, pelo Tribunal Marítimo.

Art. 35. São elementos essenciais nos inquéritos sobre acidentes e fatos da navegação:

- a) comunicação ou relatório do capitão ou mestre da embarcação, ou parte de qualquer dos interessados, ou determinação *ex-officio*;
- b) depoimento do capitão ou mestre, do práctico e das pessoas da tripulação que tenham conhecimento do acidente ou fato da navegação a ser apurado;
- c) depoimento de qualquer testemunha idônea;
- d) esclarecimentos dos deponentes e acareação de uns com outros, quando necessário;
- e) cópias autênticas dos lançamentos diários de navegação e máquinas, referentes ao acidente ou fato a ser apurado, e a um período de pelo menos vinte e quatro horas anteriores a tal acidente ou fato, salvo no caso de embarcação dispensada dos lançamentos aludidos quando serão investigados e reconstituídos os pormenores da navegação, rumos, manobras, sinais, etc., mediante depoimentos do capitão ou mestre, e tripulantes;
- f) exame pericial feito depois do acidente ou fato da navegação, e juntada do respectivo laudo ao inquérito;

g) juntada ao inquérito dos últimos termos de vistoria a que se houver submetido a embarcação, em sêco e flutuando, antes do acidente ou fato a ser apurado, bem como cópia do termo de inscrição, caso a embarcação não seja registrada no Tribunal Marítimo;

h) juntada ao inquérito, sempre que possível, do manifesto de carga, com esclarecimentos sobre a forma pela qual se achava tal carga estivada, e, se tiver havido alijamento, juntada ainda ao inquérito de informações concretas sobre a natureza e quantidade da carga alijada e sobre o cumprimento das prescrições legais a esse respeito.

Parágrafo único. A autoridade encarregada do inquérito poderá:

a) ordenar diligências suscetíveis de contribuir para o esclarecimento da matéria investigada;

b) requisitar de outra qualquer autoridade informações e documentos que não possam ser obtidos das autoridades navais.

Art. 36. Poderá o Tribunal Marítimo baixar provimento em que fixe, para cada acidente ou fato da navegação, a matéria a ser apurada pela capitania de portos que haja de proceder ao inquérito.

Art. 37. Cabe à autoridade encarregada do inquérito, quando concluídas as diligências, fazer no prazo de dez dias um minucioso relatório do que tiver sido apurado.

Art. 38. Sempre que o relatório da autoridade encarregada do inquérito apontar possíveis responsáveis pelo acidente ou fato da navegação, terão eles o prazo de dez dias contado daquele em que se der ciência das conclusões do relatório, para a apresentação de defesa prévia.

Art. 39. O inquérito, encerrado, será enviado com urgência ao Tribunal Marítimo.

Art. 40. Quando ocorrer sinistro com embarcação brasileira em águas estrangeiras, o inquérito será realizado pela autoridade consular da zona, a qual cumprirá também efetuar todas as diligências determinadas pelo Tribunal Marítimo.

Parágrafo único. Cumprido ao cônsul que abrir o inquérito:

I — nomear peritos para os exames técnicos necessários, obedecendo a escolha à seguinte ordem:

a) dois oficiais da armada nacional, caso haja algum navio de guerra no porto ou em águas da sua jurisdição.

b) dois capitães de marinha mercante estrangeira;

II — ordenar, em nome do Tribunal Marítimo, e mediante prévia comunicação a este, o desembarque imediato do capitão ou de qualquer membro da tripulação, quando tal providência for essencial aos interesses nacionais e à apuração da responsabilidade do sinistro.

## CAPÍTULO II

### DO PROCESSO SOBRE ACIDENTE OU FATO DA NAVEGAÇÃO

#### SEÇÃO I

##### *Disposições gerais*

Art. 41. O processo perante o Tribunal Marítimo se inicia:

a) em virtude de representação do interessado;

b) por iniciativa da Procuradoria;

c) por decisão do próprio Tribunal.

Art. 42. Recebido o inquérito ou a representação de que trata o artigo precedente, será imediatamente feita a sua distribuição, cabendo ao relator designado ordenar, em seguida, a notificação, por edital, de todos os possíveis interessados no acidente ou fato em apuração.

Parágrafo único. O prazo do edital que variará entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) dias, será fixado pelo relator.

Art. 43. No prazo marcado, qualquer interessado poderá oferecer representação, com fundamento no inquérito e outros elementos de prova. Exgotado, porém, o prazo que é de caducidade, só caberá a iniciativa da Procuradoria.

Art. 44. As representações oriundas do mesmo inquérito constituirão processos conexos, que terão o mesmo relator e serão instruídos e julgados conjuntamente.

Art. 45. Nos feitos de iniciativa privada, a representação ou contestação só poderá ser oferecida por quem tiver legítimo interesse econômico ou moral no julgamento do acidente ou fato da navegação.

Art. 46. Findo o prazo do edital de notificação, o processo irá com vista à Procuradoria que, em dez (10) dias, contados daquele em que o tiver recebido, oficiará por uma das formas seguintes:

a) oferecendo representação, ou aditando a que tenha sido oferecida pela parte;

b) pedindo, em parecer motivado o arquivamento do processo;

c) opinando pela incompetência do Tribunal e requerendo a remessa do processo a quem de direito.

Art. 47. No processo iniciado em virtude de representação do interessado, admitir-se-á o litisconsórcio ativo ou passivo, fundado na comunhão ou identidade de interesse.

§ 1.º O direito de promover os atos dos processos, cabe indistintamente a qualquer dos litisconsortes, e quando um deles citar ou intimar a parte contrária, deverá também citar ou intimar os colitigantes.

§ 2.º Quando o litígio tiver de ser resolvido de modo uniforme para todos os litisconsortes, serão representados pelos demais os revéis ou foragidos, ou os que houverem perdido algum prazo.

§ 3.º Quando a decisão puder influir na relação jurídica entre qualquer das partes e terceiro, será lícito a este intervir em qualquer fase do processo como litisconsorte, aceitando a causa no estado em que ela se encontrar.

Art. 48. No processo de ação pública, qualquer interessado poderá intervir apenas como assistente da Procuradoria ou do acusado.

§ 1.º O assistente será admitido enquanto a decisão não passar em julgado, e receberá a causa no estado em que ela se achar.

§ 2.º O co-representante não poderá, no mesmo processo, intervir como assistente da Procuradoria.

§ 3.º Ao assistente será permitido propor meios de prova, requerer perguntas às testemunhas, participar do debate oral, arrazoar os recursos interpostos pelo assistido e recorrer, por sua vez, caso não o tenha feito o assistido.

§ 4.º O fato prosseguirá independentemente de nova intimação do assistente, quando este, uma vez intimado, deixar de comparecer a qualquer dos atos processuais, sem motivo de força maior.

Art. 49. Recebida pelo Tribunal a representação, o relator do processo o fará prosseguir nos termos desta lei.

Art. 50. Quando a Procuradoria requerer o arquivamento do processo, o Tribunal, se julgar improcedente as razões invocadas para o pedido, ordenará a volta do processo à Procuradoria, a fim de que esta proceda na forma da letra c do art. 28.

Art. 51. Quando a Procuradoria opinar pela incompetência do Tribunal, o processo será concluso ao relator, que o apresentará ao Tribunal para seu conhecimento e decisão.

Parágrafo único. Se o Tribunal afirmar a sua competência na espécie, será o processo enviado à Procuradoria, que deverá proceder na forma das letras a ou b do art. 28.

Art. 52. Nos casos do art. 50 e parágrafo único do art. 56, o procurador terá o prazo de cinco dias para oferecer representação.

## SEÇÃO II

### DA CITAÇÃO

Art. 53. Recebida a representação ou negado o arquivamento do inquérito, determinará o relator a notificação do acusado por mandado, se residente no Distrito Federal, por carta registrada com recibo de volta, ou por telegrama, se residente fora da capital do país, ou por edital, se o notificado não tiver lugar certo de permanência.

Art. 54. Será necessária a citação, sob pena de nulidade, no início da causa ou da execução, caso em que se fará por guia de sentença.

Art. 55. A citação, a notificação e a intimação serão cumpridas com as formalidades estabelecidas no regimento do Tribunal.

## SEÇÃO III

### DA DESPESA

Art. 56. Dentro em quinze dias da notificação poderá o notificado oferecer defesa escrita, juntando e indicando os meios de prova que entender convenientes.

Parágrafo único. A decisão do Tribunal só poderá versar sobre os fatos constantes da representação ou da defesa.

## SEÇÃO IV

### DA PROVA

Art. 57. São admissíveis no Tribunal todas as espécies de prova reconhecidas em direito.

Art. 58. O fato alegado por uma das partes que a outra não contestar será admitido como verídico, se o contrário não resultar do conjunto das provas. A prova do inquérito será aceita enquanto não destruída por prova contrária.

Art. 59. O juiz ou o Tribunal poderá ouvir terceiro a quem as partes ou testemunhas se hajam referido como sabedor de fatos ou circunstâncias que influam na decisão do feito, ou ordenar que exibam documento que a este interesse.

Art. 60. Independem de provas os fatos notórios.

Art. 61. Aquêlle que alegar direito estadual, municipal, costumeiro, singular ou estrangeiro, deverá provar-lhe o teor e a vigência salvo se o Tribunal dispensar a prova.

Art. 62. No exame das provas de atos e contratos, guardar-se-á o que em geral e especialmente prescrevem as leis que os regulam.

Art. 63. A prova que tiver de produzir-se fora da sêde do Tribunal será feita mediante delegação de atribuições de instrução ao capitão de portos ou agente consular brasileiro.

Art. 64. No que concerne às diversas espécies de provas serão obedecidas as regras do processo comum, na forma estabelecida pelo regimento do Tribunal.

### CAPÍTULO III

#### DAS RAZÕES FINAIS

Art. 65. Finda a instrução, será aberta vista dos autos por 10 (dez) dias, sucessivamente, ao autor e ao representando para que aduzam, por escrito, alegações finais, e em seguida serão os autos conclusos ao relator para pedido de julgamento.

Art. 66. Antes de pedir julgamento, o relator:

- a) mandará sanar qualquer omissão legal ou processual;
- b) ordenará, de officio, qualquer diligência ou prova necessária ao esclarecimento da causa.

Art. 67. O relator terá 10 (dez) dias a fim de estudar os autos que lhe forem conclusos para pedido de julgamento afora o tempo consumido nos atos a que se refere o artigo precedente.

### CAPÍTULO IV

#### DO JULGAMENTO

Art. 68. O julgamento do processo obedecerá às seguintes normas:

- a) relatório;
- b) sustentação das alegações finais, sucessivamente, pelas partes;
- c) conhecimento das preliminares suscitadas e dos agravos;
- d) discussão da matéria em julgamento;
- e) decisão, iniciando-se a votação pelo relator, e seguido êste pelos demais juizes, a partir do mais moderno no cargo.

§ 1º Antes de iniciada a votação, poderá qualquer juiz pedir vista do processo até a sessão imediata e, excepcionalmente, pelo prazo que lhe for concedido pelo Tribunal.

§ 2º Iniciada a votação, nenhum juiz poderá mais se manifestar, salvo para justificar o voto.

Art. 69. Proferido o julgamento, o presidente anunciará a decisão, designando para redigir o acórdão ao relator ou vencido êste, ao juiz cujo voto tiver prevalecido.

Art. 70. Se houver empate, o presidente desempatará de acôrdo com a sua convicção.

Art. 71. As votações do Tribunal serão tomadas por maioria absoluta de votos.

Art. 72. O julgamento poderá ser convertido em diligência a critério do Tribunal em virtude de proposta de um dos juizes, apresentada antes de iniciar-se a votação.

Parágrafo único. A diligência será promovida pelo relator e, uma vez cumprida, ouvidas as partes, será o processo submetido ao plenário para prosseguimento do julgamento.

Art. 73. O acórdão será publicado em sessão do Tribunal, nos dez dias seguintes ao julgamento, remetendo-se cópia para a publicação no órgão oficial.

Art. 74. Em todos os casos de acidente ou fato da navegação, o acórdão conterá:

- a) a definição da natureza do acidente ou fato e as circunstâncias em que se verificou;
- b) a determinação das causas;
- c) a fixação das responsabilidades, a sanção e o fundamento desta;
- d) a indicação das medidas preventivas e de segurança da navegação, quando fôr o caso.

### TÍTULO III

#### CAPÍTULO I

##### DO REGISTRO DA PROPRIEDADE NAVAL

Art. 75. O registro da propriedade das embarcações de mais de vinte toneladas tem por objeto a nacionalidade, validade, segurança e publicidade da propriedade das embarcações brasileiras.

Art. 76. Adquire-se a propriedade da embarcação pela construção ou qualquer outro meio de direito. A transmissão, todavia, só se completa pelo registro no Tribunal Marítimo.

Parágrafo único. Presume-se proprietária, até sentença judicial transitada em julgado, a pessoa natural ou jurídica em cujo nome estiver registrada a embarcação.

Art. 77. Somente depois de titulado o registro será expedido ao proprietário o título da propriedade naval.

Art. 78. É vedada a expedição de mais de um título de propriedade sobre a mesma embarcação, ainda que se trate de condomínio, quando serão indicados, no título, todos os condôminos e as respectivas quotas.

§ 1º Quando houver condomínio, o Tribunal fornecerá a cada condômino, que a solicitar, uma via do título com a declaração expressa: *via para condômino*.

§ 2º Em caso de perda ou destruição do título poderá ser expedida segunda via.

Art. 79. As autoridades marítimas ou consulares poderão fornecer, a título precário, um documento provisório da propriedade até a expedição do definitivo.

Art. 80. Para as embarcações de menos de vinte toneladas brutas vale como registro a inscrição na capitania de portos, que dela fornecerá cópia ao Tribunal Marítimo.

Art. 81. Nenhuma embarcação nacional de mais de vinte toneladas brutas, construída no país ou adquirida no exterior terá trânsito livre em águas brasileiras, se a sua propriedade não estiver registrada.

Art. 82. Dentro do prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta lei, os proprietários das embarcações de mais de vinte toneladas brutas, inscritos nas capitanias de portos, promoverão o respectivo registro no Tribunal, não sendo perturbada a navegação pela demora na conclusão de registro.

Art. 83. O registro da propriedade de navio será deferido exclusivamente :

- a) a brasileiro nato;
- b) a sociedade constituída de acôrdo com a lei brasileira, com sede no Brasil, administrada por brasileiros natos e com 60% (sessenta por cento) do seu capital pertencente a brasileiros natos;
- c) a brasileiro naturalizado que se compreenda no art. 20 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias votado com a Constituição Federal de 18 de setembro de 1946.

Parágrafo único. Estão compreendidas na alínea c dëste artigo as embarcações empregadas na pesca litorânea ou interior.

Art. 84. O brasileiro nato casado com estrangeira ou brasileira naturalizada pode ser proprietário de navio nacional; mas, se perder, nos tërmos da lei civil, a direção dos seus bens ou dos bens do casal, o navio só poderá ser explorado por armador legalmente habilitado.

Art. 85. A brasileira nata casada com estrangeiro ou brasileiro naturalizado pode ser proprietária de navio nacional, se êste for excluído da comunhão de bens e competir à mulher a sua administração nos tërmos da lei civil; mas, se perder a mulher essa administração, o navio sômente poderá navegar sob a direção e responsabilidade de armador legalmente habilitado.

Art. 86. O pedido de registro conterà as seguintes especificações:

- a) nome do proprietário, sua nacionalidade, estado civil, domicílio e residência;
- b) nome da embarcação, construtor, lugar e data da construção;
- c) tipo e classificação, comprimento, boca, pontal, contôrmo, número de cobertas, número de porões;
- d) borda livre, calado máximo, tonelagem bruta e líquida, pëso máximo de carga;
- e) material do casco;
- f) máquina, construtor, tipo, força;
- g) caldeiras, construtor, tipo, número, pressão de regime;
- h) combustível, capacidade das carvoeiras ou tanques;
- i) propulsor e velocidade;
- j) estação rádio-telegráfica, suas características e indicativo de chamada;
- k) aptidão para navegar em alto mar;
- l) preço de aquisição ou construção.



Art. 87. O pedido de registro será instruído com os seguintes documentos :

- a) certidão de registro de nascimento do proprietário ou prova equivalente ;
- b) tratando-se de pessoa jurídica, prova de que satisfaz os requisitos da alínea b do art. 83:
- e) certificado de vistoria inicial;
- d) planos da embarcação ;
- e) título de aquisição ou em caso de construção, prova da quitação do preço e de que o projeto de construção foi aprovado pela autoridade competente ;
- f) prova de quitação de ônus fiscais que incidam sobre a embarcação e ato traslativo de domínio ;
- g) certificado de arqueação ;
- h) certificados de segurança da embarcação, de segurança rádio-telegráfica, de borda lisa, e outros exigidos por força de convenção internacional ;
- i) passaporte extraordinário de autoridade consular brasileira, quando se trate de embarcação adquirida no estrangeiro.

Art. 88. O contrato de compra e venda de embarcação registrada ou inscrita será feito por escritura pública, lavrada por qualquer tabelião de notas, em comarca onde não existir oficial privativo de contratos marítimos.

Art. 89. O pedido de registro será assinado pelo presumido proprietário, seu procurador ou representante legal; e, havendo mais de um proprietário, assinarão todos os compartes, ou o de maior quinhão, fazendo expressa referência aos demais e às respectivas partes.

Parágrafo único. Em caso de embarcação pertencente à União, ou a Estado, Município, entidade autárquica ou paraestatal, ou sociedade de economia mista, será o pedido feito por ofício.

Art. 90. O pedido de transferência do registro de propriedade será feito pelo novo adquirente, seu procurador ou representante legal, que instruirá o requerimento com a prova da aquisição, da quitação de ônus fiscais e o título de propriedade do transmitente.

Art. 91. Satisfeitas as exigências legais, será registrada a propriedade, expedindo-se novo título e inutilizando-se o anterior.

## CAPÍTULO II

### DO REGISTRO DA HIPOTECA NAVAL E OUTROS ÔNUS

Art. 92. Nenhum gravame hipotecário sobre embarcação nacional poderá ser instituído no país sem a apresentação do título de propriedade naval expedido pelo Tribunal Marítimo, exigência que também será feita por ocasião do registro da hipoteca no país, se esta houver sido instituída no estrangeiro.

Parágrafo único. Fazem exceção as embarcações a que se refere o artigo 80 quando valerá a inscrição da capitania de portos. Neste caso o registro da embarcação far-se-á no Tribunal Marítimo, na oportunidade do registro da hipoteca.

Art. 93. As embarcações de mais de vinte toneladas brutas poderão ser hipotecadas na própria fase da construção.

Art. 94. A escritura pública é da substância do contrato da hipoteca naval, podendo ser lavrada por qualquer tabelião de notas, na comarca onde não houver serventuário privativo de contratos marítimos.

Art. 95. Para ser registrado o contrato da hipoteca naval deverá conter:

- a) data;
- b) nome, domicílio e profissão dos contratantes;
- c) total da dívida garantida pela hipoteca;
- d) juros convencionados;
- e) época, lugar e forma de pagamento;
- f) nome da embarcação, com as suas especificações;
- g) declaração do seguro da embarcação quando, construída.

Parágrafo único. No caso da hipoteca de embarcação em construção, o contrato especificará a matéria e as características da embarcação bem como o nome do construtor. Terminada a construção, a embarcação, ficará ~~hipotecada~~ averbada em sua integridade.

Art. 96. A hipoteca inscrita valerá contra terceiros, desde a data da inscrição, que se presume válida até sentença judicial em contrário transitada em julgado.

Parágrafo único. Enquanto não inscrita, a hipoteca somente subsiste entre os contratantes.

Art. 97. Cabe ao interessado, credor ou devedor, requerer a inscrição, oferecendo o traslado da escritura pública.

Art. 98. A hipoteca será averbada no registro da propriedade da embarcação e no título respectivo.

§ 1º O pedido de inscrição será apresentado ao Tribunal Marítimo, podendo entretanto ser entregue à capitania de portos onde estiver inscrita a embarcação, e onde, depois de anotados o dia e hora da entrega, serão a petição e documentos encaminhados ao Tribunal.

§ 2º Ouvida a Procuradoria e satisfeitas as exigências legais, o pedido de inscrição será deferido, fazendo-se as necessárias averbações no Tribunal que o mandará anotar na capitania de portos onde a embarcação estiver inscrita.

Art. 99. Aplicar-se-ão, subsidiariamente à inscrição da hipoteca e às averbações decorrentes, as disposições da legislação sobre registros públicos.

Art. 100. O registro de outros ônus sobre embarcações far-se-á, tanto quanto possível, na forma estabelecida para a inscrição da hipoteca naval.

### CAPÍTULO III

#### DOS REGISTROS DOS ARMADORES

Art. 101. O registro dos armadores de navios brasileiros far-se-á com base no registro geral da propriedade naval.

§ 1º Considerar-se-á armador a pessoa natural ou jurídica que, em seu nome e sob sua responsabilidade, apresta o navio para a sua utilização.

§ 2º Presume-se armador o proprietário. Sempre que o proprietário não for o armador o contrato de armação será averbado no registro de propriedade do navio, sob pena de não valer contra terceiros.

§ 3º No caso de condomínio, serão considerados armadores os ~~com-~~ partes, salvo se designado um deles, ou terceiro, para armador.

## CAPÍTULO IV

### DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

Art. 102. O Tribunal Marítimo determinará o cancelamento do registro da propriedade naval :

- a) quando a embarcação deixar de pertencer a brasileiro nato ou a sociedade brasileira, composta de brasileiros natos;
- b) quando se provar ter sido o registro feito mediante declarações, documentos ou atos inquinados de dolo, fraude ou simulação;
- c) quando a embarcação tiver de ser desmanhada;
- d) quando ela tiver perecido, presumindo-se o perecimento se, estando em viagem, dela não houver notícia durante seis meses;
- e) quando fôr confiscada ou apresada por governo estrangeiro, no último caso se considerada boa a presa;
- f) quando determinado o cancelamento por sentença judicial transitada em julgado.

Art. 103. A hipoteca naval considerar-se-á extinta, cancelando-se a inscrição respectiva :

- a) pela perda da embarcação;
- b) pela extinção da obrigação principal;
- c) pela renúncia do credor;
- d) pela venda forçada da embarcação;
- e) pela prescrição extintiva.

Parágrafo único. O pedido de cancelamento será feito pelo interessado, seu representante legal ou procurador.

Art. 104. O registro do armador será cancelado sempre que deixarem de ser satisfeitas as condições legais, ou pela extinção do contrato. No primeiro caso proceder-se-á de ofício, no segundo, cumprirá ao interessado promover o cancelamento.

## TÍTULO IV

### CAPÍTULO I

#### DOS RECURSOS

Art. 105. Os recursos admitidos são os seguintes:

- a) embargos de nulidade ou infringentes;
- b) agravo;
- c) embargos de declaração.

### CAPÍTULO II

#### DOS EMBARGOS INFRINGENTES

Art. 106. É passível de embargos a decisão final sobre o mérito do processo, versando os embargos exclusivamente matéria nova, ou baseando-se em prova posterior ao encerramento da fase probatória, ou ainda, quando não unânime a decisão, e, neste caso, serão os embargos restritos à matéria objeto da divergência.

Art. 107. Os embargos, que deverão ser opostos nos dez dias seguintes ao da publicação do acórdão no órgão oficial, serão deduzidos por artigos.

Art. 108. Admitido o recurso e designado novo relator, o embargado terá o prazo de dez dias para oferecer impugnação.

§ 1º O prazo para o preparo do recurso será de três dias contados da ciência do recebimento, sob pena de deserção.

§ 2º Se a Procuradoria oficial no processo somente como fiscal da lei, terá, por último, vista dos autos para dizer sobre os embargos.

§ 3º A seguir, os autos serão conclusos ao relator para pedido de julgamento.

Art. 109. No julgamento dos embargos observar-se-á o estabelecido no art. 68.

Art. 110. Despresados os embargos, e publicado o acórdão no órgão oficial, a decisão produzirá todos os efeitos.

### CAPÍTULO III

#### DÓ AGRAVO

Art. 111. Caberá agravo para o Tribunal por simples petição:

I — dos despachos e decisões dos juizes :

a) que não admitirem a intervenção de terceiro na causa como litisconsorte ou assistente.

b) que concederem ou denegarem inquirição e outros meios de prova

c) que concederem grandes ou pequenas dilações para dentro ou fora do país ;

d) que deferirem, denegarem, ou renovarem o benefício da gratuidade.

II — dos despachos e decisões do presidente:

a) que admitirem ou não recurso ou apenas o fizerem em parte;

b) que julgarem ou não reformados autos perdidos em que não havia ainda decisão final ;

c) sobre erros de contas ou custas ;

d) que concederem ou denegarem registro.

Art. 112. O agravo é restrito ao ponto de que se agravou, ao qual o Tribunal deverá limitar a sua decisão, de que não haverá embargos.

§ 1º O recurso terá efeito suspensivo, tão somente, porém, em relação ao ponto agravado

§ 2º O prazo para a interposição do agravo, assim como para o preparo do recurso, será de quarenta e oito horas, contadas do despacho que mantiver a decisão, sob pena de deserção.

§ 3º O julgamento do agravo terá preferência na pauta dos trabalhos do dia.

§ 4º Provido ou não o recurso, os autos voltarão ao relator para prosseguimento do feito.

## CAPÍTULO IV

### DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 113. As decisões do Tribunal podem ser opostos embargos de declaração no prazo de quarenta e oito horas, contadas da publicação no órgão oficial, quando apresentarem ambiguidades, obscuridade, contradição ou omissão.

Art. 114. Os embargos de declaração serão deduzidos em requerimento de que devem constar os pontos em que a decisão fôr ambigua, contraditória ou omissa.

§ 1º Se a petição não apontar qualquer dessas condições, será desde logo indeferida.

§ 2º O julgamento de embargos de declaração terá preferência na pauta dos trabalhos do dia.

## CAPÍTULO V

### DA EXECUÇÃO

Art. 115. Para cumprimento de decisão do Tribunal Marítimo será expedida guia com os seguintes requisitos:

- a) o nome da autoridade que a manda cumprir;
- b) a indicação da autoridade incumbida do seu cumprimento;
- c) o nome e a qualificação do responsável;
- d) a transcrição da parte decisória, e a indicação do órgão oficial que publicou na íntegra o acórdão;
- e) as assinaturas do presidente e do diretor da Secretaria.

Art. 116. A guia de sentença será restituída ao Tribunal com declaração escrita do seu cumprimento, feita pela autoridade a quem foi remetida.

Parágrafo único. Se a autoridade incumbida do cumprimento não o puder efetuar restituirá a guia com declaração negativa.

Art. 117. Quando a pena fôr a de multa e das custas, devidamente apuradas, a guia será expedida à repartição encarregada da inscrição das dívidas fiscais para a cobrança executiva.

Art. 118. Quando a pena imposta não fôr a de multa, e se referir a estrangeiro domiciliado fora do país, além da remessa da guia de sentença à autoridade competente, far-se-á comunicação ao representante consular.

Art. 119. Serão responsáveis pelo pagamento das multas impostas a estrangeiros domiciliados fora do Brasil, e das custas processuais respectivas, os representantes eventuais da embarcação.

Art. 120. Nas guias de sentença serão incluídas, para cobrança, as custas processuais vencidas.

## TÍTULO V

### CAPÍTULO I

#### DAS PENALIDADES

Art. 121. A inobservância dos preceitos legais que regulam a navegação será reprimida com as seguintes penas:

- a) repreensão;
- b) suspensão;
- c) interdição para o exercício de determinada função;

d) cancelamento da matrícula profissional;

e) multa, cumulativamente, ou não, com qualquer das anteriores.

§ 1º Os termos da repreensão deverão constar do acórdão.

§ 2º A suspensão será por prazo de doze meses.

§ 3º A interdição temporária não excederá de cinco anos.

§ 4º Em relação a estrangeiro, a pena de cancelamento da matrícula profissional será convertida em proibição para o exercício de função em águas brasileiras.

Art. 122. Por preceitos legais e reguladores da navegação entendem-se todas as disposições de convenções e tratados, leis, regulamentos e instruções, como também os usos e costumes, instruções, exigências e notificações das autoridades, sobre a utilização de embarcações, tripulação, navegação e atividades correlatas.

## CAPÍTULO II

### DO CANCELAMENTO DA MATRÍCULA E INTERDIÇÃO

Art. 123. O Tribunal pode ordenar o cancelamento da matrícula profissional do capitão, oficial prático e demais tripulantes, ou a interdição para o exercício de determinada função, quando provado:

a) que o acidente ou fato da navegação foi causado com dolo;

b) que o acidente ou fato ocorreu, achando-se o capitão, o chefe de máquinas ou oficial de quarto, em estado de embriaguez;

c) que, tratando-se de embarcação brasileira, foi praticado contrabando, em águas estrangeiras, ocasionando o confisco da embarcação ou da sua carga;

d) que a falta de assistência causou perda de vida.

## CAPÍTULO III

### DA SUSPENSÃO OU MULTA

Art. 124. O Tribunal poderá aplicar a pena de suspensão, ou multa de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros) a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), ao capitão, piloto, maquinista, motorista, prático ou tripulante de serviço, ou ambas cumulativamente, quando ficar provado que o acidente ou fato da navegação ocorreu por:

a) erro de navegação;

b) deficiência de tripulação;

c) má estivação da carga;

d) haver carga no convés, impedindo manobras de emergência, ou prejudicando a estabilidade da embarcação;

e) avarias ou vícios próprios conhecidos e não revelados à autoridade, no casco, máquinas e aparelhos;

f) recusa de assistência sem motivo a embarcação brasileira em perigo iminente, de que pudessê resultar sinistro;

g) inexistência de aparelhagem de socorro, ou de luzes destinadas a prevenir o risco de abalroação;

h) ausência de recursos destinados a garantir a vida dos passageiros ou tripulantes;

i) prática do que, geralmente, se deva omitir ou omissão do que, geralmente, se deva praticar.

§ 1º O Tribunal poderá aplicar até o décuplo a pena de multa ao proprietário, armador, locatário, afretador ou carregador convencido de responsabilidade direta, ou indireta, nos casos a que se referem este artigo e o anterior bem como na inobservância dos deveres que a sua qualidade lhe impõe em relação à navegação e atividades conexas.

§ 2º Essa responsabilidade não exclui a pessoa do capitão ou tripulante que transigir com os armadores na prática daquelas infrações.

Art. 125. Quando provado que a estiva foi feita em desacordo com as instruções do capitão, piloto, mestre, contra-mestre ou qualquer outro preposto do armador, resultando da infração dano à embarcação ou à carga, a empresa estivadora será punida com a multa de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

Art. 126. O Tribunal poderá aplicar a pena de multa de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros) a Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) ou suspensão, isolada ou cumulativamente, quando ficar provado que da ação pessoal do estivador resultou dano à embarcação ou à carga.

Art. 127. Quando provado vício da embarcação, decorrente da mão de obra ou do material empregado pelo empreiteiro, proprietário de estaleiro, carreira, dique ou oficina de construção ou de reparação naval, em desacordo com as exigências legais, o responsável será punido com a multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. A falta de pagamento da multa importará na suspensão das licenças para construção ou reparação naval.

Art. 128. A responsabilidade das empresas mencionadas no artigo anterior não exclui a pessoa do operário, que será punido com a multa de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros) a Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) ou suspensão, isolada ou cumulativamente.

## CAPÍTULO IV

### DA APLICAÇÃO DA PENA

Art. 129. Cabe ao Tribunal, atendendo aos antecedentes e à personalidade do responsável, à intensidade do dolo ou ao grau da culpa, as circunstâncias e consequências da infração:

- a) determinar a pena aplicável dentre as cominadas alternativamente;
- b) fixar, dentro dos limites legais, a quantidade da pena aplicável.

§ 1º Na fixação da pena de multa, o Tribunal deverá atender, principalmente, à situação econômica do infrator.

§ 2º A multa poderá ser aumentada até o dobro, se o Tribunal julgar que, em virtude da situação econômica do infrator, é ineficaz, embora aplicada no máximo.

Art. 130. O Tribunal poderá substituir as penas de multa e suspensão pela de repreensão toda vez que somente encontrar atenuantes a favor do responsável.

Art. 131. A pena de proibição ou interdição em que incorrer o capitão ou tripulante de navio estrangeiro, será aplicada somente com relação ao exercício de suas funções em águas brasileiras.

Art. 132. As penalidades de multas previstas nesta lei se aplicam ainda nos casos de dolo ou fraude nos registros mantidos pelo Tribunal.

Parágrafo único. A competência para aplicar a penalidade, nos casos deste artigo, será do presidente do Tribunal.

Art. 133. A multa deverá ser paga dentro de dez dias, depois da ciência da guia de sentença, prazo esse que, no entanto, poderá ser excepcionalmente dilatado.

Parágrafo único. Caso a multa seja elevada para as posses do infrator, poderá ser permitido que o pagamento se efetue em quotas mensais, até dentro de um ano, no máximo.

Art. 134. O Tribunal poderá converter a multa em suspensão, quando se apresentarem razões que o justifiquem.

Parágrafo único. Para a conversão, cada dez cruzeiros de multa corresponderá a um dia de suspensão, até o máximo de doze meses.

Art. 135. Não se executará a pena de multa quando ela incidir sobre os recursos indispensáveis à manutenção do infrator e sua família.

Parágrafo único. Se, no entanto, o infrator fôr reincidente, aplicar-se-á o disposto no artigo anterior.

Art. 136. Suspender-se-á a execução da pena de multa, se ao infrator sobrevier doença que o incapacite para o trabalho.

Parágrafo único. Todavia proceder-se-á à cobrança se houver conhecimento de que o infrator voltou ao exercício de sua atividade.

Art. 137. Agravarão sempre a pena, quando de per si não constituam a própria infração, as seguintes circunstâncias:

- a) a reincidência;
- b) a ação ou omissão da qual tenha resultado perda de vida;
- c) a coação ou abuso de autoridade ou poder inerente ao cargo, posto ou função;
- d) o pânico a bordo, quando evitável ou reprimível;
- e) a desobediência à ordem legal, emanada de superior hierárquico;
- f) a ausência do posto, quando em serviço;
- g) o concurso em ato que tenha agravado a extensão do dano;
- h) a instigação a cometer a infração;
- i) a execução da infração mediante paga ou promessa de recompensa;
- j) assegurar ou facilitar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagens de outra infração;
- k) a embriaguez, salvo se decorrer de caso fortuito ou de força maior;
- l) ser a infração praticada no estrangeiro.

Art. 138. Verificar-se-á reincidência quando o agente cometer outra infração, depois de definitivamente condenado por infração anterior.

§ 1º A reincidência será genérica, se as infrações forem da mesma natureza.

§ 2º Considerar-se-ão da mesma natureza as infrações estabelecidas em um só dispositivo legal, bem como as que, embora estabelecidas em dispositivos diversos, apresentarem pelos atos que as constituírem, ou pelos seus motivos determinantes, os mesmos caracteres fundamentais.

Art. 139. A reincidência específica importará:

I — a aplicação da pena de suspensão acima da metade da soma do mínimo com o máximo;

II — a aplicação da pena mais grave em qualidade, dentre as cominadas em modo alternativo, ou a aplicação de ambas, cumulativamente.

Art. 140. A reincidência genérica importará a aplicação da pena de multa ou suspensão acima da metade da soma do mínimo com o médio.



Art. 141. Serão sempre circunstâncias atenuantes da pena:

- I — ser o agente menor de vinte e um anos, ou maior de setenta anos ;
- II — terem sido de somenos importância os efeitos da infração cometida ;
- III — a ignorância ou a errada compreensão da lei, quando excusável ;
- IV — ter o agente :

a) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência logo após o acidente ou fato da navegação, minorar-lhe as consequências ;

b) cometida a infração sob coação a que podia resistir, ou por influência externa não provocada sob violenta emoção ;

c) cometido a infração em estado de esgotamento físico, resultante de trabalho extraordinário ;

d) confessado, espontaneamente, a autoria do fato.

Art. 142. Em concurso de agravantes e atenuantes, a pena deverá aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultarem dos motivos determinantes da infração, da personalidade do agente e da reincidência.

Art. 143. A pena que tenha de ser aumentada ou diminuída dentro de determinados limites, é a que o Tribunal aplicaria se não existisse causa de aumento ou de diminuição.

Parágrafo único. Em concurso das causas de aumento ou de diminuição da pena, poderá o Tribunal limitar-se a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua.

Art. 144. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, praticar duas ou mais infrações, idênticas ou não, aplicar-se-ão, cumulativamente, as penas em que houver incorrido.

Parágrafo único. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, praticar duas ou mais infrações da mesma espécie, e pelas condições de tempo e lugar, maneira de execução e outras semelhantes, deverem as infrações subseqüentes ser havidas como continuação da primeira, ser-lhe-á imposta a pena de uma só das infrações, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

Art. 145. Nos casos de ignorância ou de errada compreensão da lei, quando excusáveis, poderá a pena, excepcionalmente, deixar de ser aplicada.

Art. 146. Nos casos omissos observar-se-ão os dispositivos da legislação comum, no que fôrem aplicáveis.

## TÍTULO VI

### CAPÍTULO I

#### DO QUADRO DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Art. 147. O Tribunal Marítimo terá o seu quadro próprio a ser proposto pelo Tribunal e submetido à aprovação do Congresso Nacional, mediante mensagem do Poder Executivo.

### CAPÍTULO II

#### DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 148. Os juizes do Tribunal Marítimo gozarão da inamovibilidade e das deferências devidas ao seu cargo.

Parágrafo único. O tempo de serviço prestado ao Tribunal, na vigência das leis anteriores, será contado para todos os efeitos como de serviço público federal.

Art. 149. O presidente do Tribunal Marítimo terá o vencimento correspondente ao seu posto militar na ativa.

Parágrafo único. Fica extinto no Quadro Permanente do Ministério da Marinha um cargo em comissão, padrão CC-1.

Art. 150. Os procuradores, adjuntos de procurador e advogados de ofício gozarão de direitos e garantias equivalentes aos dos membros do Ministério Público.

Art. 151. Aos demais funcionários do Tribunal e no que concerne ao aproveitamento de cargos, direitos e vantagens, deveres e responsabilidades, aplicam-se as disposições da legislação que estiver em vigor para os servidores públicos federais, com as alterações decorrentes da presente lei.

Art. 152. Fica estabelecido para o Tribunal o regime das férias coletivas.

Parágrafo único. O período de sessenta dias, contado a partir de primeiro de fevereiro, será de férias para o Tribunal, que somente se reunirá para assunto de alta relevância, por convocação extraordinária do seu presidente.

Art. 153. As férias dos procuradores, adjuntos de procurador e advogados de ofício, são de sessenta dias anuais, concedidos no período de férias do Tribunal.

Art. 154. O retardamento de processo por parte de juiz, procurador, adjunto de procurador ou advogado de ofício, determinará a perda de tantos dias de vencimentos quantos os excedidos dos prazos estabelecidos nesta lei, descontados no mês imediato àquele em que se verificar a falta.

Parágrafo único. O desconto far-se-á pela repartição pagadora, à vista de certidão, que o Secretário do Tribunal lhe remeterá *ex-officio*, sob pena de multa de Cr\$ 500.00 (quinhentos cruzeiros), imposta por autoridade fiscal, sem prejuízo da falta de exação no cumprimento do dever.

### CAPÍTULO III

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 155. Nos casos de matéria processual omissos nesta lei, serão observadas as disposições das leis de processo que estiverem em vigor.

Art. 156. Nos processos da competência do Tribunal Marítimo haverá custas, e estas serão cobradas em selos.

§ 1º Enquanto não for aprovado um regimento de custas para o Tribunal, aplicar-se-á, no que for aplicável, o da justiça do Distrito Federal.

§ 2º A cobrança de custas no Tribunal não exclui o pagamento do imposto de selo, devido na conformidade da legislação fiscal em vigor.

Art. 157. O Tribunal Marítimo deverá, no prazo de noventa dias, contados da publicação desta lei, ter elaborado o seu regimento para submetê-lo ao Presidente da República.

Parágrafo único. O regimento do Tribunal entrará em vigor no prazo de noventa dias para o país e cento e vinte dias para o exterior, a contar da sua publicação no órgão oficial.

Art. 158. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Renato de Almeida Guillobel.*

LEI N.º 2.181 — DE 5 DE FEVEREIRO  
DE 1954

*Altera o limite estipulado no Art. 1.º, in fine, do Decreto-lei n.º 2.987, de 27 de janeiro de 1941.*

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O limite estipulado no Art. 1.º, in fine, do Decreto-lei número 2.987, de 27 de janeiro de 1941, passa a ser de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de fevereiro de 1954; 123.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

José Américo

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.182 — DE 9 DE FEVEREIRO  
DE 1954

*Dá a garantia do Tesouro Nacional ao aval do Banco do Brasil S. A. nas promissórias de responsabilidade do Lóide Brasileiro Patrimônio Nacional.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É garantido pelo Tesouro Nacional o aval do Banco do Brasil S. A. nas promissórias de responsabilidade do Lóide Brasileiro — Patrimônio Nacional — decorrentes da prorrogação, por cinco anos, do prazo de liquidação do financiamento a que se refere o Decreto-lei n.º 8.017, de 29 de setembro de 1945.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de fevereiro de 1954. — João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.183 DE 9 DE FEVEREIRO  
DE 1954

*Cria Coletorias Federais nos Municípios de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro, e Ribeirão do Pinhal e Santa Mariana, Estado do Paraná, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º São criadas Coletorias Federais nos Municípios de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de Ribeirão do Pinhal e Santa Mariana, Estado do Paraná.

Art. 2.º O Ministério da Fazenda providenciará para que as exortorias de que trata esta lei sejam providas com o pessoal indispensável a execução de seus serviços, na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. Sempre que possível, esse provimento será feito com servidores lotados nas Coletorias de que cogitam os arts. 13 e 70 da Lei n.º 1.293, de 27 de dezembro de 1950.

Art. 3.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil cruzeiros) destinado a atender às despesas iniciais de instalação e de aluguel, no corrente exercício financeiro, das coletorias criadas no artigo 1.º, sendo para Material Permanente (Mobiliário de escritório, máquinas, aparelhos, e utensílios de escritório), 14 — Direção Geral da Fazenda Nacional 13 Diretorias das Rendas Internas, 03 — Coletorias Federais: Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros); para Material de Consumo (Artigos de Expediente, etc.) Direção Geral da Fazenda Nacional — Diretorias das Rendas Internas Coletorias Federais: Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), e para aluguel ou arrendamento de imóveis — Direção Geral da Fazenda Nacional, — Diretoria das Rendas Internas — Coletorias Federais: Cr\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros).

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de fevereiro de 1954. — João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.184 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 200.052,20 para pagamento de indenização devida a Zuccoli Despachos Marítimos y de Aduana.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, parágrafo 4.º da Constituição Federal a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 200.052,20 (duzentos mil, cinquenta e dois cruzeiros e vinte centavos) destinado ao pagamento da indenização devida a Zuccoli Despachos Marítimos y de Aduana, a título de lucros cessantes e despesas judiciais resultantes do abaloamento do navio "Bariloche" de sua propriedade, ocorrido a 24 de maio de 1941, no Porto do Rio Grande no Estado do Rio Grande do Sul, pelo cargueiro "Araraquara" pertencente ao Loide Nacional S. A. integrante da extinta Organização Henrique Lage.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal em 9 de fevereiro de 1954 — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.185 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1954

*Modifica a data de início da contagem do prazo para apresentação dos documentos e pedidos de regularização de posses de terrenos pertencentes ao domínio da União:*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70 parágrafo 4.º da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º Os pedidos de regularização de posses de terrenos do domínio da União bem como a apresentação dos respectivos títulos para exame

das repartições competentes, poderão ser feitos em qualquer tempo, enquanto não intimados os interessados.

Art. 2.º A intimação será feita diretamente à pessoa do ocupante das terras, e no caso de não se encontrada, de ocultar-se ou negar-se a apôr o ciente, far-se-á intimação por meio de editais.

Art. 3.º Os prazos do art. 2.º do decreto-lei n. 893, de 26 de novembro de 1938, do art. 61 e seus parágrafos do decreto-lei n. 9.760 de 5 de setembro de 1946 serão contados da data da intimação de parte do Serviço do Patrimônio da União.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal em 11 de fevereiro de 1954 — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.186 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 3.756.869,20, para pagamento de gratificação adicional aos servidores do Tribunal de Contas.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do art. 70, parágrafo 4.º da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado, a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 3.756.869,20 (três milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e sessenta e nove cruzeiros e vinte centavos), destinado ao Tribunal de Contas para pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço aos seus servidores, correspondente ao exercício de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal em 11 de fevereiro de 1954 — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.186-A — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1954

*Estende às empresas editoras ou impressoras de livros, os favores concedidos às empresas jornalísticas pela Lei n.º 1.386, de 18 de junho de 1951, que regula a importação de papel e outros materiais de consumo de imprensa.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São extensivos às empresas editoras ou impressoras de livros os

favores concedidos às empresas jornalísticas pela Lei n.º 1.386, de 18 de junho de 1951, no que se refere à importação de papel para livros.

Art. 2.º O prazo a que se refere o art. 3.º da Lei n.º 1.386, de 18 de junho de 1951, no tocante à importação de papel solicitada no primeiro ano, será de 30 (trinta) dias após a vigência desta Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.187 — DE 16 DE FEVEREIRO DE 1954

*Cria o Laboratório Central de Contrôlo de Drogas e Medicamentos, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É criado, (... Vetado ...) o Laboratório Central de Contrôlo de Drogas e Medicamentos.

Art. 2.º O Laboratório Central de Contrôlo de Drogas e Medicamentos tem por finalidade:

a) Examinar e analisar drogas, plantas medicinais, especialidades farmacêuticas, antissépticos, desinfetantes, produtos biológicos e químicos, e quaisquer outras substâncias que interessem à saúde pública, nos termos que dispuser o regulamento;

b) Favorecer o desenvolvimento técnico-científico da indústria farmacêutica do país, estabelecendo, mantendo e fornecendo normas e padrões necessários a essa indústria e à de produtos biológicos;

c) Propor a cassação da licença de produtos cuja análise sistemática provar má-fé do seu fabricante, bem como a modificação das fórmulas em que os conhecimentos científicos atualizados venham provar inatividade ou dano para a saúde pública;

d) Dar parecer de ordem técnica nos pedidos feitos ao Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina de licenciamento de novos produtos de qualquer natureza e realizar-lhes a devida análise prévia;

e) Propor (... Vetado ...) alterações nas exigências relativas à instalação de laboratórios industriais de qualquer fim, atendendo aos aperfeiçoamentos técnicos surgidos;

f) Colaborar, quando solicitado, com a Comissão de Revisão da Farmacopéia Brasileira e bem assim com os demais laboratórios federais e estaduais;

g) Organizar estatísticas e sinopses dos seus trabalhos;

h) Exercer as atribuições de órgão consultivo dos governos federal e estaduais, e outras atribuições implicitamente compreendidas nas suas finalidades técnico-científicas, conforme dispuser o regulamento.

Parágrafo único. E' ressalvada a atribuição conferida por lei a outros laboratórios federais, quanto à análise de produtos biológicos e químicos que não interessarem à saúde pública. Todavia é facultativo, nesta

hipótese, à autoridade competente requisitar a análise do Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos.

Art. 3.º As análises e exames de drogas, plantas medicinais, especialidades farmacêuticas, produtos biológicos, químicos e farmacêuticos de higiene e toucador, antissépticos e quaisquer outras substâncias que interessarem à saúde pública, poderão ficar, nos Estados, a cargo das seções regionais de análise, e enquanto estas não forem criadas, a cargo dos laboratórios estaduais, em virtude de convênios celebrados entre a União e os Estados.

Art. 4.º Vetado.

§ 1.º O Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos terá a colaboração da Comissão de Biofarmácia, que se reunirá sob a presidência do diretor do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, nos termos que dispuser o seu regulamento.

§ 2.º A Comissão de Biofarmácia terá como membros o seu presidente, o diretor do Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos e cinco especialistas escolhidos pelo diretor do Departamento Nacional de Saúde, em lista triplíce, organizada de dois em dois anos pelo diretor do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, e que serão:

- a) Um professor catedrático ou docente de Química Industrial ou de Farmácia Química;
- b) Um professor catedrático ou docente de Farmacologia;
- c) Um biologista;
- d) Um farmacêutico do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina;
- e) Um médico clínico.

§ 3.º A Comissão de Biofarmácia terá ainda o concurso de dois membros escolhidos pelo diretor do Departamento Nacional de Saúde em lista triplíce, organizada de dois em dois anos pelos sindicatos das indústrias de produtos farmacêuticos.

§ 4.º Os membros da Comissão de Biofarmácia têm direito à gratificação de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) por sessão, cujo número não poderá ultrapassar de quatro por mês.

Art. 5.º O Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos terá as seguintes seções:

- a) de Química;
- b) de Farmacologia;
- c) de Padronagem;
- d) Administrativa.

Art. 6.º Excetuados os preparados farmacêuticos novos, que aguardem licenciamento pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, e salvo condições técnicas especiais que exijam maiores prazos especificados no regulamento, as análises dos produtos químicos, drogas e plantas medicinais serão efetuadas em trinta dias contados da data da apresentação das amostras, e a dos preparados farmacêuticos e biológicos dentro de sessenta dias.

Art. 7.º O Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos, as seções regionais de análises e os serviços estaduais, incumbidos da execução desta lei, enviarão ao Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina uma relação mensal dos seus trabalhos, da qual constarão a data da apresentação das respectivas amostras para análise, assim como a data em que esta foi concluída e entregue.

Art. 8.º O Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina providenciará para a apuração da causa de inobservância dos prazos estabelecidos no art. 6.º, bem como da responsabilidade que couber ao servidor público lotado no Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos.

Art. 9.º São criadas as seguintes taxas:

I — Taxa de inscrição obrigatória e anual de qualquer laboratório industrial com sede no país, devidamente licenciado pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e órgãos estaduais congêneres, e onde se fabriquem, manipulem ou acondicionem produtos químicos, biológicos, farmacêuticos em geral, drogas, plantas medicinais, desinfetantes, antissépticos, produtos de higiene e de toucador, e outros que interessem à medicina e a saúde pública, determinada de acordo com o capital da firma proprietária, variando de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) a Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), mediante guia fornecida pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina ou órgãos congêneres;

II — Taxa especial sobre representantes ou depositários de laboratórios estrangeiros, variando de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) proporcionalmente ao número de produtos de sua representação, nos termos que dispuser o regulamento;

III — Taxa especial de análise prévia e de análise solicitada, ambas arbitradas nos termos que dispuser o regulamento.

IV — Taxa especial sobre fornecimento de soluções, padrões de reagentes à indústria, arbitrada nos termos que dispuser o regulamento.

Art. 10. Constituirão, também, renda do Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos as taxas de análise, bem como a retribuição de quaisquer outros trabalhos científicos ou tecnológicos, realizados pelo Laboratório na conformidade do regulamento.

Art. 11. Os direitos e vantagens dos servidores do Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos, relativos a descobertas técnicas de pesquisas, de autenticidade comprovada, que os mesmos realizarem nas dependências do próprio Laboratório, serão regulados nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Art. 12. São criados no Quadro Permanente do Ministério da Saúde um cargo isolado de provimento em comissão, padrão CC-5, de diretor do Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos, e cinco funções gratificadas, sendo quatro de chefe de seção, FG-3, e uma de secretário do diretor, FG-4, todas do mesmo Laboratório.

Art. 13. O pessoal técnico e administrativo, excluído o de que trata o artigo anterior, necessário à instalação e funcionamento do Laboratório, será o constante da lotação que, nos termos do regulamento, for fixado mediante aproveitamento de servidores efetivos e extranumerários de outras repartições, respeitada a função inerente ao cargo ou carreira a que pertencer o funcionário.

Art. 14. O pessoal extrapumerário do Instituto Oswaldo Cruz que se achar contratado para a realização da análise de produtos farmacêuticos, poderá optar pelo seu aproveitamento no Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos.

Art. 15. Nenhum servidor do Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos poderá ser proprietário, sócio, diretor, empregado, nem consultor científico ou assessor técnico, nem ter outro título, nem exercer cargo equivalente de qualquer organização particular que explore a indústria ou o comércio de produtos farmacêuticos.

Art. 16. É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a organização e a instalação do Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de fevereiro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS.

Miguel Couto Filho.  
Oswaldo Aranha.

LEI N.º 2.188 — DE 3 DE MARÇO  
DE 1954

*Altera os valores dos símbolos referentes ao pagamento de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas do Poder Executivo da União e dos Territórios, e dá outras providências.*

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º Os símbolos referentes ao padrão de vencimentos de cargos isolados do Poder Executivo da União e dos Territórios passam a ter os seguintes valores mensais :

<i>Padrão</i>	<i>Cr\$</i>
CC-1 .....	20.000,00
CC-2 .....	17.000,00
CC-3 .....	16.000,00
CC-4 .....	15.000,00
CC-5 .....	14.000,00
CC-6 .....	13.000,00
CC-7 .....	12.000,00

Art. 2.º As funções gratificadas do Poder Executivo da União e dos Territórios corresponderão aos seguintes símbolos e valores mensais :

<i>Símbolo</i>	<i>Cr\$</i>
FG-1 .....	5.500,00
FG-2 .....	4.000,00
FG-3 .....	3.000,00
FG-4 .....	2.000,00
FG-5 .....	1.000,00
FG-6 .....	800,00
FG-7 .....	600,00
FG-8 .....	400,00

Art. 3.º As funções de chefia, de assistentes, de assessores ou secretários de chefes de serviço e outras já criadas em lei, ou pelos atuais regimentos dos órgãos respectivos, e para as quais ainda não foram estabelecidas as gratificações correspondentes, ou não tiverem sido reajustadas aos valores fixados na Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, o Poder Executivo as atribuirá, obedecido o princípio de hierarquia funcional, a analogia das funções, a importância, vulto e complexidade das respectivas atribuições e responsabilidade que as envolvam, e respeitado o escalonamento de que trata o art. 2.º desta Lei.

§ 1.º Para o fim previsto neste artigo, o Poder Executivo nomeará comissão da qual farão parte o diretor de Serviço do Pessoal do Ministério

da Fazenda, o diretor de Divisão do Pessoal do Departamento Administrativo do Serviço Público, os diretores da Divisão do Pessoal dos demais Ministérios civis e as autoridades equivalentes nos Ministérios militares, a qual, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da vigência desta Lei, organizará a relação total das funções gratificadas, classificando-as de acordo com os valores fixados nesta Lei.

§ 2.º A relação, a que se refere o parágrafo anterior, será submetida à aprovação do Presidente da República e publicada mediante decreto.

Art. 4.º As atuais funções gratificadas passarão a ser pagas segundo os novos valores dos respectivos símbolos.

Parágrafo único. Quando os valores atuais das funções gratificadas não corresponderem aos dos símbolos instituídos pelo art. 6.º, § 1.º, da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, serão considerados, para os fins deste artigo, os símbolos de valores imediatamente superiores da referida Lei, e não os havendo, os de valor mais aproximado.

Art. 5.º Os ocupantes dos cargos e das funções gratificadas ficam sujeitos ao regime de 43 (quarenta e três) horas de trabalho semanal.

Art. 6.º O vencimento, ou salário de servidor acrescido do valor da função gratificada não poderá, em caso algum, exceder o valor do vencimento, ou salário do cargo isolado de provimento, em comissão, da autoridade a que estiver imediatamente subordinado.

Art. 7.º Os ocupantes efetivos, inclusive os já aposentados, de cargo de chefia, diretor ou diretor geral, ficam classificados, para todos os efeitos, no símbolo, com o valor fixado nesta Lei, de cargo correspondente da mesma denominação, ou segundo a hierarquia, quando alterada a nomenclatura.

Art. 8.º Os proventos dos servidores aposentados, ou em disponibilidade, serão reajustados, de acordo com os novos valores, estabelecidos nesta Lei.

Art. 9.º Os servidores, de que tratam os arts. 7.º e 8.º, terão os seus títulos de inatividade apostilados pela Diretoria da Despesa Pública do Tesouro Nacional, desde que o requieram.



Art. 10. As disposições desta Lei applicam-se ao pessoal das autarquias, condicionando-se às possibilidades financeiras da respectiva entidade.

Art. 11. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ... 38.172.000,00 (trinta e oito milhões, cento e setenta e dois mil cruzeiros) para atender, a partir de 1 de abril de 1953, as despesas decorrentes da execução da presente Lei.

Art. 12. O pagamento dos aumentos constantes desta Lei não dependerá de registro prévio do Tribunal de Contas e os órgãos pagadores são autorizados a efetuá-lo independente dessa formalidade.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de março de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS.

Tancredo de Almeida Neves.

Renato de Almeida Goullobel.

Zenobio da Costa.

Vasco T. Leitao da Cunha.

Oswaldo Aranha.

Jose Americo.

João Cleofas.

Antonio Babinio.

Hugo de Araujo Faria.

Ivete Moura.

Miguel Couto Filho.

LEI N.º 2.189 — DE 3 DE MARÇO  
DE 1954

*Reorganiza os Cursos do Departamento Nacional da Criança (C.D.N.Cr.) e dá outras providências.*

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º Os Cursos do Departamento Nacional da Criança (C. D. N. Cr.), instituídos pelo Decreto-lei nº 4.730, de 23 de setembro de 1942, e reorganizados pelo Decreto-lei número 5.912, de 25 de outubro de 1943, têm por objetivo :

I — formar pessoal habilitado a organizar e dirigir serviços de proteção à maternidade, à infância e à adolescência;

II — promover o aperfeiçoamento, ou a especialização de pessoal para as diversas atividades dos serviços de proteção à maternidade, à infância e à adolescência; e

III — preparar pessoal habilitado a executar serviços auxiliares atinentes às finalidades do Departamento Nacional da Criança (D.N.Cr.).

Art. 2.º Para atender aos seus fins, os C.D.N.Cr. compreenderão :

I — Curso de Puericultura e Administração (C.P.A.);

II — Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização (C.A.E.);

III — Cursos de Adestramento de Pessoal Auxiliar (C.A.P.).

Art. 3.º Os serviços administrativos dos C.D.N.Cr. serão executados, sob a supervisão do diretor, pelo secretário, por funcionários lotados e por extranumerários admitidos na forma da lei.

Parágrafo único. O secretário será designado pelo diretor geral do D. N. Cr., mediante proposta do diretor dos C.D.N.Cr., dentre os servidores do Ministério da Saúde.

Art. 4.º O ensino será ministrado por professores e assistentes designados pelo diretor geral do D. N. Cr. mediante proposta do diretor dos C. D.N.Cr., dentre especialistas nacionais ou estrangeiros, servidores do Estado, ou não.

§ 1.º Os professores e assistentes também poderão ser admitidos, como extranumerários, na forma da lei.

§ 2.º Os funcionários designados na forma deste artigo poderão, em casos especiais, mediante autorização do Presidente da República, ser dispensados dos trabalhos da repartição ou serviço em que estiverem lotados, mas ficarão obrigados, nesta hipótese, a dezoito horas semanais de aulas ou trabalhos escolares.

Art. 5.º Poderão ser concedidas, anualmente, dentro dos recursos orçamentários, bolsas de estudo a candidatos residentes fora da cidade em que se realizarem os cursos do Departamento Nacional da Criança.

§ 1.º Cada bolsa de estudo constará de uma importância mensal que será fixada pelo Ministro da Saúde, por proposta do diretor geral do De-

partamento Nacional da Criança, ouvido o diretor dos cursos.

§ 2.º A distribuição das bolsas pelas unidades federadas e o processo da seleção dos beneficiários serão disciplinados na forma prescrita por regulamento.

§ 3.º O transporte dos bolsistas, professores e assistentes correrá por conta do Governo Federal.

Art. 6.º As bolsas de estudo e os honorários de professores e assistentes serão pagos pelo regime de adiantamento.

Art. 7.º As condições de matrícula, o processo de verificação de aproveitamento e demais condições relativas à organização dos C.D.N.Cr. serão fixados em regulamento.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de março de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Miguel Couto Filho.

LEI N.º 2.190 — DE 5 DE MARÇO DE 1954

*Modifica o artigo 7.º da Lei número 1.815, de 18 de fevereiro de 1953.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º O artigo 7.º da Lei número 1.815, de 18 de fevereiro de 1953, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 7.º É abolida a cobrança das taxas estabelecidas no art. 3.º e no parágrafo único do art. 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 20.491, de 24 de janeiro de 1946”.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de março de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.191 — DE 5 DE MARÇO DE 1954

*Dispõe que o conserto de carga e descarga, nos portos organizados, será feito, com exclusividade, por profissionais matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º O conserto de carga e descarga, nos portos organizados, será feito, com exclusividade, por profissionais matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.

Art. 2.º Compete às Delegacias do Trabalho Marítimo, de acordo com as peculiaridades inerentes a cada porto:

- a) expedir as instruções referentes ao exercício da profissão;
- b) estabelecer o horário de trabalho;
- c) fixar o quadro na base territorial de cada porto; e
- d) estipular os salários respectivos.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de março de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.192 — DE 6 DE MARÇO DE 1954

*Dispõe sobre as contribuições para o Montepio civil.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Para efeito de percepção de pensão, por parte de seus herdeiros, considerar-se-ão os servidores públicos nomeados e falecidos entre 1916 e 1926, como se contribuintes houvessem sido do extinto Montepio Civil.

§ 1.º Das pensões dos herdeiros que vierem a se habilitar perante o Tesouro Nacional serão descontadas, em quarenta e oito prestações, as quantias correspondentes às contribuições que deveriam ter sido recolhidas dos servidores referidos neste artigo.

§ 2.º O desconto será feito de maneira que, no término de quarenta e oito meses, os herdeiros habilitados passem a receber a pensão nas mesmas bases dos pensionistas em iguais condições.

§ 3.º A inscrição e a percepção da pensão dos herdeiros atingidos por esta lei far-se-ão na forma da legislação do Montepio Civil, obedecidas todas as alterações posteriores.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de março de 1954; 183.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.193 — DE 9 DE MARÇO DE 1954

*Dispõe sobre a execução dos serviços a cargo da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.*

O Presidente da República;

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os serviços a cargo da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional serão executados:

a) por pessoal mensalista, ao qual se aplicará a legislação dos extranumerários da União;

b) por pessoal empregado, que ficará sujeito ao regime de emprego previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2.º O pessoal mensalista é admitido exclusivamente para atender aos serviços da Superintendência.

Art. 3.º O pessoal empregado é destinado a atender às necessidades dos serviços afetos às Empresas Subordinadas a Superintendência.

Parágrafo único. O salário do pessoal empregado será fixado de acordo com o salário mínimo da região e o valor atribuído, no mercado de trabalho local, ao tipo de atividade a ser desempenhada.

Art. 4.º A admissão, movimentação, dispensa e demais atos relativos ao pessoal de que tratam os arts. 2.º e 3.º são da alçada do Superintendente.

§ 1.º É vedada a admissão, a qualquer título, de pessoal, nos serviços da Superintendência, sem prévia prova pública de habilitação e atendida a ordem rigorosa de classificação dos candidatos aprovados sob pena de nulidade de pleno direito do ato e responsabilidade do administrador que o praticar.

§ 2.º O disposto no parágrafo anterior não se aplica às funções de confiança ou de provimento em comissão, assim declarados no ato de sua criação.

§ 3.º Os empregados das Empresas Incorporadas só serão admitidos mediante autorização prévia e expressa do Presidente da República, sob as mesmas penas estabelecidas no § 1.º deste artigo.

§ 4.º As funções de extranumerário da Superintendência serão criadas por decreto do Poder Executivo e os empregados das Empresas Incorporadas mediante autorização do Presidente da República, ouvido o Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 5.º Os atuais extranumerários da Superintendência e das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, amparados pelo art. 23 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição, passam a integrar funções, extintas, quando vagarem, em tabela numérica de mensalista, parte suplementar do Ministério da Fazenda, até seu aproveitamento em cargos, assegurados pelo art. 257, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 6.º Os atuais quadros de pessoal da Superintendência e das Empresas subordinadas serão reorganizados a fim de se ajustarem às reais necessidades dos serviços e às responsabilidades financeiras.

§ 1.º O pessoal dispensado por força da reorganização de que trata esse artigo será indenizado na forma prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, qualquer que seja sua classificação atual.

§ 2.º Não terá direito à indenização o pessoal sujeito ao regime da legislação de extranumerário que for

aproveitado em vagas existentes em outra entidade autônoma ou no serviço público federal.

§ 3.º Os extranumerários e empregados que forem dispensados e indenizados nos termos do § 1.º deste artigo, só poderão reingressar nos serviços da Superintendência e das Empresas incorporadas, ou ser investidos em qualquer cargo ou função pública, seja qual for a sua natureza, e ainda em emprego de sociedade de economia mista, se satisfazendo as demais condições previstas em lei, provarem haver reembolsado a quem de direito a indenização percebida.

§ 4.º O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeitará o ato de investidura e a autoridade que o praticar às consequências mencionadas no § 1.º do art. 4.º da presente lei.

§ 5.º Serão automaticamente extintas as funções e empregos vagos à data da publicação desta Lei.

§ 6.º Dentro do prazo de 90 (noventa) dias o Poder Executivo aprovará, por decreto, a reorganização de que trata o presente artigo, com as tabelas de salário do pessoal da Superintendência e das Empresas incorporadas e, bem assim, a lotação numérica e nominal de todos os extranumerários e empregados, observado o disposto no parágrafo anterior e no § 4.º do art. 4.º.

§ 7.º Durante os primeiros 30 (trinta) dias do prazo mencionado no parágrafo anterior, será concedido ao pessoal que for mantido em suas funções o direito de optar expressamente pela situação de extranumerário ou de empregado.

Art. 7.º A Superintendência e as Empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional estão incluídas na letra a do art. 139 da Lei n.º 830, de 23 de setembro de 1949.

Art. 8.º Revogadas as disposições em contrário e, especialmente o Decreto-lei n.º 8.249, de 29 de novembro

de 1945, esta Lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 9 de março de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.194 — DE 19 DE MARÇO DE 1954

*Provê sobre a expedição e utilização de títulos eleitorais.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, no termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O disposto no § 3.º do art. 197 da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral) é extensivo às eleições, inclusive as suplementares, que se realizarem, no país, até o dia 31 de dezembro de 1955.

Art. 2.º Os títulos eleitorais, expedidos a partir da data da vigência desta lei, não conterão o retrato do eleitor.

Parágrafo único. O retrato do eleitor, no respectivo título, passará a ser obrigatoriamente adotado no alistamento que se fizer a partir de 1.º de janeiro de 1956.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 19 de março de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.195 — DE 31 DE  
DE MARÇO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a ampliar as concessões em vigor para exploração do serviço telegráfico interior, por empresas que possuem cabos submarinhos ou subfluviais.*

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

## A P E N S O

I - Figuram neste apenso os decretos legislativos e as leis que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados depois do segundo dia útil do primeiro trimestre de 1954;

II - A reprodução feita no primeiro trimestre de 1954



---

# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

## 1954

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 9, de 1953

Art. 1.º É mantida a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 11 de dezembro de 1951, denegou registro ao termo de contrato celebrado em 2 de agosto do mesmo ano, entre a União Federal e a Empresa de Engenharia Ceip Ltda., para execução do levantamento topográfico e elaboração da planta cadastral da orla marítima da ilha de Paqueta na Baía de Guanabara, Distrito Federal.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de março de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 15, de 1953

Art. 1.º São aprovados o termo de contrato de 22 de dezembro de 1950 e o termo de 2 de janeiro de 1951, aditivo ao mesmo, ambos celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Martins Mendes & Cia. Ltda., para construção de linhas de ductos, subterrânea, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de abril de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 25, de 1953

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 17 de dezembro de 1951, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Jose Brito, para

construção, no terreno da Estação Rádio Transmissora de Manguinhos, de um pavilhão destinado ao Posto de Lubrificação dos carros do D. C. T.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 24 de abril de 1953. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 38, de 1953

Art. 1.º É mantida a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 5 de outubro de 1951, denegou o registro ao contrato celebrado em 21 de agosto desse ano, entre o Serviço do Patrimônio Nacional e a firma Edson de Alencar Cabral, para execução, por empreitada, do levantamento topográfico e da elaboração da planta cadastral de trecho da orla marítima da Ilha do Governador, no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 26 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 39, de 1953

Art. 1.º É mantida a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 2 de agosto de 1951, denegou registro ao contrato celebrado em 19 de junho desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde, e a firma Genésio Gouveia S. A. para demolição de muros de concreto que constituiram as fundações da antiga construção do Manicômio Judiciário do Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 26 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 56, de 1953

Art. 1.º É aprovada a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 5 de dezembro de 1951, autorizou o registro, sob reserva da despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 1.383.520,00 (um milhão, trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e vinte cruzeiros), cujo adiantamento foi requisitado em nome do Diretor do Serviço Nacional de Teatro, Aldo Calvet, para atender as despesas decorrentes da concessão de auxílios a várias companhias teatrais.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de julho de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Presidente do Senado Federal.



Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO**

N.º 80, de 1953

Art. 1.º É mantida a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 4 de janeiro de 1952, denegou registro a rescisão de 29 de novembro de 1951 e ao contrato de 3 desse mesmo mês e ano, para fornecimento a repartições dependentes do referido Ministério.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO**

N.º 81 de 1953

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado em 22 de outubro de 1950, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Somag - Sociedade de Engenharia Ltda., para a construção da Agência Postal de Indaiatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO**

N.º 82, de 1953

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado em 30 de dezembro de 1950, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Byington & Cia., para que sejam fornecidos àquele Departamento 16 (dezesseis) conjuntos amplificadores para rádio na importância de Cr\$ 5.792.000,00 (cinco milhões, setecentos e noventa e dois mil cruzeiros).

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO**

N.º 83, de 1953

Art. 1.º É aprovado o termo aditivo de contrato celebrado em 17 de abril de 1951, entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Sociedade Anônima Rádio Tupi que prorroga por 10 (dez) anos, a partir de 11 de

fevereiro de 1936 o prazo do contrato para estabelecimento de uma estação radiodifusora no Distrito Federal.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte:

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 92, de 1953

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 11 de dezembro de 1951, denegou registro ao termo de contrato celebrado em 5 de novembro desse mesmo ano, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e José Rodrigues Pereira, para cercar e fazer o levantamento topográfico do terreno de Ponta de Ismael, em Manaus, Estado do Amazonas, doado ao Governo Federal pela Lei Estadual n.º 54, e destinado à instalação de uma estação rádio-receptora daquele Departamento.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte:

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 93, de 1953

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco e a firma Construtora J. Ferreira Marques, para construção da Estação Rádio-Receptora de Pau Ferro e de residência para funcionários, no mesmo local, na importância de Cr\$ 768.166,00 (setecentos e sessenta e oito mil, cento e sessenta e seis cruzeiros).

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte:

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 94, de 1953

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas denegou registro ao contrato celebrado a 23 de dezembro de 1952, entre a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União, no Estado do Rio de Janeiro, e José

Borges, para locação do imóvel constituido pelos 1.º e 2.º pavimentos do prédio n.º 559, da rua Visconde do Rio Branco, na cidade de Niterói, Capital daquêlle Estado.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 98, de 1953

Art. 1.º — E' aprovado o contrato celebrado em 21 de Outubro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Cláudio Pacheco e sua mulher Miriam de Nazare Sampaio Pacheco, para fins de irrigação agricola em sua propriedade, denominada "Morros", no Município de Terezina, Estado do Piauí.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de Dezembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 99, de 1953

Art. 1.º — E' aprovado o Acôrdo firmado em 27 de Agôsto de 1951, entre os governos dos Estados Unidos do Brasil e a Repartição Sanitária Panamericana, para funcionamento

do Escritório Regional da Repartição, no Rio de Janeiro.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de Dezembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 100, de 1953

Art. 1.º — E' aprovado o contrato celebrado a 2 de Janeiro de 1952, entre a Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura e Adolfo Xerer de Oliveira Góes, para locação de um imóvel situado na rua Visconde de Sousa Franco n.º 70, na cidade de Vigia, Estado do Pará.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

Senado Federal, em 24 de Dezembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 101, de 1953

Art. 1.º E' aprovado o termo do contrato celebrado em 16 de junho de 1952, entre o Ministério da Aeronáutica e Juhn Putman Webber, para de-

sempenhar, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, as funções de Professor Associado de Meteorologia Sinóptica.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de dezembro de 1953.

ALFREDO NEVES

Primeiro Secretário, no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou e, nos termos do art. 27, letra n. de Regimento Interno, eu promulgo a seguinte:

#### RESOLUÇÃO

N.º 20, de 1953

Artigo único. É o Estado de São Paulo autorizado a assumir, perante o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, as obrigações e responsabilidades para a efetivação dos compromissos no contrato de fundos para o projeto previsto no empréstimo de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares), a ser feito pelo referido Banco às Usinas Elétricas de Paranapanema S. A.

Senado Federal, em 20 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.142 — DE 24 DE  
DEZEMBRO DE 1953

*Promulga dispositivo do projeto que se transformou na Lei n. 2.142, de 24 de dezembro de 1953, vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, o seguinte dispositivo da Lei n.º 2.142, de 24 de dezembro de 1953:

Art. 2.º Fica assegurada, aos professores catedráticos e aos adjuntos dos estabelecimentos de ensino militar a igualdade de situação com os professores catedráticos e dirigentes do Colégio Pedro II, na forma estabelecida no art. 15 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, combinada com o art. 4.º do Decreto-lei n.º 103, de 23 de dezembro de 1937.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1954; 132.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS.

LEI N.º 2.146 — DE 29  
DE DEZEMBRO DE 1953

*Manda aplicar aos Corretores, Câmaras Sindicais, Juntas, Bolsas de Mercadorias e Caixas de Liquidação de todo o país, a legislação anteriormente decretada para o Distrito Federal e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º As Bolsas oficiais de Valores são órgãos auxiliares dos poderes públicos, na fiscalização dos lançamentos de emissões de títulos, por subscrição pública.

§ 1.º Nas emissões por subscrição pública interferirá sempre o corretor oficial de valores, sob pena de nulidade de pleno direito.

§ 2.º As compras e vendas de títulos particulares a prestação serão reguladas, no que couber, pelas disposições do Decreto-lei de n.º 3.545, de 22 de agosto de 1941.

§ 3.º Para a fiel observância do disposto neste artigo, as Câmaras Sindicais das Bolsas de Valores pode-

rão credenciar agentes de corretores oficiais e de entidades para colocação de emissões de títulos.

Art. 2.º Ascendentes e descendentes não poderão exercer, concomitantemente na mesma Bolsa, o cargo de corretor oficial de valores.

Art. 3.º Os corretores oficiais de valores poderão ter, na sede da respectiva Bolsa, apenas um preposto além de seu eventual assistente-sucessor; dentro da mesma jurisdição, poderão nomear até 3 (três) prepostos, 1 (um) em cada cidade.

§ 1.º É ressalvado o direito dos corretores de manter os seus atuais prepostos e adjuntos.

§ 2.º No caso de vacância do ofício, o preposto assistente-sucessor de corretor oficial continuará no exercício do cargo, uma vez comprovadas as formalidades legais.

§ 3.º A idade mínima para a nomeação para o cargo de corretor é de 21 (vinte e um) anos.

Art. 4.º Os corretores oficiais de valores poderão ter dois protocolos, um para registro de títulos e outro para câmbio, escrituráveis por cópia e ambs com fé pública, desde que revestidos das formalidades legais.

Art. 5.º Os corretores oficiais de valores poderão associar-se entre si, exclusivamente, para a constituição e funcionamento da Caixa de Liquidação e Câmara de Compensação, bem como para a construção ou aquisição do prédio de propriedade da respectiva Corporação.

§ 1.º As Caixas de Liquidação e Câmaras de Compensação serão organizadas segundo as leis vigentes e às peculiaridades de cada Bolsa de Valores.

§ 2.º O capital das aludidas sociedades será de subscrição exclusiva dos corretores oficiais de valores e alienável, apenas, aos seus sucessores no ofício.

§ 3.º Em caso de morte, a quota-parte do corretor na sociedade disciplinada neste artigo será paga aos seus legítimos herdeiros ou legatários, devendo o corretor nomeado para sucedê-lo contribuir com igual quantia.

Art. 6.º Os corretores oficiais de valores poderão constituir sociedades financeiras, especializadas em negócios mobiliários.

§ 1.º Constará do contrato social que o ofício público e a sua gestão são pessoais do corretor e indelegáveis a sociedade, podendo ser transferido apenas ao sucessor legal no ofício, por morte ou desistência do respectivo titular.

§ 2.º O contrato social somente terá por objeto a gestão do capital e não do cargo do corretor.

§ 3.º O corretor responderá, com a garantia de sua fiança, pecúlio, bens particulares e capital social, perante a Câmara Sindical e seus comitentes, pela final liquidação dos negócios em que interferir.

Art. 7.º Os mandatos dos Síndicos das Câmaras Sindicais e das Comissões de Contabilidade serão de 2 (dois) anos, podendo haver reeleição.

Art. 8.º São elevados ao dobro os atuais emolumentos fixos dos corretores de navios, constantes da Tabela anexa ao Decreto de número 19.009, de 27 de novembro de 1929.

Art. 9.º Continua em vigor, no que não colidir com a presente Lei, toda a legislação federal e estadual referente à matéria.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de dezembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 2.147 — DE 29  
DE DEZEMBRO DE 1953

*Institui gratificação de representação aos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho perceberão mensalmente Cr\$ 1.000,00 — (mil cruzeiros) — a título de gratificação de representação.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de dezembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 2.148 — DE 20 DE DEZEMBRO  
DE 1953

*Concede a pensão especial de Cr\$ .... 4.000,00 mensais, respectivamente, à viúva e filhas solteiras do Professor Arduino Fontes Bolívar, às viúvas dos Engenheiros e ex-Senadores Jose Matoso Sampaio Corrêa e Henrique de Novais e a orfã e neta do Marechal Floriano Peixoto.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º. É concedida a Angelina Murer Bolívar, Tereza Cristina Bolívar e Maria Teresa Bolívar, respectivamente, viúva e filhas solteiras do professor Arduino Fontes Bolívar, a pensão especial de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) mensais.

Art. 2.º. O valor da pensão concedida no artigo 1.º deve ser dividido em duas partes iguais, de modo a caber uma à viúva Angelina Murer Bolívar, sendo retada a outra entre as duas filhas solteiras Tereza Cristina Bolívar e Maria Teresa Bolívar.

Parágrafo Único. Por morte da mãe viúva haverá reversão de sua quota às duas filhas solteiras, cujo direito à pensão especial cessará desde que se casem.

Art. 3.º. É, também, concedida a Luiza Matoso Sampaio Corrêa e a Maria Eugênia Matoso de Novais, viúvas, respectivamente, dos Engenheiros e ex-Senadores José Matoso Sampaio Corrêa e Henrique e Novais, enquanto permanecerem em estado de viuvez, e a Cândida Pessoa Barreto, órfã e neta do Marechal Floriano Peixoto, a pensão especial de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) mensais a cada uma.

Art. 4.º. O pagamento das pensões estipuladas nesta lei correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 5.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de dezembro de 1953.

João Café Filho

LEI N.º 2.149 — DE 29  
DE DEZEMBRO DE 1953

*Dispõe sobre a impressão de todos os trabalhos de autoria do inventor e grande descobridor patricio Alberto Santos Dumont.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º. Em homenagem às comemorações do cinquentenário da descoberta da dirigibilidade do mais leve que o ar — aerostatos — o Instituto Nacional do Livro mandará imprimir, em edição especial, todos os trabalhos escritos pelo inventor e grande descobridor patricio Alberto Santos Dumont.

Art. 2.º. A fim de atender às despesas de impressão a que se refere o artigo 1.º, é o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de .... Cr\$ 500.000,00 — (quinhentos mil cruzeiros).

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de dezembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

## EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos  
volumes I e II de 1954, desta  
coleção, classificados pela or-  
dem alfabética dos assuntos





## EMENTÁRIO

### A

#### ABREU, TERRA & CIA.

*Transfere à Comissão Estadual de Energia Elétrica, do Estado do Rio Grande do Sul, a concessão de que era titular a firma Abreu, Terra & Cia., para aproveitamento do desnível existente no rio Ijuí-mirim e para distribuição de energia elétrica do município de Tupanciretã.*

Decreto n. 35.193 — de 13 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

#### ABROLINES ITALIANE INTERNAZIONALI (ALITALIA), SOCIETÀ PER AZIONI

*Concede à "Abrolines Italiane Internazionali (Alitalia), Società per Azioni", autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 34.820 — de 17 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1954.

#### ACIDENTES DO TRABALHO

*Revoga o Decreto n.º 31.645, de 23 de outubro de 1952, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.099 — de 19 de fevereiro de 1954

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1954.

— *Revoga o Decreto n.º 35.099, de 19 de fevereiro de 1954.*

Decreto n. 35.292 — de 31 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1954.

### ACORDOS

Decreto-legislativo n.º 99 — de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

— *Promulga o Acórdão sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e a Espanha, firmado no Rio de Janeiro, a 28 de novembro de 1949.*

Decreto n. 35.178 — de 11 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1954.

#### ADIDO MILITAR

*Cria o cargo de Adido Militar junto à representação diplomática do Brasil em Ottawa, Canadá.*

Decreto n. 35.169 — de 8 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1954.

#### ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO

*Altera a redação do § 1.º do art. 156 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto número 3.251, de 9 de novembro de 1938.*

Decreto n. 34.903 — de 7 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

#### ADMINISTRADOR DA ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAÍ

*Ver: Estrada de Ferro Santos a Jundiaí.*

**AERONÁUTICA**

*Dispõe sobre o ensino superior no Instituto Tecnológico de Aeronáutica.*

Lei n. 2.165 — de 5 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

— *Dispõe sobre as funções de Subdiretor de Provisões e de Finanças da Aeronáutica.*

Decreto n. 34.930 — de 13 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1954.

— *Aprova a Tabela de fixação dos valores da etapa das Forças Armadas para 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.953 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

**AFORAMENTOS**

Ver: *Terrenos de Marinha.*

**AGÊNCIAS DA CAPITANIA DOS PORTOS**

*Transfere a Agência da Capitania dos Portos do Estado do Maranhão, em Tutóia, à jurisdição da Capitania dos Portos do Estado do Piauí.*

Decreto n. 35.148 — de 5 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

**AGRÔNOMO**

*Cria funções na Tabela Numérica de Mensalistas da Comissão do Vale do São Francisco.*

Decreto n. 35.197 — de 15 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

**ÁGUA MINERAL**

*Autoriza a Sociedade Construtora Poty Ltda. a lavar água mineral, no município de Teresina, Estado do Piauí.*

Decreto n. 34.857 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

**ÁGUA MINERAL**

— *Autoriza a Cia. Textil José Pinto do Carmo a pesquisar água mineral, no município de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto n. 35.030 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Herrera Vasquez a pesquisar água mineral no município de Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.041 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Annibal Perlingeiro a pesquisar água mineral, no município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.043 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ludovico Nola Machado a lavar água mineral, no município de Itaverá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.093 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raymundo Benjamim Falcão de Queiroz a pesquisar água mineral, no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.212 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1954.

**ÁGUAS PÚBLICAS**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Pinheiro Marcado.*

Decreto n. 35.067 — de 15 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio São Manoel-Brejinho, Farinha Podre-Cocal-Dourados e Dourados, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.068 — de 15 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Cardoso, Jacaré e Cadeia, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.083 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Paraíba.*

Decreto n. 35.084 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1954.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Surubi.*

Decreto n. 35.103 — de 24 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Grota Funda, Caioba e Timbira ou Inhomertim, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.111 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Brochados.*

Decreto n. 35.112 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Arojado.*

Decreto n. 35.139 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Formoso.*

Decreto n. 35.140 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Caaguçu.*

Decreto n. 35.233 — de 27 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1954.

## ALBERTO SANTOS DUMONT

*Dispõe sobre a impressão de todos os trabalhos de autoria do inventor e grande descobridor patricio Alberto Santos Dumont.*

Lei n. 2.149 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

## ALISTAMENTO ELEITORAL

*Provê sobre a expedição e utilização de títulos eleitorais.*

Lei n. 2.194 — de 19 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 25 de março de 1954.

## ALL AMERICA CABLES AND RADIO INC.

*Concede à sociedade anônima "All América Cables And Rádio Inc." autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 35.126 — de 27 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1954.

**A. MARTINS MENDES & CIA. LTDA.**

Decreto-legislativo n.º 15 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

**AMETISTA***Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Saturnino de Souza a lavar ametista no município de Jacobina, Estado da Bahia.*

Decreto n. 35.226 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

**AMIANTO***Autoriza o cidadão brasileiro José Leandro de Paula Rodrigues a pesquisar talco, amianto e associados, no município de Ouro-Prêto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.032 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

**AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS***Retifica para José Alves Dias o nome do proprietário do imóvel a ser adquirido pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento.*

Decreto n. 34.914 — de 9 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

*— Retificação do nome do proprietário de imóvel a ser adquirido pelo D. N. O. S.*

Decreto n. 35.132 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1954.

*— Autoriza o Departamento dos Correios e Telégrafos a adquirir o imóvel onde funciona a Estação Telegráfica de Rondonópolis e o terreno adjacente.*

Decreto n. 35.199 — de 15 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

**AREIA***Autoriza o cidadão brasileiro José Viana Sobrinho a pesquisar areia e argila, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.977 — de 21 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

**AREIA QUARTZOSA***Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pinto Neto a pesquisar argila e areia quartzosa, no município de Cássia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.860 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

**ARGILA***Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pinto Neto a pesquisar argila e areia quartzosa, no município de Cássia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.860 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro José Viana Sobrinho a pesquisar areia e argila, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.977 — de 21 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

**ARGILA REFRATÁRIA***Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Chirivino a lavar carvão mineral e argila refratária no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 34.859 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

Retificado no D. O. de 28 de janeiro de 1954.

## ARMADA

*Altera o Regulamento de Toques e Marchas para o Exército e Armada, aprovado pelo Decreto n.º 1.541, de 1.º abril de 1937.*

Decreto n. 34.916 — de 9 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

— *Aprova a Tabela de fixação dos valores da etapa das Forças Armadas para 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.953 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

— *Aprova o Regulamento para o Conselho de Promoções da Marinha.*

Decreto n. 35.280 — de 26 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1954.

## ARQUIVISTA

*Suprime cargos extintos.*

(M.J.N.I. — Q.S.)

Decreto n. 35.158 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

## ARTIFICE

*Suprime cargos extintos.*

(M.J.N.I. — Q.S.).

Decreto n. 35.149 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

— *Suprime cargos extintos.*

(M.J.N.I. — Q.J. — P.S.).

Decreto n. 35.152 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

## ASSISTÊNCIA ALIMENTAR

*Determina a reserva de 3% sobre o valor das contribuições de previdência arrecadadas pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, para prestação de assistência alimentar aos seus associados.*

Lei n. 2.153 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

## ASSISTENTE DE ENSINO

*Cria funções na Tabela Única de Extranumerários mensalistas do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 35.200 — de 15 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

## ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

*Modifica os arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei de número 7.103, de 30 de novembro de 1944, que concede auxílio à Associação Brasileira de Normas Técnicas.*

Lei n. 2.166 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

## ATALAIA - COMPANHIA DE SEGUROS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital, da Atalaia - Companhia de Seguros.*

Decreto n. 34.987 — de 28 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1954.

## ATLAS SUPPLY COMPANY OF BRASIL

*Revoga os Decretos que concederam à sociedade anônima "Atlas Supply Company Of Brazil" autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 35.057 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1954.

## AUTARQUIAS

*Altera os valores dos símbolos referentes ao pagamento de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas do Poder Executivo da União e dos Territórios, e dá outras providências.*

Lei n. 2.188 — de 3 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de março de 1954.

**AUXILIAR DE PORTARIA***Suprime cargos extintos.*

(M.J.N.I. — Q.J. — P.S.).

Decreto n. 35.150 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

*— Suprime cargos extintos.*

(M.J.N.I. — Q.S.).

Decreto n. 35.153 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

**AUXILIAR DE ENSINO***Suprime cargos extintos.*

(M.J.N.I. — Q.S.).

Decreto n. 35.162 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

**AUXILIARES DE CONSULADO***Concede aos Cônsules Privativos, padrão M, e aos Auxiliares de Consulado, padrão N, gratificação por serviço no exterior.*

Decreto n. 35.101 — de 23 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1954.

**AUXÍLIO-MATERNIDADE***Altera disposições dos Decretos números 31.547, de 6 de outubro de 1952, e 1.918, de 27 de agosto de 1937, referentes ao I. A. P. dos Industriários.*

Decreto n. 34.908 — de 8 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

**AUXÍLIOS**Ver: *Subvenções.***B****BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S. A.***Aprova reforma introduzida nos estatutos sociais do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A.*

Decreto n. 35.010 — de 8 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1954.

**BANCO DO BRASIL S. A.***Dá a garantia do Tesouro Nacional ao aval do Banco do Brasil S. A. nas promissórias de responsabilidade do Lóide Brasileiro Patrimônio Nacional.*

Lei n. 2.182 — de 9 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

*— Regulamenta a execução da lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, que institui a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o Exterior e dá outras providências.*

Decreto n. 34.893 — de 5 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

Retificado no D. O. de 7 de janeiro de 1954.

*— Regulamenta a Lei n.º 2.134, de 14 de dezembro de 1953.*

Decreto n. 35.064 — de 13 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

Retificado no D. O. de 17 e 24 de março de 1954.

**BANCO NACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Resolução n.º 20 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

**BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

*Autoriza o Diretor da Estrada de Ferro de Goiás a contratar financiamento, em cruzeiros, para o fim que especifica.*

Decreto n. 35.073 — de 17 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1954.

**BANK OF LONDON AND SOUTH AMERICA LIMITED**

*Aprova alteração de estatutos de banco estrangeiro.*

Decreto n. 32.277 — de 18 de fevereiro de 1953.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1954.

**BARITINA**

*Autoriza os cidadãos brasileiros João Lopes da Silva e José Jorge de Oliveira Cordeiro a pesquisar baritina e associados, no município de Canindé, Estado do Ceará.*

Decreto n. 35.088 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1954.

**BASES MILITARES**

*Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, que enumera as bases ou portos militares de importância para a defesa externa do país, o Município de Salvador, no Estado da Bahia.*

Lei n. 2.179 — de 4 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de fevereiro de 1954.

**BATALHÃO CONRADO BITTENCOURT**

*Dá a denominação de "Batalhão Conrado Bittencourt" ao atual 3.º Batalhão de Engenharia*

Decreto n. 34.945 — de 15 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

**BAUXITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro José Barbosa de Paula a lavar bauxita, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.973 — de 21 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

**BENS DO ESTADO JAPONÊS**

*Dispõe sobre os bens do Estado japonês e de seus súditos domiciliados no exterior vinculados aos efeitos da legislação brasileira de guerra e dá outras providências.*

Decreto n. 35.191 — 13 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1954.

**BERILO**

*Autoriza a empresa de mineração — Produco — Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias Primas Limitada a pesquisar berilo e associados, no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.263 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

**BERLINO ZABEU & IRMÃOS LIMITADA**

*Autoriza a empresa de mineração Berlino Zabeu & Irmãos Ltda. a lavar caulim, no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.213 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1954.

**BILAC MAUERBERG & CIA. LTDA.**

*Concede à Bilac, Meuerberg & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 34.978 — de 21 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de fevereiro de 1954.

**BOLSAS DE MERCADORIAS**

*Manda aplicar aos Corretores, Câmaras Sindicais, Juntas, Bolsas de Mercadorias e Caixas de Liquidação de todo o país, a legislação anteriormente decretada para o Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei n. 2.146 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

**BYINGTON & CIA.**

Decreto-legislativo n.º 32 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

**C****CAIXA DE AMORTIZAÇÃO**

*Altera o Regulamento baixado com o Decreto n.º 17.770, de 13 de abril de 1927, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.902 — de 7 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

**CAIXA DE BENEFICÊNCIA DOS ODONTÓLOGISTAS**

*Autoriza a Federação Nacional dos Odontologistas a instituir Caixas em benefício dos profissionais nela inscritos.*

Lei n. 2.170 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

**CAIXA DE CONSTRUÇÃO DE CASAS PARA O PESSOAL DO MINISTÉRIO DA MARINHA**

*Altera o Regulamento da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha.*

Decreto n. 35.102 — de 24 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1954.

**CAIXA DE CRÉDITO DA PESCA**

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 5.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 34.943 — de 15 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

**CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES**

*Determina a reserva de 3% sobre o valor das contribuições de previdência arrecadadas pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, para prestação de assistência alimentar aos seus associados.*

Lei n.º 2.158 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

— *Regulamenta a Lei n.º 2.134, de 14 de dezembro de 1953.*

Decreto n. 35.064 — de 13 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

Retificado nos D. O. de 17 e 24 de março de 1954.

— *Suspende por mais 90 (noventa) dias a execução do Decreto n.º 34.586, de 12 de novembro de 1953.*

Decreto n. 35.237 — de 19 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1954.

**CAIXAS DE LIQUIDAÇÃO**

*Manda aplicar aos Corretores, Câmaras Sindicais, Juntas, Bolsas de Mercadorias e Caixas de Liquidação de todo o país, a legislação anteriormente decretada para o Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei n. 2.146 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1954.



**CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS**

*Fixa os vencimentos dos dirigentes e servidores da Caixa Econômica Federal do Amazonas.*

Decreto n. 34.909 — de 8 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

— *Regulamenta a Lei n.º 2.134, de 14 de dezembro de 1953.*

Decreto n. 35.064 — de 13 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

Retificado nos D. O. de 17 e 24 de março de 1954.

**CALCÁRIO**

*Autoriza a Companhia Cimento Portland Cauê a pesquisar calcário e associados no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.862 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Salvador Coelho Neto a pesquisar calcário e associados, no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 34.863 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Tortola a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Pirai do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 34.864 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Vitti a pesquisar calcário e associados no município de Rio Claro, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 34.970 — de 21 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

**CALCÁRIO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Anselmo Daltrazo a pesquisar calcário, no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 34.974 — de 21 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Montebello a pesquisar calcário, no município de Capivari, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 34.975 — de 21 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Arthur Goulart Brisola a lavar calcário, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.035 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Teotônio Batista de Freitas a pesquisar calcário e associados, no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.037 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mário Teixeira da Silva a pesquisar calcário no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.038 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Vital Batista de Azevedo a pesquisar calcário e associados, no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.040 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1954.

## CALCÁRIO

*Autoriza o cidadão brasileiro Felício Tozzo a pesquisar calcário e associados no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.087 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sylvas Bianchini a pesquisar calcário e associados no município de Rio das Pedras, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.089 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Evangelista Packer, Joaquim Roque Packer e Domingos Nestor Packer a pesquisar calcário e associados no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.090 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Felício Vieira a pesquisar calcário e associados, no município de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.091 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Archimedes Frasson a pesquisar calcário e associados, no município de Rio Claro, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.092 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza a Usina Queiroz Junior S. A. - Indústria Siderúrgica a lavar calcário no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.117 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

## CALCÁRIO

*Autoriza o cidadão brasileiro Ildefonso Borges a pesquisar calcário, no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.120 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Dias a pesquisar calcário e associados no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.121 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de fevereiro de 1954.

— *Declara caduco o Decreto número 18.873, de 14 de junho de 1945.*

Decreto n. 35.129 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1954.

— *Declara caduco o Decreto número 19.874, de 14 de junho de 1945.*

Decreto n. 35.130 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1954.

— *Autoriza a Cia. Cimento Portland Rio Branco a lavar calcário e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.131 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Francisco de Magalhães a lavar calcário, no município de Lavras, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.214 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Felicíssimo a lavar calcário, no município de Araçoiaba da Serra, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.216 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1954.

## CALCÁRIO

*Autoriza o cidadão brasileiro José de Almeida a pesquisar calcário e calcita no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.217 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Alleoni Sobrinho a pesquisar calcário e associados no município de Capivari, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.218 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 30.748, de 14 de abril de 1952.*

Decreto n. 35.259 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João de Macedo Linhares a pesquisar calcário, no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.262 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Murilo Teixeira a pesquisar calcário e associados, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.268 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

— *Autoriza a S. A. Cimento, Mineração e Cabotagem "CIMIMAR", a lavar calcário, nos municípios de Piedade e Sorocaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.271 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

## CAMARAS SINDICAIS

*Manda aplicar aos Corretores, Câmaras Sindicais, Juntas, Bolsas de Mercadorias e Caixas de Liquidação de todo o país, a legislação anteriormente decretada para o Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei n. 2.146 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

## CAMPANHA DE APERFEIÇOAMENTO E EXPANSÃO DO ENSINO COMERCIAL

*Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial.*

Decreto n. 35.247 — de 24 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1954.

## CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS E ADOLESCENTES

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 455.000,00, para auxiliar o desenvolvimento da Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes, no Estado do Maranhão.*

Decreto n. 34.887 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

## CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ESQUISTOSSOMOSE

*Institui a Campanha Nacional contra a Esquistossomose, e dá outras providências.*

Lei n. 2.161 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

## CAPITALIZAÇÃO

Ver: o nome da Companhia.

## CAPÍTULO BRASILEIRO DO COLÉGIO INTERNACIONAL DE CIRURGIÕES

*Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para auxiliar o Capítulo Brasileiro do Colégio Internacional de Cirurgiões, em São Paulo.*

Decreto n. 34.958 — de 19 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1954.

## CAPITANIA DOS PORTOS

*Eleva, sem aumento de despesa, a Agência em Jaguarão e a Capatazia em Santa Vitória do Palmar, da Capitania dos Portos do Estado do Rio Grande do Sul, à categoria de Delegacia e Agência, respectivamente.*

Decreto n. 34.917 — de 9 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

*— Transfere a Agência da Capitania dos Portos do Estado do Maranhão, em Tutóia, à jurisdição da Capitania dos Portos do Estado do Piauí.*

Decreto n. 35.148 — de 5 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

## CARAIBA - MINERAÇÃO E METALURGIA S. A.

*Concede à Caraíba - Mineração e Metalurgia S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.205 — de 17 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

## CARBONÍFERA PINHEIRINHO LIMITADA

*Concede à Carbonífera Pinheirinho Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.115 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

## CARGOS ISOLADOS

*Altera os valores dos símbolos referentes ao pagamento de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas do Poder Executivo da União e dos Territórios, e dá outras providências.*

Lei n. 2.188 — de 3 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de março de 1954.

## CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR (CACEX)

*Regulamenta a execução da lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, que institui a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o Exterior, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.893 — de 5 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

Retificado no D. O. de 7 de janeiro de 1954.

## CARVÃO

*Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Chirivino a lavrar carvão mineral e argila refratária no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 34.859 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

Retificado no D. O. de 28 de janeiro de 1954.

*— Fixa os preços de carvão de Santa Catarina e dá outras providências.*

Decreto n. 34.932 — de 13 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1954.

## CASSITERITA

*Autoriza a Cia. Estanífera do Brasil S. A., a pesquisar cassiterita e associados no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.031 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

## CASSITERITA

*Autoriza a Cia. Estanifera do Brasil S. A. a pesquisar cassiterita e associados, no municipio de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.036 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mucio Teixeira de Almeida a pesquisar cassiterita e associados, no municipio de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.042 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza a Cia. Estanifera do Brasil S. A. a pesquisar cassiterita e associados, no municipio de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.044 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1954.

— *Declara caduco o Decreto número 6.562, de 7 de novembro de 1940.*

Decreto n. 35.113 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio da Silva Caldas a lavar cassiterita no municipio de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.186 — de 11 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1954.

## CAULIM

*Autoriza o cidadão brasileiro Martinho Calzavara a pesquisar caulim, mica e associados no municipio de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.027 — de 10 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1954.

## CAULIM

*Autoriza a Mineração Itonuri Ltda. a lavar caulim, no municipio de Muriaé, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.034 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1954.

— *Declara caduco o Decreto número 6.562, de 7 de novembro de 1940.*

Decreto n. 35.113 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Albino Medici a lavar caulim, no municipio de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.119 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arnaldo Couto de Magalhães a lavar caulim, no municipio de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.211 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1954.

— *Autoriza a empresa de mineração Berlino Zabeu & Irmãos Ltda., a lavar caulim, no municipio de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.213 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Conrado Filho a lavar caulim no municipio de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.215 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Orlando Caputo a pesquisar mica, caulim e associados, no municipio de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.221 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

**CENTRO ACADEMICO 11 DE AGOSTO**

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.000.000,00, para custear as despesas com as festividades do quinquenário da fundação do Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.*

Decreto n. 35.277 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1954.

**CENTRO CIVICO E SOCIAL DA PRODUÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL**

*Declara de utilidade pública o Centro Cívico e Social da Produção do Rio Grande do Sul, com sede em Pórtio Alegre.*

Decreto n. 35.232 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1954.

**CHAGAS E PENHA, LIMITADA**

*Concede à sociedade "Chagas e Penha, Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 34.940 — de 14 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1954.

**CIA. ESTANÍFERA DO BRASIL S.A.**

*Autoriza a Cia. Estanífera do Brasil S. A., a pesquisar cassiterita e associados, no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.031 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza a Cia. Estanífera do Brasil S. A. a pesquisar cassiterita e associados, no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.036 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

**CIA. ESTANÍFERA DO BRASIL S.A.**

*Autoriza a Cia. Estanífera do Brasil S. A. a pesquisar cassiterita e associados, no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.044 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1954.

**CIA. TEXTIL JOSÉ PINTO DO CARMO**

*Autoriza a Cia. Textil José Pinto do Carmo a pesquisar água mineral, no município de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto n. 35.030 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

**CLASSIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DO TABACO EM FOLHA DA BAHIA**

Ver: *Tabaco.*

**COBRE**

*Autoriza o cidadão brasileiro João Carneiro de Rezende a pesquisar minério de cobre, mármore e associados, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.969 — de 21 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

**CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES**

*Aprova a Tabela de fixação dos valores da ração complementada para o Exército, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.951 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

— *Aprova a Tabela de fixação dos valores da ração especial para os Hospitais e Sanatórios do Exército, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.952 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

# **CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES**

*Aprova a Tabela de fixação dos valores da etapa das Forças Armadas para 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.953 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

## **COLÉGIOS**

*Declara de utilidade pública o Colégio de Armas e Consulta Heráldica do Brasil, com sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.231 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1954.

## **COLETOR**

*Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 34.985 — de 28 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1954.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 34.991 — de 29 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1954.

## **COLETORIAS**

*Cria Coletorias Federais nos Municípios de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro, e Ribeirão do Pinhal e Santa Mariana, Estado do Paraná, e dá outras providências.*

Lei n. 2.183 — de 9 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de fevereiro de 1954.

— *Extingue a 2.ª Coletoria Federal em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 35.011 — de 8 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1954.

# **COLONIAL COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Colonial Companhia Nacional de Seguros Gerais".*

Decreto n. 34.983 — de 28 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1954.

## **COMBATE AS LEISHMANIOSE VISCERAL (KALAZAR)**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à realização de estudos e medidas de combate à leishmaniose visceral (kalazar).*

Lei n. 2.160 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

## **COMISSÕES**

*Estabelece normas para instituição do seguro agrário.*

Lei n. 2.168 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de janeiro de 1954.

— *Cria o Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos, e dá outras providências.*

Lei n. 2.187 — de 13 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1954.

— *Cria a Comissão Construtora das Obras e Instalações da Usina Termelétrica de Candiota, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.890 — de 4 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

— *Amplia a zona de concessão da Comissão da Central de Macabu.*

Decreto n. 34.927 — de 13 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1954.

## COMISSÕES

— *Dispõe sobre a dotação destinada aos trabalhos previstos no art. 259 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 34.950 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1954.

— *Aprova orçamento e programa de emergência de valorização econômica da Amazônia.*

Decreto n. 35.020 — de 8 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 9 de março de 1954.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 128.508,10, para o fim que especifica.*

Decreto n. 35.052 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1954.

— *Modifica a redação do art. 3.º do Decreto n.º 29.806, de 25 de julho de 1951, alterada pelos Decretos n.ºs 29.829, de 31 de julho de 1951 e n.º 30.092, de 25 de outubro de 1951, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.079 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1954.

— *Abre, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000 para o fim que especifica.*

Decreto n. 35.095 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1954.

— *Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica Suplementar da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras do Conselho de Segurança Nacional.*

Decreto n. 35.190 — de 12 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de março de 1954.

## COMISSÕES

— *Transfere à Comissão Estadual de Energia Elétrica, do Estado do Rio Grande do Sul, a concessão de que era titular a firma Abreu, Terra & Cia., para aproveitamento do desnível existente no rio Ijuí-mirim e para distribuição de energia elétrica do município de Tupanciretã.*

Decreto n. 35.193 — de 13 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

— *Cria funções na Tabela Numérica de Mensalistas da Comissão do Vale do São Francisco.*

Decreto n. 35.197 — de 15 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

— *Cria a Comissão Especial de Reorganização da Marinha Mercante, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.287 — de 30 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1954.

COMPANHIA AÇÓIS ESPECIAIS  
ITABIRA

*Restringe a zona de fornecimento da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Açóis Especiais Itabira a fazer a distribuição e o comércio de energia elétrica na Vila de Acestor, distrito de Timóteo, naquele município.*

Decreto n. 34.840 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

COMPANHIA AMERICANA DE  
SEGUROS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital, da Companhia Americana de Seguros.*

Decreto n. 34.989 — de 28 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de fevereiro de 1954.



**COMPANHIA BURROUGHS DO  
BRASIL, INC.**

*Concede à "Companhia Burroughs do Brasil, Inc." autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 35.228 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

**COMPANHIA CIMENTO PORTLAND  
CAUÊ**

*Autoriza a Companhia Cimento Portland Cauê a pesquisar — calcário e associados no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.862 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

**COMPANHIA CIMENTO PORTLAND  
PARANÁ S. A.**

*Declara caduco o Decreto n.º 18.873, de 14 de junho de 1945.*

Decreto n. 35.129 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1954.

— *Declara caduco o Decreto número 18.874, de 14 de junho de 1945.*

Decreto n. 35.130 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1954.

**COMPANHIA CIMENTO PORTLAND  
RIO BRANCO**

*Autoriza a Cia. de Cimento Portland Rio Branco a lavar calcário e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.131 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1954.

**COMPANHIA DE ELETRICIDADE  
SÃO PAULO E RIO**

*Outorga à Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio, concessão para aproveitamento progressivo de energia hidráulica, no Rio Paraíba, com a instalação de uma usina geradora de cerca de 200.000 kW, nas proximidades de Simplicio, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.965 — de 19 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1954.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio, concessão para aproveitamento progressivo de energia hidráulica, no Rio Paraíba, com a instalação de uma usina geradora de cerca de 400.000 kW, nas proximidades de Benjamin Constant, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.966 — de 19 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1954.

— *Transfere à Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio contratos, concessões e autorizações de que são titulares diversas empresas de eletricidade.*

Decreto n. 35.063 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

**COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO SÃO  
JÓRGE**

*Concede à Companhia de Navegação "São Jorge" autorização para promover o aumento de seu capital social mediante subscrição pública.*

Decreto n. 34.988 — de 28 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de fevereiro de 1954.

**COMPANHIA DE SEGUROS DA  
BAHIA**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros da Bahia.*

Decreto n. 35.229 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

**COMPANHIA DE SEGUROS RIA-CHUELO**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Riachuelo.*

Decreto n. 35.058 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de março de 1954.

**COMPANHIA FORÇA E LUZ DE JACAREM E GUARAREMA**

*Transfere à Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio contratos, concessões e autorizações de que são titulares diversas empresas de eletricidade.*

Decreto n. 35.063 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954

**COMPANHIA FORÇA E LUZ NORTE DE SÃO PAULO**

*Transfere à Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio, contratos, concessões e autorizações de que são titulares diversas empresas de eletricidade.*

Decreto n. 35.063 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

**COMPANHIA HIDRO-ELETRICA DO SÃO FRANCISCO**

*Cancela a concessão outorgada à Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco, na parte referente à instalação de estações radio-telegráficas nas cidades de Itabaiana e Laranjeiras, no Estado de Sergipe.*

Decreto n. 35.145 — de 5 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

**COMPANHIA HIDRO-ELETRICA PARANAPANEMA**

*Outorga à Companhia Hidro-Elétrica Paranapanema, concessão para distribuir e fazer comércio de energia nos municípios de Uraí e Abatia, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 34.967 — de 19 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1954.

**COMPANHIA INTERNACIONAL DE CAPITALIZAÇÃO**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital, da Companhia Internacional de Capitalização.*

Decreto n. 34.333-A — de 23 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1954.

Retificado no D. O. de 28 de janeiro de 1954.

**COMPANHIA LESTE MINEIRA DE ELETRICIDADE**

*Outorga à Companhia Leste Mineira de Eletricidade concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do rio Manhuaçu, distrito e município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.104 — de 24 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1954.

**COMPANHIA LUZ E FORÇA DE GUARATINGUETÁ**

*Transfere à Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio contratos, concessões e autorizações de que são titulares diversas empresas de eletricidade.*

Decreto n. 35.063 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

**COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS**

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 49.973.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto n. 35.256 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de março de 1954.

**COMPANHIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA**

*Autoriza a construção da linha de transmissão Catanduva-Catiguá.*

Decreto n. 35.085 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

## COMPANHIA NACIONAL DE SEGURO AGRÍCOLA

*Estabelece normas para instituição do Seguro Agrário.*

Lei n. 2.168 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de janeiro de 1954.

## COMPANHIA PAULISTA DE FÔRÇA E LUZ

*Declara de utilidade pública diversas áreas de terra compreendidas no plano de aproveitamento de Peizoto, no rio Grande, e autoriza a Companhia Paulista de Fôrça e Luz a promover sua expropriação.*

Decreto n. 34.931 — de 13 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1954.

## COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

*Autoriza o Tesouro Nacional a garantir empréstimo a ser contratado pela Companhia Siderúrgica Nacional, para ampliar as instalações industriais da Usina de Volta Redonda.*

Lei n. 2.178 — de 4 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de fevereiro de 1954.

— *Fixa os preços de carvão de Santa Catarina e dá outras providências.*

Decreto n. 34.932 — de 13 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1954.

## CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES TERRESTRES

*Reconhece a Confederação Nacional dos Transportes Terrestres.*

Decreto n. 34.986 — de 28 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

## CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MATERIAIS

*Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de ..... Cr\$ 161.108,20, equivalente a ..... US\$ 8.696,10, para pagamento da contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais, correspondente ao período de 1 de julho de 1952 a 30 de junho de 1953.*

Decreto n. 34.910 — de 8 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1954.

## CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR (42.ª)

*Abre os créditos especiais de ..... Cr\$ 560.000,00 ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — e o de Cr\$ 560.000,00 — Congresso Nacional — Senado Federal, para ocorrer as despesas com as Delegações dessas Casas Legislativas à 42.ª Conferência Interparlamentar.*

Lei n. 2.164 — de 5 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1954.

## CONFERÊNCIA MUNDIAL DE ENERGIA

*Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de Cr\$ 2.300.000,00, para atender ao pagamento das despesas com a realização, no Distrito Federal, da Conferência Mundial de Energia.*

Lei n. 2.157 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

## CONFERENTE DE CARGA E DESCARGA

*Dispõe que o conserto de carga e descarga, nos portos organizados, será feito, com exclusividade, por profissionais matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.*

Lei n. 2.191 — de 5 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 18 de março de 1954.

**CONGRESSO EUCARÍSTICO**

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 300.000,00., para auxiliar a realização, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, de um Congresso Eucarístico e dos festejos comemorativos do jubileu sacerdotal de Dom Aquino Correia.*

Decreto n. 35.288 — de 30 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

**CONGRESSO INTERAMERICANO DE EDUCAÇÃO DE BASE**

*Oficializa o Congresso que menciona.*

Decreto n. 35.053 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1954.

**CONGRESSO NACIONAL**

— Abertura de Crédito —

Ver: *Crédito Especial*.

**CONGRESSO NACIONAL DO ALGODÃO (1.º)**

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, como auxílio à realização do 1.º Congresso Nacional do Algodão, no Município de Rancharia, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.230 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1954.

**CONSERTO DE CARGA E DESCARGA**

*Dispõe que o conserto de carga e descarga, nos portos organizados, será feito, com exclusividade, por profissionais matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.*

Lei n. 2.191 — de 5 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 18 de março de 1954.

**CONSTRUTORA J. FERREIRA MARQUES**

Decreto-legislativo n.º 93 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

**CONSULADOS**

*Cria o Consulado do Brasil em Berlim.*

Decreto n. 34.994 — de 2 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1954.

**CONSULES PRIVATIVOS**

*Concede aos Cônsules Privativos, Padrão M, e aos Auxiliares de Consulado, padrão N, gratificação por serviço no exterior.*

Decreto n. 35.101 — de 23 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1954.

**CONTRATOS**

Decreto-legislativo n.º 9 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 15 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 25 — de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1953.

— Decreto-legislativo n.º 38 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 39 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 80 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 81 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

## CONTRATOS

— Decreto-legislativo n.º 82 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 83 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 92 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 93 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 94 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 98 — de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 100 — de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 101 — de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 3 — de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

## CONVENÇÕES

Decreto-legislativo n.º 2 — de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de março de 1954.

— *Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte da Síria, da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de fevereiro de 1946.*

Decreto n. 34.911 — de 8 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1954.

## CONVENÇÕES

— *Promulga a Convenção de Berna para proteção das obras literárias e artísticas revista em Bruxelas a 26 de 1943.*

Decreto n. 34.954 — de 13 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1954.

— *Torna público o depósito do Instrumento de Ratificação, por parte do Governo do Líbano, da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime do Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948.*

Decreto n. 35.179 — de 11 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1954.

— *Torna público o depósito do Instrumento de Ratificação, por parte da República Socialista Soviética da Ucrânia, da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a 13 de fevereiro de 1946.*

Decreto n. 35.180 — de 11 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1954.

— *Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte da República Socialista Soviética da Bielorrússia, da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 13 de fevereiro de 1946.*

Decreto n. 35.240 — de 22 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

## CONVENIOS

— *Promulga o Convênio Cultural entre o Brasil e a China, firmado no Rio de Janeiro, a 27 de março de 1946.*

Decreto n. 35.022 — de 10 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1954.

**CONSELHO DE PROMOÇÕES DA MARINHA**

*Aprova o Regulamento para o Conselho de Promoções da Marinha.*

Decreto n. 35.280 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1954.

**CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA**

*Dispõe sobre a Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Conselho Nacional de Economia, aprovado pelo Decreto n.º 34.768, de 9 de dezembro de 1953.*

Decreto n. 34.892 — de 5 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

**CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO**

*Altera, sem aumento de despesas, a Tabela Única de Extranumerários-mensalistas, do Conselho Nacional do Petróleo e a Tabela Númerica de Mensalistas do Serviço Regional da Bahia, do mesmo Conselho.*

Decreto n. 35.122 — de 26 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

**CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS**

*Dispõe sobre as atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Técnico de Economia e Finanças.*

Decreto n. 34.791 — de 16 de dezembro de 1953.

Retificado no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

**CONSELHOS FISCAIS**

*Provê sobre a eleição dos Conselhos Fiscais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões.*

Lei n. 2.155 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

**COOPERATIVAS**

*Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito dos Professores do Rio Grande do Norte Limitada" com sede em Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 34.895 — de 5 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1954.

**CORRESPONDÊNCIA POSTAL AÉREA**

*Dispõe sobre o transporte aéreo da correspondência postal no interior e exterior por empresas brasileiras e estrangeiras, e dá outras providências.*

Lei n. 2.156 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

**CORRETORES**

*Manda aplicar aos Corretores, Câmaras Sindicais, Juntas, Bolsas de Mercadorias e Caixas de Liquidação de todo o país, a legislação anteriormente decretada para o Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei n. 2.146 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

**CREDIT FONCIER DU BRÉSIL ET DE L'AMÉRIQUE DU SUD S. A.**

*Aprova alterações de estatutos de banco estrangeiro.*

Decreto n. 33.817 — de 11 de setembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1954.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Dispõe sobre a impressão de todos os trabalhos de autoria do inventor e grande descobridor patricio Alberto Santos Dumont.*

Lei n. 2.149 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

## CRÉDITO ESPECIAL

*Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de Cr\$ 230.000,00, para atender ao pagamento das despesas com a realização, no Distrito Federal, da Conferência Mundial de Energia.*

Lei n. 2.157 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender ao pagamento das primeiras despesas, inclusive concurso de projetos e prêmios, relativas à construção de um mausoléu para abrigar os restos mortais dos soldados expedicionários brasileiros.*

Lei n. 2.159 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à realização de estudos e medidas de combate à leishmaniose visceral (calazar).*

Lei n. 2.160 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

*— Abre os créditos especiais de ... Cr\$ 560.000,00 ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — e o de Cr\$ 560.000,00 — Congresso Nacional — Senado Federal, para ocorrer as despesas com as Delegações dessas Casas Legislativas à 42.<sup>a</sup> Conferência Interparlamentar.*

Lei n. 2.164 — de 5 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1954.

*— Estabelece normas para Instituição do Seguro Agrário.*

Lei n. 2.168 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de janeiro de 1954.

## CRÉDITO ESPECIAL

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário os créditos suplementar de Cr\$ 274.554,00 e especial de Cr\$ 76.422,40, para pagamento de adicionais ao pessoal das Auditorias da Justiça Militar.*

Lei n. 2.175 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 170.000,00, para pagamento das pensões mensais devidas a Maria Edenia Cordovil Vianna Machado e a seu filho menor Luiz Carlos, e dá outras providências.*

Lei n. 2.177 — de 4 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de fevereiro de 1954.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.052,20, para pagamento de indenização devida a Zuccoli Despachos Marítimos y de Aduana.*

Lei n. 2.184 — de 9 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.756.869,20, para pagamento de gratificação adicional aos servidores do Tribunal de Contas.*

Lei n. 2.186 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

*— Cria o Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos, e dá outras providências.*

Lei n. 2.187 — de 16 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1954.

*— Altera os valores dos símbolos referentes ao pagamento de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas do Poder Executivo da União e dos Territórios, e dá outras providências.*

Lei n. 2.188 — de 3 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de março de 1954.

## CRÉDITO ESPECIAL

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 100.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 34.579 — de 12 de novembro de 1953.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

— Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 330.000,00, para auxiliar a manutenção do Leprosário Colônia Bonfim, no Estado do Maranhão.

Decreto n. 34.835 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 455.000,00, para auxiliar o desenvolvimento da Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes, no Estado do Maranhão.

Decreto n. 34.887 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 422.920,20, para atender às despesas com o pagamento de gratificação do magistério.

Decreto n. 34.888 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

— Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de .... Cr\$ 161.106,20, equivalente a ..... US\$ 8.606,10, para pagamento da contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais, correspondente ao período de 1 de julho de 1952 a 30 de junho de 1953.

Decreto n. 34.910 — de 8 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1954.

## CRÉDITO ESPECIAL

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de ..... Cr\$ 2.500.000,00, para atender às despesas decorrentes das visitas ao Brasil do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, do Ministro do Exterior da República da Áustria, do Ministro da Economia Nacional da República Federal da Alemanha e de um Representante de Sua Magestade, o rei Farouk I.

Decreto n. 34.912 — de 8 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 486.054,30, para o fim que especifica.

Decreto n. 34.935 — de 14 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 5.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 34.943 — de 15 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 17.190.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n. 34.949 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 34.955 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1954.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 5.480,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 34.957 — de 19 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1954.



## CREDITO ESPECIAL

*Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para auxiliar o Capitulo Brasileiro do Colégio Internacional de Cirurgiões, em São Paulo.*

Decreto n. 34.958 — de 19 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.442,80, para atender aos pagamentos de descontos efetuados e de diferenças de salários a servidores daquele Ministério.*

Decreto n. 34.959 — de 19 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 44.469,90, para o fim que especifica.*

Decreto n. 34.980 — de 27 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1954.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 10.000.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto n. 34.993 — de 1 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de fevereiro de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 7.590,00, para pagamento de diferença de vencimentos ao Professor João de Lamare São Paulo.*

Decreto n. 34.995 — de 2 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1954.

Retificado no D. O. de 8 de fevereiro de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 27.890,00, para atender ao pagamento de honorários aos professores de comissões examinadoras.*

Decreto n. 34.996 — de 2 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1954.

## CREDITO ESPECIAL

*Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 618.960,00 (seiscentos e dezoito mil e novecentos e sessenta cruzeiros), ao Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região, para a execução da Lei n.º 2.020, de 15 de outubro de 1953.*

Decreto n. 35.001 — de 3 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 523.510,50, para pagamento de gratificação de magistério.*

Decreto n. 35.008 — de 8 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1954.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 11.120,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 35.023 — de 10 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1954.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunais Regionais Eleitorais, o crédito especial de ..... Cr\$ 343.300,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 35.024 — de 10 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1954.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 128.508,10, para o fim que especifica.*

Decreto n. 35.052 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, crédito especial de ..... Cr\$ 1.000.000,00, para custear as despesas com a participação do Brasil na 3.ª Semana Internacional de Esportes Universitários.*

Decreto n. 35.072 — de 17 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1954.

## CRÉDITO ESPECIAL

Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 238.272,10, para o fim que especifica.

Decreto n. 35.077 — de 18 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1954.

Retificado no D. O. de 27 de março de 1954.

— Abre, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 15.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 35.095 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1954.

— Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para estudos e combate à Leishmaniose Visceral.

Decreto n. 35.097 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1954.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.284.140,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 35.105 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 21.888,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 35.106 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 700.000,00, em favor do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Decreto n. 35.170 — de 8 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

## CRÉDITO ESPECIAL

Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para ocorrer à despesa que especifica.

Decreto n. 35.174 — de 9 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

— Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ..... Cr\$ 10.000.000,00, para ocorrer às despesas realizadas com a preparação e execução do I Festival de Cinema do Brasil.

Decreto n. 35.195 — de 15 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 240.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n. 35.198 — de 15 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 500.000,00, como auxílio à realização do 1.º Congresso Nacional do Algodão, no Município de Rancharia, Estado de São Paulo.

Decreto n. 35.230 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1954.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 142.616,50, para o fim que especifica.

Decreto n. 35.238 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1954.

— Abre, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, destinado a regularizar as despesas com o transporte de imigrantes holandeses, seus pertences e alimentação do gado por eles trazido.

Decreto n. 35.241 — de 22 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

## CRÉDITO ESPECIAL

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.395.116,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 35.242 — de 22 de março de 1954.

Decreto n. 35.256 — de 25 de março de 1954.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 49.973.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 35.256 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de março de 1954.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 170.000,00, para pagamento das pensões mensais devidas a Maria Edénia Cordovil Viana Machado e a seu filho menor Luiz Carlos, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.273 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de março de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 494.573,90, para pagamento de gratificação de magistério.*

Decreto n. 35.276 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de março de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 1.000.000,00, para custear as despesas com as festividades do cinquentenário da fundação do Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.*

Decreto n. 35.277 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1954.

— *Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 3.750.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto n. 35.278 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1954.

## CRÉDITO ESPECIAL

*Abre crédito especial para concessão de auxílio ao Município de Aracaju, nas comemorações do primeiro centenário da cidade.*

Decreto n. 35.282 — de 27 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 300.000,00, para auxiliar a realização, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, de um Congresso Eucarístico e dos festejos comemorativos do jubileu sacerdotal de Dom Aquino Correia.*

Decreto n. 35.288 — de 30 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

## CREDITO SUPLEMENTAR

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da Primeira Região, o crédito especial de Cr\$ 14.186,40, para atender à despesa de que trata a Lei n.º 2.118, de 27 de novembro de 1953.*

Decreto n. 35.293 — de 31 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr\$ 20.688,00, para pagamento da gratificação adicional ao médico Edmundo Bruzzi.*

Lei n. 2.173 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de ..... Cr\$ 4.500.000,00, em reforço da Verba 3, do anexo n.º 10, do vigente Orçamento — (Lei n.º 1.757, de 10 de novembro de 1952).*

Lei n. 2.174 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

## CRÉDITO SUPLEMENTAR

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário os créditos suplementar de Cr\$ 274.554,00 e especial de Cr\$ 76.422,40, para pagamento de adicionais ao pessoal das Auditorias da Justiça Militar.*

Lei n. 2.175 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ ..... 55.098.421,50, em reforço de dotações do Anexo n.º 19, da Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952.*

Lei n. 2.176 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de janeiro de 1954.

## CRIAÇÃO DE FUNÇÕES

*Ver: o órgão em que foram criadas.*

## CURSOS

*Ver: Escolas e Faculdades.*

## D

## DACTILOGRAFO

*Suprime cargos extintos.*

(M.J.N.I. — Q.S.)

Decreto n. 35.155 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

*— Suprime cargos extintos.*

(M.J.N.I. — Q.J. — P.S.)

Decreto n. 35.156 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

Retificado no D. O. de 31 de março de 1954.

## DEBONI S. A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA

*Outorga a Deboni S. A. Comércio e Indústria, com sede na cidade de Caçador, município de igual nome, Estado de Santa Catarina, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica existente num trecho das corredeiras do rio dos Patos, situado no distrito de Liberata, município de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, para uso exclusivo.*

Decreto n. 32.155 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

## DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Decreto-legislativo n.º 15 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 25 — de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 81 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 82 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 92 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 93 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

## DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

— Decreto-legislativo n.º 3 — de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

**DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS**

*Dispõe sobre o transporte aéreo da correspondência postal no interior e exterior por empresas brasileiras e estrangeiras, e dá outras providências.*

Lei n. 2.156 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

— *Autoriza o Departamento dos Correios e Telégrafos a adquirir o imóvel onde funciona a Estação Telegráfica de Rondonópolis e o terreno adjacente.*

Decreto n. 35.199 — de 15 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

**DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

*Outorga ao Departamento de Aguas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, concessão para derivar águas da bacia do rio Paraibuna e Paraitinga, distrito e município de Paraibuna, para a vertente oceânica, no distrito e município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 34.948 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

**DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

*Outorga concessão ao Departamento Federal de Segurança Pública, para estabelecer uma estação radiofusora de ondas curtas.*

Decreto n. 35.294 — de 31 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1954.

— *Outorga concessão ao Departamento Federal de Segurança Pública para estabelecer uma estação radiofusora de ondas médias.*

Decreto n. 35.295 — de 31 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1954.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA (C. D. N. Cr.)**

*Reorganiza os Curso do Departamento Nacional da Criança (C. D. N. Cr.) e dá outras providências.*

Lei n. 2.189 — de 3 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de março de 1954.

Retificada no D. O. de 17 de março de 1954.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Arrudeio, no Município de Marissobal, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 35.108 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Poço das Trincheiras no município de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 35.109 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO**

*Retifica para José Alves Dias, o nome do proprietário do imóvel a ser adquirido pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento.*

Decreto n. 34.914 — de 9 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

— *Retificação do nome do proprietário de imóvel a ser adquirido pelo D. N. O. S.*

Decreto n. 35.132 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1954.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE DESAPROPRIAÇÕES PREVIDENCIA SOCIAL

*Regulamenta a Lei n.º 2.134, de 14 de dezembro de 1953.*

Decreto n. 35.064 — de 13 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

Retificado nos D. O. de 17 e 24 de março de 1954.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis necessários à ampliação das instalações da Base Aérea do Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 34.869 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, quatro glebas com a área total de 78,0812 ha, destinadas à ampliação das terras da Subestação Experimental de Lavras, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.891 — de 4 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra compreendidas no plano de aproveitamento de Peixoto, no rio Grande, e autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a promover sua expropriação.*

Decreto n. 34.931 — de 13 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1954.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias às obras de construção da barragem e reservatório de Pirapora, no rio Tietê, e autoriza a São Paulo Light and Power Company, Limited, a promover a desapropriação.*

Decreto n. 34.947 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

*Desapropria terrenos no Município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, necessários ao estabelecimento de via de acesso à Base Aérea de Porto Alegre.*

Decreto n. 35.070 — de 17 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Arrudeito, no município de Marnissobal, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 35.108 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Poço das Trincheiras no município de Santana do Ipirama, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 35.109 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel situado na rua do Riachuelo, n.º 158, nesta Capital.*

Decreto n. 35.128 — de 27 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de fevereiro de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferros Santos a Jundiá, as áreas imprescindíveis a construção de um ramal do sistema de oleodutos de Santos a São Paulo, de concessão do Conselho Nacional do Petróleo àquele Estrada.*

Decreto n. 35.172 — de 2 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

## DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

*Modifica a redacção da art. 3.º do Decreto n.º 29.806, de 25 de julho de 1951, alterada pelos Decretos número 29.829, de 31 de julho de 1951 e número 30.092, de 25 de outubro de 1951, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.079 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1954.

## DIPLOMATAS

*Dispõe sobre o ingresso na carreira de Diplomata.*

Lei n. 2.171 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

— *Modifica o Regulamento do Instituto Rio-Branco.*

Decreto n. 35.096 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1954.

— *Concede aos Cônsules Privativos, padrão M e aos Auxiliares de Consulado, padrão N gratificação por serviço no exterior.*

Decreto n. 35.101 — de 23 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1954.

— *Dispõe sobre promoções a classe final da carreira de Diplomatas.*

Decreto n. 35.144 — de 5 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1954.

— *Inclui, nas Tabelas de Gratificação de Representação aprovadas pelo Decreto n.º 34.815, de 17 de dezembro de 1953, novas funções de Ministro Conselheiro e Ministros para Assuntos Econômicos, padrão N.*

Decreto n. 35.163 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

## DIRETORIA DO ENSINO INDUSTRIAL

*Aprova o Regimento da Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 35.171 — de 8 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

## DOAÇÕES

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás.*

Decreto n. 35.100 — de 20 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1954.

Retificado no D. O. de 5 de março de 1954.

## DOLOMITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Niton de Souza Carvalho a lavar dolomita no município de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 34.856 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

Retificado no D. O. de 28 de janeiro de 1954.

## E

### EDSON DE ALENCAR GABRAL

Decreto-legislativo n.º 38 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

## ELEIÇÕES

*Provê sobre a expedição e utilização de títulos eleitorais.*

Lei n. 2.194 — de 19 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 25 de março de 1954.

**EMPRESA BRASILEIRA DE CROMO LIMITADA**

*Autoriza a Empresa Brasileira de Cromo Limitada a pesquisar minério de manganês e associados no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.*

Decreto n. 34.861 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

**EMPRESA DE MELHORAMENTO DE PORTO FELIZ S. A.**

*Transfere à Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio contratos, concessões e autorizações de que são titulares diversas empresas de eletricidade.*

Decreto n. 35.063 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

**EMPRESA DE ELETRICIDADE SÃO PAULO E RIO S. A.**

*Transfere à Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio contratos, concessões e autorizações de que são titulares diversas empresas de eletricidade.*

Decreto n. 35.063 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

**EMPRESA DE ENGENHARIA CEIF LIMITADA**

Decreto-legislativo n.º 9 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

**EMPRESA DE NAVEGAÇÃO SANTA CATARINA LIMITADA.**

*Concede à "Empresa de Navegação Santa Catarina Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 35.056 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de março de 1954.

**EMPRESA ELÉTRICA CAMBRAIA LIMITADA**

*Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade à Empresa Elétrica Cambraia Ltda.*

Decreto n. 34.754 — de 4 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

**EMPRESA FORÇA E LUZ COTEGIPENSE S. A.**

*Outorga à Empresa Força e Luz Cotegipense S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda existente no rio Erechim, município do mesmo nome, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 34.659 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1954.

Retificado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

**EMPRESA FORÇA E LUZ DE CAMBUI**

*Declara caduca a concessão de que é titular a Empresa Força e Luz de Cambui, para fornecimento de energia elétrica aos municípios de Estiva e Cambui, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.029 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

**EMPRESA FORÇA E LUZ SANTA CATARINA S. A.**

*Outorga à Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A., concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do rio Cedros e de outro de seu afluente, Palmeiras, no distrito de Arrozeira, município de Timbó, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 34.926 — de 12 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1954.



**EMPRESA HIDRO-ELETRICA DE  
SERRA DO BOCAINA S. A.**

*Transfere à Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio contratos, concessões e autorizações de que são titulares diversas empresas de eletricidade.*

Decreto n. 35.063 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

**EMPRESA LUZ E FORÇA ARNALDO S. A.**

*Outorga à Empresa Luz e Força Arnaldo S. A., concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio do Peixe, município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 34.747 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1954.

**EMPRESA LUZ E FORÇA JUNDIAI S. A.**

*Transfere à Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio contratos, concessões e autorizações de que são titulares diversas empresas de eletricidade.*

Decreto n. 35.063 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

**EMPRESAS BRASILEIRAS DE NAVEGAÇÃO AÉREA**

*Dispõe sobre o transporte aéreo da correspondência postal no interior e exterior por empresas brasileiras e estrangeiras, e dá outras providências.*

Lei n. 2.156 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

**EMPRESAS DE ELETRICIDADE  
ALEXANDRE SCHLEMM S. A.**

*Outorga à Empresa de Eletricidade Alexandre Schlemm S. A. concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do Salto do Vau existente no rio Palmital, município de União da Vitória, Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.018 — de 8 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

**EMPRESAS DE ELETRICIDADE**

Ver: o nome das Empresas autorizadas a funcionar.

**EMPRESAS DE MINERAÇÃO**

Ver: o nome das empresas autorizadas a funcionar.

**EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO**

Ver: o nome das empresas autorizadas a funcionar.

**EMPRESAS EDITÓRAS**

*Estende às empresas editoras ou impressoras de livros, os favores concedidos às empresas jornalísticas pela Lei n.º 1.386, de 18 de junho de 1951, que regula a importação de papel e outros materiais de consumo de imprensa.*

Lei n. 2.186-A — de 13 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 19 de fevereiro de 1954.

**EMPRESAS INCORPORADAS AO  
PATRIMÔNIO NACIONAL**

*Dispõe sobre a execução dos serviços a cargo da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.*

Lei n. 2.193 — de 9 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de março de 1954.

**EMPRESAS NACIONAIS DE NAVEGAÇÃO AÉREA**

*Modifica o art. 7.º, da Lei n.º 1.815, de 18 de fevereiro de 1953.*

Lei n. 2.190 — de 5 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 18 de março de 1954.

**ENERGIA ELÉTRICA**

*Autoriza a Prefeitura Municipal do Bom Conselho, Estado de Pernambuco, a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 28.044 — de 24 de abril de 1950.

Publicado no D. O. de 9 de fevereiro de 1954.

— *Outorga a Deboni S. A. Comércio e Indústria, com sede na cidade de Caçador, município de igual nome, Estado de Santa Catarina, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica existente num trecho das corredeiras do rio dos Patos, situado no distrito de Liberata, município de Curitiba, Estado de Santa Catarina, para uso exclusivo.*

Decreto n. 32.155 — de 23 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

— *Outorga à Sociedade Industrial do Pinho Limitada, concessão para aproveitamento da energia hidráulica existente na cachoeira Rota, no rio São Bento, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 34.464 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Herculanã, Estado de São Paulo, concessão para distribuir energia elétrica na cidade.*

Decreto n. 34.587 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

— *Outorga à Empresa Força e Luz Cotegipense S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda existente no rio Erechim, município do mesmo nome, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 34.659 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1954.

Retificado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

**ENERGIA ELÉTRICA**

*Autoriza a Prefeitura da Estância de Atibaia, Estado de São Paulo, a construir linhas de transmissão e dá outras providências.*

Decreto n. 34.660 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1954.

— *Outorga à Empresa Luz e Força Arnaldo S. A., concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio do Peixe, município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 34.747 — de 3 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1954.

— *Outorga à Sociedade Mineração Machado Limitada, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira do Galvão, existente no rio Caeté-Mirim, município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.839 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1954.

— *Restringe a zona de fornecimento da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira a fazer a distribuição e o comércio de energia elétrica na Vila de Acesita, distrito de Timóteo, naquele município.*

Decreto n. 34.840 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

— *Modifica o Decreto n.º 31.130, de 11 de julho de 1952, que outorgou concessão ao Estado da Bahia para aproveitamento da energia hidráulica nos rios de Contas e Gongogi.*

Decreto n. 34.884 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à firma Pinto & Cia. Ltda.*

Decreto n. 34.898 — de 6 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

— *Outorga à Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A., concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do rio Cedros e de outro de seu afluente Palmeiras, no distrito de Arrozeira, município de Timbó, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 34.926 — de 12 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1954.

— *Amplia a zona de concessão da Comissão da Central de Macabu.*

Decreto n. 34.927 — de 13 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1954.

— *Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, concessão para derivar águas da bacia do rio Paraibuna e Paraitinga, distrito e município de Paraibuna, para a vertente oceânica, no distrito e município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 34.948 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio, concessão para aproveitamento progressivo de energia hidráulica, no rio Paraíba, com a instalação de uma usina geradora de cerca de 200.000 kW nas proximidades de Simpício, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.965 — de 19 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de janeiro de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Outorga à Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio, concessão para aproveitamento progressivo de energia hidráulica, no rio Paraíba, com a instalação de uma usina geradora de cerca de 400.000 kW, nas proximidades de Benjamin Constant, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.966 — de 19 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1954.

— *Outorga à Companhia Hidro-Elétrica Paranapanema, concessão para distribuir e fazer comércio de energia nos municípios de Uraí e Abatiá, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 34.967 — de 19 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza a construção de uma linha de transmissão.*

Decreto n. 34.968 — de 19 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de fevereiro de 1954.

— *Outorga ao Estado de Santa Catarina, concessão para o aproveitamento do salto do Estreito, no rio Uruguai.*

Decreto n. 34.981 — de 27 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

— *Outorga à Empresa de Eletricidade Alexandre Schlemm S. A. concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do Salto do Vau existente no rio Palmital, município de União da Vitória, Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.018 — de 8 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

— *Declara caduca a concessão de que é titular a Empresa Força e Luz de Cambuí, para fornecimento de energia elétrica aos municípios de Estiva e Carmui, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.029 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Força e Luz Arróio Trinta Sociedade Anônima.*

Decreto n. 35.049 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1954.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Força e Luz de Centralina.*

Decreto n. 35.050 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1954.

— *Transfere à Companhia de Eletricidade de São Paulo e Rio contratos, concessões e autorizações de que são titulares diversas empresas de eletricidade.*

Decreto n. 35.063 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

— *Regulamenta a Lei n.º 2.134, de 14 de dezembro de 1953.*

Decreto n. 35.064 — de 13 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

Retificado nos D. O. de 17 e 24 de março de 1954.

— *Autoriza a construção da linha de transmissão Catanduva-Catiguá.*

Decreto n. 35.085 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

— *Outorga à Companhia Leste Mineira de Eletricidade concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do rio Manhuaçu, distrito e município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.104 — de 24 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Atribui ao Ministério da Guerra a incumbência de promover o aproveitamento progressivo da energia hidráulica existente nos rios Mambuca e Pupil, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.176 — de 9 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

— *Atribui ao Ministério da Marinha a incumbência de promover o aproveitamento progressivo da energia hidráulica existente nos rios Bracuí e Ariré, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.177 — de 9 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

— *Transfere à Comissão Estadual de Energia Elétrica, do Estado do Rio Grande do Sul, a concessão de que era titular a firma Abreu, Terra & Cia., para aproveitamento do desnível existente no rio Ijuí-mirim e para distribuição de energia elétrica do município de Tupanciretã.*

Decreto n. 35.193 — de 13 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

— *Outorga a Marcos Antonio Inglez de Souza concessão para distribuir energia elétrica nos 1.º, 3.º e 4.º distritos do Município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.194 — de 13 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

## ENERGIA HIDRAULICA

Ver: *Energia Elétrica.*

## ENGENHEIRO

*Cria, funções na Tabela Numérica de Mensalistas da Comissão do Vale do São Francisco.*

Decreto n. 35.197 — de 15 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

## ENSINO

*Dispõe sobre o ensino superior no Instituto Tecnológico de Aeronáutica.*

Lei n.º 2.165 — de 5 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

— *Altera dispositivo do Decreto número 34.330, de 21 de outubro de 1953.*

Decreto n. 34.907 — de 8 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

— *Aprova o Regimento da Diretoria do Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 35.171 — de 8 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

## ENSINO COMERCIAL

— *Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial.*

Decreto n. 35.247 — de 24 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1954.

## ESCOLAS

*Determina a matrícula dos oficiais do Q.A.O., dos subtenentes e dos sargentos do Exército, diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia, no Curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército.*

Lei n. 2.167 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

— *Reconhece o curso que indica.*

Decreto n. 34.639 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

— *Concede reconhecimento à Escola Técnica Alvaro da Silveira, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.462 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1954.

## ESCOLAS

*Concede equiparação à Escola Industrial de Jaboticabal, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 34.787 — de 15 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1954.

— *Concede autorização para funcionamento do curso de engenharia civil da Escola de Engenharia do Brasil Central.*

Decreto n. 34.900 — de 6 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

— *Concede reconhecimento ao curso de auxiliar de enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem São Francisco de Assis.*

Decreto n. 34.923 — de 12 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1954.

— *Concede reconhecimento ao curso de enfermagem da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul.*

Decreto n. 34.964 — de 19 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1954.

— *Dá nova redação ao Art. 123 do Regulamento das Escolas Preparatórias.*

Decreto n. 35.059 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

— *Transforma em Escola Agrícola a Escola de Iniciação Agrícola "Mário Barata", no Estado do Pará, a que se refere o art. 4.º do Decreto número 22.506, de 22 de janeiro de 1947.*

Decreto n. 35.080 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1954.

— *Aprova e manda executar o Regulamento da Escola Superior de Guerra.*

Decreto n. 35.187 — de 11 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

**ESCRIVÃO DE COLETORIA**

*Suprime cargo extinto.*  
(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 34.990 — de 29 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1954.

— *Suprime cargo extinto.*  
(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 34.992 — de 29 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1954.

**ESQUADRÃO ANHANGUERA**

*Dá a denominação de "Esquadrão Anhanguera" ao atual 2.º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado e cria o respectivo estandarte.*

Decreto n. 34.946 — de 15 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1954.

**ESSO STANDARD DO BRASIL INC.**

*Concede à sociedade anônima "Esso Standard do Brasil Inc." autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 35.164 — de 8 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1954.

**ESTADO DA BAHIA**

*Modifica o Decreto n.º 31.130, de 11 de julho de 1952, que outorgou concessão ao Estado da Bahia para aproveitamento da energia hidráulica nos rios de Contas e Gongogi.*

Decreto n. 34.884 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Arrojado.*

Decreto n. 35.139 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1954.

**ESTADO DA BAHIA**

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Formoso.*

Decreto n. 35.140 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1954.

**ESTADO DO CEARÁ**

*Ratifica a concessão da exploração do serviço de loteria do Estado do Ceará.*

Decreto n. 35.134 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1954.

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio São Manoel-Brejinho, Farinha Podre-Cocal-Dourados e Dourados, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.068 — de 15 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Surubi.*

Decreto n. 35.103 — de 24 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Brochados.*

Decreto n. 35.112 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Grota Funda, Caioaba e Timbira ou Inhomerim, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.111 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Cardoso, Jacaré e Cadeia, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.083 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1954.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

*Outorga ao Estado de Santa Catarina concessão para o aproveitamento do salto do Estreito, no rio Uruguai.*

Decreto n. 34.981 — de 27 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Pinheiro Marcado.*

Decreto n. 35.067 — de 15 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

## ESTADO DE SÃO PAULO

Resolução n.º 20 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Caaguazu.*

Decreto n. 35.283 — de 27 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1954.

## ESTADO DE SERGIPE

*Abre crédito especial para concessão de auxílio ao Município de Aracaju, nas comemorações do primeiro centenário da cidade.*

Decreto n. 35.282 — de 27 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1954.

## ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

*Cria a Tabela Numérica de Extra-numerários-mensalistas do Estado Maior das Forças Armadas e dá outras providências.*

Decreto n. 35.143 — de 5 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1954.

## ESTANDARTES

*Dá a denominação de "Esquadrão Anhanguera" ao atual 2.º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado e cria o respectivo estandarte.*

Decreto n. 34.946 — de 15 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1954.

## ESTATUTO DOS FUNCIONARIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIAO

*Dispõe sobre a dotação destinada aos trabalhos previstos no art. 259 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 34.950 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1954.

## ESTATUTOS

*Ver: o nome da Companhia que o teve aprovado ou alterado.*

## ESTIVA

*Dispõe que o conserto de carga e descarga, nos portos organizados, será feito, com exclusividade, por profissionais matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.*

Lei n. 2.191 — de 5 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 18 de março de 1954.

## ESTRADA DE FERRO BAHIA E MINAS

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.395.116,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 35.242 — de 22 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

**ESTRADA DE FERRO BRAGANÇA**

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.395.116,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 35.242 — de 22 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

**ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PIAUÍ**

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.395.116,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 35.242 — de 22 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

**ESTRADA DE FERRO DE GOIÁS**

*Autoriza o Diretor da Estrada de Ferro de Goiás a contratar financiamento, em cruzeiros, para o fim que especifica.*

Decreto n. 35.073 — de 17 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1954.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.395.116,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 35.242 — de 22 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

**ESTRADA DE FERRO DONA TERE-SA CRISTINA**

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.395.116,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 35.242 — de 22 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

**ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA**

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 240.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 35.198 — de 15 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

**ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ**

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.395.116,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 35.242 — de 22 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

**ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL**

*Substitui as Tabelas Numéricas Ordinária e Suplementar de Mensalistas e dispõe sobre a Tabela Especial de Mensalistas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e dá outras providências.*

Decreto n. 34.837 — de 23 de dezembro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

— *Aprova projeto e orçamento para a construção de uma casa de força, na esplanada da estação de Corumbá, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 34.913 — de 9 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

**ESTRADA DE FERRO SAMPAIO CORREIA**

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.395.116,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 35.242 — de 22 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.



## ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAÍ

*Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, as áreas imprescindíveis à construção de um ramal do sistema de oleodutos de Santos a São Paulo, de concessão do Conselho Nacional do Petróleo àquela Estrada.*

Decreto n. 35.172 — de 9 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

— *Autoriza o Administrador da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí a contratar financiamento em cruzeiros para os fins que especifica.*

Decreto n. 35.255 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de março de 1954.

## ESTRADA DE FERRO SÃO LUIZ-TERESINA

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.395.118,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 35.242 — de 22 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

## ESTRANGEIRO

— *Aquisição de domínio útil de terreno de marinha — Ver: Terreno de Marinha.*

## ETAPA DA RAÇÃO COMPLEMENTADA

*Aprova a Tabela de fixação dos valores da etapa da ração complementada para o Exército e dá outras providências.*

Decreto n. 34.951 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

## ETAPA DAS FORÇAS ARMADAS

*Aprova a Tabela de fixação dos valores da etapa das Forças Armadas para 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.953 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

— *Determina a matrícula dos oficiais do Q.A.O., dos subtenentes e dos sargentos do Exército, diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia, no Curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército.*

Lei n. 2.167 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

— *Regula a situação dos sargentos do Exército, excluídos pelo art. 143, da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n.º 1.187, de 4 de abril de 1939), e posteriormente reincluídos.*

Lei n. 2.172 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

— *Altera o Regulamento de Toques e Marchas para o Exército e Armada, aprovado pelo Decreto n.º 1.541, de 1.º de abril de 1937.*

Decreto n. 34.916 — de 9 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

## EXÉRCITO

— *Permite o uso da Medalha do Pacificador nos uniformes militares.*

Decreto n. 34.918 — de 9 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

— *Reduz de um (1) ano o interstício para promoção de Segundo Tenente a Tenente Coronel.*

Decreto n. 34.920 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

**EXÉRCITO**

*Suspende provisoriamente a execução do n.º 18 do anexo V do Regulamento do Serviço de Remonta e Veterinária.*

Decreto n. 34.921 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

— *Dá a denominação de "Regimento Itororó", ao atual 5.º Regimento de Infantaria.*

Decreto n. 34.944 — de 15 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

— *Dá a denominação de "Batalhão Conrado Bittencourt" ao atual 3.º Batalhão de Engenharia.*

Decreto n. 34.945 — de 15 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

— *Dá a denominação de "Esquadrão Anhanguera" ao atual 2.º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado e cria o respectivo estandarte.*

Decreto n. 34.946 — de 15 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1954.

— *Aprova a Tabela de fixação dos valores da etapa da ração complementada para o Exército e dá outras providências.*

Decreto n. 34.951 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

— *Aprova a Tabela de fixação dos valores da ração especial para os Hospitais e Sanatórios do Exército, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.952 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

— *Aprova a Tabela de fixação dos valores da etapa das Forças Armadas para 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.953 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

**EXÉRCITO**

*Altera o Regulamento do Serviço de Saúde do Exército.*

Decreto n. 35.175 — de 9 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

— *Aprova e manda executar o Regulamento da Escola Superior de Guerra.*

Decreto n. 35.187 — de 11 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

**EXPORTAÇÃO**

*Regulamenta a execução da lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953, que institui a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o Exterior, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.893 — de 5 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

Retificado no D. O. de 7 de janeiro de 1954.

**EXPORT-IMPORT BANK OF WASHINGTON**

*Autoriza o Tesouro Nacional a garantir empréstimo a ser contratado pela Companhia Siderúrgica Nacional, para ampliar as instalações industriais da Usina de Volta Redonda.*

Lei n.º 2.178 — de 4 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de fevereiro de 1954.

**EXTRANUMERÁRIOS**

Decreto-legislativo n.º 101 — de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 3 — de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

## EXTRANUMERÁRIOS

*Dispõe sobre a melhoria de salário dos ocupantes de funções incluídas nas Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista.*

Decreto n. 34.979 — de 25 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1954.

## F

## FACULDADES

*Concede autorização para funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito do Vale do Paraíba.*

Decreto n. 34.889 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1954.

*— Concede autorização para funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade Católica de Direito de Petrópolis.*

Decreto n. 34.922 — de 12 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de janeiro de 1954.

*— Concede autorização para funcionamento dos cursos da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará.*

Decreto n. 34.924 — de 12 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1954.

*— Concede reconhecimento ao curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe.*

Decreto n. 34.960 — de 19 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de fevereiro de 1954.

*— Concede autorização para funcionamento do curso de didática da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.*

Decreto n. 34.961 — de 19 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1954.

## FACULDADES

*Concede autorização para funcionamento do Curso da Faculdade de Ciências Econômicas de Alagoas.*

Decreto n. 34.962 — de 19 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1954.

*— Concede reconhecimento aos cursos de filosofia, letras anglo-germânicas, letras neo-latinas, geografia e história, matemática e pedagogia, da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.*

Decreto n. 34.963 — de 19 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1954.

*— Concede autorização para funcionamento do curso de Odontologia de Lins, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.248 — de 24 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1954.

*— Concede autorização para funcionamento da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro.*

Decreto n. 35.249 — de 24 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1954.

*— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.000.000,00, para custear as despesas com as festividades do cinquentenário da fundação do Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.*

Decreto n. 35.277 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1954.

## FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE ENGENHEIROS

*Declara de utilidade pública a Federação Brasileira de Associações de Engenheiros, com sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 34.887 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

## FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ODONTOLOGISTAS

*Autoriza a Federação Nacional dos Odontologistas a instituir Caixas em benefício dos profissionais nela inscritos.*

Lei n. 2.170 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

## FERRO

*Autoriza o cidadão brasileiro Delzir Batista Guimarães a pesquisar minério de ferro no município de Itauna, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.033 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

*Autoriza o cidadão brasileiro José Celso Lana Santos a lavar minério de ferro, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.118 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

*Autoriza o cidadão brasileiro Romão da Silveira Marquez a pesquisar minérios de manganês, de ferro e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 35.219 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

*Autoriza o cidadão brasileiro João Morgan da Costa a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.220 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

*Autoriza o cidadão brasileiro João Morgan da Costa a pesquisar ocre, minérios de ferro, manganês e associados, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.236 — de 19 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

## FERRO

*Renova o Decreto n.º 30.330, de 21 de dezembro de 1951.*

Decreto n. 35.261 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

*Autoriza Indústrias Reunidas Paulo Simoni Limitada, a pesquisar minério de ferro e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.270 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

## FESTIVAL DE CINEMA DO BRASIL (I)

*Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ..... Cr\$ 10.000.000,00, para ocorrer às despesas realizadas com a preparação e execução do I Festival de Cinema do Brasil.*

Decreto n. 35.195 — de 15 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

## FINANCIAMENTOS

*Autoriza o Diretor da Estrada de Ferro de Goiás a contratar financiamento, em cruzeiros, para o fim que especifica.*

Decreto n. 35.073 — de 17 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1954.

*Autoriza o Administrador da Estrada de Ferro Santos a Jundiá a contratar financiamento em cruzeiros para os fins que especifica.*

Decreto n. 35.255 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de março de 1954.

## FLUORITA

*Autoriza a Mineração Sulbrasileira Limitada a pesquisar fluorita e associados, no município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 34.978 — de 21 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

## FORÇA E LUZ ARROIO TRINTA SOCIEDADE ANÔNIMA

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Força e Luz Arroio Trinta S. A.*

Decreto n. 35.049 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1954.

## FORÇA E LUZ DE CENTRALINA

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Força e Luz de Centralina.*

Decreto n. 35.050 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1954.

## FUNCIONARIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO

*Altera os valores dos símbolos referentes ao pagamento de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas do Poder Executivo da União e dos Territórios, e dá outras providências.*

Lei n. 2.188 — de 3 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de março de 1954.

## FUNÇÕES DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR

*Altera a redação do Decreto número 30.955, de 7 de junho de 1952,*

Decreto n. 35.209 — de 17 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de março de 1954.

## FUNÇÕES GRATIFICADAS

*Altera os valores dos símbolos referentes ao pagamento de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas do Poder Executivo da União e dos Territórios, e dá outras providências.*

Lei n. 2.188 — de 3 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de março de 1954.

## FUNDO DE ESTABILIDADE DE SEGURO AGRÁRIO

*Estabelece normas para instituição do Seguro Agrário.*

Lei n. 2.168 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de janeiro de 1954.

## FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO

*Estabelece normas para instituição do Seguro Agrário.*

Lei n. 2.168 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de janeiro de 1954.

## FUNDO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

*Regula a aplicação dos recursos do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia.*

Decreto n. 35.142 — de 4 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1954.

## FUSÃO DE CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Ver: Caixas de Aposentadoria e Pensões.*

## G

## GENOCÍDIO

*Torna público o depósito do Instrumento de Ratificação, por parte do Governo do Líbano, da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime do Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948.*

Decreto n. 35.179 — de 11 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1954.

**GENÉSIO GOUVEIA S. A.**

Decreto-legislativo n.º 39 — de 1953.  
Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

**GIPSITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro José Carvalho Viana a pesquisar gipsita e associados, no município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 35.266 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

**"GLOBO", COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "Globo", Companhia Nacional de Seguros.*

Decreto n. 35.003 — de 4 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1954.

**GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO**

— Abertura de Crédito —

Ver: Crédito Especial.

**GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO**

*Institui gratificação de representação aos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho.*

Lei n. 2.147 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

— *Concede aos Cônsules Privativos, padrão M, e aos Auxiliares de Consulado, padrão N, gratificação por serviço no exterior.*

Decreto n. 35.101 — de 23 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1954.

**GUARDA DE PRESIDIO**

*Suprime cargos extintos.*

(M. J. N. I. — Q. S.).

Decreto n. 35.161 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

**H****HOSPEDARIAS**

*Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 3.750.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto n. 35.278 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1954.

**HOSPITAIS**

*Aprova a Tabela de fixação dos valores da razão especial para os Hospitais e Sanatórios do Exército, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.952 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

**I****IMIGRANTES**

*Abre, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.500.000,00, destinado a regularizar as despesas com o transporte de imigrantes holandeses, seus pertences e alimentação do gado por eles trazido.*

Decreto n. 35.241 — de 22 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

**IMPORTAÇÃO**

*Estende às empresas editoras ou impressoras de livros os favores concedidos às empresas jornalísticas pela Lei n.º 1.386, de 18 de junho de 1951, que regula a importação de papel e outros materiais de consumo de imprensa.*

Lei n. 2.186-A — de 13 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 19 de fevereiro de 1954.

— *Regulamenta a execução da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, que institui a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o Exterior e dá outras providências.*

Decreto n. 34.893 — de 5 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

Retificado no D. O. de 7 de janeiro de 1954.

# IMPÓSTO DO SELO

*Estabelece normas para instituição do Seguro Agrário.*

Lei n. 2.168 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de janeiro de 1954.

# IMPOSTOS FEDERAIS

*Estabelece normas para instituição do Seguro Agrário.*

Lei n. 2.168 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de janeiro de 1954.

# INCOGRAMAR INDÚSTRIAS REUNIDAS DE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA.

*Concede à Incogramar Indústrias Reunidas de Extração e Comércio de Mármore e Granitos Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.116 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

# INDÚSTRIAS CALCÁRIAS PEREIRA LEITE LIMITADA

*Concede à Indústrias Calcárias Pereira Leite Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.086 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1954.

# INDÚSTRIAS REUNIDAS PAULO SIMONI LIMITADA

*Autoriza Indústria Reunidas Paulo Simoni Limitada a pesquisar minério de ferro e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.270 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

# INDÚSTRIAS ROVIAL - TÉCNICA EXTRATIVA, BENEFICIAMENTO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - SOCIEDADE ANÔNIMA

*Concede à Indústrias Rovial-Técnica Extrativa, Beneficiamento, Importação e Exportação - Sociedade Anônima, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 34.866 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

# INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

*Cria o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, nos termos da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 35.124 — de 27 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de março de 1954.

# INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

*Aprova o regulamento para a indicação dos representantes do comércio do café e dos Governos estaduais na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café.*

Decreto n. 35.060 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

# INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

*Dispõe sobre os Quadros de Pessoal do Instituto do Açúcar e do Alcool.*

Decreto n. 35.082 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1954.

# INSTITUTO DO CACAU DA BAHIA

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 10.500.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto n. 34.993 — de 1 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de fevereiro de 1954.

# INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 700.000,00, em favor do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

Decreto n. 35.170 — de 8 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

# INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

*Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências.*

Lei n. 2.163 — de 5 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1954.

# INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS AMAZÔNICAS

*Aprova o Regimento do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.*

Decreto n. 35.133 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de março de 1954.

# INSTITUTO RIO-BRANCO

*Modifica o Regulamento do Instituto Rio-Branco.*

Decreto n. 35.096 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1954.

Retificado no D. O. de 17 de março de 1954.

# INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA

*Dispõe sobre o ensino superior no Instituto Tecnológico de Aeronáutica.*

Lei n. 2.165 — de 5 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

# INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Provê sobre a eleição dos Conselhos Fiscais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões.*

Lei n. 2.155 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

— *Determina a reserva de 3% sobre o valor das contribuições de previdência arrecadadas pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, para prestação de assistência alimentar aos seus associados.*

Lei n. 2.158 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

— *Dispõe sobre o regime do pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e dá outras providências.*

Decreto n. 34.905 — de 7 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1954.

Retificado no D. O. de 28 de janeiro de 1954.

# INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

— *Altera disposições dos Decretos ns. 31.547, de 6 de outubro de 1952, e 1.918, de 27 de agosto de 1937, referentes ao I. A. P. dos Industriários.*

Decreto n. 34.908 — de 8 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

— *Regulamenta a Lei n.º 2.134, de 14 de dezembro de 1953.*

Decreto n. 35.364 — de 13 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

Retificado no D. O. de 17 e 24 de março de 1954.

— *Revoga o Decreto n.º 31.645, de 23 de outubro de 1952, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.099 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1954.



## INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Revoga o Decreto n.º 35.099, de 19 de fevereiro de 1954.*

Decreto n. 35.292 — de 31 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1954.

## INTERCÂMBIO COMERCIAL COM O EXTERIOR

*Regulamenta a execução da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, que institui a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o Exterior e dá outras providências.*

Decreto n. 34.893 — de 5 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

Retificado no D. O. de 7 de janeiro de 1954.

## ISENÇÕES

*Estabelece normas para instituição do Seguro Agrário.*

Lei n. 2.168 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de janeiro de 1954.

## J

### J. FERNANDES & IRMÃO

*Revoga, em parte, o Decreto número 25.139, de 25 de junho de 1948, reestabelecendo o Decreto n.º 5.404, de 28 de março de 1940.*

Decreto n. 34.904 — de 7 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

## JUNTA ADMINISTRATIVA DO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

*Aprova o regulamento para a indicação dos representantes do comércio do café e dos Governos estaduais na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café.*

Decreto n. 35.060 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

## JUSTIÇA DO TRABALHO

*Institui gratificação de representação aos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho.*

Lei n. 2.147 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

## JUTA

*Estende à produção de juta e fibras similares da Bacia Amazônica da safra de 1953-54 os preços mínimos, o regime e demais dispositivos do Decreto n.º 30.953, de 9 de junho de 1952.*

Decreto n. 35.201 — de 16 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de março de 1954.

## L

### LABORATÓRIO CENTRAL DE CONTRÔLE DE DROGAS E MEDICAMENTOS

*Cria o Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos, e dá outras providências.*

Lei n. 2.187 — de 16 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1954.

### LAVOURA

*Estabelece normas para instituição do Seguro Agrário.*

Lei n. 2.168 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de janeiro de 1954.

### LAVRAS

*Ver: o nome do elemento lavrado.*

### LEPROSÁRIO COLÔNIA BONFIM

*Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 380.000,00, para auxiliar a manutenção do Leprosário Colônia Bonfim, no Estado do Maranhão.*

Decreto n. 34.886 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

**LIGA PRÓ FRATERNIDADE**

*Declara de utilidade pública a "Liga pró Fraternidade", com sede nesta Capital.*

Decreto n. 34.925 — de 12 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1954.

**LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DA REPÚBLICA**

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 34.955 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1954.

**LÓIDE BRASILEIRO - PATRIMÔNIO NACIONAL**

*Dá a garantia do Tesouro Nacional ao aval do Banco do Brasil S. A., nas promissórias de responsabilidade do Lóide Brasileiro - Patrimônio Nacional.*

Lei n. 2.182 — de 9 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

**LOTAÇÃO**

*Ver: o Ministério que a teve alterada.*

**LOTÉRIAS**

*Ratifica a concessão da exploração do serviço de loteria do Estado do Ceará.*

Decreto n. 35.134 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1954.

**M****MALÁRIA**

*Institui a Campanha Nacional contra a Esquistossomose, e dá outras providências.*

Lei n. 2.161 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

**MANGANÊS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Gonçalves Borges a pesquisar minério de manganês e associados no município de Luziânia, Estado de Goiás.*

Decreto n. 34.854 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

*— Autoriza a Empresa Brasileira de Cromo Ltda. a pesquisar minério de manganês e associados no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.*

Decreto n. 34.861 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

*— Autoriza a Sociedade Brasileira de Mineração Ltda. a pesquisar minério de manganês e associados no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 34.929 — de 13 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Armando Ribeiro Viana a lavrar minério de manganês, no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.094 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1954.

*— Renova o Decreto n.º 29.766, de 12 de julho de 1951.*

Decreto n. 35.204 — de 17 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Romeu da Silveira Marquez a pesquisar minérios de manganês, de ferro e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 35.219 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

## MANGANÊS

*Autoriza o cidadão brasileiro João Morgan da Costa a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.220 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Morgan da Costa a pesquisar ocre, minérios de ferro, manganês e associados, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.236 — de 19 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

— *Renova o Decreto n.º 30.330, de 21 de dezembro de 1951.*

Decreto n. 35.261 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Gomes Filho a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Guaçuí, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 35.272 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

## MARCAÇÃO DE OVOS

Decreto-legislativo n.º 2 — de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de março de 1954.

## MARINHA

Ver: Armada.

## MARINHA MERCANTE

*Cria a Comissão Especial de Reorganização da Marinha Mercante e das outras providências.*

Decreto n. 35.287 — de 30 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1954.

## MARÍTIMOS

*Dispõe que o conserto de carga e descarga, nos portos organizados, será feito, com exclusividade, por profissionais matriculados nas Delegacias do Trabalho.*

Lei n. 2.191 — de 5 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 18 de março de 1954.

## MÁRMORE

*Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Tortola a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Pirai do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 34.864 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Carneiro de Rezende a pesquisar minério de cobre, mármore e associados, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.969 — de 21 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lídio Lunardi a pesquisar mármore e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.971 — de 21 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aurélio de Almeida Seabra Veloso a pesquisar mármore e associados, no município de Belmonte, Estado da Bahia.*

Decreto n. 35.639 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1954.

**MÁRMORE**

*Autoriza o cidadão brasileiro José Bonifácio de Alvarenga a pesquisar mármore e associados, no município de Lavras, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.265 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

**MAUSOLÉU**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender ao pagamento das primeiras despesas, inclusive concurso de projetos e prêmios, relativas à construção de um mausoléu para abrigar os restos mortais dos soldados expedicionários brasileiros.*

Lei n. 2.159 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

**MEDALHA DE MARIA QUITÉRIA**

*Permite o uso da Medalha de Maria Quitéria nos uniformes militares.*

Decreto n. 35.005 — de 4 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de fevereiro de 1954.

**MEDALHA DO PACIFICADOR**

*Permite o uso da Medalha do Pacificador nos uniformes militares.*

Decreto n. 34.918 — de 9 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

**MÉDICO**

*Cria função na Tabela Única de Extranumerário Mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.*

Decreto n. 35.210 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1954.

**MÉDICO LEGISTA**

*Cria funções de Médico Legista na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 35.193 — de 15 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

**MELHORIA DE SALÁRIO**

*Dispõe sobre a melhoria de salário dos ocupantes de funções incluídas nas Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista.*

Decreto n. 34.979 — de 25 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1954.

**MICA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Teixeira de Souza a pesquisar mica e associados no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.855 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

— Declara sem efeito o Decreto número 31.453, de 13 de setembro de 1952.

Decreto n. 34.870 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

— Declara sem efeito o Decreto número 31.460, de 13 de setembro de 1952.

Decreto n. 34.871 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

— Autoriza o cidadão brasileiro Osório Ferraz de Oliveira a pesquisar mica e associados, no município de Macarani, Estado da Bahia.

Decreto n. 34.972 — de 21 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

**MICA**

*Autoriza o cidadão brasileiro José Calhau Coimbra a pesquisar mica e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.025 — de 10 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Constantino Vasconcelos a pesquisar mica e associados, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.026 — de 10 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Martinho Calzavara a pesquisar caulim, mica e associados no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.027 — de 10 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Firmino Batista Pereira a lavrar mica no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.028 — de 10 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1954.

— *Declara sem efeito o Decreto n.º 31.425, de 10 de setembro de 1952.*

Decreto n. 35.183 — de 11 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Zeferino Cerqueira Leite a pesquisar mica, quartzo e associados, no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.206 — de 17 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1954.

**MICA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Leovindo Alves Garajau a pesquisar mica e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.207 — de 17 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Orlando Caputo a pesquisar mica, caulim e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.221 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Calhau a pesquisar mica e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.250 — de 24 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José dos Anjos Oliveira a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.251 — de 24 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Ferreira de Oliveira a pesquisar mica e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.252 — de 24 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Gonçalves da Cunha a pesquisar mica e associados, no município de Rio Vermelho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.253 — de 24 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

**MILITARES**

*Permite o uso da Medalha do Pacificador nos uniformes militares.*

Decreto n. 34.918 — de 9 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

— *Aprova a Tabela de fixação dos valores da etapa da ração complementada para o Exército e dá outras providências.*

Decreto n. 34.951 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

— *Aprova a Tabela de fixação dos valores da ração especial para os Hospitais e Sanatórios do Exército, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.952 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

— *Aprova a Tabela de fixação dos valores da etapa das Forças Armadas para 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.953 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

**MINERAÇÃO IRAPUÁ LTDA.**

*Concede à Mineração Irapuá Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.185 — de 11 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1954.

**MINERAÇÃO ITAMURI LTDA.**

*Autoriza a Mineração Itamuri Ltda. a lavar caulim, no município de Muriaé, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.034 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1954.

**MINERAÇÃO SERTANEJA S. A.**

*Autoriza Mineração Sertaneja S. A. a pesquisar scheelita e associados no município de Santa Luzia, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 35.267 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

**MINERAÇÃO SULBRASILEIRA LIMITADA**

*Autoriza a Mineração Sulbrasileira Limitada a pesquisar fluorita e associados, no município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 34.978 — de 21 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

**MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA**

Decreto-legislativo n.º 101 — de 1953.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

— *Dispõe sobre o ensino superior no Instituto Tecnológico de Aeronáutica.*

Lei n. 2.165 — de 5 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis necessário à ampliação das instalações da Base Aérea do Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 34.869 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

— *Dispõe sobre as funções de Subdiretor de Provisões e de Finanças da Aeronáutica.*

Decreto n. 34.930 — de 13 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1954.

# MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

*Cria, no Ministério da Aeronáutica, o Núcleo do Parque de Aeronáutica de Lagoa Santa.*

Decreto n. 34.924 — de 28 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1954.

— *Cria função na Tabela Numérica Especial de Extranumerário mensalista do Quartel General da 2.ª Zona Aérea, do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 35.007 — de 5 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1954.

— *Desapropria terreno no Município de Canóas, Estado do Rio Grande do Sul, necessários ao estabelecimento de via de acesso à Base Aérea de Porto Alegre.*

Decreto n. 35.070 — de 17 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1954.

— *Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 35.075 — de 18 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1954.

— *Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 35.245 — de 24 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1954.

# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Decreto-legislativo n.º 98 — de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 100 — de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, quatro glebas com a área total de 78,0812 ha, destinadas à ampliação das terras da Subestação Experimental de Lavras, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.891 — de 4 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 34.928 — de 13 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1954.

— *Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 35.074 — de 18 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1954.

— *Aprova o Regimento do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 35.081 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1954.

— *Altera, com redução de despesa, a Tabela Única de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 35.181 — de 11 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1954.

— *Cria funções na Tabela Única de Extranumerários Mensalistas do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 35.243 — de 22 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA****— Abertura de Crédito —**

Ver: *Crédito Especial e Crédito Suplementar*.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

*Define a composição dos Quadros e Tabelas do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.*

Decreto n. 35.000 — de 3 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

*— Dispõe sobre a Tabela Única de Extranumerários-Mensalistas do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 35.107 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

Retificado no D. O. de 6 de março de 1954.

*— Retifica a Tabela que acompanhou o Decreto n.º 34.851, de 29 de dezembro de 1953.*

Decreto n. 35.123 — de 26 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

*— Cria funções na Tabela Única de Extranumerário mensalistas do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 35.200 — de 15 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

**— Abertura de Crédito —**

Ver: *Crédito Especial*.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

Decreto-legislativo n.º 39 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Universidade do Brasil, do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.845 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

**— Abertura de Crédito —**

Ver: *Crédito Especial*.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

*Retifica a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Casa da Moeda, do Ministério da Fazenda.*

Decreto n. 34.906 — de 8 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

*— Cria funções na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Fazenda.*

Decreto n. 34.942 — de 14 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1954.

*— Cria Séries Funcionais de Operador e Técnico de Mecanização na Parte Permanente da Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Fazenda e dá outras providências.*

Decreto n. 35.004 — de 4 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de fevereiro de 1954.

*— Aprova o Regimento do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda (S. P. F.).*

Decreto n. 35.006 — de 5 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

Retificado nos D. O. de 18 e 24 de fevereiro de 1954.



# MINISTÉRIO DA FAZENDA

— Abertura de Crédito —

Ver: *Crédito Especial e Crédito Suplementar*.

# MINISTÉRIO DA GUERRA

*Prorrogua dispositivo do projeto que se transformou na Lei n.º 2.142, de 24 de dezembro de 1953, vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional.*

Lei n.º 2.142 — de 24 de dezembro de 1953.

Reproduzida no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

— *Cria a Tabela Numérica de Extranumerários-mensalistas do Estado Maior das Forças Armadas e dá outras providências.*

Decreto n.º 35.143 — de 5 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1954.

— *Atribui ao Ministério da Guerra a incumbência de promover o aproveitamento progressivo da energia hidráulica existente nos rios Mambucaba e Funil, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 35.176 — de 9 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

— Abertura de Crédito —

Ver: *Crédito Especial*.

# MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

*Cria função na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.*

Decreto n.º 35.002 — de 3 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

# MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

*Altera a Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 35.071 — de 17 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1954.

— *Cria funções de Médico Legista na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 35.196 — de 15 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

— *Cria função na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.*

Decreto n.º 35.210 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1954.

— Abertura de Crédito —

Ver: *Crédito Especial*.

# MINISTÉRIO DA MARINHA

*Dispõe sobre o Tribunal Marítimo.*

Lei n.º 2.180 — de 5 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 8 de fevereiro de 1954.

— *Cria função na Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério da Marinha.*

Decreto n.º 35.061 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

— *Altera, sem aumento de despesa, a lotação de repartições atendidas pelo Quadro Suplementar do Ministério da Marinha.*

Decreto n.º 35.066 — de 15 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

**MINISTÉRIO DA MARINHA**

*Atribui ao Ministério da Marinha a incumbência de promover o aproveitamento progressivo da energia hidráulica existente nos rios Bracuí e Ariró, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.177 — de 9 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

*Inclui, nas Tabelas de Gratificação de Representação aprovadas pelo Decreto n.º 34.815, de 17 de dezembro de 1953, novas funções de Ministro Conselheiro e Ministros para Assuntos Econômicos, padrão N.*

Decreto n. 35.163 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

— Abertura de Crédito —

Ver: *Crédito Especial*.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE**

*Define a composição dos Quadros e Tabelas do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.*

Decreto n. 35.000 — de 3 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

— Abertura de Crédito —

Ver: *Crédito Especial*.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

— Abertura de Crédito —

Ver: *Crédito Especial*.

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

Decreto-legislativo n.º 83 — de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de fevereiro de 1954.

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

*Altera, com relação de despesas, a Tabela Numérica Especial de Extra-numerário-mensalista da Viação Férrea Leste Brasileiro do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto n. 35.069 — de 15 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1954.

Retificado no D. O. de 27 de fevereiro de 1954.

— Abertura de Crédito —

Ver: *Crédito Especial*.

**MINISTRO CONSELHEIRO**

*Inclui, nas Tabelas de Gratificação de Representação aprovadas pelo Decreto n.º 34.815, de 17 de dezembro de 1953, novas funções de Ministro Conselheiro e Ministros para Assuntos Econômicos, padrão N.*

Decreto n. 35.163 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

**MINISTRO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS**

*Inclui, nas Tabelas de Gratificação de Representação aprovadas pelo Decreto n.º 34.815, de 17 de dezembro de 1953, novas funções de Ministro Conselheiro e Ministros para Assuntos Econômicos, padrão N.*

Decreto n. 35.163 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

**MONTEPIO CIVIL**

*Dispõe sobre as contribuições para o Montepio Civil.*

Lei n. 2.192 — de 6 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 10 de março de 1954.

## MOTORISTA

*Suprime cargos extintos.*

(M.J.N.I. — Q.J. — P.S.).

Decreto n. 35.154 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

— *Suprime cargos extintos*

(M.J.N.I. — Q.S.).

Decreto n. 35.160 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

## MUNICÍPIOS

*Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, que enumera as bases ou portos militares, de importância para a defesa externa do país, o Município de Salvador, no Estado da Bahia.*

Lei n. 2.179 — de 4 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de fevereiro de 1954.

— *Regulamenta a Lei n.º 2.134, de 14 de dezembro de 1953.*

Decreto n. 35.084 — de 13 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1954.

Retificado nos D. O. de 17 e 24 de março de 1954.

## MUSEU

*Declara de utilidade pública o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, com sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 34.941 — de 14 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de fevereiro de 1954.

## MÚTUA CATARINENSE DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alteração introduzida nos Estatutos da "Mútua Catarinense de Seguros Gerais".*

Decreto n. 35.127 — de 27 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de março de 1954.

## N

### NATURALISTA

*Fixa especialização para as carreiras de Naturalista e Naturalista-auxiliar, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 34.919 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

### NATURALISTA-AUXILIAR

*Fixa especialização para as carreiras de Naturalista e Naturalista-auxiliar, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 34.919 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

### NAVEGAÇÃO SIPEAN LTDA.

*Concede à sociedade "Navegação Sipean Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 34.841 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

### NÚCLEO DE PARQUE DE ARRONAUTICA DE LAGOA SANTA

*Cria, no Ministério da Aeronáutica, o Núcleo de Parque de Aeronáutica de Lagoa Santa.*

Decreto n. 34.984 — de 28 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1954.

## O

### OCRE

*Autoriza o cidadão brasileiro João Morgen da Costa a pesquisar ocre, minérios de ferro, manganês e associados, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.236 — de 19 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

**OCRE**

*Renova o Decreto n.º 29.507, de 29 de abril de 1951.*

Decreto n. 35.260 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

**OFICIAIS DO Q.A.O.**

*Determina a matrícula dos oficiais do Q.A.O., dos subtenentes e dos sargentos do Exército, diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia, no Curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército.*

Lei n. 2.167 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

**OFICIAL ADMINISTRATIVO**

*Suprime cargos extintos.*

(M.J.N.I. — Q.J. — P.S.).

Decreto n. 35.157 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

**OFICIAL DE JUSTIÇA**

*Extingue cargo excedente.*

(M.J.N.I. — Q.J. — P.P.).

Decreto n. 35.151 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

**ORÇAMENTO GERAL DA REPÚBLICA**

*Retifica a Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1953.*

Lei n. 2.189 — de 15 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

**ORÇAMENTOS E PROGRAMA DE EMERGÊNCIA DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA**

*Aprova orçamento e programa de emergência de valorização econômica da Amazônia.*

Decreto n. 35.023 — de 8 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 9 de março de 1954.

**OSCAR SANTOS & COMPANHIA LIMITADA**

*Concede à sociedade "Oscar, Santos & Companhia Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 35.055 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1954.

**P****PECUARIA**

*Estabelece normas para instituição do Seguro Agrário.*

Lei n.º 2.168 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de janeiro de 1954.

**PEDRAS CORADAS**

*Declara sem efeito o Decreto número 31.460, de 13 de setembro de 1952.*

Decreto n. 34.871 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

**PEDRAS PRECIOSAS**

*Revoga, em parte, o Decreto número 25.139, de 25 de junho de 1948, restabelecendo o Decreto n.º 5.404, de 28 de março de 1940.*

Decreto n. 34.904 — de 7 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

## PEDRAS PRECIOSAS

*Autoriza Joana Krummenauer a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 34.938 — de 14 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1954.

— *Autoriza a firma Selig & Cia. Ltda. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 35.012 — de 8 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 10 de março de 1954.

— *Revoga o Decreto n.º 4.416, de 20 de julho de 1939.*

Decreto n. 35.013 — de 8 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1954.

— *Revoga o Decreto n.º 2.539, de 23 de março de 1938.*

Decreto n. 35.014 — de 8 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza Albert Sichel a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 35.234 — de 19 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

— *Autoriza Aziz Racy a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 35.275 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1954.

## PENITENCIÁRIA CENTRAL DO DISTRITO FEDERAL

*Aprova o Regulamento da Penitenciária Central do Distrito Federal.*

Decreto n. 35.076 — de 18 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1954.

## PENSÕES

*Concede a pensão especial de Cr\$ 4.000,00 mensais, respectivamente, à viúva e filhas solteiras do Professor Arduino Fontes Bolívar, às viúvas dos Engenheiros e ex-Senadores José Matoso Sampaio Corrêa e Henrique de Novais e à órfã e neta do Marechal Floriano Peixoto.*

Lei n. 2.148 — de 20 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1954.

— *Altera disposições dos Decretos números 31.547, de 6 de outubro de 1952, e 1.918, de 27 de agosto de 1937, referentes ao I. A. P. dos Industriários.*

Decreto n. 34.998 — de 8 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

— *Concede pensão à viúva de Angelo Barbeitos.*

Decreto n. 34.915 — de 9 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 170.500,00 para pagamento das pensões mensais devidas a Maria Edenia Cordovil Viana Machado e a seu filho menor Luís Carlos, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.273 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de março de 1954.

## PESQUISA

*Ver: o nome do elemento pesquisado.*

## PFIZER INTER-AMERICAN S. A.

*Concede à "Pfizer Inter - American S. A." autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 34.843 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1954.

**PINTO & CIA. LTDA.**

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à firma Pinto & Cia. Ltda.*

Decreto n. 34.898 — de 6 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

**PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS**

*Dispõe sobre a dotação destinada aos trabalhos previstos no art. 259 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 34.950 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1954.

**PODER JUDICIÁRIO**

— Abertura de Crédito —

Ver: *Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

**PORTOS MILITARES**

*Exclui da classificação constante do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, que enumera as bases ou portos militares de importância para a defesa externa do país, o Município de Salvador, no Estado da Bahia.*

Lei n. 2.179 — de 4 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de fevereiro de 1954.

**POSTOS DE POUSO E RECUPERAÇÃO**

*Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 3.750.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto n. 35.278 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1954.

**POTÁSSIO**

*Renova o Decreto n.º 30.186, de 20 de novembro de 1951.*

Decreto n. 35.045 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1954.

**PREÇO DO CARVÃO**

Ver: *Carvão.*

**PREFEITURAS**

*Autoriza a Prefeitura Municipal do Bom Conselho, Estado de Pernambuco, a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 28.044 — de 24 de abril de 1950.

Publicado no D. O. de 9 de fevereiro de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Herculanã, Estado de São Paulo, concessão para distribuir energia elétrica na cidade.*

Decreto n. 34.587 — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

— *Autoriza a Prefeitura da Estância de Atibaia, Estado de São Paulo, a construir linhas de transmissão e dá outras providências.*

Decreto n. 34.660 — de 19 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1954.

**PREFEITURAS**

— *Restringe a zona de fornecimento da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira a fazer a distribuição e o comércio de energia elétrica na Vila de Acesita, distrito de Timóteo, naquele município.*

Decreto n. 34.840 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

**PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO**

*Institui gratificação de representação aos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho.*

Lei n. 2.147 — de 29 de dezembro de 1953.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

## PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ALIMENTAR

*Determina a reserva de 3% sobre o valor das contribuições de previdência arrecadadas pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, para prestação de assistência alimentar aos seus associados.*

Lei n. 2.158 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

## PREVENÇÃO E REPRESSÃO DO CRIME DO GENOCÍDIO

Ver: Genocídio.

## PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES DAS NAÇÕES UNIDAS

*Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte da Síria, da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 13 de fevereiro de 1946.*

Decreto n. 34.911 — de 8 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1954.

*— Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte da República Socialista Soviética da Ucrânia, da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, a 13 de fevereiro de 1946.*

Decreto n. 35.180 — de 11 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1954.

*— Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte da República Socialista Soviética da Bielorrússia, da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 13 de fevereiro de 1946.*

Decreto n. 35.240 — de 22 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

## PRODUÇÃO - SOCIEDADE DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS

*Autoriza a empresa de mineração — Produco — Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias Primas Limitada a pesquisar Serilo e associados, no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.263 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

## PRODUTOS MINERAIS OMEGA LIMITADA

*C concede a Produtos Minerais Omega Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.047 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1954.

## PROJETOS E ORÇAMENTOS

*Aprova projeto e orçamento para a construção de uma casa de força, na esplanada da estação de Corumbá, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 34.913 — de 9 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

## PROMOÇÕES

*Reduz de um (1) ano o interstício para promoção de Segundo Tenente a Tenente Coronel.*

Decreto n. 34.920 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

*— Dispõe sobre a melhoria de salário dos ocupantes de funções incluídas nas Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalistas.*

Decreto n. 34.979 — de 25 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1954.

*— Dispõe sobre promoções à classe final da carreira de Diplomata.*

Decreto n. 35.144 — de 5 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1954.

## PROTEÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS

*Promulga a Convenção de Berna para proteção das obras literárias e artísticas revista em Bruxelas a 26 de junho de 1948.*

Decreto n. 34.954 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1954.

## Q

### QUADRO DO PESSOAL DO INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS

*Ver: Institutos de Aposentadoria e Pensões.*

### QUADRO EXTRAORDINÁRIO DE MENSALISTAS

*Aprova o Quadro Extraordinário de Mensalistas da Universidade do Brasil e dá outras providências.*

Decreto n. 35.141 — de 4 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1954.

### QUARTZITO

*Autoriza os cidadãos brasileiros Antônio Pedroni, Paulo Guimarães Avila e José Guimarães Avila a lavrar quartzo e associados, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 34.858 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Ramos dos Reis a pesquisar quartzo e associados no município de Jacaré, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.223 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

### QUARTZO

*Declara sem efeito o Decreto número 31.460, de 13 de setembro de 1952.*

Decreto n. 34.871 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

### QUARTZO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fausto Machado a pesquisar quartzo e associados, no município de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.899 — de 6 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

— *Declara sem efeito o Decreto n.º 34.765, de 9 de dezembro de 1953.*

Decreto n. 35.184 — de 11 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Zeferino Cerqueira Leite a pesquisar mica, quartzo e associados, no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.206 — de 17 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Caetano Tórres Lima a pesquisar quartzo no município de Cristalina, Estado de Goiás.*

Decreto n. 35.222 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Caetano Tórres Lima a pesquisar quartzo no município de Cristalina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.224 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

## R

### RAÇÃO ESPECIAL PARA OS HOSPITAIS E SANATÓRIOS

*Aprova a Tabela de fixação dos valores da ração especial para os Hospitais e Sanatórios do Exército, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.952 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.



## RADIODIFUSÃO

Decreto-legislativo n.º 83 — de 1953.  
Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1953.

### RÁDIO DIRCEU DE MARILIA LIMITADA

*Outorga concessão à Rádio Dirceu de Marília Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 35.146 — de 5 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

### RÁDIO GUARANI S. A.

*Outorga concessão à Rádio Guarani S. A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.769 — de 9 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 3 de fevereiro de 1954.

### RÁDIO MUNDIAL S. A.

*Outorga concessão à Rádio Mundial S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal.*

Decreto n. 34.901 — de 6 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1954.

### RÁDIO NORDESTE LIMITADA

*Outorga concessão à Rádio Nordeste Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 35.147 — de 5 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

### REDE DE VIAÇÃO CEARENSE

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.395.116,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 35.242 — de 22 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

### REDUÇÃO DE INTERSTÍCIO

Ver: *Promoções.*

## REGIMENTO ITORORÓ

*Dá a denominação de "Regimento Itororó", ao atual 5.º Regimento de Infantaria.*

Decreto n. 34.944 — de 15 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

## REGIMENTOS

*Aprova o Regimento do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda (S. P. F.).*

Decreto n. 35.006 — de 5 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

Retificado nos D. O. de 18 e 24 de fevereiro de 1954.

*— Aprova o Regimento do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 35.081 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1954.

*— Aprova o Regimento do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.*

Decreto n. 35.133 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de março de 1954.

*— Aprova o Regimento da Diretoria do Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 35.171 — de 8 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

## REGULAMENTOS

*Regulamenta a execução da lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953, que institui a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio comercial com o Exterior, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.893 — de 3 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1954.

Retificado no D. O. de 7 de janeiro de 1954.

## REGULAMENTOS

*Altera o Regulamento baixado com o Decreto n.º 17.770, de 13 de abril de 1927, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.902 — de 7 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

— *Altera a redação do § 1.º do artigo 156 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938.*

Decreto n. 34.903 — de 7 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

— *Altera dispositivo do Decreto número 34.230, de 21 de outubro de 1953.*

Decreto n. 34.907 — de 8 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

— *Altera disposições dos Decretos números 31.547, de 6 de outubro de 1952 e 1.918, de 27 de agosto de 1937, referentes do I. A. P. dos Industriários.*

Decreto n. 34.908 — de 8 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

— *Altera o Regulamento de Toques e Marchas para o Exército e Armada, aprovado pelo Decreto n.º 1.541, de 1.º de abril de 1937.*

Decreto n. 34.916 — de 9 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

— *Suspende provisoriamente a execução do n.º 18 do anexo V do Regulamento do Serviço de Remonta e Veterinária.*

Decreto n. 34.921 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

## REGULAMENTOS

*Dispõe sobre a melhoria de salário dos ocupantes de funções incluídas nas Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista.*

Decreto n. 34.979 — de 25 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1954.

— *Dá nova redação ao Art. 123 do Regulamento das Escolas Preparatórias.*

Decreto n. 35.059 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

— *Aprova o regulamento para a indicação dos representantes do comércio do café e dos Governos estaduais na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café.*

Decreto n. 35.060 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

— *Aprova o Regulamento da Penitenciária Central do Distrito Federal.*

Decreto n. 35.076 — de 18 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de fevereiro de 1954.

— *Modifica o Regulamento do Instituto Rio-Branco.*

Decreto n. 35.096 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1954.

Retificado no D. O. de 17 de março de 1954.

— *Altera o Regulamento da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha.*

Decreto n. 35.102 — de 24 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1954.

## REGULAMENTOS

*Altera o Regulamento do Serviço de Saúde do Exército.*

Decreto n. 35.175 — de 9 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

— *Aprova e manda executar o Regulamento da Escola Superior de Guerra.*

Decreto n. 35.187 — de 11 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

— *Aprova o Regulamento para o Conselho de Promoções da Marinha.*

Decreto n. 35.280 — de 26 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1954.

## REPARTIÇÃO SANITÁRIA PANAMERICANA

Decreto-legislativo n.º 99 — de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

## REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS

*Cria o cargo de Adido Militar junto à representação diplomática do Brasil em Ottawa, Canadá.*

Decreto n. 35.169 — de 8 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1954.

## REUNIÃO DAS PARTES CONTRATANTES DO ACÓRDO GERAL SOBRE TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO (VII)

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 486.054,30, para o fim que especifica.*

Decreto n. 34.935 — de 14 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1954.

## RIVERO & CIA. LTDA.

*Concede à Rivero & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.048 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

## S

## SANATÓRIOS

*Aprova a Tabela de fixação dos valores da ração especial para os Hospitais e Sanatórios do Exército, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.952 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

## SÃO PAULO LIGHT AND POWER COMPANY, LIMITED

*Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias às obras de construção da barragem e reservatório de Pirapora, no rio Tietê, e autoriza a São Paulo Light and Power Company, Limited, a promover a desapropriação.*

Decreto n. 34.947 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1954.

## SARGENTOS

*Determina a matrícula dos oficiais do Q. A. O., dos subtenentes e dos sargentos do Exército, diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia, no Curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército.*

Lei n. 2.187 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

**SARGENTOS**

*Regula a situação dos sargentos do Exército, excluídos pelo art. 143, da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei de n.º 1.187, de 4 de abril de 1939), e posteriormente reincluídos.*

Lei n. 2.172 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

**SCHEELITA**

*Autoriza Mineração Sertaneja S. A. a pesquisar scheelita e associados no município de Santa Luzia, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 35.267 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alonso Bezerra de Albuquerque, a pesquisar scheelita no município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 35.269 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

**SEGURO AGRÁRIO**

*Estabelece normas para instituição do Seguro Agrário.*

Lei n. 2.168 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de janeiro de 1954.

**SEGUROS**

*Revoga o Decreto n.º 31.645, de 23 de outubro de 1952, e dá outras providências*

Decreto n. 35.099 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1954.

— *Revoga o Decreto n.º 35.099, de 19 de fevereiro de 1954.*

Decreto n. 35.292 — de 31 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1954.

— *Ver, também, o nome da Companhia.*

**SELLIG & CIA. LTDA.**

*Autoriza a firma Sellig & Cia. Ltda. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 35.012 — de 8 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de fevereiro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 10 de março de 1954.

**SELOS POSTAIS**

*Altera o limite estipulado no Artigo 1.º, in fine, do Decreto-lei n.º 2.987, de 27 de janeiro de 1941.*

Lei n. 2.181 — de 5 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de fevereiro de 1954.

**SEMANA INTERNACIONAL DE ESPORTES UNIVERSITÁRIOS (3.ª)**

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, crédito especial de ..... Cr\$ 1.000.000,00, para custear as despesas com a participação do Brasil na 3.ª Semana Internacional de Esportes Universitários.*

Decreto n. 35.072 — de 17 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1954.

**SENADO FEDERAL**

— *Abertura de Crédito —*

*Ver: Crédito Especial.*

**SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDENCIA SOCIAL (S.A.P.S.)**

*Determina a reserva de 3% sobre o valor das contribuições de previdência arrecadadas pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, para prestação de assistência alimentar aos seus associados.*

Lei n. 2.158 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

# **SERVIÇO DE CARGA E DESCARGA**

*Determina que a vigilância dos navios seja feita por profissionais matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.*

Lei n. 2.162 — de 4 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1954.

# **SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA**

*Aprova o Regimento do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 35.081 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1954.

# **SERVIÇO DE LOTERIA DO ESTADO DO CEARÁ**

*Ratifica a concessão da exploração do serviço de loteria do Estado do Ceará.*

Decreto n. 35.134 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1954.

# **SERVIÇO DE REMONTA E VETERINÁRIA**

*Suspende provisoriamente a execução do n.º 18 do anexo V do Regulamento do Serviço de Remonta e Veterinária.*

Decreto n. 34.921 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

# **SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO**

*Altera o Regulamento do Serviço de Saúde do Exército.*

Decreto n. 35.175 — de 9 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

# **SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**

Decreto-legislativo n.º 38 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 94 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

*— Modifica a data de início da contagem do prazo para apresentação dos documentos e pedidos de regularização de posses de terrenos pertencentes ao domínio da União.*

Lei n. 2.185 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás.*

Decreto n. 35.100 — de 20 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de fevereiro de 1954.

Retificado no D. O. de 5 de março de 1954.

# **SERVIÇO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA**

*Aprova o Regimento do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda (S.P.F.).*

Decreto n. 35.006 — de 5 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

Retificado nos D. O. de 18 e 24 de fevereiro de 1954.

# **SERVIÇO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DA MEDICINA**

*Cria o Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.187 — de 16 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1954.

**SERVIÇO NACIONAL DO TEATRO**

Decreto-legislativo n.º 56 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1953.

**SERVIÇO SOCIAL INTERNACIONAL**

*Concede ao Serviço Social Internacional autorização para funcionar no Brasil.*

Decreto n. 35.110 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1954.

Reproduzido no D. O. de 18 de março de 1954.

**SERVIÇOS AÉREOS CRUZEIRO DO SUL LIMITADA**

*Outorga concessão à empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda. para instalar um equipamento de radiocomunicações.*

Decreto n. 33.545 — de 14 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1954.

— *Outorga concessão à empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda. para substituir por outros os transmissores de sua estação radiotelegráfica de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 34.897 — de 5 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1954.

**SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ**

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 17.190.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 34.949 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1954.

**S. A. CIMENTO, MINERAÇÃO E CABOTAGEM "CIMIMAR"**

*Autoriza a S. A. Cimento Mineração e Cabotagem "CIMIMAR", a lavar calcário, nos municípios de Piedade e Sorocaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.271 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

**SOCIEDADE ANÔNIMA COMERCIAL DE FÓSFOROS**

*Concede à S. A. Comercial de Fósforos autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.046 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1954.

**SOCIEDADE ANÔNIMA JOSÉ FERNANDES - COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO**

*Concede à S. A. José Fernandes — Comércio e Navegação autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 35.098 — de 19 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1954.

**SOCIEDADE ANÔNIMA RÁDIO TUPI**

Decreto-legislativo n.º 83 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

**SOCIEDADE ANÔNIMA "SINGER SEWING MACHINE COMPANY"**

*Concede à Sociedade Anônima "Singer Sewing Machine Company" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 35.054 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

**SOCIEDADE BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.**

*Autoriza a Sociedade Brasileira de Mineração Ltda. a pesquisar minério de manganês e associados no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 34.929 — de 13 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1954.

**SOCIEDADE CONSTRUTORA POTY LIMITADA**

*Autoriza a Sociedade Construtora Poty Ltda. a lavar água mineral, no município de Terezina, Estado do Piauí.*

Decreto n. 34.857 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1954.

**SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO RECOLIMITADA**

*Ratifica a concessão da exploração do serviço de loteria do Estado do Ceará.*

Decreto n. 35.134 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1954.

**SOCIEDADE EXTRATIVA SANTA FÉ LIMITADA**

*Concede à Sociedade Extrativa Santa Fé Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.114 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

**SOCIEDADE INDUSTRIAL DO PINHO LIMITADA**

*Outorga à Sociedade Industrial do Pinho Limitada concessão para aproveitamento da energia hidráulica existente na cachoeira Rota, no rio São Bento, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 34.464 — de 4 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1954.

**SOCIEDADE INHARAGÁ LTDA.**

*Declara sem efeito o Decreto número 33.753, de 4 de setembro de 1953, e revigora o de n.º 33.509, de 5 de agosto de 1953.*

Decreto n. 35.051 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1954.

**SOCIEDADE MINERAÇÃO MACHADO LIMITADA**

*Outorga à Sociedade Mineração Machado Limitada, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira de Galvão, existente no rio Caeté-Mirim, município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.839 — de 28 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1954.

**SOMAG - SOCIEDADE DE ENGENHARIA LTDA.**

Decreto-legislativo n.º 81 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

**SUBDIRETOR DE PROVISÕES E DE FINANÇAS**

*Dispõe sobre as funções de Subdiretor de Provisões e de Finanças da Aeronáutica.*

Decreto n.º 34.930 — de 13 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1954.

**SURTENENTES**

*Determina a matrícula dos oficiais do Q. A. O., dos subtenentes e dos sargentos do Exército, diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia, no Curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército.*

Lei n. 2.167 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

## SUBVENÇÕES

Decreto-legislativo n.º 56 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

— *Modifica os artigos 1.º e 2.º, do Decreto-lei n.º 7.103, de 30 de novembro de 1944, que concede auxílio à Associação Brasileira de Normas Técnicas.*

Lei n. 2.166 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1954.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 17.190.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 34.949 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1954.

— *Abre crédito especial para concessão de auxílio ao Município de Aracaju, nas comemorações do primeiro centenário da cidade.*

Decreto n. 35.282 — de 27 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 300.000,00, para auxiliar a realização, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, de um Congresso Eucarístico e dos festejos comemorativos do jubileu sacerdotal de Dom Aquino Correia.*

Decreto n. 35.288 — de 30 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

## SÚDITOS JAPONÊSES

*Dispõe sobre os bens do Estado japonês e de seus súditos domiciliados no exterior vinculados aos efeitos da legislação brasileira de guerra e as outras providências.*

Decreto n. 35.191 — de 13 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1954.

## SUPERFOSFATOS BRASIL LIMITADA

*Concede à Superfosfatos Brasil Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 34.865 — de 30 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1954.

## SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

*Dispõe sobre a execução dos serviços a cargo da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.*

Lei n. 2.193 — de 9 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de março de 1954.

## T

## TABACO

*Altera a redação dos números dois e treze (2 e 13) das especificações referentes à classificação e fiscalização da exportação do Tabaco em Folha da Bahia, aprovadas pelo Decreto número 10.218, de 12-8-1942.*

Decreto n. 34.896 — de 5 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1954.

## TABELA DE FIXAÇÃO DOS VALORES DA ETAPA DA RAÇÃO COMPLEMENTADA

*Aprova a Tabela de fixação dos valores da etapa da ração complementada para o Exército e dá outras providências.*

Decreto n. 34.951 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.



**TABELA DE FIXAÇÃO DOS VALORES DAS FORÇAS ARMADAS**

*Aprova a Tabela de fixação dos valores da etapa das Forças Armadas para 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.953 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

**TABELA DE FIXAÇÃO DE VALORES DA RAÇÃO ESPECIAL PARA OS HOSPITAIS E SANATÓRIOS**

*Aprova a Tabela de fixação dos valores da ração especial para os Hospitais e Sanatórios do Exército, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.952 — de 18 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

**TABELA ÚNICA**

*Ver: a denominação do órgão a que pertence.*

**TABELAS DE GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO**

*Inclui, nas Tabelas de Gratificação de Representação aprovadas pelo Decreto n.º 34.815, de 17 de dezembro de 1953, novas funções de Ministro Conselheiro e Ministros para Assuntos Econômicos padrão N.*

Decreto n. 35.163 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

**TALCO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Jose Leônardo de Paula Rodrigues a pesquisar talco, amianto e associados, no município de Ouro-Prêto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.032 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

**TALCO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim José de Freitas a lavrar talco no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.225 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Domingos de Azevedo a pesquisar talco e associados no município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.264 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

**TAXAS**

*Modifica o art. 7.º, da Lei n.º 1.815, de 18 de fevereiro de 1953.*

Lei n. 2.190 — de 5 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 18 de março de 1954.

**TAXAS FEDERAIS**

*Estabelece normas para instituição do Seguro Agrário.*

Lei n. 2.168 — de 11 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de janeiro de 1954.

**TERRENOS DE MARINHA**

*Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil de terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.913 — de 11 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital do Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 34.736 — de 26 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

## TERRENOS DE MARINHA

*Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 34.882 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1954.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 34.873 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 6 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a revigorarem, aforamento de terrenos acrescidos de marinha que menciona, situados nesta Capital.*

Decreto n. 34.933 — de 14 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1954.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em regularização de aforamento, a fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 34.934 — de 14 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem a fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 34.936 — de 14 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir, em revigoração de aforamento, a fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 34.937 — de 14 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

## TERRENOS DE MARINHA

*Autoriza estrangeiro a regularizar o aforamento do terreno de marinha que menciona, situado nesta Capital.*

Decreto n. 35.009 — de 8 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em confirmação de aforamento, o domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.016 — de 8 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.017 — de 3 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de ocupação do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 35.078 — de 13 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de março de 1954.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.137 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 35.138 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

## TERRENOS DE MARINHA

*Autoriza estrangeiro a regularizar o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.165 — de 8 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em regularização de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.166 — de 8 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1954.

Retificado no D. O. de 18 de março de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.168 — de 8 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1954.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.189 — de 12 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

## TERRENOS PERTENCENTES AO DOMÍNIO DA UNIÃO

*Modifica a data de início da contagem do prazo para apresentação dos documentos e pedidos de regularização de posses de terrenos pertencentes ao domínio da União.*

Lei n. 2.185 — de 11 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 15 de fevereiro de 1954.

## TERRITÓRIOS FEDERAIS

*Altera os valores dos símbolos referentes ao pagamento de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas do Poder Executivo da União e dos Territórios, e dá outras providências.*

Lei n. 2.188 — de 3 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de março de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 5.480,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 34.957 — de 19 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de janeiro de 1954.

## TESOUREIRO-AUXILIAR

*Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 35.281 — de 26 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de março de 1954.

## THE J. B. WILLIAMS EXPORT COMPANY

*Concede à sociedade "The J. B. Williams Export Company" autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 34.939 — de 14 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

## THE ROYAL BANK OF CANADA

*Aprova aumento de capital de banco estrangeiro.*

Decreto n. 34.835 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1954.

### THE TIMKEN ROLLER BEARING COMPANY OF SOUTH AMERICA

*Concede à sociedade anônima "The Timken Roller Bearing Company of South America" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 35.227 — de 18 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1954.

### THE YOKOHAMA SPECIE BANK LIMITED

*Dispõe sobre os bens do Estado japonês e de seus súditos domiciliados no exterior vinculados aos efeitos da legislação brasileira de guerra e da outras providências.*

Decreto n. 35.191 — de 13 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de março de 1954.

### TÍTULOS ELEITORAIS

*Provê sobre a expedição e utilização de títulos eleitorais.*

Lei n. 2.194 — de 19 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 25 de março de 1954.

### TOQUES E MARCHAS

*Altera o Regulamento de Toques e Marchas para o Exército e Armada, aprovado pelo Decreto n.º 1.541, de 1.º de abril de 1937.*

Decreto n. 34.916 — de 9 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

### TRABALHADOR

*Suprime cargos extintos.*

(M.J.N.I. — Q.S.).

Decreto n. 35.159 — de 6 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de março de 1954.

### TRANSLADAÇÃO DE RESTOS MORTAIS

*Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n. 35.174 — de 9 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1954.

### TRANSPORTE AÉREO DA CORRESPONDÊNCIA POSTAL

*Dispõe sobre o transporte aéreo da correspondência postal no interior e exterior por empresas brasileiras e estrangeiras, e dá outras providências.*

Lei n. 2.156 — de 2 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

### TRANSPORTES AÉREOS REGULARES

*Promulga o Acôrdio sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e a Espanha, firmado no Rio de Janeiro, a 28 de novembro de 1949.*

Decreto n. 35.178 — de 11 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1954.

### TRIBUNAL MARÍTIMO

*Dispõe sobre o Tribunal Marítimo.*

Lei n. 2.180 — de 5 de fevereiro de 1954.

Publicada no D. O. de 8 de fevereiro de 1954.

## II

### UNITED STATES RUBBER EXPORT COMPANY LIMITED

*Revoga os Decretos que concederam à Sociedade Anônima "United States Rubber Export Company Limited", autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 31.952 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1954.

## UNIVERSIDADES

*Aprova o Quadro Extraordinário de Mensalistas da Universidade do Brasil e dá outras providências.*

Decreto n. 35.141 — de 4 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de março de 1954.

## USINA QUEIROZ JUNIOR S. A. - INDÚSTRIA SIDERÚRGICA

*Autoriza a Usina Queiroz Júnior S. A. — Indústria Siderúrgica a lavar calcário no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.117 — de 25 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1954.

## USINA TERMOELÉTRICA DE CANDIOTA

*Cria a Comissão Construtora das Obras e Instalações da Usina Termoelétrica de Candiota, e dá outras providências.*

Decreto n. 34.890 — de 4 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de janeiro de 1954.

## USINAS ELÉTRICAS DE PARANAPANEMA S. A.

Resolução n.º 20 — de 1953.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1954.

## V

## VENCIMENTOS

*Fixa os vencimentos dos dirigentes e servidores da Caixa Econômica Federal do Amazonas.*

Decreto n. 34.909 — de 8 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1954.

## VIAÇÃO FERREA FEDERAL LESTE BRASILEIRO

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.395.116,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 35.242 — de 22 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1954.

## VIGIAS PORTUÁRIOS

*Determina que a vigilância dos navios seja feita por profissionais matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.*

Lei n. 2.162 — de 4 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1954.

## VIGILANCIA DOS NAVIOS

*Determina que a vigilância dos navios seja feita por profissionais matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.*

Lei n. 2.162 — de 4 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de janeiro de 1954.

## VISITANTES

*Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de ..... Cr\$ 2.500.000,00, para atender às despesas decorrentes das visitas ao Brasil do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, do Ministro do Exterior da República da Austria, do Ministro da Economia Nacional da República Federal da Alemanha, e de um Representante de sua Majestade o rei Farouk I.*

Decreto n. 34.912 — de 8 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1954.





**REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1954 — VOLUME III

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEIS DE ABRIL A JUNHO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1954

*O DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL divulga, em separata, tôdas as leis de interêsse geral.*

*Retira, pela sua atualidade, as edições do DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL.*

Seção de Vendas: Avenida Rodrigues Alves, 1  
Agência I : Ministério da Fazenda  
Agência II : Pretório





REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

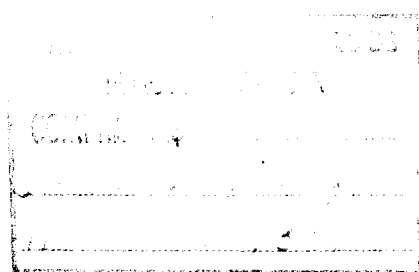
**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1954 - VOLUME III

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEIS DE ABRIL A JUNHO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1954



# ÍNDICE

## DOS

### ATOS DO PODER LEGISLATIVO

#### 1954

	Págs.		Págs.
4 — <i>Congresso</i> — Decreto Legislativo. — Publicado no <i>D. O.</i> de 4 de maio de 1954. ....	3	16 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>D. O.</i> de 30 de junho de 1954. ....	7
5 — <i>Congresso</i> — Decreto Legislativo. — Publicado no <i>D. O.</i> de 4 de maio de 1954. ....	3	17 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>D. O.</i> de 30 de junho de 1954. ....	7
6 — <i>Congresso</i> — Decreto Legislativo. — Publicado no <i>D. O.</i> de 14 de maio de 1954. ....	3	18 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>D. O.</i> de 30 de junho de 1954. ....	7
7 — <i>Congresso</i> — Decreto Legislativo. — Publicado no <i>D. O.</i> de 14 de maio de 1954. ....	4	19 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>D. O.</i> de 30 de junho de 1954. ....	7
8 — <i>Congresso</i> — Decreto Legislativo. — Publicado no <i>D. O.</i> de 14 de maio de 1954. ....	4	2.196 — De 1 de abril de 1954. — Acrescenta novo item ao parágrafo único do art. 285 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o serviço dos trabalhadores na movimentação de mercadorias. — Publicada no <i>D. O.</i> de 6 de abril de 1954. ....	8
9 — Decreto Legislativo de 1954. — Publicado no <i>D.O. de 29</i> de maio de 1954. ....	4	2.197 — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Aeronáutica</i> — Lei de 5 de abril de 1954 — Modifica o § 2.º do art. 19 do Decreto-lei n.º 925, de 2 de dezembro de 1938 — Código de Justiça Militar. — Publicada no <i>D.O.</i> de 8 de abril de 1954. ....	8
10 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>D. O.</i> de 3 de junho de 1954. ....	5	2.198 — <i>Fazenda</i> — Lei de 6 de abril de 1954. — Dispõe sobre a elevação do capital dos estabelecimentos bancários em funcionamento. — Publicada no <i>D. O.</i> de 8 de abril de 1954. ....	9
11 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>D.O. de 12</i> de junho de 1954. ....	5	2.199 — Lei de 9 de abril de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Minis-	
12 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>D. O.</i> de 12 de junho de 1954. ....	5		
13 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>D. O.</i> de 16 de junho de 1954. ....	6		
14 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>D. O.</i> de 30 de junho de 1954. ....	6		
15 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>D. O.</i> de 30 de junho de 1954. ....	6		

	Págs.		Págs.
tério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 como auxílio ao 2.º Congresso Sul Americano de Angiologia. — Publicada no D.O. de 12 de abril de 1954.	9	do Amazonas. — Publicada no D. O. de 3 de maio de 1954.	14
2.200 — Educação — Fazenda — Lei de 12 de abril de 1954. — Cria, em Diamantina, Estado de Minas Gerais, o Museu do Diamante e a Biblioteca Antônio Torres, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 14 de abril de 1954.	9	2.206 — Fazenda — Lei de 5 de maio de 1954. — Autoriza o Tesouro Nacional a promover a elevação do capital da Companhia Siderúrgica Nacional, para ampliar as instalações industriais da Usina de Volta Redonda, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 8 de maio de 1954. ....	14
2.201 — Lei de 20 de abril de 1954. — Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para materiais importados pela Indústria de Azulejos S. A. (IASA). — Publicada no D. O. de 26 de abril de 1954. ....	10	2.207 — Educação — Fazenda — Lei de 17 de maio de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), como auxílio ao II Congresso Latino Americano de Sociologia. — Publicada no D.O. de 20 de maio de 1954.	15
2.202 — Educação — Fazenda — Lei de 20 de abril de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 318.041,30, para pagamento de gratificações de Magistério a professores do mesmo Ministério. — Publicada no D. O. de 23 de abril de 1954. ....	11	2.208 — Educação — Fazenda — Lei de 24 de maio de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 6.127.612,90, para pagamento devido às firmas Pereira Júnior & Cia. Ltda. e Cereais Santos Martins Limitada. — Publicada no D. O. de 26 de maio de 1954. ....	15
2.203 — Lei de 23 de abril de 1954. — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais à viúva de Aureliano Silveira, ex-agente do Imposto de Consumo. — Publicada no D. O. de 30 de abril de 1954. ....	13	2.209 — Agricultura — Fazenda — Lei de 24 de maio de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 14.000.000,00, destinado a atender ao pagamento da contribuição do Brasil para manutenção do Escritório Técnico de Agricultura, órgão executor do Acôrdo para execução de um programa de cooperação agrícola, firmado entre o Brasil e os Estados Unidos da América. — Publicada no D. O. de 26 de maio de 1954. ....	16
2.204 — Justiça — Fazenda — Lei de 27 de abril de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Conselho de Imigração e Colonização o crédito especial de Cr\$ 2.600,00, para pagamento de salário-família. — Publicada no D. O. de 30 de abril de 1954. ....	13	2.210 — Lei de 31 de maio de 1954. — Concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias, para materiais importados diretamente por empresas ferroviárias do país.	
2.205 — Lei de 4 de maio de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para construção da Agência dos Correios e Telégrafos em Manaus, Estado			

	Págs.		Págs.
— Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954. ....	16	2.216 — <i>Justiça</i> — Lei de 5 de junho de 1954. — Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço puonco, para efeito de aposentadoria, ao Dr. José Gacner de Lemos Brito. — Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954. ....	19
2.211 — Lei de 31 de maio de 1954. — Releva de prescrição o direito dos herdeiros de Manoel Pio Corrêa à percepção do respectivo montepio — Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954. ....	16	2.217 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 5 de junho de 1954. — Dispõe sobre a revisão do contrato de arrendamento da Heue de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, e da outras providencias. — Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954. ....	19
2.212 — Lei de 31 de maio de 1954. — Dispõe sobre a aplicação do art. 2.º da Lei número 705, de 16 de maio de 1949, por que se regula o provimento de cargos da carreira de Comissário de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. — Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954. ....	17	2.218 — <i>Marinha</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 5 de junho de 1954 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o credito especial de Cr\$ 321.048.000,00, para ocorrer ao pagamento aos cruzadores "Saint Louis" e "Philadelphie", adquiridos do Governo dos Estados Unidos da America. — Publicada no D.O. de 9 de junho de 1954. ....	20
2.213 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 2 de junho de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 14.000.000,00 para auxiliar as despesas com a realização do XXXI Congresso Eucarístico Internacional. — Publicada no D. O. de 5 de junho de 1954. ....	17	2.219 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 7 de junho de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negocios interiores, o credito especial de Cr\$ .... 44.000,00, para pagamento da diferença de vencimentos ao oficial administrativo Djaimam Calarange Castelo Branco. — Publicada no D. O. de 10 de junho de 1954. ....	21
2.214 — <i>Fazenda</i> — Lei de 2 de junho de 1954. — Dispõe sobre a substituição de comprovantes de contribuição para subscrição compulsória de Obrigações de Guerra, com base no Imposto de Renda. — Publicada no D. O. de 5 de junho de 1954. ....	17	2.220 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 7 de junho de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 444.517,70, para pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério. — Publicada no D. O. de 10 de junho de 1954. ....	21
2.215 — <i>Fazenda</i> — Lei de 2 de junho de 1954. — Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados e Senado Federal — os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 2.780.000,00 e Cr\$ ..... 2.038.500,00 para pagamento de um mês de vencimentos aos funcionários das Secretarias daquelas Casas do Congresso e servidores do Poder Executivo nelas em exercício, no período da convocação extraordinária, de 15 de janeiro a 9 de março de 1954. — Publicada no D. O. de 5 de junho de 1954. ....	18	2.221 — Lei de 9 de junho de 1954. — Estende os benefícios do Decreto-lei n.º 3.341, de 12 de junho de 1941, e institui o regime de benefícios de família aos segurados do Instituto de Previdência e Assistência	

Págs.		Págs.
	dos Servidores do Estado (IPASE), aos empregados a serviço da Ordem dos Advogados do Brasil. — Publicada no D. O. de 14 de junho de 1954.	
23	2.222 — Lei de 10 de junho de 1954 — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para uma máquina "Europa 11", adquirida na Alemanha pela Diretoria do Patronato Agrícola Antônio Alves Ramos, sediado em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul. — Publicada no D. O. de 18 de junho de 1954. ....	
24	2.223 — Lei de 10 de junho de 1954. — Concede o auxílio especial de Cr\$ 1.000.000,00 às comemorações do bicentenário da fundação da Paróquia do Triunfo e para conserto geral da histórica Igreja Matriz da cidade do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Sul. — Publicada no D. O. de 18 de junho de 1954. ....	
24	2.224 — Lei de 10 de junho de 1954. — Concede a pensão especial de Cr\$ 4.000,00 a Oda Brisabel de Queiroz. — Publicada no D. O. de 18 de junho de 1954. ....	
24	2.225 — <i>Marinha</i> — Lei de 12 de junho de 1954. — Cria a Medalha Naval de Serviços Distintos, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 16 de junho de 1954. ....	
25	2.226 — <i>Fazenda</i> — Lei de 12 de junho de 1954. — Concede a pensão especial de Cr\$ .... 1.755,70 mensais a Guommar Medeiros de Figueiredo, Mechtildes Maura de Figueiredo, Amaury Medeiros de Figueiredo e Cleise Medeiros de Figueiredo, viúva e filhos do agrônomo Amaury Poggi de Figueiredo. — Publicada no D.O. de 16 de junho de 1954.	
	2.227 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 14 de junho de 1954. — Altera o Plano Salte e dispõe sobre sua execução. — Pu-	
	blicada no D. O. de 16 de junho de 1954. ....	25
	2.228 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 14 de junho de 1954. — Concede o auxílio de Cr\$ .. 5.000.000,00 para as obras da futura Basílica Nacional de Aparecida, no Estado de São Paulo. — Publicada no D. O. de 16 de junho de 1954. ....	26
	2.229 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 14 de junho de 1954. — Concede a inclusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, Estado de São Paulo, na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. — Publicada no D. O. de 16 de junho de 1954. ....	26
	2.230 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Lei de 14 de junho de 1954. — Concede a inclusão das Escolas de Engenharia e Faculdade de Arquitetura, do Instituto Mackenzie, de São Paulo, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. — Publicada no D. O. de 16 de junho de 1954. ....	26
	2.231 — <i>Fazenda</i> — Lei de 14 de junho de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, para atender às despesas de financiamento de uma rede nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 1.168, de 2 de agosto de 1950, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 16 de junho de 1954. ....	27
	2.232 — Lei de 14 de junho de 1954. — Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para 22 toneladas de mármore de Carrara, destinados à Basílica da Penha em Recife, Estado de Pernambuco. — Publicada no D. O. de 19 de junho de 1954. ....	27
	2.233 — Lei de 14 de junho de 1954. — Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um micro-ônibus rural, mar-	

Págs.	Fágs.
ca Chevrolet, destinada às Missões Franciscanas do Estado de Alagoas. — Publicada no D.O. de 19 de junho de 1954. ....	27
2.234 — Lei de 14 de junho de 1954. — Estabelece um plano de saneamento e aproveitamento econômico da Baixada Santista, no Estado de São Paulo. — Publicada no D. O. de 19 de junho de 1954. ....	28
2.235 — Lei de 18 de junho de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para auxiliar às despesas com a realização do V Congresso Nacional de Jornalistas. — Publicada no D.O. de 26 de junho de 1954. ....	29
2.236 — Saúde — Lei de 18 de junho de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para auxiliar a construção do Hospital do Radialista. — Publicada no D. O. de 23 de junho de 1954. ....	29
2.237 — Fazenda — Lei de 19 de junho de 1954. — Dispõe sobre financiamentos destinados à colonização nacional, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 22 de junho de 1954. ....	29
2.238 — Lei de 21 de junho de 1954. — Revoga o art. 19 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 794, de 19 de outubro de 1933 (Código de Pesca). — Publicada no D.O. de 26 de junho de 1954. ....	32
2.239 — Lei de 22 de junho de 1954. — Altera o item I da letra a do art. 3.º da Lei n.º 494, de 26 de novembro de 1943, (Lei do Imposto de Consumo). — Publicada no D.O. de 30 de junho de 1954. ....	32
2.240 — Lei de 22 de junho de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para ocorrer a des-	
pesas com a instalação da Casa Euclidianiana, em São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo. — Publicada no D. O. de 28 de junho de 1954. ....	33
2.241 — Lei de 22 de junho de 1954. — Estende aos conferentes das Caixas Econômicas os favores da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1943, que reestruturou os cargos de tesoureiro e ajudante de tesoureiro do Serviço Público Federal. — Publicada no D. O. de 28 de junho de 1954. ....	33
2.242 — Lei de 22 de junho de 1954. — Concede a inclusão da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. — Publicada no D.O. de 28 de junho de 1954. ....	33
2.243 — Lei de 22 de junho de 1954. — Concede o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 à Fundação Serecaba. — Publicada no D.O. de 28 de junho de 1954. ....	34
2.244 — Justiça — Fazenda — Trabalho — Lei de 23 de junho de 1954. — Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho na parte relativa à Justiça do Trabalho, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954. ....	34
2.245 — Agricultura — Lei de 24 de junho de 1954 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 139.025,10, para pagamento da gratificação adicional a servidores daquele Ministério. — Publicada no D. O. de 28 de junho de 1954. ....	37
2.246 — Agricultura — Lei de 24 de junho de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 44.887.830,00 para atender às despesas com a execução da primeira etapa do plano de assistência econômica e social aos pescadores dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas,	

Págs.	Págs.
Sergipe e Bahia. — Publicada no D. O. de 28 de junho de 1954. ....	38
2.247 — Guerra — Lei de 26 de junho de 1954. — Aumenta o efetivo do Quadro de Oficiais do Exército das armas de Infantaria e Cavalaria. — Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954. ....	38
2.248 — Educação — Fazenda — Lei de 26 de junho de 1954 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, destinado a auxiliar o Ballet da Juventude. — Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954. ....	38
2.249 — Trabalho — Lei de 26 de junho de 1954. — Modifica o art. 22 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944, alterado pela Lei n.º 599-A, de 26 de dezembro de 1949. — Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954. ....	39
2.249-A — Fazenda — Lei de 29 de junho de 1954. — Dispõe sobre a importação de tetraetilato de chumbo, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 2 de julho de 1954. ....	39
2.250 — Trabalho — Fazenda — Lei de 30 de junho de 1954. — Concede abono de emergência aos aposentados e pensionistas dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954. ....	40
2.251 — Fazenda — Lei de 30 de junho de 1954. — Altera o Quadro do Tribunal de Contas aprovado pela Lei n.º 886, de 24 de outubro de 1949. — Publicada no D. O. de 2 de julho de 1954. ....	40

## Índice do Apenso

Págs.	Págs.
2.194 — Lei de 10 de março de 1954. — Provê sobre a expedição e utilização de títulos eleitorais. — Retificada no D. O. de 4 de junho de 1954. ....	47
2.195 — Lei de 31 de março de 1954. — Autoriza o Poder Executivo a ampliar as concessões em vigor para exploração do serviço telegráfico interior, por empresas que possuem cabos submarinos ou subfluviais. — Publicada no D. O. de 3 de abril de 1954. ....	47
EMENTÁRIO — Leis e decretos publicados nos volumes III e IV, de 1954, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos. ....	49



Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no segundo trimestre de 1954, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte,

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.



# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1954

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 4, de 1954

Art. 1.º É mantida a decisão do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato celebrado, em 30 de Novembro de 1950, entre o Ministério da Educação e Cultura e Pedro Werneck Corrêa e Castro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de Abril de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 5, de 1954

Art. 1.º É aprovado o termo de contrato celebrado em 11 de dezembro de 1950, entre o Ministério da Agricultura e Manuel Nunes de Magalhães e sua mulher Duzenna Maria de Carvalho, para pagamento de aquisição e instalação de uma roda d'água, destinada à irrigação das terras situadas à margem do rio São Francisco, Município de Jatinã, Estado de Pernambuco.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de Abril de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 6, de 1954

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada em 28 de dezembro de 1951, denegou registro ao termo de contrato celebrado a 31 de junho de 1951, entre o Serviço do Patri-

mônio da União e os Grandes Moinhos do Brasil S. A., para o aforamento do terreno de marinha n.º 283, sito à Avenida Martins de Barros, antigo Cais Vinte e Dois de Novembro, freguesia de Santo Antônio, Município de Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de maio de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 7, de 1954

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 1 de abril de 1952, denegou registro ao termo aditivo do contrato celebrado em 23 de fevereiro de 1950, entre o Ministério da Saúde e a Irmandade do Santissimo Sacramento da Candelária, para funcionamento do Instituto de Leprologia do Serviço Nacional de Lepra do Departamento de Saúde, no Hospital Frei Antônio, da referida Irmandade.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de maio de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 8, de 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado em 20 de novembro de 1952, entre a Diretoria Regional do Departamento dos Correios e Telegrafos de Pernambuco e a firma J. Ferreira Marques, para construção de um prédio destinado à Usina da Estação Receptora de Pau Ferro, no Município de São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Senado Federal, em 10 de maio de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, item V, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 9, de 1954

Art. 1.º Ficarão anistiados, pelo crime previsto no art. 5.º do Decreto-lei n.º 65, de 14 de dezembro de 1937, os empregadores filiados aos Insti-

tutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões que não recolheram a estes órgãos de previdência, em tempo útil, as contribuições devidas por seus empregados e as suas próprias em atraso, suspendendo-se o processo em curso desde que efetuem o recolhimento no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta lei.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de maio de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 10 de 1954

Art. 1.º É aprovado o termo acitivo assinado pela Diretoria da Aero-nautica Civil e a Real S. A. Transportes Aéreos em 27 de junho de 1951, para execução do contrato de transporte aéreo das linhas São Paulo-Lins-Araçatuba-Campo Grande.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal em 31 de maio de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente do Senado, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 11, de 1954

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de Acôrdo celebrado, em 28 de Abril de 1950, entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado do Paraná, para o desenvolvimento da assistência psiquiátrica nesse Estado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de Junho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N. 12, de 1954

Art. 1.º É aprovado o termo de contrato celebrado em 11 de Abril de 1950, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Martins Mendes & Cia Ltda., para construção de uma linha de ductos subterrâneos para cabos telegráficos, entre o Pavilhão Mourisco e Copacabana no trecho correspondente a Avenida Lauro Sodré.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de Junho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 13, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 10 de dezembro de 1950, entre o Ministério da Agricultura e João Conceição de Lima e sua mulher Maria Ferriaz de Lima, regulando o pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água em terras de propriedade dos benfiteiros, situadas as margens do rio São Francisco, no Município de Cabrobo, Estado de Pernambuco

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de Junho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 14, de 1954

Art. 1.º É aprovado o termo do acordo celebrado, em 14 de janeiro de 1952, entre a União Federal e o Estado de São Paulo, para delegação das atribuições referentes ao cooperativismo do Serviço de Economia Rural.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de junho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 15, de 1954

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 31 de março de 1953, denegou registro ao contrato celebrado em 2 de janeiro do mesmo ano, entre o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo e a firma IBM World Trade Corporation, para locação de máquinas elétricas de contabilidade.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de junho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**

N.º 16, de 1954

Art. 1.º E' aprovado o Acôrdo sobre Transportes Aéreos Regulares

entre o Brasil e a Bolívia, concluído em La Paz, a 2 de junho de 1951.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de junho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**

N.º 17, de 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado em 30 de maio de 1952, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Distribuidora de Papéis e Artes Gráficas S. A., para fornecimento de papel acetinado.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Senado Federal, em 18 de junho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**

N.º 18, de 1954

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas denegou registro ao termo de contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e a firma Simaco & Comp. para execução de serviços de conservação de cursos d'água do 4.º Setor-Magé, na Residência de Magé.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de junho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**

N.º 19, de 1954

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 26 de dezembro de 1951, denegou registro ao termo do contrato celebrado em 3º de novembro do mesmo ano, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Standard Elétrica S. A., para fornecimento de mesas de comutação e exames, na importância de Cr\$ 715.417,00 (setecentos e quinze mil quatrocentos e dezessete cruzeiros)

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de junho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 2.196 — DE 1 DE ABRIL DE 1954

*Acrescenta novo item ao parágrafo único do art. 285 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o serviço dos trabalhadores na movimentação de mercadorias,*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica acrescido ao parágrafo único do art. 285 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decretos-leis números 5.452, de 1.º de maio de 1943 e 6.353, de 20 de março de 1944), sob a designação III, o seguinte item:

III — Com relação ao serviço:

a) quando não houver o pessoal da administração a que se refere o parágrafo único, o serviço enunciado nos itens I e II poderá ser contratado com o Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias;

b) os trabalhadores do atual Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador passam a denominar-se “arrumadores”, adaptando-se a esta nova designação o nome do sindicato;

c) ao sindicato definido na letra b anterior, compete:

1) contratar os serviços definidos no art. 285, da Consolidação das Leis do Trabalho, com a Administração do Porto, quando não houver pessoal próprio, de porto organizado;

2) exercer a atividade definida no citado art. 285, itens I e II e respectivas alíneas, nos portos não organizados e nos armazéns, depósitos, trapiches, veículos de tração animal ou mecânica, vagões, etc., em quaisquer locais em que as mercadorias tenham sido recebidas, entregues, arrumadas ou beneficiadas, e, bem assim, lingar ou deslingar as que necessitarem de auxílio de guindaste ou de outros aparelhos mecânicos, nas empresas, firmas, sociedades ou companhias particulares;

d) consideram-se serviços acessórios da mesma atividade profissional:

1) o beneficiamento das mercadorias que dependam de despêjo, escolha, reembarque, costura, etc.;

2) empilhação, desempilhação, remoção e arrumação das mercadorias;

e) o exercício da profissão dos trabalhadores definidos neste item III será fiscalizado pela Delegacia do Trabalho Marítimo, onde houver, e pelo Departamento Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

f) aplica-se à mão de obra dos trabalhos no movimento de mercadorias o disposto na Seção IX do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 1 de abril de 1954.

— João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.197 — DE 5 DE ABRIL DE 1954

*Modifica o § 2.º do artigo 19 do Decreto-lei n.º 925, de 2 de dezembro de 1938 — Código de Justiça Militar.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O parágrafo 2.º do artigo 19 do Decreto-lei n.º 925, de 2 de dezembro de 1938, passa a ter a seguinte redação:

“§ 2.º Entre os dias 1 e 5 do último mes de cada trimestre, o Auditor, na sede da Auditoria, a portas abertas, presentes os juizes do Conselho Permanente do trimestre a terminar, o promotor e o escrivão, depois de lançar em cédulas os nomes dos oficiais relacionados e de as recolher a uma urna, sorteará os juizes militares para o Conselho Permanente de Justiça a organizar-se”.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de abril de 1954, 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Renato de Almeida

Guillobel

Zenobio da Costa

Nero Moura.



LEI N.º 2.198 — DE 6 DE ABRIL  
DE 1954

*Dispõe sobre a elevação do capital dos estabelecimentos bancários em funcionamento.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Os estabelecimentos bancários que ainda não tenham cumprido o disposto no Decreto-lei número 7.366, de 8 de março de 1945, modificado pela Lei n.º 947, de 3 de dezembro de 1949, poderão realizar o capital, para atingir os limites mínimos legais, em parcelas, observado o disposto no parágrafo único.

Parágrafo único. A diferença entre o capital realizado, em 8 de março de 1953, e o capital mínimo exigido, deverá ser coberta de forma a que se reduza de um terço, pelo menos, em cada um dos três períodos de um ano que se seguirem à data da vigência desta lei, ficando, em consequência, prorrogado o prazo que se vence naquela data.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1954;  
133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 2.199 — DE 9 DE ABRIL  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ... 400.000,00 como auxílio ao 2.º Congresso Sul Americano de Angiologia.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a conceder o auxílio de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) para custear, em parte, as despesas do 2.º Congresso Sul Americano de Angiologia, a realizar-se, na Capital do Estado de São Paulo, em julho de 1954.

Art. 2.º. Para atender às despesas decorrentes da execução da presente lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros).

Art. 3.º. Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após a realização do Congresso, a Comissão Organizadora prestará ao Ministério da Educação e Cultura contas da aplicação do auxílio concedido, que compreenderá a publicação de seus Anais.

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de abril de 1954. — João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.200 — DE 12 DE  
ABRIL DE 1954

*Cria, em Diamantina, Estado de Minas Gerais, o Museu do Diamante e a Biblioteca Antônio Torres, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São criados, em Diamantina, Estado de Minas Gerais, o Museu do Diamante e a Biblioteca Antônio Torres, o primeiro subordinado a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o segundo a Biblioteca Nacional.

Art. 2.º. O Museu do Diamante tem por finalidade recolher, classificar, conservar e expor adequadamente elementos característicos das jazidas, formações e espécimes de diamantes ocorrentes no Brasil bem como objetos de valor histórico e artístico relacionados com a indústria daquela mineração em face dos aspectos principais do seu desenvolvimento, da sua técnica e da sua influência na economia e no meio social do antigo Distrito Diamantino e de outras regiões do país.

Parágrafo único. O Museu do Diamante será instalado no próprio nacional, sito na Rua Francisco Sá número 50, já restaurado na sua feição colonial pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 3.º A Biblioteca Antônio Torres tem por finalidade conservar, zelar e enriquecer o acervo bibliográfico que pertenceu ao ilustre escritor Antônio Torres e, bem assim, promover, pelos meios a seu alcance, a propagação da cultura popular na região do interior do país onde está localizada.

Parágrafo único. A Biblioteca Antônio Torres será instalada nas dependências preparadas para esse efeito no próprio nacional, que foi residência do Inconfidente Padre José de Oliveira Rolim, desapropriado por Decreto-lei n.º 5.746, de 13 de agosto de 1943, onde também ficará instalada a sede regional dos serviços da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 4.º O Museu do Diamante e a Biblioteca Antônio Torres serão administrados por diretores nomeados, em comissão, pelo Presidente da República e terão a organização e o quadro de pessoal estabelecidos nos respectivos regulamentos.

Art. 5.º São criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, os cargos, em comissão, de Diretor (M. D. - D. P. H. A. N.) e de Diretor (B. A. T. - B. N.) padrão L.

Art. 6.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros), para atender as despesas com a instalação dos órgãos criados por esta Lei.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de abril de 1954; 133 da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Antônio Balbino.  
Oswaldo Aranha.

LEI N.º 2.201 — DE 20 DE ABRIL DE 1954

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para materiais importados pela Indústria de Azulejos S. A. (IASA).*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida à Indústria de Azulejos S. A. (IASA), com sede na cidade do Recife, isenção de impostos e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para importação de materiais encomendados na Alemanha e destinados à fabricação de azulejos, pastilhas cerâmicas, louças sanitária e similares, a serem recebidos e constantes da relação abaixo:

1 — Um forno túnel tipo WM 10,ª com 108,60m de comprimento e todos os seus pertences;

2 — Um secador de canal com 7,580 m de comprimento e todos os seus pertences;

3 — Um forno túnel muflado com 80,00m de comprimento e todos os seus pertences;

4 — Um britador Cyclop com motor elétrico;

5 — Uma galga pulverizadora tipo KGS 120;

6 — Uma peneira rotativa com 3.000 m.;

7 — Um elevador com 12,00m.;

8 — Um fêcho para silo;

9 — Um elevador de carga com 6,50m.;

10 — Um agitador-diluidor, com 4,50m.;

11 — Seis apanhadores de caçambas para areia grossa;

12 — Dois agitadores de areia fina com 5,00m.;

13 — Dois apanhadores de caçambas para areia fina;

14 — Um duplo agitador de pêndulo;

15 — Uma bomba com capacidade para 30 m3 por hora;

16 — Um filtro prensa tipo F 80/80;

17 — Um carro de dosagem com balanças;

18 — Quatro tambores Frieda para 4.000 quilos;

19 — Um tamborão Bianca para 250 quilos;

20 — Um tamborão de pote com 2 planos;

21 — Quatro peneiras vibratórias tipo VS 45;

22 — Dois filtros eletro-magnéticos tipo EF 15;

23 — Um agitador de hélice tipo SQ 30;

- 24 — Uma peneira vibratória tipo VS 45;
  - 25 — Dois agitadores de hélice tipo SQ 100;
  - 26 — Três filtros prensa tipo F 80/30;
  - 27 — Uma correia transportadora com 15.00 m.;
  - 28 — Uma máquina de extrusão tipo STP 50;
  - 29 — Duas galgas pulverizadoras tipo KGS 120;
  - 30 — Um elevador com 14.00 m.;
  - 31 — Dois alimentadores rotativos;
  - 32 — Dois vibradores para silos;
  - 33 — Uma correia transportadora com 10.00 m.;
  - 34 — Uma correia transportadora com 8.00 m.;
  - 35 — Uma peneira rotativa com 2.00 m.;
  - 36 — Uma correia transportadora com 30.00 m.;
  - 37 — Uma galga pulverizadora tipo KGS 120;
  - 38 — Um elevador com 12.000 m.;
  - 39 — Um fêcho para silo;
  - 40 — Um quebrador de rolos;
  - 41 — Um elevador com 12.00 m.;
  - 42 — Uma peneira rotativa com 4.00 m.;
  - 43 — Três fêchos para silo;
  - 44 — Um quebrador de argilas;
  - 45 — Um agitador-misturador tipo EGM 2.ª;
  - 46 — Uma máquina de extrusão;
  - 47 — Uma prensa hidráulica Lasco para casetas refratárias;
  - 48 — Três tamborões Carolina para 550 quilos;
  - 49 — Dois tamborões Bianca para 250 quilos;
  - 50 — Dois tamborões Ana para 100 quilos;
  - 51 — Dois tamborões Augusta para 40 quilos;
  - 52 — Um tamborão de pote com 2 planos;
  - 53 — Duas peneiras vibratórias;
  - 54 — Uma máquina automática para vibrar branco;
  - 55 — Uma máquina automática para vibrar cores;
  - 56 — Uma peneira vibratória tipo VS 45;
  - 57 — Um filtro eletro-magnético tipo EF 10;
  - 58 — Seis prensas de fricção automática, tipo FW 60, directamente acopladas a 6 máquinas de rebardar tipo DPS 11, inclusive pertences;
  - 59 — Duas prensas de fricção para cabamentos, tipo FW 90;
  - 60 — Trintas e quatro matrizes de tipos especiais e diversos, para fabricação de azulejo;
  - 61 — Um transportador aéreo de corrente com um comprimento de 450m. movido por motor eléctrico;
  - 62 — Quatro bombas de membrana tipo DM/P 4, com duplo efeito e capacidade de 4.500/hora cada;
  - 63 — Um forno rotativo tipo EM 250 para fabricação de fritas, inclusive todos os pertences para queima de óleo;
  - 64 — Um turbo secador de canal com 4 canais de 17 00 m. de comprimento cada, inclusive ventiladores, exaustores, encanamentos, empurradores, recuperadores, e 60 vagonetes.
- Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
- Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.
- Senado Federal, em 20 de abril de 1954. — *João Café Filho* — Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.202 — DE 20 DE ABRIL DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 318.041,30, para pagamento de gratificações de Magistério a professores do mesmo Ministério.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 318.041,30 (trezentos e de-

zoito mil, quarenta e um cruzeiros e trinta cenavos), para pagamento de gratificações de magistério a que têm direito, de acordo com o Decreto-lei n. 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo Decreto-lei número 6.660, de 5 de julho de 1944, e decreto-lei n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os seguintes professores do mencionado Ministério:

	Cr\$
1. Maria José Moreira Coutinho, professor padrão K, da Escola Técnica de São Luiz, da Diretoria do Ensino Industrial (período de 1 de novembro a 31 de dezembro de 1950)	3.540,00
2. Otávio Lopes de Castro, professor catedrático, padrão N, do Colégio Pedro II Internato (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1951)	13.120,00
3. Aloísio Bezerra Coutinho, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950)	6.161,30
4. Odilon da Cunha Gaspar, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950)	18.483,90
5. Carlos Marinho de Souza, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950)	18.483,90
6. Osvaldo Gonçalves de Lima, professor catedrático, padrão "O", da Escola de Química da Universidade do Recife (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952)	12.387,10
7. João Pinto de Campos, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950)	18.483,90
8. Joaquim da Costa Carvalho professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950)	18.483,90
9. Luiz Inácio de Baros Lima, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 2 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950)	18.483,90
10. Tercio Rosado Maia, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950)	18.483,90
11. Alvaro Santino de Castro Figueiredo, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950)	18.483,90
12. Arthur Barreto Coutinho, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950)	6.161,30
13. Arthur Sá Cavalcanti de Albuquerque, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1950)	18.000,00
14. João de Vasconcelos Sobrinho, professor catedrático, padrão "O", da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1952)	18.161,30

15. Antônio Monteiro de Morais Nascimento, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950) . . . . .	18.483,90
16. Ernesto Silva, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950) . . . . .	18.483,90
17. Newton da Silva Maia, professor catedrático, padrão "O", da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950) . . . . .	18.483,90
18. Luiz de Barros Freire, professor catedrático, padrão "O", da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950) . . . . .	
19. Maria Pedrosa Leal, professor (Ensino profissional Massoterapia I.B.C.), padrão "I", (período de 13 de agosto de 1950 a 31 de dezembro de 1952) . . . . .	18.026,10
20. Otávio de Souza, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	19.161,30
<b>Soma</b> . . . . .	<b>318.041,30</b>

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Antônio Balbino

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.203 — DE 23 DE ABRIL  
DE 1954

*Concede a pensão especial de . . . . .  
Cr\$ 3.000,00 mensais à viúva de  
Aureliano Silveira, ex-agente do  
Imposto de Consumo.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais, a Maria Mayer da Silveira, viúva de Aureliano Silveira, ex-agente do Imposto de Consumo.

Art. 2.º A despesa com a pensão de que trata o art. 1.º correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de abril de 1954.

João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.204 — DE 27 DE ABRIL  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Conselho de Imigração e Colonização o crédito especial de . . . .  
Cr\$ 2.600,00, para pagamento de  
salário-família.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Conselho de Imi-

gração e Colonização o crédito especial de Cr\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos cruzeiros), para pagamento de salário-família aos servidores do mesmo Conselho.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1954;  
133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Tancredo de Almeida Neves.

Oswaldo Aranha.

#### LEI N.º 2.205 — DE 4 DE MAIO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para construção da Agência dos Correios e Telegrafos em Manaus, Estados do Amazonas.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), para construção, em Manaus, capital do Estado do Amazonas, de um edifício de quatro pavimentos, a fim de ser instalada a Agência dos Correios e Telegrafos.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de maio de 1954. — João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

#### LEI N.º 2.206 — DE 5 DE MAIO DE 1954

*Autoriza o Tesouro Nacional a promover e elevação do capital da Companhia Siderúrgica Nacional, para ampliar as instalações industriais da Usina de Volta Redonda, e dá outras providências.*

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Tesouro Nacional autorizado a promover a elevação do

capital da Companhia Siderúrgica Nacional de Cr\$ 1.750.000.000,00 (um bilhão setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para Cr\$ 2.250.000.000,00 (dois milhões duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), devendo o aumento ser realizado em chamadas de 20% (vinte por cento), vencendo-se a primeira no ato da subscrição e as demais de 6 (seis) em 6 (seis) meses, a contar dessa data.

§ 1.º O aumento de que trata este artigo será dividido em 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) ações ordinárias, nominativas do valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) cada uma.

§ 2.º Fica o Tesouro Nacional autorizado a ceder, nos termos do disposto no § 3.º do art. 111 do Decreto-lei n.º 2.627, de 28 de setembro de 1940, o seu direito de preferência na subscrição das ações do aumento de que trata esta Lei em favor de acionistas ou não, observada a proporção referida no art. 4.º desta Lei.

Art. 2.º É permitido, se necessário, que o aumento de capital de que trata esta Lei se efetue antes de estar integralizado o aumento autorizado pela Lei n.º 1.380, de 7 de julho de 1951.

Art. 3.º O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda fará subscrever pelo Tesouro Nacional as ações que não forem tomadas pelos demais acionistas e particulares, de modo a garantir a subscrição total do novo capital.

Art. 4.º Parte das ações ordinárias da Companhia Siderúrgica Nacional, já de propriedade do Tesouro Nacional antes da vigência desta Lei, poderá ser cedida, guardada no mínimo a proporção que o mantenha detentor de metade do capital em ações ordinárias e mais uma, pelo valor nominal.

§ 1.º A cessão a que se refere este artigo deverá se fazer através da Companhia Siderúrgica Nacional, a qual, como agente do Tesouro Nacional, receberá por conta deste o valor das chamadas já pagas, aplicando-o na liquidação das chamadas a que se obrigou o Tesouro Nacional, nos termos do disposto no art. 3.º desta Lei, e recolhendo aos cofres do Tesouro Nacional o saldo que porventura se verificar após a integralização do capital.

§ 2.º A Companhia Siderúrgica Nacional deverá apresentar relatórios mensais ao Ministério da Fazenda sô-

bre o exercício do mandato que lhe é conferido pelo § 1.º, evidenciando os valores recebidos, os valores aplicados e os saldos em seu poder.

Art. 5.º — Poderão também ser aplicados na liquidação das chamadas a que se obrigar o Tesouro Nacional, nos termos do disposto no art. 3.º desta Lei, os dividendos que couberem ao Tesouro Nacional pelas ações de que fôr possuidor.

Art. 6.º — O Ministério da Fazenda deverá realizar com o Banco do Brasil ou outro estabelecimento bancário de que o Tesouro Nacional seja acionista as operações de crédito necessárias a garantir o integral pagamento, nos seus vencimentos, das chamadas a que o Tesouro Nacional se obrigar nos termos do disposto no art. 3.º desta Lei.

Art. 7.º — As ações subscritas pelo Tesouro Nacional na forma desta Lei, se aplicará o disposto no artigo 5.º da Lei n.º 1.380, de 7 de junho de 1951.

Art. 8.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de maio de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.207 — DE 17 DE MAIO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), como auxílio ao II Congresso Latino Americano de Sociologia.*

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), para concessão de auxílio ao II Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo, de 10 a 17 de julho de 1953.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Antônio Balbino

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.208 — DE 24 DE MAIO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 6.127.612,50, para pagamento devido às firmas Pereira Junior & Cia. Ltda. e Cereais Santos Martins Limitada.*

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 6.127.612,90 (seis milhões, cento e vinte e sete mil, seiscentos e doze cruzeiros e noventa centavos), destinado ao pagamento devido às firmas Pereira Júnior & Cia. Ltda. e Cereais Santos Martins Ltda., pelo fornecimento de alimentação preparada, feito durante o exercício de 1952, nos seguintes valores:

	Cr\$
Pereira Júnior e Cia. Ltda. ....	4.733.561,30
Cereais Santos Martins Ltda. ....	1.394.051,60
Total . ....	6.127.612,90

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Antônio Balbino

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 2.209 — DE 24 DE MAIO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 14.000.000,00, destinado a atender ao pagamento da contribuição do Brasil para manutenção do Escritório Técnico de Agricultura, órgão executor do Acôrdo para execução de um programa de cooperação agrícola, firmado entre o Brasil e os Estados Unidos da America.*

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros), destinado a atender ao pagamento da contribuição do Brasil para manutenção do Escritório Técnico de Agricultura, órgão executor do Acôrdo celebrado entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América do Norte, para execução de um programa de cooperação agrícola e recursos naturais, na forma do artigo VI daquele Acôrdo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 24 de maio de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.210 — DE 31 DE MAIO  
DE 1954

*Concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias, para materiais importados diretamente por empresas ferroviárias do país.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º E' concedida à Companhia Paulista de Estradas de Ferro, assim como às demais empresas ferroviárias

do país, nas mesmas condições, isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10% (dez por cento), imposto de consumo e mais taxas alfandegárias, exceto a de previdência social, para os seguintes materiais, quando importados diretamente, em conjunto, parcelada ou isoladamente destinado à modernização e uniformização dos sistemas de freios e engates do material rodante e ao aumento e eficiência da capacidade de transporte:

a) jogos completos de quipamentos de freios de ar comprimido, para instalação em locomotivas, carros de passageiros e vagões de cargas, inclusive aparelhamento para testes, seus acessórios, pertences e sobressalentes;

b) conjuntos de aparelhos de choque e tração, destinados à instalação de engates automáticos em locomotivas, carros de passageiros e vagões locomotivas, carros de passageiros e vagões de cargas, seus acessórios, pertences e sobressalentes;

c) vagões de cargas, metálicos, abertos ou cobertos, montados ou desmontados, equipados ou não, com freios de ar comprimido e engates automáticos, seus acessórios, pertences e sobressalentes.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e será aplicada às importações anteriores, de materiais de espécie, despachados sob termo de responsabilidade.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Feral, em 31 de maio de 1954. — João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.211 — DE 31 DE MAIO  
DE 1954

*Releva de prescrição o direito dos herdeiros de Manoel Pio Corrêa a percepção do respectivo montepio.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte lei:

Art. 1.º E' revogado o disposto no artigo 5.º do Decreto n.º 20.910, de 6 de janeiro de 1932, e revigorado o artigo 43 do Decreto n.º 942-A, de 30 de outubro de 1890.

Art. 2.º Esta lei se aplica ao caso dos herdeiros de Manoel Pio Corrêa,



ex-funcionário do Ministério da Agricultura, falecido em 1937, bem como a todos aqueles que se encontrem em idêntica situação.

Art. 3.º A despesa decorrente da execução desta lei correrá pela dotação própria do orçamento do Ministério da Fazenda.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de maio de 1954 — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.212 — DE 31 DE MAIO  
DE 1954

*Dispõe sobre a aplicação do artigo 2.º da Lei n.º 705, de 16 de maio de 1949, por que se regula o provimento de cargos da carreira de Comissário de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º O aproveitamento em cargos, não iniciais, da carreira de comissário de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública, de que trata o artigo 2.º da Lei n.º 705, de 16 de maio de 1949, havendo vaga, deverá ser requerido ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo interessado que preencher os requisitos do citado dispositivo dentro do prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar da publicação da presente lei.

§ 1.º Decorrido o prazo estabelecido neste artigo, o Ministro da Justiça e Negócios Interiores submeterá os requerimentos dos interessados, com os documentos e informações que os acompanharem, ao despacho do Presidente da República.

§ 2.º Se vários interessados o requererem simultaneamente, terão preferência os que contarem mais tempo de serviço público federal.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de maio de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.213 — DE 2 DE JUNHO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ .. 14.000.000,00 para auxiliar as despesas com a realização do XXXI Congresso Eucarístico Internacional.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar as despesas com a realização, em julho de 1953, na cidade do Rio de Janeiro, do XXXI Congresso Eucarístico Internacional.

Art. 2.º O crédito de que trata o artigo anterior terá vigência nos exercícios de 1954 e 1955.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS  
*Vicente Rão*  
*Oswaldo Aranha*

LEI N.º 2.214 — DE 2 DE JUNHO  
DE 1954

*Dispõe sobre a substituição de comprovantes de contribuição para subscrição compulsória de Obrigações de Guerra, com base no Imposto de Renda.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Prescreve em 2 (dois) anos, a contar da data do respectivo pagamento, o direito à substituição, pelos títulos definitivos, dos comprovantes do recolhimento das importâncias devidas a título de subscrição compulsória de Obrigações de Guerra, com

base no imposto de renda, instituída pelo art. 5.º do Decreto-lei n.º 4.789, de 5 de outubro de 1942.

Art. 2.º. Fica assegurado aos subscritores compulsórios daquele empréstimo que, de posse dos comprovantes do recolhimento, não os substituírem no prazo marcado no artigo anterior, o direito de requererem a repartição competente a sua substituição, até o fim daquele prazo.

§ 1.º Recebido o requerimento, que em todos os casos deverá ser acompanhado dos comprovantes, será feito um registro dos subscritores por ordem cronológica e os títulos definitivos ser-lhes-ão entregues no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 2.º São repartições competentes para o recebimento dos requerimentos: na Capital Federal, a Caixa de Amortização; nas Capitais dos Estados, as Delegacias Fiscais; no interior dos Estados, as Alfândegas, Mesas de Rendas e Coletorias Federais.

§ 3.º As Obrigações de Guerra só serão entregues aos subscritores compulsórios com base no imposto de renda, contra o recolhimento dos comprovantes que lhes são fornecidos pelas repartições arrecadoras quando do pagamento respectivo, os quais serão sempre inutilizados a carimbo ou picote.

Art. 3.º A concessão desta medida à substituição esteja prescrito, serão apreendidos e inutilizados quando apresentados às repartições de que trata o § 2.º do art. 2.º, e levadas a Fundo de Guerra as importâncias respectivas, fazendo-se para tal fim o necessário jogo de contas.

Parágrafo único. Aos seus portadores serão fornecidos certificados dos pagamentos referentes aos comprovantes inutilizados, os quais, entretanto, não darão direito à substituição e servirão apenas como prova dos pagamentos efetuados.

Art. 4.º. O prazo a que se refere o art. 1.º desta Lei começará a correr da data de sua publicação, para os comprovantes já expedidos.

Art. 5.º. O disposto nesta Lei aplica-se também aos descontos de 3% (três por cento) sobre vencimentos dos funcionários públicos e salários, ordenados ou comissões dos associados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões (art. 6.º e 7.º do Decreto-lei n.º 4.789, de 5 de outubro de 1942) devendo o prazo de 2

(dois) anos ser contado a partir da data de sua publicação.

Art. 6.º. O Diretor da Caixa de Amortização expedirá as necessárias instruções para a fiel execução desta Lei.

Art. 7.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.215 — DE 2 DE JUNHO  
DE 1954

*Abre ao Congresso Nacional Câmara dos Deputados e Senado Federal — os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 2.780.000,00 e Cr\$ ..... 2.088.500,00 para pagamento de um mês de vencimentos aos funcionários das Secretarias daquelas Casas do Congresso e servidores do Poder Executivo nelas em exercício, no período da convocação extraordinária, de 15 de janeiro a 9 de março de 1954.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É aberto ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — crédito especial de Cr\$ 2.780.000,00 (dois milhões setecentos e oitenta mil cruzeiros), para pagamento de um mês de vencimentos aos funcionários da Secretaria da Câmara dos Deputados e aos servidores do Poder Executivo, que nela têm exercício, no período da convocação do Congresso Nacional de 15 de janeiro a 9 de março de 1954, excluídas as já atendidas pela Verba 3 Consignação II — Subconsignação 18 04-05, do Orçamento em vigor.

Art. 2.º. É aberto, ainda, ao Congresso Nacional Senado Federal — o crédito especial de Cr\$ 2.088.500,00 (dois milhões e oitenta e oito mil e quinhentos cruzeiros), para, de acordo com a Resolução n.º 6, de 24 de outubro de 1952, do mesmo Senado, atender ao pagamento de um mês de vencimentos aos funcionários de sua

Secretaria e aos servidores do Poder Executivo que nêle têm exercício, pela convocação extraordinária do Congresso Nacional, no período de 15 de janeiro a 9 de março de 1954.

Art. 3.º Os créditos de que trata a presente lei serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas, dispensada a exigência do art. 93 do Regulamento do Código de Contabilidade, e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.216 — DE 5 DE JUNHO  
DE 1954

*Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço público, para efeito de aposentadoria, ao Dr. José Gabriel de Lemos Britto.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Para efeito de aposentadoria, com os vencimentos integrais de Presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, será contado ao Dr. José Gabriel de Lemos Britto, todo o tempo de serviço que o mesmo tem nêsse e noutros cargos públicos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Tancredo de Almeida  
Neves.

LEI N.º 2.217 — DE 5 DE JUNHO  
DE 1954

*Dispõe sobre a revisão do contrato de arrendamento da Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a rever o contrato de ar-

rendamento da Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, autorizado pela Lei n.º 860, de 13 de outubro de 1942, em conformidade com as disposições da presente Lei.

Art. 2.º Para beneficiar-se do disposto desta Lei, a Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul se organizará como autarquia estadual, com personalidade jurídica autônoma e administração colegiada.

Parágrafo único. O Governo Federal terá na administração representante com voto suspensivo nos casos não previstos nos atos de aprovação da União, cabendo do seu ato recurso ao Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 3.º As tarifas serão aprovadas pelo Governo Federal e calculadas de modo a corresponderem o mais possível ao custo específico dos transportes.

Art. 4.º A Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul apresentará ao Ministério da Viação e Obras Públicas, até o dia 31 de março de cada ano, o orçamento da receita e despesa de operação ou custeio, com a discriminação necessária para exame e aprovação do mesmo Ministério.

Art. 5.º A partir de 1 de janeiro de 1953, os resultados positivos e negativos do exercício ferroviário serão, respectivamente, creditados ao "Fundo de Melhoramentos" e debitados à conta da União.

Art. 6.º O deficit orçamentário das contas de operações ou custeio aprovado será incluído na proposta orçamentária do Ministério da Viação e Obras Públicas, rubrica serviços e encargos, e entregue em duodécimos pelo Tesouro Nacional.

Art. 7.º Se, nas tomadas de contas contratuais, o deficit apurado no exercício ferroviário foi inferior ao orçado, a Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul recolherá, imediatamente, à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, no Rio Grande do Sul, a diferença verificada e aprovada.

Parágrafo único. Se o deficit apurado ultrapassar o previsto no orçamento aprovado, a diferença será levada à responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 8.º O quadro do pessoal da autarquia será submetido pela direção da Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul à aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas, com indicação da quantidade máxima de empregados, discriminada por

categoria ou função e da remuneração máxima e mínima.

Parágrafo único. O quadro do pessoal será considerado aprovado se, dentro de 90 (noventa) dias de sua apresentação no Departamento Nacional de Estradas de Ferro, sobre o mesmo não se manifestar o Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 9.º Quando o Governo do Estado requisitar transportes, serviços e fornecimentos de qualquer natureza, deverá indenizar a Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul das importâncias correspondentes.

§ 1.º Excetuam-se deste dispositivo os transportes gratuitos ou com abatimento especificados na cláusula IX, §§ 1.º, 2.º e 3.º, do contrato de revisão de arrendamento, aprovado pelo Decreto n.º 26.418, de 25 de julho de 1950.

§ 2.º Fora dos casos acima previstos e dos constantes do Regulamento Geral dos Transportes e outros determinados em leis ou regulamentos federais, não será concedido transporte gratuito nem com abatimento.

Art. 10 Os planos, projetos e orçamentos de obras novas, melhoramentos e equipamentos, serão submetidos previamente à aprovação do Governo Federal, pela Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, com a ordem de prioridade estabelecida de comum acordo com o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, respeitadas os compromissos assumidos em contratos de empréstimos autorizados pelo mesmo Governo.

Art. 11 Permanecerão em pleno efeito as cláusulas do contrato vigente que não colidam com as estipulações desta Lei.

Art. 12 Na hipótese de ser estabelecido em lei federal novo regime administrativo de caráter estritamente industrial e de âmbito geral, para as estradas de ferro de propriedade da União, ficará o Estado do Rio Grande do Sul com opção de que usará dentro de 6 (seis) meses contados a data da lei federal que instituir o novo regime administrativo, para continuar como arrendatária da Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, restabelecendo-se o regime da Lei n.º 860, de 13 de outubro de 1949, e o disposto no contrato aprovado pelo Decreto número 26.418, de 25 de julho de 1950, ou para declarar rescindido o contrato

de arrendamento sem que caiba a qualquer das partes contratantes direito a indenização.

Art. 13 E' o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos especiais de Cr\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de cruzeiros) e de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), destinados à cobertura dos déficits dos exercícios ferroviários de 1953 e de 1954, na Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, atendidas as disposições dos artigos 4.º, parte final do 6.º e 7.º desta Lei.

Art. 14. A Estrada de Ferro de Jacui é incorporada à Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, atendidos o art. 1.º do Decreto-lei número 5 471, de 10 de maio de 1943, para todos os efeitos desta Lei.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1954;  
133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

José Américo

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 2.218 — DE 5 DE JUNHO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 321.048.000,00, para ocorrer ao pagamento dos cruzadores "Saint Louis" e "Philadelphia", adquiridos do Governo dos Estados Unidos da América.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ .... 321.048.000,00 (trezentos e vinte e um milhões e quarenta e oito mil cruzeiros), para ocorrer ao pagamento dos cruzadores "Saint Louis" e "Philadelphia", adquiridos do governo americano, e despesas necessárias ao recebimento dos citados navios, conforme a seguinte discriminação:

Para pagamento, ao  
Governo dos Estados  
Unidos da América  
do Norte, pela aqui-

sição dos cruzadores "Sant Louis" e "Philadelphia", realizada de acôrdo com o Pacto de Defesa e Assistência Mútua (Mutual Defense Assistance Act of 1949) Us\$ 8.450.000,00 que, ao câmbio de Cr\$ 13,72, correspondem a 158.164.000,00

Para despesas de recebimento, incluídas as relativas a pessoal Us\$ 8.700.000,00 que, ao câmbio de Cr\$ 13,72, correspondem a 162.864.000,00

Total . . . . . 321.048.000,00

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Renato de Almeida  
Guillobel

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 2.219 — DE 7 DE JUNHO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 44.000,00, para pagamento da diferença de vencimentos ao oficial administrativo Djalmani Calafange Castelo Branco.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil cruzeiros), para atender ao pagamento de diferença de vencimentos devida, no exercício de 1951, ao oficial administrativo, classe M, Djalmani Calafange Castelo Branco.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Tancredo de Almeida  
Neves

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 2.220 — DE 7 DE JUNHO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 444.517,70, para pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 444.517,70 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e dezessete cruzeiros e setenta centavos), para pagamento de gratificação de magistério a que têm direito, de acôrdo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo Decreto-lei n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os seguintes professores do mesmo Ministério:

	Cr\$
1 — Luiz Maria de Souza Delgado, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Direito da Universidade de Recife (período de 5 de janeiro a 31 de dezembro de 1950) ...	5.935,50
2 — Amadeu da Silva Fialho, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (período de 30 de dezembro de 1943 a 31 de dezembro de 1949) .....	6.032,30
3 — João Peregrino da Rocha Fagundes Junior, professor catedrático, padrão O, da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil (período de 14 de agosto a 31 de dezembro de 1950) .....	2.290,30

4 — Teodoro Amálio da Fonseca Vaz, professor catedrático, padrão O, da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais (período de 12 de outubro a 31 de dezembro de 1950) .....	1.322,60
5 — Coleman Natal e Silva, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Direito de Goiás (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951) .....	6.387,10
6 — Assuero Jose Garritano, professor catedrático, padrão O, da Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil (período de 8 a 31 de dezembro de 1950) .....	1.161,30
7 — Noêmia Macureira Dantas, professor, padrão J, da Escola Industrial de Aracaju, da Diretoria do Ensino Industrial (período relativo aos meses de novembro e dezembro de 1950) .....	1.380,00
8 — Jorge Romano, professor (Chefe do Curso de Artes de Couro — Sapataria) Escola Industrial de Natal, da Diretoria do Ensino Industrial, padrão J (período de 27 de março a 31 de dezembro de 1951) .....	7.787,00
9 — Anfilóbio Jaime de Altavila Melo, professor catedrático padrão M, da Faculdade de Direito de Alagoas (período de 5 de julho a 31 de dezembro de 1951) .....	13.620,70
10 — Juliano Pinheiro Lyra Sozrino, professor, padrão M, da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará (período de 23 de janeiro a 31 de dezembro de 1950) .....	26.193,50
11 — Archimedes Vargas da Costa Filho, professor, Colégio Pedro II — Internato, padrão N, (período de 18 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1951) .....	61.430,00
12 — Newton de Menezes Padua, professor catedrático, padrão O, da Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil (período de 5 de julho de 1949 a 31 de dezembro de 1950) .....	9.433,00
13 — Alexandre dos Santos Selva Júnior, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife, (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950) .....	18.483,90
14 — Henrique Silva, professor, padrão J, da Escola Técnica de Goiânia, da Diretoria do Ensino Industrial (período relativo aos meses de outubro a dezembro de 1950) .....	2.070,00
15 — Arnaldo Azevedo Estralla, professor catedrático, padrão O, da Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil (período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949) .....	7.550,00
16 — Laura da Costa Nunes, professor, padrão K, da Escola Técnica de Goiânia, da Diretoria do Ensino Industrial (período relativo aos meses de novembro a dezembro de 1950) .....	3.540,00
17 — Heil Fortes Castelo Branco, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Direito do Piauí (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951) .....	6.387,10
18 — Antônio José da Costa Nunes, professor catedrático, padrão O, da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil (período de 4 de março de 1950 a 31 de dezembro de 1951) .....	10.951,60
19 — Paulo de Carvalho, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (período de 30 de junho a 31 de dezembro de 1951) ..	9.050,00
20 — Cromwell Barbosa de Carvalho, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Direito do Piauí (período de 9 de maio a 31 de dezembro de 1951) .....	11.612,90
21 — Rufino de Almeida Pizarro, professor catedrático, padrão O, da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, (período de 11 de janeiro a 31 de dezembro de 1951) .....	17.516,10

22 — Octávio Beviláqua, professor catedrático, padrão O, da Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil (período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1951)	29.325,00
23 — Edgard Nogueira, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Direito do Piauí, (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951)	6.387,10
24 — José Rodrigues Sette, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Direito do Espírito Santo (período de 1 de fevereiro de 1951 a 31 de dezembro de 1952)	11.500,00
25 — Adalberto Correia Lima, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Direito do Piauí (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951)	6.387,10
26 — Eugénia Catulina da Silva, professor, padrão J, da Escola Industrial de Florianópolis, da Diretoria do Ensino Industrial (período de 22 de julho a 31 de dezembro de 1950)	8.196,80
27 — Antônio José Cordeiro, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Direito de São Luiz do Maranhão (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951)	19.161,30
28 — Maria Isabel Lacombe, professor, padrão K, da Escola Técnica Nacional (período de 22 de maio de 1947 a 31 de dezembro de 1951)	52.868,50
29 — Alice Serra Mendes, professor, padrão J, da Escola Técnica de São Luiz, da Diretoria do Ensino Industrial (período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1950)	18.699,00
30 — Francisco de Sales Oliveira, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (período de 19 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1951)	12.209,60
31 — Carlos Alves da Costa, professor catedrático, padrão O, aposentado, da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952)	37.161,39
32 — Francisco Vitor Rodrigues, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952)	12.387,10
<b>TOTAL</b>	<b>444.517,70</b>

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Antônio Balbino

Oswaldo Aranha

**LEI N.º 2.221 — DE 9 DE JUNHO DE 1954**

*Estende os benefícios do Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, e institui o regime de benefícios de família aos segurados do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), aos empregados a serviço da Ordem dos Advogados do Brasil.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 7.º, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os funcionários ou empregados a serviço da Ordem dos Advoga-

dos do Brasil, quer no Conselho Federal, quer nos Conselhos Seccionais, continuam sujeitos ao disposto no art. 2.º do Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, e lhes são extensivos os benefícios e vantagens de que gozam os funcionários públicos civis da União como contribuintes do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Art. 2.º Ficam revogados o Decreto-lei n.º 7.513, de 2 de maio de 1945, e mais disposições em contrário.

Senado Federal, 9 de junho de 1954.  
— João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.222 — DE 10 DE JUNHO  
DE 1954

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para uma máquina "Europa 11", adquirida na Alemanha pela Diretoria do Patronato Agrícola Antônio Alves Ramos, sediado em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para uma máquina "Europa 11", adquirida na Alemanha pela Diretoria do Patronato Agrícola Antônio Alves Ramos, sediado em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de junho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.223 — DE 10 DE JUNHO  
DE 1954

*Concede o auxílio especial de ..... Cr\$ 1.000.000,00 às comemorações do bicentenário da fundação da Paróquia do Triunfo e para conserto geral da histórica Igreja Matriz da cidade do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Sul.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedido o auxílio especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) às comemorações do bicentenário da fundação da Paróquia do Triunfo, a 11 de março de 1954, e, bem assim, para o conserto geral da histórica Igreja Matriz da cidade do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Para o efeito previsto no artigo anterior, o Poder Executivo é autorizado a abrir, pelo Ministério da

Educação e Cultura, o crédito especial até o montante nele referido, que será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, cujo pagamento será feito à Comissão Diretora das festividades comemorativas, nas pessoas de seus presidentes efetivos e tesoureiro geral.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 10 de junho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.224 — DE 10 DE JUNHO  
DE 1954

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 4.000,00 a Oda Brisabel de Queiroz.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) mensais a Oda Brisabel de Queiroz, viúva de José Gaudêncio Correia de Queiroz.

Art. 2.º A despesa com o pagamento da pensão de que trata esta lei correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 10 de junho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.225 — DE 12 DE JUNHO  
DE 1954

*Cria a Medalha Naval de Serviços Distintos, e dá outras providências.*

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica criada a Medalha Naval de Serviços Distintos para prêmio



a civis e militares, brasileiros ou estrangeiros, que prestarem à Marinha serviços meritórios, e para distinguir aqueles que, por suas qualidades ou valor, o Governo julgar merecê-lo.

Art. 2.º. A Medalha Naval de Serviços Distintos será uma cruz florentina, de prata, com braços iguais, tendo no centro do anverso, inscrito num círculo de cabo de manilha, um golfinho enlaçando uma âncora; e, no reverso, inscrita num círculo idêntico, a legenda — Serviços Distintos. A cruz, medindo quarenta e quatro milímetros de eixo, pende de uma fita de gorgorão de seda azul ferrete, de trinta e sete milímetros de largura, tendo no centro uma faixa de dez milímetros, dividida em três partes iguais, na seguinte ordem — vermelho, azul celeste e vermelho, tudo de acordo com o desenho anexo. Será usada do lado esquerdo do peito.

Art. 3.º A concessão desta medalha far-se-á por decreto do Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Marinha, ouvidos os mais membros do Conselho da Ordem do Mérito Naval.

Art. 4.º. Publicado no Diário Oficial o decreto de concessão, Ministro da Marinha mandará expedir o competente diploma que assinará; e, quando fôr o caso, a citação assinada por seu Chefe de Gabinete.

Art. 5.º. A entrega da medalha será feita em solenidade presidida pelo Ministro da Marinha ou por um seu representante.

Art. 6.º Para o uso desta medalha, os agraciados obedecerão às disposições que regularem o das condecorações congêneres.

Art. 7.º. O Ministro da Marinha providenciará a confecção das medalhas e seus pertences, correndo as despesas pela verba orçamentária própria.

Art. 8.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de junho de 1954; 133.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

*Renato de Almeida  
Guillobel*

LEI N.º 2.226 — DE 12 DE JUNHO  
DE 1954

*Concede a pensão especial de Cr\$ 1.756,70 mensais a Guiomar Medeiros de Figueiredo, Mechtildes Maura de Figueiredo, Amaury Medeiros de Figueiredo e Cleise Medeiros de Figueiredo, viúva e filhos do agrônomo Amaury Poggi de Figueiredo.*

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 1.756,70 (mil setecentos e cinquenta e seis cruzeiros e setenta centavos) mensais a Guiomar Medeiros de Figueiredo, Mechtildes Maura Medeiros de Figueiredo, Amaury Medeiros de Figueiredo e Cleise Medeiros de Figueiredo, viúva e filhos do D. Amaury Poggi Figueiredo, agrônomo, classe J, do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, falecido em consequência de esforços dispendidos no exercício de suas funções.

Parágrafo único. Por morte da viúva beneficiária, a pensão a que se refere este artigo será transferida aos herdeiros acima mencionados, perdendo o herdeiro masculino direito ao benefício quando atingir a maioridade e as herdeiras femininas quando contraírem matrimônio.

Art. 2.º. O pagamento da pensão especial, prevista nesta Lei, correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS  
*Oswaldo Aranha*

LEI N.º 2.227 — DE 14 DE JUNHO  
DE 1954

*Altera o Plano Salte e dispõe sobre sua execução.*

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. A alínea *f* do item 2 do anexo n.º 44 da Lei n.º 1.102, de 18

de maio de 1950 (Plano Salte), passa a ter a seguinte redação:

f) — no Estado do Espírito Santo, obras na bacia do rio Santa Maria — Cr\$ 35.000.000,00”.

Art. 2.º Acrescente-se ao anexo 3.º, item B — Estrada de Rodagem — da Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950 (Plano Salte) a seguinte alínea:

“c) — pavimentação da Rodovia Bom Jesus do Norte Cidade de São José do Calçado e seu prolongamento até a Cidade de Guaçuí, Estado do Espírito Santo — Cr\$ 15.000.000,00”.

Art. 3.º. As letras *a*, *f* e *l* da alínea *f* do anexo 3 — Setor Transporte — da Lei 1.102, de 18 de maio de 1950 (Plano Salte) passam a ter a seguinte redação:

“a) — Estrada de Ferro:

f) — Encampação ou desapropriação.

b) — Estrada de Ferro Itabapoana, sua encampação ou desapropriação — Cr\$ 5.000.000,00”.

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

José Américo

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.228 — DE 14 DE JUNHO  
DE 1954

*Concede o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 para as obras da futura Basílica Nacional de Aparecida, no Estado de São Paulo.*

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para auxiliar as obras da construção da futura Basílica Nacional de Aparecida, em Aparecida, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Antônio Balbino

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.229 — DE 14 DE JUNHO  
DE 1954

*Concede a inclusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, Estado de São Paulo, na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É concedida a inclusão, nos termos do art. 17 da Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1954, da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Campinas, Estado de São Paulo, na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, a que se refere o art. 16 da mesma Lei, correspondendo-lhe a subvenção de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 2.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para ocorrer ao pagamento da subvenção ordinária prevista nesta Lei, nos exercícios de 1953 e 1954.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Antônio Balbino

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.230 — DE 14 DE JUNHO  
DE 1954

*Concede a inclusão das Escolas de Engenharia e Faculdade de Arquitetura, do Instituto Mackenzie, de São Paulo, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida, nos termos do art. 17 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, a inclusão entre os estabelecimentos de ensino subvencionados pelo Governo Federal, da Escola de Engenharia e da Faculdade de Arquitetura do Instituto Mackenzie, de São Paulo, sendo a cada uma concedida, de acordo com o disposto no art. 16 da mesma Lei, a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para ocorrer ao pagamento da subvenção ordinária, prevista nesta Lei, nos exercícios de 1953 e 1954.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Antônio Balbino

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.231 — DE 14 DE JUNHO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, para atender às despesas de financiamento de uma rede nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 1.168, de 2 de agosto de 1950, e dá outras providências.*

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas de financiamento de uma rede nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras, de acordo com o estabelecido na Lei número 1.168, de 2 de agosto de 1950.

Art. 2.º As leis orçamentárias para os exercícios de 1954 e 1955 consig-

narão importâncias de igual valor para o mesmo objetivo.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.232 — DE 14 DE JUNHO  
DE 1954

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para 22 toneladas de mármore de Carrara, destinados à Basílica da Penha em Recife, Estado de Pernambuco.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida isenção de impostos e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para 22 toneladas de mármore de Carrara, procedente da Itália, destinadas à Basílica da Penha, em Recife, Estado de Pernambuco, e a serem entregues a Otávio de Terrinca, Superior Provincial dos Capuchinhos em Pernambuco.

Parágrafo único. O mármore mencionado no art. 1.º conta de duzentos metros quadrados para piso, dois bustos com colunas, dois sacários com expositórios, uma estátua de Nossa Senhora, uma pia com ornatos para sacristia, um anjo, um porta-lâmpada para o altar mor e duas estátuas pequenas.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de junho de 1954. — João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.233 — DE 14 DE JUNHO  
DE 1954

*Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um micro-ônibus rural, marca Chevrolet, destinada às Missões Franciscanas do Estado de Alagoas.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º,

da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, exceto a de providência social, para um micro-ônibus rural, marca Chevrolet, a ser importado dos Estados Unidos pelo Guardião do Convento de São Francisco, de Penedo, e destinado às Missões Franciscanas do Estado de Alagoas.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de junho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.234 — DE 14 DE JUNHO  
DE 1954

*Estabelece um plano de saneamento e aproveitamento econômico da Baixada Santista, no Estado de São Paulo.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a elaborar e realizar um plano de saneamento e aproveitamento econômico da Baixada Santista, abrangendo os Municípios de Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá, no Estado de S. Paulo.

Parágrafo único. O plano a que se refere este artigo compreenderá:

a) estudos topo-hidrográficos, geológicos e agrológicos, bem como do regime dos cursos d'água da região, e projetos das obras necessárias, inclusive das faixas de desapropriação indispensáveis às obras;

b) levantamento do cadastro imobiliário da região a beneficiar, anotando os valores das propriedades, antes e depois das obras de saneamento executadas, e indicando as que convem desapropriar para lotear e vender, em virtude de seu baixo aproveitamento;

c) proibição de execução de obras prejudiciais ao saneamento da região, elaborando regulamentos para esse fim, se necessário;

d) execução, fiscalização e conservação dos trabalhos projetados.

Art. 2.º O executor do Plano será o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, que poderá contar com a colaboração de outras entidades públicas ou privadas, a fim de providenciar a sua melhor execução, podendo delegar competência aos mesmos, parcial ou total, na execução, de partes dos trabalhos projetados na coleta de dados, mediante acórdos.

Art. 3.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, consignado ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas com a elaboração e realização do Plano de Saneamento da Baixada Santista, durante cinco anos, a contar do exercício seguinte ao da aprovação desta lei, distribuídos da seguinte forma:

1.º exercício .....	4.000.000,00
2.º exercício .....	6.000.000,00
3.º exercício .....	10.000.000,00
4.º exercício .....	10.000.000,00
5.º exercício .....	10.000.000,00

§ 1.º As partes referidas serão consignadas globalmente e aplicar-se-ão, indistintamente, em estudo, projetos, aquisição de materiais e equipamentos, execução, fiscalização, conservação de obras e em pessoal de obras e contratados, bem como em desapropriações.

§ 2.º O crédito especial a que se refere o presente artigo terá validade durante cinco anos, previsto para conclusão dos trabalhos.

Art. 4.º Será cobrado pelo Poder competente, nos termos da Lei número 854, de 10 de outubro de 1949, a partir do exercício seguinte àquele em que ficarem concluídas as obras do Plano de Saneamento da baixada Santista, contribuição de melhoria sobre as propriedades beneficiadas.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de junho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.235 — DE 18 DE JUNHO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .... 200.000,00, para auxiliar às despesas com a realização do V Congresso Nacional de Jornalistas.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para auxiliar às despesas com a realização, em Curitiba, Estado do Paraná, do V Congresso Nacional de Jornalistas.

Parágrafo único — O crédito especial de que trata este artigo será entregue ao representante da Comissão Executiva do Congresso de Jornalistas, devidamente credenciado para esse objetivo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de junho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.236 — DE 18 DE JUNHO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para auxiliar a construção do Hospital do Radialista.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ ..... 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar a construção do Hospital da Associação Brasileira de Rádio, na Capital da República.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

*Miguel Couto Filho*

*Oswaldo Aranha.*

LEI N.º 2.237 — DE 19 DE JUNHO DE 1954

*Dispõe sobre financiamentos destinados à Colonização Nacional, e dá outras providências.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a prestar assistência financeira ao desenvolvimento da colonização nacional, na forma e sob as condições previstas nesta lei.

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a contratar com o Banco do Brasil S/A a execução das operações e serviços previstos nesta lei, mediante criação de uma Carteira de Colonização.

Art. 3.º A assistência compreenderá financiamentos destinados aos seguintes fins:

I — Aquisição de pequenas propriedades rurais, loteadas ou não, situadas em regiões propícias à colonização e que apresentem condições geo-econômicas favoráveis à exploração rural, em qualquer de suas modalidades.

II — Aquisição de áreas adequadas à colonização, para o fim de loteamento e venda.

III — Custeio da medição, demarcação, tapumes, construção de benfeitorias, obras de irrigação, açudagem, força e luz, saneamento e outras que forem indispensáveis ao loteamento, formação e exploração da pequena pro-

priedade rural, colônias ou núcleos agrícolas, sob planos que se enquadrem nas bases de orientação da política oficial de povoamento e colonização.

IV — Formação de culturas permanentes, de produtividade econômica compensadora à exploração da pequena propriedade ou de núcleos agrícolas, e ainda, de culturas temporárias, durante os dois anos iniciais, recomendáveis ao melhor aproveitamento de tais áreas e que sejam de consumo essencial e escoamento fácil.

V — Aquisição de móveis, utensílios, animais de serviço, plantéis de criação, máquinas agrícolas, viaturas, sementes, adubos, inseticidas, fungicidas e outros bens ou utilidades necessárias à fixação dos beneficiários, seus trabalhadores e colonos nas propriedades objeto de financiamento.

VI — Construção de estradas internas e de acesso às vias de comunicação que sejam necessárias ao transporte da produção dos imóveis financiados.

VII — Deslocamento, transporte e colocação de agricultores, criadores, trabalhadores do campo, nacionais e estrangeiros, mediante planos previamente aprovados.

VIII — Despesas de manutenção dos trabalhadores, colonos e suas famílias, até o término dos trabalhos de colheita da segunda safra, após sua fixação nos imóveis a que se destinarem, financiados ou não.

IX — Construção ou custeio de obras de assistência social e religiosa, inclusive escolas indispensáveis ao bem-estar moral e à saúde individual e coletiva dos núcleos ou colônias agrícolas.

X — Despesas de organização e instalação de cooperativas de trabalhadores e colonos.

XI — Fomento e organização de empresas de colonização, que se proponham a observar a orientação da política de colonização adotada pelo Governo Federal, inclusive no que tange à imigração dirigida.

XII — Recuperação de capital aplicado a qualquer dos fins desta lei, por empresas de imigração e colonização, nacionais ou estrangeiras, desde que os recursos assim deferidos se destinem a novas inversões da mesma natureza ou enquadradas nas atividades imigratórias e colonizadoras.

XIII — Exploração de imóveis rurais, em molde de colonização, por agricultores que se proponham a executá-la mediante planos e orçamentos organizados tecnicamente em consonância com as finalidades desta lei.

Parágrafo único. Poderá também a Carteira de Colonização executar diretamente os planos de sua própria iniciativa, adequados à consecução dos objetivos acima.

Art. 4.º Do contrato com o Banco do Brasil poderá constar cláusula que assegure ao Banco o ressarcimento de eventuais prejuízos oriundos das operações e serviços realizados.

Art. 5.º A Carteira de Colonização será dirigida por um Diretor, com as mesmas vantagens, regalias e deveres dos demais Diretores do Banco, de livre escolha do Presidente da República.

Art. 6.º O Regulamento das operações e serviços da Carteira de Colonização será baixado por decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. Serão especificadas no Regulamento previsto neste artigo, de acordo com as condições e demais circunstâncias atendíveis, as garantias reais e pessoal dos financiamentos, bem como a respectiva taxa de juros e comissões.

Art. 7.º É o Tesouro Nacional autorizado a fornecer ao Banco do Brasil S/A, para ser aplicado pela Carteira de Colonização o capital inicial ..... (Cr\$ 1.000.000.000,00, (um bilhão de cruzeiros) em cinco parcelas de ..... Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) cada uma.

§ 1.º As prestações serão entregues mediante ordem de crédito ao Banco, a débito da conta do Tesouro Nacional, devendo a primeira se efetuar trinta dias após a publicação da presente lei ou da instalação da Carteira de Colonização se esta ainda não estiver em funcionamento.

§ 2.º As prestações seguintes serão entregues em períodos anuais sucessivos, sob dotação orçamentária.

Art. 8.º Além do capital previsto no artigo anterior e da verba anual que lhe consignar a Diretoria do Banco do Brasil S/A, à Carteira de Colonização são atribuídos mais os seguintes recursos:

a) o produto apurado na colocação de letras hipotecárias que o Banco do Brasil S/A emitir nos termos previstos nos artigos 9.º e 10 desta lei;

b) o produto obtido na alienação de terras devolutas doadas ao Banco pela União, Estados ou Municípios, para o fim de loteamento e venda pela Carteira às pessoas físicas ou jurídicas moral e financeiramente aptas a colonizá-las ou a explorá-las por conta própria e de acordo com a sua destinação econômica;

c) o produto da alienação de quaisquer bens doados ao Banco pela União, Estados ou Municípios, para venda em proveito da Carteira;

d) quaisquer verbas de que a União dispuser, em virtude de acordos internacionais ou de outra origem, destinadas à imigração e colonização, e cuja aplicação a juízo do Poder Executivo possa ficar a cargo da Carteira;

e) o valor dos empréstimos que o Banco do Brasil S/A realizar, no país ou no estrangeiro, para aplicação pela Carteira.

Parágrafo único. Os empréstimos previstos no inciso anterior serão contratados sob a responsabilidade do Tesouro Nacional e não poderão exceder o limite de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) ou o equivalente em moeda estrangeira.

Art. 9.º Os empréstimos a que se referem os incisos, I, II, III e XII do art. 3.º serão feitos, de preferência em letras hipotecárias que o Banco do Brasil S/A é autorizado a emitir nos termos do Decreto n.º 370, de 2 de maio de 1890.

§ 1.º As letras hipotecárias serão ao portador, negociáveis em Bolsa, nos valores de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) e Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), emitidas ao prazo máximo de vinte anos, com os juros que forem fixados pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, pagáveis por meio de cupões, em qualquer agência do Banco, de seis em seis meses, em janeiro e julho de cada ano.

§ 2.º O serviço de juros e amortizações dos empréstimos poderá ser atendido com letras hipotecárias ao par.

§ 3.º Os empréstimos serão efetuados pelo valor par das letras, até o preço integral das aquisições ou obras.

Art. 10. É também o Banco do Brasil S/A autorizado a colocar diretamente pelo seu valor par, letras hipotecárias de sua emissão, cujo produto será destinado aos financiamentos em geral da Carteira de Colonização.

Art. 11. Além das garantias e preferências estatuídas nos arts. 327 e 329 do Decreto n.º 370, de 2 de maio de 1890, terão as letras hipotecárias, previstas nesta lei, a garantia especial do Tesouro Nacional.

Art. 12. São isentas de quaisquer impostos, taxas ou contribuições federais as letras hipotecárias que o Banco do Brasil S/A emitir com base na presente lei.

Art. 13. As cauções de qualquer natureza, prestadas perante repartições públicas federais em garantia de execução de contratos, poderão ser feitas com letras hipotecárias do tipo de emissão ora autorizada, recebidas ao par.

Art. 14. Na composição de indenização de percepção sob renda fixa de títulos, devidas pelos vencidos em ações relativas a atos ilícitos ou de outra natureza, os Juizes e Tribunais em seus julgados condenatórios darão preferência às letras hipotecárias desta lei, adquiridas em Bolsa ou no Banco do Brasil S/A, vinculando-as pelo seu valor par até final cumprimento da condenação.

Parágrafo único Em caso de sorteio ou resgate de letras assim vinculadas, aplicar-se-á o produto do resgate na aquisição de outras, em igual valor, para a devida substituição.

Art. 15. Os prêmios lotéricos acima de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), e de extração sob sorteio, pagáveis em dinheiro, serão constituídos com 50 % (cinquenta por cento) do seu valor em letras hipotecárias previstas nesta lei.

§ 1.º Nenhum concessão de sorteio será feita sem expressa observância do disposto nesse artigo.

§ 2.º É o Poder Executivo autorizado a promover pelos meios amigáveis, sem ônus para o Tesouro Nacional, a alteração da atual concessão da Loteria Federal, de modo a se estabelecer o pagamento dos prêmios pela forma constante deste dispositivo.

Art. 16. A Caixa de Mobilização Bancária receberá ao par as letras hipotecárias desta lei, que lhe forem oferecidas em garantia de empréstimos, por bancos ou casas bancárias.

Art. 17. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Aranha

**LEI N.º 2.238 — DE 21 DE JUNHO  
DE 1954**

*Revoga o art. 19 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 794, de 19 de outubro de 1938 (Código de Pesca).*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70 § 1.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º Ficam revogados o art. 19 e seus parágrafos do Decreto-lei número 794, de 19 de outubro de 1938.

Art. 2.º São proibidas as cercadas de peixe, fixas, de qualquer denominação, tais como, currais, camboas, paris, cacuris, coração, caçcoal, curral duplo, curral em série, estaqueadas e muradas, desde que causem embaraços à navegação que provoquem assoreamento, salvo quando construído sobre recifes e outras formações rochosas.

§ 1.º Ocorrendo dúvida quanto à localização dos engenhos de pesca a que se refere este artigo, a parte que se julgar prejudicada poderá recorrer para o Capitão de Portos, o qual, dentro de 30 (trinta) dias, em reunião da que deverá participar o representante do Serviço de Caça e Pesca e o delegado regional do Trabalho, resolverá a controvérsia, sendo as decisões sobre o assunto tomadas por maioria de votos.

§ 2.º No caso de construção dos engenhos de pesca a que se refere este artigo em cursos d'água ou próximos às embocaduras será também ouvido o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, através os seus Distritos Regionais.

§ 3.º Os infratores deste artigo serão punidos com multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) até Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros). Em caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro e o material destinado à construção destas cercadas apreendido e destruído.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de junho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

**LEI N.º 2.239 — DE 22 DE JUNHO  
DE 1954**

*Altera o item I da letra a do art. 3.º da Lei n.º 494, de 26 de novembro de 1948, (Lei do Imposto de Consumo).*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, §



4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º O item 1 da letra a do art. 3.º da Lei n.º 494, de 26 de novembro de 1948, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3. ....

a) .....

I) — as telhas e os tijolos fabricados à mão, com barro bruto não prensado ou comprimido mecânicamente, cozidos ou não".

Art. 2.º São incluídas entre as isenções constantes da alínea c, inciso III, da Tabela A do Decreto número 26.149, de 5 de janeiro de 1949, os cabos torneados destinados ao fabrico de vassouras.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de junho de 1954.

João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.240 — DE 22 DE JUNHO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o credito especial de Cr\$ .... 500.000,00, para ocorrer a despesas com a instalação da Casa Euclidian, em São Jose do Rio Pardo, Estado de São Paulo.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o credito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), destinado a ocorrer a despesas com a instalação da Casa Euclidian, com sede em São Jose do Rio Pardo, no Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A aplicação desse credito será levada a efeito pela diretoria do Museu, assistida por um representante, de livre escolha, do Ministro da Educação e Cultura.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Senado Federal, em 22 de junho de 1954. — João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.241 — DE 22 DE JUNHO  
DE 1954

*Estende aos conferentes das Caixas Econômicas os favores da Lei número 403, de 24 de setembro de 1943, que reestruturou os cargos de tesoureiro e ajudante de tesoureiro do Serviço Publico Federal.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º Estende-se aos conferentes das Caixas Economicas o disposto nos artigos 15 e 16 da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1943.

Parágrafo único. Os beneficios a que se refere este artigo só serão distribuidos se o permitirem as disponibilidades das respectivas Caixas Economicas.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Senado Federal, em 22 de junho de 1954. — João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.242 — DE 22 DE JUNHO  
DE 1954

*Concede a inclusão da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º E' concedida a inclusão, nos termos do art. 17 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, a que se refere o art. 16 da mesma lei, com a subvenção anual de Cr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de junho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.243 — DE 22 DE JUNHO DE 1954

*Concede o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 à Fundação Sorocaba.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É concedido à Fundação Sorocaba, com sede em Sorocaba, Estado de São Paulo, o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para prosseguimento da construção do prédio da Faculdade de Medicina de Sorocaba.

Art. 2.º O Poder Executivo abrirá pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial necessário à execução desta Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de junho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.244 — DE 23 DE JUNHO DE 1954

*Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho na parte relativa à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os arts. 662 §§ 4.º e 5.º, 663 e § 1.º, 685 e § 2.º, 689 e parágrafo único, 693 e §§ 1.º e 2.º, ... (vetado) ... 696 §§ 1.º e 2.º, 697, 699 e parágrafo único, 702 e §§ 1.º e 2.º, 708 e parágrafo único, 709 e parágrafo único, 774, 379 e parágrafo único, 833, 884 §§ 3.º e 4.º, 894 e §§ 1.º e 2.º, 896 e alíneas a c b e § 4.º, 899 parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho, a que se referem o Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 e leis subsequentes, passam a

“Art. 662 ..... ”

§ 4.º — Recebida a contestação, o Presidente do Tribunal designará imediatamente relator, o qual, se houver necessidade de ouvir testemunhas ou de proceder a quaisquer diligências, providenciará para que tudo se realize com a maior brevidade, submetendo, por fim, a contestação ao parecer do Tribunal, na primeira sessão.

§ 5.º — Se o Tribunal julgar procedente a contestação, encaminhará-a ao Tribunal Superior do Trabalho, que providenciará a designação do novo vogal ou suplente.

Art. 663. A investidura dos vogais das Juntas e seus suplentes é de 3 (três) anos, podendo, entretanto, ser dispensado, a pedido, aquele que tiver servido, sem interrupção, durante metade desse período.

§ 1.º — Na hipótese da dispensa do vogal a que alude este artigo, assim como nos casos do impedimento, morte ou renúncia sua substituição far-se-á pelo suplente, mediante convocação do presidente da Junta.

Art. 685 ..... ”

§ 2.º — O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho submeterá os nomes constantes das listas ao Presidente da República por intermédio do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 690. O Tribunal Superior do Trabalho, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional, é a instância suprema da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único — O Tribunal funciona na plenitude de sua composição ou dividido em turmas, com observância da paridade de representação de empregados e empregadores.

Art. 693. O Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de 17 juizes, sendo:

a) onze togados, alheios aos interesses profissionais, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros natos de reputação ilibada e notável saber jurídico, especialmente em direito social, dos quais nove, pelo menos, bacharéis em direito.

b) seis representantes classistas, três dos empregados e três dos em-

da República por um período de 3 (três) anos.

§ 1.º — Dentre os juizes togados do Tribunal Superior do Trabalho, alheios aos interesses profissionais, serão eleitos o presidente, o vice-presidente e o corregedor, além dos presidentes das turmas na forma estabelecida em seu regimento interno.

§ 2.º — Para nomeação trienal dos juizes classistas, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho publicará edital, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, convocando as associações sindicais de grau superior, para que cada uma, mediante maioria de votos do respectivo Conselho de Representantes, organize uma lista de três nomes, que será encaminhada, por intermédio daquele Tribunal, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores dentro do prazo que for fixado no edital.

§ 4.º — ... (vetado)...

Art. 696 .....

§ 1.º — Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o Presidente do Tribunal comunicará imediatamente o fato ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, a fim de que se faça a substituição do juiz renunciante, sem prejuízo das sanções cabíveis.

§ 2.º — Para os efeitos do parágrafo anterior, a designação do substituto será feita dentre os nomes constantes das listas de que trata o § 2.º do art. 693.

Art. 697 — No caso de interrupção do exercício de qualquer juiz do Tribunal, em virtude da licença, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, sua substituição se fará por convocação do Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, sendo que o juiz classista pelo de igual representação.

Art. 699. O Tribunal Superior do Trabalho não poderá deliberar, na plenitude de sua composição senão com a presença de, pelo menos, nove de seus juizes, além do Presidente.

Parágrafo único. As turmas do Tribunal, compostas de 5 (cinco) juizes, só poderão deliberar com a presença de, pelo menos, três de seus membros, além do respectivo presidente, cabendo também a este funcionar como relator ou revisor nos feitos que lhe forem distribuídos conforme estabelecer o regimento interno.

Art. 702. Ao Tribunal Pleno compete:

I — em única instância:

a) decidir sobre matéria constitucional, quando arguido, para invalidar lei ou ato do poder público;

b) conciliar e julgar os dissídios coletivos que excedam a jurisdição dos Tribunais Regionais do Trabalho, bem como estender ou rever suas próprias decisões normativas, nos casos previstos em lei;

c) homologar os acordos celebrados em dissídios de que trata a alínea anterior;

d) julgar os agravos dos despachos do presidente, nos casos previstos em lei;

e) julgar as suposições arguidas contra o presidente e demais juizes do Tribunal, nos feitos pendentes de sua decisão;

f) estabelecer prejuízos, na forma prescrita no regimento interno;

g) aprovar tabelas de custas emolumentos, nos termos da lei;

h) elaborar o Regimento Interno do Tribunal e exercer as atribuições administrativas previstas em lei, ou decorrentes da Constituição Federal.

II — em última instância:

a) julgar os recursos ordinários das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais em processos de sua competência originária;

b) julgar os embargos opostos às decisões de que tratam as alíneas b e c do inciso I deste artigo;

c) julgar os embargos das decisões das turmas quando estas dividirem entre si, ou de decisão proferida pelo próprio Tribunal Pleno;

d) julgar os agravos de despachos denegatórios dos presidentes de turmas, em matéria de embargos, na forma estabelecida no regimento interno;

e) julgar os embargos de declaração opostos aos seus acordos.

§ 1.º — Quando adotada pela maioria de dois terços dos juizes do Tribunal Pleno, a decisão proferida nos embargos de que trata o inciso II, alínea c deste artigo, terá força de prejudicado, nos termos dos §§ 2.º e 3.º, do art. 902.

§ 2.º — É da competência de cada uma das turmas do Tribunal:

a) julgar, em única instância, os conflitos de jurisdição entre Tribunais Regionais do Trabalho e os que se suscitarem entre juizes de direito ou juntas de conciliação e julgamento de regiões diferentes;

b) julgar, em última instância, os recursos de revista interpostos de decisões dos Tribunais Regionais e das Juntas de Conciliação e Julgamento ou juizes de direito, nos casos previstos em lei;

c) julgar os agravos de instrumento dos despachos que denegarem a interposição de recursos ordinários ou de revista.

d) julgar os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos;

e) julgar as habilitações incidentes e arguições de falsidade, suspeição e outras, nos casos pendentes de sua decisão.

Art. 708. Compete ao Vice-Presidente do Tribunal:

a) substituir o Presidente e o Corregedor em suas faltas e impedimentos;

b) suprimido.

Parágrafo único. Na ausência do presidente e do vice-presidente, será o Tribunal presidido pelo juiz togado mais antigo, ou pelo mais idoso quando igual a antiguidade.

Art. 709. Compete ao corregedor exercer funções de inspeção e correção permanente com relação aos Tribunais Regionais e seus presidentes, bem como decidir reclamações com os atos atentatórios da boa ordem processual, por eles praticados, quando inexistir recurso específico.

Parágrafo único. O corregedor ficará dispensado das funções normais de juiz do Tribunal Superior do Trabalho, salvo quanto aos atos administrativos do mesmo Tribunal e quando vinculado aos processo por "visto" anterior a sua posse.

Art. 774. Salvo disposição em contrário, os prazos previstos neste título contam-se, conforme o caso, a partir da data em que for feita pessoalmente, ou recebida a notificação, daquela em que for publicado o edital no jornal oficial ou no que publicar o expediente da Justiça do Trabalho, ou, ainda, daquela em que for afixado o edital, na sede da Junta, Juízo ou Tribunal.

Art. 879. Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.

Parágrafo único. Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda, nem discutir matéria pertinente à causa principal.

Art. 883. Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora, sendo estes, em qualquer caso, devidos a partir da data em que for ajuizada a reclamação inicial.

Art. 884 .....

§ 3.º — Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.

§ 4.º — Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e a impugnação à liquidação.

Art. 894. Cabem embargos das sentenças definitivas das Juntas e Juízos nos dissídios individuais, desde que o valor da reclamação seja igual ou inferior:

a) a duas vezes o salário mínimo, nos Territórios e nos Estados do Amazonas, Pará Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso, e Goiás;

b) a três vezes o salário mínimo nos Estados de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro;

c) a seis vezes o salário mínimo, no Estado de São Paulo e no Distrito Federal.

§ 1.º — Os embargos serão opostos no prazo de 5 (cinco) dias e julgados dentro de igual prazo, pelo mesmo Juízo ou Junta, sendo dada vista aos vogais até a véspera do julgamento.

§ 2.º — No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos para o Tribunal Pleno, opostos nos 5 (cinco) dias seguintes ao da publicação das conclusões do acórdão:

a) das decisões a que se referem as alíneas b e c do inciso I, do art. 702;

b) das decisões das turmas que divergirem das proferidas pelo Tribunal Pleno, cumprindo ao presidente indeferir os embargos sempre que a divergência já houver sido dirimida pelo mesmo Tribunal, na conformidade do § 1.º do art. 702.

Art. 896. Cabe recurso de revista das decisões de última instância quando:

a) derem ao mesmo dispositivo legal interpretação diversa da que tiver sido dada pelo mesmo ou por outro Tribunal Regional ou pelo Tribunal Superior do Trabalho, na plenitude de sua composição;

b) proferidas com violação de literal disposição da lei, ou de sentença normativa.

§ 4.º — Não caberá recurso de revista das decisões dos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho, proferidas em execução de sentença.

Art. 899 .....

Parágrafo único. Sendo a condenação de valor até Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), so será admitido recurso, inclusive o extraordinário, mediante prévio depósito da importância respectiva. Transitada em julgado a decisão recorrida, será ordenado o levantamento imediato da importância do depósito, em favor da parte vencedora".

Art. 2.º. Ficam criados quatro cargos isolados, de provimento efetivo, de juiz togado, e dois de representantes classistas, um dos empregados e outro dos empregadores, no Tribunal Superior do Trabalho com as funções, direitos e garantias que competem aos juizes existentes.

Art. 3.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial para execução desta Lei, no exercício de 1954 até a importância de Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros).

Alexandre Giroto — Tecnologista Químico, classe O .....

1951	30.565,20	
1952	40.320,00	70.885,20

Hervásio Guimarães de Carvalho — Geoquímico, referência 29 .....

1951	26.987,40	
1952	1.333,70	28.321,10

Honório Lens Cezar — Geoquímico, referência 27 .....

1951	19.130,80	
1952	20.688,00	39.818,80

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de junho de 1954; 133.º da Independência e 53.º da República.

GETULIO VARGAS

Tancredo de Almeida Neves

Oswaldo Aranha

Hugo de Araujo Faria

LEI N.º 2.245 — DE 24 DE JUNHO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 139.025,10, para pagamento da gratificação adicional a servidores daquele Ministério.*

O Presidente da República:

Faco saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 139.025,10 (cento e trinta e nove mil, vinte e cinco cruzeiros e dez centavos), para atender ao pagamento relativo aos exercícios de 1951 e 1952, da gratificação adicional de 40% (quarenta por cento) a que fizeram jus, de acordo com o art. 1.º da Lei número 1.234, de 14 de novembro de 1950, os servidores abaixo mencionados:

139.025,10

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1954;  
133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.246 — DE 24 DE JUNHO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 44.887.800,00 para atender as despesas com a execução da primeira etapa do plano de assistência econômica e social aos pescadores dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 44.887.800,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, oitocentos cruzeiros), para atender as despesas com a execução da primeira etapa do plano de assistência econômica e social aos pescadores dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos obedecerá ao disposto na Lei n.º 1.489, de 10 de dezembro de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1954;  
133.º da Independência e 66.º da República.

LEI N.º 2.247 — DE 26 DE JUNHO  
DE 1954

*Aumento o efetivo do Quadro de Oficiais do Exército das armas de Infantaria e Cavalaria.*

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Quadro de Oficiais do Exército das armas de Infantaria e Cavalaria passa a ser constituído da seguinte forma:

a) — Infantaria:

Coronéis .....	137
Tenente-Coronéis .....	268
Maiores .....	540
Capitães .....	950

b) — Cavalaria:

Coronéis .....	54
Tenentes-Coronéis .....	119
Maiores .....	249
Capitães .....	422

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1954;  
133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Zenóbio da Costa

LEI N.º 2.248 — DE 26 DE JUNHO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, destinado a auxiliar o Balé da Juventude.*

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros) destinado a auxiliar

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1954; 123.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Antônio Balbino

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.249 — DE 26 DE JUNHO DE 1954

*Modifica o art. 22 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944, alterado pela Lei n.º 599-A, de 26 de dezembro de 1948.*

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. O art. 22 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944, alterado pela Lei n.º 599-A, de 26 de dezembro de 1948, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 22. Uma vez que exceda de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) a indenização a que tiver direito o acidentado, nos casos de incapacidade permanente, ou, na hipótese de morte, ou seus herdeiros beneficiários, a diferença será entregue imediatamente à instituição de previdência social a que ele pertencer.

§ 1.º. Recebida pela instituição de previdência a importância a que se refere este artigo, será ela destinada a proporcionar a concessão de um acréscimo no benefício por incapacidade (auxílio-pecuniário, auxílio-enfermidade ou aposentadoria), ou na pensão a que a vítima ou seus beneficiários fizerem jus, observadas as disposições dos parágrafos seguintes:

§ 2.º. Se o acidentado não houver completado, na instituição, o período de carência necessário para a concessão do benefício, a instituição deduzirá do mencionado excesso o valor das contribuições triplices (do empregado, do empregador e da União), correspondentes ao tempo que faltar para a integração desse período, calculando-as sobre o último salário de contribuição do acidentado, ficando o saldo, se ainda restar, destinado ao fim a que alude a disposição anterior.

§ 3.º. Não sendo o excesso suficiente para o pagamento das contribuições relativas ao período de carência, será ele restituído pela instituição de previdência diretamente ao acidentado ou a seus beneficiários.

§ 4.º. Caso o benefício por incapacidade seja cancelado antes de 1 (um) ano de duração, por ter cessado a incapacidade, a instituição restituirá, de uma só vez, a importância da reversão deduzida do que lhe tenha sido pago a título de acréscimo, computados os juros credores e devedores; caso seja cancelado após 1 (um) ano de duração, a instituição entregará, de uma só vez, a reserva matemática dos acréscimos futuros.

§ 5.º. Se a instituição não conceder benefício por incapacidade ao acidentado, pelo fato de não o considerar incapaz para o trabalho, deverá entregá-lo, diretamente e de uma só vez, a importância total da reversão”.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1954; 123.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Hugo de Araújo Faria

LEI N.º 2.249-A — DE 29 DE JUNHO DE 1954

*Dispõe sobre a importação de tetraetilato de chumbo e dá outras providências.*

O residente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O tetraetilato de chumbo, quando importado para uso exclusivo na gasolina resultante de refinação no país, pagará o mesmo imposto de importação para consumo a que está sujeita a gasolina.

Parágrafo único. Para gozar dessa vantagem a empresa, sociedade ou firma refinadora, registrar-se-á na Alfândega, cuja jurisdição pertencer a refinaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1954;  
133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.250 — DE 30 DE JUNHO  
DE 1954

*Concede abono de emergência aos aposentados e pensionistas dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedido aos aposentados e pensionistas dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões um abono de emergência no valor de 30% (trinta por cento) sobre as aposentadorias e pensões fixadas na forma da lei vigente.

Art. 2.º O abono concedido por esta Lei não poderá ser superior a ..... Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) e inferior a Cr\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos cruzeiros) anuais.

Art. 3.º Para as despesas decorrentes da aprovação desta Lei ficam estabelecidas as seguintes medidas:

a) os depósitos compulsórios das Caixas e Institutos, no Banco do Brasil, para crédito agrícola e industrial já garantidos ou não por Bônus de Financiamento à Lavoura, vencerão juros de 5,5% ao ano, estabelecidos por lei para aqueles títulos, desde a data em que foram comprados ao Banco;

b) as dívidas da União, Estados e empresas vinculadas aos poderes públicos e aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões vencerão juros de 7% (sete por cento) ao ano;

c) as taxas de previdência cobradas ao público sobre tarifas, cheques, notas de serviços públicos e outras fontes ficam acrescidas de 2% (dois por cento);

d) os juros da dívida da União, acima referidos, serão pagos pelo Te-

souro Nacional em duodécimos, através do Departamento Nacional de Previdência Social, que rateará aquela importância entre os Institutos e Caixas na medida das necessidades de cada um para cumprir o que estabelece o art. 1.º desta Lei;

e) os Estados que devem aos Institutos e Caixas providenciarão, enquanto não acertarem a forma de liquidação dos seus débitos, o pagamento dos juros fixados na alínea b deste artigo;

f) é aberto, pelo Poder Executivo, o crédito especial de Cr\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de cruzeiros) a favor do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para dar cumprimento ao que determinam as alíneas d e e deste artigo.

Art. 4.º Os beneficiários reajustados pela Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, terão direito a diferença entre o valor do aumento efetuado pela mesma e aquele a que tiverem direito em conformidade com o art. 1.º da presente Lei.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Hugo de Araújo Faria

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.251 — DE 30 DE JUNHO  
DE 1954

*Altera o Quadro do Tribunal de Contas aprovado pela Lei n.º 886, de 24 de outubro de 1949.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É alterado o Quadro do Tribunal de Contas aprovado pela Lei n.º 886, de 24 de outubro de 1949, quanto aos cargos e carreiras constantes do Quadro Anexo.

Art. 2.º O provimento dos cargos vagos, ora criados, será feito pelos atuais ocupantes dos cargos e carreiras mencionados no referido quadro.



Parágrafo único.- Nêsse provimento levar-se-á em consideração a respectiva classe ou padrão e a classificação por ordem de antiguidade, apurada em 31 de outubro de 1949, respeitadas as decisões judiciais.

Art. 3.º É autorizado o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 618 880,00 (seiscentos e dezoito mil oitocentos e oitenta cruzeiros), para atender às

despesas decorrentes da execução da presente Lei.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1954;  
133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Oswaldo Aranha*

QUADRO DE QUE TRATA ESTA LEI

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI				
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe	Padrão	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe	Vagos	Exc.
1	Arquivista .....	L	—	1	Arquivologista .....	M	1	—
1	Arquivista .....	J	—	1	Arquivologista .....	L	—	—
1	Arquivista .....	I	—	1	Arquivologista .....	K	1	—
1	Arquivista .....	H	—	2	Arquivologista .....	J	—	—
4				—	.....	—	—	—
				5			2	
				Observações: — Os cargos das classes M, L e K serão providos, respectivamente, pelos atuais arquivistas das classes L, J, I.				
—	.....	—	—	1	Bibliotecário .....	M	1	—
—	.....	—	—	1	Bibliotecário .....	L	1	—
—	.....	—	—	1	Bibliotecário .....	K	1	—
—	.....	—	—	1	Bibliotecário .....	J	1	—
1	Bibliotecário auxiliar .....	I	—	—	.....	—	4	—
1	Bibliotecário auxiliar .....	H	—	—			—	—
				Observações: — Os cargos das classes M e L serão providos, respectivamente, pelos atuais Bibliotecários auxiliares das classe I e H.				

—	.....	—	—
—	.....	—	—
5	Auxiliar de Portaria .....	—	J
3	Continuo .....	I	—
1	Motorista .....	—	I
5	Continuo .....	H	—
5	Continuo .....	G	—
13	Servente .....	E	—
24			

3	Auxiliar de Portaria .....	L	3	—
4	Auxiliar de Portaria .....	K	4	—
7	Auxiliar de Portaria .....	J	2	—
9	Auxiliar de Portaria .....	I	3	—
11	Auxiliar de Portaria .....	H	6	5
—	.....	—	—	13
—	.....	—	—	—
—	.....	—	—	—
34			18	18

Observações: — Os cargos serão providos obedecendo o sistema vertical de cima para baixo, pelos atuais Auxiliar de Portaria (5) e Continuos (15) e Motorista (1) e Servente (13) e observado o seguinte critério: a) a respectiva classe ou padrão; e b) a classificação por antiguidade, apurada em 31 de outubro de 1949.



## APENSO

I - Figura nêste apenso lei que, expedida em trimestre anterior, foi publicada depois do segundo dia útil do segundo trimestre de 1954.

II - Retificação feita no segundo trimestre de 1954 referente a lei publicada em trimestre anterior.



# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1954

LEI N.º 2.194 — DE 10 DE MARÇO  
DE 1954

*Provê sobre a expedição e utilização  
de títulos eleitorais.*

## RITIFICAÇÃO

Na referência, onde se lê:

José Café Filho, Presidente do Se-  
nado Federal,

Leia-se:

João Café Filho, Presidente do Se-  
nado Federal.

LEI N.º 2.195 — DE 31 DE MARÇO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a ampliar  
as concessões em vigor para ex-  
ploração do serviço telegráfico in-  
terior, por empresas que possuem  
cabos submarinos ou subfluviais.*

O Congresso Nacional decreta e eu  
promulgo, nos termos do artigo 70,  
§ 4.º, da Constituição Federal, a se-  
guinte lei:

Art. 1.º. O Poder Executivo, ouvido  
o Ministério da Viação e Obras Pú-

blicas poderá ampliar as concessões  
em vigor para a exploração do serviço  
telegráfico interior, por empresas que  
possuem cabos submarinos ou sub-  
fluviais.

§ 1.º. A ampliação ficará sujeita  
ao prazo obrigações, ônus e favores  
da concessão, podendo ser permitida  
a extensão de condutores aéreos,  
subterrâneos ou subfluviais em liga-  
ção, conexão ou conjugação com os  
cabos submarinos ou a utilização de  
condutores de outras empresas para  
a extensão do serviço cabográfico a  
outras cidades do litoral ou do interior  
do país.

§ 2.º. A ampliação de que trata  
este artigo abrange as extensões por  
linhas terrestres já existentes das re-  
des cabográficas submarinas.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor  
na data de sua publicação, revogadas  
as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de março  
de 1954.

JOAO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado  
Federal





## EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos  
volumes III e IV de 1954, desta  
coleção, classificados pela or-  
dem alfabética dos assuntos.



## EMENTÁRIO

### A

#### ABONO DE EMERGÊNCIA

*Concede abono de emergência aos aposentados e pensionistas dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões e dá outras providências.*

Lei n. 2.250 — de 30 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

#### ACIDENTES DE TRABALHO

*Modifica o art. 22 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944, alterado pela Lei n.º 599-A, de 26 de dezembro de 1948.*

Lei n. 2.249 — de 26 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

#### ACÓRDOS

Decreto-legislativo n. 11 — de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 14 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 16 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

*— Promulga o Acôrdio sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e o Paraguai, firmado em Assunção, a 26 de junho de 1951.*

Decreto n. 35.543 — de 20 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1954.

Retificado no D. O. de 25 de junho de 1954.

### AERONAUTICA

*Permite o uso da medalha Marechal Thaumaturgo de Azevedo nos uniformes militares.*

Decreto n. 35.326 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1954.

— *Altera o art. 2.º do Decreto número 31.401, de 8 de setembro de 1952.*

Decreto n. 35.427 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

*— Altera o Decreto n.º 30.955, de 7 de junho de 1952, que dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.*

Decreto n. 35.431 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

*— Altera dispositivo do Regulamento para a Reserva da Aeronáutica.*

Decreto n. 35.474 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1954.

*— Cria a Comissão Permanente de Comunicações das Forças Armadas e dá outras providências.*

Decreto n. 35.495 — de 13 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

**AERONAUTICA:**

*Dá nova classificação às localidades de que trata a Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 35.539 — de 17 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

— *Regula o processo de pedido de autorização para funcionar, no país, de empresas estrangeiras tendo por objeto a exploração comercial de transporte aéreo, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.514 — de 18 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1954.

— *Aprova as Instruções reguladoras do recrutamento de médicos para o Quadro de Oficiais-Médicos da Aeronáutica.*

Decreto n. 35.515 — de 18 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1954.

— *Dá nova redação aos números 20 e 23 e ao Comando e Execução dos números 1 a 5 do Quadro B do Regulamento baixado com o Decreto número 8.738, de 10 de fevereiro de 1942.*

Decreto n. 35.652 — de 11 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1954.

— *Altera os arts. 8.º, 21 e 23 do Regulamento do Serviço de Intendência da Aeronáutica.*

Decreto n. 35.659 — de 15 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1954.

**AFORAMENTOS**

Ver: *Terrenos de Marinha.*

**AGENTE DE ESTRADA DE FERRO**

*Suprime cargos.*

(M.V.O.P. — Q. VI — P.S.)

Decreto n. 35.556 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1954.

**AGRICULTURA**

*Regulamenta as operações de seguro agrário.*

Decreto n. 35.370 — de 12 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1954.

— *Dispõe sobre a Companhia Nacional de Seguro Agrícola, aprova os seus estatutos e dá outras providências.*

Decreto n. 35.409 — de 28 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1954.

— *Institui o Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, dispõe sobre a aplicação das sobretaxas a que se refere a Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.702 — de 23 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de junho de 1954.

**AGROCALCAREO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

*Concede à Agrocalcáreo Indústria e Comércio Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.297 — de 31 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

**ÁGUA MARINHA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Plínio Dantas de Lima a pesquisar águas marinhas e associados no município de Caravelas, Estado da Bahia.*

Decreto n. 35.466 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

**ÁGUA MINERAL**

*Autoriza o cidadão brasileiro Ants Chapchap a pesquisar água mineral, no município de Indaialuba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.388 — de 14 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1954.

## ÁGUA MINERAL

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodovalho de Alencar a pesquisar, água mineral, no município de Iguatu, Estado do Ceará.*

Decreto n. 35.487 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel de Oliveira Bittencourt a pesquisar água mineral, no município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.473 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Thiago Ribeiro a pesquisar — água mineral, no município de Assis, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.492 — de 12 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Severino Gomes Procópio a pesquisar água mineral, no município de Santa Rita, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 35.567 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Abelar Romeiro a pesquisar água mineral, no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.600 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1954.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Arnaldo Rodrigues Duarte e José Alves de Oliveira a pesquisar água mineral, no município de Rezende, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.674 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

## ÁGUA MINERAL

*Assinala perimetro de proteção à fonte de água mineral existente no lugar denominado Serra da Queimada, no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.721 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

## AGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro as águas do rio São Joaquim, Bompasta e Bemposta, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.305 — de 1 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de abril de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Cruz, Fundo ou Ponte Alta e Fundo, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.313 — de 2 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Pernambuco as águas do rio Fortaleza, Fortaleza e Cajueiro, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.314 — de 2 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo as águas do rio Aparição-Paraibuna, Paraibuna e Paraibuna, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.316 — de 2 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

## AGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do curso d'água Lajes, Lajes e Guandu.*

Decreto n. 35.377 — de 13 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do ribeirão Melo.*

Decreto n. 35.444 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo as águas do rio Almas.*

Decreto n. 35.445 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Espírito Santo as águas do rio Santa Cruz, Santa Clara, Braço Norte Direito, Braço Norte Direito e Braço Norte Direito, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.461 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Capote.*

Decreto n. 35.488 — de 12 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio São Bento.*

Decreto n. 35.622 — de 7 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1954.

## AGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais as águas do rio Braço.*

Decreto n. 35.634 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais as águas do rio Braga.*

Decreto n. 35.635 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Saboeiro, Saboeiro e Carioca, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.636 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Paulo, Figueiredo e Figueiredo, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.637 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Praia.*

Decreto n. 35.638 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Araguaia, Araguaia e Tocantins, respectivamente nos trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.639 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

**A. MARTINS MENDES & CIA.  
LIMITADA**

Decreto-legislativo n. 12 — de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1954.

**AMETISTA**

*Autoriza os cidadãos brasileiros Kurt Walter Dreher e José Catarino da Silva a pesquisar ametistas e citrinos, no município de Caetité, Estado da Bahia.*

Decreto n. 35.469 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Kurt Walter Dreher a pesquisar ametista e citrinos, no município de Caetité, Estado da Bahia.*

Decreto n. 35.470 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

**ANISTIA**

Decreto-legislativo n. 9 — de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1954.

**APOSENTADORIA**

*Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço público, para efeito de aposentadoria, ao Dr. José Gabriel de Lemos Britto.*

Lei n. 2.216 — de 5 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954.

**AREIA QUARTZOSA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Belmiro da Silva a pesquisar areia quartzosa, no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.719 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

**ÁGUAS PÚBLICAS**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Furnas.*

Decreto n. 35.660 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1954.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Três Barras ou Grande.*

Decreto n. 35.661 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1954.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Fortuna.*

Decreto n. 35.695 — de 21 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Puitã.*

Decreto n. 35.700 — de 23 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1954.

**ALIANÇA DE MINAS GERAIS -  
COMPANHIA DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital e extensão de suas operações aos seguros do ramo vida, da Aliança de Minas Gerais — Companhia de Seguros.*

Decreto n. 35.443 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

**ALISTAMENTO ELEITORAL**

*Provê sobre a expedição e utilização de títulos eleitorais.*

Lei n. 2.194 — de 10 de março de 1954.

Retificada no D. O. de 4 de junho de 1954.

**AREIA SILICOSA**

*Autoriza o cidadão brasileiro José de Carvalho a pesquisar areia silicosa e associados, no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.527 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1954.

**ARGILA**

*Autoriza a cidadã brasileira Lavinia Soares Ribeiro do Vale a lavar argila, no município de São Simão, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.410 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

— *Renova o Decreto n.º 30.492, de 30 de janeiro de 1952.*

Decreto n. 35.412 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Umberto Vannata Scarpa a pesquisar argila e associados, no município de Rio Negro, Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.415 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Umberto Vannata Scarpa a pesquisar argila e associados, no município de Rio Negro, Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.416 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a lavar argila e associados, no município de Jundiá, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.665 — de 16 junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

**ARGILA**

*Autoriza o cidadão brasileiro José da Costa Ribeiro a pesquisar argila, no município de Cruzeiro, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.669 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro George Goro Kurohwa a pesquisar caulim, argila e associados, no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.670 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

**ARGILA REFRATÁRIA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Clóves Marques a pesquisar argila refratária, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.414 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1954.

**ARMADA**

*Aprova e manda executar o Regulamento de Uniformes para a Marinha do Brasil.*

Decreto n. 34.868 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. (Supl.) de 7 de abril de 1954.

— *Permite o uso da medalha Marechal Thaumaturgo de Azevedo nos uniformes militares.*

Decreto n. 35.326 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1954.

— *Altera o Decreto n.º 30.955, de 7 de junho de 1952, que dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.*

Decreto n. 35.431 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.



## ARMADA

*Cria a Comissão Permanente de Comunicações das Forças Armadas e dá outras providências.*

Decreto n. 35.495 — de 13 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

— *Dá nova classificação às localidades de que trata a Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 35.509 — de 17 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

— *Institui o escudo de armas, o estandarte e o selo para o Colégio Naval.*

Decreto n. 35.512 — de 18 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1954.

Reproduzido no D. O. de 3 de junho de 1954.

— *Cria a medalha "Força Naval do Sul" e dá outras providências.*

Decreto n. 35.586 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

— *Cria a Medalha "Força Naval do Nordeste" e dá outras providências.*

Decreto n. 35.587 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1954.

Reproduzido no D. O. de 7 de junho de 1954.

## ARRUMADORES

*Acréscena novo item ao parágrafo único do art. 285 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o serviço dos trabalhadores na movimentação de mercadorias.*

Lei n. 2.196 — de 1 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de abril de 1954.

## ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

*Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de ..... Cr\$ 2.800.000.000,00 para atender às despesas da confecção dos dois painéis que o Governo Brasileiro oferecerá à sede da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.*

Decreto n. 35.738 — de 28 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

## ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTEIS

*Declara de utilidade pública a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, com sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.452 — de 3 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1954.

## ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE LIMEIRA

*Concede à Associação Comercial e previstas na Consolidação das Leis do Industrial de Limeira prerrogativas Trabalho.*

Decreto n. 35.642 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1954.

## ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO SANTA CATARINA

*Concede reconhecimento ao curso de auxiliar de enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem Santa Catarina.*

Decreto n. 35.585 — de 1 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1954.

## ASSOCIAÇÃO RURAL DE SÃO JOAQUIM

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Associação Rural de São Joaquim, pela realização de exposição regional agropecuária.*

Decreto n. 35.451 — de 3 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1954.

**AUMENTO DE CAPITAL**

*Dispõe sobre a elevação do capital dos estabelecimentos bancários em funcionamento.*

Lei n. 2.198 — de 6 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 8 de abril de 1954.

— *Autoriza o Tesouro Nacional a promover a elevação do capital da Companhia Siderúrgica Nacional, para ampliar as instalações industriais da Usina de Volta Redonda, e dá outras providências.*

Lei n. 2.206 — de 5 de maio de 1954.

Publicada no D. O. de 8 de maio de 1954.

**AUMENTO QUINQUENAL**

*Concede aumento quinquenal para o pessoal das empresas que menciona e dá outras providências.*

Decreto n. 35.449 — de 1 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1954.

**AUXILIAR DE ENGENHEIRO**

*Suprime cargos.*

(M.V.O.P. — Q. VII — P.S.)

Decreto n. 35.556 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1954.

**B****BAIXADA SANTISTA**

*Estabelece um plano de saneamento e aproveitamento econômico da Baixada Santista, no Estado de São Paulo.*

Lei n. 2.234 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 19 de junho de 1954.

**BALLET DA JUVENTUDE**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 250.000,00, destinado a auxiliar o Ballet da Juventude.*

Lei n. 2.248 — de 26 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

**BANCO DE CRÉDITO POPULAR, SOCIEDADE COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**

*Concede autorização para a constituição do "Banco de Crédito Popular, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", com sede na localidade de São Mateus, município de Vila Meriti, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.902 — de 1 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1954.

**BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S. A.**

*Aprova aumento do capital e reforma dos estatutos sociais do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A.*

Decreto n. 35.310 — de 2 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

*Aprova reforma dos estatutos sociais do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A.*

Decreto n. 35.398 — de 19 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

**BANCO DO BRASIL S. A.**

*Dispõe sobre financiamentos destinados à colonização nacional, e dá outras providências.*

Lei n. 2.237 — de 19 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de junho de 1954.

# **BANCO DO BRASIL S. A.**

*Transfere ao Banco do Brasil S. A., como Agente Especial do Governo Federal, o encargo de liquidar a empresa que menciona.*

Decreto n. 35.506 — de 12 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1954.

# **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.**

*Aprova os estatutos do Banco do Nordeste do Brasil S. A., e autoriza o seu funcionamento.*

Decreto n. 35.433 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

# **BANCO ITALO-BELGA S. A.**

*Aprova aumento de capital do Banco Italo-Belga S. A., destinado às suas operações no Brasil.*

Decreto n. 35.571 — de 27 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1954.

# **BANCOS**

*Dispõe sobre a elevação do capital dos estabelecimentos bancários em funcionamento.*

Lei n. 2.198 — de 6 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 8 de abril de 1954.

# **BARBOSA & CIA.**

*Concede à Barbosa & Cia. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.463 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

# **BARITINA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Waldemar Virgolino da Silva a pesquisar baritina, no município de Santa Luzia, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 35.526 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1954.

# **BASILICA DA PENHA**

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para 22 toneladas de marmore de Carrara, destinados à Basílica da Penha em Recife, Estado de Pernambuco.*

Lei n. 2.232 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 19 de junho de 1954.

# **BASILICA NACIONAL DE APARECIDA**

*Concede o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00, para as obras da futura Basílica Nacional de Aparecida, no Estado de São Paulo.*

Lei n. 2.223 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1954.

# **BENZOATO DE SÓDIO**

*Autoriza o emprego de benzoato de sódio como substância conservadora, nos sucos de frutas cítricas (laranja, limão, etc.) e produtos derivados dos mesmos.*

Decreto n. 35.616 — de 4 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

# **BERCO - INDÚSTRIA QUÍMICA MINERAL S. A.**

*Autoriza a empresa de mineração Berco-Indústria Química Mineral S. A. a pesquisar berilo e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.672 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1954.

# **BERILO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Antonio de Oliveira a pesquisar berilo e associados no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.385 — de 14 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1954.

**BERILO**

*Autoriza a empresa de mineração Berco-Indústria Química Mineral S. A. a pesquisar berilo e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.672 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1954.

**BIBLIOTECAS**

*Cria, em Diamantina, Estado de Minas Gerais, o Museu do Diamante e a Biblioteca Antônio Torres, e dá outras providências.*

Lei n. 2.200 — de 12 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 14 de abril de 1954.

*Aprova o novo Regulamento para a Biblioteca do Exército.*

Decreto n. 35.344 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

*Altera o Regulamento da Biblioteca do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 35.344, de 7 de abril de 1954.*

Decreto n. 35.683 — de 17 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1954.

**BORRACHA**

*Autoriza o Ministério da Agricultura a aceitar a cooperação de empresas industriais de artefatos de borracha para o fomento da produção da borracha de seringueiras de cultura e dá outras providências.*

Decreto n. 35.371 — de 12 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1954.

**BRASILMINAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

*Concede à Brasilminas Indústria e Comércio Ltda. autorização para funcionar com empresa de mineração.*

Decreto n. 35.389 — de 14 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de abril de 1954.

**C****CAFÉ**

*Assegura ao café beneficiado do país, da safra 1953-1954, a garantia de preços mínimos.*

Decreto n. 35.612 — de 3 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de junho de 1954.

**CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES**

Decreto-legislativo n. 9 — de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1954.

*— Modifica o art. 22 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944, alterado pela Lei n.º 599-A, de 26 de dezembro de 1948.*

Lei n. 2.249 — de 26 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

*— Concede abono de emergência aos aposentados e pensionistas dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões e dá outras providências.*

Lei n. 2.250 — de 30 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

**CAIXAS ECONÔMICAS**

*Estende aos conferentes das Caixas Econômicas os favores da Lei número 403, de 24 de setembro de 1948, que reestruturou os cargos de tesoureiro e ajudante de tesoureiro do Serviço Público Federal.*

Lei n. 2.241 — de 22 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 28 de junho de 1954.

*— Suspende, até ulterior deliberação, a execução do disposto no art. 13 do Regulamento baixado com o Decreto n.º 24.427, de 19 de junho de 1953.*

Decreto n. 35.730 — de 25 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

## CALCÁRIO

*Autoriza o cidadão brasileiro Alce-nor de Oliveira Correia a pesquisar calcário e associados, no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.301 — de 1 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Walter Scott de Castro Veloso a pesquisar calcário e associados no município de Bocaiuva do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.303 — de 1 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião de Faria Reis a pesquisar calcário e associados, no município de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.304 — de 1 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Angelo Magro a pesquisar calcário e associados, no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.338 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro José Daniel Spada a pesquisar calcário e associados, no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.340 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Benedito José Veloso Cesar a lavar calcário no município de Goiana, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 35.341 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

## CALCÁRIO

*Autoriza o cidadão brasileiro Wilson Farjalla a lavar calcário no município de Passos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.465 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Heitor Cláudio de Sales a pesquisar calcário e associados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.471 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

*— Autoriza os cidadãos brasileiros Manoela Galdina de Souza, Waldemar Martins de Souza a pesquisar calcário, no município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.493 — de 12 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Vicente de Paula Bela Júnior a pesquisar calcário no município de São Sepê, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.494 — de 12 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Manoel de Matos Júnior a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.525 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Emídio José Ferreira a pesquisar calcário e associados, no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.528 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1954.

**CALCÁRIO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Jose Ovidio Guerra a pesquisar calcário, dolomita, magnesita e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.564 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alcides Pereira da Silva a pesquisar calcário e associados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.566 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1954.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Amaury Beck e Maria Eulalia Fagundes Beck a pesquisar calcário e associados, no município de Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.602 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João de Oliveira Rosa a pesquisar calcário, minérios de tungstênio e estanho e associados, nos municípios de Sorocaba e Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.666 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

**CALCÁRIO FOSFATADO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Roman Rell Liszkowsky a pesquisar calcário fosfatado e associados, no município de Cubatão, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.671 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1954.

**CALCITA**

*Declara a caducidade da autorização de lavra n.º 28.288, de 21 de junho de 1950, retificada pela de n.º 30.708, de 3 de abril de 1952.*

Decreto n. 35.563 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Alves da Cunha a pesquisar calcita e associados no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 35.599 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1954.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

— Abertura de Crédito:

**Ver: Crédito Especial.**

**CARGOS EM COMISSÃO**

*Aprova a relação das Funções Gratificadas mediante classificação nos símbolos previstos no art. 2.º da Lei n.º 2.138, de 3 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.447 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de maio de 1954.

— *Altera os Decretos ns. 31.922, de 15 de dezembro de 1952, e 33.704, de 31 de agosto de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.690 — de 18 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

**CARGOS ISOLADOS**

*Revoga disposição do Decreto número 26.061, de 22 de dezembro de 1948.*

Decreto n. 35.727 — de 25 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

Ver, também, *Cargos em Comissão.*

## CARNAÚBA

*Aprova especificações e tabelas para a classificação e fiscalização de exportação das ceras vegetais carnaúba e licuri (ouricuri), visando à sua padronização e comércio, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.510 — de 17 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1954.

## CARTEIRA DE COLONIZAÇÃO

*Dispõe sobre financiamentos destinados à colonização nacional, e dá outras providências.*

Lei n. 2.237 — de 19 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de junho de 1954.

## CARVÃO

*Dispõe sobre os preços de venda do carvão do Rio Grande do Sul e dá outras providências.*

Decreto n. 35.732 — de 25 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

— *Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais a pesquisar carvão mineral, no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.601 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

## CASA EUCLIDIANA

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para ocorrer a despesas com a instalação da Casa Euclidiana, em São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.*

Lei n. 2.240 — de 22 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 28 de junho de 1954.

## CASA FRANÇA GOMES LTDA.

*Outorga à "Casa França Gomes Ltda." concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Itupava, distrito de Pôto de Cima, município de Morretes, Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.446 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1954.

## CASAS BANCARIAS

*Dispõe sobre a elevação do capital dos estabelecimentos bancários em funcionamento.*

Lei n. 2.198 — de 6 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 8 de abril de 1954.

## CASSITERITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Jose Frederico de Souza Martins a pesquisar cassiterita, minério de ouro e associados no município de Rezende Costa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.299 — de 31 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ruge Saliba a lavrar cassiterita e associados, nos municípios de Piratini e Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.472 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

## CAULIM

*Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a lavrar caulim, no município de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.383 — de 14 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1954.

**CAULIM**

*Autoriza os cidadãos brasileiros Emma Bertges de Barros, Gabriel Caula Soares e Pedro Bertges a pesquisar caulim e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.464 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Michel Hannud a lavrar caulim, no município de Cotia, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.524 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1954.

— *Autoriza Porcelana Real S. A. a lavrar caulim no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.598 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ubaldio Lolli a lavrar caulim, no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.662 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Roschel Christie a pesquisar caulim e associados, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.664 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro George Goro Kuroiwa a pesquisar caulim, argila e associados, no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.670 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

**CENTENÁRIOS DAS ESTRADAS DE FERRO (1.º)**

*Declara monumento histórico nacional o trecho ferroviário que indica.*

Decreto n. 35.447-A — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1954.

**CENTRO CÍVICO E SOCIAL DA PRODUÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL**

*Concede ao Centro Cívico e Social da Produção do Rio Grande do Sul prerrogativas na Consolidação das Leis do Trabalho.*

Decreto n. 35.643 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

**CENTRO DE NAVEGAÇÃO RIO-GRANDENSE**

*Concede ao Centro de Navegação Rio-grandense a prerrogativa prevista no art. 513, alínea "d", da Consolidação das Leis do Trabalho.*

Decreto n. 35.687 — de 18 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

**CENTROS DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA**

*Dá nova redação às letras d do item I e do item II do art. 39 do Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva.*

Decreto n. 35.579 — de 27 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

**CÉRAS VEGETAIS**

*Aprova especificações e tabelas para a classificação e fiscalização de exportação das ceras vegetais carnaúba e licuri (ouricuri), visando à sua padronização e comércio, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.510 — de 17 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1954.



# CEREAIS SANTOS MARTINS LIMITADA

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 0.127.612,90, para pagamento devido às firmas Pereira Júnior & Cia. Ltda. e Cereais Santos Martins Limitada.*

Lei n. 2.208 — de 24 de maio de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1954.

## CIÊNCIA

*Torna público o depósito do Instrumento de aceitação, por parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, da constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, firmado em Londres, a 16 de novembro de 1945.*

Decreto n. 35.648 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

## CITRINO

*Autoriza os cidadãos brasileiros Kurt Walter Dreher e José Catarino da Silva a pesquisar ametistas e citrinos, no município de Caetité, Estado da Bahia.*

Decreto n. 35.469 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Kurt Walter Dreher a pesquisar ametista e citrinas, no município de Caetité, Estado da Bahia.*

Decreto n. 35.470 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

## CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR

*Modifica o § 2.º do art. 19 do Decreto-lei n.º 925, de 2 de dezembro de 1938 — Código de Justiça Militar.*

Lei n. 2.197 — de 5 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 3 de abril de 1954.

## CÓDIGO DE PESCA

*Revoga o art. 19 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 794, de 19 de outubro de 1938 (Código de Pesca).*

Lei n. 2.238 — de 21 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de junho de 1954.

## CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

*Dá nova classificação às localidades de que trata a Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 35.509 — de 17 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

— *Dá nova interpretação ao art. 23 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 35.653 — de 15 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1954.

## COLÉGIOS

*Institui o escudo de armas, o estandarte e o selo para o Colégio Naval.*

Decreto n. 35.512 — de 18 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1954.

Reproduzido no D. O. de 3 de junho de 1954.

## COLONIZAÇÃO NACIONAL

*Dispõe sobre financiamentos destinados à colonização nacional, e dá outras providências.*

Lei n. 2.237 — de 19 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de junho de 1954.

## COMBATE AO CANCER

*Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 190.000.000,00 destinado ao combate do câncer em todo o país.*

Decreto n. 35.408 — de 28 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1954.

## COMISSARIO DE POLÍCIA

*Dispõe sobre a aplicação do artigo 2.º da Lei n.º 705, de 16 de maio de 1949, por que se regula o provimento de cargos da carreira de Comissario de Policia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Lei n. 2.212 — de 31 de maio de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954.

## COMISSÕES

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 38.172.000,00, para atender às despesas com a execução da Lei n.º 2.188, de 3 de março de 1954.*

Decreto n. 35.357 — de 9 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— *Cria, no Ministério da Fazenda, a Comissão Consultiva dos Assuntos do Acordo Geral de Tarifas e Comércio ("CATT").*

Decreto n. 35.482 — de 7 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

— *Cria a Comissão Permanente de Comunicações das Forças Armadas e dá outras providências.*

Decreto n. 35.495 — de 13 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

— *Cria Comissão para superintender os transportes e o financiamento da produção agrícola no norte do Paraná, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.508 — de 17 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

— *Transfere à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a concessão atribuída à firma Vergínio Cerutti para produção e distribuição de energia elétrica.*

Decreto n. 33.552 — de 14 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1954.

## COMISSÕES

*Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 843.146,16, para pagamento de requisições militares feitas pela extinta Comissão Central de Requisições.*

Decreto n. 35.578 — de 27 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

— *Dispõe sobre a designação do representante do Brasil na Comissão Permanente Regional Interamericana, criada pela 11.ª Conferência Regional Sanitária dos Países da Bacia do Prata.*

Decreto n. 35.584 — de 31 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1954.

— *Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 30.583, de 21 de fevereiro de 1952, que cria a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.618 — de 4 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

— *Dá nova interpretação ao art. 53 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.*

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1954.

Decreto n. 35.658 — de 15 de junho de 1954.

— *Institui, no Ministério da Fazenda, a Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico.*

Decreto n. 35.729 — de 25 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1954.

## COMPANHIA BRASILEIRA DE MICA S. A.

*Concede a Companhia Brasileira de Mica S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.421 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

**COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS**

*Concede à Companhia Brasileira de autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.336 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1954.

**COMPANHIA BRASILEIRA INDUSTRIAL DE PESQUISAS E MINERAÇÃO**

*Autoriza a Companhia Brasileira Industrial de Pesquisas e Mineração a pesquisar mica, pedras coradas e associados, no município de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.300 — de 31 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

— *Autoriza a Companhia Brasileira Industrial de Pesquisas e Mineração a pesquisar mica, pedras coradas e associados no município de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.668 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

**COMPANHIA BRUNSWICK DO BRASIL S. A.**

*Concede à Companhia Brunswick do Brasil S. A. autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 35.577 — de 27 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1954.

**COMPANHIA CALDENSE DE ELETRICIDADE**

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Caldense de Eletricidade.*

Decreto n. 35.550 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1954.

**COMPANHIA DE CARRIS, LUZ E FORÇA DO RIO DE JANEIRO, LIMITADA**

*Declara extinta a concessão da Companhia Força e Luz de Rezende para distribuir energia elétrica no município de Rezende, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.366 — de 12 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1954.

— *Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a instalar uma subestação abastecedora em Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.546 — de 24 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

Retificado no D. O. de 18 de junho de 1954.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terras marginais do Ribeirão de Lajes e seus afluentes, que serão inundadas pelas descargas da usina auxiliar de Lajes, na etapa final do aproveitamento progressivo do Ribeirão de Lajes, e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a promover as desapropriações.*

Decreto n. 35.589 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1954.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias às obras relativas à construção da barragem e reservatório de Santa Branca, no rio Paraíba do Sul, e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Limitada, a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 35.686 — de 18 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

### COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO

*Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias ao aproveitamento de energia hidráulica existente no curso d'água denominado Rio Grande, município de Nova Friburgo, e autoriza a Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo, a promover as desapropriações.*

Decreto n. 35.352 — de 8 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

### COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ALTO DO RIO DOCE

*Outorga à Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um trecho do rio Farias, anexo da sede, município de Guanhaes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.515 — de 18 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1954.

### COMPANHIA DE MINERAÇÃO NOVALIMENSE

*Renova o Decreto n.º 30.535, de 14 de fevereiro de 1952.*

Decreto n. 35.597 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1954.

— *Autoriza a Cia. de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados, no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.604 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

— *Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados, no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.605 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

### COMPANHIA DE MINERAÇÃO NOVALIMENSE

*Autoriza a Cia. de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.606 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

### COMPANHIA DE PESQUISAS E LAVRAS MINERAIS

*Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais a pesquisar carvão mineral, no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.601 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

### COMPANHIA DE SEGUROS DA BAHIA

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros da Bahia.*

Decreto n. 35.229 — de 18 de março de 1954.

Reproduzido no D. O. de 17 de abril de 1954.

### COMPANHIA DE SEGUROS MA- RÍTIMOS E TERRESTRES "UNIAO DOS PROPRIETARIOS"

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "União dos Proprietários".*

Decreto n. 35.452 — de 19 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

### COMPANHIA DE SEGUROS MA- RÍTIMOS E TERRESTRES "LLOYD SUL AMERICANO"

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Lloyd Sul Americano".*

Decreto n. 35.688 — de 18 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

**COMPANHIA FABRICA DE PAPEL  
ITAJAI S. A.**

*Outorga à Companhia Fábrica de Papel Itajai S. A., concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da queda Palheiros, existente no ribeirão Figueiredo, município de Lages, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 35.511 — de 18 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

**COMPANHIA FIDELIDADE DE  
SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Fidelidade de Seguros.*

Decreto n. 35.430 — de 19 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

**COMPANHIA FORÇA E LUZ DE  
REZENDE**

*Declara extinta a concessão da Companhia Força e Luz de Rezende para distribuir energia elétrica no município de Rezende, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.366 — de 12 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1954.

**COMPANHIA FORNECEDORA GUA-  
NABARA DE MATERIAIS PARA  
CONSTRUÇÃO E INDÚSTRIA**

*Concede à Cia. Fornecedora Guanabara de Materiais para Construção e Indústrias autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.381 — de 14 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1954.

**COMPANHIA GERAL DE MELHO-  
RAMENTOS EM PERNAMBUCO**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Rede Ferroviária do Nordeste, área de terreno necessária à construção de um novo depósito de propriedade da referida Rede, em Ribeirão, na linha Sul.*

Decreto n. 35.065 — de 15 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

**COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA  
SÃO FRANCISCO**

*Autoriza a Companhia Hidroelétrica do São Francisco a construir uma linha de transmissão de 66 kV entre Itabaiana e Aracaju, declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da referida linha e dá outras providências.*

Decreto n. 35.621 — de 7 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1954.

**COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO  
VALE DO SÃO JOÃO**

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia Hidroelétrica Vale do São João.*

Decreto n. 35.722 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

**COMPANHIA INDUSTRIAL DE ES-  
TÂNCIA S. A.**

*Autoriza a Companhia Industrial de Estância S. A., com sede em Estância, Estado de Sergipe, a ampliar suas instalações hidroelétricas.*

Decreto n. 35.362 — de 9 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1954.

### COMPANHIA LAMINAÇÃO E CIMENTO PORTLAND PAINS

*Concede à Companhia Laminacão e Cimento Portland Pains autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.678 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

### COMPANHIA MATOGROSSENSE DE ELETRICIDADE

*Autoriza a Companhia Matogrossense de Eletricidade a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 35.559 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1954.

### COMPANHIA MELHORAMENTOS MOSSORÓ S. A.

*Autoriza a Companhia Melhoramentos de Mossoró S. A. a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 32.029 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1954.

### COMPANHIA MONTANHESA DE ELETRICIDADE

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Montanhese de Eletricidade.*

Decreto n. 35.334 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1954.

### COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

*Concede aumento quinquenal para o pessoal das empresas que mencionam e dá outras providências.*

Decreto n. 35.449 — de 1 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1954.

### COMPANHIA NACIONAL DE SEGURO AGRÍCOLA

*Regulamenta as operações de seguro agrícola.*

Decreto n. 35.370 — de 12 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1954.

— *Dispõe sobre a Companhia Nacional de Seguro Agrícola, aprova os seus estatutos e dá outras providências.*

Decreto n. 35.409 — de 28 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1954.

— *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à subscrição, pelo Tesouro Nacional de ações da Companhia Nacional de Seguro Agrícola que é o Poder Executivo autorizado a organizar, na conformidade da lei n.º 2.168, de 11 de janeiro de 1954.*

Decreto n. 35.582 — de 31 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1954.

### COMPANHIA NIQUEL TOCANTINS

*Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar ouro aluvionar e associados no município de Niquelândia, Estado de Goiás.*

Decreto n. 35.302 — de 1 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Declara de utilidade pública as áreas de terras compreendidas no plano do aproveitamento de energia hidráulica existente no Rio Grande entre o município de Ibiraci, distrito do mesmo nome, e o município de Sacramento, distrito de Desemboque, e a ponte de madeira existente sobre o Rio Grande, entre o município de Delfinópolis, distrito do mesmo nome, e o município de Passos, distrito do mesmo nome, no Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, Sociedade Anônima, com sede nesta Capital, a promover as respectivas desapropriações.*

Decreto n. 35.623 — de 7 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1954.

**COMPANHIA PAULISTA DE MINERAÇÃO**

*Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a lavrar caulim, no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.383 — de 14 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1954.

*— Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a lavrar argila e associados, no município de Jundiá, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.665 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

**COMPANHIA PRADA DE ELETRICIDADE**

*Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 35.424 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

**COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL**

*Autoriza o Tesouro Nacional a promover a elevação do capital da Companhia Siderúrgica Nacional, para ampliar as instalações industriais da Usina de Volta Redonda, e as outras providências.*

Lei n. 2.206 — de 5 de maio de 1954.

Publicada no D. O. de 8 de maio de 1954.

*— Outorga concessão à Companhia Siderúrgica Nacional para instalar dois transmissores, sendo um na estação desta Capital e outro na de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.697 — de 21 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

*— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 491.593.400,00 destinado a atender às despesas com a integralização do aumento de capital da Companhia Siderúrgica Nacional subscrito pelo Tesouro Nacional.*

Decreto n. 35.708 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1954.

**COMPANHIA SOBERANA DE CAPITALIZAÇÃO**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Soberana de Capitalização.*

Decreto n. 35.401 — de 19 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1954.

**COMPANHIA SUL MINEIRA DE ELETRICIDADE**

*Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a alterar a tensão de linha de transmissão e a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 35.363 — de 9 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1954.

**CONDUTOR DE TREM**

*Suprime cargos.*

(M.V.O.P. - Q. VI e VII - P.S.)

Decreto n. 35.556 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1954.

**CONFEDERAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (37.<sup>a</sup> Sessão)**

*Dispõe sobre o comparecimento do Brasil à 37.<sup>a</sup> Sessão da Confederação Internacional do Trabalho, a realizar-se em Genebra, Suíça.*

Decreto n. 35.481 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1954.

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS**

*Reconhece a Confederação Nacional das Profissões Liberais.*

Decreto n. 35.575 — de 27 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

**CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO (37.<sup>a</sup> Sessão)**

*Dispõe sobre a Delegação do Brasil à 37.<sup>a</sup> Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça.*

Decreto n. 35.544 — de 21 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1954.

— *Altera dispositivo do Decreto número 35.481, de 6 de maio de 1954.*

Decreto n. 35.574 — de 27 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1954.

**CONFERÊNCIA MUNDIAL DE ENERGIA - Reunião parcial da**

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 2.300.000,00, para atender às despesas com a Reunião Parcial da Conferência Mundial de Energia.*

Decreto n. 35.349 — de 8 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

**CONFERENCIA REGIONAL SANITARIA DOS PAISES DA BACIA DO PRATA (II)**

*Dispõe sobre a designação do representante do Brasil na Comissão Permanente Regional Interamericana, criada pela II.<sup>a</sup> Conferência Regional Sanitária dos Países da Bacia do Prata.*

Decreto n. 35.584 — de 31 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1954.

**CONFERENTES**

*Estende aos conferentes das Caixas Econômicas os favores da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, que reestrutura os cargos de tesoureiro e ajudante de tesoureiro do Serviço Público Federal.*

Lei n. 2.241 — de 22 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

**CONGRESSO EUCARISTICO INTERNACIONAL (XXXI)**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ ..... 14.000.000,00 para auxiliar as despesas com a realização do XXXI Congresso Eucarístico Internacional.*

Lei n. 2.213 — de 2 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de junho de 1954.



# CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA (II)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), como auxílio ao II Congresso Latino Americano de Sociologia.*

Lei n. 2.207 — de 17 de maio de 1954.

Publicada no D. O. de 20 de maio de 1954.

## CONGRESSO NACIONAL

— Abertura de Crédito:

Ver: *Crédito Especial.*

## CONSELHO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS RURAIS

*Institui o Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, dispõe sobre a aplicação das sobretaxas a que se refere a Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.702 — de 23 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de junho de 1954.

## CONGRESSO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO (V)

*Abre, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para atender às despesas com a realização do V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, no ano de 1952.*

Decreto n. 35.596 — de 2 de junho

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1954.

## CONGRESSO NACIONAL DE JORNALISTAS (V)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para auxiliar às despesas com a realização do V Congresso Nacional de Jornalistas.*

Lei n. 2.235 — de 18 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de junho de 1954.

## CONGRESSO NACIONAL DO FUMO

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para o fim que especifica.*

Decreto n. 35.580 — de 23 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

## CONGRESSO SUL AMERICANO DE ANGIOLOGIA (2.º)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 como auxílio ao 2.º Congresso Sul Americano de Angiologia.*

Lei n.º 2.199 — de 9 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 12 de abril de 1954.

## CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

— Abertura de Crédito:

Ver: *Crédito Especial.*

## CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

*Dispõe sobre a transformação, em mensalista, de extranumerários contratados do Conselho Nacional do Petróleo, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.369 — de 12 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1954.

— *Outorga concessão ao Conselho Nacional de Petróleo para instalar uma estação radiotelegráfica costeira.*

Decreto n. 35.453 — de 3 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1954.

## CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

*Aprova o Regimento do Conselho Nacional da Saúde.*

Decreto n. 35.347 — de 8 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1954.

### CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA

*Modifica o § 2.º do art. 19 do Decreto-lei n.º 925, de 2 de dezembro de 1938 — Código de Justiça Militar.*

Lei n. 2.197 — de 5 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 8 de abril de 1954.

### CONSELHO RODOVIÁRIO NACIONAL

*Aprova o Regimento do Conselho Rodoviário Nacional.*

Decreto n. 35.325 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1954.

### CONSELHOS FISCAIS DOS INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Ver: Institutos de Aposentadoria e Pensões.*

### CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

*Acrésceta novo item ao parágrafo único do art. 285 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o serviço dos trabalhadores na movimentação de mercadorias.*

Lei n. 2.196 — de 1 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de abril de 1954.

*— Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho na parte relativa à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.*

Lei n. 2.244 — de 23 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

*— Altera a tabela de salário mínimo e dá outras providências.*

Decreto n. 35.450 — de 1 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

Retificado no D. O. de 13 de maio de 1954.

### CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

*Estende à cidade Industrial a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte.*

Decreto n. 35.504 — de 15 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1954.

### CONSULADOS

*Cria o Consulado honorário do Brasil em Cali, Departamento do Vale do Cauca, República da Colômbia.*

Decreto n. 35.379 — de 14 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1954.

*— Cria o Consulado honorário do Brasil em Cherburgo, França.*

Decreto n. 35.617 — de 4 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1954.

### CONTADORIA DA REPÚBLICA

*Aprova o Regimento da Contadoria Geral da República.*

Decreto n. 35.403 — de 20 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1954.

### CONTINÊNCIAS

*Dá nova redação aos ns. 20 e 23 e ao Comando e Execução dos ns. 1 a 5 do Quadro B do Regulamento baixado com o Decreto n.º 8.736, de 10 de fevereiro de 1942.*

Decreto n. 35.652 — de 11 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1954.

### CONTRABANDO

*Define a linha de fundo da faixa ao longo da fronteira de acordo com o § 1.º do art. 1.º da Lei n.º 1.834, de 10 de junho de 1953.*

Decreto n. 35.731 — de 25 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

## CONTRATOS

Decreto-legislativo n.º 4 — de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 5 — de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 6 — de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 7 — de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 8 — de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 10 — de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 12 — de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 13 — de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 15 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 17 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 18 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

## CONTRATOS

Decreto-legislativo n.º 19 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

— *Dispõe sobre a revisão do contrato de arrendamento da Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

Lei n. 2.217 — de 5 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954.

## CONVENÇÕES

*Torna público que o Governo da Grécia denunciou a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.*

Decreto n. 35.649 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

— *Torna público que os Governos de dezenove países denunciaram a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.*

Decreto n. 35.698 — de 22 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1954.

## CONVÊNIOS

*Autoriza o Ministério das Relações Exteriores a proceder entendimentos relativos aos Tratados de Paz e Convênio firmados com a Itália, em 10 de fevereiro de 1947, e 8 de outubro de 1949.*

Decreto n. 35.454 — de 3 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1954.

— *Promulga o Convênio Cultural entre o Brasil e o Egito, firmado em Alexandria, a 8 de setembro de 1951.*

Decreto n. 35.691 — de 13 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1954.

## COOPERATIVAS

Concede autorização para a constituição da "Cooperativa Banco Popular de Bonsucesso, Responsabilidade Limitada", com sede em Bonsucesso, Distrito Federal.

Decreto n. 32.906 — de 1 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1954.

— Concede autorização para a constituição da "Cooperativa Mista Banco Auxiliar do Crédito e da Construção Limitada", com sede em Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 32.931 — de 1 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1954.

— Concede autorização para a constituição do "Banco de Crédito Popular, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", com sede na localidade de São Mateus, município de Vila Meriti, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 32.902 — de 1 de junho de 1953.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1954.

— Concede autorização para constituição da Cooperativa de Crédito Popular de São Paulo Limitada, com sede na Capital de São Paulo.

Decreto n. 35.346 — de 3 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de abril de 1954.

## COOPERATIVISMO

Decreto-legislativo n.º 14 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

## CREDITO ESPECIAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 como auxílio ao 2.º Congresso Sul Americano de Angiologia.

Lei n. 2.199 — de 9 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 12 de abril de 1954.

## CREDITO ESPECIAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .. 318.041,30, para pagamento de gratificações de Magistério a professores do mesmo Ministério.

Lei n. 2.202 — de 20 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de abril de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Conselho de Imigração e Colonização, o crédito especial de Cr\$ .. 2.600,00, para pagamento de salários-família.

Lei n. 2.204 — de 27 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de abril de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para construção da Agência dos Correios e Telégrafos em Manaus, Estado do Amazonas.

Lei n. 2.205 — de 4 de maio de 1954.

Publicada no D. O. de 8 de maio de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .... 400.600,00 (quatrocentos mil cruzetões), como auxílio ao II Congresso Latino Americano de Sociologia.

Lei n. 2.207 — de 17 de maio de 1954.

Publicada no D. O. de 29 de maio de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .. 6.127.612,90, para pagamento devido às firmas Pereira Júnior & Cia. Ltda. e Cereais Santos Martins Limitada.

Lei n. 2.208 — de 24 de maio de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1954.

# CREDITO ESPECIAL

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 14.000.000,00, destinado a atender ao pagamento da contribuição do Brasil para manutenção do Escritório Técnico de Agricultura, órgão executor do Acôrdio para execução de um programa de cooperação agrícola, firmado entre o Brasil e os Estados Unidos da América.*

Lei n. 2.209 — de 24 de maio de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1954.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ ... 14.000.000,00 para auxiliar as despesas com a realização do XXXI Congresso Eucarístico Internacional.*

Lei n. 2.213 — de 2 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de junho de 1954.

*— Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados e Senado Federal — os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 2.780.000,00 e Cr\$ .. 2.083.500,00 para pagamento de um mês de vencimentos aos funcionários das Secretarias daquelas Casas do Congresso e servidores do Poder Executivo nelas em exercício, no período da convocação extraordinária, 15 de janeiro a 9 de março de 1954.*

Lei n. 2.215 — de 2 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de junho de 1954.

*— Dispõe sobre a revisão do contrato de arrendamento da Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

Lei n. 2.217 — de 5 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954.

# CREDITO ESPECIAL

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 321.348.000,00, para ocorrer ao pagamento dos cruzadores "Saint Louis" e "Philadelphia", adquiridos do Governo dos Estados Unidos da América.*

Lei n. 2.218 — de 5 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 44.000,00, para pagamento da diferença de vencimentos ao oficial administrativo Djalmani Calafange Castelo Branco.*

Lei n. 2.219 — de 7 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1954.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ .. 444.817,70, para pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.*

Lei n. 2.220 — de 7 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 10 de junho de 1954.

*— Concede o auxílio especial de Cr\$ 1.000.000,00 às comemorações do bicentário da Fundação da Paróquia do Triunfo e para conserto geral da histórica Igreja Matriz da cidade do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.223 — de 10 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de junho de 1954.

*— Estabelece um plano de saneamento e aproveitamento econômico da Baixada Santista, no Estado de São Paulo.*

Lei n. 2.234 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 19 de junho de 1954.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Concede o auxílio de Cr\$ ..... 5.000.000,00 para as obras da futura Estação Nacional de Aparecida, no Estado de São Paulo.*

Lei n. 2.228 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1954.

— *Concede a inclusão das Escolas de Engenharia e Faculdade de Arquitetura, do Instituto Mackenzie, de São Paulo, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n. 2.230 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, para atender às despesas de financiamento de uma rede nacional de matoadouros industriais nas zonas produtoras, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 1.163, de 2 de agosto de 1950, e dá outras providências.*

Lei n. 2.231 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1954.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para auxiliar às despesas com a realização do V Congresso Nacional de Jornalistas.*

Lei n. 2.235 — de 18 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de junho de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para auxiliar a construção do Hospital do Radialista.*

Lei n. 2.236 — de 18 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de junho de 1954.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 500.000,00, para ocorrer a despesas com a instalação da Casa Euclidian, em São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.*

Lei n. 2.240 — de 22 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 28 de junho de 1954.

— *Concede o auxílio de Cr\$ ..... 5.000.000,00 à Fundação Sorocaba.*

Lei n. 2.243 — de 22 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 28 de junho de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 139.025,10, para pagamento da gratificação adicional a servidores daquele Ministério.*

Lei n. 2.245 — de 24 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 28 de junho de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 44.887.800,00 para atender às despesas com a execução da primeira etapa do plano de assistência econômica e social aos pescadores dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.*

Lei n. 2.246 — de 24 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 28 de junho de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 250.000,00, destinado a auxiliar o Ballet da Juventude.*

Lei n. 2.248 — de 26 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

**CREDITO ESPECIAL**

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 5.000.000,00, das subvenções devidas, respectivamente, ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá, Minas Gerais, e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo.

Decreto n. 35.329 — de 6 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1954.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 677.862,30, para pagamento de gratificação de magistério.

Decreto n. 35.343 — de 8 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.300.000,00, para atender às despesas com a Reunião Parcial da Conferência Mundial de Energia.

Decreto n. 35.349 — de 8 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 33.172.000,00, para atender às despesas com a execução da Lei n.º 2.188, de 3 de março de 1954.

Decreto n. 35.357 — de 9 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 7.200,00, para pagamento de gratificação de magistério à professora Maria das Dores Pais de Barros Ferrari.

Decreto n. 35.374 — de 13 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1954.

**CREDITO ESPECIAL**

Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 destinado ao combate do câncer em todo o país.

Decreto n. 35.408 — de 28 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1954.

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 15.101,70, para atender às despesas a que se refere a Lei n.º 2.117, de 27 de novembro de 1953.

Decreto n. 35.432 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Associação Rural de São Joaquim, pela realização de exposição regional agropecuária.

Decreto n. 35.451 — de 3 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1954.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 120.000,00, para o fim que indica.

Decreto n. 35.457 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1954.

— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 5.000,00 para o fim que especifica.

Decreto n. 35.484 — de 10 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 18.960,00 para o fim que especifica.

Decreto n. 35.485 — de 10 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

## CRÉDITO ESPECIAL

*Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.697.600,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 35.436 — de 12 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

Retificado no D. O. de 19 e 20 de maio de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros), para pagamento de auxílio ao Hospital Virgílio Pereira, de Barreiro, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.534 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 7.200,00, para atender às despesas com pagamento de gratificação de magistério.*

Decreto n. 35.554 — de 25 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1954.

— *Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 843.146,10, para pagamento de requisições militares feitas pela extinta Comissão Central de Requisições.*

Decreto n. 35.578 — de 27 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para o fim que especifica.*

Decreto n. 35.580 — de 28 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

## CRÉDITO ESPECIAL

*Abre, no Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 6.508.289,30 destinado a ocorrer à despesa com o pagamento dos servidores de Southern Brazil Lumber and Colonization Co., transferidos para esse Ministério.*

Decreto n. 35.581 — de 31 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à subscrição, pelo Tesouro Nacional de ações da Companhia Nacional de Seguro Agrícola que é o Poder Executivo autorizado a organizar, na conformidade da Lei n.º 2.168, de 11 de janeiro de 1954.*

Decreto n. 35.582 — de 31 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1954.

— *Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 81.672,00 para atender ao pagamento, por exercícios findos, de pessoal da Justiça Militar.*

Decreto n. 35.592 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1954.

— *Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 76.422,40, para atender ao pagamento, por exercícios findos, de pessoal das Auditorias da Justiça Militar.*

Decreto n. 35.593 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1954.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para atender às despesas com a realização do V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, no ano de 1952.*

Decreto n. 35.596 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1954.



## CRÉDITO ESPECIAL

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 300.000.000,00, destinado ao pagamento, em apólices, da quota de responsabilidade da União nas dividas dos criadores e recriadores de gado bovino.

Decreto n. 35.608 — de 3 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1954.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de ..... Cr\$ 600.000,00, para regularização das despesas decorrentes da realização, no Brasil, do Seminário Internacional de Serviço Social Rural.

Decreto n. 35.650 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ ..... 491.593.400,00, desenhado a atender às despesas com a integralização do aumento de capital da Companhia Siderúrgica Nacional subscrito pelo Tesouro Nacional.

Decreto n. 35.703 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1954.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de ..... Cr\$ 2.800.030,00 para atender às despesas da confecção dos dois painéis que o Governo Brasileiro ofereceu a sede da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.

Decreto n. 35.738 — de 23 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

## CRIADORES E RECRIADORES DE GADO BOVINO

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00, destinado ao pagamento, de apólices, da quota de responsabilidade da União nas dividas dos criadores e recriadores de gado bovino.

Decreto n. 35.608 — de 3 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de junho de 1954.

## CRISTAL DE ROCHA

Autoriza Cristal do Brasil S. A. a pesquisar cristal de rocha e associados, no município de Chapéu, Estado de Goiás.

Decreto n. 35.675 — de 18 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

## CRISTAL DO BRASIL S. A.

Autoriza Cristal do Brasil S. A. a pesquisar cristal de rocha e associados, no município de Chapéu, Estado de Goiás.

Decreto n. 35.675 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

## CULTURA

Torna público o depósito do Instrumento de aceitação, por parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas da constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, firmado em Londres, a 18 de novembro de 1954.

Decreto n. 35.648 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

## CURSO DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA

Regulamenta a Lei n.º 1.744, de 26 de novembro de 1952.

Decreto n. 35.615 — de 3 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1954.

## CURSOS

Ver: *Faculdades.*

## D

DELEGAÇÃO DE CONTROLE DO  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE  
ESTRADAS DE RODAGEM

*Aprova o Regimento da Delegação de Controle do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.*

Decreto n. 35.324 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1954.

## DELEGACIAS FISCAIS DO TESOURO NACIONAL

*Aprova o Regimento — Padrão das Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional.*

Decreto n. 35.428 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

DEPARTAMENTO DE AGUAS E  
ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Declara de caráter urgente, para os efeitos do art. 15.º do Decreto-lei n.º 3.355, de 21 de junho de 1941 e seu parágrafo único, a desapropriação a que o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, foi autorizado a promover, pelo artigo 2.º do Decreto n.º 32.565, de 9 de abril de 1953.*

Decreto n. 35.364 — de 9 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1954.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS  
TELEGRAFOS

Decreto-legislativo n.º 8 — de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 12 — de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1954.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS  
E TELEGRAFOS

— Decreto-legislativo n.º 17 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 19 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE  
ESTRADAS DE FERRO

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, área de terreno de propriedade de Pedro Isse e Irmão, situada no município de Montenegro, Estado de Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.696 — de 21 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE  
ESTRADAS DE RODAGEM

*Aprova o Regimento da Delegação de Controle do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.*

Decreto n. 35.324 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1954.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE  
OBRAS CONTRA AS SECAS

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Poço do Barro.*

Decreto n. 35.376 — de 13 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1954.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público "Cocorobó", no município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.*

Decreto n. 35.483 — de 10 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público Morrinhos, no município de Poções, Estado da Bahia.*

Decreto n. 35.505 — de 16 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, áreas de terreno necessária à construção do açude público "Boqueirão", no município de Cabaceiras, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 35.549 — de 24 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público Sumé, no município do mesmo nome, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 35.551 — de 24 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1954.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público Saco, no município de Coripós, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 35.553 — de 24 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público Itabaiana, no município de Itabaiana, Estado de Sergipe.*

Decreto n. 35.563 — de 31 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público "Serrinha" no município de Serra Talhada, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 35.734 — de 28 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público Delino, no município de Campo Formoso, Estado da Bahia.*

Decreto n. 35.735 — de 28 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÉCAS

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sécas, área de terreno necessária à construção do açude público "Barreiras", no município de Fronteiras, Estado do Piauí.*

Decreto n. 35.736 — de 28 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sécas, área de terreno necessária à construção do açude público "Cacimbas", município de Simplicio Mendes, Estado do Piauí.*

Decreto n. 35.737 — de 23 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Decreto-legislativo n.º 18 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO ANIMAL

*Altera o item II do art. 3.º e o artigo 34 do Regimento do Departamento Nacional da Produção Animal, aprovado pelo Decreto n.º 25.386, de 19-8-48, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.350 — de 8 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública as áreas de terra compreendidas no plano do aproveitamento de energia hidráulica do rio Calçado, município de São José do Calçado, Estado do Espírito Santo, e autoriza João Ferreira Soares a promover a respectiva desapropriação.*

Decreto n. 34.651 — de 18 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1954.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Rede Ferroviária do Nordeste, área de terreno necessária à construção de um novo depósito de propriedade da referida Rede, em Ribeirão, na linha Sul.*

Decreto n. 35.065 — de 15 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

*— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias ao aproveitamento de energia hidráulica existente no curso d'água denominado Rio Grande, município de Nova Friburgo, autoriza a Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo, a promover as desapropriações.*

Decreto n. 35.352 — de 3 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

*— Declara de caráter urgente, para os efeitos do art. 15 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941 e seu parágrafo único, a desapropriação a que o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo foi autorizado a promover, pelo artigo 2.º do Decreto n.º 32.565, de 6 de abril de 1953.*

Decreto n. 35.364 — de 9 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1954.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul, áreas de terrenos e benfeitorias necessárias à construção da Vila Ferroviária anexa à estação de Cacequi, da referida Estrada.*

Decreto n. 35.368 — de 12 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1954.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Poço do Barro.*

Decreto n. 35.376 — de 13 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1954.

— *Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 35.172, de 9 de março de 1954.*

Decreto n. 35.404 — de 26 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Cororobó", no município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.*

Decreto n. 35.483 — de 10 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Morrinhos, no município de Poções, Estado da Bahia.*

Decreto n. 35.505 — de 15 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, terreno que menciona em Natal (R. N.).*

Decreto n. 35.517 — de 18 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1954.

Reproduzido no D. O. de 16 de junho de 1954.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as áreas de terras situadas no Município de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, destinadas à proteção dos mananciais, as obras de açudagem e captação e à construção da nova adutora Xerém-Juramento.*

Decreto n. 35.536 — de 20 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, áreas de terreno necessária à construção do açude público "Boqueirão", no município de Cabaceiras, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 35.549 — de 24 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Sumé, no município do mesmo nome, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 35.551 — de 24 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil terrenos da Fazenda de Capitão Eduardo, necessários à construção da variante de General Carneiro à Ponte de Bicas, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.552 — de 24 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1954.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Saco, no município de Coripós, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 35.553 — de 24 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1954.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Itabaiana, no município de Itabaiana, Estado de Sergipe.*

Decreto n. 35.583 — de 31 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1954.

*— Declara de utilidade pública a-versus áreas de terras marginais ao Ribeirão de Lajes e seus afluentes, que serão inundadas pelas descargas da usina auxiliar de Lajes, na etapa final do aproveitamento progressivo de Ribeirão de Lajes, e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a promover as desapropriações.*

Decreto n. 35.589 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1954.

*— Declara de utilidade pública as áreas de terras compreendidas no plano de aproveitamento de energia hidráulica existente no Rio Grande entre o município de Ibiraci, distrito do mesmo nome, e o município de Sacramento, distrito de Desemboque, e uma ponte de madeira existente sobre o Rio Grande, entre o município de Delfinópolis, distrito do mesmo nome, e o município de Passos, distrito do mesmo nome, no Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, Sociedade Anônima, com sede nesta Capital, a promover as respectivas desapropriações.*

Decreto n. 35.623 — de 7 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1954.

## DESAPROPRIAÇÕES

*— Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário a serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 35.625 — de 8 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1954.

*— Declara de utilidade pública, para desapropriação, área que menciona necessária à ampliação do aeroporto de Peneas, Alagoas.*

Decreto n. 35.631 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1954.

*— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias as obras relativas à construção da barragem e reservatório de Santa Branca, no rio Paraíba do Sul, e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Limitada, a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 35.633 — de 18 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, área de terreno de propriedade de Pedro Isse e Irmão, situada no município de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.636 — de 21 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, áreas necessárias à construção de um ramal do sistema de oleodutos de Santos a São Paulo.*

Decreto n. 35.733 — de 28 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Serrinha" no município de Serra Talhada, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 35.734 — de 23 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Deljmo, no município de Campo Formoso, Estado da Bahia.*

Decreto n. 35.735 — de 23 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Barreiras", no município de Fronteiras, Estado do Piauí.*

Decreto n. 35.736 — de 23 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Cacimbas", município de Simplicio Mendes, Estado do Piauí.*

Decreto n. 35.737 — de 23 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

## DIA DO BOMBEIRO BRASILEIRO

*Institui o "Dia do Bombeiro Brasileiro" e a "Semana de Prevenção contra Incêndio".*

Decreto n. 35.309 — de 2 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1954.

## DIAMANTES

*Autoriza o cidadão brasileiro Adieú Seul Tibães a pesquisar diamantes, ouro e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.386 — de 14 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1954.

*— Declara sem efeito o Decreto número 24.662, de 30 de setembro de 1953.*

Decreto n. 35.562 — de 25 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1954.

*— Renova o Decreto n.º 30.463, de 23 de janeiro de 1952.*

Decreto n. 35.568 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

## DIATOMITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Martins Fernandes a pesquisar diatomita e associados no município de Ceará Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 35.663 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

## DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E ARTES GRÁFICAS S. A.

Decreto-legislativo n.º 17 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

## DIVISÃO DE INFANTARIA (2.ª)

*Transfere a sede da 2.ª Divisão de Infantaria de Lorena para Duque de Caxias (Quintaúna).*

Decreto n. 35.390 — de 17 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1954.

## DOAÇÕES

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.316 — de 3 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1954.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Paranaguá, Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.323 — de 5 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de abril de 1954.

Reproduzido no D. O. de 5 de maio de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.353 — de 8 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Major Izidoro, no Estado de Alagoas.*

Decreto n. 35.378 — de 14 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 35.406 — de 26 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1954.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos, em Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.475 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1954.

## DOAÇÕES

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.611 — de 3 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um imóvel situado no Município de Medina, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.714 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1954.

## DOLOMITA

*Autoriza a cidadã brasileira Maria de Lourdes França a pesquisar calcário, dolomita e associados, no município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.531 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Ovidio Guerra a pesquisar calcário, dolomita, magnesita e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.564 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1954.

## E

## EDUCAÇÃO

*Torna público o depósito do Instrumento de aceitação, por parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, da constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, firmado em Londres, a 16 de novembro de 1945.*

Decreto n. 35.648 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.



## ELEIÇÕES

*Provê sobre a expedição e utilização de títulos eleitorais.*

Lei n. 2.194 — de 10 de março de 1954.

Retificada no D. O. de 4 de junho de 1954.

## EMPRESA BALNEARIA PONTAL DO SUL S. A.

*Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Paranaguá, Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.323 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1954.

Reproduzido no D. O. de 5 de maio de 1954.

## EMPRESA BRASILEIRA DE CRÔMO LTDA.

*Autoriza a Empresa Brasileira de Crômo Ltda. a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.*

Decreto n. 35.343 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

## EMPRESAS DE AGUA MINERAL AVAI LTDA.

*Concede à Empresa de Agua Mineral Avai Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.723 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

## EMPRESA DE FORÇA E LUZ PERDIZES VITÓRIA

*Transfere à Força e Luz Videira S. A. a concessão outorgada pelo Decreto n.º 13.760, de 27 de outubro de 1943, à Empresa de Força e Luz Perdizes Vitória.*

Decreto n. 35.202 — de 17 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

## EMPRESA DE MINERAÇÃO CAMPO ALEGRE LTDA.

*Concede à Empresa de Mineração Campo Alegre Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.630 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1954.

## EMPRESA DE TRANSPORTES AEROVÍAS BRASIL S. A.

*Outorga concessão à Empresa de Transportes Aerovias Brasil S. A. para instalar mais um transmissor de ondas curtas.*

Decreto n. 35.173 — de 9 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1954.

— *Outorga concessão à Empresa de Transportes Aerovias Brasil S. A. para instalar um transmissor.*

Decreto n. 35.331 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1954.

## EMPRESA LUZ E FORÇA ITA-BAPOANA

*Declara de utilidade pública as áreas de terra compreendidas no plano do aproveitamento de energia hidráulica do rio Calçado, município de São José do Calçado, Estado do Espírito Santo, e autoriza João Ferreira Soares a promover a respectiva desapropriação.*

Decreto n. 34.651 — de 18 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1954.

## EMPRESA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO LIMITADA

*Concede à Empresa Nacional de Navegação Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 35.644 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1954.

**EMPRESAS DE MINERAÇÃO**

Ver o nome das empresas.

**EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO**

*Concede aumento quinquenal para o pessoal das empresas que menciona e dá outras providências.*

Decreto n. 35.449 — de 1 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1954.

— Ver, também, o nome das empresas.

**EMPRESAS ESTRANGEIRAS**

*Regula o processo de pedido de autorização para funcionar, no país, de empresas estrangeiras tendo por objeto a exploração comercial de transporte aéreo, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.514 — de 13 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1954.

**EMPRESAS FERROVIARIAS**

*Concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias, para materiais importados diretamente por empresas ferroviárias do país.*

Lei n. 2.210 — de 31 de maio de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954.

**EMPRESAS TELEGRAFICAS**

*Autoriza o Poder Executivo a ampliar as concessões em vigor para exploração do serviço telegráfico interior, por empresas que possuem cabos submarinos ou subfluviais.*

Lei n. 2.195 — de 31 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 3 de abril de 1954.

**EMPRÉSTIMOS**

*Dispõe sobre financiamentos destinados à colonização nacional, e dá outras providências.*

Lei n. 2.237 — de 19 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de junho de 1954.

— *Institui o Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, dispõe sobre a aplicação das sobretaxas a que se refere a Lei 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.702 — de 23 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de junho de 1954.

— Ver, também, *Financiamentos*.

**ENERGIA ELÉTRICA**

*Outorga a Fernando Moresco concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio do Peixe, entre os subdistritos de Capinzal e Ouro, Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 29.095 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1954.

— *Autoriza a Companhia Melhoramentos do Mossoró S. A. a ampliar suas instalações termo-elétricas.*

Decreto n. 32.029 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de junho de 1954.

— *Transfere à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a concessão atribuída à firma Vergínio Cerutti para produção e distribuição de energia elétrica.*

Decreto n. 33.552 — de 14 de agosto de 1953.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Declara de utilidade pública as áreas de terra compreendidas no plano do aproveitamento de energia hidráulica do rio Calçado, município de São José do Calçado, Estado do Espírito Santo, e autoriza João Ferreira Soares a promover a respectiva desapropriação.*

Decreto n. 34.651 — de 16 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1954.

— *Outorga a Angelo Bozzetto concessão para aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira dos Mouros, no rio Soturno, localizada no distrito de Nova Palma, município de Júlio de Castilhos, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 34.932 — de 27 de janeiro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger, Estado de Mato Grosso concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n. 35.182 — de 11 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

— *Outorga a Antônio Sainatti concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira da Fita Branca, existente no rio Cruzeiro, distrito de Tapirai, município de Piedade, Estado de São Paulo, para uso exclusivo.*

Decreto n. 35.192 — de 13 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1954.

— *Transfere à Força e Luz Videira S. A. a concessão outorgada pelo Decreto n.º 13.760, de 27 de outubro de 1943, à Empresa de Força e Luz Perdigões Vitória.*

Decreto n. 35.202 — de 17 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Transfere à Força e Luz Videira S. A. a concessão outorgada pelo Decreto n.º 10.536, de 33 de setembro de 1942, a João Viana Seuer.*

Decreto n. 35.203 — de 17 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1954.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à firma Moraes & Venturoso.*

Decreto n. 35.235 — de 19 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Limeira a instalar uma usina termoeletrica na cidade de Limeira.*

Decreto n. 35.284 — de 27 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1954.

— *Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 32.973, de 5 de junho de 1953, que autorizou a Fábrica de Rendas, Arp. S. A., a instalar uma usina termo-elétrica na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.285 — de 27 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Reginópolis concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica das corredeiras Batalha, existentes no rio Batalha, a 4 quilômetros da sede do município de Reginópolis, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.307 — de 1 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1954.

— *Transfere à Prefeitura Municipal de Luminárias concessão para produção e distribuição de energia hidro-elétrica.*

Decreto n. 35.327 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Montanhense de Eletricidade.*

Decreto n. 35.334 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1954.

— *Declara de utilidade pública as áreas de terra que a Companhia destinadas a passagem da linha de transmissão de energia elétrica da Light and Power Company Limited.*

Decreto n. 35.351 — de 8 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1954.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias ao aproveitamento de energia hidráulica existente no curso d'água denominado Rio Grande, município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, a promover as desapropriações.*

Decreto n. 35.352 — de 8 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— *Autoriza a Companhia Industrial de Estância S. A., com sede em Estância, Estado de Sergipe, a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 35.362 — de 9 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1954.

— *Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a alterar a tensão de linha de transmissão e a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 35.363 — de 9 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Declara extinta a concessão da Companhia Força e Luz de Resende, para distribuir energia elétrica no município de Resende, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.366 — de 12 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1954.

— *Autoriza Abel Feltrin a instalar uma usina termoeletrica no Distrito de Urubici, município de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 35.367 — de 12 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1954.

— *Autoriza a Knorr & Companhia ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 35.423 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

— *Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 35.424 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

— *Outorga à "Casa França Gomes Ltda." concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Itupava, distrito de Pôrto de Cima, município de Morretes, Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.446 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Surubim concessão para distribuir energia elétrica na sede do município de Surubim, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 35.489 — de 12 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1954.

Retificado no D. O. de 4 de junho de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 35.491 — de 12 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1954.

— *Outorga à Companhia Fabrica de Papel Itajaí S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidraulica da queda Palheiros, existente no rio rio riu riu riu, município de Lages, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 35.511 — de 18 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce concessão para o aproveitamento de energia hidraulica de um trecho do rio Farnas, distrito da sede, município de Guanhaes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.513 — de 18 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1954.

— *Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a instalar uma subestação abastecedora em Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.546 — de 24 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

Retificado no D. O. de 18 de junho de 1954.

— *Autoriza a São Paulo Light & Power Company, Limited, a construir uma linha de transmissão entre a Estação Terminal de Pirituba e a linha de transmissão Anhanguera-Jundiaí, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.547 — de 24 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

Retificado no D. O. de 21 e 22 de junho de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Companhia Matogrossense de Eletricidade a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 35.559 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1954.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Caldense de Eletricidade.*

Decreto n. 35.560 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1954.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 33.609 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

— *Autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a construir uma linha de transmissão de 66 kV entre Itabaiana e Aracaju, declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da referida linha e dá outras providências.*

Decreto n. 35.621 — de 7 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1954.

— *Declara de utilidade pública as áreas de terras compreendidas no plano do aproveitamento de energia hidraulica existente no Rio Grande entre o município de Ibiraci, distrito do mesmo nome, e o município de Sacramento, distrito de Desemboque, e uma ponte de madeira existente sobre o Rio Grande, entre o município de Delfinópolis, distrito do mesmo nome, e o município de Passos, distrito do mesmo nome, no Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, Sociedade Anônima, com sede nesta Capital, a promover as respectivas desapropriações.*

Decreto n. 35.623 — de 7 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Outorga ao Estado do Paraná concessão para distribuir energia elétrica no Município de Curitiba, autoriza a instalar usina termoeletrica, a construir linhas de transmissão e rede de distribuição, e a suprir em alta tensão outros concessionários da região.*

Decreto n. 35.624 — de 7 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1954.

*— Outorga à Prefeitura Municipal de Bomprado concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira de Troia existente no rio Lambari, município de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.685 — de 18 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

*— Outorga concessão à Companhia Siderúrgica Nacional para instalar dois transmissores, sendo um na estação desta Capital e outro na de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.697 — de 21 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

*— Atribui ao Território Federal do Amazonas a incumbência de promover o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da cachoeira do Fartado, existente no rio Araguari, entre os municípios de Amapá e Macapá, no Território Federal do Amapá.*

Decreto n. 35.701 — de 23 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1954.

*— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Hidro Elétrica Vale do São João.*

Decreto n. 35.722 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

## ENERGIA HIDRÁULICA

Ver: Energia Elétrica.

## ENSINO

*Regulamenta a Lei n.º 1.889, de 13 de junho de 1953.*

Decreto n. 35.311 — de 2 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

## ENSINO INDUSTRIAL

*Estende as prerrogativas da equiparação ao Curso que menciona.*

Decreto n. 35.330 — de 6 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1954.

## EQUITATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, mudança de denominação e extensão das operações dos seguros dos ramos elementares da "Egualdade dos Estados Unidos do Brasil".*

Decreto n. 35.354 — de 8 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1954.

## ESCOLAS

*Concede a inclusão das Escolas de Engenharia e Faculdade de Arquitetura, do Instituto Mackenzie, de São Paulo, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n. 2.230 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1954.

*— Concede a inclusão da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n. 2.242 — de 22 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de junho de 1954.

## ESCOLAS

*Regulamenta a Lei n.º 1.323, de 13 de junho de 1953.*

Decreto n. 35.311 — de 2 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

— *Estende as prerrogativas da equiparação ao Curso que menciona.*

Decreto n. 35.320 — de 6 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1954.

— *Dá nova redação ao n.º 4 do Artigo 99 do Regulamento para a Escola de Estado Maior, baixado com o Decreto n.º 10.790, de 9 de novembro de 1942.*

Decreto n. 35.407 — de 26 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1954.

— *Concede reconhecimento ao curso de auxiliar de enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem Santa Catarina.*

Decreto n. 35.583 — de 1 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1954.

— *Introduz alterações no Regulamento para a Escola Militar de Resende (AMAN).*

Decreto n. 35.742 — de 29 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

## ESCRITÓRIO TÉCNICO DE AGRICULTURA

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 14.000.000,00, destinado a atender ao pagamento da contribuição do Brasil para manutenção do Escritório Técnico de Agricultura, órgão executor do Acordo para execução de um programa de cooperação agrícola, firmado entre o Brasil e os Estados Unidos da América.*

Lei n. 2.209 — de 24 de maio de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1954.

## ESCRIVÃO DE POLÍCIA

*Regulamenta a Lei n.º 1.744, de 26 de novembro de 1952.*

Decreto n. 35.615 — de 3 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1954.

## ESCUDO DE ARMAS

*Institui o escudo de armas, o estandarte e o selo para o Colégio Naval.*

Decreto n. 35.512 — de 18 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1954.

Reproduzido no D. O. de 3 de junho de 1954.

## ESPECIALISTAS DE SAÚDE

*Dá nova redação ao art. 16 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 32.850, de 23 de maio de 1953.*

Decreto n. 35.703 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1954.

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Espírito Santo as águas do rio Santa Cruz-Santa Clara-Braço Norte Direito, Braço Norte Direito e Braço Norte Direito, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.461 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1954.

## ESTADO DE GOIÁS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Praia.*

Decreto n. 35.638 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

## ESTADO DE GOIÁS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Furnas.*

Decreto n. 35.660 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1954.

## ESTADO DO MARANHÃO

*Outorga concessão ao Governo do Estado do Maranhão para instalar e fazer funcionar um transmissor de ondas curtas.*

Decreto n. 35.244 — de 23 de março de 1954.

Publicado na D. O. de 12 de abril de 1954.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Cruz, Fundo ou Ponte Alta e Fundo, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.313 — de 2 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do ribeirão Melo.*

Decreto n. 35.444 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Capote.*

Decreto n. 35.488 — de 12 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Braço.*

Decreto n. 35.634 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Braga.*

Decreto n. 35.635 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Saboeiro, Saboeiro e Caricça, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.636 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Três Barras ou Grande.*

Decreto n. 35.661 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1954.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Fortuna.*

Decreto n. 35.695 — de 21 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

## ESTADO DO PARANÁ

Decreto-legislativo n.º 11 — de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1954.

*— Autoriza a transferência de bens do Serviço de Navegação da Bacia do Prata para o Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.613 — de 3 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1954.



## ESTADO DO PARANÁ

*Outorga ao Estado do Paraná concessão para distribuir energia elétrica no Município de Curitiba, autoriza a instalar usina termoeletrica, a construir linhas de transmissão e rede de distribuição, e a suprir em alta tensão outros concessionários da região.*

Decreto n. 35.624 — de 7 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1954.

## ESTADO DE PERNAMBUCO

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Pernambuco, as águas do rio Fortaleza, Fortaleza e Cajueiro, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.314 — de 2 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio São Joaquim, Bemposta e Bemposta, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.305 — de 1 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de abril de 1954.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio São Bento.*

Decreto n. 35.622 — de 7 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1954.

*— Declara pública, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Puitã.*

Decreto n. 35.700 — de 23 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1954.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Paulo, Figueiredo e Figueiredo, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.637 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

## ESTADO DE SÃO PAULO

Decreto-legislativo n.º 14 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

*— Outorga, concessão ao Governo do Estado de São Paulo para instalar um transmissor de ondas curtas.*

Decreto n. 35.239 — de 22 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1954.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Aparição-Paraibuna, Paraibuna e Paraibuna, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.315 — de 2 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Almas.*

Decreto n. 35.445 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

## ESTANDARTES

*Institui o escudo de armas, o estandarte e o selo para o Colégio Naval.*

Decreto n. 35.512 — de 18 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1954.

Reproduzido no D. O. de 3 de junho de 1954.

## ESTATUTO DOS FUNCIONARIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO

*Altera os Decretos ns. 31.922, de 15 de dezembro de 1952 e 33.704, de 31 de agosto de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.693 — de 18 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

## ESTATUTOS

*Ver: o nome da Companhia que os teve alterados ou aprovados:*

## ESTEATITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Turibio Pizarro de Mello a pesquisar esteatita no município de Congonhas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.718 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

## ESTIVA

*Acrescenta novo item ao parágrafo único do art. 285 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o serviço dos trabalhadores na movimentação de mercadorias.*

Lei n. 2.196 — de 1 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de abril de 1954.

## ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil terrenos da Fazenda de Capitão Eduardo, necessários à construção da variante de General Carneiro à Ponte de Bicas, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.552 — de 24 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1954.

## ESTRADA DE FERRO JACUI

*Dispõe sobre a revisão do contrato de arrendamento da Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

Lei n. 2.217 — de 5 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954.

## ESTRADA DE FERRO LEO- POLDINA

*Declara monumento histórico nacional o trecho ferroviário que indica.*

Decreto n. 35.447-A — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1954.

## ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

*Aprova projeto e orçamento para a construção de um prédio destinado ao Arquivo do Tráfego e da Contadoria, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 35.321 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1954.

*— Aprova projetos e orçamentos para a construção de um depósito de locomotivas e 40 casas para residência de empregados, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 35.548 — de 24 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1954.

*— Aprova projeto e orçamento relativos à construção de casas de uma habitação destinadas aos empregados da E. F. Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 35.619 — de 7 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1954.

## ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

*Aprova projeto e orçamento para a construção de uma passagem superior na estação 37 do prolongamento de Porto Esperança a Corumbá, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 35.654 — de 14 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1954.

## ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAÍ

*Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 35.172, de 9 de março de 1954.*

Decreto n. 35.404 — de 26 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1954.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, áreas necessárias à construção de um ramal do sistema de oleodutos de Santos a São Paulo.*

Decreto n. 35.733 — de 28 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

## ESTRADA DE FERRO SÃO LUIZ-TERESINA

*Dispõe sobre a transferência de função da Tabela Numérica de Extranumerários mensalistas da Estrada de Ferro São Luís Teresina para a Tabela Única de Extranumerários mensalistas do Ministério da Saúde e dá outras providências.*

Decreto n. 35.328 — de 6 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1954.

## ESTRANGEIROS

*— Aquisição do domínio útil de terrenos de marinha:*

Ver: *Terrenos de Marinha.*

## EXÉRCITO

*Aumenta o efetivo do Quadro de Oficiais do Exército das armas de Infantaria e Cavalaria.*

Lei n. 2.247 — de 26 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

*— Aprova a 2.ª parte do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército.*

Decreto n. 34.999 — de 2 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. (Supl.) de 23 de maio de 1954.

*— Permite o uso da medalha Marechal Thaumaturgo de Azevedo nos uniformes militares.*

Decreto n. 35.326 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1954.

*— Aprova o novo Regulamento para a Biblioteca do Exército.*

Decreto n. 35.344 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

*— Dá nova redação aos artigos 1.º e 4.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 30.163, de 13 de novembro de 1951, na parte referente ao 4.º uniforme.*

Decreto n. 35.389 — de 17 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1954.

*— Transfere a sede da 2.ª Divisão de Infantaria de Lorena para Duque de Caxias (Quatana).*

Decreto n. 35.390 — de 17 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1954.

*— Dá nova redação ao n.º 4 do Artigo 90 do Regulamento para a Escola de Estado Maior, baixado com o Decreto n.º 10.790, de 9 de novembro de 1942.*

Decreto n. 35.407 — de 26 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1954.

## EXERCITO

*Altera o Decreto n.º 30.955, de 7 de junho de 1952, que dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.*

Decreto n. 35.431 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

*— Dá a denominação de Regimento "Sá Brito" ao atual 4.º Regimento de Cavalaria.*

Decreto n. 35.455 — de 4 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1954.

*— Cria a Comissão Permanente de Comunicações das Forças Armadas e dá outras providências.*

Decreto n. 35.495 — de 13 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

*— Dá nova classificação às localidades de que trata a Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 35.509 — de 17 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

*— Dá nova redação às letras d do item I e e do item II do art. 39 do Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva.*

Decreto n. 35.579 — de 27 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

*— Dá nova redação aos números 20 e 23 e ao Capitulo e Execução dos números 1 a 5 do Quadro B do Regulamento baixado com o Decreto número 8.736, de 10 de fevereiro de 1942.*

Decreto n. 35.652 — de 11 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1954.

## EXERCITO

*Altera o Regulamento da Biblioteca do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 35.344, de 7 de abril de 1954.*

Decreto n. 35.683 — de 17 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1954.

*— Dá nova redação ao art. 18 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 32.850, de 23 de maio de 1953.*

Decreto n. 35.703 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1954.

*— Introduz alterações no Regulamento para a Escola Militar de Resende (AMAN).*

Decreto n. 35.742 — de 29 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

*— Dá nova redação aos arts. 6.º e 30 do Regulamento do Gabinete do Ministro da Guerra e art. 14 do Regulamento da Ordem do Mérito Militar.*

Decreto n. 35.743 — de 29 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

## EXPORTAÇÃO

*Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 30.583, de 21 de fevereiro de 1952, que cria a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.618 — de 4 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

## EXPOSIÇÃO REGIONAL AGRO-PECUÁRIA

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para auxílio à Associação Rural de São Joaquim, pela realização de exposição regional agro-pecuária.*

Decreto n. 35.451 — de 3 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1954.

## F

### FABRICA DE RENDAS ARP S. A.

*Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 32.973, de 5 de junho de 1953, que autorizou a Fábrica de Rendas, Arp, S.A. a instalar uma usina termoeleétrica na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.285 — de 27 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1954.

### FACULDADES

*Concede a inclusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, Estado de São Paulo, na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n. 2.229 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1954.

*— Concede a inclusão das Escolas de Engenharia e Faculdade de Arquitetura, do Instituto Mackenzie, de São Paulo, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n. 2.230 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1954.

*— Concede reconhecimento ao curso da Faculdade de Direito de Sergipe.*

Decreto n. 35.289 — de 30 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1954.

*— Concede autorização para funcionamento de cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Nossa Senhora de Lourdes.*

Decreto n. 35.290 — de 30 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

*— Concede reconhecimento ao Curso de Medicina da Faculdade de Medicina de Sorocaba.*

Decreto n. 35.291 — de 30 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

### FACULDADES

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .... 5.000.000,00, das subvenções devidas, respectivamente, ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá, Minas Gerais, e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo.*

Decreto n. 35.329 — de 6 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1954.

*— Concede autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, matemática, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas e pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém.*

Decreto n. 35.456 — de 4 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

*— Concede autorização para funcionamento dos cursos de ciências econômicas e ciências contábeis e atuariais da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Santo André.*

Decreto n. 35.540 — de 20 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1954.

*— Concede reconhecimento ao curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Curitiba.*

Decreto n. 35.626 — de 8 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

*— Concede autorização para funcionamento do curso de filosofia da Faculdade de Filosofia da Paraíba.*

Decreto n. 35.627 — de 8 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

*— Concede reconhecimento aos cursos de matemática, letras anglo-germânicas e didática da Faculdade Fluminense de Filosofia.*

Decreto n. 35.628 — de 8 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1954.

**FELDSPATO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Olívio Cintra de Andrade a pesquisar feldspato e associados, no município de Itapira, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.529 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1954.

**FERRO**

*Retifica o artigo 1.º do Decreto número 33.982, de 30 de setembro de 1953.*

Decreto n. 35.337 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— *Autoriza a Cia. de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados, no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.604 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

— *Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados, no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.605 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

— *Autoriza a Cia. de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.606 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

**FERTILIZANTES MINAS GERAIS S. A. - FERTISA**

*Concede à Fertilizantes Minas Gerais S. A. - Fertisa, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.335 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1954.

**FINANCIAMENTOS**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, para atender às despesas de financiamento de uma rede nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 1.168, de 2 de agosto de 1950, e dá outras providências.*

Lei n. 2.231 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1954.

— *Dispõe sobre financiamentos destinados à Colonização Nacional, e dá outras providências.*

Lei n. 2.237 — de 19 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de junho de 1954.

— Ver, também, *Empréstimos.*

**FONTES DE ÁGUA MINERAL**

Ver: *Água Mineral.*

**FORÇA E LUZ VIDEIRA S. A.**

*Transfere à Força e Luz Videira S. A. a concessão outorgada pelo Decreto n.º 13.760, de 27 de outubro de 1943, à Empresa de Força e Luz Perdigões Vitória.*

Decreto n. 35.202 — de 17 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

— *Transfere à Força e Luz Videira S. A. a concessão outorgada pelo Decreto n.º 10.536, de 30 de setembro de 1942, a João Viana Seiler.*

Decreto n. 35.203 — de 17 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1954.

**FORÇA NAVAL DO NORDESTE**

*Cria a Medalha "Força Naval do Nordeste" e dá outras providências.*

Decreto n. 35.587 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1954.

Reproduzido no D. O. de 7 de junho de 1954.

## FORÇA NAVAL DO SUL

*Cria a medalha "Força Naval do Sul" e dá outras providências.*

Decreto n. 35.586 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

## FRUTA NACIONAL DOS PETROLEIROS

*Concede aumento quinquenal para o pessoal das empresas que menciona e dá outras providências.*

Decreto n. 35.449 — de 1 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1954.

## FRUTAS CÍTRICAS

— Substância conservadora de:

Ver: Benzoato de Sódio.

## FUNCIONARIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 38.172.000,00, para atender às despesas com a execução da Lei n.º 2.188, de 3 de março de 1954.*

Decreto n. 35.357 — de 9 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— *Aprova a relação das Funções Gratificadas mediante classificação nos símbolos previstos no art. 2.º da Lei n.º 2.188, de 3 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.447 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de maio de 1954.

— *Altera os Decretos ns. 31.922, de 15 de dezembro de 1952 e 33.704, de 31 de agosto de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.690 — de 18 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

## FUNÇÕES DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR

*Altera o Decreto n.º 30.955, de 7 de junho de 1952, que dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.*

Decreto n. 35.431 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

## FUNÇÕES GRATIFICADAS

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 38.172.000,00, para atender às despesas com a execução da Lei n.º 2.188, de 3 de março de 1954.*

Decreto n. 35.357 — de 9 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— *Aprova a relação das Funções Gratificadas mediante classificação nos símbolos previstos no art. 2.º da Lei n.º 2.188, de 3 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.447 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de maio de 1954.

## FUNDAÇÃO RÁDIO MAUÁ

*Outorga concessão à Fundação Rádio Mauá para instalar um transmissor de ondas curtas.*

Decreto n. 35.356 — de 9 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1954.

## FUNDAÇÃO SOROCABA

*Concede o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 à Fundação Sorocaba.*

Lei n. 2.243 — de 22 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 28 de junho de 1954.

## FUNDO DE MELHORAMENTOS

*Dispõe sobre a revisão do contrato de arrendamento da Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

Lei n. 2.217 — de 5 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954.

## FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA LAVOURA NACIONAL

*Institui o Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, dispõe sobre a aplicação das sobretaxas a que se refere a Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953, dá outras providências.*

Decreto n. 35.702 — de 23 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de junho de 1954.

## G

### GIPSITA

*Autoriza o cidadão brasileiro José Carvalho Vianna a pesquisar gipsita e associados, no município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 35.208 — de 17 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Felipe Coelho a pesquisar gipsita no município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 35.382 — de 14 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aldo Rosado Fernandes a lavar gipsita, no município de Paulistana, Estado do Piauí.*

Decreto n. 35.667 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

### GRAFICO

*Suprime cargos extintos.*

(M.J.N.I. — Q.S.)

Decreto n. 35.458 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1954.

## GRANDES MOINHOS DO BRASIL S. A.

Decreto-legislativo n.º 6 — de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

### GRATIFICAÇÃO ADICIONAL

*Altera os Decretos ns. 31.922, de 15 de dezembro de 1952 e 33.704, de 31 de agosto de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.690 — de 18 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

### GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO

— Abertura de Crédito:

Ver: Crédito Especial.

## H

### HOSPITAIS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para auxiliar a construção do Hospital do Radialista.*

Lei n. 2.236 — de 18 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de junho de 1954.

— *Cria cargos no Quadro do Hospital dos Servidores do Estado, do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.*

Decreto n. 35.480 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1954.

### HOSPITAIS

— *Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros), para pagamento de auxílio ao Hospital Virgílio Pereira, de Barreiro, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.534 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1954.



# I

## ITEM WORLD TRADE CORPORATION

Decreto-legislativo n.º 15 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

## IMPORTAÇÃO

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para materiais importados pela Indústria de Azulejos S. A. (IASA).*

Lei n. 2.201 — de 20 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de abril de 1954.

*— Concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, Imposto de consumo e mais taxas alfandegárias, para materiais importados diretamente por empresas ferroviárias do país.*

Lei n. 2.210 — de 31 de maio de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954.

*— Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para uma máquina "Europa 11", adquirida na Alemanha pela Diretoria do Patronato Agrícola Antônio Alves Ramos, sediado em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.222 — de 10 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 18 de junho de 1954.

*— Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para 22 toneladas de mármore de Carrara, destinados à Basílica da Penha em Recife, Estado de Pernambuco.*

Lei n. 2.232 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 19 de junho de 1954.

## IMPORTAÇÃO

*Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um micro-ônibus rural, marca Chevrolet, destinado às Missões Franciscanas do Estado de Alagoas.*

Lei n. 2.233 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 19 de junho de 1954.

*— Dispõe sobre a importação de tetracilato de chumbo e dá outras providências.*

Lei n. 2.249-A — de 29 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de julho de 1954.

## IMPÓSTO DE CONSUMO

*Altera o item I da letra a do art. 3.º da Lei n.º 494, de 26 de novembro de 1948, (Lei do Imposto de Consumo).*

Lei n. 2.239 — de 22 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

## IMPÓSTO DE RENDA

*Altera o Regimento da Divisão do Imposto de Renda.*

Decreto n. 35.728 — de 25 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

## INDÚSTRIAS BRASILEIRAS E ARTIGOS REFRACTÁRIOS "SAIBAR"

*Renova o Decreto n.º 30.492, de 30 de janeiro de 1952.*

Decreto n. 35.412 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1954.

## INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS DE BORRACHA

*Autoriza o Ministério da Agricultura a aceitar a cooperação de empresas industriais de artefatos de borracha para o fomento da produção da borracha de seringa de cultura e dá outras providências.*

Decreto n. 35.371 — de 12 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1954.

# **INDÚSTRIAS DE AZULEJO S. A. (IASA)**

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para materiais importados pela Indústria de Azulejos S. A. (IASA).*

Lei n. 2.201 — de 20 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de abril de 1954.

# **INDÚSTRIAS FLORIANO BIANCHINI S. A.**

*Concede a Indústrias Floriano Bianchini S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.561 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1954.

# **INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (I.B.B.D.)**

*Aprova o Regimento do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.).*

Decreto n. 35.430. — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

# **INSTITUTO DE LEPROLOGIA**

Decreto-legislativo n.º 7 — de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

# **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES DO ESTADO**

*Estende os benefícios do Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, e institui o regime de benefícios de família aos segurados do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE), aos empregados a serviço da Ordem dos Advogados do Brasil.*

Lei n. 2.221 — de 9 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 14 de junho de 1954.

# **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO**

*Cria cargos no Quadro do Hospital dos Servidores do Estado, do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado.*

Decreto n. 35.480 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1954.

# **INSTITUTO ELETROTÉCNICO DE ITAJUBÁ**

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, das subvenções devidas, respectivamente, ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá, Minas Gerais, e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo.*

Decreto n. 35.329 — de 6 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1954.

# **INSTITUTO NACIONAL DO SAL**

*Altera o Quadro Permanente e a Tabela Numérica de Extranumerários-mensuralistas do Instituto Nacional do Sal e dá outras providências.*

Decreto n. 35.542 — de 20 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1954.

# **INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**

*Aprova o Regulamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.*

Decreto n. 35.519 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1954.

Retificado no D. O. de 2 de julho de 1954.

# **INSTITUTO OSWALDO CRUZ**

*Confere título honorário ao professor Henrique Beaurepaire Rohan de Aragão.*

Decreto n. 35.741 — de 29 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

## INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Decreto-legislativo n.º 9 — de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1954.

— *Modifica o art. 22 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944, alterado pela Lei n.º 599-A, de 26 de dezembro de 1948.*

Lei n. 2.249 — de 26 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

— *Concede abono de emergência aos aposentados e pensionistas dos Institutos e Pensões e dá outras providências.*

Lei n. 2.250 — de 30 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

— *Dispõe sobre os Conselhos Fiscais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões.*

Decreto n. 35.312 — de 2 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

Retificado no D. O. de 26 de maio de 1954.

— *Expede o Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadoria e Pensões.*

Decreto n. 35.448 — de 1 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1954.

Reproduzido no D. O. de 5 de maio de 1954.

— *Aprova tabela de salário de classe a que se refere o art. 57 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 35.448, de 1 de maio de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.656 — de 14 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1954.

## INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Revoga disposição do Decreto número 26.061, de 22 de dezembro de 1948.*

Decreto n. 35.727 — de 25 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

## INSTRUÇÕES

*Aprova as Instruções reguladoras do recrutamento de médicos para o Quadro de Oficiais-Médicos da Aeronáutica.*

Decreto n. 35.515 — de 18 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1954.

## INSTRUMENTOS DE ACEITAÇÃO

*Torna público o depósito do Instrumento de aceitação, por parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, da constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, firmado em Londres, a 16 de novembro de 1945.*

Decreto n. 35.648 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

## IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELARIA

Decreto-legislativo n.º 7 — de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

## ISENÇÕES

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para materiais importados pela Indústria de Azulejos S. A. (IASA).*

Lei n. 2.201 — de 20 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de abril de 1954.

## ISENÇÕES

*Concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfândegárias, para materiais importados diretamente por empresas ferroviárias do país.*

Lei n. 2.210 — de 31 de maio de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954.

— *Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para uma máquina "Europa 11", adquirida na Alemanha pela Diretoria do Patronato Agrícola Antônio Alves Ramos, sediado em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.222 — de 10 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 18 de junho de 1954.

— *Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para 22 toneladas de mármore de Carrara, destinado à Basílica da Penha em Recife, Estado de Pernambuco.*

Lei n. 2.232 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 19 de junho de 1954.

— *Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um micro-ônibus rural, marca Chevrolet, destinada às Missões Franciscanas do Estado de Alagoas.*

Lei n. 2.233 — de 14 de janeiro de 1954.

Publicada no D. O. de 19 de junho de 1954.

— *Dispõe sobre financiamentos destinados à colonização nacional, e dá outras providências.*

Lei n. 2.237 — de 19 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de junho de 1954.

## ISENÇÕES

*Altera o item I da letra a do artigo 3.º da Lei n.º 494, de 26 de novembro de 1948 (Lei do imposto de Consumo).*

Lei n. 2.239 — de 22 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

## J

## JEREMIAS FERREIRA &amp; CIA.

*Autoriza a firma Jeremias Ferreira & Cia. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 35.647 — de 10 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

## J. FERREIRA MARQUES

Decreto-legislativo n.º 8 — de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

## J. RUFINO NAVEGAÇÃO LTDA.

*Concede à Sociedade "J. Rufino Navegação Ltda." autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 35.125 — de 27 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1954.

## JUSTIÇA DO TRABALHO

*Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho na parte relativa à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.*

Lei n. 2.244 — de 23 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

— *Estende à cidade Industrial a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte.*

Decreto n. 35.504 — de 15 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1954.

## JUSTIÇA MILITAR

*Modifica o § 2.º do art. 19 do Decreto-lei n.º 925, de 2 de dezembro de 1938 — Código de Justiça Militar.*

Lei n. 2.197 — de 5 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 8 de abril de 1954.

## JUVENTUDE MUSICAL BRASILEIRA

*Declara de utilidade pública a "Juventude Musical Brasileira", com sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.333 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1954.

## K

### KNORR & CIA.

*Autoriza a Knorr & Companhia a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 35.423 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

## L

### LATINAMÉRICA MINÉRIOS E METAIS LTDA. - LAMINMETAL

*Concede à Latinamércia Minérios e Metais Ltda. - Laminmetal autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.419 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1954.

### LAVOURA E MINERAÇÃO SOCIEDADE ANÔNIMA - LAMINERA S. A.

*Concede à Lavoura e Mineração Sociedade Anônima-Laminera S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.296 — de 31 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

## LEI DE ACIDENTES DO TRABALHO

*Modifica o art. 22 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944, alterado pela Lei n.º 599-A, de 26 de dezembro de 1948.*

Lei n. 2.249 — de 26 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

## LEI DO IMPOSTO DO CONSUMO

Ver: Imposto de Consumo.

## LICURI (OURICURI)

*Aprova especificações e tabelas para a classificação e fiscalização de exportação das ceras vegetais carnaúba e licuri (ouricuri), visando à sua padronização e comércio, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.510 — de 17 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1954.

## LITOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

*Concede à Litos Materiais de Construção Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.462 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

## LOIDE BRASILEIRO - P.N.

*Concede aumento quinquenal para o pessoal das empresas que mencionam e dá outras providências.*

Decreto n. 35.449 — de 1 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1954.

## LOTAÇÃO

Ver: o nome do Ministério que a teve alterada.

**LOTERIA FEDERAL**

*Dispõe sobre financiamentos destinados à colonização nacional, e dá outras providências.*

Lei n. 2.237 — de 19 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de junho de 1954.

**M****MAGNESITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro José Ovidio Guerra a pesquisar calcário, dolomita, magnesita e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.564 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1954.

**MANANCIAIS**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as áreas de terras situadas no Município de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, destinadas à proteção dos mananciais, às obras de açudagem e captação e à construção da nova adutora Xerém-Juramento.*

Decreto n. 35.536 — de 20 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1954.

**MANGANÊS**

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 33.982, de 30 de setembro de 1953.*

Decreto n. 35.337 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro José Maria Cotta a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.342 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

**MANGANÊS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Murillo Bibiano Braga e pesquisar minério de manganês e associados no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.411 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Berutto a lavrar minério de manganês, no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.568 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

**MANUEL JOAQUIM DE CARVALHO & CIA. LTDA.**

*Concede à Manuel Joaquim de Carvalho & Companhia Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.422 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

**MAQUINISTA DE ESTRADA DE FERRO**

*Suprime cargos.*

(M.V.O.P. — Q. VI e VII — P.S.)

Decreto n. 35.556 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1954.

**MARINHA**

*Cria a Medalha Naval de Serviços Distintos, e dá outras providências.*

Lei n. 2.225 — de 12 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1954.

## MARINHA

*Dá nova redação aos ns. 20 e 23 e ao Comando e Execução dos números 1 a 5 do Quadro B do Regulamento baixado com o Decreto número 8.736, de 10 de fevereiro de 1942.*

Decreto n. 35.652 — de 11 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1954.

— Ver, também, Armada.

## MARÍTIMOS

*Concede aumento quinquenal para o pessoal das empresas que menciona e dá outras providências.*

Decreto n. 35.449 — de 1 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1954.

## MÁRMORE

*Autoriza o cidadão brasileiro Odon de Sá Cavalcanti a pesquisar mármore e associados no município de Itabaiana, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 35.468 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuel de Matos Júnior a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.525 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Feliciano Baptista Neto a pesquisar mármore, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 35.565 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1954.

## MATERIAIS ESTRATÉGICOS

*Altera a redação do art. 1º do Decreto n.º 30.583, de 21 de fevereiro de 1952, que cria a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.618 — de 4 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

## MEDALHAS

*Cria a Medalha Naval de Serviços Distintos, e dá outras providências.*

Lei n. 2.225 — de 12 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1954.

— *Permite o uso da medalha Marechal Thaumaturgo de Azevedo nos uniformes militares.*

Decreto n. 35.326 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1954.

— *Cria a medalha "Força Naval do Sul", e dá outras providências.*

Decreto n. 35.586 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

— *Cria a Medalha "Força Naval do Nordeste", e dá outras providências.*

Decreto n. 35.587 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1954.

Reproduzido no D. O. de 7 de junho de 1954.

## MICA

*Autoriza a Companhia Brasileira Industrial de Pesquisas e Mineração a pesquisar mica, pedras coradas e associados, no município de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.300 — de 31 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

## MICA

*Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim de Souza a pesquisar mica e associados, no município de Raul Soares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.413 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco dos Reis Villela a pesquisar mica e associados, no município de Além Paraíba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.420 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Joaquim Ribeiro a pesquisar mica e associados no município de Leopoldina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.523 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1954.

— *Autoriza a Companhia Brasileira Industrial de Pesquisas e Mineração a pesquisar mica, pedras coradas e associados no município de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.668 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Ferreira da Fonseca a pesquisar mica e associados no município de Porciúncula, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.717 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

## MILITARES

*Aumento o efetivo do Quadro de Oficiais do Exército das Armas de Infantaria e Cavalaria.*

Lei n. 2.247 — de 26 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

## MILITARES

*Permite o uso da medalha Marechal Thaumaturgo de Azevedo nos uniformes militares.*

Decreto n. 35.326 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1954.

— *Altera o art. 2.º do Decreto número 31.401, de 8 de setembro de 1952.*

Decreto n. 35.427 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

— *Altera o Decreto n.º 30.955, de 7 de junho de 1952, que dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.*

Decreto n. 35.431 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

— *Dá nova interpretação ao artigo 53 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 35.658 — de 15 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1954.

## MINERAÇÃO BONFIM S. A.

*Concede à Mineração Bonfim S.A., sociedade em que se transformou a Mineração Bonfim Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.521 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1954.

## MINERAÇÃO CAOLINITA LIMITADA

*Concede à Mineração Caolinita Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.417 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.



**MINERAÇÃO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA LTDA.**

*Concede à Mineração Nossa Senhora de Fátima Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.679 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1954.

**MINERAÇÃO SERTANEJA S. A.**

*Autoriza a Mineração Sertaneja S. A. a lavrar scheelita no município de Jacurutu, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 35.533 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1954.

**MINISTÉRIO DA AERONAUTICA**

*Incorpora, sem aumento de despesa, a Tabela Mensal Especial de Extracomunicação-Mensalista da Fábrica do Galeão, do Ministério da Aeronáutica, em igual Tabela do Parque de Aeronáutica dos Afonsos, do mesmo Ministério, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.246 — de 24 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

*— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Paranaguá, Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.323 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1954.

Reproduzido no D. O. de 5 de maio de 1954.

*— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Major Izidoro, no Estado de Alagoas.*

Decreto n. 35.378 — de 14 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1954.

**MINISTÉRIO DA AERONAUTICA**

*Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos, em Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.475 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1954.

*— Cria Seções de Pessoal Civil em órgãos do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.*

Decreto n. 35.516 — de 18 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1954.

*— Declara de utilidade pública, para desapropriação, terreno que menciona em Natal (RN).*

Decreto n. 35.517 — de 18 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1954.

Reproduzido no D. O. de 16 de junho de 1954.

*— Aprova o Regulamento do Gabinete do Ministro da Aeronáutica*

Decreto n. 35.545 — de 21 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de maio de 1954.

*— Dispõe sobre a Tabela Numérica de Extracomunicação-mensalistas do Núcleo do Parque de Aeronáutica da Lagoa Santa, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.620 — de 7 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1954.

*— Suprime cargo da lotação permanente da Fábrica do Galeão, do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.651 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

**MINISTÉRIO DA AERONAUTICA**

*Declara de utilidade pública, para desapropriação, área que mencionada, necessária à ampliação do aeroporto de Penedo, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 35.681 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1954.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

Decreto-legislativo n.º 5 — de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 13 — de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1954.

— *Retifica o Decreto n.º 29.210, de 25 de janeiro de 1951, que alterou a Tabela Única de Extranumerários-Mensalistas do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 35.320 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1954.

— *Altera lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 35.359 — de 9 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1954.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 35.360 — de 9 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1954.

— *Altera lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 35.361 — de 9 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1954.

**MINISTÉRIO DA AERONAUTICA**

*Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 35.365 — de 12 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1954.

— *Autoriza o Ministério da Agricultura a aceitar a cooperação de empresas industriais de artejatos de borracha para o fomento da produção da borracha de seringais de cultura e das outras providências.*

Decreto n. 35.371 — de 12 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1954.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 35.405 — de 26 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1954.

— *Altera lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 35.541 — de 20 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1954.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 35.557 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1954.

— **Abertura de Crédito:**

Ver: *Crédito Especial.*

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Decreto-legislativo n.º 4 — de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 11 — de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1954.

— *Altera, com redução de despesa, a Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 35.426 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

— *Altera, com redução de despesa, a Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 35.724 — de 25 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de junho de 1954.

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— Abertura de Crédito:

Ver: *Crédito Especial*.

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Aprova o Regimento do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda (S.P.F.).*

Decreto n. 35.006 — de 5 de fevereiro de 1954.

Retificado no D. O. de 19 de abril de 1954.

— *Altera a Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Fazenda e dá outras providências.*

Decreto n. 35.487 — de 12 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Retifica o Decreto n.º 33.541, de 13 de agosto de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Serviço de Comunicações do Ministério da Fazenda.*

Decreto n. 35.555 — de 26 de maio de 1954.

Publicado no D. D. de 3 de junho de 1954.

— *Altera a lotação do Ministério da Fazenda.*

Decreto n. 35.726 — de 25 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1954.

— *Institui, no Ministério da Fazenda, a Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico.*

Decreto n. 35.729 — de 25 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1954.

# MINISTÉRIO DA FAZENDA

— Abertura de Crédito:

Ver: *Crédito Especial*.

# MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Fábrica do Realengo, do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 35.254 — de 24 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.316 — de 3 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1954.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 35.406 — de 26 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1954.

— *Retifica o Decreto n.º 34.614, de 16 de novembro de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista da Administração do Edifício do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 35.570 — de 27 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1954.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário a serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 35.625 — de 8 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1954.

— *Abertura de Crédito:*

Ver: *Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

*Cria a Série Funcional de Guarda na Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Penitenciária Central do Distrito Federal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 35.631 — de 8 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1954.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Presídio do Distrito Federal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 35.632 — de 8 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1954.

— *Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA MARINHA

*Torna sem efeito o Decreto número 33.010, de 11 de junho de 1953, altera a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Diretoria de Engenharia da Marinha, aprovada pelo Decreto n.º 33.067, de 16 de junho de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.497 — de 13 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

— *Torna sem efeito os Decretos ns. 33.066, de 16 de junho de 1953 e 33.122, de 23 de junho de 1953, altera a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Diretoria de Pessoal da Marinha, aprovada pelo Decreto n.º 33.133, de 24 de junho de 1953 e dá outras providências.*

Decreto n. 35.498 — de 13 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

— *Retifica o Decreto n.º 33.187, de 26 de junho de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Conselho do Almirantado do Ministério da Marinha e dá outras providências.*

Decreto n. 35.499 — de 13 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

— *Modifica os artigos 2.º e 3.º do Decreto n.º 33.198, de 29 de junho de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Serviço Geral do Edifício do Ministério da Marinha.*

Decreto n. 35.500 — de 13 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

— *Retifica o Decreto n.º 33.287, de 14 de julho de 1953, que dispôs sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Departamento de Assistência Social do Ministério da Marinha e dá outras providências.*

Decreto n. 35.501 — de 13 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

— *Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.*

# MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Autoriza o Ministério das Relações Exteriores a proceder entendimentos relativos aos Tratado de Paz e Convênio firmados com a Itália, em 10 de fevereiro de 1947 e 8 de outubro de 1949.*

Decreto n. 35.454 — de 3 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1954.

— Abertura de Crédito — Ver: *Crédito Especial*.

# MINISTÉRIO DA SAÚDE

Decreto-legislativo n.º 7 — de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

— Dispõe sobre a transferência de função da Tabela Numérica de Extranumerários-mensalistas da Secretaria de Ferro São Luiz-Terezina para a Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Saúde e dá outras providências.

Decreto n. 35.328 — de 6 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1954.

— Dispõe sobre a Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Saúde.

Decreto n. 35.684 — de 17 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1954.

— Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Saúde, e dá outras providências.

Decreto n. 35.694 — de 21 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de junho de 1954.

— Abertura de Crédito — Ver: *Crédito Especial*.

# MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.353 — de 8 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 35.611 — de 3 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1954.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um imóvel situado no Município de Medina, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 35.714 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1954.

— Abertura de Crédito — Ver: *Crédito Especial*.

# MISSÕES FRANCISCANAS

*Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um micro-ônibus rural, marca Chevrolet, destinada às Missões Franciscanas do Estado de Alagoas.*

Lei n. 2.233 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 19 de junho de 1954.

# MONTEPIO

*Releva de prescrição o direito dos herdeiros de Manoel Pio Corrêa à percepção do respectivo montepio.*

Lei n. 2.211 — de 31 de maio de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954.

**MONUMENTOS HISTÓRICOS**

*Declara monumento histórico nacional o trecho ferroviário que indica.*

Decreto n. 35.447-A — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1954.

**MORAIS & VENTUROSO**

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a firma Moraes & Venturoso.*

Decreto n. 35.235 — de 19 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

**MUSEUS**

*Cria, em Diamantina, Estado de Minas Gerais, o Museu do Diamante e a Biblioteca Antônio Tórres, e dá outras providências.*

Lei n. 2.200 — de 12 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 14 de abril de 1954.

**N****NAVEGAÇÃO CONCEIÇÃO DA BARRA LTDA.**

*Concede à sociedade "Navegação Conceição da Barra Ltda." autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 35.279 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1954.

**NAVEGAÇÃO PRINCESA DO JACUI LIMITADA**

*Concede à sociedade "Navegação Princesa do Jacui Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 35.502 — de 13 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1954.

**NAVEGAÇÃO PROGRESSO LIMITADA**

*Concede à sociedade "Navegação Progresso Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 35.442 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1954.

**NETO & CIA. LTDA.**

*Concede a Neto & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.257 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1954.

**O****OBRIGAÇÕES DE GUERRA**

*Dispõe sobre a substituição de comprovantes de contribuição para subscrição compulsória de Obrigações de Guerra, com base no Imposto de Renda.*

Lei n. 2.214 — de 2 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de junho de 1954.

**OBRIGATORIEDADE DE VÔO**

*Altera o art. 2.º do Decreto número 31.401, de 8 de setembro de 1952.*

Decreto n. 35.427 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

**OCRE**

*Renova o Decreto n.º 30.535, de 14 de fevereiro de 1952.*

Decreto n. 35.597 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1954.

**OFICIAIS MÉDICOS**

*Aprova as Instruções reguladoras do recrutamento de médicos para o Quadro de Oficiais-Médicos da Aeronáutica.*

Decreto n. 35.515 — de 18 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1954.

## OPERAÇÕES DE SEGURO AGRÁRIO

Ver: Seguro Agrário.

## ORÇAMENTOS

*Aprova novo orçamento para a construção da ponte rodó-ferroviária sobre o rio São Francisco, entre Propriá e Colégio.*

Decreto n. 35.429 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

## ORDEM DO MÉRITO MILITAR

*Dá nova redação aos arts. 6.º e 30, do Regulamento do Gabinete do Ministro da Guerra e art. 14 do Regulamento da Ordem do Mérito Militar.*

Decreto n. 35.743 — de 29 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

*Estende os benefícios do Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, e institui o regime de benefícios de família aos segurados do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE), aos empregados a serviço da Ordem dos Advogados do Brasil.*

Lei n. 2.221 — de 9 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 14 de junho de 1954.

## ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

*Torna público o depósito do Instrumento de aceitação, por parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, da constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, firmado em Londres, a 18 de novembro de 1945.*

Decreto n. 35.648 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

## OURICURI (LICURÍ)

*Aprova especificações e tabelas para a classificação e fiscalização de exportação das ceras vegetais carnaúba e licuri (ouricuri), visando à sua padronização e comércio, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.510 — de 17 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1954.

## OURO

*Autoriza o cidadão brasileiro José Frederico de Souza Martins a pesquisar cassiterita, minério de ouro e associados no município de Rezende Costa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.299 — de 31 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

*— Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar ouro aluvionar e associados no município de Niquelândia, Estado de Goiás.*

Decreto n. 35.302 — de 1 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Adieu Seul Tibães a pesquisar diamantes, ouro e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.386 — de 14 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Heinelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minério de ouro e associados, no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.532 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1954.

**OURO**

*Autoriza o cidadão brasileiro José Barbosa de Amorim a pesquisar minérios de ouro, de platina e associados, no município de Niquelândia, Estado de Goiás.*

Decreto n. 35.716 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

**P****PANAIR DO BRASIL S. A.**

*Outorga concessão à empresa Panair do Brasil S. A. para instalar em sua estação radiotelegráfica de Parnaíba, Estado do Piauí, um novo transmissor, em substituição a outro ali existente.*

Decreto n. 35.332 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1954.

**PATRONATO AGRÍCOLA ALVES RAMOS**

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para uma máquina "Europa 11", adquirida na Alemanha pela Diretoria do Patronato Agrícola Antônio Alves Ramos, sediado em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.222 — de 10 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 18 de junho de 1954.

**PECUARIA**

*Regulamenta as operações de seguro agrário.*

Decreto n. 35.370 — de 12 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1954.

*— Dispõe sobre a Companhia Nacional de Seguro Agrícola, aprova os seus estatutos e dá outras providências.*

Decreto n. 35.409 — de 28 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1954.

**PECUARIA**

*Institui o Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, dispõe sobre a aplicação das sobretaxas a que se refere a Lei número 2.145, de 23 de dezembro de 1953, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.702 — de 23 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de junho de 1954.

**PEDRAS CORADAS**

*Autoriza a Companhia Brasileira Industrial de Pesquisas e Mineração a pesquisar mica, pedras coradas e associados, no município de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.300 — de 31 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

*— Autoriza a Companhia Brasileira Industrial de Pesquisas e Mineração a pesquisar mica, pedras coradas e associados no município de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.668 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

**PEDRAS PRECIOSAS**

*Revoga o Decreto n.º 22.184, de 26 de novembro de 1946.*

Decreto n. 35.609 — de 3 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1954.

*— Autoriza Nacim Gabriel Arida a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 35.633 — de 9 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

*— Autoriza Judal Martins de Siqueira a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 35.645 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.



## PEDRAS PRECIOSAS

*Autoriza a firma Jeremias Ferreira & Cia. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 35.647 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

## PEDRO & LEITE LTDA.

*Concede a Pedro & Leite Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.258 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— *Retifica o Decreto n.º 35.258, de 25 de março de 1954.*

Decreto n. 35.520 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1954.

## PENSÕES

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 3.300,00 mensais à viúva de Aureliano Silveira, ex-agente do Imposto de Consumo.*

Lei n. 2.203 — de 23 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de abril de 1954.

— *Releva de prescrição o direito dos herdeiros de Manoel Pio Corrêa à percepção do respectivo montepio.*

Lei n. 2.211 — de 31 de maio de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954.

— *Concede a pensão especial de .... Cr\$ 1.758,70 mensais a Guomar Medeiros de Figueiredo, Mechtildes Moura de Figueiredo, Amaury Medeiros de Figueiredo e Cláudia Medeiros de Figueiredo, viúva e filhos do agrônomo Amaury Poggi de Figueiredo.*

Lei n. 2.225 — de 12 de junho de 1954.

Publicada no D.O. de 16 de junho de 1954.

## PENSÕES

*Concede a pensão especial de ... Cr\$ 4.000,00 a Oda Brisabel de Queiroz.*

Lei n. 2.224 — de 10 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 18 de junho de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.697.600,00 para o fim que especifica.*

Decreto n. 35.486 — de 12 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

Retificado no D. O. de 19 e 20 de maio de 1954.

## PEREIRA JUNIOR & CIA.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 6.127.612,90, para pagamento devido às firmas Pereira Junior & Cia. Ltda. e Cereais Santos Martins Limitada.*

Lei n. 2.208 — de 24 de maio de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de maio de 1954.

## PESCADORES

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 44.837.800,00 para atender às despesas com a execução da primeira etapa do plano de assistência econômica e social aos pescadores dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.*

Lei n.º 2.246 — de 24 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de junho de 1954.

## PESQUISA

*Ver: a denominação do elemento pesquisado.*

## PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. - PETROBRAS

*Aprova a constituição da Petróleo Brasileiro S. A. - "Petrobrás".*

Decreto n. 35.308 — de 2 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de abril de 1954.

Reproduzido no D. O. de 5 de abril de 1954.

## PLANO DE SANEAMENTO DA BAIXADA SANTISTA

*Estabelece um plano de saneamento e aproveitamento econômico da Baixada Santista, no Estado de São Paulo.*

Lei n. 2.234 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 19 de junho de 1954.

## PLANO DE UNIFORMES

*Dá nova redação aos arts. 1.º e 4.º, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 39.163, de 13 de novembro de 1951, na parte referente ao 4.º uniforme.*

Decreto n. 35.389 — de 17 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1954.

## PLANO SALTE

*Altera o Plano Salte e dispõe sobre sua execução.*

Lei n. 2.227 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1954.

## PLATINA

*Autoriza o cidadão brasileiro José Barbosa de Amorim a pesquisar minérios de ouro, de platina e associados, no município de Niquelândia, Estado de Goiás.*

Decreto n. 35.716 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

## PODER JUDICIÁRIO

— Abertura de Crédito:

Ver: Crédito Especial.

## PONTES RODOVIÁRIAS

*Aprova novo orçamento para a construção da ponte rodoviária sobre o rio São Francisco, entre Propriá e Colégio.*

Decreto n. 35.429 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

## PORCELANA REAL S. A.

*Autoriza Porcelana Real S. A. a lavrar caulim no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.598 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1954.

## PREFEITURAS

*Outorga à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger, Estado de Mato Grosso, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n. 35.182 — de 11 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Limeira a instalar uma usina termoeletrica na cidade de Limeira.*

Decreto n. 35.284 — de 27 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Reginópolis concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica das corredeiras Batalha existentes no rio Batalha, a 4 quilômetros da sede do município de Reginópolis, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.307 — de 1 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1954.

## PREFEITURAS

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.316 — de 3 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de abril de 1954.

— *Transfere à Prefeitura Municipal de Luminárias concessão para produção e distribuição de energia hidroeétrica.*

Decreto n. 35.327 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.353 — de 8 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Major Izidoro, no Estado de Alagoas.*

Decreto n. 35.378 — de 14 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 35.406 — de 26 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Surubim concessão para distribuir energia elétrica na sede do município de Surubim, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 35.489 — de 12 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1954.

Retificado no D. O. de 4 de junho de 1954.

## PREFEITURAS

*Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 35.491 — de 12 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as áreas de terras situadas no Município de Coxias, Estado do Rio de Janeiro, destinadas à proteção dos mananciais, às obras de açudagem e captação e à construção da nova adutora Xerém-Juramento.*

Decreto n. 35.536 — de 20 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1954.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 33.609 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.611 — de 3 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de junho de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Poço Preto, concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira de Tróia, existente no rio Lambari, município de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.685 — de 18 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

## PREMIOS

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .... 130.000,00, para o fim que indica.*

Decreto n. 35.457 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1954.

**PREMIOS LOTÉRICOS**

*Dispõe sobre financiamentos destinados à colonização nacional, e da outras providências.*

Lei n. 2.237 — de 19 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de junho de 1954.

**PRESCRIÇÃO**

*Releva de prescrição o direito dos herdeiros de Manoel Pio Corrêa à percepção do respectivo montepio.*

Lei n. 2.211 — de 31 de maio de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954.

— *Dispõe sobre a substituição de comprovantes de contribuição para subscricção compulsória de Obrigações de Guerra, com base no Imposto de Renda.*

Lei n. 2.214 — de 2 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de junho de 1954.

**PRESIDENTE DO CONSELHO PENITENCIÁRIO**

*Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço público, para efeito de aposentadoria, ao Dr. José Gabriel de Lemos Brito.*

Lei n. 2.216 — de 5 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954.

**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

*Expede o Regulamento Geral dos Instituto de Aposentadoria e Pensões.*

Decreto n. 35.448 — de 1 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1954.

Reproduzido no D. O. de 5 de maio de 1954.

**PROJETOS E ORÇAMENTOS**

*Aprova projeto e orçamento para a construção de um prédio destinado ao Arquivo do Tráfego e da Contadoria, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 35.321 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1954.

— *Aprova projetos e orçamentos para a construção de um depósito de locomotivas e de 49 casas para residência de empregados, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 35.548 — de 24 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1954.

— *Aprova projeto e orçamento relativos à construção de casas de uma habitação destinadas aos empregados da E. F. Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 35.619 — de 7 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1954.

— *Aprova projeto e orçamento para a construção de uma passagem superior na estação 37 do prolongamento de Porto Esperança a Corumbá, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n. 35.654 — de 14 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1954.

**PROMOÇÕES**

*Dá nova redação ao art. 16 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 32.850, de 23 de maio de 1953.*

Decreto n. 35.703 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1954.

**PROVIMENTOS DE CARGOS**

*Ver: a denominação do cargo.*

**Q**

**QUADRO EXTRAORDINÁRIO DE MENSALISTAS**

Ver: o órgão a que pertence.

**QUARTEITO**

*Autoriza o cidadão brasileiro José de Carvalho a pesquisar quartzeito e associados, no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.530 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1954.

*Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Codeço Osório a pesquisar quartzo, no município de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.339 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Emmanuel Machado Lopes, Gúberio Quadros de Andrade e Hermano Quadros de Andrade a pesquisar quartzo e associados no município de São João do Paraíso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.720 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

**R**

**RADIALISTAS**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para auxiliar a construção do Hospital do Radialista.*

Lei n. 2.236 — de 18 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de junho de 1954.

**RADIO CABUGI LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Cabugi Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 35.478 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de maio de 1954.

**RADIO CLUBE PARANAENSE LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Clube Paranaense Limitada para utilizar, a título precário e pelo prazo de oito meses, um transmissor de ondas curtas de 7,5 kw.*

Decreto n. 35.476 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1954.

**RADIO CLUBE PONTAGROSSENSE**

*Autoriza a Rede Paranaense de Emissoras S. A. a adotar a denominação de Rádio Clube Pontagrossense para sua estação radiodifusora em Ponta Grossa.*

Decreto n. 35.595 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1954.

**RÁDIO POTI S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Poti S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 35.496 — de 13 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

**RÁDIO RIBAMAR LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Ribamar Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 35.286 — de 30 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de abril de 1954.

**RÁDIO RIBEIRÃO PRÊTO  
LIMITADA**

*Outorga concessão a Rádio Ribeirão Preto Limitada para instalar uma estação radiodifusora em ondas tropicais.*

Decreto n. 35.372 — de 13 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1954.

**RÁDIO DIFUSÃO**

*Ver: O nome da empresa concessionária.*

**REAL S. A. TRANSPORTES  
AERÉOS**

Decreto-legislativo n.º 10 — de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1954.

**RÉDE DE VIAÇÃO FÉRREA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

*Dispõe sobre a revisão do contrato de arrendamento da Réde de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

Lei n. 2.217 — de 5 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de junho de 1954.

**RÉDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Réde Ferroviária do Nordeste, área de terreno necessária à construção de um novo depósito de propriedade da referida Réde, em Ribeirão, na linha Sul.*

Decreto n. 35.065 — de 15 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

**RÉDE NACIONAL DE MATADOUROS INDUSTRIAIS**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, para atender às despesas de financiamento de uma rede nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 1.168, de 2 de agosto de 1950, e dá outras providências.*

Lei n. 2.231 — de 14 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1954.

**RÉDE PARANAENSE DE EMISSORAS S. A.**

*Autoriza a Réde Paranaense de Emissoras S. A. a adotar a denominação de Rádio Clube Pontagrossense para sua estação radiodifusora em Ponta Grossa.*

Decreto n. 35.595 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1954.

*— Outorga concessão à Réde Paranaense de Emissoras S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de Timoneira, Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.655 — de 14 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

**REGIMENTO SA BRITO**

*Dá a denominação de Regimento "Sá Britto" ao atual 4.º Regimento de Cavalaria.*

Decreto n. 35.455 — de 4 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1954.

**REGIMENTOS**

*Aprova o Regimento do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda (S.P.F.).*

Decreto n. 35.006 — de 5 de fevereiro de 1954.

Retificação no D. O. de 19 de abril de 1954.

# REGIMENTOS

*Aprova o Regimento da Delegação de Contrôlo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.*

Decreto n. 35.324 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1954.

— *Aprova o Regimento do Conselho Rodoviário Nacional.*

Decreto n. 35.325 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1954.

— *Aprova o Regimento do Conselho Nacional da Saúde.*

Decreto n. 35.347 — de 8 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1954.

— *Altera o item II do artigo 3.º e o art. 84 do Regimento do Departamento Nacional da Produção Animal, aprovado pelo Decreto n.º 25.386, de 19-8-48 e dá outras providências.*

Decreto n. 35.359 — de 8 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— *Aprova o Regimento da Contadoria Geral da República.*

Decreto n. 35.403 — de 20 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1954.

— *Aprova o Regimento — Padrão das Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional.*

Decreto n. 35.423 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

— *Aprova o Regimento do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.).*

Decreto n. 35.430 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

# REGIMENTOS

*Altera o Regimento da Divisão do Imposto de Renda.*

Decreto n. 35.723 — de 25 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

# REGULAMENTOS

*Aprova e manda executar o Regulamento de Uniformes para a Marinha do Brasil.*

Decreto n. 34.868 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. (Supl.) — de 7 de abril de 1954.

— *Aprova a 2.ª Parte do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército.*

Decreto n. 34.999 — de 2 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. (Supl.) de 28 de maio de 1954.

— *Regulamenta a Lei n.º 1.389, de 13 de junho de 1953.*

Decreto n. 35.311 — de 2 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

— *Aprova o novo Regulamento para a Biblioteca do Exército.*

Decreto n. 35.344 — de 7 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— *Regulamenta as operações de seguro agrário.*

Decreto n. 35.370 — de 12 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1954.

— *Dá nova redação aos artigos 1.º e 4.º, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 30.163, de 13 de novembro de 1951, na parte referente ao 4.º uniforme.*

Decreto n. 35.389 — de 17 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1954.

## REGULAMENTOS

*Dá nova redacção ao n.º 4 do Artigo 9º do Regulamento para a Escola de Instrução Aérea baseada com o Decreto n.º 19.790, de 9 de novembro de 1942.*

Decreto n. 35.407 — de 26 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1954.

— *Expede o Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadoria e Pensões.*

Decreto n. 35.448 — de 1 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1954.

Reproduzido no D. O. de 5 de maio de 1954.

— *Altera dispositivo do Regulamento para a Reserva da Aeronautica.*

Decreto n. 35.474 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1954.

— *Aprova o Regulamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.*

Decreto n. 35.519 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de maio de 1954.

Retificado no D. O. de 2 de julho de 1954.

— *Aprova o Regulamento do Gabinete do Ministro da Aeronautica.*

Decreto n. 35.545 — de 21 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de maio de 1954.

— *Dá nova redacção às letras d do item I e e do item II do Art. 39 do Regulamento para os Centros de Preparação de Officiais da Reserva.*

Decreto n. 35.579 — de 27 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

## REGULAMENTOS

*Regulamenta a Lei n.º 1.744, de 26 de novembro de 1952.*

Decreto n. 35.615 — de 3 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1954.

— *Dá nova redacção aos ns. 20 e 23 e ao Comando e Execução dos números 1 a 5 do Quadro B do Regulamento baseado com o Decreto n.º 8.736, de 10 de fevereiro de 1942.*

Decreto n. 35.652 — de 11 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1954.

— *Aprova tabela de salário de classe a que se refere o art. 57 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 35.448, de 1 de maio de 1954 e dá outras providências.*

Decreto n. 35.656 — de 14 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1954.

— *Altera os arts. 8.º, 21 e 23 do Regulamento do Serviço de Intendência da Aeronautica.*

Decreto n. 35.659 — de 15 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1954.

— *Altera o Regulamento da Biblioteca do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 35.344, de 7 de abril de 1954.*

Decreto n. 35.683 — de 17 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1954.

— *Dá nova redacção ao art. 16 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 32.850, de 23 de maio de 1953.*

Decreto n. 35.703 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1954.



## REGULAMENTOS

*Suspende, até ulterior deliberação, a execução do disposto no artigo 18 do Regulamento baixado com o Decreto n.º 24.427, de 19 de junho de 1953.*

Decreto n. 35.730 — de 25 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

— *Introduz alterações no Regulamento para a Escola Militar de Resende (AMAN).*

Decreto n. 35.742 — de 29 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

— *Dá nova redação aos arts. 6.º e 30 do Regulamento do Gabinete do Ministro da Guerra e art. 14 do Regulamento da Ordem do Mérito Militar.*

Decreto n. 35.743 — de 29 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

## REPRESSÃO AO CONTRABANDO

Ver: *Contrabando.*

## REQUISIÇÕES MILITARES

*Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 843.146,10, para pagamento de requisições militares feitas pela extinta Comissão Central de Requisições.*

Decreto n. 35.578 — de 27 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

## RESERVA DA AERONAUTICA

*Altera dispositivo do Regulamento para a Reserva da Aeronautica.*

Decreto n. 35.474 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de maio de 1954.

## S

### SALARIO MINIMO

*Altera a tabela de salário mínimo e dá outras providências.*

Decreto n. 35.450 — de 1 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de maio de 1954.

Retificado no D. O. de 13 de maio de 1954.

### SALVAGUARDA DA VIDA HUMANA NO MAR

*Torna público que o Governo da Grécia denunciou a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.*

Decreto n. 35.649 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

— *Torna público que os Governos de dezenove países denunciaram a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.*

Decreto n. 35.693 — de 23 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1954.

### SÃO JOÃO DEL REI, INDÚSTRIAS DE MINÉRIOS LTDA.

*Concede à São João del Rei, Indústrias de Minérios Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.418 — de 29 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

### SÃO PAULO LIGHT AND POWER COMPANY LIMITED

*Declara de utilidade pública as áreas de terra que discrimina, destinadas a concessão da linha de transmissão da São Paulo Light and Power Company Limited.*

Decreto n. 35.351 — de 8 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1954.

# SAO PAULO LIGHT AND POWER COMPANY, LIMITED

*Autoriza a São Paulo Light & Power Company, Limited, a construir uma linha de transmissão entre a Estação Terminal de Pirituba e a linha de transmissão Anhanguera-Jundiaí, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.547 — de 24 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1954.

Retificado no D. O. de 21 e 22 de junho de 1954.

## S. B. CABRAL & CIA.

*Concede à S. B. Cabral & Cia. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.522 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1954.

## SHEELITA

*Autoriza os cidadãos brasileiros Moacir Duarte Pereira e Firmino de Carvalho Vilela a pesquisar scheelita no município de Caico, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 35.384 — de 14 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1954.

*Autoriza os cidadãos brasileiros Sival Duarte Pereira, Antonio Koepfer e Henri Oscar Pavrat a pesquisar scheelita no município de Jucurutu, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 35.387 — de 14 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1954.

*Autoriza a Mineração Sertaneja S. A. a lavar scheelita no município de Jucurutu, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 35.533 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de maio de 1954.

## SHEELITA

*Autoriza o cidadão brasileiro João de Orleans e Bragança a pesquisar scheelita e associados no município de Santa Luzia, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 35.673 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1954.

## SEGURADORA MINEIRA S. A.

*Concede à "Seguradora Mineira S. A." autorização para funcionar e aprova seus Estatutos.*

Decreto n. 35.539 — de 20 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1954.

## SEGURO AGRICOLA

*Regulamenta as operações de seguro agrário.*

Decreto n. 35.370 — de 12 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1954.

*Dispõe sobre a Companhia Nacional de Seguro Agrícola, aprova os seus estatutos e dá outras providências.*

Decreto n. 35.409 — de 28 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1954.

*Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à subscrição, pelo Tesouro Nacional de ações da Companhia Nacional de Seguro Agrícola que é o Poder Executivo autorizado a organizar, na conformidade da lei n.º 2.168, de 11 de janeiro de 1954.*

Decreto n. 35.582 — de 31 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1954.

## SEGUROS

Ver: o nome da Companhia.

# SEMANA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO

*Institui o "Dia do Bombeiro Brasileiro" e a "Semana de Prevenção contra Incêndio".*

Decreto n. 35.309 — de 2 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de abril de 1954.

# SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL RURAL

*Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de .... Cr\$ 600.000,00, para regularização das despesas decorrentes da realização, no Brasil, do Seminário Internacional de Serviço Social Rural.*

Decreto n. 35.650 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de junho de 1954.

# SENADO FEDERAL

— Abertura de Crédito:

Ver: *Crédito Especial.*

# SERPENTINITO

*Autoriza o cidadão brasileiro Enrico Guarneri a lavar serpentinito, no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.607 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

# SERVIÇO DE INTENDÊNCIA DA AERONÁUTICA

*Altera os arts. 8.º, 21 e 23 do Regulamento do Serviço de Intendência da Aeronáutica.*

Decreto n. 35.659 — de 15 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1954.

# SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ

*Concede aumento quinquenal para o pessoal das empresas que menciona e dá outras providências.*

Decreto n. 35.449 — de 1 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1954.

# SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATÁ

*Concede aumento quinquenal para o pessoal das empresas que menciona e dá outras providências.*

Decreto n. 35.449 — de 1 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1954.

— *Autoriza a transferência do bens do Serviço de Navegação de Bacia do Prata para o Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.613 — de 3 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1954.

# SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Decreto-legislativo n.º 6 — de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

# SERVIÇO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Aprova o Regimento do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda (S.P.F.).*

Decreto n. 35.006 — de 5 de fevereiro de 1954.

Retificado no D. O. de 19 de abril de 1954.

# SERVIÇO SOCIAL

*Regulamenta a Lei n.º 1.889, de 13 de junho de 1953.*

Decreto n. 35.311 — de 2 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

**SERVIÇO TELEGRÁFICO**

*Autoriza o Poder Executivo a ampliar as concessões em vigor para exploração do serviço telefônico interior, por empresas que possuem cabos submarinos ou subfluviais.*

Lei n. 2.195 — de 31 de março de 1954.

Publicada no D. O. de 3 de abril de 1954.

**SIMACO & COMPANHIA**

Decreto-legislativo n.º 13 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

**SINDICATOS**

*Acrescenta novo item ao parágrafo único do art. 225 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o serviço dos trabalhadores na movimentação de mercadorias.*

Lei n. 2.196 — de 1 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de abril de 1954.

**SOCIEDADE DE MINERAÇÃO  
"CAL-CIMENTO" LTDA.**

*Concede à Sociedade de Mineração "Cal-Cimento" Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.490 — de 12 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1954.

**SOCIEDADE DE RÁDIO DIFUSÃO  
"CACIQUE DE SOROCABA  
LTDA."**

*Outorga concessão à Sociedade de Rádio Difusão "Cacique de Sorocaba Ltda." para estabelecer uma estação radiodifusora.*

Decreto n. 35.535 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1954.

**SOCIEDADE MÚTUA DE SEGUROS  
GERAIS "A EQUITATIVA DOS  
ESTADOS UNIDOS DO BRASIL"**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, mudança de denominação e extensão das operações aos seguros dos ramos elementares da "Equitativa Estados Unidos do Brasil".*

Decreto n. 35.354 — de 8 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de abril de 1954.

**SOCIEDADE TÉCNICA BREMEN-  
SES LTDA.**

*Transfere ao Banco do Brasil S. A., como Agente Especial do Governo Federal, o encargo de liquidar a empresa que menciona.*

Decreto n. 35.506 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1954.

**SOCIÉTÉ COTONNIÈRE BELGE-  
BRÉSILIENNE**

*Concede à "Société Cotonnière Belge-Brésilienne" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 35.576 — de 27 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

**"SOCIÉTÉ DE SUCRERIES BRÉ-  
SILIENNES"**

*Concede à "Société de Sucreries Brésiliennes" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 35.441 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de maio de 1954.

**SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND  
COLONIZATION CO.**

*Abre, no Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 6.508.289,30, destinado a ocorrer à despesa com o pagamento dos servidores de Southern Brazil Lumber and Colonization Co. transferidos para esse Ministério.*

Decreto n. 35.581 — de 31 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1954.

# STANDARD ELÉTRICA S. A.

Decreto-legislativo n.º 19 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

## SUBSCRITORES DE OBRIGAÇÕES DE GUERRA

Ver: *Obrigações de Guerra.*

## SUBVENÇÕES

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 como auxílio ao 2.º Congresso Sul Americano de Angiologia.*

Lei n. 2.199 — de 9 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 12 de abril de 1954.

— *Concede o auxílio especial de Cr\$ 1.000.000,00 às comemorações do bicentário da fundação da Paróquia do Triunfo e para conserto geral da histórica Igreja Matriz da cidade do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.223 — de 10 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 18 de junho de 1954.

— *Concede o auxílio de Cr\$ ..... 5.000.000,00 para as obras da futura Basílica Nacional de Aparecida, no Estado de São Paulo.*

Lei n. 2.228 — de 14 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1954.

— *Concede a inclusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, Estado de São Paulo, na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n. 2.229 — de 14 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1954.

## SUBVENÇÕES

*Concede a inclusão das Escolas de Engenharia e Faculdade de Arquitetura, do Instituto Mackensie, de São Paulo, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n. 2.230 — de 14 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1954.

— *Concede a inclusão da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n. 2.242 — de 22 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de junho de 1954.

— *Concede o auxílio de Cr\$ ..... 5.000.000,00 à Fundação Sorocaba.*

Lei n. 2.243 — de 22 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de junho de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, das subvenções devidas, respectivamente, ao Instituto Electrotécnico de Itajubá, Minas Gerais, e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo.*

Decreto n. 35.329 — de 6 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de abril de 1954.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ .... 300.000,00, como auxílio à Associação Rural de São Joaquim, pela realização de exposição regional agro-pecuária.*

Decreto n. 35.451 — de 3 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros), para pagamento de auxílio ao Hospital Virgílio Pereira, de Barreiro — Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.534 — de 19 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1954.

**"SWISSAIR" SOCIÉTÉ ANONYME  
SUISSE POUR LA NAVIGATION  
AÉRIENNE**

Concede à "Swissair" Société Anonyme Suisse pour la Navigation Aérienne autorização para funcionar na República.

Decreto n. 35.322 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1954.

**T**

**TABELA DE SALÁRIOS DE  
CLASSE**

Aprova tabela de salário de classe a que se refere o art. 57 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 35.443, de 1 de maio de 1954, e dá outras providências.

Decreto n. 35.656 — de 14 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1954.

**TABELAS**

Ver: o Órgão ou Ministério a que pertencem.

**TALCO**

Renova o Decreto n.º 30.309 de 20 de dezembro de 1951.

Decreto n. 35.298 — de 31 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Mário Pereira a pesquisar talco e associados, no Município de Carandá, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 35.399 — de 19 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1954.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pelúcio a pesquisar talco e associados no município de Piquete, Estado de São Paulo.

Decreto n. 35.676 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1954.

**TELHAS**

Altera o item I da letra a do artigo 3.º da Lei n.º 494, de 26 de novembro de 1948, (Lei do Imposto de Consumo).

Lei n. 2.239 — de 22 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

**TERRENOS DE MARINHA**

Decreto-legislativo n.º 6 — de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

— Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha, que menciona, situado no Distrito Federal.

Decreto n. 34.707 — de 26 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1954.

— Autoriza estrangeiro a adquirir os direitos de ocupação do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.

Decreto n. 34.710 — de 28 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1954.

— Autoriza estrangeiro a adquirir a fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.

Decreto n. 35.015 — de 8 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

— Autoriza estrangeiros a adquirirem, em confirmação de ajoramento, o domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.

Decreto n. 35.016 — de 8 de fevereiro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 14 de abril de 1954.

**TERRENOS DE MARINHA**

*Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de ocupação de terreno acrescido de marinha que menciona situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.167 — de 8 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

*— Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal de domínio útil do terreno de marinha que menciona situada na Capital da República.*

Decreto n. 35.188 — de 12 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1954.

*— Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.274 — de 25 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

*— Autoriza estrangeiros a adquirirem os direitos de ocupação de fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado em Santos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.317 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

*— Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno, acrescido de marinha que menciona, situado na Capital Federal.*

Decreto n. 35.318 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

*— Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.319 — de 5 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

**TERRENOS DE MARINHA**

*Autoriza estrangeiro a adquirir a fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.391 — de 19 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1954.

*— Autoriza estrangeira a regularizar o aforamento do terreno de acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.392 — de 19 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

*— Autoriza estrangeiro a adquirir a fração ideal do direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.393 — de 19 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1954.

*— Autoriza estrangeiro a adquirir a fração ideal do direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.394 — de 19 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1954.

*— Autoriza estrangeiro a adquirir a fração ideal do direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.395 — de 19 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1954.

*— Autoriza estrangeira adquirir a fração ideal do direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.396 — de 19 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de maio de 1954.

## TERRENOS DE MARINHA

*Autoriza estrangeiro a adquirir, em regularização de aforamento, a fração ideal do domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.439 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

*— Autoriza estrangeiro a adquirir, em regularização de aforamento, a fração ideal do domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.440 — de 30 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

*— Autoriza estrangeiro a adquirir a fração ideal do direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.537 — de 20 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1954.

*— Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.573 — de 27 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de junho de 1954.

Retificado no D. O. de 7 de junho de 1954.

*— Autoriza estrangeiro a adquirir os direitos de ocupação de frações ideais do terreno de marinha, que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.610 — de 3 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

## TERRITÓRIOS FEDERAIS

*Atribui ao Território Federal do Amapá a incumbência de promover o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da cachoeira do Pare-dão, existente no rio Araguari, entre os municípios de Amapá e Macapá, no Território Federal do Amapá.*

Decreto n. 35.701 — de 23 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1954.

## TESOUREIRO

*Suprime cargo extinto.*

(M.Aer. — Q.S.).

Decreto n. 35.518 — de 18 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1954.

## TESOUREIRO-AUXILIAR

*Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 35.355 — de 9 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1954.

*— Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 35.373 — de 13 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1954.

*— Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 35.503 — de 13 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de maio de 1954.

*— Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 35.629 — de 8 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1954.



## TESOUREIRO-AUXILIAR

*Suprime cargo extinto.*

(M.V.O.P. — Q. III — P.S.).

Decreto n. 35.657 — de 14 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1954.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 35.682 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1954.

## TETRAETILATO DE CHUMBO

*Dispõe sobre a importação de tetraetilato de chumbo e dá outras providências.*

Lei n. 2.249-A — de 29 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de julho de 1954.

## THE FIRST NATIONAL BANK OF BOSTON

*Aprova aumento do capital e reforma dos estatutos sociais de The First National Bank of Boston.*

Decreto n. 35.479 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1954.

## THE ROYAL BANK OF CANADA

*Aprova aumento de capital de banco estrangeiro.*

Decreto n. 35.232 — de 19 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de abril de 1954.

## TÍTULOS ELEITORAIS

*Provê sobre a expedição e utilização de títulos eleitorais.*

Lei n. 2.194 — de 10 de março de 1954.

Retificada no D. O. de 4 de junho de 1954.

## TIJOLOS

*Altera o item I da letra a do artigo 3.º da Lei n.º 494, de 26 de novembro de 1943, (Lei do Imposto de Consumo).*

Lei n. 2.239 — de 22 de junho de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de junho de 1954.

## TÍTULOS HONORÁRIOS

*Confere título honorário ao professor Henrique Beaufreire Rohan de Aragão.*

Decreto n. 35.741 — de 29 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1954.

## TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS

*Acréscena novo item ao parágrafo único do art. 285 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o serviço dos trabalhadores na movimentação de mercadorias.*

Lei n. 2.196 — de 1 de abril de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de abril de 1954.

## TRANSPORTE AÉREO COMERCIAL

*Regula o processo de pedido de autorização para funcionar no país, de empresas estrangeiras, tendo por objeto a exploração comercial de transporte aéreo, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.514 — de 18 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1954.

## TRANSPORTE E FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

*Cria Comissão para superintender os transportes e o financiamento da produção agrícola no norte do Paraná, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.538 — de 17 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1954.

**TRANSPORTES AÉREOS REGULARES**

Decreto-legislativo n.º 16 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

— *Promulga o Acôrdo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e o Paraguai, firmado em Assunção, a 26 de junho de 1951.*

Decreto n. 35.543 — de 20 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1954.

Retificado no D. O. de 25 de junho de 1954.

**TRATADOS**

*Autoriza o Ministério das Relações Exteriores a proceder entendimentos relativos aos Tratados de Paz e Convênio firmados com a Itália, em 10 de fevereiro de 1947 e 3 de outubro de 1949.*

Decreto n. 35.453 — de 3 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1954.

**TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS**

Decreto-legislativo n.º 15 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1954.

**TRIBUNAL DE CONTAS**

*Altera o Quadro do Tribunal de Contas aprovado pela Lei n.º 886, de 24 de outubro de 1949.*

Lei n. 2.251 — de 30 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1954.

**U****UNIFORMES DO PESSOAL DO EXÉRCITO**

*Aprova a 2.ª parte do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército.*

Decreto n. 34.999 — de 2 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. (Supl.) de 23 de maio de 1954.

**UNIFORMES PARA A MARINHA DO BRASIL**

*Aprova e manda executar o Regulamento de Uniformes para a Marinha do Brasil.*

Decreto n. 34.868 — de 31 de dezembro de 1953.

Publicado no D. O. (Supl.) de 7 de abril de 1954.

**UNIVERSIDADES**

*Aprova o Quadro Extraordinário de Mensalistas da Universidade do Brasil e dá outras providências.*

Decreto n. 35.141 — de 4 de março de 1954.

Retificado no D. O. de 3 de abril de 1954.

— *Aprova o Quadro Extraordinário de Mensalistas da Universidade do Rio Grande do Sul e dá outras providências.*

Decreto n. 35.630 — de 8 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de junho de 1954.

**V****VENCIMENTOS**

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 38.172.000,00, para atender às despesas com a execução da Lei n.º 2.188, de 3 de março de 1954.*

Decreto n. 35.357 — de 9 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de abril de 1954.

— *Revoga disposição do Decreto n.º 25.061, de 22 de dezembro de 1953.*

Decreto n. 35.727 — de 25 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1954.

# **VERMICULITE**

*Autoriza a cidadã brasileira Cecília Teixeira da Silva a pesquisar vermiculite e associados no município de Ubá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.603 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1954.

# **VETERANOS DA CAMPANHA ACREANA**

*Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.697.600,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 35.486 — de 12 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1954.

Retificado no D. O. de 19 e 20 de maio de 1954.

# **VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul, áreas de terrenos e benfeitorias necessárias a construção da Vila Ferroviária próxima à estação de Cacequi, da referida Estrada.*

Decreto n. 35.368 — de 12 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de abril de 1954.

# **VIAÇÃO FÉRREA FEDERAL LESTE BRASILEIRO**

*Altera, com redução de despesa, a Tabela Numérica de Extranumerários mensalistas da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.*

Decreto n. 35.358 — de 9 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1954.



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1954 — VOLUME V

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEIS DE JULHO A SETEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1954

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BIBLIOTECA

COMPRA CR\$ 50,00

*Suprema Nacional*

11-6-56 56/380

# ÍNDICE

## DOS

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

### 1954

20 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de julho de 1954 .....	3	30 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de julho de 1954 .....	6
21 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de julho de 1954 .....	3	31 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de julho de 1954 .....	6
22 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de julho de 1954 .....	3	32 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de julho de 1954 .....	6
23 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de julho de 1954 .....	4	33 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de julho de 1954 .....	7
24 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de julho de 1954 .....	4	34 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de julho de 1954 .....	7
25 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de julho de 1954 .....	4	35 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de julho de 1954 .....	8
26 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de julho de 1954 .....	5	36 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de julho de 1954 .....	8
27 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de julho de 1954 .....	5	37 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de julho de 1954 .....	8
28 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de julho de 1954 .....	5	2.252 — Lei de 1 de julho de 1954 — <i>Justiça</i> — Dispõe sobre a corrupção de menores — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 3 de julho de 1954 .....	9
29 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no <i>Diário</i>			

Págs.		Págs.
2.253	— Lei de 1 de julho de 1954 — Isenta de pagamento de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, materiais destinados à instalação do Hospital Barão de Lucena, no Estado de Pernambuco — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de julho de 1954 .....	9
2.254	— Lei de 1 de julho de 1954 — Concede isenção de todos os tributos para seis sinos de bronze, seus pertences e acessórios, destinados à Igreja do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 7 de julho de 1954 .....	9
2.255	— Lei de 1 de julho de 1954 — Assegura subvenção e isenção fiscal ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 7 de julho de 1954 .....	10
2.256	— Lei de 5 de julho de 1954 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para auxiliar a reconstrução da usina elétrica do Cajueiro, em Itabuna, Estado da Bahia — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 9 de julho de 1954 .....	10
2.257	— Lei de 6 de julho de 1954 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 152.070,00 para pagamento do abono de emergência — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 12 de julho de 1954 .....	10
2.258	— Lei de 6 de julho de 1954 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 103.222,10 para pagamento de despesas ocorridas nos exercícios de 1948 a 1952 — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 12 de julho de 1954 .....	11
2.259	— Lei de 6 de julho de 1954 — Concede isenção de	
	direito, imposto de consumo e taxas, para importação de uma imagem de Santo Antônio, destinada à Irmã Berchmans Zuchetto — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 12 de julho de 1954 .....	11
2.260	— Lei de 8 de julho de 1954 — Concede a pensão mensal de Cr\$ 1.500,00 a viúva Dorval Luz, ex-coletor federal — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de julho de 1954 .....	11
2.261	— Lei de 8 de julho de 1954 — Concede a pensão vitalícia de Cr\$ 3.000,00 mensais à viúva Julieta Alencar — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de julho de 1954 .....	11
2.262	— Lei de 8 de julho de 1954 — Revoga o art. 6.º do Decreto-lei n.º 3.440, de 24 de dezembro de 1945, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de julho de 1954 .....	12
2.263	— Lei de 9 de julho de 1954 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 385.978,80, para atender às despesas com a indenização, ao Governo do Estado do Pará, de um imóvel requisitado em 1942, pela mesma Secretaria de Estado — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de julho de 1954 .....	12
2.264	— Lei de 12 de julho de 1954 — Autoriza o Poder Executivo a adquirir um terreno para construção da Escola Industrial de Aracaju, Estado de Sergipe — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de julho de 1954 .....	12
2.265	— Lei de 12 de julho de 1954 — Concede o auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 à Associação Brasileira de Municípios — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de julho de 1954 .....	13
2.266	— Lei de 12 de julho de 1954 — Modifica os arts. 3.º 21 e os §§ 1.º e 2.º do art. 11, revoga a letra d, do item I	

Págs.	Págs.
do art. 6.º da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, e das outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de julho de 1954 ..... 13	despesas da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudo e Aproveitamento do Petróleo — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 29 de julho de 1954 ..... 16
2.267 — Lei de 14 de julho de 1954 — Manda computar, como de serviço público da União, o tempo de serviço dos extranumerários da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de julho de 1954 ..... 14	2.273 — Lei de 26 de julho de 1954 — <i>Viação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ ..... 30.000.000,00, destinado à reconstrução da barragem da Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29 de julho de 1954 ..... 16
2.268 — Lei de 14 de julho de 1954 — Isenta a Fundação para o Livro do Cego no Brasil do pagamento de impostos e taxas federais — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de julho de 1954 ..... 14	2.274 — Lei de 27 de julho de 1954 — Concede pensão mensal de Cr\$ 1.000,00 às famílias dos falecidos na explosão dos depósitos de material bélico de Deodoro — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 31 de julho de 1954 ..... 17
2.269 — Lei de 20 de julho de 1954 — <i>Educação — Fazenda</i> — Concede a inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 23 de julho de 1954 ..... 15	2.275 — Lei de 30 de julho de 1954 — <i>Trabalho</i> — Modifica o parágrafo único do art. 872 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 2 de agosto de 1954 ..... 17
2.270 — Lei de 22 de julho de 1954 — <i>Viação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 48.612,90, para pagamento de salários ao Engenheiro Edilson Medeiros da Fonseca — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 23 de julho de 1954 ..... 15	2.276 — Lei de 30 de julho de 1954 — Revoga o art. 4.º da Lei n.º 1.937, de 10 de agosto de 1953, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 5 de agosto de 1954 ..... 17
2.271 — Lei de 22 de julho de 1954 — Provê sobre a arguição de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 29 de julho de 1954 ..... 15	2.277 — Lei de 30 de julho de 1954 — <i>Aeronáutica — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.334.878,00, para atender às despesas resultantes do cumprimento da segurança impetrada em favor de Pedro Mariani Serra, Clarindo Mey, Maurílio Monteiro Pereira da Cunha, Ayrton Bittencourt Lobo, Carlos Miguez Garrido e Armando Ferreira de Andrade — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 3 de agosto de 1954 ..... 17
2.272 — Lei de 26 de julho de 1954 — <i>Exterior — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ ..... 78.095.264 30, para pagamento da contribuição do Brasil às	



	Págs.		Págs.
2.278 — Lei de 30 de julho de 1954 — <i>Guerra — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.906.429,00 para atender às despesas com o pagamento de gratificação aos professores civis do Magistério Militar — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 3 de agosto de 1954 .....	18	2.284 — Lei de 9 de agosto de 1954 — <i>Justiça — Marinha — Guerra — Exterior — Fazenda — Vição — Agricultura — Educação — Trabalho — Aeronáutica — Saúde</i> Regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11 de agosto de 1954 .....	22
2.279 — Lei de 3 de agosto de 1954 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 5 de agosto de 1954 .....	18	2.285 — Lei de 9 de agosto de 1954 — Dispõe sobre o foro das causas em que as autarquias forem autoras — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 13 de agosto de 1954 .....	23
2.280 — Lei de 3 de agosto de 1954 — Assegura aos associados dos Institutos e Caixas de Previdência Social, atacados de tuberculose, o benefício do auxílio-enfermidade — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 7 de agosto de 1954 .....	19	2.286 — Lei de 11 de agosto de 1954 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 3.000.000,00, para auxiliar a reconstrução do Instituto Princesa Isabel — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 14 de agosto de 1954 .....	23
2.281 — Lei de 4 de agosto de 1954 — <i>Justiça — Marinha — Guerra — Aeronáutica</i> — Dispõe sobre a contribuição para o montepio militar — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 6 de agosto de 1954 .....	19	2.287 — Lei de 16 de agosto de 1954 — <i>Vição — Fazenda</i> — Dispõe sobre a concessão de gratificação adicional por tempo de serviço ao pessoal das estradas de ferro em regime especial — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 17 de agosto de 1954 .....	23
2.282 — Lei de 4 de agosto de 1954 — <i>Fazenda — Agricultura</i> Modifica a Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1953, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 6 de agosto de 1954 — Retificado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de agosto de 1954 .....	19	2.288 — Lei de 19 de agosto de 1954 — <i>Saúde — Revoga</i> o Decreto-lei n.º 9.267, de 20 de maio de 1946, que considerou malarígena a zona de Barra Bonita, no Estado de São Paulo — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de agosto de 1954 .....	23
2.283 — Lei de 9 de agosto de 1954 — <i>Justiça — Marinha — Guerra — Aeronáutica</i> — Altera dispositivos da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares) — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11 de agosto de 1954 .....	21	2.289 — Lei de 19 de agosto de 1954 — <i>Agricultura — Educação</i> — Dispõe sobre os professores catedráticos aposentados da Universidade do Brasil, da Universidade Rural e da Escola Superior de Agricultura e de Medicina Veterinária — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de agosto de 1954 .....	24

Págs.		Págs.
2.290	— Lei de 21 de agosto de 1954 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ ..... 205.660,80, para pagamento de gratificação adicional a servidores do mesmo Ministério — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de agosto de 1954 .....	24
2.291	— Lei de 21 de agosto de 1954 — <i>Guerra — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 24.450.000,00 destinado à fabricação de submetralhadoras Madsen M-46, calibre 45 — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de agosto de 1954 .....	24
2.292	— Lei de 23 de agosto de 1954 — <i>Exterior — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para atender às despesas decorrentes das visitas ao Brasil do Presidente da República do Peru e do Ministro das Relações Exteriores do Equador — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de agosto de 1954 .....	25
2.293	— Lei de 23 de agosto de 1954 — <i>Viação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ ... 3.600.000,00 destinado à aquisição de um navio para servir na navegação lacustre no Rio Grande do Sul — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de agosto de 1954 .....	25
2.294	— Lei de 23 de agosto de 1954 — <i>Trabalho — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.800.000,00 para pagamento das despesas decorrentes da participação do Brasil em Feiras Internacionais — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de agosto de 1954 .....	25
2.295	— Lei de 23 de agosto de 1954 — <i>Educação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 561.169,90, para pagamento das gratificações de magistério a professores do mesmo Ministério — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 27 de agosto de 1954 .....	26
2.296	— Lei de 23 de agosto de 1954 — <i>Agricultura</i> — Estabelece a obrigatoriedade para o comércio atacadista e varejista, os hotéis, restaurantes, boites e casas de pasto, da apresentação à venda de vinhos de uvas nacionais — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de agosto de 1954 .....	28
2.297	— Lei de 23 de agosto de 1954 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 4.000.000,00 e Cr\$ 3.000.000,00, para contratar, respectivamente, os estudos do potencial hidráulico do Salto Capivara no rio Paranapanema e o do Estreito no rio Uruguai, da Cachoeira da Fumaça e de outros desníveis do rio Itabapoana — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de agosto de 1954 .....	29
2.298	— Lei de 23 de agosto de 1954 — Dispõe sobre vencimentos dos juizes, quando convocados para funcionar no Tribunal de Justiça do Distrito Federal — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 28 de agosto de 1954 .....	29
2.299	— Lei de 23 de agosto de 1954 — Concede isenção de direitos de importação e de taxas aduaneiras para materiais destinados ao Estado do Rio Grande do Sul — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de agosto de 1954 .....	29
2.300	— Lei de 23 de agosto de 1954 — Dispõe sobre o aumento de capital das sociedades anônimas financiadas pelo Banco do Brasil S. A. — Pu-	

	Págs.		Págs.
blicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de agosto de 1954 .....	30	Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 2 de setembro de 1954 ...	32
2.301 — Lei de 27 de agosto de 1954 — <i>Saúde</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para ocorrer as despesas com a representação do Brasil ao 5.º Congresso Internacional de Hematologia — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de agosto de 1954 .....	30	2.306 — Lei de 30 de agosto de 1954 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ ..... 70.892,00, para pagamento de indenização devida aos proprietários da Fazenda Retiro, situada no 5.º Distrito do Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 2 de setembro de 1954 ...	32
2.302 — Lei de 28 de agosto de 1954 — <i>Saúde</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para atender às despesas com a realização do II Congresso Interamericano de Reumatologia — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 1 de setembro de 1954 .....	31	2.307 — Lei de 30 de agosto de 1954 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Estende aos Territórios Federais do Acre, Amapá, e Rio Branco dispositivos da Lei n.º 1.455-A, de 11 de outubro de 1951, que dispõe sobre alienação de imóveis — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 2 de setembro de 1954 .....	32
2.303 — Lei de 23 de agosto de 1954 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ ... 41.572,50, para pagamento de gratificação adicional a Aida de Andréa Montagna — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 30 de agosto de 1954 .....	31	2.308 — Lei de 31 de agosto de 1954 — <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — Institui o Fundo Federal, de Eletrificação, cria o imposto único sobre energia elétrica, altera a legislação do imposto de consumo, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 4 de setembro de 1954 .....	33
2.304 — Lei de 30 de agosto de 1954 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ ..... 52.707,50, para regularizar o pagamento de gratificação a servidores do Departamento de Administração do mesmo Ministério — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 2 de setembro de 1954 .....	31	2.309 — Lei de 2 de setembro de 1954 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ ... 202.225,30, para pagamento de gratificações pela distribuição do carvão nacional — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 6 de setembro de 1954 .....	35
2.305 — Lei de 30 de agosto de 1954 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.730.000,00, para atender aos compromissos resultantes de contrato firmado entre a Inspetoria Salesiana de Santo Afonso e as Missões Salesianas do Rio Negro —		2.310 — Lei de 3 de setembro de 1954 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 194.172,30, para pagamento de indenização devida a Zaki Shirato & Companhia e Merhy & Jacomel — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 9 de setembro de 1954 ...	36

Págs.	Págs.
2.311 — Lei de 3 de setembro de 1954 — <i>Educação</i> — Cria a cadeira de "Etnografia Brasileira e Língua Tupi" — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 9 de setembro de 1954 ... 36	no <i>Diário Oficial</i> de 10 de setembro de 1954 ..... 42
2.312 — Lei de 3 de setembro de 1954 — <i>Saúde</i> — <i>Justiça</i> — Normas Gerais sobre Defesa e Proteção da Saúde — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 9 de setembro de 1954 ..... 37	2.318 — Lei de 10 de setembro de 1954 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ ... 688.000,00, para pagamento da parte restante da despesa realizada pelo Departamento dos Correios e Telégrafos com a aquisição de uma central telefônica automática — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 15 de setembro de 1954 ..... 42
2.313 — Lei de 3 de setembro de 1954 — Dispõe sobre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 13 de setembro de 1954 ..... 40	2.319 — Lei de 10 de setembro de 1954 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.835.000,00, para aquisição de terrenos necessários à construção dos prédios destinados às Delegacias Fiscais nos Estados do Amazonas e de Minas Gerais — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 15 de setembro de 1954 ..... 43
2.314 — Lei de 3 de setembro de 1954 — Fixa a contribuição para o Montepio Militar e altera a tabela de meio soldo dos oficiais das Forças Armadas — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 10 de setembro de 1954 ..... 40	2.320 — Lei de 10 de setembro de 1954 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ ... 350.000,00, para atender às despesas do Departamento Federal de Segurança Pública com o transporte de presos e de estrangeiros expulsos do Território Nacional — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 15 de setembro de 1954 ... 43
2.315 — Lei de 3 de setembro de 1954 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxiliar a realização do II Congresso Nacional do Algodão — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 9 de setembro de 1954 ... 41	2.321 — Lei de 11 de setembro de 1954 — <i>Aeronáutica</i> — <i>Fazenda</i> — Dispõe sobre Financiamento e Operações Imobiliárias entre o Clube da Aeronáutica e seus Associados, para aquisição de casa própria — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 14 de setembro de 1954 ..... 48
2.316 — Lei de 3 de setembro de 1954 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, para pagamento, no corrente exercício, de subvenções a estabelecimentos de ensino superior do país, na conformidade das Leis ns. 2.106, de 23 de novembro de 1953, 2.132, 2.153 e 2.154, de 30 de dezembro de 1953 — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 10 de setembro de 1954 ..... 41	2.322 — Lei de 20 de setembro de 1954 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de direitos de importação, impostos de consumo e taxas aduaneiras para uma imagem destinada à
2.317 — Lei de 8 de setembro de 1954 — <i>Viação</i> — Dá o nome de Presidente Epitácio Pessoa à Rodovia Transnordestina (BR-13) — Publicada	

	Págs.		Págs.
Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Petrópolis — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 22 de setembro de 1954 .....	46	2.325 — Lei de 20 de setembro de 1954 — <i>Trabalho</i> — Extingue a Comissão Executiva Textil, e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 22 de setembro de 1954 .....	47
2.323 — Lei de 20 de setembro de 1954 — <i>Fazenda</i> — Prorroga a vigência da Lei n.º 419, de 3 de outubro de 1948 — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 22 de setembro de 1954 ...	46	2.326 — Lei de 20 de setembro de 1954 — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial até a importância de Cr\$ ..... 150.000.000,00, para pagamento de pensões aos veteranos, às viúvas e aos herdeiros dos ex-combatentes da campanha do Uruguai e da guerra do Paraguai — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 22 de setembro de 1954 .....	47
2.324 — Lei de 20 de setembro de 1954 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ ... 101.413,40, para regularização das despesas no exercício de 1952, à conta da Verba 3, Consignação IX, Subconsignação 76, do Anexo n.º 31, do Orçamento Geral da União — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 22 de setembro de 1954	46	EMENTÁRIO — Leis e decretos publicados nos volumes V e VI, de 1954, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos .....	49

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1954, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.



---

# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

---

## 1954

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 20, de 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, em 15 de março de 1950, entre a Casa da Moeda e a firma AEG Companhia Sul-Americana de Eletricidade, para conserto de um forno marca Brown-Boveri.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 21 de 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, em 1.º de fevereiro de 1952, entre o Governo da União e o Estado do Rio de Janeiro, para delegar à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio daquele Estado as atribuições referentes ao cooperativismo do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 22, de 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, em 26 de maio de 1952, entre o Ministério da Agricultura e João Wandeley da Costa Lima para



## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

desempenhar a função de Assistente Edafologista no Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 23, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 8 de dezembro de 1952, entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e Joaquim Alves de Brito e sua mulher, Pedro Alves de Brito e sua mulher e Décio Teles Cartaxo e sua mulher, para execução das obras necessárias à irrigação de terras de sua propriedade, situadas na fazenda Palmeirinha, Município de Crato, Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 24, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, a 8 de setembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Hercílio de Paiva Furtado e sua mulher Maria de Lourdes Correia Furtado, para fins de irrigação agrícola em terrenos de sua propriedade, situados no local denominado Coronel Lucas, Ilha das Batatas, Município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 25, de 1954

Art. 1.º São aprovados o contrato e o termo aditivo celebrados, respectivamente, em 21 de dezembro de 1950 e 2 de janeiro de 1951, entre o Departamento dos Correios e Telegrafos e a firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A., para construção da primeira etapa da linha aérea Tronco Oeste, entre a Capital do Estado de São Paulo e a cidade de Campinas, no mesmo Estado, na importância de Cr\$ 3.082.000,00 (três milhões e oitenta e dois mil cruzeiros).

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 26, de 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado a 16 de abril de 1947, entre a Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura e Francisco Ferreira Passos e sua mulher Maria da Conceição Passos, para irrigação agrícola em terras de sua propriedade, no sítio denominado Penha, situado no Município de Iguatú, Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 27, de 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado a 15 de abril de 1947, entre a Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura e Santino Rodolfo de Melo e sua mulher, Petronília Maria da Conceição, para irrigação em terras de sua propriedade, no Município de Iguatú, Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 28, de 1954

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 13 de novembro de 1951, denegou registro ao contrato celebrado em 16 de outubro do mesmo ano, entre o Ministério da Aeronáutica e Cláudio de Sá e Silva, para desempenhar, naquele Ministério, as funções de Técnico Especializado em Mecânica.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 29, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato de empreitada, celebrado em 14 de junho de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura e a firma Luis Fernandes & Cia. Ltda., para execução de obras de conservação da sede do Serviço de Estatística daquele Ministério, no montante de Cr\$ 42.364,00 (quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e quatro cruzeiros).

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 30, de 1954

Art. 1.º É revogada a decisão do Tribunal de Contas, de 28 de Dezembro de 1951, denegatória de registro ao contrato celebrado em 15 de agosto do mesmo ano, entre o Ministério da Agricultura e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher Maria Augusta Assunção de Oliveira, para irrigação agrícola em terrenos de sua propriedade, nos termos dos decretos-leis ns. 1.498, de 9 de agosto de 1939 e 3.782, de 30 de outubro de 1941.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 31, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado em 17 de novembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Matias Olímpio de Melo e sua mulher Marcolina de Arêa Leão Melo, regulando a execução e o pagamento das obras de irrigação agrícola nas terras de sua propriedade, situadas à margem direita do rio Parnaíba, no Município de Teresina, Estado do Piauí.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 32, de 1954

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 5 de dezembro de 1952, denegou registro ao contrato celebrado a 7 de Novembro do mesmo ano, entre a Seção de Fomento Agrícola de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, e Marcelo Miraglia, para execução de serviços de complementação de obras, equipamentos e instalações no posto Agro-Pecuário de Rosário-Oeste, naquele Estado.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 33, de 1954

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 23 de novembro de 1952, recusou registro ao contrato celebrado a 7 de novembro do mesmo ano, entre a Seção de Fomento Agrícola de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, e José Bernardo Júnior, para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação de energia elétrica e abastecimento d'água no Posto Agro-Pecuário de Cáceres, bem como instalação de máquinas no Posto de Leverger naquele Estado.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 34, de 1954

Art. 1.º São aprovados o acôrdo e o termo aditivo celebrados, respectivamente, em 14 de maio e 29 de julho de 1952, entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Espírito Santo, para execução dos Serviços de Defesa Sanitária Vegetal naquele Estado.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 35, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 14 de abril de 1947, entre o Ministério da Agricultura e Jose Bezerra da Costa e sua mulher Adélia Fernandes de Oliveira, para irrigação agrícola em terras de sua propriedade, no sítio denominado Penna, no Município de Iguatu, Estado do Ceará.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 36, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado em 14 de outubro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina, para administração e exploração da rede de armazéns existentes no referido Estado, visando à preservação das safras de cereais.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 37, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 6 de dezembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Raimundo Augusto de Lima e sua mulher, para execução das obras necessárias à irrigação de terras de sua propriedade, situadas na Fazenda "São Domingos", Município de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará, na forma do Decreto-lei n.º 1.498, de 9 de agosto de 1953.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 2.252 — DE 1 DE JULHO  
DE 1954

*Dispõe sobre a corrupção de menores*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Constitui crime, punido com a pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), corromper ou facilitar a corrupção de pessoa menor de 18 (dezoito) anos, com ela praticando infração penal ou induzindo-a a praticá-la.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1954;  
133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Tancredo de Almeida

Neves

LEI N.º 2.253 — DE 1 DE JULHO DE 1954

*Isenta de pagamento de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, materiais destinados à instalação do Hospital Barão de Lucena, no Estado de Pernambuco.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida isenção de tributos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, aos volumes contendo materiais médico-cirúrgicos e hospitalares destinados ao Hospital Barão de Lucena, dos trabalhadores da indústria de açúcar, do Estado de Pernambuco, e importados pela Sociedade Beneficente e Hospitalar das Usinas de Pernambuco.

Art. 2.º Os materiais a que se refere o art. anterior compreendem: I — Gabinete Dentário, no valor de — US\$ 5.107,00; II — Aparelhagem

de Fluoroscopia, no valor de — US\$ 1.290,00; III — Aparelhagem de Fisioterapia, no valor de — US\$ 4.751,00; IV — Aparelhagem de Radioterapia, no valor de — US\$ 16.064,05; V — Aparelhagem de Raios X, no valor de US\$ 11.171,22; VI — Sala de Autópsia, no valor de — US\$ 5.271,00; VII — Sala de Ginecologia, no valor de US\$ 4.385,05; VIII — Sala de Refração, no valor de — US\$ 6.366,00; IX — Gabinete Oftalmológico, no valor de — US\$ 3.350,45; X — Sala de Oto-Rino-Laringologia, no valor de — US\$ 5.491,35; XI — Aparelhagem de Urologia, no valor de — US\$ 24.455,55; XII — Aparelhagem de Farmácia, no valor de — US\$ 6.740,41; XIII — Instalação para Banco de Sangue, no valor total de US\$ 48.032,68; XIV — Laboratório para Bioquímica, no valor de US\$ 25.453,40; XV — Centro Cirúrgico, no valor de — US\$ 71.092,00; XVI — Bloco Obstétrico, no valor de — US\$ 32.422,95; XVII — Sala de Parto, no valor de — US\$ 5.095,26; XVIII — Aparelhagem de Angiografia, no valor de — US\$ 10.563,80; XIX — Aparelhagem de Raios X Móvel, no valor de — US\$ 2.291,00; XX — Equipamento para copa, no valor de — US\$ 9.720,00; XXI — Móveis, no valor de US\$ 2.940,00; XXII — Aparelho de Metabolismo Basal, no valor de US\$ 1.050,00; XXIII — Eletrocardiógrafo, no valor de US\$ 575,00; XXIV — Eletroencefalógrafo, no valor de US\$ 4.700,00; e XXV — Esterilizadores dos Andares, no valor de US\$ 2.912,00.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1 de julho de 1954.

Jodo Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.254 — DE 1 DE JULHO DE 1954

*Concede isenção de todos os tributos para seis sinos de bronze, seus pertences e acessórios, destinados à Igreja do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do Art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida isenção de todos os tributos, exceto a taxa de

previdência social, que incidirem ou hajam incidido sobre seis sinos de bronze com suas armações e demais pertences, bem como seis motores para sua movimentação e respectivos acessórios, importados pelo Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro e destinados à sua Igreja.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1 de julho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.255 — DE 1 DE JULHO DE 1954

*Assegura subvenção e isenção fiscal ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º São asseguradas ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, com sede no Distrito Federal, como estímulo às suas atividades científicas, as seguintes concessões:

a) subvenção anual de Cr\$ ..... 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros);

b) isenção de quaisquer impostos, direitos e taxas alfandegárias, exceto a de previdência social;

c) franquia postal e telegráfica;

d) licença para importação e cobertura cambial relativa a aparelhos, materiais, livros e publicações, destinados exclusivamente às suas atividades científicas.

Art. 2.º Para pagamento da subvenção no corrente exercício, é aberto no Ministério da Educação e Cultura, e será automaticamente registrado, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

Parágrafo único. O Ministério da Educação e Cultura poderá sobreestar o pagamento da subvenção nos exercícios posteriores se houver, comprovadamente, interrupção ou desvio dos objetivos do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

Art. 3.º A União, para defesa nacional, poderá utilizar-se, sem indenização, de quaisquer inventos ou descobertas do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, desde que este aceite as condições do art. 1.º.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, independentemente do regulamento, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1 de julho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.253 — DE 5 DE JULHO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para auxiliar a reconstrução da usina elétrica do Cajueiro, em Itabuna, Estado da Bahia.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para auxiliar a reconstrução da usina elétrica do Cajueiro, em Itabuna, Estado da Bahia.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de julho de 1954.

*JOÃO CAFÉ FILHO*

Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.257 — DE 6 DE JULHO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 152.070,00 para pagamento do abono de emergência.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho o crédito especial de Cr\$ 152.070,00 (cento e cinquenta e dois mil e setenta cruzeiros) para atender às despesas correspondentes ao abono de emergência de que trata a Lei n.º 1.900, de 7 de julho de 1953, no exercício de 1953.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de julho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.253 — DE 6 DE JULHO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 193.222,10 para pagamento de despesas ocorridas nos exercícios de 1948 a 1952.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 193.222,10 (cento e três mil, duzentos e vinte e dois cruzeiros e dez centavos) para pagamento das seguintes despesas ocorridas nos exercícios de 1948 a 1952:

a) — Diárias .....	4.800,00
b) — Substituições ....	26.772,10
c) — Salário-família ..	11.650,00

Total . . . . . 103.222,10

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de julho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.259 — DE 6 DE JULHO DE 1954

*Concede isenção de direito, imposto de consumo e taxas, para importação de uma imagem de Santo Antônio, destinada à Irmã Berchmans Zuchetto.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º. É concedida isenção de direito, imposto de consumo e taxas, exclusive a de previdência social, para importação de uma imagem de Santo Antônio, procedente da Itália, des-

tinada à Irmã Berchmans Zuchetto, no Colégio Externato Madre Clelia, em Adamantina.

Art. 2.º. A imagem de que trata o art. 1.º usufruirá das vantagens desta lei mesmo que tenha sido despachada sem pagamento de tributo, mediante termo de responsabilidade.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de julho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.260 — DE 8 DE JULHO DE 1954

*Concede a pensão mensal de Cr\$ .. 1.500,00 a viúva Dorval Luz, ex-coletor federal.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º. É concedida a Amélia Ramos da Luz, viúva de Dorval Luz, ex-coletor federal, a pensão especial de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros), mensal, enquanto se conservar no estado de viúvas.

Art. 2.º. O pagamento da pensão correrá à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos pensionistas da União, a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de julho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.261 — DE 8 DE JULHO DE 1954

*Concede a pensão vitalícia de Cr\$ .. 3.000,00 mensais à viúva Julieta Alencar.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º. É concedida a pensão de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Julieta Alencar, viúva do Coronel Antônio Antunes Alencar.



Parágrafo único. A pensão de que trata este artigo terá caráter vitalício.

Art. 2.º A despesa, com o pagamento da pensão estipulada no art. 1.º, correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de julho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.262 — DE 8 DE JULHO  
DE 1954

*Revoga o art. 6.º do Decreto-lei número 3.440, de 24 de dezembro de 1945, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É revogado, para os efeitos de direito, o disposto no art. 6.º do Decreto-lei n.º 3.440, de 24 de dezembro de 1945, que estabelece normas para aquisição, pelo Banco de Crédito da Borracha S. A., hoje Banco de Crédito da Amazônia, do acervo das concessões de Belterra e Fordlândia, que pertenceram à antiga Companhia Ford Industrial do Brasil.

Art. 2.º Enquanto não for organizada a entidade autárquica de que trata o art. 8.º do Decreto-lei número 3.440, de 24 de dezembro de 1945, são assegurados a todos os servidores do Ministério da Agricultura, em exercício nas antigas concessões Ford de Belterra e Fordlândia, no Estado do Pará, que não sejam funcionários públicos ou a estes assemelhados, as garantias das leis trabalhistas.

Art. 3.º Será computado, para todos os efeitos, o tempo de serviço prestado à antiga Companhia Ford Industrial do Brasil pelos servidores de que trata o artigo anterior.

Art. 4.º Continua extensivo ao pessoal do Ministério da Agricultura, beneficiado por esta lei, o disposto no art. 18 da Lei n.º 1.765, de 12 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis da União e dos Territórios.

Art. 5.º O Poder Executivo providenciará, dentro em 6 (seis) meses, o cumprimento do estabelecido no art. 8.º do Decreto-lei n.º 3.440, de 24 de dezembro de 1945.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de julho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.263 — DE 8 DE JULHO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 335.973,80, para atender às despesas com a indenização, ao Governo do Estado do Pará, de um imóvel requisitado em 1949, pela mesma Secretaria de Estado.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 335.973,80 (trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e oito cruzeiros e oitenta centavos), para ocorrer ao pagamento devido ao Estado do Pará, em virtude da requisição dos terrenos e benfeitorias nêles existentes, vizinhos ao Instituto Lauro Sodré, na capital do mesmo Estado, de sua propriedade.

Art. 2.º O crédito a que se refere o artigo anterior será distribuído ao Tesouro Nacional e escriturado pela Contadoria Geral da República como despesa efetiva do Ministério da Aeronáutica, para crédito do Estado do Pará em sua conta corrente com o Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de julho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.264 — DE 12 DE JULHO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a adquirir um terreno para construção da Escola Industrial de Aracaju, Estado de Sergipe.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a adquirir, para construção da

Escola Industrial de Aracajú, um terreno, que escolherá, utilizando, na aquisição, os créditos de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) e ..... Cr\$ 401.520,00 (quatrocentos e um mil, quinhentos e vinte cruzeiros), constantes, respectivamente, dos Orçamentos de 1951 e 1953 e anteriormente destinados à desapropriação de terreno para o mesmo fim.

Art. 2. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 12 de julho de 1954.  
— João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.265 — DE 12 DE JULHO  
DE 1954

*Concede o auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 à Associação Brasileira de Municípios.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É concedido à Associação Brasileira de Municípios, provada a sua existência legal, o auxílio de ... Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para pagamento das despesas com o I e III Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, realizados, respectivamente, em Petrópolis, em abril de 1950 e em maio de 1954.

Art. 2.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para atender ao auxílio a que se refere o art. 1.º.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 12 de julho de 1954.  
— João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.266 — DE 12 DE JULHO  
DE 1954

*Modifica os arts. 3.º, 21 e os §§ 1.º e 2.º do art. 11, revoga a letra d, do item I do art. 6.º da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º,

da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º O art. 3.º da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3.º As subvenções ordinárias ou extraordinárias serão concedidas, independente de legislação especial, a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial e cultural, regularmente organizadas.

Parágrafo único. As entidades públicas, beneficiadas com dotações referidas neste artigo, apresentarão programa de aplicação dos recursos ao Ministério a que estiver consignado o respectivo crédito”.

Art. 2.º É revogada a letra “d” do item I do art. 6.º da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951.

Art. 3.º Os §§ 1.º e 2.º do art. 11 da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, passam a ter a seguinte redação:

“§ 1.º Até o fim do último dia do mês de fevereiro, de cada ano, o Tesouro Nacional distribuirá às Delegacias Fiscais nos Estados as quantias correspondentes a subvenções ordinárias destinadas às instituições com sede nos mesmos, as quais serão pagas, sempre que possível, independentemente de requerimento, nas coletorias federais dos Municípios.

§ 2.º O Ministro de Estado competente solicitará ao Banco do Brasil a conta dos créditos postos à sua disposição, o pagamento das subvenções extraordinárias às instituições beneficiadas, no local das sedes destas ou nas localidades mais próximas, por intermédio das Agências do referido Banco, deduzidas de cada uma as taxas de serviço bancário”.

Art. 4.º O art. 21 da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, transformado seu parágrafo único em § 1.º e acrescentado mais um parágrafo, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 21. Enquanto a matéria não for regulada em legislação especial, estendem-se, no que forem aplicáveis, as disposições desta lei, inclusive o artigo 11 e seus parágrafos, aos pagamentos de subvenções ordinárias e extraordinárias consignadas nos orçamentos dos Ministérios da Aeronáutica, Agricultura, Justiça e Negócios Interiores, e bem assim, ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, para prosseguimento de obras, mediante acordo com estabelecimentos de ensi-

no médio, e ao Serviço Nacional de Tuberculose para custeio de leitos destinados a tuberculosos ou construção no Distrito Federal e no interior do país.

§ 2.º É extensivo às subvenções ordinárias consignadas nos anexos dos Ministérios da Aeronáutica, Agricultura e Justiça e Negócios Interiores, o caráter continuado previsto no § 1.º do art. 3.º da mesma lei.

Art. 5.º Não se aplica, quanto a subvenções constantes do Orçamento do Ministério da Agricultura para 1953, e anteriores, o disposto nos artigos 6.º, letra e, e 19, da Lei número 1.493, de 13 de dezembro de 1951.

Art. 6.º As alterações resultantes de nova redação do art. 3.º da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, aplicar-se-ão também na execução do Orçamento de União de 1953.

Art. 7.º Corram por conta da União e serão atendidas pela parte atribuída ao Conselho Nacional de Serviço Social, de acordo com o § 2.º, do art. 4.º, da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, as despesas bancárias com o pagamento das subvenções extraordinárias a que se refere aquela lei.

Art. 8.º São consideradas como feitas distintamente aos Ministérios da Educação e Cultura e de Saúde, e aos respectivos Ministros, as referências a Ministério ou a Ministro da Educação e Saúde que constam da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 12 de julho de 1954.  
— João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.267 — DE 14 DE JULHO DE 1954

*Manda computar, como de serviço público da União, o tempo de serviço dos extranumerários da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É computado, como de serviço público da União, o tempo de serviço dos extranumerários da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, como tais aproveitados nos termos do

art. 1.º do Decreto n.º 15.073, de 13 de março de 1944, durante os períodos em que aquela Estrada estava arrendada pelo Governo Federal a pessoas jurídicas de direito privado.

Parágrafo único. É extensivo aos ferroviários a que se refere este artigo o gozo das vantagens que faculta a Lei n.º 283, de 24 de maio de 1943.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de julho de 1954. — João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.268 — DE 14 DE JULHO DE 1954

*Isenta a Fundação para o Livro do Cego no Brasil do pagamento de impostos e taxas federais.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É isenta, por cinco anos, do pagamento de impostos e taxas federais, exceto a de previdência social, a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, com sede no Distrito Federal.

Art. 2.º O favor, de que trata o art. 1.º, é restrito aos arts. especialmente próprios para a realização dos fins a que se propõe a Fundação.

Art. 3.º As mercadorias e materiais importados ou recebidos em doação, com os favores desta Lei, não poderão ser objeto de cessão, empréstimo ou venda, sem o prévio pagamento dos direitos integrais, exceto aos igualmente beneficiados.

Parágrafo único. Essas mercadorias e materiais poderão ser vendidos a terceiros, mediante prévia autorização da autoridade competente e pagamento dos direitos, segundo o valor que tiverem na época, atendida sua depreciação decorrente de uso.

Art. 4.º É concedida, ainda, à Fundação para o Livro do Cego no Brasil isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social e do imposto de consumo, para 24 (vinte e quatro) caixas com 1.504 (mil trezentos e quatro) quilos de papel "Hammernill Braille Paper" e 988 (novecentos e oitenta e oito) quilos de zinco de 0,25, com temporaria especial para trabalho de esboço, doados pela "Foundation for Overseas Blind".

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.269 — DE 20 DE JULHO DE 1954

*Concede a inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na categoria de estabelecimentos subven-  
cionados pelo Governo Federal.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a inclusão, nos termos do art. 17 da Lei n.º 1.284, de 4 de dezembro de 1950, da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na categoria de estabelecimentos subven-  
cionados pelo Governo Federal, a que se refere o art. 18 da mesma Lei, correspondendo-lhe a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para ocorrer ao pagamento da subvenção ordinária prevista nesta Lei, no exercício de 1954.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
*Edgard Santos*  
*Oswaldo Aranha*

LEI N.º 2.270 — DE 22 DE JULHO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 48.612,99, para pagamento de salários ao Engenheiro Edilson Medeiros da Fonseca.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 48.612,99 (quarenta e oito mil seiscentos e nove cruzeiros e noventa centavos), para ocorrer ao pagamento de salários, no período de 19 de agosto a 31 de dezembro de 1952, ao Engenheiro Edilson Medeiros da Fonseca, como administrador da Estrada de Ferro Mossoró-Sousa.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de julho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS  
*José Americo*  
*Oswaldo Aranha.*

LEI N.º 2.271 — DE 22 DE JULHO DE 1954

*Provê sobre a arguição de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 79, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Cabe ao Procurador Geral da República, toda vez que tiver conhecimento da existência de ato que infrinja algum dos preceitos assegurados no artigo 7.º, inciso VII, da Constituição Federal, submeter o mesmo ao exame do Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. Havendo representação de parte interessada, a qual deverá ser em 2 (duas) vias, o ato arguido de inconstitucionalidade será submetido pelo Procurador Geral da República ao Supremo Tribunal Federal, dentro de 90 (noventa) dias, a partir do seu recebimento.

Art. 2.º Nesse prazo, por 45 (quarenta e cinco) dias improrrogáveis, contados da comunicação da respectiva assinatura, o Procurador Geral da República ouvirá, sobre as razões da impugnação do ato, os órgãos que o tiverem elaborado, ou expedido.

Art. 3.º A falta, ou retardamento, da manifestação dos órgãos em apelo, não prejudicará a observância do prazo constante do parágrafo único do artigo 1.º desta Lei.

Art. 4.º Aplica-se ao Supremo Tribunal Federal o rito do processo do mandado de segurança, de cuja decisão caberá embargos caso não haja unanimidade.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 2.272 — DE 26  
DE JULHO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ..... Cr\$ 78.935.264,30, para pagamento da contribuição do Brasil às despesas da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudo e Aproveitamento do Petróleo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 78.935.264,30 (setenta e oito milhões, noventa e cinco mil, duzentos e sessenta e quatro cruzeiros e trinta centavos), destinado a atender ao pagamento da contribuição do Brasil às despesas da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudo e Aproveitamento do Petróleo, de acordo com o que foi estabelecido nas Notas Reversais trocadas com o Governo da Bolívia, em 12 de agosto de 1953, e como decorrência do Tratado sobre a saída e aproveitamento do petróleo boliviano, de 25 de fevereiro de 1938.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo, será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, à disposição da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudo e Aproveitamento do Petróleo, para atender aos seus "Serviços e Encargos".

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de julho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Vicente Rão

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.273 — DE 26  
DE JULHO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 39.000.000,00, destinado à reconstrução da barragem da Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 39.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), destinado à reconstrução da barragem da Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º As obras de reconstrução da barragem da Pampulha serão executadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, em cooperação com o Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Art. 3.º A aplicação do presente crédito compreenderá os estudos necessários e projeto da nova obra ou aproveitamento da parte não destruída, demolição da parte que se fizer necessária e reconstrução da barragem, inclusive aquisição de equipamento.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de julho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS

José Américo

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.274 — DE 27 DE JULHO DE 1954

*Concede pensão mensal de Cr\$ ..... 1.000,00 às famílias dos falecidos na explosão dos depósitos de material bélico de Deodoro.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a conceder às famílias dos falecidos na explosão dos depósitos de inflamáveis do Exército Nacional, em Deodoro, ocorrida em 1948, a pensão mensal de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), ou a completar pensões que já estejam sendo percebidas pelos herdeiros dessas vítimas ou em via de ser fixadas em quantia inferior a essa.

Parágrafo único — São excluídas as famílias que já possuem pensões iguais ou superiores à quantia referida neste artigo.

Art. 2.º E, ainda, o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de julho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.275 — DE 30 DE JULHO DE 1954

*Modifica o parágrafo único do artigo 872 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O parágrafo único do artigo 872, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) passa a ter a seguinte redação:

“Art. 872:

Parágrafo único. Quando os empregadores deixarem de satisfazer o pagamento de salários, na conformidade da decisão proferida, poderão os empregados ou seus sindicatos, independentes de outorga de poderes de seus associados, juntando certidão de tal decisão, apresentar reclamação à Junta ou Juízo competente, observado o processo previsto no Capítulo II des-

te Título, sendo vedado, porém, questionar sobre a matéria de fato e de direito já apreciada na decisão”.

Art. 2.º Est. Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

*Hugo de Araújo Faria*

LEI N.º 2.276 — DE 30 DE JULHO DE 1954

*Revoga o art. 4.º da Lei n.º 1.937, de 10 de agosto de 1953, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É revogado o art. 4.º da Lei n.º 1937, de 10 de agosto de 1953.

Art. 2.º As vagas de sargentos músicos não preenchidas por efeito do dispositivo acima referido, passarão a ser preenchidas, a partir da publicação da presente Lei, de acordo com os mesmos critérios que vinham sendo adotados a respeito na Polícia Militar do Distrito Federal.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de julho de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.277, DE 30 DE JULHO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.334.878,00, para atender às despesas resultantes do cumprimento da segurança impetrada em favor de Pedro Mariani Serra, Clarindo Mey, Maurílio Monteiro Pereira da Cunha, Ayrton Bittencourt Lobo, Carlos Miguez Garrido e Armando Pereira de Andrade.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério

da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.334.878,00 (um milhão, trezentos e trinta e quatro mil, citocentos e setenta e oito cruzeiros), para atender às despesas correspondentes ao período de 17 de outubro de 1952 a 31 de dezembro de 1954, resultantes da execução da segurança impetrada em favor de Pedro Mariani Serra, Clarindo Mey, Maurílio Montelero Pereira da Cunha, Ayrton Bittencourt Lobo, Carlos Miguez Garrido e Armando Pereira de Andrade, concedida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, por decisão de 17 de outubro de 1952 para que permaneçam como professores em comissão, com os vencimentos que vinham percebendo, correspondentes ao padrão "O".

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1954: 133.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 2.278 — DE 30 DE JULHO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.966.429,00 para atender as despesas com o pagamento de gratificação aos professores civis do Magistério Militar.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ .. 2.966.429,00 (dois milhões, novecentos e seis mil, quatrocentos e vinte e nove cruzeiros), a fim de ocorrer às despesas com o pagamento de gratificação aos professores civis do Magistério Militar abaixo mencionados:

Alexandre Barreto .....	230.332,80
Alcides Fonseca .....	270.801,80
Deão Coutinho .....	270.801,80
Djalma Régis Bittencourt .....	280.461,80
Octávio de Souza .....	282.461,80
Benedicto Augusto Carvalho dos Santos .....	174.082,80
Jorge Figueira Machado .....	234.261,80

João Marinho de Albuquerque Andrade .....	286.900,00
Pedro Anselmo de Abreu Albano .....	269.753,20
Misael Gomes da Silva Milton Torres Cruz (falecido) .....	269.753,20
Júlio de Mattos Ibiapina (falecido) .....	176.960,00
.....	189.937,20
Total .....	2.966.429,00

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1954: 133.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Zenóbio da Costa

Oswaldo Aranha.

LEI N.º 2.279 — DE 2 DE AGOSTO DE 1954

*Cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São criadas, na Justiça do Trabalho, as seguintes Juntas de Conciliação e Julgamento:

- a) 3.ª, 9.ª e 10.ª com sede em São Paulo, Estado de São Paulo;
- b) 2.ª, com sede em Recife, Estado de Pernambuco;
- c) Única, com sede em Paulista, Estado de Pernambuco.

Art. 2.º A jurisdição das Juntas sediadas na Capital do Estado de Pernambuco abrangerá o território do Município de Olinda.

Art. 3.º São criados cinco cargos de Juiz do Trabalho Presidente da Junta e dez funções de Vogal, sendo cinco para a representação de empregadores e cinco para a de empregados, correspondentes às Juntas a que se refere esta lei.

§ 1.º É criado o cargo de suplente de Juiz do Trabalho, Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista.

§ 2.º Haverá um suplente para cada vogal.

§ 3.º Os vencimentos dos cargos e gratificações das funções de que trata este artigo serão os fixados na lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948.

Art. 4.º Os mandatos dos Vogais das Juntas de que trata o artigo anterior terminarão simultaneamente com os dos titulares das demais Juntas das respectivas jurisdições, atualmente em curso.

Art. 5.º Os Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho, das 2.ª e 6.ª Regiões, promoverão a instalação das Juntas ora criadas no âmbito de suas jurisdições.

Art. 6.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos especiais para execução desta lei, até a importância de Cr\$ 3.094.800,00 (três milhões, noventa e quatro mil e oitocentos cruzeiros).

Art. 7.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1954;  
133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Tancredo de Almeida  
Neves

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.280 — DE 3 DE AGOSTO  
DE 1954

*Assegura aos associados dos Institutos e Caixas de Previdência Social, atacados de tuberculose, o benefício do auxílio-enfermidade.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º Aos associados dos Institutos e Caixas de Previdência Social, atacados de tuberculose, é assegurada o benefício do auxílio-enfermidade, qualquer que seja o número de contribuições feitas para a respectiva instituição.

Art. 2.º O auxílio-doença será devido enquanto durar a incapacidade, até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade, ou, se se tratar de trabalhador

autônomo, a partir da data de início da incapacidade.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 3 de agosto de 1954.  
— João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.281 — DE 4 DE AGOSTO DE 1954

*Dispõe sobre a contribuição para o montepio militar*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Aos oficiais da ativa do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros, com mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço computável para fins de inatividade, é facultado contribuir para o montepio relativo ao segundo posto que se seguir ao da respectiva patente, ficando assegurada aos seus herdeiros a pensão correspondente.

Parágrafo único. Igual direito é assegurado aos oficiais daquelas Forças que passaram à inatividade com mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1954;  
133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Tancredo de Almeida  
Neves  
Renato de Almeida  
Guillobel  
Zenóbio da Costa  
Nero Moura

LEI N.º 2.282 — DE 4 DE AGOSTO  
DE 1954

*Modifica a Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Do valor de 50% (cinquenta por cento) que ficar a cargo dos



devedores, nos termos do art. 2.º, da Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, é deduzida a importância de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), cujo pagamento será efetuado integralmente pela União, em apólices e de uma só vez, de acordo com o art. 4.º da mesma lei.

§ 1.º A importância de 50% (cinquenta por cento), a cargo da União fixada no mesmo art. 4.º, será acrescida dos juros vencidos e vencendo, pagos ou não, desde a data da constituição das dívidas até 30 de dezembro de 1954.

§ 2.º Incluem-se no passivo reajustável as despesas judiciais ou extrajudiciais feitas pelos credores e devedores e devidamente comprovadas. Tratando-se de honorários de advogado, na falta de contrato devidamente legalizado, o preço não poderá ser superior a 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito.

§ 3.º O passivo reajustável que não ultrapassar o valor de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) será pago, na sua totalidade, pela União, na forma deste artigo, quitados os devedores, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4.º da Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952.

§ 4.º Nos casos de pagamento antecipado de todas as prestações a cargo dos devedores, e, quando provado perante o juiz competente, por documento público, ou particular, constante de registro público, ou escrita bancária, que a liquidação foi feita com produto de empréstimo obtido de terceiros, o pagamento da indenização correspondente às aludidas prestações será diretamente efetuado aos devedores nos termos já estabelecidos neste artigo.

§ 5.º Aplica-se à redução feita neste artigo o disposto no § 3.º do artigo 2.º, da citada Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952.

Art. 2.º As prestações a que se refere o § 1.º do art. 2.º da Lei número 1.728, de 10 de novembro de 1952, são as que se tornaram devidas a partir da Lei n.º 209, de 2 de janeiro de 1948.

Parágrafo único. O pagamento de tais prestações será efetuado a 30 de dezembro de cada ano.

Art. 3.º Quando se tratar de homologação judicial, nos termos do art. 11

da Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, a concessão dos favores desta lei dependerá da decisão proferida no pedido de extensão dos benefícios daquela lei.

Art. 4.º Nos processos de reajuste já deferidos, mesmo com a respectiva sentença transitada em julgado, assiste aos devedores o direito de requerer, dentro do prazo estabelecido nesta lei, a revisão do cálculo, para efeito da redução prevista no art. 1.º.

Art. 5.º Fica elevado para Cr\$ 1,50 (um cruzeiro e cinquenta centavos) o selo criado pelo art. 11 da Lei número 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

Art. 6.º Os criadores e recriadores de gado bovino que satisfaçam uma das condições das alíneas a, b ou c, do art. 17 da Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, gozarão dos benefícios desta lei, em relação às suas dívidas de 19 de janeiro de 1945 a 31 de dezembro de 1951, desde que, em tempo hábil, hajam requerido os benefícios da referida lei e não incidam na proibição do § 1.º do citado artigo 17.

Art. 7.º É assegurado às firmas ou empresas comerciais que tenham escrita regular e sejam credoras de criadores e recriadores, nos termos das Leis ns. 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro de 1948, 1.002, de 24 de dezembro de 1949 e 1.728, de 10 de novembro de 1952, de importância superior a 80% (oitenta por cento) de seu capital social, o direito de, com as apólices de que trata esta lei, cautionar empréstimos em estabelecimento bancário.

Art. 8.º O prazo para requerimento dos favores da presente lei será de 120 (cento e vinte) dias, a contar de sua publicação.

Art. 9.º Continuam em vigor no que for aplicável, em face desta lei ou por ela não contrariados, os dispositivos das Leis ns. 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro de 1948, 1.002, de 24 de dezembro de 1949 e 1.728, de 10 de novembro de 1952.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Aranha

Apolonio Sales

LEI N.º 2.283 — DE 9 DE AGOSTO  
DE 1954

*Altera dispositivos da lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).*

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O militar, excetuados os alunos das Escolas de Formação de Oficiais, até os postos de coronel do Exército e da Aeronáutica, e capitão de mar-e-guerra, no exercício das funções de arregimentado ou embarcado, fará jus após o primeiro ano de efetivo serviço militar, a uma gratificação transitória, denominada de Tropa ou Embarque, no valor de 20% (vinte por cento) dos vencimentos de seu pósto ou graduação, a fim de compensar o grande desgaste físico, a instabilidade de horário e a exigência de tempo integral.

§ 1.º A gratificação de que trata este artigo será suspensa toda vez que o militar, por qualquer motivo, exceto férias regulamentares ou serviço de justiça, afastar-se por mais de 3 (oito) dias de suas funções de arregimentado ou de embarcado.

§ 2.º O militar nomeado ou designado para cargo fora da tropa ou do navio, embora considerado arregimentado, embarcado, para efeito de promoção ou outro motivo qualquer, não fará jus à gratificação de Tropa ou Embarque.

§ 3.º A gratificação de Tropa ou Embarque é extensiva ao Militar arregimentado em Centro de Instrução, quando não receber a gratificação de ensino; ao prático ou praticante de prático do Quadro de Prático da Armada; e ao instrutor, auxiliar de instrutor ou monitor de Tiro de Guerra, durante o período de funcionamento dessas Escolas de instrução (art. 36 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

§ 4.º A gratificação de Tropa e de Embarque não é acumulável com as gratificações transitórias referidas no art. 36 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951, exceto as de guarnição especial, e na forma do que preceitua o art. 4.º da presente Lei, a de representação.

Art. 2.º A etapa suplementar será concedida ao aspirante a oficial, ao guarda-marinha e ao aspirante a ofi-

cial fuzileiro naval, até que complete 1 (um) ano de pósto, ou seja promovido a 2.º tenente, quando passará a vencer a vantagens do art. 1.º desta Lei.

§ 1.º ... (Vetado) ...

§ 2.º A etapa a que se refere este artigo só será abonada aos militares no exercício de suas funções, matriculados nas escolas ou cursos, em trânsito, férias, em qualquer dispensa do serviço, licenciados para tratamento de saúde ou de pessoa de sua família, bem como enquanto aguardam reforma por motivo de invalidez.

Art. 3.º As praças reformadas em consequência de moléstia definida no art. 303 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, e as reformadas devido outras doenças consideradas incuráveis, terão direito à etapa de alimentação prevista para o asilado que sofra de moléstia contagiosa e incurável (art. 309 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

Art. 4.º A gratificação de Tropa e Embarque e a gratificação de que trata a letra *n* do art. 110 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares (Serviço do Estado Maior) são acumuláveis, quando for o caso, com a gratificação relativa às funções constantes das mais letras deste último artigo, não podendo a soma das duas gratificações exceder de 30% (trinta por cento) dos vencimentos dos que a elas fizerem jus.

Art. 5.º O valor das diárias de alimentação e de pousada para as mais praças será o seguinte:

a) cabo, 100% (cem por cento) do vencimento diário;

b) outras praças, 100% (cem por cento) do vencimento diário, não podendo, entretanto, ser inferior a Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros).

Art. 6.º É extensiva aos professores primários dos ministérios militares efetivos, em comissão ou contratados, a gratificação de ensino prevista nos arts. 125 e 126 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Parágrafo único. Os militares nomeados ou designados professores primários, e os civis mesmo contratados ou em comissão de níveis superior, secundário, técnico e primário, farão jus à gratificação da alínea *c* do artigo 126 do Código de Vencimento e Vantagens dos Militares; os auxiliares de professores e os monitores à alínea *d* do mesmo artigo.

Art. 7.º Ficam incluídas entre as vantagens incorporáveis (art. 36, letra a, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares):

a) 50% (cinquenta por cento) do valor do abono militar previsto pelo art. 72 da lei n.º 1.316, de 26 de janeiro de 1951;

b) a percentagem de gratificação de guarnição especial correspondente à letra c do art. 123 da mesma lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo abrangem os militares que se encontram na Reserva ou Reformados.

Art. 3.º Os professores primários civis postos à disposição dos corpos de tropa ou estabelecimentos militares terão direito, a uma gratificação de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), pagos pelo ministério correspondente.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 68.º da República.

GETULIO VARGAS

Tancredo de Almeida  
Neves  
Renato de Almeida Guillobel  
Zenobio da Costa  
Nero Moura

LEI N.º 2.284 — DE 9 DE AGOSTO  
DE 1954

*Regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os (Vetado) extranumerários mensalistas da União e das autarquias que contem ou venham a contar mais de 5 (cinco) anos de serviço público, ininterruptos ou não, serão equiparados aos funcionários efetivos para todos os efeitos.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto neste artigo, o tempo de serviço público será contado de acordo com as Leis ns. 525-A, de 7 de dezembro de 1948, e 1.711, de 28 de outubro de 1952, inclusive o que já

tenha sido mandado computar, para outros fins, em leis especiais anteriores.

Art. 2.º ... (Vetado) ...

Art. 3.º O salário dos contratados da União não poderá ser fixado em valor superior ao do padrão "O", ou referência 21, e o dos tarefeiros não ultrapassará ao do padrão "K", ou referência 27.

Parágrafo único. O salário dos contratados e tarefeiros das demais entidades não poderá ser superior ao fixado pela União na forma deste artigo.

Art. 4.º ... (Vetado) ...

Art. 5.º Dentro de 30 (trinta) dias a partir da vigência da presente Lei serão obrigatoriamente apostilados os títulos dos servidores beneficiados por esta Lei e expedidos títulos aos que não os possuírem.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 68.º da República.

GETULIO VARGAS

Tancredo de Almeida  
Neves  
Renato de Almeida  
Guillobel  
Zenobio da Costa  
Vicente Rão  
Oswaldo Aranha  
José Américo  
Apolônio Sales  
Edgar Santos  
Hugo de Araújo Faria  
Nero Moura  
Mário Pinotti

LEI N.º 2.235 — DE 9 DE AGOSTO  
DE 1954

*Dispõe sobre o foro das causas em que as autarquias forem autoras.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º As causas em que forem autoras as autarquias serão ajuizadas no foro do domicílio do réu.

Art. 2.º Nas comarcas do interior dos Estados e Territórios a representação legal das autarquias incumbe

aos seus procuradores ou a mandatários especialmente constituídos.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de agosto de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.286 — DE 11 DE AGOSTO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para auxiliar a reconstrução do Instituto Princesa Isabel.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), a título de auxílio ao Instituto Princesa Isabel, no Distrito Federal, para reconstrução do seu edifício escolar sinistrado em virtude de incêndio.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 11 de agosto de 1954. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 2.287 — DE 16 DE AGOSTO DE 1954

*Dispõe sobre a concessão de gratificação adicional por tempo de serviço ao pessoal das estradas de ferro em regime especial.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ao empregado de estradas de ferro em regime especial, que completar 20 (vinte) anos de serviço na empresa será atribuída uma gratificação igual a 15 % (quinze por cento)

do respectivo vencimento ou salário, a qual será elevada a 25 % (vinte e cinco por cento), quando o tempo de serviço for de 25 (vinte e cinco) anos completos.

Parágrafo único. Será computado para os fins desta lei o tempo de serviço prestado à empresa antes de sua transferência para a União, bem como o que for apurado de acordo com os arts. 145 e 146 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, regulamentados pelo art. 7.º do Decreto n.º 31.922, de 15 de dezembro de 1952.

Art. 2.º A vantagem a que se refere esta lei é devida a partir de 1 de novembro de 1952.

Art. 3.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 152.673.879,60 (cento e cinquenta e dois milhões, seiscentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e nove cruzeiros e sessenta centavos), para atender, nos exercícios de 1952, 1953 e 1954, às despesas decorrentes da execução desta lei.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS.

*José Americo de Almeida.  
Oswaldo Aranha.*

LEI N.º 2.288 — DE 19 DE AGOSTO DE 1954

*Revoga o Decreto-lei n.º 9.267, de 20 de maio de 1946, que considerou malarigena a zona de Barra Bonita, no Estado de São Paulo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É revogado o Decreto-lei n.º 9.267, de 20 de maio de 1946, que considerou malarigena, para efeito do que dispõe o item I, do art. 120, do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, a zona de Barra Bonita, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Mário Pinotti

LEI N.º 2.289 — DE 19 DE AGOSTO  
DE 1954

*Dispõe sobre os professores catedráticos aposentados da Universidade do Brasil, da Universidade Rural e da Escola Superior de Agricultura e de Medicina Veterinária.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os professores catedráticos da Universidade do Brasil, da Universidade Rural e da Escola Superior de Agricultura e de Medicina Veterinária aposentados compulsoriamente aos 68 (sessenta e oito) anos de idade, anteriormente à lei que aumentou os vencimentos desses servidores, terão seus estipêndios equiparados aos dos que estão passando à inatividade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Apolônio Sales

Edgard Santos

LEI N.º 2.290 — DE 21 DE AGOSTO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 205.660,80, para pagamento de gratificação adicional a servidores do mesmo Ministério.*

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 205.660,80 (duzentos e cinco mil seiscentos e sessenta cruzeiros e oitenta centavos), para atender, de acordo com o disposto na Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, ao pagamento de gratificação adicional de 40% sobre os salários, no período de 17 de novembro de 1950 a 3.º de dezembro de 1951, aos servidores abaixo relacionados:

José da Costa Moreira ..	45.248,00
Dirceu Corrêa de Menezes	32.750,00
Tales Miranda da Costa	
Moreira .....	32.750,00
Lúcio Glaucio Pinto ....	27.795,20
Hélio Andrade de Carva-	
lho .....	27.795,20
Aderbal Pereira de Melo	23.216,40
Zely Arêas Cochiarale ..	16.106,00
Total .....	205.660,80

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Tancredo de Almeida  
Neves

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.291 — DE 21 DE AGOSTO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 24.450.000,00 destinado à fabricação de submetralhadoras Madsen M 46, calibre 45.*

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 24.450.000,00 (vinte e quatro milhões quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros) com vigência durante 2 (dois) anos, destinado à fabricação, pela Indústria Nacional de Armas S.A., de submetralhadoras Madsen M 46, calibre 45.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS  
Zenóbio da Costa  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.292 — DE 23 DE AGOSTO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para atender às despesas decorrentes das visitas ao Brasil do Presidente da República do Perú e do Ministro das Relações Exteriores do Equador.*

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes das visitas ao Brasil do Presidente da República do Perú e do Ministro das Relações Exteriores do Equador.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS  
Vicente Ráo  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.293 — DE 23 DE AGOSTO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 destinado à aquisição de um navio para servir na navegação lacustre no Rio Grande do Sul.*

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), destinado à aquisição de um navio, para servir na navegação lacustre no Rio Grande do Sul, em substituição ao de nome "Rio Grande" que, por imprestável, foi retirado do tráfego pelo Lóide Brasileiro.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 6.º da República.

GETULIO VARGAS  
José Américo  
Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.294 — DE 23 DE AGOSTO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.800.000,00 para pagamento das despesas decorrentes da participação do Brasil em Feiras Internacionais.*

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros), para pagamento das despesas decorrentes da participação do Brasil, no exercício de 1953, nas Feiras Internacionais de Milão, Fátua, Trieste, Bari, na Itália; Lausanne, na Suíça, e Feira da América, Mendoza, na República Argentina.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS  
Hugo de Araújo Faria  
Oswaldo Aranha

## LEI N.º 2.295 — DE 23 DE AGOSTO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 561.169,90, para pagamento das gratificações de magistério a professores do mesmo Ministério.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 561.169,90 (quinhentos e sessenta e um mil, cento e sessenta e nove cruzeiros e noventa centavos), para pagamento das gratificações de magistério a que têm direito, de acordo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelos de números 6.660, de 5 de julho de 1944, e 8.315, de 7 de dezembro de 1945, aos seguintes professores do mesmo Ministério:

Número	Professores	Importância
		Cr\$
1	Manoel José de Menezes, professor, padrão J, da Escola Técnica de Salvador, da Diretoria do Ensino Industrial (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1946) .....	14.400,00
2	Luiz de Oliveira Santos, professor, padrão J, da Escola Técnica de Salvador, da Diretoria do Ensino Industrial (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1946) .....	14.400,00
3	Walter Gomes Cardim, professor catedrático, padrão N, do Colégio Pedro II — Externato (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1951) .....	13.120,00
4	Aurino José Duarte, professor catedrático, padrão O, da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1950) .....	6.000,00
5	Luiz Ferreira dos Santos, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950) .....	18.483,90
6	Edgar Altino Corrêa de Araújo, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950) ..	18.483,90
7	Luiz Barros da Silva Freire, professor catedrático, padrão O, da Escola de Química da Universidade do Recife (período de 8 a 31 de dezembro de 1950 e de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1952) .....	19.161,30
8	José Gonçalves dos Santos, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950) ..	18.483,90
9	Nelson de Albuquerque Melo, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro de 1950 a 31 de dezembro de 1952) ....	54.000,00

Número	Professores	Importância
		Cr\$
10	Cristiano Alberto Muller, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952) .....	37.161,30
11	Anibal Bruno de Oliveira Firmo, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Direito da Universidade do Recife (período de 28 de setembro de 1948 a 21 de abril de 1951 e de 22 de abril de 1951 a 31 de dezembro de 1952) ..	45.850,00
12	Eduardo Zacaro Faraco, professor catedrático (F.M. — U.R.G.S.), padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul (período de 8 de agosto a 31 de dezembro de 1951) .....	2.387,10
13	Alcides d'Ávila Codeceira, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 7 de setembro de 1950) .....	12.833,90
14	Manoel Viana de Vasconcelos, professor catedrático, padrão O, da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 30 de julho de 1950 a 31 de dezembro de 1951) .....	8.532,20
15	Henrique Bettles, professor, padrão K, da Escola Técnica de Curitiba, da Diretoria do Ensino Industrial (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1952) .....	10.200,00
16	Heitor Pereira Carrilho, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952) .....	18.720,40
17	Eurico Monteiro de Matos, aposentado no cargo de professor catedrático, padrão O, da Escola de Química da Universidade do Recife (período de 1 de janeiro de 1951 a 8 de setembro de 1952) .....	10.133,36
18	João Brasil Silvado Júnior, aposentado no cargo de professor, padrão K, do Instituto Nacional de Surdos e Mudos (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1946) .....	14.400,00
19	Achiles Ribeiro de Araújo, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Nacional de Medicina, da Universidade do Brasil (período de 8 de agosto de 1949 a 31 de dezembro de 1952) ..	20.387,10
20	Carlos Arnóbio Franco, professor, padrão M, da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará (período de 23 de janeiro de 1950 a 31 de dezembro de 1951) .....	54.033,50
21	Agripino Ether, professor catedrático, padrão O, do Curso de Odontologia da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952) .....	37.161,30
22	Maria Romana Calmon Moniz de Bittencourt, professor, padrão K, da Escola Técnica do Salvador, da Diretoria do Ensino Industrial (período de 19 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1947) .....	9.240,00



Numero	Professores	Importância
		Cr\$
23	Rui Ferreira da Cunha, professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais (período de 19 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1951) . . . . .	36.629,00
24	Tito Enéas Leme Lopes, professor catedrático, padrão O, da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 31 de janeiro de 1951 a 31 de dezembro de 1952) . . . . .	11.516,10
25	Eurico Monteiro de Matos, aposentado no cargo de professor catedrático, padrão O, da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 7 de agosto de 1951) . . . . .	18.483,90
26	Manoel Antônio de Moraes Rêgo, aposentado no cargo de professor catedrático, padrão O, das cadeiras de Termodinâmica e Motores Térmicos e de Estabilidade das Construções, ambas da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Recife (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950) . . . . .	36.967,80
	Total . . . . .	561.169,90

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS

Edgard Santos

Oswaldo Aranha

LEI N.º 2.296 — DE 23 DE AGOSTO  
DE 1954

*Estabelece a obrigatoriedade para o comércio atacadista e varejista, os hotéis, restaurantes, boites e casas de pasto, da apresentação à venda de vinhos de uvas nacionais.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O comércio atacadista e varejista, os hotéis, restaurantes, boites e casas de pasto, são obrigados, sob pena de multa de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), a apresentar à venda vinhos de uvas nacionais, desde que tenham a venda vinhos estrangeiros.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETULIO VARGAS.

Apolônio Sales

LEI N.º 2.297 — DE 23 DE AGOSTO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 4.000.000,00 e Cr\$ 3.000.000,00, para contratar, respectivamente, os estudos do potencial hidráulico do Salto Capivara no rio Paranapanema e o do Estreito no rio Uruguai, da Cachoeira da Fumaça e de outros desníveis do rio Itabapoana.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a contratar os estudos do aproveitamento do potencial hidráulico do Salto Capivara no rio Paranapanema e o do Estreito no rio Uruguai, por intermédio do Departamento Nacional de Obras e Saneamento do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a confecção dos projetos das usinas do Salto Capivara no rio Paranapanema e do Estreito no rio Uruguai, dos quais farão parte os estudos da conveniência ou não de se adotar a solução ponte-barragem obedecidas as especificações do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 3.º E' o Poder Executivo também autorizado a contratar os estudos do aproveitamento do potencial hidráulico da Cachoeira da Fumaça e de outros desníveis do rio Itabapoana, por intermédio do Departamento Nacional de Obras e Saneamento do Ministério da Viação e Obras Públicas, ou em cooperação com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, ficando aberto ao mesmo Ministério, para esse fim, o crédito especial de Cr\$ ..... 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros).

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de agosto de 1954. — *Alexandre Marcondes Filho*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

LEI N.º 2.298 — DE 23 DE AGOSTO  
DE 1954

*Dispõe sobre vencimentos dos juizes, quando convocados para funcionar no Tribunal de Justiça do Distrito Federal.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º Os juizes, quando convocados para funcionar no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, perceberão vencimentos iguais aos dos desembargadores.

Parágrafo único. Em casos de suspeição ou impedimento do desembargador, o respectivo substituto não gozará das vantagens deste artigo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de agosto de 1954. — *Alexandre Marcondes Filho*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

LEI N.º 2.299 — DE 23 DE AGOSTO  
DE 1954

*Concede isenção de direitos de importação e de taxas aduaneiras para materiais destinados ao Estado do Rio Grande do Sul.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e de taxas aduaneiras, excluída a de previdência social, para quatro "scrappers", modelo L/S, três "tounapulls" com "carryal scraper" e motor Cummins Diesel, de 150 H.P., importados pelo Estado do Rio Grande do Sul para o seu Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem e vindos pelos navios Scania, Mark Hanna e Fenris.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de agosto de 1954. — *Alexandre Marcondes Filho*, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

LEI N.º 2.300 — DE 23 DE AGOSTO  
DE 1954

*Dispõe sobre o aumento de capital das sociedades anônimas financiadas pelo Banco do Brasil S. A.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º As sociedades anônimas que houverem obtido ou pretendem obter empréstimos no Banco do Brasil S. A., pela sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, poderão, mediante prévia deliberação da assembleia geral especialmente convocada para resolver sobre a matéria, autorizar o aumento de capital não superior ao empréstimo, emitindo imediatamente os títulos independente de subscrição ou de realização para os fins e sob as condições previstas nesta lei.

§ 1.º As ações a serem emitidas, correspondentes ao aumento do capital, serão preferenciais e ao portador aplicando-se-lhes as regras do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1949.

§ 2.º Os títulos conterão obrigatoriamente em negrito, no frontispício, o número e a data desta lei, que será integralmente transcrita no verso dos mesmos.

Art. 2.º As ações representativas do aumento de capital autorizado serão entregues, em sua totalidade, ao Banco do Brasil S. A.

Art. 3.º Enquanto não for resgatado o empréstimo, o Banco do Brasil S. A. poderá transferir a terceiros, pelo seu valor nominal, as ações emitidas, sendo o produto da venda empregado na amortização da dívida.

§ 1.º Na proporção do número de ações que possuírem, terão os acionistas preferência para a aquisição das novas ações, durante o prazo fixado pela assembleia geral, não excedente de 60 (sessenta) dias.

§ 2.º No transferir as ações, o Banco do Brasil S. A. declarará, no respectivo título, a data da transferência e fará imediata comunicação do fato à sociedade emissora.

§ 3.º Só a partir da transferência das ações será o capital considerado aumentado, pelo valor das transferências efetuadas, para todos os efeitos, inclusive a distribuição de dividendos.

§ 4.º Resgatado o empréstimo, ou a proporção em que ele for amortizado pelo devedor, o Banco do Brasil S. A. devolverá à sociedade emissora as ações, que não houver transferido a terceiros, as quais serão desde logo inutilizadas, lavrando-se termo assinado pelos diretores e pelo representante do Banco do Brasil S. A.

Art. 4.º As sociedades, que houverem aumentado seu capital, nos termos desta lei, nas suas aplicações oficiais e no texto das ações, deverão declarar o capital realizado e o limite do aumento autorizado, de acordo com a presente lei.

Art. 5.º Os diretores, gerentes e fiscais das sociedades anônimas, que se valerem da faculdade outorgada por esta lei, incorrerão nas penas previstas no art. 193 do Decreto-lei número 2.627, de 29 de junho de 1949, quando derem as ações finalidades diversas da expressamente autorizada, ou com elas praticarem qualquer transação não permitida nesta lei.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de agosto de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

LEI N.º 2.301 — DE 27 DE AGOSTO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para ocorrer às despesas com a representação do Brasil ao 5.º Congresso Internacional de Hematologia.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), para ocorrer às despesas com a apresentação do Brasil ao 5.º Congresso Internacional de Hematologia, promovido pela Sociedade Internacional de Hematologia, a realizar-se, em Paris, em setembro de 1954.

Art. 2.º A delegação a ser enviada ao Congresso Internacional de

Hematologia, além de um observador do Ministério da Saúde, que será seu presidente, deverá ser integrada pelos oito médicos especialistas convidados pela Sociedade promotora do certame.

Art. 3.º Os médicos brasileiros, designados para essa delegação, deverão apresentar ao Ministério da Saúde, depois do Congresso e no prazo máximo de quatro meses, amplo relatório contendo suas observações sobre os temas debatidos no mesmo Congresso e sugestões relativas à aplicação, em nosso país, das novas aquisições no domínio da hematologia.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Mário Pinotti

Eugenio Gudín

LEI N.º 2.302 — DE 28 DE AGOSTO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para atender às despesas com a realização do II Congresso Interamericano de Reumatologia.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ ..... 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para atender às despesas com a realização, no Distrito Federal, em agosto de 1954, do II Congresso Interamericano de Reumatologia.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Mário Pinotti

Eugenio Gudín

LEI N.º 2.303 — DE 28 DE AGOSTO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 41.572,50, para pagamento de gratificação adicional à Aida de Andréa Montagna.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ ... 41.572,50 (quarenta e um mil, quinhentos e setenta e dois cruzeiros e cinquenta centavos), para ocorrer ao pagamento da gratificação adicional à Assistente da Secretaria da Presidência da República, Aida de Andréa Montagna, no período de fevereiro de 1951 a dezembro de 1952.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.304 — DE 30 DE AGOSTO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 52.707,50, para regularizar o pagamento de gratificação a servidores do Departamento de Administração do mesmo Ministério.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 52.707,50 (cinquenta e dois mil setecentos e sete cruzeiros e cinquenta centavos), para regularizar o pagamento da gratificação a que se refere a Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, efetuado, no exercício de 1953, aos seguintes servidores do Departamento de Administração do mesmo Ministério, na forma dos

arts. 240 e 241 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública:

Romualdo José de Carvalho, médico, classe K (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro) ..... 20.688,00

Luiz Alberto de Sousa Medeiros, dentista, referência 29 (período de 1 de janeiro a 31 de dezembro) ..... 29.184,00

Neide Mont'Alverne, operador de Raio X, referência 23 (período de 1 de janeiro a 8 de abril) ..... 2.835,50

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Lucas Lopes

Eugênio Gudin.

LEI N.º 2.305 — DE 30 DE AGOSTO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.730.000,00, para atender aos compromissos resultantes de contrato firmado entre a Inspetoria Salesiana de Santo Afonso e as Missões Salesianas do Rio Negro.*

O Presidente da República: Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.730.000,00 (um milhão, setecentos e trinta mil cruzeiros), para atender aos compromissos resultantes de contrato firmado entre a Inspetoria Salesiana de Santo Afonso e as Missões Salesianas do Rio Negro, decorrente da execução de serviço de observações meteorológicas, de caráter internacional a que o Brasil se obrigou em Congressos mundiais.

Art. 2.º O crédito de que trata o art. 1.º desta Lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas, dispensada a exigência do artigo 93 do Regulamento do Código de Contabilidade e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Apolônio Sales

Eugênio Gudin.

LEI N.º 2.305 — DE 30 DE AGOSTO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 70.892,00, para pagamento de indenização devida aos proprietários da Fazenda Retiro, situada no 5.º Distrito do Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro.*

O Presidente da República: Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 70.892,00 (setenta mil, oitocentos e noventa e dois cruzeiros), para pagamento de indenização devida aos proprietários da Fazenda Retiro, situada no 5.º Distrito do Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, pelo Departamento de Obras e Saneamento, em consequência da abertura do Canal Santana, no Distrito de Sepetiba, no trecho entre as estacas 915 e 954, correspondente a uma área de 51.792 metros quadrados.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Lucas Lopes

Eugênio Gudin.

LEI N.º 2.307 — DE 30 DE AGOSTO  
DE 1954

*Estende aos Territórios Federais do Acre, Amapá e Rio Branco dispositivos da Lei n.º 1.455-A, de 11 de outubro de 1951, que dispõe sobre alienação de imóveis.*

O Presidente da República: Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São extensivos aos Territórios Federais do Acre, Amapá e Rio

Branco, no que couber, os preceitos estatuidos nos arts. 1.º, 2.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, com seus parágrafos, e art. 9.º da Lei n.º 1.455-A, de 11 de outubro de 1951.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

João Café Filho

Miguel Seabra Fagundes

Eugênio Gudin.

LEI N.º 2.262 — DE 31 DE AGOSTO DE 1954

*Institui o Fundo Federal, de Eletrificação, cria o imposto único sobre energia elétrica, altera a legislação do imposto de consumo, e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPUBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É instituído o Fundo Federal de Eletrificação, destinado a prover e financiar instalações de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, assim como o desenvolvimento da indústria de material elétrico.

Art. 2.º O Fundo Federal de Eletrificação será constituído:

a) da parcela pertencente à União do imposto único sobre energia elétrica;

b) de 2/10 (dois décimos) da importância do produto da arrecadação da taxa de que trata o art. 1.º da lei n.º 156, de 27 de novembro de 1947, que é elevada para 10% (dez por cento), mantidas as isenções do art. 3.º, da mencionada lei n.º 156, em todas as suas alíneas, e do art. 11 da lei n.º 1.807, de 7 de janeiro de 1953;

c) de dotações consignadas no orçamento geral da União;

d) de rendimentos de depósitos e de aplicações do próprio Fundo.

Art. 3.º A energia elétrica entregue ao consumo é sujeita ao imposto único, cobrado pela União sob a forma de imposto de consumo, pago por quem a utilizar.

Parágrafo único. O imposto único de que trata esta lei não isenta nem aos seus contribuintes, nem as entidades produtoras, transmissoras, comerciantes e distribuidoras de energia elétrica, do pagamento dos impostos de renda e do selo, incidentes e processados nos termos das leis e regulamentos específicos, ficando, porém, mantidas, em sua plenitude, as isenções de impostos outorgadas pela legislação em vigor às referidas entidades.

Art. 4.º O imposto único de que trata o art. 3.º desta lei será arrecadado sob as seguintes bases:

I — Cr\$ 0,20 (vinte centavos) por kwh (quilowatt-hora) de luz;

II — 0,10 (dez centavos) por kwh (quilowatt-hora) de força;

III — 5% (cinco por cento) sobre o preço do consumo a *forfait*.

§ 1.º Se, no cálculo do custo da produção anual, a energia elétrica consumida por qualquer indústria, exclusive o imposto, participar, necessariamente, com mais de 5 (cinco) e menos de 10% (dez por cento), o imposto será devido à razão de 50% (cinqüenta por cento) da taxa prevista neste artigo, reduzindo-se a 30% (trinta por cento), quando a participação for de 10 (dez) a 15% (quinze por cento) e a 10% (dez por cento) quando a participação for igual ou superior a 15% (quinze por cento).

§ 2.º A União restituirá às empresas beneficiadas pelas disposições do parágrafo anterior as importâncias porventura recebidas indevidamente no ano anterior.

§ 3.º O imposto único será arrecadado na conta que as empresas ou entidades são obrigadas a expedir e será recolhido à repartição arrecadadora local ou à Delegacia Fiscal a que estiverem jurisdicionadas, dentro nos vinte primeiros dias do mês subsequente ou da expedição da conta, mediante guia em três vias.

§ 4.º Nos livros fiscais próprios, serão escriturados por partidas que abranjam período não superior a 30 (trinta) dias — pelas empresas ou entidades fornecedoras de energia elétrica — o número de quilowatts-hora (kwh) consumidos (luz e força), as importâncias das contas expedidas mensalmente (consumo por kwh) e a (*forfait*), o total do imposto devido e outros elementos necessários ao efetivo controle do tributo.

§ 5.º Estão isentos do pagamento do imposto:

a) a parte consumida nas oficinas e outros serviços pertinentes à produção, transmissão e distribuição de eletricidade das empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica;

b) o fornecimento de energia feito pelas empresas geradoras aos distribuidores;

c) as entidades a que se refere o art. 30, inciso V, letra b, da Constituição Federal;

d) a energia consumida na operação de ferrovias eletrificadas e outros meios de transporte baseados na tração elétrica;

e) o fornecimento de energia feito a oficinas e serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

f) as contas de consumo mensal equivalente ao valor até 20 (vinte) quilowatt-hora (kwh), quer o fornecimento seja feito sob a forma medida, quer a *forfait*;

g) a energia elétrica produzida para consumo próprio.

§ 6.º Incorrem nas multas de:

a) importância igual ao imposto não recolhido, não inferior a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), os que falsamente se atribuírem os benefícios da alínea g do § 5.º deste artigo;

b) importância igual ao imposto não recolhido, não inferior a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), os que infringirem o disposto no § 3.º deste artigo, ou se atribuírem falsamente o benefício do § 1.º, também deste artigo;

c) Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), os que infringirem o disposto no § 4.º deste artigo.

Art. 5.º Do total da arrecadação do imposto único, 40% (quarenta por cento) pertencerão à União, 60% (sessenta por cento) aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para serem aplicados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. A parcela do imposto único pertencente aos Estados, Distrito Federal e Municípios será rateada entre eles, tendo em vista o seguinte critério de proporcionalidade: produção de 1% (um por cento), superfície 4% (quatro por cento), consumo 45% (quarenta e cinco por cento) e população 50% (cinquenta por cento).

Art. 6.º ... (Vetado) ...

Art. 7.º A União consignará no seu orçamento geral durante 10 (dez) exercícios financeiros consecutivos, a partir do próximo, a dotação global anual de equivalência nunca inferior a 4% (quatro por cento) da arrecadação do imposto de consumo no exercício anterior, para o Fundo Federal de Eletrificação.

Art. 8.º O produto do imposto único sobre energia elétrica será escriturado, como depósito, pelas estações arrecadadoras e, deduzidos 0,5% (meio por cento) correspondente às despesas de arrecadação e fiscalização, será depositado pelo Tesouro Nacional, mensalmente, em conta especial no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para ser aplicado na forma em que a lei especial determinar.

§ 1.º O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico entregará, em parcelas trimestrais, aos Estados e ao Distrito Federal as cotas que lhes couberem, na forma da distribuição prevista no art. 5.º desta lei.

§ 2.º Até que sobre o assunto disponha lei especial, os Estados e Municípios poderão empregar as cotas, a que se refere o parágrafo anterior, no estudo, planejamento e execução das instalações de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

§ 3.º Ao Município devidamente suprido de energia elétrica, situado em zona não abrangida por planos estaduais, é facultado inverter a sua cota,

em Municípios vizinhos e no mesmo Estado, na compra de ações de concessionários de serviços dessa natureza.

Art. 9.º A fiscalização das fontes tributárias constituidoras do Fundo Federal de Eletrificação, o processo para apuração de contravenções ou para o uso de consultas, assim como a competência para o julgamento das questões fiscais suscitadas pela aplicação desta lei, são os mesmos prescritos no decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949, alterado pela lei n.º 1.748, de 28 de novembro de 1952.

Art. 10. O Poder Executivo expedirá dentro em 30 (trinta) dias o regulamento para execução do controle da arrecadação e do recolhimento do imposto único a que se refere o art. 4.º e seus §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º desta lei.

Art. 11. Ficam revogadas a expressão "e energia elétrica", constante da alínea b do parágrafo único do art. 1.º e, também, do art. 3.º *in fine*, da lei n.º 1.272-A, de 12 de dezembro de 1950, e demais disposições em contrário.

Art. 12. O imposto único criado pela presente lei não suspende a vigência de outros tributos, cobrados pelos Estados e Municípios, com aplicação específica a planos ou empreendimentos de eletrificação, desde que não incidam sobre a produção, transmissão, distribuição ou consumo de eletricidade.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Eugênio Gudin.

Apolônio Sales.

LEI N.º 2.309 — DE 2 DE SETEMBRO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 202.285,80, para pagamento de gratificações pela distribuição do carvão nacional.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 202.285,80 (duzentos e dois mil, duzentos e oitenta e cinco cruzeiros e oitenta centavos), para ocorrer às despesas com o pagamento de gratificações pela prestação de serviços relativos à distribuição do carvão nacional, gratificações asseguradas pela Lei n.º 1.247, de 30 de novembro de 1950, e devidas nos seguintes períodos:

I — Porto do Rio de Janeiro — gratificação mensal de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros) :

a) de 20 de fevereiro de 1951 a 10 de setembro de 1952 e de 8 de outubro de 1952 a 30 de novembro de 1953, a Helio Cruz de Oliveira . . . . .	25.941,70
b) de 15 de julho a 31 de agosto e de 20 de setembro a 7 de outubro de 1952, a Wiggberto de Menezes . . . . .	1.711,80
c) de 1 de janeiro de 1950 a 19 de fevereiro de 1951, a Antônio de Carvalho Dias . . . . .	10.941,50
d) de 20 de fevereiro de 1951 a 30 de novembro de 1953, a Byron Maurell . . . . .	26.656,50
e) de 11 de outubro de 1952 a 30 de novembro de 1953, a Maria Silvia Gomes . . . . .	10.941,80

II — Porto de Imbituba — gratificação mensal



	de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros):	
	a) de 1 de janeiro de 1950 a 30 de novembro de 1953, a Jorge Yersin Lage . . . . .	37.600,00
III	— Pôrto de Cresciúma — gratificação mensal de Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros):	
	a) de 19 de março de 1951 a 30 de novembro de 1953, a Sebastião Neto Campos . . . . .	22.692,50
IV	— Pôrto de Laguna — gratificação mensal de Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros):	
	a) de 1 de janeiro de 1950 a 30 de novembro de 1953, a Waldemar de Oliveira Belaguarda . . . . .	32.900,00
V	— Pôrto Alegre — gratificação mensal de Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros):	
	a) de 1 de janeiro de 1950 a 30 de novembro de 1953, a Alberto Conceição de Oliveira . . . . .	32.900,00
Total	.....	202.285,30

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Lucas Lopes

Eugênio Gudin.

LEI N.º 2.310 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 104.172,30, para pagamento de indenização devida a Zaki Shirato & Companhia e Merhy & Jacomet.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 104.172,30 (cento e quatro mil, cento e setenta e dois cruzeiros e trinta centavos), destinado ao pagamento da indenização devida a Zaki Shirato & Companhia e Merhy & Jacomet, correspondente ao principal, juros, honorários de advogado e custas ganhos na ação ordinária que moveram contra o Lóide Nacional S. A., integrante da extinta Organização Henrique Lage e atualmente incorporado ao Patrimônio Nacional.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Eugênio Gudin

LEI N.º 2.311 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1954

*Cria a cadeira de "Etnografia Brasileira e Língua Tupi"*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' instituída em todas as Faculdades de Filosofia e Letras do País a cadeira de "Etnografia Brasileira e Língua Tupi".

Art. 2.º Enquanto o Poder Executivo não enviar mensagem ao Congresso Nacional solicitando a criação dos respectivos cargos, os lugares de professor dessa disciplina serão exercidos mediante contrato com especialistas e estudiosos da matéria, e custeados pela verba própria dos estabelecimentos em cujo curso a cadeira for programada.

Art. 3.º Uma vez criados os cargos, serão eles providos mediante concurso, a exemplo do que se verificou com o provimento da cadeira de Língua Tupi na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Cândido Mota Filho

LEI N.º 2.312 -- DE 3 DE SETEMBRO DE 1954

*Normas Gerais sobre Defesa e Proteção da Saúde*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É dever do Estado, bem como da família, defender e proteger a saúde do indivíduo.

Art. 2.º A fim de atender ao disposto no artigo anterior, incumbe à União manter um órgão de saúde e assistência, que realizará inquéritos, estudos e pesquisas sobre:

- a) condições de saúde do povo;
- b) influência do meio brasileiro na vida do homem;
- c) endemias existentes no Brasil;
- d) alimentação do povo, nas diferentes zonas do país.

Art. 3.º Ao órgão federal de saúde ainda incumbe:

- a) acompanhar, vigilante, a marcha das epidemias ou endemias em outros países fazendo a defesa sanitária do país, contra sua entrada no território nacional;
- b) estudar a possibilidade de propor a assinatura de acordo com outros países, ou organizações sanitárias internacionais, para solução de problemas de saúde de interesse comum;
- c) firmar convênios com Estados, Distrito Federal e Territórios, proporcionando-lhes recursos técnicos e financeiros, coordenando-lhes a ação, e estimulando-lhes o trabalho;
- d) traçar e executar planos de assistência médico-sanitária, hospitalar e medicamentosa ao homem brasileiro;
- e) realizar e orientar ampla educação sanitária do povo.

Art. 4.º As normas gerais da defesa e proteção da saúde do povo, traçadas pela União, serão seguidas em todo o Território Nacional, competindo aos Estados, Distrito Federal e Territórios organizar e fazer funcionar os seus serviços de saúde, bem como legislar supletiva e complementarmente.

Parágrafo único. A União poderá delegar às autoridades sanitárias estaduais, dos Territórios e do Distrito Federal, nos termos do § 3.º do art. 18 da Constituição Federal, a execução de leis e serviços federais, ou de atos e decisões de suas autoridades.

Art. 5.º Para formação do pessoal técnico especializado, a encarregar-se do trabalho previsto nos artigos anteriores, a União manterá uma Escola Nacional de Saúde Pública, à qual poderão ser equiparadas outras existentes ou que venham a ser criadas pelos Estados, ou pela iniciativa particular.

§ 1.º Os diplomados nos estabelecimentos de ensino acima referidos, bem como os habilitados em cursos especiais de saúde pública, têm preferência de nomeação para serviços sanitários.

§ 2.º O Governo Federal concederá bolsas de estudos a técnicos indicados pelos governos estaduais e dos territórios, que completarão sua formação profissional na Escola Nacional de Saúde Pública, bem como a técnicos seus e dos Estados, para realização de estudos e observações no estrangeiro, nos termos da regulamentação a ser baixada.

Art. 6.º O Governo estimulará e ajudará financeiramente a iniciativa privada, que com ele colaborará nos serviços de saúde e de assistência, dentro da orientação traçada pelos órgãos competentes.

Art. 7.º O órgão federal de saúde publicará, anualmente, estudos dos principais aspectos de estatística vital do País, bem como os índices sanitários, pelo menos de referência às Capitais dos Estados e dos Territórios e ao Distrito Federal.

Art. 8.º Subordinado ao órgão técnico-administrativo federal de saúde, a União manterá um Laboratório Central de Saúde Pública, convenientemente aparelhado para as práticas de microbiologia, sorologia, parasitologia,

química e bromatologia e devidamente equipado para o preparo de produtos imunizantes e para a realização de investigações.

Parágrafo único. Os órgãos similares criados e mantidos pelos Estados, Distrito Federal e Territórios respeitarão as normas técnicas do Laboratório Central.

Art. 9.º Todos os serviços federais de assistência e de proteção da saúde estão sujeitos às normas gerais estabelecidas nesta lei.

§ 1.º Os serviços de assistência ao trabalhador, mesmo integrantes de repartições paraestatais ou autarquias, bem como os órgãos particulares de assistência medico-sanitária mantidos com receita decorrente de legislação federal, ficarão sujeitos à orientação traçada pelo órgão federal de saúde.

§ 2.º Os Estados, Territórios e o Distrito Federal poderão firmar convênios com a União, através de órgãos de saúde, para maior desenvolvimento do sistema de assistência médica, sanitária, hospitalar e medicamentos, sujeitos a normas federais.

Art. 10. O governo federal cooperará técnica e economicamente com as diferentes unidades da Federação, e com os municípios, para o solução dos problemas de abastecimento d'água e remoção de dejetos.

Parágrafo único. Quaisquer serviços de abastecimento d'água, afetos ou não à administração pública, ficarão sujeitos à fiscalização da autoridade sanitária competente.

Art. 11. É obrigatória a ligação de toda construção considerada habitável à rede de canalização de esgoto, cujo efluente terá destino fixado pela autoridade sanitária competente.

Parágrafo único. Quando não existir nas proximidades rede e canalização de esgotos, a autoridade sanitária competente estabelecerá a solução mais conveniente ao destino adequado dos dejetos.

Art. 12. A coleta, o transporte e o destino final do lixo deverão processar-se em condições que não tragam inconveniente à saúde e ao bem estar público, nos termos da regulamentação a ser baixada.

Art. 13. Para proteção e defesa da saúde, no que diz respeito às doenças transmissíveis, o órgão federal de saúde baixará normas relativas:

- a) à notificação compulsória das fontes de contaminação;
- b) ao isolamento do doente;
- c) à visitação domiciliar;
- d) à imunização do indivíduo sã.

Parágrafo único. Em defesa da saúde do indivíduo, o órgão federal de saúde poderá traçar ainda normas, e providenciará no sentido da realização de exame medico sistemático e periódico.

Art. 14. Para evitar a introdução e expansão no país das doenças previstas como importância internacional, o órgão federal de saúde manterá um serviço de portos e fronteiras que, entre suas atribuições, velará pela aplicação das recomendações prescritas no código sanitário panamericano e outros códigos e convênios internacionais subscritos pelo Brasil.

Art. 15. Só poderão transitar em território nacional os veículos terrestres, marítimos, fluviais e aéreos que obedeçam às exigências da autoridade sanitária federal, prescritas em regulamento.

Art. 16. A autoridade sanitária federal competente fiscalizará se foram atendidas as condições mínimas de saúde física e mental, exigíveis das pessoas que pretendam estabelecer-se no país em caráter permanente, estabelecidas na regulamentação da presente lei.

Art. 17. Será organizada a luta contra as doenças degenerativas, abiotróficas e involutivas, tendo como pontos fundamentais:

- a) o diagnóstico e tratamento precoces;
- b) os exames periódicos de saúde dos grupos etários de maior incidência;
- c) a realização de medidas profiláticas que visem a causas predisponentes e determinantes.

Art. 18. Incumbe ao órgão federal de saúde, nos termos da lei, fiscalizar:

- a) o exercício das profissões de médico, farmacêutico, dentista, veterinário, enfermeiro e outras afins, reprimindo o curandeirismo, e o charlatanismo;
- b) a produção, a manipulação e comércio de drogas, plantas medicinais, especialidades farmacêuticas, antissépticos, desinfetantes, produtos biológicos, químico-farmacêuticos e de toucador, e quaisquer outros que interessar possam a saúde pública, valendo-se para esse fim da análise prévia e da análise final dos produtos;
- c) a instalação e o funcionamento de farmácias e indústrias farmacêuticas, de drogarias ervanárias, laboratórios de análises e pesquisas clínicas, de raios X e de rádio, e outros que interessarem a saúde pública;
- d) o comércio e o uso de entorpecentes;
- e) os anúncios médico-farmacêuticos e de profissões afins, qualquer que seja o meio de divulgação;
- f) os rótulos, bulas e prospectos de especialidades farmacêuticas, antissépticos e desinfetantes e os de produtos biológicos, químico-farmacêuticos, de toucador e congêneres.

Art. 19. Os serviços de assistência médico-social organizados em todo o Território Nacional serão coordenados, orientados e fiscalizados pelo Governo Federal, sem prejuízo da ação complementar dos Estados.

Art. 20. Os responsáveis pelas estâncias de cura balneárias, hidrominerais e climáticas ficarão obrigados a manter, nas mesmas, o aparelhamento e instalações indispensáveis aos seus objetivos, além dos serviços de assistência médico-cirúrgica necessários aos clientes e visitantes, a critério da autoridade competente, quando não existam na localidade serviços convenientemente organizados para o fim aludido.

Art. 21. O Governo Federal através do seu órgão de saúde, firmará convênios com os Estados e Territórios, proporcionando-lhes meios técnicos e financeiros para a fixação, fora das capitais, de médicos e enfermeiros, dentistas, farmacêuticos e outros profissionais necessários aos serviços de assistência médico-social.

Art. 22. O tratamento, o amparo e a proteção ao doente nervoso ou mental serão dados em hospitais, em instituições para-hospitalares ou no meio social, estendendo a assistência psiquiátrica à família do psicopata.

§ 1.º As casas de Detenção e as Penitenciárias terão anexos psiquiátricos, cujos objetivos e atribuições serão fixados na regulamentação da presente lei.

§ 2.º O Governo criará ou estimulará a criação de instituições de amparo social à família do psicopata indigente, e de centros de recuperação profissional para alcoolistas e outros toxicomanos.

§ 3.º As instituições religiosas de seitas doutrinárias e às associações congêneres é vedada a prática, nos estabelecimentos psiquiátricos, de culto e quaisquer atos litúrgicos com finalidade terapêutica.

Art. 23. Para o tratamento médico e educação adequados, os menores anormais só poderão ser recebidos em estabelecimentos especiais a eles destinados ou em seções apropriadas de outros estabelecimentos.

Art. 24. O órgão federal de saúde traçará as normas gerais para educação sanitária do povo, orientando o indivíduo na defesa de sua saúde.

Parágrafo único. No currículo das escolas primárias do país serão incluídas noções de higiene e de saúde, orientadas, sob o ponto de vista sanitário, pela autoridade sanitária competente.

Art. 25. Aos técnicos dos serviços de saúde será imposto, sempre que possível e com vencimentos justos, o regime de tempo integral.

Art. 26. As infrações do disposto nesta lei serão punidas de acordo com o caso, por advertência, multa, inutilização do produto, intervenção oficial ou cassação de licença para funcionamento.

Art. 27. Não será concedida naturalização de estrangeiros sem a audiência do órgão federal de saúde.

Art. 28. O Governo Federal regulamentará a presente lei dentro em 120 (cento e vinte) dias de sua publicação.

Parágrafo único. O regulamento a ser baixado chamar-se-á Código Nacional de Saúde, sujeitos os Estados, Territórios e Municípios aos seus dispositivos normativos.

Art. 29. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Aramis Athayde.

Miguel Seabra Fagundes.

**LEI N.º 2.313 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1954.**

*Dispõe sobre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º Os contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie extinguem-se no prazo de 25 (vinte e cinco) anos, podendo, entretanto, ser renovados por expressa ciência das partes.

§ 1.º Extintos esses contratos, pelo decurso do prazo, os bens depositados serão recolhidos ao Tesouro Nacional e, í, devidamente relacionados, em nome dos seus proprietários, permanecerão, se não forem estes reclamados no prazo de 5 (cinco) anos, findo o qual se incorporarão ao patrimônio nacional.

§ 2.º Por ocasião desse recolhimento ao Tesouro Nacional, os depositários dele darão conhecimento aos interessados por meio de publicidade no "Diário Oficial", e na imprensa local, onde houver, pelo menos 3 (três) vezes.

Art. 2.º Os créditos resultantes de contratos de qualquer natureza, que se encontrarem em poder de estabelecimentos bancários, comerciais e industriais e nas Caixas Econômicas, e não forem reclamados ou movimentadas as respectivas contas pelos credores por mais de 25 (vinte e cinco) anos serão recolhidos, observado o disposto no § 2.º do art. 1.º ao Tesouro Nacional e aí escriturados em conta especial, sem juros, à disposição dos seus proprietários ou de seus sucessores, durante 5 (cinco) anos; em

cujo termo se transferirão ao patrimônio nacional.

§ 1.º Excetuam-se do disposto neste artigo os depósitos populares feitos nos estabelecimentos mencionados, que são imprescritíveis e os casos para os quais a lei determine prazo de prescrição menor de 25 (vinte e cinco) anos.

§ 2.º Valerá como reclamação dos créditos e movimentação das contas a apresentação ou remessa, aos ditos estabelecimentos, da caderneta para contagem e lançamentos de juros, ou de qualquer documento pelo qual os credores acusem ciência dos seus saldos ou queiram deles conhecer, ressalvado também os meios idôneos admitidos em lei.

§ 3.º Suspendem-se os prazos acima estipulados em tempo de guerra, pelo tempo que esta durar, em favor dos credores, a serviço das forças armadas dentro ou fora do país.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de setembro de 1954. — *Alexandre Marcondes Filho*, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

**LEI N.º 2.314 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1954**

*Fixa a contribuição para o Montepio Militar e altera tabela de meio soldo dos oficiais das Forças Armadas.*

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É fixada em um dia de vencimentos a contribuição para o Montepio Militar.

Parágrafo único. São mantidas as contribuições fixadas em leis ante-

riores, desde que sejam superiores às estabelecidas na presente lei.

Art. 2.º As pensões correspondentes serão calculadas na forma determinada no § 1.º do art. 29 da Lei número 468, de 15 de novembro de 1948.

Art. 3.º Os oficiais gerais da reserva ou reformados, que contarem mais de 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) anos de serviço, poderão contribuir, a partir desta data e na forma da legislação vigente, para o montepio dos postos fixados nesta lei.

§ 1.º Os herdeiros dos oficiais gerais falecidos depois da vigência do Decreto-lei n.º 9.736, de 4 de setembro de 1946 e que, pela legislação em vigor, deveriam ter deixado montepio de general de Exército e marechal e postos correspondentes na Marinha e na Aeronáutica, poderão ter suas pensões reajustadas, desde que descontem treze cotas da correspondente contribuição de montepio de acordo com o estabelecido no art. 1.º desta lei.

§ 2.º Os benefícios estabelecidos no § 1.º deste artigo são extensivos aos herdeiros dos oficiais gerais promovidos "post-mortem" depois da vigência do Decreto-lei n.º 9.736, de 4 de setembro de 1946.

Art. 4.º A pensão do meio soldo dos generais de Exército e marechais e seus equivalentes na Marinha e na Aeronáutica é fixada em Cr\$ 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta cruzeiros) e Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), respectivamente.

Art. 5.º A pensão do meio soldo correspondente aos demais postos será calculada de acordo com a tabela de vencimentos da Lei n.º 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, inclusive para os herdeiros dos militares já falecidos.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de setembro de 1954. — *Alexandre Marcondes Filho*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

LEI N.º 2.315 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxiliar a realização do II Congresso Nacional do Algodão.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para auxiliar a realização do II Congresso Nacional do Algodão, de 27 a 29 de agosto de 1954, na região do Seridó, no Estado do Rio Grande do Norte, sob o patrocínio do Governo daquele Estado e da Associação Rural de Natal, com a direção executiva do diretor da Estação Experimental do Algodão de Cruzeta.

Art. 2.º O Diretor Executivo, 60 (sessenta) dias após o encerramento do Congresso, enviará ao Ministério da Agricultura e ao Governador do Estado do Rio Grande do Norte, relatório em que serão expostas as indicações e medidas nêle sugeridas, bem como as conclusões a que houver chegado, como subsídios necessários ao poder público para adoção de uma política algodoeira a ser seguida pelo país e pelo Estado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1954: 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

*José da Costa Pôrto*

*Eugênio Gudin.*

LEI N.º 2.316 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, para pagamento, no corrente exercício, de subvenções a estabelecimentos de ensino superior do país, na conformidade das Leis ns. 2.106, de 23 de novembro de 1953, 2.152, 2.153 e 2.154, de 30 de dezembro de 1953.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para pagamento, na conformidade das Leis ns.

2.106, de 2º de novembro de 1953, 2.152, 2.153 e 2.154, de 30 de dezembro de 1953, das subvenções anuais devidas aos estabelecimentos de ensino superior do país, assim discriminadas:

Cr\$

Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (ano de 1954) .....	2.500.000,00
Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (ano de 1954) .....	2.500.000,00
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (anos de 1953 e 1954) ..	5.000.000,00
Faculdade de Direito de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais (anos de 1953 e 1954) .....	5.000.000,00
Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais (anos de 1953 e 1954) .....	5.000.000,00
Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais (anos de 1953 e 1954) .....	5.000.000,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

João Café Filho

Cândido Mota Filho  
Eugênio Gudin

LEI N.º 2.317 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1954

*Dá o nome de Presidente Epi-tácio Pessoa à Rodovia Transnordestina (BR-13).*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Passa a denominar-se Rodovia Presidente Epi-tácio Pessoa a Rodovia Transnordestina (BR-13), que se inicia na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, e termina na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

João Café Filho

Lucas Lopes.

LEI N.º 2.318 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 688.000,00, para pagamento da parte restante da despesa realizada pelo Departamento dos Correios e Telégrafos com a aquisição de uma central telefônica automática.*

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 688.000,00 (seiscentos e oitenta e oito mil cruzeiros), para atender ao pagamento da parte restante da despesa realizada pelo Departamento dos Correios e Telégrafos com a aquisição de uma central telefônica automática à firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

João Café Filho

Lucas Lopes

Eugênio Gudin.

LEI N.º 2.319 — DE 10 DE SETEMBRO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.885.000,00, para aquisição de terrenos necessários à construção dos prédios destinados às Delegacias Fiscais nos Estados do Amazonas e de Minas Gerais.*

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ .... 2.885.000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil cruzeiros) para aquisição de terrenos necessários à construção dos prédios destinados às Delegacias Fiscais nos Estados do Amazonas e de Minas Gerais, sendo Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para o primeiro e Cr\$ 1.385.000,00 (um milhão, trezentos e oitenta e cinco mil cruzeiros) para o segundo.

Art. 2.º O crédito a que se refere esta Lei será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas do Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Eugênio Gudín.

LEI N.º 2.320 — DE 10 DE SETEMBRO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 350.000,00, para atender às despesas do Departamento Federal de Segurança Pública com o transporte de presos e de estrangeiros expulsos do Território Nacional.*

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros), para atender às despesas do Departamento Federal de Segurança Pública com o transporte de presos requisitados pelas autoridades policiais dos Estados, por solicitação dos órgãos judiciários, e de estrangeiros expulsos do Território Nacional.

Art. 2.º O crédito de que trata a presente Lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Tesouraria do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Miguel Seabra Fagundes  
Eugênio Gudín.

LEI N.º 2.321 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1954

*Dispõe sobre financiamento e operações imobiliárias entre o Clube da Aeronáutica e seus Associados, para aquisição de Casa própria.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a financiar, nos termos desta Lei, as operações imobiliárias que o Clube da Aeronáutica, através da Carteira Hipotecária e Imobiliária, organizar, realizar com seus associados, que não possuam residências próprias, concedendo-lhes empréstimos para tal fim, ao prazo até 20 (vinte) anos, não podendo os juros máximos exceder de 6% (seis por cento) anuais (Tabela Price).



Parágrafo único. O sócio do Clube da Aeronáutica, que na data desta lei já possua residência própria, encontrando-se o imóvel hipotecado, poderá transferir a hipoteca à Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube da Aeronáutica, gozando das vantagens estipuladas nesta lei.

Art. 2.º O financiamento autorizado nesta lei será atendido a partir do exercício financeiro de 1956, mediante dotações próprias, que constarão do orçamento da União, durante cinco exercícios, no Anexo do Ministério da Aeronáutica, até o máximo de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros).

Parágrafo único. O resgate, que começará a ser feito a partir do primeiro exercício financeiro após o recebimento da última parcela do financiamento, será recolhido semestralmente ao Tesouro Nacional, vencíveis a 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, compreendendo amortização e juros sobre o saldo devedor.

Art. 3.º Para cumprimento desta Lei o Orçamento Geral da República consignará anualmente o crédito necessário para o fim do pagamento, ao Clube da Aeronáutica, e da parcela de que trata o art. 2.º da presente Lei, que será de cinquenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 50.000.000,00).

Art. 4.º O Clube da Aeronáutica, para os fins previstos nesta lei, operará com os seus associados aos juros máximos de 6% (seis por cento) com um plano de resgate de 20 (vinte) anos no máximo, compreendendo prestação mensal constante de amortização e juros.

§ 1.º As prestações mensais acima referidas serão pagas ao Clube da Aeronáutica mediante consignação em folha, não podendo exceder esta de 40% (quarenta por cento) dos vencimentos do oficial na data da operação.

§ 2.º O prazo de empréstimo poderá ser prorrogado até 30 (trinta) anos, se o associado falecer antes de resgatá-lo e os beneficiários assumirem o compromisso de pagamento do saldo devedor, mediante consignação em folha da pensão ou pensões deixadas pelo extinto.

Art. 5.º A Caixa de Mobilização Bancária financiará a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube da Aeronáutica a juros de 5% (cinco por cento) sob garantia pignoratícia dos créditos assegurados por primeira e especial hipoteca de casas dos associados, até o limite máximo de 60% (sessenta por cento) dos mesmos créditos, nos termos do Decreto n.º 24.778, de 14 de julho de 1934, que se considera em pleno vigor.

Parágrafo único. A Caixa de Mobilização Bancária poderá receber garantias, independente de sua data de origem, revogado o art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.837, de 16 de setembro de 1946.

Art. 6.º A Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube da Aeronáutica ficará subordinada, sem ônus para o seu patrimônio, à inspeção da Fiscalização Bancária, que receberá balancetes mensais e poderá examinar-lhe livros e arquivos quando julgar conveniente.

Art. 7.º São condições para o associado obter empréstimo:

- a) estar inscrito na Carteira Imobiliária e Hipotecária;
- b) pagar a jôia de 3% (três por cento) sobre o valor do financiamento, que poderá ser acrescida ao valor do mesmo, e amortizada, conjuntamente, com o financiamento concedido;
- c) ter recolhido à Carteira Imobiliária e Hipotecária importância não inferior a 20% (vinte por cento) do financiamento pretendido, caso o associado queira valer-se das condições de preferência para obtenção do financiamento, dentro do que dispuser o Regulamento das Operações Imobiliárias.

Parágrafo único. Os depósitos da alínea se vencerão, a favor do associado, juros de 4% (quatro por cento) capitalizados semestralmente, até a data em que for concedido o financiamento ao associado.

Art. 8.º Os contratos em que for parte a Carteira ou associado desta, tendo por objeto imóveis negociados pela Carteira, ou por seu intermédio, obedecerão ao tipo uniforme, serão lavrados por instrumento particular, impressos e rubricados pelas partes em todas as páginas, revogado, para esse efeito, o art. 134, n.º III, do Código Civil.

§ 1.º Os instrumentos deverão ter como parte integrante a planta ou projeto do imóvel; mencionarão minuciosamente os característicos, localização, confrontações e indicações do Registro Público de Imóveis, cujas

transcrições e demais anotações serão sujeitas na forma da lei e regulamentos em vigor.

§ 2.º Valerão como certidões dos instrumentos as fotocópias autenticadas pela Diretoria da Carteira, mas, no Registro Civil de Imóveis, os registros de qualquer natureza, exigidos por lei ou regulamentos, serão feitos com o arquivamento de uma das vias e respectivas plantas integrantes.

Art. 9.º Reputar-se-á vencida a dívida, se a residência financiada pela Carteira for, por qualquer modo, alienada ou locada a pessoa não associada, salvo casos de locação previamente autorizada pela Carteira Hipotecária e Imobiliária.

Parágrafo único. A Carteira Hipotecária e Imobiliária e os sócios do Clube da Aeronáutica nela inscritos terão preferência para aquisição de imóvel já vinculado à Carteira Hipotecária e Imobiliária, devendo o associado que pretender vender notificar a Carteira Hipotecária e Imobiliária com o prazo mínimo de 30 (trinta) dias para que a mesma se manifeste sobre esse direito de preferência.

Art. 10. É assegurado direito de opção a qualquer sócio nela inscrito para aquisição de imóveis financiados pela Carteira Hipotecária e Imobiliária, sendo, entretanto, atendido, quando, pela sua classificação de antiguidade de inscrição pelo sorteio ou por condição preferencial, prevista no Regulamento, fizer jus ao financiamento pleiteado, para aquisição do imóvel em apêço.

§ 1.º Se houver mais de um interessado, far-se-á licitação.

§ 2.º Se não houver associados interessados, a opção caberá à Carteira.

Art. 11. As residências financiadas pela Carteira serão impenhoráveis por terceiros, salvo o caso de dívidas por alimentos ou impostos e taxas incidentes sobre os imóveis.

Art. 12. Anualmente, na forma prevista pelo Regulamento, será elaborado o plano de distribuição dos fundos da Carteira, respeitados os critérios previstos nesta lei.

Art. 13. O Regulamento das Operações Imobiliárias será submetido, pelo Clube da Aeronáutica, à aprovação em decreto do Poder Executivo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente lei.

Art. 14. As sobras apuradas nos balanços da Carteira Hipotecária e Imobiliária, depois de realizadas as amortizações, pagamento de juros e despesas gerais de administração ou outras autorizadas no Regulamento, constituirão o capital próprio da instituição para sua perenidade e maior desenvolvimento.

Parágrafo único. A Carteira Hipotecária e Imobiliária gozará de isenção de quaisquer impostos da competência federal ou do Distrito Federal, exceto do de renda.

Art. 15. Não poderão contratar com a Carteira Hipotecária e Imobiliária empresas construtoras ou imobiliárias, cujos diretores, sócios ou gerentes sejam parentes dos diretores da instituição.

Art. 16. Verificadas irregularidades graves, devidamente comprovadas, na aplicação dos fundos postos pelo Governo à disposição da Carteira Hipotecária e Imobiliária, nos termos previstos da presente lei, é lícito ao Presidente da República designar, por tempo limitado prorrogável, uma comissão composta de três oficiais gerais das Forças Armadas, um Diretor do Clube da Aeronáutica, um funcionário da Fiscalização Bancária ou da Superintendência da Moeda e de Crédito para o fim especial de normalização das operações.

Art. 17. O Clube da Aeronáutica através de sua Carteira Hipotecária e Imobiliária, com o objetivo de dar maior garantia e rentabilidade às suas operações, poderá realizar quaisquer atividades de compra, venda de imóveis, de administração de bens e de construção de imóveis, revertendo os lucros correspondentes em proveito do fundo geral destinado à aquisição e construção de moradia própria para seus associados.

Art. 18. Extinta a Carteira Hipotecária e Imobiliária de qualquer modo, encerradas as operações imobiliárias previstas na presente lei, ficará a União, para todos os efeitos, subrogada nos direitos de compra e venda firmados entre o Clube da Aeronáutica e os seus associados.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Eduardo Gomes.

Eugenio Gudin.

**LEI N.º 2.322 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1954**

*Concede isenção de direitos de importação, impostos de consumo e taxas aduaneiras para uma imagem destinada à Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Petrópolis.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação, impostos de consumo e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para uma imagem de Nossa Senhora da Ajuda, com duas corôas de prata que a adornam, procedente de Portugal, despachada para o pórtico do Rio de Janeiro e destinada à Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Petrópolis.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Otávio Gouvêa de  
Bulhões

**LEI N.º 2.323 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1954**

*Prorroga a vigência da Lei n.º 419, de 3 de outubro de 1948.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica prorrogada, sem solução de continuidade, pelo prazo de cinco anos, a vigência da Lei n.º 419, de 3 de outubro de 1948, que isenta

de toda a tributação os animais importados para reprodução e melhoria da pecuária nacional, adquiridos em país estrangeiro, por compra direta do criador brasileiro, ou que se consigne, às nossas exposições-feiras.

Art. 2.º Ficam excluídas da isenção a que se refere esta Lei as taxas de previdência social.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Otávio Gouvêa de Bu-  
lhões.

**LEI N.º 2.324 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1954**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 101.413,40, para regularização das despesas no exercício de 1952, à conta da Verba 3, Consignação IX, Subconsignação 76, do Anexo n.º 31, do Orçamento Geral da União.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 101.413,40 (cento e um mil, quatrocentos e treze cruzeiros e quarenta centavos) para regularização das despesas que, no exercício de 1952, à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação IX — Despesas Especiais, Subconsignação 76 — Despesas de serviços e

encargos dos órgãos autárquicos, 2 — Estabelecimentos industriais da União, 11 — Departamento de Imprensa Nacional, 1) Para atender ao disposto na Lei n.º 592, de 23 de dezembro de 1943, do orçamento então vigente, foram realizadas além do crédito próprio.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1954; 133.º da Independência e 86.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Miguel Seabra Fagundes.

Otávio Gouvêa de Bulhões.

#### LEI N.º 2.325 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1954

*Extingue a Comissão Executiva Textil, e dá outras providências*

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica extinta a Comissão Executiva Textil (C.E.T.), do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único. O acervo da C.E.T. será incorporado ao Departamento Nacional de Indústria e Comércio.

Art. 2.º Fica extinta a taxa criada pelo Decreto-lei n.º 7.265, de 24 de janeiro de 1945, para o financiamento dos serviços da C.E.T.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Ficam expressamente revogados os Decretos-leis ns. 6.683, de 13 de julho de 1944; 7.265, de 24 de janeiro de 1945; 8.363, de 13 de dezembro de 1945; 9.778, de 6 de setembro de 1946, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Napoleão de Alencastro  
Guimarães

#### LEI N.º 2.326 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial até a importância de Cr\$ 150.000.000,00, para pagamento de pensões aos veteranos, às viúvas e aos herdeiros dos ex-combatentes da campanha do Uruguai e da guerra do Paraguai.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial até a importância de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) a fim de ocorrer ao pagamento das pensões devidas e vencidas, bem como as que forem concedidas aos veteranos, às viúvas e às filhas dos ex-combatentes da campanha do Uruguai e da guerra do Paraguai, beneficiados pelo Decreto-lei n.º 1.544, de 25 de agosto de 1939, e pelas Leis ns. 488, 628 e 1.031, respectivamente, de 15 de novembro de 1948, 20 de fevereiro de 1949 e 30 de dezembro de 1949.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será utilizado, na medida das necessidades, em parcelas de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), ficando as mesmas "em ser" na Diretoria de Finanças do Exército, à disposição do presidente da Comissão de Habilitação das Pensões Vitalícias, após o competente registro.

Art. 2.º O presidente da Comissão autorizará os pagamentos por intermédio dos órgãos do Exército, podendo ser feitos a procuradores, quando os interessados comprovadamente estiverem ausentes, sofrendo de moléstia contagiosa ou não se puderem locomover.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Henrique Lott

Otávio Gouvêa de  
Bulhões

## EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos  
volumes V e VI de 1954, desta  
coleção, classificados pela or-  
dem alfabética dos assuntos.

# EMENTÁRIO

## A

### ABALROAMENTOS

*Torna pública a adesão da Suíça à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de abalroamento e à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de assistência e de salvamento marítimo, firmadas em Bruxelas a 23 de setembro de 1910.*

Decreto n.º 36.156 — de 13 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

### ABASTECIMENTO D'ÁGUA

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n.º 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

### ACÓRDOS

Decreto-legislativo n.º 34 — de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— *Promulga o Acôrdo sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e Portugal, firmado em Lisboa, a 16 de dezembro de 1946.*

Decreto n.º 35.902 — de 26 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1954.

### ACÓRDOS

— *Promulga o Acôrdo entre o Brasil e a Repartição Sanitária Panamericana para o funcionamento do Escritório Regional da Repartição do Rio de Janeiro, assinado nessa cidade, a 27 de agosto de 1951.*

Decreto n.º 36.155 — de 13 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

### ACUMULAÇÃO REMUNERADA

*Regulamenta os artigos 188 a 193 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 35.956 — de 2 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1954.

### ADIDOS AERONÁUTICOS

*Fixa a lotação de cargos de Adidos Aeronáuticos junto às representações diplomáticas do Brasil no exterior.*

Decreto n.º 35.960 — de 2 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

### ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

*Dispõe sobre a Tabela do Pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 35.794 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de julho de 1954.

Reproduzido no D. O. de 16 de julho de 1954.

**ADMISSÃO DE PESSOAL EXTRANUMERÁRIO**

Ver: Extranumerários.

**A.E.G. COMPANHIA SUL AMERICANA DE ELETRICIDADE**

Decreto-legislativo n.º 20 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

**AERONÁUTICA**

*Dispõe sobre a contribuição para o montepio militar.*

Lei n.º 2.281 — de 4 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de agosto de 1954.

— *Altera dispositivos da Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).*

Lei n.º 2.283 — de 9 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1954.

— *Fixa a contribuição para o Montepio Militar e altera tabela de meio-soldo dos oficiais das Forças Armadas.*

Lei n.º 2.314 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1954.

— *Dispõe sobre financiamento e operações imobiliárias entre o Clube da Aeronáutica e seus associados, para aquisição de casa própria.*

Lei n.º 2.321 — de 11 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 14 de setembro de 1954.

— *Altera os arts. 8.º, 21 e 23 do Regulamento do Serviço de Intendência da Aeronáutica.*

Decreto n.º 35.659 — de 15 de junho de 1954.

Reproduzido no D. O. de 14 de julho de 1954.

**AERONÁUTICA**

— *Apraza o Regulamento da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica.*

Decreto n.º 35.937 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

— *Manda dar números, no Almanaque da Aeronáutica, a segundos tenentes do Quadro de Infantaria de Guarda incluídos como homólogos.*

Decreto n.º 35.965 — de 3 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1954.

— *Dispõe sobre funções privativas do Quadro de Oficiais Gerais do Corpo de Oficiais da Aeronáutica (aviadores).*

Decreto n.º 36.115 — de 1 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1954.

— *Altera o modelo de documento previsto no art. 58 do Regulamento da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda (EOEG), aprovado pelo Decreto n.º 31.488, de 19 de setembro de 1952, modificado pelo Decreto n.º 33.053, de 15 de junho de 1953.*

Decreto n.º 36.178 — de 15 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— *Altera o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n.º 36.228 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1954.

**AGALMATOLITO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo Ruy Vicente de Azevedo a pesquisar agalmatolito, quartzo, minérios de ferro, manganês e associados no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 36.173 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

## AGALMATOLITO

*Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Aíves de Souza a pesquisar agalmatolito no município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 36.262 — de 29 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1954.

## AGAVE

Ver:

*Sisal.*

## AGRICOLA DE UNA S. A.

*Autoriza a aceitação de doação de terras e a fundação do Núcleo Colonial de Andaraí, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 35.778 — de 6 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

## AGRO-INDUSTRIAL BRUNO HEIDRICH S. A.

*Outorga a Agro-Industrial Bruno Heidrich S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do Salto do Taió existente no rio Taió, distrito de Taió, município do mesmo nome, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 35.819 — de 13 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1954.

## ÁGUA MARINHA

*Autoriza os cidadãos brasileiros Francisco Leonis Gomes de Assis, Raimel Pereira de Araújo e Sinval Azevedo a pesquisar scheelita, berilo esmeralda, água marinha, quartzo e associados, no município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n.º 35.816 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

## ÁGUA MINERAL

*Assinala perímetro de proteção à fonte de água mineral existente no lugar denominado Serra da Queimada, no município de Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 35.721 — de 24 de junho de 1954.

Retificado no D. O. de 26 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Juliano a pesquisar água mineral no município de Coração de Maria, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 35.826 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Camilo da Silveira a pesquisar água mineral no município de Teresina, Estado do Piauí.*

Decreto n.º 35.867 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— *Assinala um perímetro de proteção à fonte de água mineral no município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 36.037 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Paula Velloso Leite a pesquisar água mineral no município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 36.049 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Christian Gotilob Wurster a pesquisar água mineral no município de Tangará, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 36.164 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

continua aqui>



### ÁGUA MINERAL

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lúcio Lunardi a pesquisar água mineral no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 36.172 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

### AGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Mucuri do Sul.*

Decreto n.º 35.754 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Uruguai.*

Decreto n.º 35.755 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Engenho, Itacuruçá, ou Usina, e Jacuizinho, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 35.804 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do Rio Piabanha.*

Decreto n.º 35.852 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Ribeiro ou Douradinho.*

Decreto n.º 35.853 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

### AGUAS PÚBLICAS

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Alagoas, as águas do rio Gulangi.*

Decreto n.º 35.854 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Coura, Bragas ou Coura e Coura, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 35.886 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Morro Grande.*

Decreto n.º 35.887 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Cafetal, Cafetal e Três Bocas, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 35.888 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Esperança.*

Decreto n.º 35.889 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Ribeirão da Areia ou Riachinho.*

Decreto n.º 35.897 — de 23 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1954.

# ÁGUAS PÚBLICAS

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Pontinha, Côcho e Côcho, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 35.898 — de 26 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Paulo ou Três Barras.*

Decreto n.º 35.989 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Ariaguana, São Jerônimo e São Jerônimo, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 35.990 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Zé Tioiba-Mambucaba, Mambucaba e Mambucaba, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 35.991 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Manoel Luiz-Arraias, Arraias e Arraias, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 36.001 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Manoel Alvinho.*

Decreto n.º 36.002 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

# ÁGUAS PÚBLICAS

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Vereda Grande-Manabuiu, Manabuiu e Manabuiu, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 36.003 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio João Rodrigues-Arriô, Arriô e Arriô, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 36.010 — de 10 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do riacho Tingui.*

Decreto n.º 36.063 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Santo Antônio*

Decreto n.º 36.064 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Palmital.*

Decreto n.º 36.065 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Grande.*

Decreto n.º 36.066 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

## ÁGUAS PÚBLICAS

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Passa Três Assu.*

Decreto n.º 36.067 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União na faixa de 150 km. ao longo da fronteira e do domínio do Estado de Santa Catarina no restante do seu curso, as águas do rio Chapecó.*

Decreto n.º 36.084 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Bonini.*

Decreto n.º 36.093 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Frade.*

Decreto n.º 36.094 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Bonito.*

Decreto n.º 36.095 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Jangada Tamanduá, Tamanduá e Tamanduá, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 36.096 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

## ÁGUAS PÚBLICAS

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Pirapó.*

Decreto n.º 36.097 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Timbó.*

Decreto n.º 36.100 — de 20 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Emboscada.*

Decreto n.º 36.105 — de 23 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pedraão, São Pedro e São Pedro, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 36.135 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Fariseus — Arraial, Arraial e Arraial, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 36.136 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Efigênio-Preto, São Simão e São Simão, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 36.137 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

ÁGUAS PÚBLICAS

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Caragaotã, Patos e Patos, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n.º 36.133 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Capivari.

Decreto n.º 36.139 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pedra Dourada, São Luiz e São Luiz, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n.º 36.140 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Ribeirão da Areia ou Riachinho.

Decreto n.º 36.141 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Espírito Santo, as águas do rio Preto.

Decreto n.º 36.142 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pirapetinga.

Decreto n.º 36.143 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

ÁGUAS PÚBLICAS

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Itacoara, Boa Esperança e Boa Esperança, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n.º 36.144 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio José Vicente/Itararé, Itararé e Itararé, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n.º 36.145 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União na faixa de 150 km. ao longo da fronteira e do domínio do Estado do Paraná no restante do seu curso, as águas do rio Chopim.

Decreto n.º 36.146 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Pico, Brumando e Brumando, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n.º 36.147 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Maranhão.

Decreto n.º 36.148 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Mato Grosso, as águas do rio Tenente Amaral.

Decreto n.º 36.159 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

## ÁGUAS PÚBLICAS

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Carambu, Três Irmãos e Três Irmãos, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n.º 36.160 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Ribeirão-Ribeirinha, Ribeira e Ribeira-Ribeira do Iguape, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n.º 36.181 — de 15 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Cabeleira.

Decreto n.º 36.186 — de 17 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Couros Lourenço Velho, Lourenço Velho e Lourenço Velho, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n.º 36.211 — de 21 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do Pruzeres, Pardo e Pardo, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n.º 36.212 — de 21 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

## ÁGUAS PÚBLICAS

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Bonito, Negro e Negro, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n.º 26.213 — de 21 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

## ALCOOLISTAS

Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.

Lei n.º 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

## ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

Estende aos Territórios Federais do Acre, Amapá e Rio Branco dispositivos da Lei n.º 1.455-A de 11 de outubro de 1951, que dispõe sobre alienação de imóveis.

Lei n.º 2.307 — de 30 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 3 de setembro de 1954.

## ALMANAQUE DA AERONÁUTICA

Manda dar números, no Almanaque da Aeronáutica, a segundos tenentes do Quadro de Infantaria de Guarda incluídos como homólogos.

Decreto n.º 35.965 — de 3 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1954.

## "A MARÍTIMA" - COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de "A Marítima" — Companhia de Seguros Gerais.

Decreto n.º 36.027 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1954.

# **A PIRATININGA - COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS E ACIDENTES DO TRABALHO**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital, de "A Piratininga" — Companhia Nacional de Seguros Gerais e Acidentes do Trabalho.*

Decreto n.º 35.698 — de 18 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1954.

## **APOSENTADORIA**

*Dispõe sobre os professores catedráticos aposentados da Universidade do Brasil, da Universidade Rural e da Escola Superior de Agricultura e de Medicina Veterinária.*

Lei n.º 2.289 — de 19 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1954.

## **AQUISIÇÃO DE TERRAS**

*Revoga o art. 6.º do Decreto-lei número 8.440, de 24 de dezembro de 1945, e dá outras providências*

Lei n.º 2.282 — de 8 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

## **AQUISIÇÃO DE TERRENOS**

*Autoriza o Poder Executivo a adquirir um terreno para construção da Escola Industrial de Aracaju, Estado de Sergipe.*

Lei n.º 2.264 — de 12 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

## **ARDÓSIA**

*Renova o Decreto n.º 30.871, de 15 de maio de 1952.*

Decreto n.º 36.128 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

# **AREIA QUARTZOSA**

*Autoriza o cidadão brasileiro José Narcizo da Silva a lavrar areia quartzosa, no município de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.922 — de 28 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Henri Jafet a pesquisar areia quartzosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 36.052 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

*— Autoriza a Companhia Brasileira de Vidros S. A. a lavrar areia quartzosa na Restinga de Jacarepaguá, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 36.255 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

## **ARGILA**

*Autoriza a S. A. Mineração da Trindade a pesquisar argila e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.746 — de 30 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Palmiro Gonçalves da Silva a pesquisar caulim e argila no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 35.806 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Septimo Faccin a pesquisar argila, caulim, mica e associados, no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 35.812, — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

**ARGILA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fábio de Mello a pesquisar argila e associados no município de Suzano, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 36.198 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Eulálio de Matos Pimenta a pesquisar argila e associados no município de Suzano, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 36.205 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Evaristo Guedes a pesquisar caulim, argila e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 36.250 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

**ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE**

Ver:

*Inconstitucionalidade.*

**ARRENDAMENTOS**

*Aprova as cláusulas para revisão do contrato de arrendamento da rede de Veiação Férrea no Rio Grande do Sul ao Estado do mesmo nome.*

Decreto n.º 36.226 — de 24 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

**ARRUMADORES**

*Regulamenta a Lei n.º 2.196, de 1 de abril de 1954, que dispõe sobre os serviços executados pelos Sindicatos de Arrumadores, e dá outras providências.*

Decreto n.º 26.025 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

**ASILO POLÍTICO**

*Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte da Costa Rica, da Convenção sobre Asilo Político, firmado em Montevideo, a 26 de dezembro de 1933, por ocasião da VII Conferência Internacional Americana.*

Decreto n.º 35.994 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

**ASSISTÊNCIA E SALVAMENTO MARÍTIMO**

*Torna pública a adesão da Suíça à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de atalhoamento e à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de assistência e de salvamento marítimo, firmadas em Bruxelas a 23 de setembro de 1910.*

Decreto n.º 36.156 — de 13 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

**ASSISTÊNCIA PSIQUIÁTRICA**

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n.º 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS**

*Concede o auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 à Associação Brasileira de Municípios.*

Lei n.º 2.265 — de 12 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MÁQUINAS, VEÍCULOS, ACESSÓRIOS E PEÇAS (A N M V A P)**

*Concede à Associação Nacional de Máquinas, Veículos, Acessórios e Peças (ANMVAP) prerrogativa prevista na Consolidação das Leis do Trabalho.*

Decreto n.º 35.885 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1954.

## ATUÁRIO

*Dispõe sobre o ingresso na carreira ou série funcional de Atuário dos Ministérios civis e órgãos autárquicos.*

Decreto n.º 35.884 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

## AUMENTO DE CAPITAL

*Dispõe sobre o aumento de capital das sociedades anônimas financiadas pelo Banco do Brasil S. A.*

Lei n.º 2.300 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1954.

## AUTARQUIAS

*Dispõe sobre o fôro das causas em que as autarquias forem autoras.*

Lei n.º 2.285 — de 9 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de agosto de 1954.

## AUXÍLIO DE DIFERENÇA DE CAIXA

*Altera a redação do § 2.º, do artigo 1.º, do Decreto n.º 34.406, de 29 de outubro de 1953.*

Decreto n.º 35.983 — de 5 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

## AUXÍLIO-ENFERMIDADE

*Assegura aos associados dos Institutos e Caixas de Previdência Social, atacados de tuberculose, o benefício do auxílio-enfermidade.*

Lei n.º 2.280 — de 3 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de agosto de 1954.

## AUXÍLIOS

Ver:

*Subvenções.*

## AVIADORES

*Dispõe sobre funções privativas do Quadro de Oficiais Gerais do Corpo de Oficiais da Aeronáutica (aviadores).*

Decreto n.º 35.115 — de 1 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1954.

## AVICULTURA

*Cria uma Comissão de técnicos para proceder a estudos e investigações sobre a profilaxia da doença de New Castle.*

Decreto n.º 36.083 — de 13 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

## B

### BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA

*Revoga o art. 6.º do Decreto-lei número 8.440, de 24 de dezembro de 1945, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.262 — de 8 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

### BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA S. A.

*Revoga o art. 6.º do Decreto-lei número 8.440, de 24 de dezembro de 1945, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.262 — de 8 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

### BANCO DO BRASIL S. A.

*Transfere ao Banco do Brasil S. A., como Agente Especial do Governo Federal, o encargo de liquidar a empresa que menciona.*

Decreto n.º 35.857 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.



**BANCOS**

*Dispõe sobre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.313 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de setembro de 1954.

**BASILICA NACIONAL DE APARECIDA**

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar as obras da futura Basílica Nacional de Aparecida, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 36.669 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1954.

**BATALHÃO CORONEL ASSUNÇÃO**

*Dá a denominação de "Batalhão Coronel Assunção" ao atual 5.º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar do Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.321 — de 13 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1954.

**BAUXITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Ananias Felisberto dos Reis a lastrar bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.747 — de 30 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

— *Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Ltda. a pesquisar bauxita, argila e associados, nos municípios de São Paulo e São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 35.872 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

**BERILO**

*Autoriza os cidadãos brasileiros Francisco Leonis Gomes de Assis, Raimel Pereira de Araújo e Sinval Azevedo a pesquisar scheelita, berilo, esmeralda, água marinha, quartzo e associados, no município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n.º 35.816 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Rebello Guimarães a pesquisar feldspato, berilo e associados no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 36.077 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

**BOITES**

*Estabelece a obrigatoriedade para o comércio atacadista e varejista, os hotéis, restaurantes, boites e casas de pasto, da apresentação à venda de vinhos de uvas nacionais.*

Lei n.º 2.206 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de agosto de 1954.

**BORBOREMA - COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive mudança de sede e aumento do capital, da Borborema — Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto n.º 35.766 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1954.

**C****CAIXA DE AMORTIZAÇÃO**

*Aprova o Regimento da Caixa de Amortização.*

Decreto n.º 35.912 — de 28 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1954.

## CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Assegura aos associados dos Institutos e Caixas de Previdência Social, atacados de tuberculose, o benefício do auxílio-enfermidade.*

Lei n.º 2.280 — de 3 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de agosto de 1954.

— *Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n.º 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— *Suspende até 31 de dezembro de 1954 a execução do Decreto n.º 34.536, de 12 de novembro de 1953.*

Decreto n.º 35.893 — de 23 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1954.

— *Revoga o Decreto n.º 35.893, de 23 de julho de 1954.*

Decreto n.º 36.221 — de 24 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1954.

## CAIXAS ECONÔMICAS

*Dispõe sobre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.313 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de setembro de 1954.

## CALCÁRIO

*Autoriza o cidadão brasileiro João Spada a pesquisar calcário no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 35.749 — de 30 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

## CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sertório da Rosa a lavrar calcário no município de Cerro Azul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 35.813 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 35.824 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário no município de Paulista, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 35.825 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Feliciano de Paula Martins a pesquisar calcário e associados, no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.827 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1954.

— *Autoriza a Cia. Cimento Portland Corumbá a pesquisar calcário no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 35.829 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aristides Machado Vieira a pesquisar calcário e associados, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.830 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

## CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário no município de Paulista, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 35.833 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alberto Herman Theodor Lundgren a pesquisar calcário no município de Maguari, Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 35.835 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Lopes Varela a pesquisar calcário no município de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n.º 35.868 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Antonio Frantz a pesquisar calcário no município de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 35.873 de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário no município de Paulista, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 35.880 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

— *Autoriza a Indústria de Mármore Itelva Ltda. a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 35.919 — de 28 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1954.

## CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Caputo a pesquisar calcário e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 35.970 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Busaco a pesquisar calcário, nos municípios de Colombo e Timoneira, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 35.975 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1954.

Retificado no D. O. de 27 de agosto de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Octavio S. Rolim a pesquisar calcário, talco e associados no município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 35.978 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1954.

— *Autoriza a S. A. Industrias Votorantim a lavar calcário e associados no município de Cerro Azul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 35.977 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

— *Autoriza a Cia. de Cimento Portland Rio Branco a lavar calcário e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 35.979 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

— *Autoriza a cidadã brasileira Erenita Helena Groschke Harley a pesquisar calcário no município de Paulista, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 36.081 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

## CALCÁRIO

— *Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a lavar talco, calcário, dolomita e associados no município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 36.117 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Henry Saxon Fellows a lavar calcário no município de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 36.120 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues de Almeida a pesquisar calcário e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 36.124 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Tristão Riet de Carvalho a lavar calcário no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 36.161 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1954.

— *Ratifica o art. 1.º do Decreto n.º 30.333, de 21 de dezembro de 1951.*

Decreto n.º 36.188 — de 17 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Alexandre de Matos a lavar calcário no município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 36.200 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

## CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Pazetti a pesquisar calcário e associados no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 36.258 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

## CANOILAS, VERGARA TRANSPORTES MARÍTIMOS LIMITADA

*Concede à sociedade "Canoilas, Vergara Transportes Marítimos Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 35.929 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

## CAPITANIA DOS PORTOS

*Eleva, sem aumento de despesa, à categoria de Agência, a capitania da Capitania dos Portos do Estado do Pará e Território do Amapá, em Macapá.*

Decreto n.º 36.218 — de 21 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

## CARGOS EM COMISSÃO

*Altera dispositivo do Decreto número 34.395, de 28 de outubro de 1953.*

Decreto n.º 36.090 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

## CARGOS PÚBLICOS

*Fixa normas para elaboração de atos de provimento e vacância de cargos públicos.*

Decreto n.º 36.190 — de 13 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1954.

**CARVÃO**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 202.285,80, para pagamento de gratificações pela distribuição do carvão nacional.*

Lei n.º 2.309 — de 2 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de setembro de 1954.

*Susta a execução do Decreto n.º 35.732, de 25 de junho de 1954.*

Decreto n.º 35.737 — de 8 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

*Autoriza a Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá a pesquisar carvão mineral e associados, no município de Orleães, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 35.838 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

*Autoriza a Companhia Nacional de Mineração de Carvão do Barro Branco a pesquisar carvão mineral e associados no município de Orleães, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 35.810 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

*Autoriza a Viação Férrea do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 35.971 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1954.

*Dispõe sobre os preços de venda de carvão do Rio Grande do Sul e as outras providências.*

Decreto n.º 35.832 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

**CARVÃO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Israel Klabin a pesquisar carvão mineral no município de Tibagi, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 36.048 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

*Autoriza o cidadão brasileiro João Gabriel Macari a lavrar carvão mineral e associados, no município de Orleães, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 36.051 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

*Declara caduco o Decreto número 9.159, de 1 de abril de 1942.*

Decreto n.º 36.073 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

*Declara caduco o Decreto número 21.713, de 9 de agosto de 1932.*

Decreto n.º 36.075 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

*Autoriza o Departamento Autônomo do Carvão Mineral a lavrar carvão mineral, no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 36.076 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

**CASA DA MOEDA**

Decreto-legislativo n.º 20 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

**CASAS DE PASTO**

*Estabelece a obrigatoriedade para o comércio atacadista e varejista, os hotéis, restaurantes, boites e casas de pasto, da apresentação à venda de vinhos de uvas nacionais.*

Lei n.º 2.296 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de agosto de 1954.

## CASSITERITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Matheus Rezende de Mendonça a pesquisar minério de manganês, cassiterita e associados, no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.865 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Xavier Ribeiro a lavar cassiterita e associados no município de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 36.682 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

*— Autoriza a Companhia de Mineração do Nordeste S. A. a pesquisar cassiterita e associados no município de Picui, Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 36.119 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro René Androux a pesquisar cassiterita e associados nos municípios de Camaguiã, Canguçu, Boqueirão e Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 36.170 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

## CAULIM

*Autoriza a Sociedade de Mineração Ernesto Zabeu & Filhos Ltda., a pesquisar caulim e associados, no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 35.748 — de 30 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1954.

## CAULIM

*— Autoriza o cidadão brasileiro Palmiro Gonçalves da Silva a pesquisar caulim e argila no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 35.806 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

*— Autoriza a S. A. Fazenda da Floresta a pesquisar caulim, mica e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.807 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Septimo Faccin a pesquisar argila, caulim, mica e associados no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 35.812 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

*— Renova o Decreto n.º 30.467, de 28 de janeiro de 1952.*

Decreto n.º 35.869 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Odone Eugênio Frederico Marsiaj a lavar caulim no município de Vião, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 35.923 — de 28 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Gil a pesquisar caulim e associados no município de Itapeceira da Serra, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 35.972 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1954.

**CAULIM**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Agostinho Bueno a pesquisar caulim, quartzo e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 35.973 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Idalino Fretta a lavar caulim no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 36.121 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Vito Saverio Pentagna a pesquisar caulim e associados no município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 36.165 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Henrique Monnerat Júnior a pesquisar feldspato, caulim e quartzo no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 36.199 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Evaristo Guedes a pesquisar caulim, argila e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 36.250 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Bonotto a pesquisar mica, caulim e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 36.257 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

**CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS**

*Assegura subvenção e isenção fiscal ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.255 — de 1 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de julho de 1954.

**CHUMBO**

*Renova o Decreto n.º 30.727, de 3 de abril de 1952.*

Decreto n.º 35.968 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1954.

— *Renova o Decreto n.º 31.026, de 20 de junho de 1952.*

Decreto n.º 36.207 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

**CIA. CIMENTO PORTLAND CORUMBÁ**

*Autoriza a Cia. Cimento Portland Corumbá a pesquisar calcário no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 35.829 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1954.

**CIA. CIMENTO PORTLAND RIO BRANCO**

*Autoriza a Cia. de Cimento Portland Rio Branco a lavar calcário e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 35.979 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

## CIÊNCIA

*Torna público o depósito dos Instrumentos de aceitação, por parte da República Soviética Socialista da Bielorrússia e da República Socialista da Ucrânia, da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, firmada em Londres, a 16 de novembro de 1945.*

Decreto n.º 35.858 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

## CIMENTO PORTLAND DE MINAS GERAIS S. A.

*Concede a Cimento Portland de Minas Gerais S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 36.041 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

## CLUBE DA AERONAUTICA

*Dispõe sobre financiamento e operações imobiliárias entre o Clube da Aeronáutica e seus associados, para aquisição de casa própria.*

Lei n.º 2.321 — de 11 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 14 de setembro de 1954.

## COBRADORES

*Altera a redação do § 2.º, do artigo 1.º do Decreto n.º 34.406, de 29 de outubro de 1953.*

Decreto n.º 35.983 — de 5 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

## CÓDIGO DE ÁGUAS

*Regulamenta o art. 151, alínea c, do Código de Águas (Decreto, número 24.643, de 10 de julho de 1934).*

Decreto n.º 35.851 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

## CÓDIGO DE ÁGUAS

*— Institui Comissão para elaborar anteprojetos de Códigos de Águas e de Energia Elétrica e determina outras providências.*

Decreto n.º 36.062 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

## CÓDIGO DE ENERGIA ELÉTRICA

*Institui Comissão para elaborar anteprojeto de Códigos de Águas e de Energia Elétrica e determina outras providências.*

Decreto n.º 36.062 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

## CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

*Altera dispositivos da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).*

Lei n.º 2.283 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

## CÓDIGO NACIONAL DE SAÚDE

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n.º 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

## CÓDIGO PENAL

*Dispõe sobre a corrupção de menores.*

Lei n.º 2.252 — de 1 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 3 de julho de 1954.



**"COLGATE - PALMOLIVE - PEET CO. LTD."**

*Concede à sociedade anônima "Colgate-Palmolive-Peet Co. Ltd." autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 35.764 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1954.

**COLÔNIA PENAL CÂNDIDO MENDES**

*Aprova o Regimento da Colônia Penal Cândido Mendes.*

Decreto n.º 36.220 — de 23 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1954.

**"COLUMBIA" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS DE VIDA E RAMOS ELEMENTARES**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Columbia" Companhia Nacional de Seguros de Vida e Ramos Elementares.*

Decreto n.º 36.091 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

**COMÉRCIO**

*Estabelece a obrigatoriedade para o comércio atacadista e varejista, os hotéis, restaurantes, boites e casas de pasto, da apresentação à venda de vinhos de uvas nacionais.*

Lei n.º 2.296 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de agosto de 1954.

**COMÉRCIO E TRANSPORTES  
MUCURIPE S. A.**

*Concede à "Comércio e Transportes Mucuripe S. A." autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 35.765 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

**COMISSÕES**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ..... Cr\$ 78.995.264,30, para pagamento da contribuição do Brasil às despesas da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudo e Aproveitamento do Petróleo.*

Lei n.º 2.272 — de 26 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 29 de julho de 1954.

*— Extingue a Comissão Executiva Têxtil, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.325 — de 20 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1954.

*— Transfere concessão.*

Decreto n.º 35.588 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

Retificado no D. O. de 31 de julho de 1954.

*— Transfere à Comissão Estadual de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul, concessão para distribuição de energia elétrica no Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 35.640 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1954.

*— Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terreno.*

Decreto n.º 35.782 — de 7 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1954.

*— Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a realizar o aproveitamento hidráulico do salto do Abaeté, no rio Abaeté, município de S. Gotardo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.820 — de 13 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1954.

## COMISSÕES

— *Institui Comissão para elaborar anteprojetos de Códigos de Águas e de Energia Elétrica e determina outras providências.*

Decreto n.º 36.062 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Cria uma Comissão de técnicos para proceder a estudos e investigações sobre a profilaxia da doença de New Castle.*

Decreto n.º 36.083 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 36.176 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— *Suprime da relação de funções gratificadas a Comissão Técnica de Rádio.*

Decreto n.º 36.182 — de 16 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

— *Dispõe sobre a substituição dos membros da Comissão de Habilitação de Pensões Vitalícias e dá outras providências.*

Decreto n.º 36.184 — de 16 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1954.

Retificado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

— *Extingue a Comissão Executiva instituída pelo Decreto n.º 32.702, de 4 de maio de 1953.*

Decreto n.º 36.219 — de 23 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

## COMPANHIA BANDEIRANTE DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Bandeirante de Seguros Gerais.*

Decreto n.º 35.763 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

Reproduzido no D. O. de 30 de setembro de 1954.

## COMPANHIA BARÃO DE CAPANEMA

*Dá a denominação de Companhia Barão de Capanema à atual 1.ª Cio. de Comunicações.*

Decreto n.º 36.149 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— *Cria o estandarte distintivo para a 1.ª Companhia de Comunicações — "Companhia Barão de Capanema".*

Decreto n.º 36.150 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1954.

## COMPANHIA BRASILEIRA CARBONÍFERA ARARANGUA

*Autoriza a Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá a pesquisar carvão mineral e associados, no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 35.808 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

## COMPANHIA BRASILEIRA DE VIDROS S. A.

*Autoriza a Companhia Brasileira de Vidros S. A. a lavar areia quartzosa na Restinga de Jacarepaguá, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 36.255 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

### COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Companhia Brasileira de Energia Elétrica a utilizar a usina termoeletrica flutuante Piraquê, em caráter de emergência.*

Decreto n.º 36.012 — de 11 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1954.

### COMPANHIA BRASILEIRA DE LIGANTES HIDRAULICOS

*Outorga à Companhia Brasileira de Ligantes Hidráulicos concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da queda d'água denominada Ismerio, existente no rio Negro, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 35.699 — de 23 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

### COMPANHIA DE CARRIS, LUZ E FÔRÇA DO RIO DE JANEIRO, LIMITADA

*Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias às obras relativas à construção da barragem e reservatório de Santa Branca, no rio Paraíba do Sul, e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n.º 35.686 — de 18 de julho de 1954.

Retificado no D. O. de 9 de julho de 1954.

— *Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, a instalar uma subestação abaixadora em São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 35.800 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

### COMPANHIA DE CARRIS, LUZ E FÔRÇA DO RIO DE JANEIRO, LIMITADA

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terras marginais do Ribeirão das Lages e seus afluentes e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, a promover as desapropriações.*

Decreto n.º 36.152 — de 10 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

### COMPANHIA DE CIMENTO BRASILEIRO

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 39.333, de 21 de dezembro de 1951.*

Decreto n.º 36.188 — de 17 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1954.

### COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO MÉDIO RIO DOCE

*Transfere da Companhia Fôrça e Luz Figueira do Rio Doce para a Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce a concessão para o fornecimento de energia elétrica na sede do município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 36.008 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

### COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO VALE DO ITABAPOANA

*Transfere do Governo do Estado do Rio de Janeiro para a Companhia de Eletricidade Vale do Itabapoana, a concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica das quedas d'água denominadas Inferno, Fumaça e Rosal, todas situadas no rio Itabapoana, entre os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.*

Decreto n.º 35.900 — de 26 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

**COMPANHIA DE MINERAÇÃO DO NORDESTE S. A.**

*Autoriza a Companhia de Mineração do Nordeste S. A. a pesquisar cassiterita e associados no município de Picui, Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 36.119 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

**COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES "LLOYD SUL AMERICANA"**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Lloyd Sul Americano".*

Decreto n.º 35.688 — de 18 de junho de 1954.

Retificado no D. O. de 9 de julho de 1954.

**COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES "PHENIX DE PORTO ALEGRE"**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital, da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Phenix de Porto Alegre".*

Decreto n.º 35.767 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de julho de 1954.

**COMPANHIA DE SEGUROS "SAGRES"**

*Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros "Sagres".*

Decreto n.º 35.927 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1954.

**COMPANHIA ELÉTRICA CAIUA**

*Autoriza a Companhia Elétrica Caiuá a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n.º 35.791 — de 9 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1954.

**COMPANHIA ELÉTRICA CAIUA**

*Autoriza a Companhia Elétrica Caiuá a construir uma linha de transmissão entre as localidades de Presidente Prudente e Santo Anastácio, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 35.903 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

**COMPANHIA ELETRICIDADE MUQUI DO SUL**

*Restringe a zona de concessão da Companhia Eletricidade Muqui do Sul, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 36.179 — de 15 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

**COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA**

*Outorga à Companhia Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Parauminha, distrito de Jaboticatubas, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.789 — de 8 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1954.

**COMPANHIA FÔRÇA E LUZ DE CENTRALINA**

*Outorga à Companhia Fôrça e Luz de Centralina concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Cachoeira Piedade existente no rio Piedade, município de Canápolis, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 36.133 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

### COMPANHIA FÔRÇA E LUZ DE CONSELHEIRO LAFAIETE S. A.

*Autoriza a Companhia Fôrça e Luz de Conselheiro Lafaiete S. A. a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 35.864 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

Retificado no D. O. de 27 de agosto de 1954.

### COMPANHIA FÔRÇA E LUZ DE FIGUEIRA DO RIO DOCE

*Transfere da Companhia Fôrça e Luz Figueira do Rio Doce para a Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce a concessão para o fornecimento de energia elétrica na sede do município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 36.008 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

### COMPANHIA FÔRÇA E LUZ DE MORADA

*Outorga à Companhia Fôrça e Luz de Morada concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um trecho do rio Sucuri, no município de Moravânia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 33.399 — de 28 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1954.

### COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL

*Revoga o art. 6.º do Decreto-lei número 8.440, de 24 de dezembro de 1945, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.262 — de 8 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

### COMPANHIA GERAL DE ELETRICIDADE

*Autoriza a Companhia Geral de Eletricidade a promover os estudos para aproveitamento total de energia hidráulica da cachoeira do Paradoiro, no rio Pardo, distrito e município de Caconde, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 35.958 — de 2 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

### COMPANHIA INDUSTRIAL CA- TAGUAZES

*Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Cataguazes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 36.906 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1954.

### COMPANHIA INDUSTRIAL DE ES- TÂNCIA S. A.

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 35.362, de 9 de abril de 1954.*

Decreto n.º 36.030 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

### COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL

*Concede à Companhia Industrial e Comercial Paduana S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 36.039 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

### COMPANHIA INDUSTRIAL PA- RAENSE S. A.

*Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, que serão inundadas com o levantamento da barragem da usina Carioca, e autoriza a Companhia Industrial Paraense S. A. a promover a respectiva desapropriação.*

Decreto n.º 34.637 — de 17 de novembro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 28 de julho de 1954.

**COMPANHIA INDUSTRIAL PARA-ENSE S. A.**

— *Modifica os §§ 2.º e 3.º do art. 1.º do Decreto n.º 30.911, de 27 de maio de 1952.*

Decreto n.º 36.101 — de 20 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

**COMPANHIA LUZENSE DE ELETRICIDADE S. A.**

*Outorga à Companhia Luzense de Electricidade S. A. concessão para distribuir energia elétrica no Município de Luz e no Distrito de Moema, Município de Bom Despacho, Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto n.º 35.892 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

**COMPANHIA MINEIRA DE SIDERURGIA**

*Autoriza a Companhia Mineira de Siderurgia a pesquisar minério de ferro, quartzo e associados, no município de Itaúva, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 36.254 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

**COMPANHIA MISTA DE ENERGIA ELÉTRICA SÃO PEDRO**

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Mista de Energia Elétrica São Pedro.*

Decreto n.º 35.981 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1954.

**COMPANHIA NACIONAL DE GRAFITE LTDA.**

*Outorga à Companhia Nacional de Grafite Ltda. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica no município de Itaipocera, Estado de Minas Gerais, para uso exclusivo.*

Decreto n.º 35.952 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1954.

**COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO DE CARVÃO DO BARRO BRANCO**

*Autoriza a Companhia Nacional de Mineração de Carvão do Barro Branco a pesquisar carvão mineral e associados no município de Orleães, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 35.810 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, S. A.**

*Declara de utilidade pública as áreas de terras compreendidas no plano do aproveitamento de energia hidráulica existente no Rio Grande entre o município de Ibiraci, distrito do mesmo nome e o município de Sacramento, distrito de Desemboque, e uma ponte de madeira existente sobre o Rio Grande, entre o município de Delimópolis, distrito do mesmo nome, e o município de Passos, distrito de mesmo nome, no Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, Sociedade Anônima, com sede nesta Capital, a promover as respectivas desapropriações.*

Decreto n.º 35.623 — de 7 de junho de 1954.

Retificado no D. O. de 13 de agosto de 1954.

— *Dá caráter de urgência às disposições estabelecidas nos Decretos números 33.401 e 34.931, respectivamente, de 28 de julho de 1953, e 13 de janeiro de 1954.*

Decreto n.º 35.779 — de 6 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

— *Retifica o Decreto n.º 34.931, de 13 de janeiro de 1954.*

Decreto n.º 35.843 — de 15 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

### COMPANHIA PAULISTA DE MINERAÇÃO

*Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a lavar xisto argiloso e associados no município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 35.677 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar quartzo, no município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 35.877 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

### COMPANHIA QUÍMICA RHODIA BRASILEIRA

*Concede permissão à Seção de Rhodolite do Departamento Plástico da Companhia Química Rhodia Brasileira para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.*

Decreto n.º 35.786 — de 8 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1954.

### COMPANHIA RIOGRANDENSE DE USINAS ELÉTRICAS

*Declara extinta a concessão de que era titular a Companhia Riograndense de Usinas Elétricas e autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a incumbir-se dos serviços de produção e distribuição de energia elétrica no município de Cachoeira do Sul, incorporando-os ao conjunto de concessões e autorizações outorgado pelo Decreto n.º 19.896, de 29 de outubro de 1945.*

Decreto n.º 36.183 — de 16 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1954.

### COMPANHIA SUL MINEIRA DE ELETRICIDADE

*Autoriza a Companhia Sul Mineira de Electricidade a ampliar suas instalações hidroelétricas.*

Decreto n.º 35.863 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

*Transfere da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre para a Companhia Sul Mineira de Electricidade a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.890 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1954.

### COMPANHIA SUL MINEIRA DE ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Companhia Sul Mineira de Energia Elétrica a construir uma linha de transmissão entre o Distrito de Milagres, Município de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais e o Distrito de São Benedito das Arças, Município de Mococa, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 36.134 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

### CONCESSÃO DE DIREITOS CIVIS À MULHER

*Torna público o depósito dos Instrumentos de ratificação, pelo México, da Convenção Internacional sobre a Concessão de Direitos Civis à Mulher, assinada em Bogotá, a 2 de maio de 1948.*

Decreto n.º 36.185 — de 17 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

## CONCHAS CALCÁRIAS

*Autoriza Rivero & Cia. Ltda. a lavar conchas calcárias, no município de Iguapé, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 35.750 — de 30 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

## CONCURSO

*Dispõe sobre o ingresso na carreira ou série funcional de Atuário dos Ministérios civis e órgãos autárquicos.*

Decreto n.º 35.834 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

## CONGRESSO EUCARÍSTICO INTERNACIONAL (XXXVI.º)

*Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de .... Cr\$ 14.000.000,00 para auxiliar as despesas com a realização do XXXVI.º Congresso Eucarístico Internacional.*

Decreto n.º 36.110 — de 23 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1954.

## CONGRESSO INTERAMERICANO DE REUMATOLOGIA (II)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para atender às despesas com a realização do II Congresso Interamericano de Reumatologia.*

Lei n.º 2.302 — de 28 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 1 de setembro de 1954.

## CONGRESSO INTERNACIONAL DE HEMATOLOGIA (5.º)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para ocorrer às despesas com a representação do Brasil ao 5.º Congresso Internacional de Hematologia.*

Lei n.º 2.301 — de 27 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1954.

## CONGRESSO LATINO - AMERICANO DE SOCIOLOGIA (II)

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de ..... Cr\$ 400.000,00, como auxílio ao II Congresso Latino-Americano de Sociologia.*

Decreto n.º 36.011 — de 10 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1954.

## CONGRESSO NACIONAL DO ALGODÃO (II)

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxiliar a realização do II Congresso Nacional do Algodão.*

Lei n.º 2.315 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

## CONGRESSO SUL AMERICANO DE ANGIOLOGIA (2.º)

*Abre crédito especial para o fim autárquico.*

Decreto n.º 35.818 — de 13 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1954.

## CONSELHOS FISCAIS DOS INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Ver:

*Institutos de Aposentadoria e Pensões.*

## CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

*Modifica o parágrafo único do artigo 372 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).*

Lei n.º 2.275 — de 30 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de agosto de 1954.



# CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA

*Aprova o Regimento da Contadoria Geral da República.*

Decreto n.º 35.403 — de 20 de abril de 1954.

Retificado no D. O. de 28 de julho de 1954.

## CONTRATADOS

Ver:

*Extranumerários.*

## CONTRATOS

Decreto-legislativo n.º 23 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 21 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 22 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo de 23 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 24 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 25 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 26 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 27 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

Decreto-legislativo n.º 28 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

## CONTRATOS

— Decreto-legislativo n.º 29 — de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 30 — de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 31 — de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 32 — de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 33 — de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 35 — de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 36 — de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 37 — de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— *Dispõe sobre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.313 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de setembro de 1954.

— *Aprova as cláusulas para revisão do contrato de arrendamento da rêe de Vição Ferreira do Rio Grande do Sul ao Estado do mesmo nome.*

Decreto n.º 36.226 — de 24 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

## CONVENÇÕES

*Torna público que o Governo dos Estados Unidos da América denunciou a Convenção sobre Uniformidade de Nomenclatura para a Classificação de Mercadorias, assinada em Santiago do Chile, a 3 de maio de 1923.*

Decreto n.º 35.992 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

— *Promulga a Convenção Internacional para a Marcação de Ovos no Mercado Internacional, concluída em Bruxelas, a 11 de dezembro de 1931.*

Decreto n.º 35.993 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

— *Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte da Costa Rica, da Convenção sobre Asilo Político, firmado em Montevideo, a 26 de dezembro de 1933, por ocasião da VII Conferência Internacional Americana.*

Decreto n.º 35.994 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

— *Torna público que o Conselho Federal Suíço aderiu à Convenção Internacional sobre Linhas de Limites de Carga, firmada em Londres a 5 de julho de 1930.*

Decreto n.º 35.995 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

— *Torna público o depósito dos Instrumentos da adesão, por parte da Bolívia e da República Federal da Alemanha, da Convenção da Organização Mundial de Meteorologia, assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.*

Decreto n.º 36.071 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1954.

## CONVENÇÕES

— *Promulga a Convenção sobre o Instituto Indigenista Interamericano, concluída em Patzcuaro, México, a 24 de fevereiro de 1940.*

Decreto n.º 36.098 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1954.

— *Torna pública a adesão da Suíça à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de abalroamento e à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de assistência e de salvamento marítimo, firmadas em Bruxelas a 23 de setembro de 1910.*

Decreto n.º 36.156 — de 13 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

— *Torna público que os Governos de vinte e três países denunciaram a Convenção para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.*

Decreto n.º 36.157 — de 13 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

— *Torna público o depósito dos Instrumentos de ratificação, pelo México, da Convenção Internacional sobre a Concessão de Direitos Cíveis à Mulher, assinada em Bogotá, a 2 de maio de 1948.*

Decreto n.º 36.185 — de 17 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

## COOPERATIVAS

*Concede autorização para a constituição da Cooperativa de Crédito Piratininga, com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 35.345 — de 8 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1954.

## COOPERATIVISMO

Decreto-legislativo n.º 21 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

**CORPO DE BOMBEIROS**

*Aprova plano de uniformes para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.771 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 840.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto n.º 36.208 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1954.

**CORRUPÇÃO DE MENORES**

*Dispõe sobre a corrupção de menores.*

Lei n.º 2.252 — de 1 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 3 de julho de 1954.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Assegura subvenção e isenção fiscal ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.255 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para auxiliar a reconstrução da usina elétrica do Cajueiro, em Itabuna, Estado da Bahia.*

Lei n.º 2.256 — de 5 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 152.070,00 para pagamento do abono de emergência.*

Lei n.º 2.257 — de 6 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 12 de julho de 1954.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 103.222,10 para pagamento de despesas ocorridas nos exercícios de 1948 e 1952.*

Lei n.º 2.258 — de 6 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 12 de julho de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 385.978,80, para atender às despesas com a indenização ao Governo do Estado do Pará, de um imóvel requisitado em 1942, pela mesma Secretaria de Estado.*

Lei n.º 2.263 — de 9 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 42.612,90, para pagamento de salários ao Engenheiro Edilson Medeiros da Fonseca.*

Lei n.º 2.270 — de 22 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de julho de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 78.095.264,30, para pagamento da contribuição do Brasil às despesas da Comissão Mista Brasil-Bolívia de Estudo e Aproveitamento do Petróleo.*

Lei n.º 2.272 — de 26 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 29 de julho de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinada à reconstrução da barragem da Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Lei n.º 2.273 — de 26 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 29 de julho de 1954.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.334.878,00, para atender às despesas resultantes do cumprimento da segurança imposta em favor de Pedro Mariani Serra, Clarindo Mey, Maurílio Monteiro Pereira da Cunha, Ayrton Bittencourt Lobo, Carlos Miguez Garrido e Armando Pereira de Andrade.

Lei n.º 2.277 — de 30 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 3 de agosto de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.906.429,00 para atender as despesas com o pagamento de gratificação aos professores civis do Magistério Militar.

Lei n.º 2.278 de 30 — de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 3 de agosto de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para auxiliar a reconstrução do Instituto Princesa Isabel.

Lei n.º 2.286 — de 11 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 14 de agosto de 1954.

— Dispõe sobre a concessão de gratificação adicional por tempo de serviço ao pessoal das estradas de ferro em regime especial.

Lei n.º 2.287 — de 16 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 205.660,80, para pagamento de gratificação adicional a servidores do mesmo Ministério.

Lei n.º 2.290 — de 21 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de agosto de 1954.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 24.450.000,00 destinado à fabricação de submetralhadoras Madsen M 46, calibre 45.

Lei n.º 2.291 — de 21 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de agosto de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para atender às despesas decorrentes das visitas ao Brasil do Presidente da República do Peru e do Ministro das Relações Exteriores do Equador.

Lei n.º 2.292 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de agosto de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 destinada à aquisição de um navio para servir na navegação lacustre no Rio Grande do Sul.

Lei n.º 2.293 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de agosto de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.800.000,00 para pagamento das despesas decorrentes da participação do Brasil em Feiras Internacionais.

Lei n.º 2.294 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de agosto de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 561.169,90, para pagamento das gratificações de magistério a professores do mesmo Ministério.

Lei n.º 2.295 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 27 de agosto de 1954.

## CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 4.000.000,00 e Cr\$ 3.000.000,00, para contratar, respectivamente, os estudos do potencial hidráulico do Salto Capivara no rio Paranapanema e o do Estreito no rio Uruguai, da Cachoeira da Fumaça e de outros desníveis do rio Itabapoana.

Lei n.º 2.297 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para ocorrer às despesas com a representação do Brasil ao 5.º Congresso Internacional de Hematologia.

Lei n.º 2.301 — de 27 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para atender às despesas com a realização do II Congresso Interamericano de Reumatologia.

Lei n.º 2.302 — de 28 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 1 de setembro de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 41.572,50, para pagamento de gratificação adicional a Aida de Andréa Montagna.

Lei n.º 2.303 — de 28 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 30 de agosto de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 52.707,50, para regularizar o pagamento de gratificação a servidores do Departamento de Administração do mesmo Ministério.

Lei n.º 2.304 — de 30 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1954.

## CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.730.000,00, para atender aos compromissos resultantes de contrato firmado entre a Inspetoria Salesiana de Santo Afonso e as Missões Salesianas do Rio Negro.

Lei n.º 2.305 — de 30 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 70.892,00, para pagamento de indenização devida aos proprietários da Fazenda Retiro, situada no 5.º Distrito do Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro.

Lei n.º 2/306 — de 30 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 202.235,80, para pagamento de gratificações pela distribuição do carvão nacional.

Lei n.º 2.309 — de 2 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de setembro de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 104.172,30, para pagamento de indenização devida a Zaki Shirato & Companhia e Merhy & Jacomet.

Lei n.º 2.310 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxiliar a realização do II Congresso Nacional do Algodão.

Lei n.º 2.315 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, para pagamento, no corrente exercício, de subvenções a estabelecimentos de ensino superior do país, na conformidade das Leis ns. 2.106, de 23 de novembro de 1953, 2.152, 2.153 e 2.154, de 20 de dezembro de 1953.

Lei n.º 2.316 — de 2 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 19 de setembro de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 688.000,00, para pagamento da parte restante da despesa realizada pelo Departamento dos Correios e Telégrafos com a aquisição de uma central telefônica automática.

Lei n.º 2.318 — de 10 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 1 de setembro de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.835.000,00, para aquisição de terrenos necessários à construção dos prédios destinados às Delegacias Fiscais nos Estados do Amazonas e de Minas Gerais.

Lei n.º 2.319 — de 10 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 15 de setembro de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 350.000,00, para atender às despesas do Departamento Federal de Segurança Pública com o transporte de presos e de estrangeiros expulsos do Território Nacional.

Lei n.º 2.320 — de 10 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 15 de setembro de 1954.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 101.413,40, para regularização das despesas no exercício de 1952, à conta da Verba 3, Consignação IX, Subconsignação 76, do Anexo n.º 31, do Orçamento Geral da União.

Lei n.º 2.324 — de 20 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1954.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial até a importância de Cr\$ 150.000.000,00, para pagamento de pensões aos veteranos, às viúvas e aos herdeiros dos ex-combatentes da campanha do Uruguai e da guerra do Paraguai.

Lei n.º 2.326 — de 20 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1954.

— Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.700.000,00, destinado ao Serviço Nacional de Malária.

Decreto n.º 35.770 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), para a instalação e funcionamento do Instituto de Imigração e Colonização.

Decreto n.º 35.777 — de 6 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1954.

— Abre crédito especial para o fim que indica.

Decreto n.º 35.818 — de 13 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1954.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Abre ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 7.017,00, para pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço correspondente ao exercício de 1952.*

Decreto n.º 35.841 — de 15 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da Primeira Região, o crédito especial de Cr\$ 14.186,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 35.860 — de 20 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

— *Abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 318.041,30, para atender às despesas com pagamento de gratificação de magistério.*

Decreto n.º 35.861 — de 20 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 4.836.450,00, destinado a indenizar o Estado de Goiás pelo valor dos imóveis atingidos pelo traçado da Estrada de Ferro de Goiás.*

Decreto n.º 35.882 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para ocorrer às primeiras despesas relativas à construção de um mausoléu destinado a abrigar os restos mortais dos soldados expedicionários brasileiros sepultados no Cemitério Militar Brasileiro de Pistoia, Itália.*

Decreto n.º 35.961 — de 2 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros) para a manutenção do Es-critório Técnico de Agricultura.*

Decreto n.º 36.009 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 444.517,70, para pagamento de gratificação de magistério.*

Decreto n.º 36.068 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar as obras da futura Basilica Nacional de Aparecida, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 36.069 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 400.000,00, como auxílio ao II Congresso Latino-Americano de Sociologia.*

Decreto n.º 36.011 — de 10 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1954.

— *Abre ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 618.880,00, para pagamento das despesas decorrentes da execução da Lei n.º 2.251, de 30 de junho de 1954.*

Decreto n.º 36.086 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1954.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 14.000.000,00 para auxiliar as despesas com a realização do XXXVI.º Congresso Eucarístico Internacional.*

Decreto n.º 36.110 — de 23 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de agosto de 1954.

## CRÉDITO ESPECIAL

— Abre ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ ..... 401.249,20, para pagamento de despesas extracontratuais verificadas na construção de um grupo de casas residenciais na Base Aérea de Natal.

Decreto n.º 36.177 — de 16 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 840.000,00 para o fim que especifica.

Decreto n.º 36.208 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1954.

— Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 152.673.879,60, destinado ao pagamento de gratificação adicional aos empregados das estradas de ferro em regime especial.

Decreto n.º 36.223 — de 24 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 1.730.000,00, para atender aos compromissos resultantes de contrato firmado entre a Inspeção Salesiana de Santo Afonso e as Missões Salesianas do Rio Negro.

Decreto n.º 36.230 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

## CRIAÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS OU FUNÇÕES

Ver:

Extranumerários e Funcionários Públicos.

## CRIADORES E RECRIADORES DE GADO BOVINO

Modifica a Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino.

Lei n.º 2.282 — de 4 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de agosto de 1954.

Retificada no D. O. de 10 de agosto de 1954.

## CULTURA

Torna público o depósito dos Instrumentos de aceitação, por parte da República Soviética Socialista da Bielorrússia e da República Socialista da Ucrânia, da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, firmada em Londres, a 16 de novembro de 1945.

Decreto n.º 35.858 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

## CURSOS

Ver: Escolas e Faculdades.

## D

## DECISÕES TRABALHISTAS

Modifica o parágrafo único do artigo 872 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Lei n.º 2.275 — de 30 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de agosto de 1954.

## DEFESA E PROTEÇÃO DA SAÚDE

Normas gerais sobre a defesa e proteção da saúde.

Lei n.º 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.



**DENTISTA**

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n. 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

**DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DO CARVÃO MINERAL**

*Autoriza o Departamento Autônomo do Carvão Mineral a lavrar carvão mineral, no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.076 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

**DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

*Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo concessão para aproveitamento progressivo de energia hidráulica dos rios Tietê e Piracicaba.*

Decreto n. 35.641 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1954.

*— Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, do Estado de São Paulo, autorização de estudos para aproveitamento do Rio Tietê.*

Decreto n. 36.214 — de 21 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1954.

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

*Altera a redação do § 2.º do art. 1.º do Decreto n.º 34.406, de 29 de outubro de 1953.*

Decreto n. 35.983 — de 5 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

**DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS**

Decreto-legislativo n.º 25 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

*— Altera o esquema do orçamento analítico do Departamento dos Correios e Telégrafos.*

Decreto n. 35.940 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

*— Altera a redação do § 2.º do artigo 1.º do Decreto n.º 34.406, de 29 de outubro de 1953.*

Decreto n. 35.983 — de 5 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

**DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS**

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.*

**DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.*

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

*Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias às obras do aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do rio Pardo, e autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 35.775 — de 5 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1954.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público "Carira", no município de Frei Paulo, Estado de Sergipe.*

Decreto n. 35.796 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público Escondido, no município de Brejo da Cruz, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 35.797 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público Mendobim, no município de Açú, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.210 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1954.

— *Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público "Vereda Grande", no município de Floriano, Estado do Piauí.*

Decreto n. 36.232 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

## DEPÓSITO REGULAR E VOLUNTÁRIO DE BENS

*Dispõe sobre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie, e dá outras providências.*

Lei n. 2.313 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de setembro de 1954.

## DEPÓSITO POPULARES

*Dispõe sobre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie, e dá outras providências.*

Lei n. 2.313 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de setembro de 1954.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública as áreas de terras compreendidas no plano do aproveitamento de energia hidráulica existente no Rio Grande entre o município de Ibiraci, distrito do mesmo nome e o município de Sacramento, distrito de Desemboque, e uma ponte de madeira existente sobre o Rio Grande, entre o município de Delfinópolis, distrito do mesmo nome, e o município de Passos, distrito de mesmo nome, no Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, Sociedade Anônima, com sede nesta capital, a promover as respectivas desapropriações.*

Decreto n. 35.623 — de 7 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1954.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, que serão inundadas como levantamento da barragem da usina Carioca, e autoriza a Companhia Industrial Paraense S. A. a promover a respectiva desapropriação.*

Decreto n. 34.637 — de 17 de novembro de 1953.

Reproduzido no D. O. de 28 de julho de 1954.

## DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias às obras relativas à construção da barragem e reservatório de Santa Branca, no rio Paraíba do Sul, e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 35.686 — de 18 de junho de 1954.

Retificado no D. O. de 9 de julho de 1954.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário a serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 35.772 — de 2 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias às obras do aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do rio Parado, e autoriza o Departamento de Aguas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 35.775 — de 5 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1954.

— *Dá caráter de urgência às disposições estabelecidas nos Decretos ns. 33.401 e 34.931, respectivamente, de 28 de julho de 1953, e 13 de janeiro de 1954.*

Decreto n. 35.779 — de 6 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

— *Declara a utilidade pública da desapropriação dos imóveis que mencionam, necessárias a instalações industriais a cargo da Petróleo Brasileiro S. A. - Petrobrás.*

Decreto n. 35.784 — de 8 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1954.

## DESAPROPRIAÇÕES

— *Desapropria, por utilidade pública, terreno da Fábrica Nacional de Motores e dá outras providências.*

Decreto n. 35.795 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Carira", no município de Frei Paulo, Estado de Sergipe.*

Decreto n. 35.796 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Escondido, no município de Brejo da Cruz, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 35.797 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

— *Declara de utilidade pública uma área de terra situada no município de Guarapuava, Estado do Paraná, e autoriza "Irmãos Schlumberger & Cia. Ltda." a promover a desapropriação necessária.*

Decreto n. 35.802 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— *Retifica o Decreto n.º 34.931, de 13 de janeiro de 1954.*

Decreto n. 35.843 — de 15 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

## DESAPROPRIAÇÕES

— Altera o art. 4.º, do Decreto número 33.278, de 13 de julho de 1953, que declarou de utilidade pública e autorizou a desapropriação de imóvel necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto n. 35.926 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área de terreno no prolongamento Montes Claros-Monte Azul.

Decreto n. 36.000 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terras marginais do Ribeirão de Lages e seus afluentes e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a promover as desapropriações.

Decreto n. 36.152 — de 10 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona, situado na Distrito Federal.

Decreto n. 36.176 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel que menciona, situado em Terezópolis, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 36.192 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1954.

## DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária a construção do açude público "Vereda Grande", no município de Floriano, Estado do Piauí.

Decreto n. 36.232 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária a construção do açude público Mendobim, no município de Agu, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 36.210 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1954.

## DIAMANTE

Autoriza o cidadão brasileiro Levy Leite de Faria a lavrar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 35.978 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

— Autoriza o cidadão brasileiro Alcy Walter Maciel Barretto a pesquisar diamantes e associados no município de Baliza, Estado de Goiás.

Decreto n. 36.122 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Magalhães Filho a pesquisar diamante nos municípios de Grão Mogol e Minas Novas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 36.168 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

## DISSÍDIOS COLETIVOS

*Modifica o parágrafo único do artigo 872 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).*

Lei n. 2.275 — de 30 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de agosto de 1954.

## DIVISÃO DO IMPÓSTO DE RENDA

*Autoriza a Divisão do Imposto de Renda a alterar a lotação dos órgãos que lhe são subordinados.*

Decreto n. 35.998 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1954.

## DOAÇÕES

*Autoriza a aceitação de doação de de terras e a fundação do Núcleo Colonial de Andaraí, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 35.778 — de 6 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

*— Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terreno.*

Decreto n. 35.782 — de 7 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1954.

*— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Teresina, Estado do Piauí.*

Decreto n. 35.822 — de 13 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1954.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado na cidade de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.840 — de 15 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

## DOAÇÕES

*— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Cataguazes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.908 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1954.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.931 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado na rua Coronel Pedro Martins, na cidade de Caratinga, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.932 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Goiás.*

Decreto n. 35.934 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.935 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, situado no Município de Morrinhos, no Estado de Goiás.*

Decreto n. 35.936 — de 29 de julho de 1954.

## DOAÇÕES

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Campo de Brito, Estado de Sergipe.*

Decreto n. 35.938 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.933 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Aracaju, no Estado de Sergipe.*

Decreto n. 35.939 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do imóvel que menciona, situado no Município de Jaguaribe, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 35.985 — de 5 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação do terreno que menciona, situado no Município de Bambuí, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.997 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Curitiba Alegre, no Estado de Goiás.*

Decreto n. 36.231 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

## DOAÇÕES

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Andrelândia, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.033 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

## DOLOMITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Victor Geraldo Simonsen a pesquisar dolomita e associados, no município de Campos de Jordão, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.924 — de 23 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1954.

— *Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a lavrar talco, calcário, dolomita e associados no município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.117 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

## DROGARIAS

— *Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n. 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

## E

## EDUCAÇÃO

— *Torna público o depósito dos Instrumentos de aceitação, por parte da República Soviética Socialista da Bielorrússia e da República Socialista da Ucrânia, da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, firmada em Londres, a 16 de novembro de 1945.*

Decreto n. 35.853 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

**EMBAIXADAS**

*Eleva à categoria de Embaixada a Missão diplomática do Brasil no Líbano.*

Decreto n. 35.955 — de 31 de julho de 1954.

**EMPREGADOS DE ESTRADAS DE FERRO**

Ver:

*Ferrovários.*

**EMPRESA BRASILEIRA DE COMÉRCIO MARÍTIMO LTDA.**

*Concede à "Empresa Brasileira de Comércio Marítimo Ltda.", autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 36.026 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

**EMPRESA DE COALIM LIMITADA**

*Autoriza a Empresa de Coalim Limitada a pesquisar feldspato e associados no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.080 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

**EMPRESA DE MINERAÇÃO ESPERANÇA LTDA.**

*Autoriza a Empresa de Mineração Esperança Ltda., a lavar minério de ferro no município de Jeceaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.118 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

**EMPRESA DE TRANSPORTES AEROVÍAS DO BRASIL S. A.**

*Outorga concessão à Empresa de Transportes Aerovias Brasil S. A., para instalar um transmissor de 0,3 kw de potência.*

Decreto n. 35.477 — de 6 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1954.

**EMPRESA DE TRANSPORTES AEROVÍAS DO BRASIL S. A.**

*— Outorga concessão à Empresa de Transportes Aerovias Brasil S. A. para instalar um transmissor modelo ABSA-9 com 1,2 kw de potência.*

Decreto n. 36.013 — de 11 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

**EMPRESA ELÉTRICA DE SANTA ISABEL S. A.**

*— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Elétrica de Santa Isabel S. A.*

Decreto n. 36.038 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

**EMPRESA ELÉTRICA PIRAPÔSINHO LIMITADA**

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Elétrica Pirapôsinho Limitada.*

Decreto n. 35.895 — de 23 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

**EMPRESA FORÇA E LUZ DE JATAÍ**

*Autoriza a Empresa Força e Luz de Jataí a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 35.774 — de 5 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

Retificado no D. O. de 30 de julho de 1954.

**EMPRESA FORÇA E LUZ DE CORUMBAIBA S. A.**

*Outorga à Empresa Força e Luz de Corumbá S. A., concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da queda denominada Bom Sucesso, existente no ribeirão Moeda, Estado de Goiás.*

Decreto n. 35.855 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

**EMPRESA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA "OCOÍ" LTDA.**

*Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade à Empresa Industrial e Agrícola "Ocoi" Limitada.*

Decreto n. 35.753 — de 30 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

**EMPRESA LUZ E FORÇA DE MANGARATIBA LTDA.**

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Luz e Força de Mangaratiba Ltda.*

Decreto n. 36.196 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1954.

**EMPRESA MELHORAMENTOS PIRES DO RIO S. A.**

*Transfere da firma F. Viana & Companhia para a Empresa Melhoramentos Pires do Rio S. A. a concessão para a produção e distribuição de energia elétrica ao município de Pires do Rio, Estado de Goiás.*

Decreto n. 35.891 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1954.

**EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO**

*Ver o nome das empresas.*

**ENERGIA ELÉTRICA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para auxiliar a reconstrução da usina elétrica do Cajueiro, em Itabuna, Estado da Bahia.*

Lei n. 2.256 — de 5 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1954.

**ENERGIA ELÉTRICA**

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 4.000.000,00 e Cr\$ 3.000.000,00, para contratar, respectivamente, os estudos do potencial hidráulico do Salto Capiwara no rio Paranapanema e o do Estreito no rio Uruguai, da Cachoeira da Fumaça e de outros desníveis do rio Itabapoana.*

Lei n. 2.297 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1954.

*— Institui o Fundo Federal, de Eletrificação, cria o imposto único sobre energia elétrica, altera a legislação do imposto de consumo, e dá outras providências.*

Lei n. 2.308 — de 31 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de setembro de 1954.

*— Outorga à Prefeitura Municipal de Baependi concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no ribeirão das Furnas, distrito e município de Baependi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.617 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

*— Outorga à Companhia Força e Luz de Morada concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um trecho do rio Sucuri, no município de Meravânia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 32.899 — de 28 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1954.

*— Outorga a Dante Dalfoqui concessão para distribuir energia elétrica nas Vilas de Esteves Júnior e Uruguai no município de Piratuba, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 34.586-A — de 13 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.



## ENERGIA ELÉTRICA

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, que serão inundadas com levantamento da barragem da usina Carioca, e autoriza a Companhia Industrial Paraense S. A. a promover a respectiva desapropriação.

Decreto n. 34.637 — de 17 de novembro de 1953.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1954.

— Transfere à Prefeitura Municipal de Alto Rio Doce, concessão para aproveitar e distribuir energia elétrica.

Decreto n. 35.507 — de 15 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1954.

— Transfere concessão.

Decreto n. 35.588 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1954.

Retificado no D. O. de 31 de julho de 1954.

— Declara de utilidade pública as áreas de terras compreendidas no plano do aproveitamento de energia hidráulica existente no Rio Grande entre o município de Ibiraci, distrito do mesmo nome e município de Sacramento, distrito de Desemboque, e uma ponte de madeira existente sobre o Rio Grande, entre o município de Delfinópolis, distrito do mesmo nome, e o município de Passos, distrito do mesmo nome, no Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, Sociedade Anônima, com sede nesta Capital, a promover as respectivas desapropriações.

Decreto n. 35.623 — de 7 de junho de 1954.

Retificado no D. O. de 13 de agosto de 1954.

— Transfere à Comissão Estadual de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul, concessão para distribuição de energia elétrica no Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 35.640 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

— Outorga ao Departamento de Aguas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo concessão para aproveitamento progressivo de energia hidráulica em trechos dos rios Tietê e Piracicaba.

Decreto n. 35.641 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1954.

— Outorga à Companhia Brasileira de Ligantes Hidráulicos concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da queda d'água denominada Ismerio, existente no rio Negro, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 35.699 — de 23 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Jequitinhonha concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira existente no córrego Santo Antônio, Município de Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 35.725 — de 25 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

— Modifica o Decreto n.º 22.098, de 29 de outubro de 1946, que autorizou "The São Paulo Tramway, Light and Power Company, Limited" a ampliar suas instalações.

Decreto n. 35.739 — de 28 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade à Empresa Industrial e Agrícola "Ocoi" Ltda.

Decreto n. 35.753 — de 30 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

— Outorga às "Indústrias Cama Patente L. Liscio S. A." concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um desnível existente no rio do Peixe, município de Piedade, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 35.758 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

Retificado no D. O. de 30 de julho de 1954.

— Autoriza a Empresa Força e Luz de Jataí a ampliar suas instalações.

Decreto n. 35.774 — de 5 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

Retificado no D. O. de 30 de julho de 1954.

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias às obras do aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do rio Pardo, e autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a promover a desapropriação das mesmas.

Decreto n. 35.775 — de 5 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1954.

— Outorga à Companhia Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Parauninha, distrito de Jaboticatubas, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 35.789 — de 8 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1954.

— Outorga a Carlos Vilela Marques concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no ribeirão Pirapeitinga, município de Canápolis, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 35.790 — de 8 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

— Autoriza a Companhia Elétrica Caiua a ampliar suas instalações termoeletricas.

Decreto n. 35.791 — de 9 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1954.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Carazinho concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Puitã, distrito de Tapera, Município de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 35.792 — de 9 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

— Autoriza o funcionamento da usina termelétrica da firma Lanifício Sul Rio-Grandense S. A., para uso exclusivo, em Estrada Três Portos, Esteio, Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 35.801 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1954.

Retificado no D. O. de 18 de agosto de 1954.

— Declara de utilidade pública uma área de terra situada no município de Guarapuava, Estado do Paraná, e autoriza "Irmãos Schlumberger & Cia. Ltda." a promover a desapropriação necessária.

Decreto n. 35.802 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— Outorga a Henrique Nunes Coutinho concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira de Oito, existente no rio Pancas, município de Colatina, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 35.803 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga a Agro-Industrial Bruno Hedrich S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do Salto do Taió, existente no rio Taió, distrito de Taió, município do mesmo nome, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 35.819 — de 13 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1954.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a realizar o aproveitamento hidráulico do salto do Abaeté, no rio Abaeté, município de S. Goiardo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.820 — de 13 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1954.

— *Outorga à Empresa Força e Luz de Corumbá S. A., concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da queda denominada Bom Sucesso, existente no ribeirão Moeda, Estado de Goiás.*

Decreto n. 35.855 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

— *Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 35.863 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

— *Autoriza a Companhia Força e Luz de Conselheiro Lafaiete S. A. a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 35.864 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

Retificado no D. O. de 27 de agosto de 1954.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a "Espírito Santo - Centrais Elétricas S. A." (ESCELSA).*

Decreto n. 35.871 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre para a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.890 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1954.

— *Transfere da firma F. Viana & Companhia para a Empresa Melhoramentos Pires do Rio S. A. a concessão para a produção e distribuição de energia elétrica ao município de Pires do Rio, Estado de Goiás.*

Decreto n. 35.891 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1954.

— *Outorga à Companhia Luzense de Eletricidade S. A. concessão para distribuir energia elétrica no Município de Luz e no distrito de Moema, Município de Bom Despacho, Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.892 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Empresa Elétrica Pirapósinho Limitada.*

Decreto n. 35.895 — de 23 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Esperança, existente no rio Piedade, distrito da sede do município de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.896 — de 23 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Macaúbas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica dos desníveis existentes no rio Tinguí.*

Decreto n. 35.899 — de 26 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

— *Transfere do Governo do Estado do Rio de Janeiro para a Companhia de Eletricidade Vale do Itabapoana, a concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica das quedas d'água denominadas Inferno, Fumaca e Rosal, todas situadas no rio Itabapoana, entre os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.*

Decreto n. 35.903 — de 26 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Viçosa concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Dois Irmãos, existente no rio Paraíba do Meio, município de Viçosa, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 35.907 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1954.

— *Autoriza a Companhia Elétrica Catia a construir uma linha de transmissão entre as localidades de Presidente Prudente e Santo Anastácio, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.908 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Autoriza a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S. A. a instalar uma usina termelétrica na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, para uso exclusivo.*

Decreto n. 35.909 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere para Euclides Damiani Indústria de Papel e Celulose do Paraná Ltda., concessão para aproveitar energia hidráulica do Salto Rio Branco, Rio dos Patos, Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.951 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

— *Outorga à Companhia Nacional de Grafite Ltda. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica no município de Itapeverica, Estado de Minas Gerais, para uso exclusivo.*

Decreto n. 35.952 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1954.

— *Autoriza a Companhia Geral de Eletricidade a promover os estudos para aproveitamento total de energia hidráulica da cachoeira do Paradoiro, no rio Parão, distrito e município de Cacaonde, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.958 — de 2 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Mista de Energia Elétrica São Pedro.*

Decreto n. 35.981 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço de Luz e Força de Fortaleza Serviços a instalar uma usina termelétrica na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto n. 36.004 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

Reproduzido nos D. O. de 13 e 18 de agosto de 1954.

**ENERGIA ELÉTRICA**

— *Outorga ao Serviço de Luz e Fôrça de Fortaleza Serviluz concessão para distribuir energia elétrica no Município de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto n. 36.005 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

— *Outorga à Fôrça e Luz de Urucu S. A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível existente no ribeirão Passa Três, município de Urucu, Estado de Goiás.*

Decreto n. 36.006 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Transfere da Companhia Fôrça e Luz Figueira do Rio Doce para a Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce a concessão para o fornecimento de energia elétrica na sede do município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.008 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

— *Autoriza a Companhia Brasileira de Energia Elétrica a utilizar a usina termoeleétrica flutuante Piraquê, em caráter de emergência.*

Decreto n. 36.012 — de 11 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1954.

— *Transfere de Florinda Rodrigues Jorge para a firma Moraes & Venturoso a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica na sede do município de Miguelópolis, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.029 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1954.

**ENERGIA ELÉTRICA**

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 35.362, de 9 de abril de 1954.*

Decreto n. 36.030 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

— *Outorga à Sociedade Cooperativa Agrícola Mista Nordeste de Minas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira São João Grande, existente no rio São João, distrito de Itabim, município de Medina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.032 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Elétrica de Santa Izabel S. A.*

Decreto n. 36.038 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Outorga à Fôrça e Luz Arroio veitamento de energia hidráulica do Trinta S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Altamiro Guimarães, existente no rio Quinze de Novembro, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 36.058 — de 16 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

— *Modifica os §§ 2.º e 3.º do art. 1.º do Decreto n.º 30.911, de 27 de maio de 1952.*

Decreto n. 36.011 — de 20 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Luziânia concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Saia Velha, existente no ribeirão Saia Velha, município de Luziânia, Estado de Goiás.*

Decreto n. 36.130 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

— Outorga à Companhia Força e Luz de Centralina concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Piedade existente no rio Piedade, município de Canápolis, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 36.133 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— Autoriza a Companhia Sul Mineira de Energia Elétrica a construir uma linha de transmissão entre o Distrito de Milagres, Município de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais e o Distrito de São Benedito das Areias, Município de Mococa, Estado de São Paulo.

Decreto n. 36.134 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

— Autoriza a Fábrica de Tecidos Tatuapé S. A. a instalar uma usina termelétrica na cidade de São Paulo, para uso exclusivo.

Decreto n. 36.153 — de 10 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de setembro de 1954.

— Restringe a zona de concessão da Companhia Eletricidade Muqui do Sul, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 36.179 — de 15 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul concessão para o aproveitamento de um desnível existente no rio Muqui do Sul, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 36.180 — de 15 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

— Declara extinta a concessão de que era titular a Companhia Riograndense de Usinas Elétricas, e autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a incumbir-se dos serviços de produção e distribuição de energia elétrica no município de Cachoeira do Sul, incorporando-os ao conjunto de concessões e autorizações outorgado pelo Decreto n.º 19.896, de 29 de outubro de 1945.

Decreto n. 36.183 — de 16 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1954.

— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Luz e Força de Mangaratiba Ltda.

Decreto n. 36.196 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1954.

— Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, do Estado de São Paulo, autorização de estudos para aproveitamento do Rio Tietê.

Decreto n. 36.214 — de 21 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1954.

## ENERGIA HIDRÁULICA

Ver:

Energia Elétrica.

## ENFERMEIRO

Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.

Lei n. 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

## ENRICO GUARNERI & COMPANHIA COMANDITA POR AÇÕES

Concede à Enrico Guarneri & Companhia Comandita por Ações, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 36.126 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

**ENSINO PRIMÁRIO**

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n. 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

**EQUITATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, mudança de denominação e extensão das operações aos seguros dos ramos elementares da "Equitativa dos Estados Unidos do Brasil"*

Decreto n. 35.354 — de 8 de abril de 1954.

Reproduzido no D. O. de 20 de setembro de 1954.

**ERICSSON DO BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA S. A.**

Decreto-legislativo n.º 25 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

**ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA**

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n. 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

**ESCOLAS**

*Autoriza o Poder Executivo a adquirir um terreno para construção da Escola Industrial de Aracaju, Estado de Sergipe.*

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

Lei n. 2.254 — de 12 de julho de 1954.

**ESCOLAS**

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 25.000.000,00, para pagamento, no corrente exercício, de subvenções a estabelecimentos de ensino superior do país, na conformidade das Leis ns. 2.106, de 23 de novembro de 1953, e 2.154, de 30 de dezembro de 1953.*

Lei n. 2.316 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1954.

*— Concede reconhecimento ao curso de auxiliar de enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem Dr. Augusto Leite, de Sergipe.*

Decreto n. 35.783 — de 7 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

*— Estende as prerrogativas da equiparação ao curso que indica.*

Decreto n. 35.862 — de 20 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

*— Aprova o Regulamento para a Escola de Guerra Naval.*

Decreto n. 35.901 — de 26 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1954.

*— Aprova o Regulamento da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica.*

Decreto n. 35.937 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

*— Altera o modelo de documento previsto no art. 58 do Regulamento da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda (EOEG), aprovado pelo Decreto n.º 31.488, de 19 de setembro de 1952, modificado pelo Decreto n.º 33.053, de 15 de junho de 1953.*

Decreto n. 36.178 — de 15 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE AGRICULTURA**

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros) para a manutenção do Escritório Técnico de Agricultura.

Decreto n. 36.009 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1954.

**ESCRIVÃO DE COLETORIA**

*Suprime cargo extintos.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 35.844 — de 15 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Suprime cargos extintos.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 35.845 — de 15 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Suprime cargos extintos.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 35.846 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Suprime cargos extintos.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 35.847 — de 15 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Suprime cargos extintos.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 35.848 — de 15 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

**ESCRIVÃO DE COLETORIA**

— *Suprime cargos extintos.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 35.849 — de 15 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Suprime cargos extintos.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 35.850 — de 15 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

**ESMERALDA**

*Autoriza os cidadãos brasileiros Francisco Leonis Gomes de Assis, Rainel Pereira de Araújo e Sinval Azevedo a pesquisar sheelita, berilo, esmeralda, água marinha, quarzo e associados, no município de São Tomé Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 35.818 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

**ESTANDARTES**

*Cria o estandarte distintivo para o 5.º Regimento de Infantaria — "Regimento Itororó".*

Decreto n. 35.823 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Cria o estandarte distintivo para o 4.º Regimento de Cavalaria "Regimento Sé Britto".*

Decreto n. 36.131 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1954.

— *Cria o estandarte distintivo para a 1.ª Companhia de Comunicações — "Companhia Berão de Capanema".*

Decreto n. 36.150 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1954.



**ESPÍRITO SANTO - CENTRAIS****ELETRICAS S. A.****(E S C E L S A)**

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a "Espírito Santo - Centrais Elétricas S. A." (ESCELSA).*

Decreto n. 35.871 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

**ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS**

*Dispõe sobre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie, e dá outras providências.*

Lei n. 2.313 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de setembro de 1954.

**ESTABILIDADE**

*Regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias.*

Lei n. 2.284 — de 9 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1954.

**ESTADO DE ALAGOAS**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Alagoas, as águas do rio Gulangi.*

Decreto n. 35.854 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

**ESTADO DA BAHIA**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do riacho Tingui.*

Decreto n. 36.063 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Decreto-legislativo n.º 34 — de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Espírito Santo, as águas do rio Preto.*

Decreto n. 36.142 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

**ESTADO DE GOIÁS**

*Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 4.836.450,00, destinado a indenizar o Estado de Goiás pelo valor dos imóveis atingidos pelo traçado da Estrada de Ferro de Goiás.*

Decreto n. 35.882 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Pontinha, Côcho e Côcho, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.898 — de 26 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1954.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Manoel Luiz-Arraias, Arraias e Arraias, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 36.001 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Manoel Alvinho.*

Decreto n. 36.002 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

## ESTADO DE GOIAS

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Passa Três Assu.

Decreto n. 36.067 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Pico, Brumado e Brumado, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 36.147 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Maranhão.

Decreto n. 36.148 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Cabeleira.

Decreto n. 36.186 — de 17 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

## ESTADO DE MATO GROSSO

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Mato Grosso, as águas do rio Tenent Amaral.

Decreto n. 36.159 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Mucuri do Sul.

Decreto n. 35.754 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1954.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do Rio Piabanha.

Decreto n. 35.852 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Coura, Bragas ou Coura e Coura, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 35.886 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Morro Grande.

Decreto n. 35.887 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Ribeirão da Areia ou Riachinho.

Decreto n. 35.897 — de 23 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Vereda Grande-Manabuiú, Manabuiú e Manabuiú respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 36.003 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Santo Antonio.

Decreto n. 36.064 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Grande.*

Decreto n. 36.066 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pedra, São Pedro e São Pedro, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 36.135 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Efigênio-Preto, São Simão e São Simão, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 36.137 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Capivari.*

Decreto n. 36.139 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pedra Dourada, São Luiz e São Luiz, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 36.140 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Ribeirão da Areia ou Riachinho.*

Decreto n. 36.141 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pirapetinga.*

Decreto n. 36.143 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Itacoara, Boa Esperança e Boa Esperança, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 36.144 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Caramuru, Três Irmãos e Três Irmãos, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 36.160 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

## ESTADO DO PARÁ

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 385.978,80, para atender às despesas com a indenização, ao Governo do Estado do Pará, de um imóvel requisitado em 1942, pela mesma Secretaria de Estado.*

Lei n. 2.263 — de 9 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

## ESTADO DO PARANÁ

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Cafezal, Cafezal e Três Bocas, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.888 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

## ESTADO DO PARANÁ

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Esperança.

Decreto n. 35.889 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná as águas do rio Paulo ou Três Barras.

Decreto n. 35.989 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná as águas do rio Araxiguana, São Jerônimo e São Jerônimo, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 35.990 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Pirapó.

Decreto n. 36.097 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Fariseus-Arraial, Arraial e Arraial, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 36.136 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União na faixa de 150 km. ao longo da fronteira e do domínio do Estado do Paraná, no restante do seu curso, as águas do rio Chopin.

Decreto n. 36.146 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

## ESTADO DE PERNAMBUCO

Cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências.

Lei n. 2.279 — de 3 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de agosto de 1954.

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decreto-legislativo n.º 21 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

— Transfere do Governo do Estado do Rio de Janeiro para a Companhia de Eletricidade Vale do Itabapoana, a concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica das quedas d'água denominadas Inferno, Fumaça e Rosal, todas situadas no rio Itabapoana, entre os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Decreto n. 35.900 — de 26 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Bonini.

Decreto n. 36.093 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Frade.

Decreto n. 36.094 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Concede isenção de direitos de importação e de taxas aduaneiras para materiais destinados ao Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 2.299 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1954.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Ribeiro ou Douradinho.*

Decreto n.º 35.853 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Emboscada.*

Decreto n.º 36.105 — de 23 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1954.

— *Declara extinta a concessão de que era titular a Companhia Rio-grandense de Usinas Elétricas e autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a incumbir-se dos serviços de produção e distribuição de energia elétrica no município de Cachoeira do Sul, incorporando-os ao conjunto de concessões e autorizações outorgado pelo Decreto n.º 19.896, de 29 de outubro de 1945.*

Decreto n.º 36.183 — de 16 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1954.

— *Aprova as cláusulas para revisão do contrato de arrendamento da rede de Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ao Estado do mesmo nome.*

Decreto n.º 36.226 — de 24 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

Decreto-legislativo n.º 36 — de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União na faixa de 150 km. ao longo da fronteira e do domínio do Estado de Santa Catarina, no restante do seu curso, as águas do rio Chapecó.*

Decreto n.º 36.084 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Bonito.*

Decreto n.º 36.095 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Jangada Tamanduá, Tamanduá e Tamanduá, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 36.096 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Timbó.*

Decreto n.º 36.100 — de 20 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Caragatã, Patos e Patos, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 36.138 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de setembro de 1954.

## ESTADO DE SÃO PAULO

*Cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.279 — de 3 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de agosto de 1954.

**ESTADO DE SÃO PAULO**

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Engenho, Itacuruçá ou Usina, e Jacuzinho, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 35.804 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

— *Outorga concessão ao Governo do Estado de São Paulo para instalar um transmissor de ondas médias.*

Decreto n. 35.905 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Palmital.*

Decreto n. 36.065 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Palmital.*

Decreto n. 36.065 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Couros, Lourenço Velho, Lourenço Velho e Lourenço Velho, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 36.211 — de 21 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do Prazeres, Pardo e Pardo, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 36.212 — de 21 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

**ESTADO DE S. PAULO**

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Bonito, Negro e Negro, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 36.213 — de 21 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

**ESTADOS**

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n. 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

**ESTANCIAS DE CURA BALNEARIA, HIDROMINERAIS E CLIMATICAS**

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n. 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

**ESTATUTO DOS FUNCIONARIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIAO**

*Regulamenta os artigos 188 a 193 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1954.

— *Altera dispositivo do Decreto número 34.395, de 28 de outubro de 1953.*

Decreto n. 36.090 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

**ESTATUTOS**

*Ver o nome da Companhia que os teve alterado ou aprovado.*

**ESTIVA**

*Regulamenta a Lei n.º 2.196, de 1 de abril de 1954, que dispõe sobre os serviços executados pelos Sindicatos de Arrumadores, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.025 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

**ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área do terreno no prolongamento Montes Claros-Monte Azul.*

Decreto n. 36.030 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

**ESTRADA DE FERRO DONA TERESA CRISTINA**

*Manda computar, como de serviço público da União, o tempo de serviço dos extranumerários da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.*

Lei n. 2.267 — de 14 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de julho de 1954.

**ESTRADA DE FERRO DE GOIÁS**

*Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 4.836.450,00, destinado a indenizar o Estado de Goiás pelo valor dos imóveis atingidos pelo traçado da Estrada de Ferro de Goiás.*

Decreto n. 35.882 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

**ESTRANGEIROS**

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n. 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— *Aquisição de domínio útil de Terrenos de Marinha:* Ver:

*Terrenos de Marinha.*

**EUCLIDES DAMIANI INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE PARANÁ LTDA.**

*Transfere para Euclides Damiani Indústria de Papel e Celulose do Paraná Ltda., concessão para aproveitar energia hidráulica no Sanatório Branco, Rio dos Patos, Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.951 — de 29 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

**"ETNOGRAFIA E LÍNGUA TUPI"**

*Cria a cadeira de "Etnografia Brasileira e Língua Tupi".*

Lei n. 2.311 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

**EXERCÍCIO**

*Dispõe sobre a contribuição para o montepio militar.*

Lei n. 2.281 — de 4 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de agosto de 1954.

— *Altera dispositivos da Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).*

Lei n. 2.283 — de 9 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1954.

— *Fixa a contribuição para o Montepio Militar e altera tabela de meio soldo dos oficiais das Forças Armadas.*

Lei n. 2.314 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1954.

— *Dá a denominação de "Batalhão Coronel Assunção" ao atual 5.º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar do Distrito Federal.*

Decreto n. 35.821 — de 13 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1954.

## EXERCITO

— *Cria o estandarte distintivo para o 5.º Regimento de Infantaria — "Regimento Ipororó".*

Decreto n. 35.823 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Cria o estandarte distintivo para o 4.º Regimento de Cavalaria "Regimento Sá Britto".*

Decreto n. 36.131 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1954.

— *Dá a denominação de Companhia Barão de Capanema à atual 1.ª Cia. de Comunicações.*

Decreto n. 36.149 — de 5 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1954.

— *Cria o estandarte distintivo para a 1.ª Companhia de Comunicações — "Companhia Barão de Capanema"*

Decreto n. 36.150 — de 6 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1954.

— *Dá nova redação ao art. 298 e seu § 1.º, e ao inciso n. 1 do art. 299 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 6.031, de 26 de julho de 1949.*

Decreto n. 36.174 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— *Torna insubsistente o Quadro de Efetivos, publicado com o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 32.090, de 14 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 36.175 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

## EXTRANUMERARIOS

Decreto-legislativo n.º 22 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

... — Decreto-legislativo n.º 28 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

— *Manda computar, como de serviço público da União, o tempo de serviço dos extranumerários da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.*

Lei n. 2.267 — de 14 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de julho de 1954.

— *Regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias.*

Lei n. 2.284 — de 9 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1954.

— *Altera dispositivo do Decreto número 34.395, de 28 de outubro de 1953.*

Decreto n. 36.090 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

— *Suspende a admissão de pessoal extranumerário e dá outras providências.*

Decreto n. 36.209 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1954.

## F

### F. VIANA & COMPANHIA

*Transfere da firma F. Viana & Companhia para a Empresa Melhoramentos Pires do Rio S. A. a concessão para a produção e distribuição de energia elétrica ao município de Pires do Rio, Estado de Goiás.*

Decreto n. 35.891 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1954.



### FABRICA DE TECIDOS TATUAPE SOCIEDADE ANÔNIMA

*Autoriza a Fábrica de Tecidos Tatuapé S. A. a instalar uma usina termelétrica na cidade de São Paulo, para uso exclusivo.*

Decreto n. 36.153 — de 10 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de setembro de 1954.

### FABRICA NACIONAL DE MOTORES S. A.

*Desapropria, por utilidade pública, terreno da Fábrica Nacional de Motores e dá outras providências.*

Decreto n. 35.795 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1954.

### FACULDADES

*Concede a inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n. 2.269 — de 20 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1954.

— *Cria a cadeira de "Etnografia Brasileira e Língua Tupi".*

Lei n. 2.311 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 25.000.000,00, para pagamento, no corrente exercício, de subvenções a estabelecimentos de ensino superior do país, na conformidade das Leis ns. 2.186, de 23 de novembro de 1953, 2.152, 2.153 e 2.154, de 30 de dezembro de 1953.*

Lei n. 2.316 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1954.

### FACULDADES

— *Concede reconhecimento aos cursos que indica.*

Decreto n. 35.740 — de 29 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

### FARMACÊUTICO

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n. 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

### FARMÁCIAS

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n. 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

### FELDSPATO

*Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Alencastro de Souza a pesquisar quartzo, feldspato e associados no município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.805 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Custódio de Azevedo e Silva a pesquisar feldspato no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.974 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Rebello Guimarães a pesquisar feldspato, berilo e associados no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.077 — de 78 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

## FELDSPATO

— *Autoriza a Empresa de Caolim Limitada a pesquisar feldspato e associados no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.080 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Henrique Monnerat Júnior, a pesquisar feldspato, caulim e quartzo no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.199 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

— *Autoriza Suprargila Ltda. a pesquisar feldspato e associados no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.256 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

## FERRO

— *Autoriza ao cidadão brasileiro Frank Jorge L. Davis a pesquisar quartzo, minério de ferro e associados, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.920 — de 23 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

— *Renova o Decreto n.º 31.073, de 2 de julho de 1952.*

Decreto n. 36.042 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

— *Renova o Decreto n.º 31.071, de 2 de julho de 1952.*

Decreto n. 36.043 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

## FERRO

— *Renova o Decreto n.º 31.075, de 2 de julho de 1952.*

Decreto n. 36.044 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

— *Renova o Decreto n.º 31.076, de 2 de julho de 1952.*

Decreto n. 36.045 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1954.

— *Autoriza a Usina Siderúrgica Marumby Ltda., a pesquisar minério de ferro e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.047 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raul Mourão Guimarães a pesquisar quartzo, minério de ferro e associados no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.078 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcio Vivas Guimarães a pesquisar quartzo, minério de ferro e associados, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.079 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Autoriza a Empresa de Mineração Esperança Ltda., a lavar minério de ferro no município de Jeceaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.118 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

**FERRO**

— *Autoriza a Sociedade Anônima Mineração da Trindade a pesquisar minérios de manganês, de ferro e associados no município de Alvinópolis, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.162 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcello Ruy Vicente de Azevedo a pesquisar agalmatolito, quartzo, minérios de ferro, manganês e associados no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.173 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— *Autoriza a Companhia Mineira de Siderurgia a pesquisar minério de ferro, quartzo e associados, no município de Itaúna, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.254 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

**FERROVIAS**

*Passa as unidades militares, empenhadas nos trabalhos de construção do eixo ferroviário que constitui o Tronco Principal Sul, diretamente subordinadas à Diretoria de Engenharia, na parte referente ao seu emprego e aos trabalhos de construção.*

Decreto n. 36.266 — de 30 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1954.

*Dispõe sobre a concessão de gratificação adicional por tempo de serviço ao pessoal das estradas de ferro em regime especial.*

Lei n. 2.287 — de 16 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1954.

**FERROVIAS**

— *Dispõe sobre a aplicação do salário mínimo aos casos que especifica.*

Decreto n. 36.224 — de 24 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

**FERROVIÁRIOS**

— *Declara de alta prioridade para os interesses nacionais a construção do Tronco Ferroviário Principal Sul, com a bitola larga obrigatória de 1,60m.*

Decreto n. 36.072 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

**FIEIS DE AGÊNCIA**

*Altera a redação do § 2.º, do artigo 1.º, do Decreto n. 34.406, de 29 de outubro de 1953.*

Decreto n. 35.983 — de 5 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

**FIEIS DE TESOUREIRO**

*Altera a redação do § 2.º, do artigo 1.º, do Decreto n.º 34.406, de 29 de outubro de 1953.*

Decreto n. 35.983 — de 5 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

**FINANCIAMENTOS**

*Dispõe sobre financiamento e operações imobiliárias entre o Clube da Aeronáutica e seus associados, para aquisição de casa própria.*

Lei n. 2.321 — de 11 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 14 de setembro de 1954.

## FONTE DE ÁGUA MINERAL

*Assinala perímetro de protecção à fonte de água mineral existente no lugar denominado Serra da Queimada, no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.721 — de 24 de junho de 1954.

Retificado no D. O. de 26 de julho de 1954.

— *Assinala um perímetro de protecção à fonte de água mineral no município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.037 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de agosto de 1954.

## FORÇA E LUZ ARROIO TRINTA

*Outorga à Força e Luz Arroio Trinta S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do Salto Alamiro Guimarães, existente no rio Quinze de Novembro, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 36.058 — de 16 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

## FORÇA E LUZ URUAÇU S. A.

*Outorga à Força e Luz de Uruguá S. A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível existente no ribeirão Passa Três, município de Uruguá, Estado de Goiás.*

Decreto n. 36.036 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

## FÓRO DAS AUTARQUIAS

Ver:

*Autarquias.*

## FOSFATOS

*Autoriza o Governo do Território Federal de Fernando de Noronha a lavrar fosfatos na Ilha Rata, Território de Fernando de Noronha.*

Decreto n. 36.260 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

## FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO

*Revoga o Decreto-lei n.º 9.267, de 20 de maio de 1946, que considerou malarigena a zona de Barra Bonita, no Estado de São Paulo.*

Lei n. 2.288 — de 19 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1954.

— *Fixa normas para elaboração de atos de provimento e vacância de cargos públicos.*

Decreto n. 36.190 — de 18 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1954.

— *Suspende a admissão de pessoal extra-numerário e dá outras providências.*

Decreto n. 36.269 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1954.

## FUNÇÕES DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR

*Altera a redação do Decreto número 39.955, de 7 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.227 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1954.

## FUNÇÕES DE CARÁTER PERMANENTE NO EXTERIOR

*Especifica as funções, nos Ministérios Militares, consideradas de caráter permanente no exterior, para os efeitos do disposto no art. 4.º do Decreto n.º 33.642, de 24 de agosto de 1953.*

Decreto n. 35.911 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1954.

## FUNÇÕES GRATIFICADAS

*Suprime da relação de funções gratificadas a Comissão Técnica de Rádio.*

Decreto n. 36.182 — de 16 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

**FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL**

*Altera a redação do Decreto número 30.955, de 7 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.227 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1954.

**FUNDAÇÃO DO LIVRO DO CEGO NO BRASIL**

*Isenta a Fundação para o Livro ao Cego no Brasil do pagamento de impostos e taxas federais.*

Lei n. 2.268 — de 14 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de julho de 1954.

**FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO**

*Institui o Fundo Federal, de Eletrificação, cria o imposto único sobre energia elétrica, altera a legislação do imposto de consumo, e dá outras providências.*

Lei n. 2.308 — de 31 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de setembro de 1954.

**FUSÃO DE CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES**

Ver:

*Caixas de Aposentadoria e Pensões.*

**G****GALENA ARGENTÍFERA**

*Autoriza o cidadão brasileiro João Pimenta de Carvalho a pesquisar galena argentífera e associados no município de São João da Ponte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.202 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

**GASES NATURAIS**

*Prorroga o prazo a que se refere o art. 1.º do Decreto n.º 28.864, de 14 de novembro de 1950.*

Decreto n. 36.099 — de 20 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

**GESSO NACIONAL TAPUYO LTDA.**

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 33.314, de 15 de julho de 1953.*

Decreto n. 36.194 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

**GIPSITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Pinto de Souza a pesquisar gipsita no município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 35.917 — de 28 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1954.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto número 33.314, de 15 de julho de 1953.*

Decreto n. 36.194 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro John Davies a pesquisar gipsita e associados no município de Marau, Estado da Bahia.*

Decreto n. 36.252 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

**GRATIFICAÇÃO ADICIONAL**

*Dispõe sobre a concessão de gratificação adicional por tempo de serviço ao pessoal das estradas de ferro em regime especial.*

Lei n. 2.267 — de 16 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de agosto de 1954.

## GRATIFICAÇÕES

*Altera dispositivos da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).*

Lei n.º 2.283 — de 9 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1954.

— *Revoga o Decreto-Lei n.º 9.267, de 20 de maio de 1946, que considerou malarígena a zona de Barra Bonita, no Estado de São Paulo.*

Lei n. 2.283 — de 19 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1954.

## GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.*

## GUIMARÃES MINERAIS PRECIOSOS LTDA.

*Concede a Guimarães Minerais Preciosos Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.870 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1954.

## H

## HOSPITAIS

*Isenta de pagamento de direitos de importação e taxas aduaneiras, excepto a de previdência social, materiais destinados à instalação do Hospital Barão de Lucena, no Estado de Pernambuco.*

Lei n. 2.253 — de 1 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de julho de 1954.

— *Revoga o Decreto n.º 35.480, de 8 de maio de 1954.*

Decreto n. 35.953 — de 31 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1954.

## HOSPITAIS

— *Cria funções na Tabela de Mensalista do Hospital dos Servidores do Estado do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.*

Decreto n. 35.954 — de 31 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1954.

## HOTÉIS

*Estabelece a obrigatoriedade para o comércio atacadista e varejista, os hotéis, restaurantes, boites e casas de pasto, da apresentação à venda de vinhos de uvas nacionais.*

Lei n. 2.296 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de agosto de 1954.

## HUGO ZIEMER & CIA.

*Autoriza a firma Hugo Ziemer & Cia. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 35.757 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1954.

## HULHA BRASILEIRA COMPANHIA LIMITADA

*Declara caduco o Decreto n.º 9.159, de 1.º de abril de 1942.*

Decreto n. 36.073 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Declara sem efeito o Decreto número 11.771, de 3 de março de 1943.*

Decreto n. 36.074 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

## I

## IGREJAS

*Concede isenção de todos os tributos para seis sinos de bronze, seus pertences acessórios, destinados à Igreja do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.*

Lei n. 2.254 — de 1 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de julho de 1954.

## IGREJAS

— *Concede isenção de direitos de importação, impostos de consumo e taxas aduaneiras para uma imagem destinada à Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Petrópolis.*

Lei n. 2.322 — de 20 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1954.

## ILMENITA

*Autoriza a Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavar ilmenita e associados no município de Serra, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 35.878 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

— *Autoriza a Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavar ilmenita, zirconita, monazita, rutilo e associados no município de Serra, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 35.879 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

— *Autoriza Orquima Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavar ilmenita, zirconita, monazita, rutilo e associados no município de Vitória, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 36.187 — de 17 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

## IMPORTAÇÃO

*Isenta de pagamento de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, materiais destinados à instalação do Hospital Bardo de Lucena, no Estado de Pernambuco.*

Lei n. 2.253 — de 1 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de julho de 1954.

## IMPORTAÇÃO

— *Concede isenção de todos os tributos para seis sinos de bronze, seus pertences e acessórios, destinados à Igreja do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.*

Lei n. 2.254 — de 1 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de julho de 1954.

— *Concede isenção de direito, imposto de consumo e taxas, para importação de uma imagem de Santo Antonio, destinada à Irmã Berchmans Zuchetto.*

Lei n. 2.259 — de 6 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 12 de julho de 1954.

— *Isenta a Fundação para o Livro do Cégo no Brasil do pagamento de impostos e taxas federais.*

Lei n. 2.268 — de 14 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de julho de 1954.

— *Concede isenção de direitos de importação e de taxas aduaneiras para materiais destinados ao Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.299 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1954.

— *Concede isenção de direitos de importação, impostos de consumo e taxas aduaneiras para uma imagem destinada à Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Petrópolis.*

Lei n. 2.322 — de 20 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1954.

— *Prorroga a vigência da Lei número 419, de 3 de outubro de 1948.*

Lei n. 2.323 — de 20 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1954.

## IMPOSTO DE CONSUMO

*Institui o Fundo Federal, de Eletrificação, cria o imposto único sobre energia elétrica, altera a legislação do imposto de consumo, e dá outras providências.*

Lei n. 2.308 — de 31 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de setembro de 1954.

## IMPOSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA

*Institui o Fundo Federal, de Eletrificação, cria o imposto único sobre energia elétrica, altera a legislação do imposto de consumo, e dá outras providências.*

Lei n. 2.308 — de 31 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de setembro de 1954.

## IMPOSTOS

*Isenta a Fundação para o Livro do Cego no Brasil do pagamento de impostos e taxas federais.*

Lei n. 2.268 — de 14 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de julho de 1954.

## INCONSTITUCIONALIDADE

*Provê sobre a arguição de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.*

Lei n. 2.271 — de 22 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 29 de julho de 1954.

## INDENIZAÇÕES

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 70.892,00, para pagamento de indenização devida aos proprietários da Fazenda Retiro, situada no 5.º Distrito do Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro.*

Lei n. 2.306 — de 30 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1954.

## INDÚSTRIA DE MARMORES ITALVA LTDA.

*Autoriza a Indústria de Mármore Italva Ltda. a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.919 — de 28 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1954.

## INDÚSTRIAS CAMA PATENTE L. LISCIO S. A.

*Outorga às "Indústrias Cama Patente L. Liscio S. A." concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um desnível existente no rio do Peixe, município de Piedade, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.756 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

Retificado no D. O. de 30 de julho de 1954.

## INSALUBRIDADE

*Revoga o Decreto-lei n.º 9.267, de 20 de maio de 1946, que considerou malária a zona de Barra Bonita, no Estado de São Paulo.*

Lei n. 2.288 — de 19 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1954.

## INSPETORIA SALESIANA DE SANTO AFONSO

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.730.000,00, para atender aos compromissos resultantes de contrato firmado entre a Inspetoria Salesiana de Santo Afonso e as Missões Salesianas do Rio Negro.*

Lei n. 2.305 — de 30 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1954.

continua aqui>



### INSPETORIA SALESIANA DE SANTO AFONSO

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.730.000,00, para atender aos compromissos resultantes de contratos firmado entre a Inspetoria Salesiana de Santo Afonso e as Missões Salesianas do Rio Negro.*

Decreto n. 36.230 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

### INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n. 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

### INSTITUTO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), para a instalação e funcionamento do Instituto de Imigração e Colonização.*

Decreto n. 35.777 — de 6 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1954.

— *Autoriza a aceitação de doação de terras e a fundação do Núcleo Colonial de Andaraí, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 35.778 — de 6 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

### INSTITUTO DE MEDICINA PSICOLÓGICA

*Declara de utilidade pública o "Instituto de Medicina Psicológica", com sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.966 — de 3 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1954.

### INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

*Revoga o Decreto n.º 35.480, de 6 de maio de 1954.*

Decreto n. 35.953 — de 31 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1954.

— *Cria funções na Tabela de Mensalista do Hospital dos Servidores do Estado do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.*

Decreto n. 35.954 — de 31 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1954.

### INSTITUTO HIPOTECÁRIO E FINANCEIRO S. A. - BANCO DE CRÉDITO REAL

*Aprova reforma dos estatutos sociais do Instituto Hipotecário e Financeiro S. A. - Banco de Crédito Real.*

Decreto n.º 35.693 — de 18 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1954.

— *Aprova aumento do capital do Instituto Hipotecário e Financeiro S. A. - Banco de Crédito Real e consequente reforma dos seus estatutos sociais.*

Decreto n. 36.248 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1954.

— *Aprova a prorrogação da autorização do prazo para funcionamento do Instituto Hipotecário e Financeiro S. A. - Banco de Crédito Real.*

Decreto n. 36.249 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1954.

## INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO

*Promulga a Convenção sobre o Instituto Indigenista Interamericano, concluída em Patzcuaro, México, a 24 de fevereiro de 1940.*

Decreto n. 36.098 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1954.

## INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

*Modifica os arts. 3.º, 21 e os §§ 1.º e 2.º do art. 11, revoga a letra d, do item I do art. 6.º da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, e dá outras providências.*

Lei n. 2.266 — de 12 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

## INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

*Dá nova redação ao Decreto número 35.519, de 19 de maio de 1954, que aprova o Regulamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.*

Decreto n. 36.193 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

## INSTITUTO PRINCESA ISABEL

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 3.000.000,00, para auxiliar a reconstrução do Instituto Princesa Isabel.*

Lei n. 2.286 — de 11 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 14 de agosto de 1954.

## INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Assegura aos associados dos Institutos e Casas de Previdência Social, atacados de tuberculose, o benefício do auxílio-enfermidade.*

Lei n. 2.280 — de 3 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

## INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*— Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n. 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

*— Desapropria, por utilidade pública, terreno da Fábrica Nacional de Motores e dá outras providências.*

Decreto n. 35.795 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

*— Revoga o Decreto n.º 35.448, de 1.º de maio de 1954.*

Decreto n. 36.132 — de 3 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 10 de setembro de 1954.

*— Altera a redação dos arts. 2.º, 7.º e 33 do Decreto n.º 35.312, de 2 de abril de 1954.*

Decreto n. 36.151 — de 10 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1954.

*— Dispõe sobre a execução do Decreto n.º 36.132, de 3 de setembro de 1954.*

Decreto n. 36.222 — de 24 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1954.

## INSTRUMENTOS DE ACEITAÇÃO

*Torna público o depósito dos Instrumentos de aceitação, por parte da República Soviética Socialista da Bielorrússia e da República Socialista da Ucrânia, da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, firmada em Londres, a 16 de novembro de 1945.*

Decreto n. 35.858 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

### "IRMAOS SCHLUMBERGER & CIA. LIMITADA"

*Declara de utilidade pública uma área de terra situada no município de Guarapuava, Estado do Paraná, e autoriza "Irmãos Schlumberger & Cia. Ltda." a promover a desapropriação necessária.*

Decreto n. 35.802 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

### ISENÇÕES

*Isenta de pagamento de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, materiais destinados à instalação do Hospital Barão de Lucena, no Estado de Pernambuco.*

Lei n. 2.253 — de 1 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de julho de 1954.

*Concede isenção de todos os tributos para seis novos sinos de bronze, seus pertences e acessórios, destinados à Igreja do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.*

Lei n. 2.254 — de 1 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de julho de 1954.

*Assegura subvenção e isenção fiscal ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, e dá outras providências.*

Lei n. 2.255 — de 1 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de julho de 1954.

*Concede isenção de direito, imposto de consumo e taxas, para importação de uma imagem de Santo Antônio, destinada à Irmã Berchmans Zuchetto.*

Lei n. 2.259 — de 6 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 12 de julho de 1954.

### ISENÇÕES

*Isenta a Fundação para o Livro do Cégo no Brasil do pagamento de impostos e taxas federais.*

Lei n. 2.268 — de 14 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de junho de 1954.

*Concede isenção de direitos de importação e de taxas aduaneiras para materiais destinados ao Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.269 — de 22 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de agosto de 1954.

*Concede isenção de direitos de importação, impostos de consumo e taxas aduaneiras para uma imagem destinada à Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Petrópolis.*

Lei n. 2.322 — de 20 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1954.

*Prorroga a vigência da Lei número 419, de 3 de outubro de 1948.*

Lei n. 2.323 — de 20 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1954.

### J

### JUIZES

*Dispõe sobre vencimentos dos juizes, quando convocações para funcionar no Tribunal de Justiça do Distrito Federal.*

Lei n. 2.293 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de agosto de 1954.

### JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

*Cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências.*

Lei n. 2.279 — de 3 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de agosto de 1954.

## JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.*

## JUSTIÇA DO TRABALHO

*Cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências.*

Lei n. 2.279 — de 3 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de agosto de 1954.

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.*

## L

### LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n. 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

### LABORATÓRIOS

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n. 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

### LANIFICIO SUL RIO-GRANDENSE SOCIEDADE ANÔNIMA

*Autoriza o funcionamento da usina termo-elétrica da firma Lanificio Sul Rio-Grandense S. A., para uso exclusivo, em Estrada Três portos, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 35.801 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1954.

Retificado no D. O. de 18 de agosto de 1954.

## LAVRAS

*Ver a denominação do elemento lavrado.*

## LIMPEZA PÚBLICA

*Normas gerais de defesa e proteção da saúde.*

Lei n. 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

## LINHAS DE LIMITES DE CARGA

*Torna público que o Conselho Federal Suíço aderiu à Convenção Internacional sobre Linhas de Limites de Carga, firmada em Londres a 5 de julho de 1930.*

Decreto n. 35.995 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

## LIQUIDAÇÃO DE FIRMAS

*Transfere ao Banco do Brasil S. A., como Agente Especial do Governo Federal, o encargo de liquidar a empresa que menciona.*

Decreto n. 35.857 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

## LÓIDE AÉREO NACIONAL S. A.

*Outorga concessão ao Lóide Aéreo Nacional S. A. para instalar um transmissor modelo TR-8002-A, de 0,35 kw de potência.*

Decreto n. 35.550 — de 24 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1954.

## LUIZ FERNANDES & CIA. LTDA.

Decreto-legislativo n.º 29 — de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

## LUTO OFICIAL

*Decreta luto oficial por oito dias.*

Decreto n. 36.114 — de 24 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de agosto de 1954.

## M

## MAGISTRADOS

*Autoriza o cunho da Medalha do Poder Judiciário e o seu uso aos civis e militares.*

Decreto n. 35.839 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

Reproduzido no D. O. de 7 de agosto de 1954.

## MANGANÊS

*Autoriza Mineração Bonfim S. A. a lavar minério de manganês, no município de Manicoré, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 35.814 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Felisberto a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Guaçuí, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 35.834 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mathews Rezende de Mendonça a pesquisar minério de manganês, cassiterita e associados, no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.865 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

— *Renova o Decreto n.º 31.073, de 2 de julho de 1952.*

Decreto n. 36.042 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

— *Renova o Decreto n.º 31.074, de 2 de julho de 1952.*

Decreto n. 36.043 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

## MANGANÊS

— *Renova o Decreto n.º 31.075, de 2 de julho de 1952.*

Decreto n. 36.044 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

— *Renova o Decreto n.º 31.076, de 12 de julho de 1952.*

Decreto n. 36.045 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Altamyr Junqueira Ferreira a pesquisar minério de manganês e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.116 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

— *Autoriza a Sociedade Anônima Mineração da Trindade a pesquisar minérios de manganês, de ferro e associados no município de Alvinópolis, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.162 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcello Ruy Vicente de Azevedo a pesquisar agalmatolito, quartzo, minérios de ferro, manganês e associados no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.173 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

## MAGNESITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Holanda Montenegro a lavar magnesita no município de Iguatu, Estado do Ceará.*

Decreto n. 35.751 — de 30 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

## MAQUINAS KROHN LTDA.

*Transfere ao Banco do Brasil S. A., como Agente Especial do Governo Federal, o encargo de liquidar a empresa que menciona.*

Decreto n. 35.857 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

## MARCAÇÃO DE OVOS NO MERCADO INTERNACIONAL

*Promulga a Convenção Internacional para a Marcação de Ovos no Mercado Internacional, concluída em Bruxelas, a 11 de dezembro de 1931.*

Decreto n. 35.993 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

## MARINHA

*Dispõe sobre a contribuição para o montepio militar.*

Lei n. 2.281 — de 4 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de agosto de 1954.

— *Altera dispositivos da Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).*

Lei n. 2.283 — de 9 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1954.

— *Fixa a contribuição para o Montepio Militar e altera tabela de meio-soldo dos oficiais das Forças Armadas.*

Lei n. 2.314 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1954.

— *Aprova o Regulamento para a Escola de Guerra Naval.*

Decreto n. 35.901 — de 26 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1954.

## MARINHA

— *Aprova as "Regras para visitas de navios de guerra estrangeiros aos portos e águas do Brasil em tempo de paz".*

Decreto n. 35.925 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

Retificado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Reduz interstício para promoção no Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha.*

Decreto n. 36.085 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1954.

— *Reduz interstício para promoção no Quadro de Cirurgiões-Dentistas do Corpo de Saúde da Marinha.*

Decreto n. 36.109 — de 23 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1954.

— *Eleva, sem aumento de despesa, a categoria de Agência, a capatazia da Capitania dos Portos do Estado do Pará e Território do Amapá, em Macapá.*

Decreto n. 36.218 — de 21 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

## MARMORE

*Autoriza o cidadão brasileiro Simon Wallach a pesquisar mármore no município de Patos, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 35.866 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

— *Autoriza a Indústria de Mármore e Hialoa Ltda., a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.919 — de 28 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1954.

**MÁRMORE**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Simon Wallach a pesquisar mármore no município de Patos, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 35.921 — de 28 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Garibaldi de Oliveira Lopes a pesquisar mármore e associados, no município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.046 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

**MÁRMORES E GRANITOS DO BRASIL S. A.**

*Concede a Mármores e Granitos do Brasil S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.980 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

**MAUSOLÉUS**

*Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para ocorrer às primeiras despesas relativas à construção de um mausoléu destinado a abrigar os restos mortais dos soldados expedicionários brasileiros sepultados no Cemitério Militar Brasileiro de Pistoia, Itália.*

Decreto n. 35.961 — de 2 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

**MEDALHAS**

*Autoriza o cunho da Medalha do Poder Judiciário e o seu uso aos civis e militares.*

Decreto n. 35.839 — de 14 de julho de 1954.

Reproduzido no D. O. de 7 de agosto de 1954.

**MÉDICO**

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n. 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

**MEIO CIRCULANTE**

*Aprova o Regulamento para os serviços da dívida federal interna fundada e do meio circulante.*

Decreto n. 35.913 — de 23 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

**MEIO-SÓLDO**

*Fixa a contribuição para o Montepio Militar e altera tabela de meio-sólido dos oficiais das Forças Armadas.*

Lei n. 2.314 — de 3 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1954.

**MENORES**

*Dispõe sobre a corrupção de menores.*

Lei n. 2.252 — de 1 de julho de 1954.

**MERHY & JACOMEL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 104.172,30, para pagamento de indenização devida a Zaki Shirato & Companhia e Merhy & Jacomel.*

Lei n. 2.310 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

**MICA**

*Autoriza a S. A. Fazenda da Floresta a pesquisar caulim, mica e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.807 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

**MICA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pereira de Carvalho a pesquisar mica e associados, no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.809 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alberico Pereira a pesquisar argila, caulim, mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.811 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Septimo Faccin a pesquisar argila, caulim, mica e associados no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.812 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Gonçalves Bastos a pesquisar mica e associados no município de Tombos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.831 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Cândido Avelino Mendonça a pesquisar mica e associados, no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.832 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Divino Ferreira de Araújo a pesquisar mica e associados de Coroadi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.875 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

**MICA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sylvio Lemgruber a pesquisar mica e associados no município de Armo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.969 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Santos Fernandes de Sá a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.123 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Pereira de Oliveira a pesquisar mica e associados no município de Matias Barbosa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.201 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Rodrigues de Melo a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.203 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Rodrigues de Melo a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.204 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Levingo Moreira Quintão a pesquisar mica e quartzo no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.253 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

continua aqui>



**MICA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Bonotto a pesquisar mica, caulim e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.257 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aracy Alves Caldeira a pesquisar mica e associados, no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.259 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

**MILITARES**

— *Dispõe sobre a contribuição para o montepio militar.*

Lei n. 2.281 — de 4 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de agosto de 1954.

— *Altera dispositivos da Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).*

Lei n. 2.283 — de 9 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1954.

— *Fixa a contribuição para o Montepio Militar e altera tabela de meio-soldo dos oficiais das Forças Armadas.*

Lei n. 2.314 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cunho da Medalha do Poder Judiciário e o seu uso aos civis e militares.*

Decreto n. 35.839 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

Reproduzido no D. O. de 7 de agosto de 1954.

**MILITARES**

— *Manda dar números, no Almanaque da Aeronáutica, a segundos tenentes do Quadro de Infantaria de Guarda incluídos como homólogos.*

Decreto n. 35.965 — de 3 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1954.

— *Reduz interstício para promoções no Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha.*

Decreto n. 36.085 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1954.

— *Reduz interstício para promoção no Quadro de Cirurgiões-Dentistas do Corpo de Saúde da Marinha*

Decreto n. 36.109 — de 23 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1954.

— *Dispõe sobre funções privativas do Quadro de Oficiais Gerais do Corpo de Oficiais da Aeronáutica (aviadores).*

Decreto n. 36.115 — de 1 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1954.

— *Dá nova redação ao art. 298 e seu § 1.º, e ao inciso n.º 1, do art. 299 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 6.031, de 27 de julho de 1940.*

Decreto n. 36.174 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— *Torna insubsistente o Quadro de Efetivos, publicado com o Regulamento aprovado pelo Decreto número 32.090, de 14 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 35.175 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

## MILITARES

— *Altera o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 36.228 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1954.

## MINERAÇÃO BONFIM S. A.

*Autoriza Mineração Bonfim S. A. a lavrar minério de manganês, no município de Manicoré, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 35.814 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1954.

## MINERAÇÃO BOQUIRA LTDA.

*Concede à Mineração Boquira Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.915 — de 28 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

## MINERAÇÃO GERAL DE CONSELHEIRO PENA S. A.

*Concede à Mineração Geral de Conselheiro Pena S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.836 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1954.

## MINERAÇÃO TERRAMINA LIMITADA

*Concede à Mineração Terramina Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 36.127 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

## MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Decreto-legislativo n.º 28 — de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

— *Modifica os arts. 3.º, 21 e os §§ 1.º e 2.º do art. 11, revoga a letra d, do item I do art. 3.º da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.266 — de 12 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Teresina, Estado do Piauí.*

Decreto n.º 35.822 — de 13 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1954.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Cataguazes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.906 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1954.

— *Especifica as funções, nos Ministérios Militares, consideradas de caráter permanente no exterior, para os efeitos do disposto no art. 4.º, do Decreto n.º 33.642, de 24 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 35.911 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1954.

— *Altera a redação do § 2.º, do artigo 1.º, do Decreto n.º 34.406, de 29 de outubro de 1953.*

Decreto n.º 35.983 — de 5 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

— **Abertura de Crédito**

**Ver:**

*Crédito Especial.*

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

Decreto-legislativo n.º 22 — de 1954.  
Publicado no *D. O.* de 21 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 23 — de 1954.

Publicado no *D. O.* de 21 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 24 — de 1954.

Publicado no *D. O.* de 21 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 26 — de 1954.

Publicado no *D. O.* de 21 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 27 — de 1954.

Publicado no *D. O.* de 21 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 30 — de 1954.

Publicado no *D. O.* de 24 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 31 — de 1954.

Publicado no *D. O.* de 24 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 32 — de 1954.

Publicado no *D. O.* de 24 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 33 — de 1954.

Publicado no *D. O.* de 24 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 34 — de 1954.

Publicado no *D. O.* de 24 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 35 — de 1954.

Publicado no *D. O.* de 24 de julho de 1954.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— Decreto-legislativo n.º 36 — de 1954.

Publicado no *D. O.* de 24 de julho de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 37 — de 1954.

Publicado no *D. O.* de 24 de julho de 1954.

— *Modifica os arts. 3.º, 21 e os §§ 1.º e 2.º do art. 11, revoga a letra d, do item I do art. 6.º da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, e dá outras providências.*

eiL n.º 2.266 — de 12 de julho de 1954.

Publicada no *D. O.* de 17 de julho de 1954.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista art. 6.º da Lei n.º 1.735, de 1952), da Escola Fluminense de Medicina Veterinária da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura e dá outras providências.*

Decreto n.º 35.773 — de 5 de julho de 1954.

Publicado no *D. O.* de 19 de julho de 1954.

— *Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalistas da Superintendência de Edifícios e Parques do Centro Nacional de Pesquisas Agronômicas e da Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 35.799 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no *D. O.* de 14 de julho de 1954.

— *Altera a lotação de repatrições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 35.821 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no *D. O.* de 23 de julho de 1954.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União, a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 35.931 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Campo de Brito, Estado de Sergipe.*

Decreto n.º 35.938 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Aracaju, no Estado de Sergipe.*

Decreto n.º 35.939 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Altera lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 35.984 — de 5 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação do terreno que menciona, situado no Município de Bambuí, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.997 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1954.

### — Abertura de Crédito

Ver:

— *Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Decreto-legislativo n.º 29 — de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

### — Abertura de Crédito

Ver:

— *Crédito especial.*

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Retifica o Decreto n.º 33.861, de 21 de setembro de 1953, que aprovou a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista da Alfândega de Corumbá, Estado de Mato Grosso, do Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 35.837 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Altera a lotação do Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 35.838 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Retifica o Decreto n.º 33.790, de 28 de agosto de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista da Biblioteca do Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 35.967 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1954.

— *Altera a lotação do Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 36.088 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1954.

— *Dispõe sobre a Tabela Única de Extranumerários-Mensalistas do Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 36.108 — de 23 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1954.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

*Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário a serviço do Exército Nacional.*

Decreto n.º 35.772 — de 2 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno situado na cidade de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.*

Decreto n.º 35.849 — de 15 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Especifica as funções nos Ministérios Militares, consideradas de caráter permanente no exterior, para os efeitos do disposto no art. 4.º do Decreto n.º 33.642, de 24 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 35.911 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1954.

— *Altera o art. 4.º, do Decreto número 33.278, de 13 de julho de 1953, que declarou de utilidade pública e autorizou a desapropriação de imóvel necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 35.926 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Retifica o Decreto n.º 33.521, de 13 de agosto de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Serviço Geográfico do Exército, do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 36.051 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Passa as unidades militares, empenhadas nos trabalhos de construção do eixo ferroviário que constitui o Tronco Principal Sul, diretamente subordinadas à Diretoria de Engenharia, na parte referente ao seu empenho e aos trabalhos de construção.*

Decreto n.º 36.266 — de 30 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1954.

— **Abertura de Crédito**

Ver:

— *Crédito especial.*

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

*Modifica os arts. 3.º, 21 e os §§ 1.º e 2.º do art. 11, revoga a letra d, do item I do art. 6.º da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.266 — de 12 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

## MINISTÉRIOS MILITARES

Ver:

*Ministério da Aeronáutica, Ministério da Guerra e Ministério da Marinha.*

## MINISTÉRIO DA MARINHA

*Especifica as funções nos Ministérios Militares, consideradas de caráter permanente no exterior, para os efeitos do disposto no art. 4.º do Decreto n.º 33.642, de 24 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 35.911 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de julho de 1954.

*Cria função na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Marinha.*

Decreto n.º 36.229 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

*Dispõe sobre a Tabela Numérica de Extranumerário mensalistas do Departamento dos Correios e Telégrafos do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 35.514 — de 23 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado na rua Coronel Pedro Martins, na cidade de Caratinga, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.932 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.933 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Goiás.*

Decreto n.º 35.934 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.935 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Morrinhos, no Estado de Goiás.*

Decreto n.º 35.936 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Andrelândia, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 36.033 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

— Abertura de Crédito

Ver:

— *Crédito Especial.*

## MISSÕES SALESIANAS DO RIO NEGRO

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.730.000,00, para atender aos compromissos resultantes de contrato firmado entre a Inspeção Salesiana de Santo Afonso e as Missões Salesianas do Rio Negro.*

Lei n.º 2.305 — de 30 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1954.

## MISSÕES SALESIANAS DO RIO NEGRO

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ .... 1.730.000,00, para atender aos compromissos resultantes de contrato firmado entre a Inspeção Salesiana de Santo Afonso e as Missões Salesianas do Rio Negro.

Decreto n.º 36.230 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

## MONOGRAM PICTURES DO BRASIL, INC.

Concede à sociedade anônima Monogram Pictures do Brasil, Inc. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 35.706 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

## MONAZITA

Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavrar ilmenita, zircônia, monazita, rutílio e associações no município de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 36.187 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

## MONTEPIO

Fixa a contribuição para o Montepio Militar e altera tabela de meio-soldo dos oficiais das Forças Armadas.

Lei n.º 2.314 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1954.

— Dispõe sobre a contribuição para o montepio militar.

Lei n.º 2.281 — de 4 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 6 de agosto de 1954.

## MORAIS & VENTUROSO

Transfere de Florinda Rodrigues Jorge para a firma Moraes & Venturoso a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica na sede do município de Miguelópolis, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 36.029 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

## MUNICÍPIOS

Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.

Lei n.º 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— Transfere concessão.

Decreto n.º 35.538 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

Retificado no D. O. de 31 de julho de 1954.

## N

## NATURALIZAÇÕES

Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.

Lei n.º 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

## "NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM WILDBERGER S. A. - NACAW"

Concede à "Navegação de Cabotagem Wildberger S. A. - Nacaw" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 35.732 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1954.

## NAVEGAÇÃO SCHMITT-GARCIA LIMITADA

*Concede à sociedade "Navegação Schmitt-Garcia Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 35.928 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

## NÚCLEOS COLONIAIS

*Autoriza a aceitação de doação de terras e a fundação do Núcleo Colonial de Andaraí, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 35.778 — de 6 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

## O

## OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS

*Dispõe sobre financiamento e operações imobiliárias entre o Clube de Aerodromia e seus associados, para aquisição de sede própria.*

Lei n.º 2.321 — de 11 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 14 de setembro de 1954.

## ORÇAMENTOS

*Altera o esquema do orçamento analítico do Departamento dos Correios e Telégrafos.*

Decreto n.º 35.949 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

## ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

*Torna público o depósito dos Instrumentos de adesão, por parte da República Soviética Socialista da Bielorrússia e da República Socialista da Ucrânia, da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, firmada em Londres, a 16 de novembro de 1945.*

Decreto n.º 35.858 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

## ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE METEOROLOGIA

*Torna público o depósito dos Instrumentos de adesão, por parte da Bolívia e da República Federal da Alemanha, da Convenção da Organização Mundial de Meteorologia assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.*

Decreto n.º 36.071 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1954.

## ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ver:

*Presidência da República.*

## ORQUIMA, INDÚSTRIAS QUÍMICAS REUNIDAS S. A.

*Autoriza a Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavrar ilmenita e associados no município de Serra, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 35.878 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

— *Autoriza a Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavrar ilmenita e associados no município de Serra, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 35.879 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

— *Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavrar ilmenita, zircônita, monazita, rutilo e associados no município de Vitória, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 33.187 — de 17 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

continua aqui>



**OURO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Caetano dos Santos a lavrar minério de ouro no município de Piancó, Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 36.139 — de 17 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de setembro de 1954.

**P****"PANAIR DO BRASIL S. A."**

*Outorga concessão à "Panair do Brasil S. A." para instalar um transmissor de 1,2 kw de potência.*

Decreto n.º 35.653 — de 14 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

*— Outorga concessão à "Panair do Brasil S. A." para instalar dois transmissores de 1,2 kw de potência.*

Decreto n.º 35.739 — de 6 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

*— Outorga concessão à empresa Panair do Brasil S. A. para instalar um transmissor de 1.200 watts, tipo 12GLX-A, em substituição a um de 50 watts.*

Decreto n.º 35.963 — de 3 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

*— Outorga concessão à Panair do Brasil S. A. para instalar um transmissor de radiotelegrafia, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 35.964 — de 3 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

*— Outorga concessão à Panair do Brasil S. A. para instalar um transmissor.*

Decreto n.º 36.053 — de 14 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

**"PANAIR DO BRASIL S. A."**

*— Outorga concessão à empresa Panair do Brasil S. A. para substituir por outro o transmissor de sua estação radiotelegráfica de Cucui, Estado do Amazonas.*

Decreto n.º 36.111 — de 23 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

*— Outorga concessão à Panair do Brasil S. A. para instalar mais um transmissor, em sua estação radiotelegráfica na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n.º 36.112 — de 23 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

**PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS**

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel que menciona, situado em Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 36.182 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITECTÓNICO NACIONAL**

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do imóvel que menciona, situado no Município de Jaguaribe, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 35.935 — de 5 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

**PECUARIA**

*Prorroga a vigência da Lei n.º 419, de 3 de outubro de 1948.*

Lei n.º 2.323 — de 20 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1954.

## PECUARISTAS

*Modifica a Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino.*

Lei n.º 2.282 — de 4 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de agosto de 1954.

Retificada no D. O. de 10 de agosto de 1954.

## PEDRAS PRECIOSAS

*Autoriza José Trindade a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 35.710 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1954.

— *Autoriza José Francisco da Silva a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 35.711 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

— *Autoriza a firma Hugo Ziemer & Cia. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 35.757 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1954.

— *Autoriza Isaac Emiliano e Queirós a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 35.883 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— *Autoriza Franz Xaver Ach a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 35.947 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1954.

— *Autoriza José Vieira Guimarães a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 35.987 — de 5 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1954.

## PEDRAS PRECIOSAS

— *Autoriza Enok Pantaleão Pimenta a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 36.034 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Autoriza Manoel Cardoso da Conceição a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 36.035 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Revoga o Decreto n.º 10.674, de 22 de outubro de 1942.*

Decreto n.º 36.158 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— *Revoga o Decreto n.º 2.506, de 16 de março de 1938.*

Decreto n.º 36.191 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

## PENSÕES

*Concede a pensão mensal de Cr\$ 1.500,00 à viúva Dorval Luz, ex-coletor federal.*

Lei n.º 2.260 — de 8 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Concede a pensão vitalícia de Cr\$ 3.000,00 mensais à viúva Julieta Alencar.*

Lei n.º 2.261 — de 8 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Concede a pensão mensal de Cr\$ 1.000,00 às famílias dos falecidos na explosão dos depósitos de material bélico de Deodoro.*

Lei n.º 2.274 — de 27 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 31 de julho de 1954.

**PENSÕES**

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial até a importância de Cr\$ 150.000.000,00, para pagamento de pensões aos veieranos, às viúvas e dos herdeiros dos ex-combatentes da campanha do Uruguai e da guerra do Paraguai.

Lei n.º 2.326 — de 20 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1954.

**PESQUISAS**

Ver a denominação do elemento pesquisado.

**PESSOAL DE OBRAS**

Dispõe sobre a aplicação do salário mínimo aos casos que especifica.

Decreto n.º 36.224 — de 24 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

**PETRÓLEO**

Prorroga o prazo a que se refere o art. 1.º do Decreto n.º 28.864, de 14 de novembro de 1950.

Decreto n.º 36.099 — de 20 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

**PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. - PETROBRAS**

Declara a utilidade pública da desapropriação dos imóveis que mencionam, necessários a instalações industriais a cargo da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás.

Decreto n.º 35.784 — de 8 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1954.

**"PFIZER CORPORATION DO BRASIL"**

Concede à sociedade anônima "Pfizer Corporation do Brasil" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 35.704 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1954.

**PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO**

Declara de alta prioridade para os interesses nacionais a construção do Tronco Ferroviário Principal Sul, com a bitola larga obrigatória de 1,60m.

Decreto n.º 36.972 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

**PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL**

Aprova a modificação do traçado da rodovia Pan-Nordestina, do Plano Rodoviário Nacional, descrita no anexo ao Decreto n.º 15.093, de 20 de março de 1944, no trecho entre as cidades de Recife e Maceió.

Decreto n.º 35.773 — de 5 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1954.

**PLANO DE UNIFORMES**

Aprova plano de uniformes para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Decreto n.º 35.771 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

**PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA**

Extingue a Comissão Executiva instituída pelo Decreto n.º 32.702, de 4 de maio de 1953.

Decreto n.º 36.219 — de 23 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

**PODER EXECUTIVO**

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.*

**PODER JUDICIÁRIO**

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.*

## POLÍCIA MILITAR

Revoga o art. 4.º da Lei n.º 1.937, de 19 de agosto de 1953, e dá outras providências.

Lei n.º 2.276 — de 30 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de agosto de 1954.

## PREFEITURAS

*Outorga à Prefeitura Municipal de Baependi concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no ribeirão das uFrnas, distrito e município de Baependi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.617 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Transfere à Prefeitura Municipal do Alto Rio Doce concessão para aproveitar e distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 35.507 — de 15 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Jequitinhonha concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira existente no córrego Santo Antônio, Município de Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.725 — de 25 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1954.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terreno.*

Decreto n.º 35.782 — de 7 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de julho de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Carazinho concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Puitã, distrito de Tapera, Município de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 35.792 — de 9 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

## PREFEITURAS

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre para a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.890 — de 22 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Esperança, existente no rio Piedade, distrito da sede do município de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.896 — de 23 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1952.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Macaúbas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica dos desníveis existentes no rio Tingui.*

Decreto n.º 35.899 — de 26 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Viçosa concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Dois Irmãos, existente no rio Paraíba do Meio, município de Viçosa.*

Decreto n.º 35.907 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 35.931 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

## PREFEITURAS

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado na rua Coronel Pedro Martins, na cidade de Caratinga, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.932 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.933 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Goiás.*

Decreto n.º 35.934 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.935 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, situado no Município de Morrinhos, no Estado de Goiás.*

Decreto n.º 35.936 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Campo de Brito, Estado de Sergipe.*

Decreto n.º 35.938 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

## PREFEITURAS

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Aracaju, no Estado de Sergipe.*

Decreto n.º 35.939 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação do terreno que menciona, situado no Município de Bambi, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.997 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Andrélandia, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 36.033 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Luziânia concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira de Saia Velha, existente no ribeirão Saia Velha, município de Luziânia, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 36.130 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul concessão para o aproveitamento de um desnível existente no rio Muqui do Sul, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 36.180 — de 15 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Buriti Alegre, no Estado de Goiás.*

Decreto n.º 36.231 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

*Dá nova redação à Seção I do Capítulo 1.º do Regimento dos Órgãos da Presidência da República, aprovado pelo Decreto n.º 23.822, de 10 de outubro de 1947.*

Decreto n. 36.225 — de 24 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 27 de setembro de 1954.

— *Altera o Regimento dos Órgãos da Presidência da República, aprovado pelo Decreto n.º 23.822, de 10 de outubro de 1947.*

Decreto n. 36.261 — de 29 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1954.

### — Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.*

## PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*Decreta luto oficial por oito dias.*

Decreto n. 36.114 — de 24 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de agosto de 1954.

## PROFESSORES

*Altera dispositivos da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).*

Lei n. 2.283 — de 9 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1954.

— *Dispõe sobre os professores catedráticos aposentados da Universidade do Brasil, da Universidade Rural e da Escola Superior de Agricultura e de Medicina Veterinária.*

Lei n. 2.289 — de 19 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1954.

## PROFILAXIA DA DOENÇA DE NEW CASTLE

*Cria uma Comissão de técnicos para proceder a estudos e investigações sobre a profilaxia da doença de New Castle.*

Decreto n. 36.083 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

## PROMOÇÃO

*Reduz interstício para promoção no Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha.*

Decreto n. 36.085 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1954.

— *Reduz interstício para promoção no Quadro de Cirurgiões-Dentistas do Corpo de Saúde da Marinha.*

Decreto n. 36.109 — de 23 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1954.

— *Altera o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 36.228 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1954.

## PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS

Ver:

*Cargos Públicos.*

## Q

## QUADRO DE EFETIVOS DA DIRETORIA GERAL DE SAÚDE

*Torna insubsistente o Quadro de Efetivos, publicado com o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 32.090, de 14 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 36.175 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

## QUADRO DO ESTADO MAIOR DO EXERCITO

*Dá nova redação ao art. 298 e seu § 1.º, e ao inciso n.º 1, do art. 299 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 6.031, de 26 de julho de 1940.*

Decreto n. 36.174 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

## QUARTZITO

*Autoriza o cidadão brasileiro Agemor de Campos a pesquisar quartzito e associados no município de Jundiá, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.752 — de 30 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

*— Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar quartzito, no município de Santana do Paranaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.877 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro José Gonzaga Mattos a pesquisar quartzito e associados no município de Mariporã, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.918 — de 28 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1954.

## QUARTZO

*Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Alencastro de Souza a pesquisar quartzo, feldspato e associados no município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 35.805 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Alêrico Perrela a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.811 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

## QUARTZO

*— Autoriza os cidadãos brasileiros Francisco Leonis Gomes de Assis, Rui-nel Pereira de Araújo e Sinval Azevedo a pesquisar scheelita, berilo, esmeralda, água marinha, quartzo e associados, no município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte*

Decreto n. 35.816 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Aprígio de Campos Cordeiro a pesquisar quartzo e associados, no município de Pompeu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.874 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

*— Autoriza os cidadãos brasileiros Antônio José Ribeiro Filho e João Cândido Martins a pesquisar quartzo e associados no município de Pequi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.876 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Frank Jorge L. Davis a pesquisar quartzo, minério de ferro e associados, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.920 — de 28 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Agostinho Bueno a pesquisar caulim, quartzo e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.973 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

## QUARTZO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raul Mourão Guimarães a pesquisar quartzo, minério de ferro e associados, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.078 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcio Vivas Guimarães a pesquisar quartzo, minério de ferro e associados, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.079 — de 18 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Omar Moreira de Figueiredo a pesquisar quartzo, no município de Comercino, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.163 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria de Lourdes Pimenta a pesquisar quartzo no município de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.167 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Frederico de Assumpção a pesquisar quartzo e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.169 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcello Ruy Vicente de Azevedo a pesquisar agalmatolito, quartzo, minérios de ferro, manganês e associados no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.173 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

## QUARTZO

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Henrique Monnerat Júnior, a pesquisar feldspato, caulim e quartzo no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.199 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria de Lourdes Pimenta a pesquisar quartzo no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.206 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Leandro Moreira Quintão a pesquisar mica e quartzo no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.253 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

— *Autoriza a Companhia Mineira de Siderurgia a pesquisar minério de ferro, quartzo e associados, no município de Itaúna, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.254 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

## R

### RADIO BELO HORIZONTE LIMITADA

*Outorga concessão à Rádio Belo Horizonte Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 35.744 — de 29 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1954.

continua aqui>



**RÁDIO CAPIXABA LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Capixaba Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias em Vitória, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 36.017 — de 11 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1954.

**RÁDIO CULTURA DE POÇOS DE CALDAS S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Cultura de Poços de Caldas S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas curtas.*

Decreto n. 36.019 — de 11 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1954.

**RÁDIO ESPERANÇA LIMITADA**

*Revoga o Decreto n.º 29.375, de 29 de março de 1951.*

Decreto n. 35.781 — de 6 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

**RÁDIO ITAI LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Itai Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 36.016 — de 11 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1954.

**RÁDIO MAPINGUARI LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Mapinguari Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 35.903 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de agosto de 1954.

*— Outorga concessão à Rádio Mapinguari Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de frequência tropical.*

Decreto n. 35.904 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de agosto de 1954.

**RÁDIO RIO LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Rio Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão, nesta Capital.*

Decreto n. 35.745 — de 29 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1954.

**RÁDIO RIO MAR LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Rio Mar Limitada para estabelecer, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, um transmissor de 1 kw.*

Decreto n. 35.988 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

**REAL S. A. TRANSPORTES  
AÉREOS**

*Outorga concessão à Real S. A. Transportes Aéreos para instalar um transmissor com a potência de 0,35 kw.*

Decreto n. 35.594 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1954.

*— Outorga concessão à Real S. A. Transportes Aéreos para instalar mais um transmissor de 0,25 kw de potência.*

Decreto n. 35.614 — de 3 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1954.

*— Outorga concessão à Real S. A. Transportes Aéreos para instalar um transmissor STP-RF — 300 (AL) e outro BC-375 E (emergência).*

Decreto n. 35.859 — de 20 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

*— Outorga concessão à Real S. A. Transportes Aéreos para instalar uma estação de radiofarol na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.020 — de 11 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

## REAL S. A. TRANSPORTES AÉREOS

— *Outorga concessão à Real S. A. Transportes Aéreos para instalar mais um transmissor com a potência de 0,8 kw.*

Decreto n. 36.028 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

— *Outorga concessão à Real S. A. Transportes Aéreos para instalar mais um transmissor em sua estação do aeropôrto de Carambú.*

Decreto n. 36.113 — de 23 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1954.

## RÊDE DE VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

*Aprova as cláusulas para revisão do contrato de arrendamento da rêde de Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ao Estado do mesmo nome.*

Decreto n. 36.226 — de 24 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

## REGIMENTOS

*Aprova o Regimento da Contadoria Geral da República.*

Decreto n. 35.403 — de 20 de abril de 1954.

Retificado no D. O. de 28 de julho de 1954.

— *Aprova o Regimento da Caixa de Amortização.*

Decreto n. 35.912 — de 28 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1954.

— *Aprova o Regimento da Colônia Penal Cândido Mendes.*

Decreto n. 36.220 — de 23 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1954.

## REGIMENTOS

— *Altera o Regimento dos Órgãos da Presidência da República, aprovado pelo Decreto n.º 23.822, de 10 de outubro de 1947.*

Decreto n. 36.261 — de 29 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1954.

— *Dá nova redação à Seção I do Capítulo 1.º do Regimento dos Órgãos da Presidência da República, aprovado pelo Decreto n.º 23.822, de 10 de outubro de 1947.*

Decreto n. 36.225 — de 24 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 27 de setembro de 1954.

## "REGIMENTO ITORORÓ" (5.º)

*Cria o estandarte distintivo para o 5.º Regimento de Infantaria — "Regimento Itororó".*

Decreto n. 35.823 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

## "REGIMENTO SÁ BRITO"

— *Cria o estandarte distintivo para o 4.º Regimento de Cavalaria — "Regimento Sá Britto".*

Decreto n. 36.131 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1954.

## REGRAS PARA VISITAS DE NAVIOS DE GUERRA ESTRANGEIROS

*Aprova as "Regras para visitas de navios de guerra estrangeiros aos portos e águas do Brasil em tempo de paz".*

Decreto n. 35.925 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

Retificado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

## REGULAMENTOS

*Altera os arts. 8.º, 21 e 23 do Regulamento do Serviço de Intendência da Aeronáutica.*

Decreto n. 35.659 — de 15 de junho de 1954.

Reproduzido no D. O. de 14 de julho de 1954.

*— Aprova plano de uniformes para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

Decreto n. 35.771 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

*— Regulamenta o art. 151, alínea c, do Código de Águas (Decreto número 24.643, de 10 de julho de 1934).*

Decreto n. 35.851 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

*— Aprova o Regulamento para a Escola de Guerra Naval.*

Decreto n. 35.901 — de 26 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1954.

*— Aprova o Regulamento para os serviços da dívida federal interna fundada e do meio circulante.*

Decreto n. 35.913 — de 28 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

*— Aprova o Regulamento da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica.*

Decreto n. 35.937 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

*— Regulamenta os arts. 188 a 193 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 35.956 — de 2 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de agosto de 1954.

## REGULAMENTOS

*— Regulamenta a Lei n.º 2.196, de 1 de abril de 1954, que dispõe sobre os serviços executados pelos Sindicatos de Arrumadores, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.025 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

*— Revoga o Decreto n.º 35.448, de 1 de maio de 1954.*

Decreto n. 36.132 — de 3 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 10 de setembro de 1954.

*— Dá nova redação ao art. 298 e seu § 1.º, e a oitavo n.º 1, do artigo 299 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 6.031, de 26 de julho de 1940.*

Decreto n. 36.174 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

*— Torna insubsistente o Quadro de Efetivos, publicado com o Regulamento aprovado pelo Decreto número 32.090, de 14 de janeiro de 1953.*

Decreto n. 36.175 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

*— Altera o modelo de documento previsto no art. 58 do Regulamento da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda (EOEG), aprovado pelo Decreto n.º 31.488, de 19 de setembro de 1952, modificado pelo Decreto n.º 33.053, de 15 de junho de 1953.*

Decreto n. 36.178 — de 15 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

*— Dá nova redação ao Decreto número 35.519, de 19 de maio de 1954, que aprova o Regulamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.*

Decreto n. 36.193 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1954.

## REGULAMENTOS

— *Altera o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 36.228 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1954.

## REPARTIÇÃO SANITÁRIA PAN-AMÉRICA

*Promulga o Acôrdio entre o Brasil e a Repartição Sanitária Pan-Americana para o funcionamento do Escritório Regional da Repartição no Rio de Janeiro, assinado nesta cidade a 27 de agosto de 1951.*

Decreto n. 36.155 — de 13 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

## REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS

*Fixa a lotação de cargos de Adidos Aerinâuticos junto às representações diplomáticas do Brasil no exterior.*

Decreto n. 35.960 — de 2 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

## RESTAURANTES

*Estabelece a obrigatoriedade para o comércio atacadista e varejista, os hotéis, restaurantes, boites e casas de pasto, da apresentação à venda de vinhos de uvas nacionais.*

Lei n. 2.296 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de agosto de 1954.

## RIVERO & CIA. LTDA.

*Autoriza Rivero & Cia. Ltda. a lavar conchas calcárias, no município de Iguapé, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.750 — de 30 de junho de 1954.

## RODOVIAS

*Dá o nome de Presidente Epitácio Pessoa à Rodovia Transnordestina (BR-13).*

Lei n. 2.317 — de 8 de setembro de 1954.

— *Aprova a modificação do traçado da rodovia Pan-Nordestina, do Plano Rodoviário Nacional, descrita no anexo do Decreto n.º 15.093, de 20 de março de 1944, no trecho entre as cidades de Recife e Maceió.*

## RUTILIO

*Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavar ilménita, zirconita, monazita, rutilo e associados no município de Vitória, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 36.187 — de 17 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

## S

### S. A. DE CIMENTO, MINERAÇÃO E CABOTAGEM "CIMIMAR"

*Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a lavar talco, calcário, dolomita e associados no município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.117 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

### S. A. EMPRESA DE VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE "VARIG"

*Outorga concessão à S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense "Varig", para instalar um transmissor de 0,4 kw de potência.*

Decreto n. 35.999 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1954.

### **S. A. EMPRESA DE VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE "VARIG"**

— *Outorga concessão a S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense — Varig — para instalar um transmissor, modelo Varig, de 0,4 kw de potência.*

Decreto n. 36.014 — de 11 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1954.

— *Outorga concessão à S. A. Empresa de Viação Aérea Riograndense "Varig" para instalar um transmissor.*

Decreto n. 36.015 — de 11 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1954.

— *Revoga a concessão autorizada pelo Decreto n.º 32.429, de 16 de março de 1953.*

Decreto n. 36.018 — de 11 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1954.

### **S. A. FAZENDA DA FLORESTA**

*Autoriza a S. A. Fazenda da Floresta a pesquisar caulim, mica e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.807 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1954.

### **S. A. INDÚSTRIAS VOTORANTIM**

*Autoriza a S. A. Indústrias Votorantim a lavar calcário e associados no município de Cerro Azul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.977 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1954.

### **S. A. MINERAÇÃO DA TRINDADE**

*Autoriza a S. A. Mineração da Trindade a pesquisar argila e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 35.746 — de 30 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

### **S. A. RÁDIO JORNAL DO BRASIL**

*Outorga concessão à S. A. Rádio Jornal do Brasil, para estabelecer uma estação radiodifusora de frequência tropical nesta Capital.*

Decreto n. 35.798 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1954.

### **SALÁRIO MÍNIMO**

*Dispõe sobre a aplicação do salário mínimo aos casos que especifica.*

Decreto n. 36.224 — de 24 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.

### **SALÁRIOS**

*Modifica o parágrafo único do artigo 872 do Decreto-lei n.º E.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).*

Lei n. 2.275 — de 30 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de agosto de 1954.

— *Regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias.*

Lei n. 2.284 — de 9 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1954.

### **SALGEMA**

*Autoriza o cidadão brasileiro José Maria Mendes a lavar salgema no município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 36.050 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

## SALVAGUARDA DA VIDA HUMANA NO MAR

*Torna público que os Governos de vinte e três países denunciaram a Convenção para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.*

Decreto n. 36.157 — de 13 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

## SARGENTOS MÚSICOS

*Revoga o art. 4.º da Lei n.º 1.937, de 10 de agosto de 1953, e dá outras providências.*

Lei n. 2.276 — de 30 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de agosto de 1954.

## SAÚDE

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n. 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

## SCHEELITA

*Autoriza os cidadãos brasileiros Francisco Leonis Gomes de Assis e Alcindo Gomes de Melo a pesquisarem scheelita e associados no município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 35.815 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

*— Autoriza os cidadãos brasileiros Francisco Leonis Gomes de Assis, Raimel Pereira de Araújo e Sinval Azevedo a pesquisarem scheelita, berilo, esmeralda, água marinha, quartzo e associados, no município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 35.816 — de 12 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

## SCHEELITA

*— Autoriza o cidadão brasileiro Moacir Duarte Pereira a pesquisar scheelita e associados no município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.171 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

## SEGUROS

*Ver: o nome da Companhia.*

## SERVIÇO DA DÍVIDA FEDERAL INTERNA FUNDADA

*Aprova o Regulamento para os serviços da dívida interna fundada e do meio circulante.*

Decreto n. 35.913 — de 28 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

## SERVIÇO DE EXPANSÃO DO TRIGO

*Altera dispositivos do Decreto número 29.229, de 26 de janeiro de 1951.*

Decreto n. 35.769 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1954.

## SERVIÇO DE INTENDÊNCIA DA AERONÁUTICA

*Altera os arts. 8.º, 21 e 23 do Regulamento do Serviço de Intendência da Aeronáutica.*

Decreto n. 35.659 — de 15 de junho de 1954.

Reproduzido no D. O. de 14 de julho de 1954.

## SERVIÇO DE LUZ E FÔRÇA DE FORTALEZA SERVILUZ

*Outorga ao Serviço de Luz e Fôrça de Fortaleza Serviluz concessão para distribuir energia elétrica no Município de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto n. 35.005 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

## SERVIÇO DE LUZ E FORÇA DE FORTALEZA SERVILUZ

— *Autoriza o Serviço de Luz e Força de Fortaleza Serviluz a instalar uma usina termelétrica na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto n. 36.004 — de 9 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

Reproduzido nos D. O. de 13 e 18 de agosto de 1954.

## SERVIÇO DO MEIO CIRCULANTE

*Aprova o Regulamento para os serviços da dívida federal interna fundada e do meio circulante.*

Decreto n. 35.913 — de 28 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

## SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Buriti Alegre, no Estado de Goiás.*

Decreto n. 36.231 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

## SERVIÇO NACIONAL DE MALARIA

*Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.700.000,00, destinado ao Serviço Nacional de Malaria.*

Decreto n. 35.770 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1954.

## SERVIÇO NACIONAL DE TUBERCULOSE

*Modifica os arts. 3.º, 21 e os §§ 1.º e 2.º do art. 11, revoga a letra d do item I do art. 6.º da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, e dá outras providências.*

Lei n. 2.266 — de 12 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

## SERVIDAÇÃO

*Regulamenta o art. 151, alínea c, do Código de Águas (Decreto número 24.643, de 10 de julho de 1934).*

Decreto n. 35.851 — de 16 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

## SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

*Revoga o art. 6.º do Decreto-lei n.º 8.440, de 24 de dezembro de 1945, e dá outras providências.*

Lei n. 2.262 — de 8 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

## SINDICATOS

*Regulamenta a Lei n.º 2.195, de 1 de abril de 1954, que dispõe sobre os serviços executados pelos Sindicatos de Arrumadores, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.025 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

## SISAL

*Estende à safra do sisal ou agave de 1954-1955, da produção nacional, a garantia de preços mínimos assegurada pelo Decreto n.º 31.534, de 3 de outubro de 1952.*

Decreto n. 35.962 — de 3 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1954.

## SOCIEDADE ALGODOEIRA DO NORDESTE BRASILEIRO S. A.

*Autoriza a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S. A. a instalar uma usina termelétrica na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, para uso exclusivo.*

Decreto n. 35.909 — de 27 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1954.

**SOCIEDADE ANÔNIMA MINERAÇÃO DA TRINDADE**

*Autoriza a Sociedade Anônima Mineração da Trindade a pesquisar minérios de manganês, de ferro e associados no município de Alvinópolis, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.162 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

**SOCIEDADE BENEFICENTE E HOSPITALAR DAS USINAS DE PERNAMBUCO**

*Isenta de pagamento de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, materiais destinados à instalação do Hospital Barão de Lucena, no Estado de Pernambuco.*

Lei n. 2.253 — de 1 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de julho de 1954.

**SOCIEDADE COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA NORDESTE DE MINAS**

*Outorga à Sociedade Cooperativa Agrícola Mista Nordeste de Minas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira São João Grande, existente no rio São João, distrito de Itaobim, município de Medina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.032 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1954.

**SOCIEDADE DE MINERAÇÃO AURUMINA LTDA.**

*Concede à Sociedade de Mineração Aurumina Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 36.040 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

**SOCIEDADE DE MINERAÇÃO ERNESTO ZABEU & FILHOS LTDA.**

*Autoriza a Sociedade de Mineração Ernesto Zabeu & Filhos Ltda., a pesquisar saulim e associados, no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.748 — de 30 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1954.

**SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MINÉRIOS "BENTONITA DO BRASIL" LIMITADA**

*Concede a Sociedade Industrial de Minérios "Bentonita do Brasil" Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 35.916 — de 28 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de agosto de 1954.

**SOCIEDADE SÃO PAULO DE MINERAÇÃO LTDA.**

*Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Ltda. a pesquisar bauxita, argila e associados, nos municípios de São Paulo e São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.872 — de 21 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

**SOCIEDADES ANÔNIMAS**

*Dispõe sobre o aumento de capital das sociedades anônimas financiadas pelo Banco do Brasil S. A.*

Lei n. 2.300 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1954.

**SOCIÉTÉ MINIÈRE & METALLURGIQUE DE PEÑARROYA**

*Concede à "Société Minière & Métallurgique de Peñarroya" autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 35.930 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

continua aqui>



### SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE HABILITAÇÃO DE PENSÕES VITALÍCIAS

Ver:

*Comissões.*

### SUBVENÇÕES

*Assegura subvenção e isenção fiscal ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.255 — de 1 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de julho de 1954.

— *Concede o auxílio de Cr\$ ..... 1.000.000,00 à Associação Brasileira de Municípios.*

Lei n.º 2.265 — e 12 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Modifica os arts. 3.º, 21 e os §§ 1.º e 2.º do art. 11, revoga a letra d, do item I do art. 6.º da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.266 — de 12 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Concede a inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n.º 2.269 — de 20 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .. 25.000.000,00, para pagamento, no corrente exercício, de subvenções a estabelecimentos de ensino superior do país, na conformidade das Leis ns. 2.106, de 23 de novembro de 1953, 2.152, 2.153 e 2.154, de 30 de dezembro de 1953.*

Lei n.º 2.316 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1954.

### SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Ver:

*Plano de valorização econômico da Amazônia.*

### SUPRARGILA LTDA.

*Autoriza Supragila Ltda. a pesquisar feldspato e associados no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 36.256 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

*Provê sobre a arguição de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.*

Lei n.º 2.271 — de 22 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 29 de julho de 1954.

### SUPRESSÃO DE POSTOS E GRADUAÇÕES

*Revoga o art. 4.º da Lei n.º 1.937, de 10 de agosto de 1953, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.276 — de 30 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de agosto de 1954.

## T

### TABELAS

*Ver o Ministério a que pertencem.*

### TALCO

*Autoriza o cidadão brasileiro José Antero de Campos Machado a pesquisar talco e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.828 — de 14 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1954.

## TALCO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Octavio S. Rolim a pesquisar calcário, talco e associados no município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 35.976 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1954.

— *Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a lavar talco, calcário, dolomita e associados no município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 36.117 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

— *Autoriza a Usina Queiroz Junior S. A. — Indústria Siderúrgica, a pesquisar talco e associados, no município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 36.166 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

## TAREFEIROS

Ver:

*Extranumerários.*

TARIFA DE TAXIS — Ver:

*Taxis.*

## TAXAS

*Isenta a Fundação para o Livro do Cego no Brasil do pagamento de impostos e taxas federais.*

Lei n.º 2.268 — de 14 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de julho de 1954.

## TAXIS

*Dispõe sobre os preços a serem cobrados pelos taxis do Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.894 — de 23 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1954.

## TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO

*Manda computar, como de serviço público da União, o tempo de serviço dos extranumerários da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.*

Lei n.º 2.267 — de 14 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de julho de 1954.

## TERRENOS DE MARINHA

*Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de mangue extinto, que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 33.368 — de 23 de julho de 1953.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil de terrenos acrescidos de marinha, que menciona, situados no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.538 — de 20 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem a fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.646 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.692 — de 18 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1954.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.707 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

## TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.709 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir os direitos revigoratórios do aforamento do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.712 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a regularizarem o aforamento do terreno de marinha que menciona situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.713 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em confirmação de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.758 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a regularizar o aforamento de terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.759 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a regularizar o aforamento do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.760 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1954.

## TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem os direitos de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.842 — de 15 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.941 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em confirmação de aforamento, fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.942 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.944 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil dos terrenos acrescidos de marinha, que menciona, situados no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.945 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir a fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.948 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1954.

## TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem os direitos de ocupação da fração ideal de 1/22 avos do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.950 — de 29 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1954.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.023 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 36.024 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, mediante transferência de aforamento, o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 36.087 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1954.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 36.089 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1954.

## TERRITÓRIOS FEDERAIS

*Estende aos Territórios Federais do Acre, Amapá e Rio Branco disposições da Lei n.º 1.455-A, de 11 de outubro de 1951, que dispõe sobre alienação de imóveis.*

Lei n.º 2.307 — de 30 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 3 de setembro de 1954.

— *Normas gerais sobre dejetos e proteção da saúde.*

Lei n.º 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

— *Autoriza o Governo do Território Federal de Fernando de Noronha a lavar fosfatos na Ilha Rata, Território de Fernando de Noronha.*

Decreto n.º 36.260 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1954.

## TESOUREIRO AUXILIAR

*Suprime cargo extinto.*

(M. F. — Q. S.)

Decreto n.º 36.104 — de 20 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1954.

## THE SÃO PAULO TRAMWAY, LIGHT AND POWER COMPANY, LIMITED

*Modifica o Decreto n.º 22.008, de 29 de outubro de 1946, que autorizou "The São Paulo, Tramway, Light and Power Company, Limited" a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 35.739 — de 28 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

**THE SIDNEY ROSS COMPANY**

*Concede à Sociedade Anônima "The Sydney Ross Company" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 35.785 — de 8 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

**TÍTULOS DA DÍVIDA INTERNA FEDERAL FUNDADA**

*Aprova o Regulamento para os serviços da dívida federal interna fundada e do meio circulante.*

Decreto n.º 35.913 — de 28 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

**TAXICOMANOS**

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n.º 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

**TRANSPORTES AÉREOS**

*Promulga o Acôrdo sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e Portugal, firmado em Lisboa, a 16 de dezembro de 1946.*

Decreto n.º 35.902 — de 26 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1954.

**TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO**

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.*

**TRIBUNAL DE CONTAS**

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.*

**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

— Abertura de Crédito

Ver:

*Crédito Especial.*

**TRIGO**

*Altera dispositivos do Decreto número 29.229, de 26 de janeiro de 1951.*

Decreto n.º 35.769 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1954.

**TRONCO PRINCIPAL SUL**

*Declara de alta prioridade para os interesses nacionais a construção do Tronco Ferroviário Principal Sul, com a bitola larga obrigatória de 1,60 m.*

Decreto n.º 36.072 — de 17 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1954.

— *Passa as unidades militares, empenhadas nos trabalhos de construção do eixo ferroviário que constitui o Tronco Principal Sul, diretamente subordinadas à Diretoria de Engenharia, na parte referente ao seu emprego e dos trabalhos de construção.*

Decreto n.º 36.266 — de 30 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1954.

**U****U. A. OF BRAZIL, INC.**

*Concede à sociedade anônima "U. A. of Brazil, Inc.", autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 35.705 — de 24 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1954.

## UNIFORMIDADE DE NOMENCLATURA PARA CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS

*Torna público que o Governo dos Estados Unidos da América denunciou a Convenção sobre Uniformidade de Nomenclatura para a Classificação de Mercadorias, assinada em Santiago do Chile, a 3 de maio de 1923.*

Decreto n.º 35.992 — de 6 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1954.

## UNIO NATIONALES ET INTERNATIONALIS TOTIUS ENERGIAE RENOVATRICIS

*Declara de utilidade pública a Unio Nationalis et Internationalis Totius Energiae Renovatricis, com sede no Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.817 — de 13 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1954.

## UNIVERSIDADES

*Aprova modificações nos Estatutos da Universidade do Distrito Federal.*

Decreto n.º 35.656 — de 16 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1954.

*— Altera a redação de dispositivos do Estatuto da Universidade da Bahia.*

Decreto n.º 35.055 — de 16 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1954.

*Altera a redação de dispositivos do Estatuto da Universidade do Paraná.*

Decreto n.º 35.056 — de 16 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1954.

## UNIVERSIDADES

*— Altera a redação de dispositivos do Estatuto da Universidade do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 35.057 — de 16 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1954.

## URBANIA - COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

*— Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive mudança de denominação, da Urbânia-Compânia Nacional de Seguros.*

Decreto n.º 35.768 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1954.

## USINA ELÉTRICA VICENTINA, LIMITADA

*Transfere à Comissão Estadual de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul, concessão para distribuição de energia elétrica no Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 35.640 — de 10 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1954.

## USINA QUEIROZ JÚNIOR S. A. - INDÚSTRIAS SIDERÚRGICA

*Autoriza a Usina Queiroz Júnior S. A. — Indústria Siderúrgica, a pesquisar talco e associados, no município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 35.166 — de 14 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1954.

## USINA SIDERÚRGICA MARUMBY LIMITADA

*Autoriza a Usina Siderúrgica Marumby Ltda. a pesquisar minério de ferro e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 35.047 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de agosto de 1954.

## V

## VACANCIA DE CARGOS PÚBLICOS

Ver:

*Cargos Públicos.*

## VENCIMENTOS

*Revoga o art. 4.º da Lei n.º 1.937, de 19 de agosto de 1953, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.276 — de 30 de julho de 1954.

Publicada no D. O. de 5 de agosto de 1954.

— *Dispõe sobre os professores catedráticos aposentados da Universidade do Brasil, da Universidade Rural e da Escola Superior de Agricultura e de Medicina Veterinária.*

Lei n.º 2.289 — de 19 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1954.

— *Dispõe sobre vencimentos dos juizes, quando convocados para funcionar no Tribunal de Justiça do Distrito Federal.*

Lei n.º 2.298 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1954.

## VERMICULINA

*Autoriza o cidadão brasileiro João José da Silva a pesquisar vermiculina no município de Ubá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 36.125 — de 2 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1954.

## VETERINARIO

*Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde.*

Lei n.º 2.312 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

## VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

*Autoriza a Viação Férrea do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 35.971 — de 4 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1954.

## VINHOS

*Estabelece a obrigatoriedade para o comércio atacadista e varejista, os hotéis, restaurantes, boites e casas de pasto, da apresentação à venda de vinhos de uvas nacionais.*

Lei n.º 2.293 — de 23 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 26 de agosto de 1954.

## W

## "WARNER INTERNATIONAL CORPORATION"

*Concede à sociedade anônima Warner International Corporation" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 35.761 — de 1 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1954.

## X

## XISTO ARGILOSO

*Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a lavrar xisto argiloso e associados no município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 35.677 — de 15 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1954.

**Z**

**ZAKI SHIRATO & COMPANHIA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 104.172,30, para pagamento de indenização devida a Zaki Shirato & Companhia e Merhy & Jacomet.*

Lei n.º 2.310 — de 3 de setembro de 1954.

Publicada no D. O. de 9 de setembro de 1954.

**ZIRCONITA**

*Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavar ilmenita, zirconita, monazita, rutilo e associados no município de Vitória, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 36.187 — de 17 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1954.



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1954



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1954 — VOLUME VII

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1955



# ÍNDICE

DOS

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1954

	Págs.		Págs.
39 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954 ...	3	51 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954 ...	7
40 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954 ...	3	52 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954 ...	7
41 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954 ...	3	53 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954 ...	7
42 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954 ...	4	54 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954 ...	8
43 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954 ...	4	55 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954 ...	8
44 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954 ...	4	56 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954 ...	8
45 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954 ...	5	57 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954 ...	9
46 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954 ...	5	58 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954 ...	9
47 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954 ...	5	59 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1954 ...	9
48 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954 ...	6	60 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1954 ...	10
49 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954 ...	6	61 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1954 ...	10
50 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954 ...	6	62 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954 ...	10

	Págs.		Págs.
63 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954	11	"O", Luiz Carvalho Araújo. — Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1954	13
64 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954	11	2.332 — Lei de 3 de novembro de 1954 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — <i>Saúde</i> — Modifica o art. 2.º da Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950. — Publicada no D. O. de 16 de novembro de 1954	13
65 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1954	11	2.333 — Lei de 8 de novembro de 1954 — <i>Viação</i> — Derramina Rodovia General José Artigas a parte da nova Rodovia internacional que liga o Brasil com o Uruguai. — Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1954	14
66 — Decreto Legislativo de 1954 — Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1954	12	2.334 — Lei de 10 de novembro de 1954 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Fixa a gratificação de representação do Presidente do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 16 de novembro de 1954	14
2.327 — Lei de 22 de outubro de 1954 — <i>Guerra</i> — Reestrutura o Quadro de Oficiais-Médicos do Exército, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1954	12	2.335 — Lei de 18 de novembro de 1954 — <i>Fazenda</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Ezequiel Pompeu Ribeiro de Silveira, neto do Tenente Antônio João Ribeiro. — Publicada no D. O. de 22 de novembro de 1954	14
2.328 — Lei de 1 de novembro de 1954 — <i>Justiça</i> — Prorroga o prazo da vigência da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1954 (Lei do Inquilinato). — Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1954	12	2.336 — Lei de 19 de novembro de 1954 — <i>Aeronáutica</i> — Inclui na reserva de 3.ª Categoria da Força Aérea Brasileira, nos termos do art. 1.º da Lei n.º 438, de 18-10-48, os portadores de licenças de piloto, de navegador, de mecânico de voo, de rádio-operador de voo e de mecânico de manutenção, concedidas pela Diretoria de Aeronáutica Civil. — Publicada no D. O. de 23 de novembro de 1954	15
2.329 — Lei de 1 de novembro de 1954 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, destinado a subvencionar o VI Congresso Brasileiro de Veterinária. — Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1954	13	2.336-A — Lei de 19 de novembro de 1954 — Altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências. —	
2.330 — Lei de 3 de novembro de 1954 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Abre pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para concessão de auxílio ao Congresso Mundial da Imprensa. — Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1954	13		
2.331 — Lei de 8 de novembro de 1954 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 24.000,00, para atender ao pagamento das diferenças de gratificação de magistério ao professor catedrático, padrão			

Págs.		Págs.
	Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1954. — Retificada no D. O. de 25 de novembro de 1954 .....	20
15	2.327 — Lei de 20 de novembro de 1954 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Modifica a Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior. — Publicada no D.O. de 20 de novembro de 1954	22
18	2.338 — Lei de 20 de novembro de 1954 — <i>Fazenda</i> — Dispõe sobre a abertura pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional — Senado Federal e Câmara dos Deputados — dos créditos especiais de Cr\$ ... 1.654.632,10 e Cr\$ 1.775.100,00 e suplementares de Cr\$ ... 1.478.192,70 e Cr\$ 3.492.735,00, destinados ao pagamento da diferença de vencimentos devida aos funcionários das Secretarias das duas Casas do Congresso. — Publicada no D. O. de 20 de novembro de 1954 .....	23
18	2.339 — Lei de 20 de novembro de 1954 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — <i>Saúde</i> — Inclui a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre as entidades consignatárias de que trata a Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1954. — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954	24
19	2.340 — Lei de 20 de novembro de 1954 — <i>Trabalho</i> — <i>Fazenda</i> — Estende a todos os Sindicatos dos ajudantes de despachantes aduaneiros os benefícios do Decreto-lei n.º 9.158, de 9 de abril de 1946. — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954 .....	24
19	2.341 — Lei de 22 de novembro de 1954 — <i>Marinha</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a financiar operações imobiliárias realizadas pelo Clube Naval. — Publica-	24
	cada no D. O. de 2 de dezembro de 1954 .....	20
	2.342 — Lei de 25 de novembro de 1954 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio. — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954	22
	2.343 — Lei de 25 de novembro de 1954 — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Aeronáutica</i> — Estabelece o posto a que devem ser promovidos os alunos dos Centros de Preparação de Oficiais de Reserva vitimados por acidentes na instrução e no serviço, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954	23
	2.344 — Lei de 25 de novembro de 1954 — <i>Marinha</i> — Dispõe sobre a concessão da medalha naval "Serviços de Guerra" a oficiais e tripulantes da Marinha Mercante Nacional que, no período de 15 de fevereiro a 22 de agosto de 1942, tenham sofrido ato de agressão no mar. — Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954 .....	24
	2.345 — Lei de 25 de novembro de 1954 — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00 para atender a despesas com a efetivação da incorporação ao Patrimônio da União, do prédio da rua dos Tupis n.º 723, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954 .....	24
	2.346 — Lei de 25 de novembro de 1954 — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.487.626,00, para atender ao pagamento à Administração do Porto do Rio de Janeiro, correspondente a despesas de permanência de volumes destinados àquele Ministério. — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954	24

	Págs.		Págs.
2.347 — Lei de 25 de novembro de 1954 — <i>Guerra — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 295.039,20, para ocorrer a despesas com a indenização por danos causados em imóveis, de propriedade particular, alagados em Recife, Estado de Pernambuco. — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954 .....	25	no D. O. de 2 de dezembro de 1954 .....	26
2.348 — Lei de 25 de novembro de 1954 — <i>Guerra — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 510.000,00, para ocorrer as despesas com o arrendamento de uma área de terras na fazenda Itapuca. — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954 .....	25	2.352 — Lei de 25 de novembro de 1954 — <i>Viação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 37.348.177,00, para regularização da despesa decorrente do pagamento do aumento de salários dos servidores dos Serviços de Navegação da Amazônia e a Administração do Porto do Pará e do Serviço de Navegação da Bacia do Prata. — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954 ...	27
2.349 — Lei de 25 de novembro de 1954 — <i>Guerra — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 26.593.173,60, destinado à regularização de despesas realizadas no exercício de 1952, à conta de rubricas do Orçamento Geral da União de 1952. — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954 .....	25	2.353 — Lei de 26 de novembro de 1954 — <i>Educação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 403.000,00, como auxílio ao Município de Crato, Estado do Ceará, para construção, no centenário da cidade, do monumento comemorativo de suas tradições cívicas. — Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1954 .....	27
2.350 — Lei de 26 de novembro de 1954 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 93.000,00 para pagamento de gratificação de representação dos presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho. — Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954 .....	25	2.354 — Lei de 29 de novembro de 1954 — <i>Fazenda</i> — Altera a legislação do imposto sobre Renda, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 29 de novembro de 1954 .....	27
2.351 — Lei de 26 de novembro de 1954 — <i>Viação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 5.672.790,00, para ocorrer ao pagamento do repouso semanal remunerado aos servidores do Serviço de Navegação da Bacia do Prata. — Publicada	26	2.355 — Lei de 29 de novembro de 1954 — <i>Justiça — Marinha — Guerra — Exterior — Fazenda — Viação — Agricultura — Educação — Trabalho — Aeronáutica — Saúde</i> — Altera a Lei n.º 1.147, de 25 de junho de 1950, que estabelece medidas de amparo e assistência aos ex-combatentes. — Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954 ...	38
		2.356 — Lei de 29 de novembro de 1954 — <i>Guerra — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 38.000,00, para atender ao pagamento à firma Henrique Leuthold. — Publicada no	

	Págs.		Págs.
D. O. de 2 de dezembro de 1954 .....	39	pela Companhia Moore Mac Cormack Navegação S. A. — Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1954 .....	41
2.357 — Lei de 2 de dezembro de 1954 — <i>Educação</i> — Dispõe sobre o período letivo, correspondente ao ano de 1954, nos estabelecimentos de ensino superior existentes no Estado de São Paulo. — Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954 .....	39	2.363 — Lei de 6 de dezembro de 1954 — <i>Fazenda</i> — Concede a Indústrias Reunidas Leal Santos S. A. os favores constantes do art. 12, n.º 12, e art. 49 do Decreto-lei n.º 200, de 24 de fevereiro de 1938. — Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1954 .....	42
2.358 — Lei de 2 de dezembro de 1954 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Rio Grande do Norte. — Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954 ...	40	2.364 — Lei de 7 de dezembro de 1954 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 80.000.000,00, para atender ao pagamento de sentenças judiciais. — Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1954 .....	42
2.359 — Lei de 4 de dezembro de 1954 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Concede auxílios às Prefeituras de Santo André, Jai, Teófilo Otoni e Leopoldina, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1954 .....	40	2.365 — Lei de 7 de dezembro de 1954 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender as despesas com a realização, no Brasil, do V Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina. — Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1954 .....	42
2.360 — Lei de 6 de dezembro de 1954 — <i>Trabalho</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 460.000,00, para atender ao pagamento de despesas com a ajuda de custo e passagens do pessoal dos escritórios e agências de propaganda e expansão comercial no exterior. — Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1954 .....	41	2.366 — Lei de 7 de dezembro de 1954 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Cria cargos nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1954 .....	43
2.361 — Lei de 6 de dezembro de 1954 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para atender ao pagamento de indenizações devidas a funcionários da Divisão do Imposto de Renda e Delegacias. — Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1954 .....	41	2.367 — Lei de 7 de dezembro de 1954 — <i>Educação</i> — Dispõe sobre o ensino de enfermagem em cursos volantes. — Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1954 .....	43
2.362 — Lei de 6 de dezembro de 1954 — <i>Fazenda</i> — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, para material importado		2.368 — Lei de 9 de dezembro de 1954 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — <i>Saúde</i> — Estima a Receita e	



	Págs.		Págs.
fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1955. — Publicada no D. O. (Suplemento) de 13 de dezembro de 1954. — Retificada no D. O. de 30 de dezembro de 1954 .....	44	trabalho com risco de vida ou saúde. — Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1954	62
2.369 — Lei de 9 de dezembro de 1954 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Reorganiza as Secretarias do Ministério Público Federal, cria o respectivo quadro de pessoal, reajusta seus servidores, cargos e vencimentos, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1954	46	2.375 — Lei de 21 de dezembro de 1954 — <i>Justiça</i> — Dispõe sobre a inscrição no Registro Público da emancipação por outorga do pai ou da mãe. — Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1954 ...	62
2.370 — Lei de 9 de dezembro de 1954 — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Aeronáutica</i> — Regula a inatividade dos militares. — Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1954 .....	49	2.376 — Lei de 21 de dezembro de 1954 — <i>Fazenda</i> — Revigora, pelo prazo de dois anos, o crédito especial de Cr\$ ... 1.000.000.000,00, autorizado pela Lei n.º 1.705, de 22 de outubro de 1952, para ocorrer a despesas de exercícios findos. — Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1954	62
2.371 — Lei de 16 de dezembro de 1954 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 25.111.410,00, para pagamento do abono de emergência e salário-família ao pessoal do Quadro Extraordinário da Universidade do Brasil. — Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1954 .....	60	2.377 — Lei de 22 de dezembro de 1954 — <i>Justiça</i> — Dispõe sobre o provimento de cargos da carreira de Detetive do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Departamento Federal de Segurança Pública. — Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1954	63
2.372 — Lei de 16 de dezembro de 1954 — <i>Guerra</i> — Transfere para o Quadro Permanente do Ministério da Guerra, cargo isolado, de provimento efetivo. — Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1954 .....	60	2.378 — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> .....	63
2.373 — Lei de 16 de dezembro de 1954 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Cria a Universidade do Ceará, com sede em Fortaleza, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1954	61	2.379 — Lei de 24 de dezembro de 1954 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Abre pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ ..... 3.400.000,00, destinado à realização, em Paris, da Exposição "Vida e Obra de Carlos Chagas". — Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1954 .....	63
2.374 — Lei de 16 de dezembro de 1954 — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 52.000.000,00, destinado ao pagamento de gratificação por		2.380 — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> .....	64
		2.381 — Lei de 27 de dezembro de 1954 — <i>Marinha</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 360.000.000,00, para atender ao pagamento de despesas no exercício de 1953. — Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1954	64
		2.382 — Lei de 28 de dezembro de 1954 — <i>Fazenda</i> — Dispõe	

Págs.	Págs.
sôbre a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 1.350.000,00, para pagamento da diferença de proventos de inatividade a	funcionários aposentados da Secretaria da Câmara dos Deputados. — Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1954 ..... 64

## Índice do Apenso

Págs.	Págs.
2.284 — Lei de 9 de agosto de 1954 — Dispositivos do projeto que se transformou na Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954, vetados pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional.	— Publicada no D. O. de 29 de novembro de 1954 ..... EMENTARIO — Leis e decretos publicados nos volumes VII e VIII de 1954, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos ..... 70



Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no quarto trimestre de 1954, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.



---

# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

## 1954

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 39, de 1954

Art. 1.º E' o Tribunal de Contas autorizado a registrar o termo da escritura de retificação e ratificação do contrato de compra e venda, que, a 12 de agosto de 1950, assinaram, de um lado como outorgante vendedor, Milton Quaresma Dória e de outro, como outorgada compradora, a União Federal, de parte do lote n.º 24, medindo 28,90m de frente por 19,50m de fundos, e respectivas benfeitorias, na Rua Quatorze de Março, esquina da Travessa Riachuelo, no Distrito de Ladário, Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 40, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado em 30 de outubro de 1951, entre o Ministério da Aeronáutica e João Martins, para desempenhar a função de Auxiliar de Ensino de Física no Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

---

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 41, de 1954

Art. 1.º É aprovado o termo de acordo celebrado, em 19 de fevereiro de 1952, entre o Governo Federal, o Governo do Estado de Alagoas, o

Instituto do Açúcar e do Alcool e a Cooperativa dos Usineiros de Alagoas Ltda., para desenvolvimento da Estação Experimental de União dos Palmares, naquele Estado, em substituição à Fazenda São Luiz, no Município de Assembléia.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 42, de 1954

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 25 de maio de 1951, denegou registro ao contrato celebrado a 20 de abril do mesmo ano, entre a União Federal — Ministério da Viação e Obras Públicas — e a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional para estabelecer, na Capital da República, uma estação de televisão.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 3.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 43, de 1954

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 9 de junho de 1951, resolveu ordenar o registro sob reserva nos termos do § 1.º do art. 56, da Lei n.º 830, de 23 de setembro de 1949, do adiantamento da importância de Cr\$ 210.958,00 (trezentos e dez mil, novecentos e cinquenta e oito cruzeiros), a Maria de Lourdes Bessa, auxiliar-administrativo referência XXV, com exercício na Divisão do Material do Ministério da Educação e Cultura, para ocorrer ao pagamento do serviço de limpeza do edifício-sede daquele Ministério; do Externato e internato do Colégio Pedro II; da Biblioteca Nacional e do Serviço Nacional de Teatro, executados durante os meses de janeiro a março do ano de 1951.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 44, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado em 19 de setembro de 1951, entre o Ministério da Aeronáutica e John Putman Webber, para desempe-

nhar a função de Professor Associado de Meteorologia Sinóptica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, sendo que a vigência do contrato é a partir do seu registro naquele Tribunal.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 45, de 1954

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 28 de dezembro de 1951, denegou registro ao contrato celebrado, a 21 de dezembro do mesmo ano, entre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e a firma Construtora Senobra Ltda., para instalação das redes de água, gás, luz e esgotos primários e secundários na casa do Administrador da Casa Maternal Melo Matos, na Gávea, Distrito Federal.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 46, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 1.º de março de 1950, entre Josué Martins e sua mulher Tereza Martins, outorgantes transmitentes, e a União Federal, outorgada adquirente, relativo à desapropriação de uma faixa de terra, na importância de Cr\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos cruzeiros) encravada na propriedade denominada "Barra", no Município dos Afogados-da-Ingazeira, Estado de Pernambuco.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 47, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 15 de setembro de 1952, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Comércio e Indústria Neva Ltda., para o fornecimento e montagem do equipamento do Laboratório de Hidráulica Experimental daquele Departamento.



Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 48, de 1954

Art. 1.º É aprovado o termo de ajuste celebrado em 5 de agosto de 1952, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos de Pernambuco e a firma J. Ferreira Marques, para construção de duas residências destinadas a operadores da Estação Rádio-Telegráfica de Pau-Ferro, naquele Estado.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 49, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 19 de novembro de 1952, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Electrobraz Comércio e Indústria Sociedade Anônima, para fornecimento de aparelhagem telegráfica àquele Departamento.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 50, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 17 de abril de 1952, entre a Viação Férrea Leste Brasileiro e a Mineração Bahiana Ltda., para o transporte ferroviário de mercadorias desta, mediante material que fornecerá em qualidade, quantidade e nas condições estabelecidas no mesmo contrato.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 51, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, a 19 de maio de 1950, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, para locação de 3 (três) salas no Edifício Marques dos Reis, pelo prazo de 2 (dois) anos e destinados à instalação dos Serviços do Plano Postal Telegráfico.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 52, de 1954

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 12 de novembro de 1952, denegou registro ao termo de 23 de setembro anterior, aditivo ao contrato de 5 de fevereiro do mesmo ano, celebrado entre o Departamento Federal de Segurança Pública e Atahualpa Alves Caldeira, para arrendamento do prédio da Estrada Nazaré n.º 2.568, destinado ao comissariado de Auchieta e Pavuna.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 53, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, a 22 de dezembro de 1952, entre o Departamento Federal de Compras e a Sociedade Mesbla S. A., para fornecimento, ao Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, de uma lancha para passageiros e carga nas condições estipuladas.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 54, de 1954

Art. 1.º É aprovado o termo do dia 31 de agosto de 1950, de escritura de desapropriação onerosa de uma faixa de terra encravada em uma propriedade situada no lugar denominado "Beija-Flôr", Distrito de Puxinanã Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, figurando, como outorgantes transmitentes, Luiz Avelino dos Santos e sua mulher Severina Joana da Conceição e, como outorgada adquirente, a União Federal.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 55, de 1954

Art. 1.º É mandada a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 2 de dezembro de 1952, denegou registro ao contrato celebrado a 4 de julho do mesmo ano, entre o Departamento dos Correios e Telegrafos e o Engenheiro Murilo de Faria Becker para desempenhar, na Seção em que tiver exercício, estudos relativos a cálculos de concerto armado e controle de construções, bem como outros serviços inerentes à sua profissão

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 56, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado em 27 de março de 1947, entre o Ministério da Agricultura e Francisco de Assis Cajazeiras e sua mulher Francisca de Souza Cajazeiras, para fins de irrigação agrícola em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado "Penha", no Município de Iguaçu, Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 57, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 14 de novembro de 1952, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Salvador Ltda., para construção, por empreitada, na importância de ..... Cr\$ 458.331,40 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e um cruzeiros e quarenta centavos) de um prédio destinado a estação rádio-transmissora de Pituba, no bairro do mesmo nome, cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia, em terreno de propriedade do referido Departamento.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 58, de 1954

Art. 1.º É aprovado o termo de contrato celebrado a 6 de dezembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Leontino de Souza Rolim e sua mulher, para fins de irrigação agrícola em terras de sua propriedade, situadas na Fazenda Juazeiro, no Município de Jucas, Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 59, de 1954

Art. 1.º É aprovado o Tratado de Amizade e Consulta firmado no Rio de Janeiro, a 16 de novembro de 1953, entre os Governos do Brasil e de Portugal.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 60, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 13 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Raul Hirt Sera, para construção de um prédio destinado à sede da Agência Postal de Tomazina, no Estado do Paraná.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 61, de 1954

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas denegou registro ao contrato de empreitada celebrado, a 25 de julho do mesmo ano, entre o Quartel General da 4.ª Região Militar, em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais e a firma Construtora Geminiano Gois Ltda., para prosseguimento das obras do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 62, de 1954

Art. 1.º — É aprovado o Protocolo anexo ao Código Sanitário Pan-Americano, firmado a 24 de Setembro de 1952, na VI Reunião do Conselho Diretor da Organização Sanitária Pan-Americana, realizada na cidade de Havana.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de Novembro de 1954

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 63, de 1954

Art. 1.º — É mantida a decisão porque o Tribunal de Contas denegou registro ao termo de rescisão do contrato celebrado, em 31 de Agosto de 1951, entre o Ministério da Aeronautica e Thomas Victor Jones.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de Novembro de 1954

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 64, de 1954

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado, em 15 de Setembro de 1952, entre a Comissão de Construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas e a firma Mesbla S. A., para fornecimento de máquinas, na importância de Cr\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos cruzeiros).

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de Novembro de 1954

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 65, de 1954

Art. 1.º — É aprovado o termo do contrato celebrado em 17 de Novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Egra Limitada, para construção de prédio destinado a Agência Postal-Telegráfica de Caucaia, no Estado do Ceará.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de Novembro de 1954

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 3.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

# DECRETO LEGISLATIVO

N.º 66. de 1954

Art. 1.º — É mantida a decisão do Tribunal de Contas que, mediante despacho de autorização do Presidente da República, exarado na Exposição de Motivos n.º 1.537, do Ministério da Fazenda, datada de 5 de Agosto de 1953, ordenou o registro. "sob reserva", da ordem de pagamento da importância de Cr\$ 603,30 (seiscentos e três cruzeiros e trinta centavos), expedida a favor da firma Serafim Ferreira & Cia. Ltda., no Distrito Federal, e-correspondente a fornecimento de material feito ao mesmo Ministério.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de Novembro de 1954

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente do Senado Federal  
no exercício da Presidência

LEI N.º 2.327 — DE 22 DE OUTUBRO  
DE 1954

*Reestrutura o Quadro de Oficiais-Médicos do Exército, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Quadro de Oficiais-Médicos do Serviço de Saúde do Exército, passa a ser da seguinte forma:

- 30 Coronéis;
- 70 Tenentes-Coronéis;
- 134 Majores;
- 400 Capitães; e
- 100 Primeiros Tenentes.

Art. 2.º O efetivo em oficiais-generais, oriundos do Serviço de Saúde do Exército, obedecerá as disposições da Lei n.º 1.632, de 30 de junho de 1952.

Art. 3.º As vagas, decorrentes dos efetivos fixados no art. 1.º, serão preenchidas na primeira época de promoções, imediatamente após a data desta Lei, respeitadas, contudo, as condições de acesso exigidas pela Lei de Promoções.

Art. 4.º O interstício e o tempo de arregimentação exigidos para a promoção ao posto de capitão-médico, passarão a ser de 1 (um) ano.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

*proj* JOÃO CAFÉ FILHO.  
4208/54 Henrique Lott.

LEI N.º 2.328 — DE 1 DE NOVEMBRO  
DE 1954

*Prorroga o prazo da vigência da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato).*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O prazo de vigência da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950, estabelecido no art. 1.º da Lei número 1.708, de 23 de outubro de 1952, é prorrogado até 31 de dezembro de 1955.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Miguel Seabra Fagundes.

*proj* 3997/53

LEI N.º 2.329 — DE 1 DE NOVEMBRO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, destinado a subvencionar o VI Congresso Brasileiro de Veterinária.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), destinado a subvencionar o VI Congresso Brasileiro de Veterinária, realizado em Curitiba, Estado do Paraná, em 1953.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.  
Costa Porto.  
Eugênio Gudin.

LEI N.º 2.330 — DE 8 DE NOVEMBRO  
DE 1954

*Abre pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para concessão de auxílio ao Congresso Mundial da Imprensa.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É aberto pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), para concessão de auxílio ao Congresso Mundial da Imprensa, promovido pela Associação Paulista de Imprensa e a realizar-se em São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, no ano de 1954.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, re-

vogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.  
Cândido Mota Filho.  
Eugênio Gudin.

LEI N.º 2.331 — DE 8 DE  
NOVEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 24.000,00, para atender ao pagamento das diferenças de gratificação de magistério ao professor catedrático, padrão "O", Luiz Carvalho Araújo.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros), para atender ao pagamento das diferenças de gratificação de magistério, correspondentes aos exercícios de 1952 e 1953, a que tem direito o professor catedrático, padrão O, Luiz Carvalho Araújo, da Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Costa Porto  
Eugênio Gudin.

LEI N.º 2.332 — DE 8 DE  
NOVEMBRO DE 1954

*Modifica o art. 2.º da Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:



Art. 1.º O art. 2.º da Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2.º É estabelecida a inspeção médica periódica, de dois em dois anos, para os inativos de que trata o artigo anterior. A reversão dos funcionários públicos civis e a dos militares à atividade processar-se-á imediatamente, e de acordo com o laudo favor. A da inspeção médica, independente de qualquer formalidade.

§ 1.º — Vetado.

§ 2.º — Vetado.

§ 3.º — Vetado.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Miguel Seabra Fagundes.

Edmundo Jordão Amorim do Vale.

Henrique Lott.

Raul Fernandes.

Eugênio Gudin

Lucas Lopes

Costa F rto

Cândido Motta Filho.

Napoleão de Alencastro Guimarães.

Eduardo Gomes.

Aramis Athayde.

LEI N.º 2.333 — DE 8 DE  
NOVEMBRO DE 1954

*Denomina Rodovia General José Artigas a parte da nova Rodovia internacional que liga o Brasil com o Uruguai*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A estrada Bagé-Aceguá, na fronteira do Brasil com o Uruguai e parte da nova Rodovia Internacional que liga esses dois países, denominar-se-á Rodovia General José Artigas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Lucas Lopes.

LEI N.º 2.334 — DE 10 DE  
NOVEMBRO DE 1954

*Fixa a gratificação de representação do Presidente do Supremo Tribunal Federal, e da outras providências. O Presidente da República:*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É fixada, em Cr\$ ..... 6.000,00 (seis mil cruzeiros) mensais ou Cr\$ 72.000,00 (setenta e dois mil cruzeiros) anuais, a gratificação de representação do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2.º É aberto ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ ..... 48.000,00 (quarenta e oito mil cruzeiros) em reforço ao Anexo n.º 28 do Orçamento Geral da União, Verba 1 — Pessoal, consignação 3 — Vantagens, Subconsignação 09 — gratificação de representação, 01 — Supremo Tribunal Federal.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Miguel Seabra Fagundes

Eugênio Gudin.

LEI N.º 2.335 — DE 18 DE NOVEMBRO  
DE 1954

*Concede a pensão especial de Cr\$ . 2.000,00 mensais a Ezequiel Pompeu Ribeiro de Siqueira, neto do Tenente Antônio João Ribeiro.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) mensais a Ezequiel Pompeu Ribeiro de Siqueira, neto do Tenente Antônio João Ribeiro, herói da Guerra do Paraguai.

Art. 2.º O pagamento da pensão especial concedida no art. 1.º correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Eugênio Gudin

LEI N.º 2.336 — DE 19 DE  
NOVEMBRO DE 1954

*Inclui na reserva de 3.ª Categoria da Força Aérea Brasileira, nos termos do art. 1.º da Lei n.º 438, de 18-10-48, os portadores de licenças de piloto, de navegador, de mecânico de voo, de rádio-operador de voo e de mecânico de manutenção, concedidas pela Diretoria de Aeronáutica Civil.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Serão incluídos na reserva de 3.ª categoria da Força Aérea Brasileira, nos termos do art. 1.º da Lei n.º 438, de 18 de outubro de 1948, os titulares das seguintes licenças concedidas pela Diretoria de Aeronáutica Civil, na forma da regulamentação vigente: de piloto, de navegador, de mecânico de voo, de rádio-operador de voo e de mecânico de manutenção.

Parágrafo único. A inclusão de que trata este artigo será feita mediante a apresentação da licença expedida pela Diretoria de Aeronáutica Civil.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário

Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Eduardo Gomes.

LEI N.º 2.336-A, DE 19 DE  
NOVEMBRO DE 1954

*Altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos ter-

mos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho é alterado nos termos desta Lei e tabela anexa.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho determinar a apostila dos atos de nomeação dos funcionários de acordo com a sua situação decorrente da presente Lei.

Art. 2.º As vagas dos cargos da classe inicial da carreira de oficial judiciário, nos casos de nomeação serão providos da seguinte forma.

I — metade por ocupantes da classe final da carreira de auxiliar judiciário e metade por candidatos habilitados em concurso;

II — o acesso obedecerá ao critério de merecimento absoluto, apurado na forma da legislação vigente.

Art. 3.º É transformado em carreira o cargo isolado de provimento efetivo de taquígrafo, devendo nela ser aproveitados, independente de concurso, os funcionários efetivos dos referidos cargos isolados.

Art. 4.º Passa a denominar-se Contador, padrão O, o cargo de Contabilista, padrão J, sendo um extinto, quando vagar.

Art. 5.º Os funcionários do Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho perceberão, a partir da vigência desta lei, as gratificações adicionais por tempo de serviço, asseguradas aos funcionários da Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Art. 6.º É vedada a admissão de pessoal extranumerário pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 7.º É aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 1.625.000,00 (um milhão, seiscentos e vinte e cinco mil cruzeiros), à Verba 1 — Pessoal, Consignação 3 — Vantagens, 14 — Gratificação adicional, 05 — Justiça do Trabalho, 01 — Tribunal Superior do Trabalho, a fim de atender ao exercício vigente, às despesas da presente Lei.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

TABELA DE QUE TRATA O ART. 1.º DESTA LEI  
 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
 CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

16

Número de cargos	Extintos	CARGOS	Símbolo	Vencimento mensal
1	—	Diretor Geral .....	PJ-1	CR\$ 17.000,00
2	1	Diretor de Divisão .....	PJ-2	13.000,00

CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Número de cargos	Extintos	CARGOS	Símbolo	Vencimento mensal
8	—	Chefe de Seção .....	PJ-3	CR\$ 11.000,00
1	—	Secretário do T. S. T. ....	PJ-3	11.000,00
—	1	Revisor .....	PJ-4	10.000,00
—	1	Taquigrafo-Revisor .....	PJ-4	10.000,00
—	1	Assistente do Presidente .....	Padrão	—
—	1	Assistente do Diretor Geral .....	O	—
5	2	Redator .....	N	—
1	—	Bibliotecário .....	O	—
1	—	Bibliotecário Auxiliar .....	M	—
1	—	Arquivista .....	L	—
1	—	Almoxarife .....	N	—
1	—	Contador .....	K	—
1	1	Chefe de Portaria .....	O	—
1	—	Auxiliar de Portaria .....	N	—
2	—	Motorista .....	K	—
1	—	Ajudante de Motorista .....	J	—
10	6	Servente .....	G	—

Atos do Poder Legislativo

# CARGOS DE CARREIRA

Número de cargos	Extintos	CARGOS	Classe
3	—	Oficial Judiciário .....	O
5	—	Oficial Judiciário .....	N
7	—	Oficial Judiciário .....	M
9	—	Oficial Judiciário .....	L
11	—	Oficial Judiciário .....	K
16	—	Oficial Judiciário .....	J
15	—	Auxiliar Judiciário .....	I
17	23	Auxiliar Judiciário .....	H
2	—	Taquigrafo .....	O
3	—	Taquigrafo .....	N
6	—	Taquigrafo .....	M
—	2	Continuo .....	J
2	—	Continuo .....	I
3	—	Continuo .....	H
3	—	Continuo .....	G

Observações: Os cargos extintos serão suprimidos quando vagarem.

## FUNÇÕES GRATIFICADAS

Número de funções	FUNÇÕES	Simbolo	Vencimento mensal
1	Secretário do Presidente .....	FG-3	CR\$ 1.500,00
1	Secretário do Diretor-Geral .....	FG-4	1.000,00
1	Encarregado da Revista .....	FG-6	600,00

Observação: São extintas as funções gratificadas constantes da tabela anexa à Lei n.º 1.306-A, de 19 de junho de 1951 referentes à Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho.

LEI N.º 2.337 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1954

*Modifica a Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Consideram-se criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, e providos a partir de 8 de dezembro de 1950, na Universidade do Recife, os seguintes cargos — padrão "O":

a) na Escola de Belas-Artes, 37 (trinta e sete) de professor catedrático;

b) na Faculdade de Ciências Econômicas, 30 (trinta) de professor catedrático;

c) na Escola de Química, 1 (um) de professor catedrático.

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 13.838.400,00 (treze milhões, oitocentos e trinta e oito mil e quatrocentos cruzeiros), para atender às despesas, nos exercícios de 1953 e 1954, com o provimento dos cargos de que trata esta lei e com as gratificações de funções a serem fixadas para a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Belas-Artes, ambas da Universidade do Recife.

Art. 3.º A Universidade do Recife promoverá, oportunamente, o desmembramento do Curso de Arquitetura da Escola de Belas-Artes daquela Universidade, para constituir a Faculdade de Arquitetura, como unidade universitária distinta.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 65.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Candido Mota Filho

Eugenio Gudim

LEI N.º 2.338, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1954

*Dispõe sobre a abertura pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional — Senado Federal e Câmara dos Deputados — dos créditos especiais de Cr\$ ..... 1.654.632,10 e Cr\$ 1.775.100,00 e suplementares de Cr\$ 1.478.192,70 e Cr\$ 3.492.735,00, destinados ao pagamento da diferença de vencimentos devida aos funcionários das Secretarias das duas Casas do Congresso.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — O Poder Executivo abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — os créditos especiais de Cr\$ 1.654.632,10 (um milhão seiscentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e trinta e dois cruzeiros e dez centavos), para pagamento da diferença de vencimentos e vantagens aos funcionários de sua Secretaria, no período de 1 de abril a 31 de dezembro de 1953, de acordo com a resolução n.º 14, de 18 de maio de 1954, que estendeu aos servidores daquela Casa do Congresso os benefícios da Lei n.º 2.188, de 3 de março de 1954, que alterou os valores dos símbolos de vencimentos e funções gratificadas do Poder Executivo; e suplementar de Cr\$ 1.478.192,00 (um milhão quatrocentos e setenta e oito mil cento e noventa e dois cruzeiros e setenta centavos), sendo Cr\$ 1.020.437,90 (um milhão e vinte mil quatrocentos e trinta e sete cruzeiros e noventa centavos) para reforço da verba 1, consignação 1-01-02; Cr\$ 337.755,00 (trezentos e trinta e sete mil setecentos e cinquenta e cinco cruzeiros) para reforço da verba 1, consignação 3-11-02, e Cr\$ 119.999,80 (cento e dezenove mil novecentos e noventa e nove cruzeiros e oitenta centavos) para reforço da verba 1, consignação 3-01-02, todas da Lei n.º 2.135, de 14 de dezembro de 1953, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1954, e ainda para cumprimento da supracitada resolução n.º 14.

Art. 2.º — O Poder Executivo, abre, ainda, ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — os créditos

especial de Cr\$ 1.775.100,00 (um milhão setecentos e setenta e cinco mil e cem cruzeiros) para pagamento aos funcionários da sua Secretaria da diferença de vencimentos decorrente da resolução n.º 492, de 5 de julho de 1954, que estendeu aos mesmos servidores os benefícios da Lei n.º 2.183, de 3 de março de 1954; e suplementar de Cr\$ 3.492.735,00 (três milhões quatrocentos e noventa e dois mil setecentos e trinta e cinco cruzeiros), sendo Cr\$ 1.995.950,00 (um milhão novecentos e noventa e cinco mil novecentos e cinquenta cruzeiros) para reforço da verba 1, consignação ..... 1-01-01; Cr\$ 282.000,00 (duzentos e oitenta e dois mil cruzeiros) para reforço da verba 1, consignação ..... 3-01-01; Cr\$ 814.785,00 (oitocentos e quatorze mil setecentos e oitenta e cinco cruzeiros) para reforço da verba 1, consignação 3-11-01, e Cr\$ .... 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) para reforço da verba 1, consignação 6-01-01, todas da Lei n.º 2.135, de 14 de dezembro de 1953, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1954 e também para execução da citada resolução n.º 492.

Art. 3.º — Os créditos abertos pela presente lei serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional, dispensadas as exigências do art. 93 do Regulamento Geral do Código de Contabilidade Pública.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.  
Eugenio Gudín

LEI N.º 2.339 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1954

*Inclui a Associação dos Servidores Civis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre as entidades consignatárias de que trata a Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' a Associação dos Servidores Civis do Brasil, instituída pelo Decreto-lei n.º 8.012, de 29 de setembro de 1945, como entidade máxima das atividades sociais dos servidores públicos, em todo o território nacional, incluída entre as entidades consignatárias de que trata a Lei número 1.046, de 2 de janeiro de 1950.

Art. 2.º As vantagens do artigo anterior são extensivas ao Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Miguel Seabra Fagundes.  
Edmundo Jordão Amorim do Vale.  
Henrique Lott.  
Raul Fernandes.  
Eugenio Gudín.  
Lucas Lopes.  
Costa Porto.  
Cândido Moita Filho.  
Napoleão de Alencastro Guimarães  
Eduardo Gomes.  
Aramis Athayde.

LEI N.º 2.340 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1954

*Estende a todos os Sindicatos dos ajudantes de despachantes aduaneiros os benefícios do Decreto-lei n.º 9.158, de 9 de abril de 1946.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam estendidos a todos os Sindicatos dos ajudantes de despachantes aduaneiros, desde que satisfaçam as exigências da legislação do trabalho, os benefícios do Decreto-lei n.º 9.158, de 9 de abril de 1946, concedidos ao Sindicato dos Ajudantes de Despachantes Aduaneiros da Alfândega do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Fica elevada para Cr\$ 3.00 (três cruzeiros) a cota de despacho prevista no Decreto-lei n.º 9.158, de 9 de abril de 1946, a ser cobrada nos despachos de importação e exportação para o estrangeiro e na cabotagem,

lançados nos processos das alfândegas em que funcionem os associados das entidades sindicais abrangidas pela presente Lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Napoleão de Alencastro Guimarães.

Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.341 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a financiar operações imobiliárias realizadas pelo Clube Naval.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a financiar, nos termos desta lei, as operações imobiliárias entre o Clube Naval, através de sua Carteira Hipotecária e Imobiliária e seus associados que não possuam residência própria, concedendo-lhes empréstimos, aos juros máximos de 6% (seis por cento) anuais (Tabela Price), amortizáveis em 25 (vinte e cinco) anos.

Parágrafo único. O sócio do Clube Naval que já possua casa ou apartamento residencial e tenha o imóvel hipotecado, poderá transferir essa hipoteca à Caixa Hipotecária e Imobiliária, gozando das mesmas vantagens asseguradas nesta lei aos associados do Clube não proprietários de imóvel residencial.

Art. 2.º O financiamento autorizado nesta lei será atendido, a partir do exercício financeiro de 1956, mediante dotações próprias, que constarão do orçamento da União, durante cinco exercícios, no anexo do Ministério da Marinha, até o máximo de Cr\$ ..... 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros).

Parágrafo único. O resgate, que começará a ser feito no primeiro exercício, após o recebimento da última parcela do financiamento, será em prestações semestrais, recolhidas ao

Tesouro Nacional, vencíveis em 30 de junho e 31 de dezembro, compreendendo amortização e juros sobre o saldo devedor.

Art. 3.º O Clube Naval, para os fins previstos nesta lei, operará com os seus associados aos juros máximos de 6% (seis por cento), com um plano de resgate, não superior a 25 (vinte e cinco) anos, compreendendo prestação mensal constante de amortização e juros.

§ 1.º As prestações mensais, referidas neste artigo, serão pagas ao Clube Naval, mediante consignação em folha, não podendo ela exceder de 40% (quarenta por cento) dos vencimentos do oficial na data da operação.

§ 2.º O prazo do empréstimo poderá ser prorrogado até 30 (trinta) anos e o associado falecer antes de o resgatar e os beneficiários assumirem o compromisso de pagamento do saldo devedor, mediante consignação em folha da pensão ou pensões deixadas pelo extinto.

Art. 4.º A Caixa de Mobilização Bancária financiará a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval ficando subordinada, sem ônus para o seu patrimônio, a inspeção da Fiscalização Bancária, que receberá balancetes mesmas e poderá examinar-lhe livros e arquivos, quando julgar conveniente.

Art. 6.º São condições para o associado obter empréstimo:

a) estar inscrito na Carteira Hipotecária ou Imobiliária;

b) pagar a jôia de 3% (três por cento) sobre o valor do financiamento, que poderá nele ser acrescida e amortizada, conjuntamente, com o financiamento concedido;

c) ter recolhido à Carteira Hipotecária e Imobiliária importância não inferior a 20% (vinte por cento) do financiamento pretendido, caso o associado queira valer-se das condições de preferência para obtenção do financiamento, dentro do que dispuser o Regulamento das Operações Imobiliárias.

Parágrafo único. Os depósitos da alínea c vencerão a favor do associado juros de 4% (quatro por cento) capitalizados semestralmente, até a data em que for concedido o financiamento ao associado.

Art. 7.º Os contratos em que for parte a Carteira Hipotecária e Imobiliária ou sua Associação, tendo por

objeto imóveis negociados pela Carteira ou por intermédio desta, obedecendo ao tipo uniforme, serão lavrados por instrumento particular, impressos e rubricados pelas partes em tôdas as páginas, revogado, para esse efeito, o art. 134, n.º II, do Código Civil.

§ 1.º Os instrumentos deverão ter como parte integrante a planta ou projeto do imóvel; mencionarão minuciosamente os característicos, localização, confrontações e indicações do Registro Público de Imóveis, cujas transcrições e mais anotações serão sujeitas a forma da lei e regulamentos em vigor.

§ 2.º Valerão como certidões dos instrumentos as fotocópias autenticadas pela Diretoria da Carteira Hipotecária e Imobiliária.

§ 3.º No Registro Civil de Imóveis, os registros de qualquer natureza, exigidos por lei ou regulamentos, serão feitos com o arquivamento de uma das vias e respectivas plantas integrantes.

Art. 8.º Reputar-se-á vencida a dívida se a residência financiada pela Carteira Hipotecária e Imobiliária fôr, por qualquer modo, alienada ou locada, a pessoa não associado, salvo os casos de locação previamente autorizada pela mesma Carteira.

Parágrafo único. A Carteira Hipotecária e Imobiliária e os sócios do Clube nela inscritos terão preferência na aquisição de imóvel já vinculado à Carteira, devendo o associado que pretender vendê-lo notificar a Carteira Hipotecária e Imobiliária, com o prazo mínimo de 30 (trinta) dias para que a mesma se manifeste sobre esse direito ou preferência.

Art. 9.º É assegurado o direito de opção a qualquer sócio do Clube Naval na Carteira inscrito para aquisição de imóvel financiado pela Carteira Hipotecária e Imobiliária, sendo atendido quando pela sua classificação de antiguidade de inscrição, pelo sorteio ou por condição preferencial prevista no Regulamento, fizer jus ao financiamento pleiteado, para aquisição do imóvel.

§ 1.º Se houver mais de um interessado, far-se-á licitação.

§ 2.º Se não houver associados, interessados, a opção caberá à Carteira.

Art. 10. As residências financiadas pela Carteira Hipotecária e Imobiliária serão impenhoráveis por terceiros, salvo o caso de dívidas por

alimentos ou impostos e taxas incidentes sobre os imóveis.

Art. 11. Anualmente, na forma prevista pelo Regulamento, será elaborado o plano de distribuição dos fundos da Carteira Hipotecária e Imobiliária, respeitados os critérios previstos nesta lei.

Art. 12. O Regulamento das Operações Imobiliárias será submetido pelo Clube Naval à aprovação em decreto do Poder Executivo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente lei.

Art. 13. As sobras apuradas nos balanços da Carteira Hipotecária e Imobiliária, depois de realizadas as amortizações, pagamento de juros e despesas gerais de administração ou outras autorizadas no Regulamento constituirão o capital próprio da instituição para sua perenidade e maior desenvolvimento.

Parágrafo único. A Carteira Hipotecária e Imobiliária gozará de isenção de quaisquer impostos da competência federal ou do Distrito Federal, exceto do da renda.

Art. 14. Não poderão contratar com a Carteira Imobiliária e Hipotecária empresas construtoras ou imobiliárias cujos diretores, sócios ou gerentes sejam parentes dos diretores da instituição.

Art. 15. Verificadas irregularidades graves, devidamente comprovadas, na aplicação dos fundos postos pelo Governo à disposição da Carteira Hipotecária e Imobiliária, nos termos previstos da presente lei, é lícito ao Presidente da República designar, por tempo limitado, uma comissão composta de três oficiais gerais das Forças Armadas, um Diretor do Clube Naval, um funcionário da Fiscalização Bancária ou da Superintendência da Moeda e do Crédito, para o fim especial de normalização das operações.

Art. 16. O Clube Naval, através de sua Carteira Hipotecária e Imobiliária, com o objetivo de dar maior garantia e rentabilidade às suas operações, poderá realizar quaisquer atividades de compra, venda de imóveis, de administração de bens e de construção de imóveis, revertendo os lucros correspondentes em proveito do fundo geral destinado à aquisição e construção de morada própria para seus associados.

Art. 17. Extinta a Carteira Hipotecária e Imobiliária, de qualquer modo



encerradas as operações imobiliárias previstas na presente lei, ficará a União, para todos os efeitos, subrogada nos direitos de compra e venda, firmados entre o Clube Naval e seus associados.

Art. 18. É permitida a consignação em folha de pagamento de pensões, em favor da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval, aos pensionistas militares, cujos maridos, avós, pais, filhos ou irmãos tenham adquirido casa ou apartamento para moradia e na data do óbito estejam em débito com a referida Carteira ou nela inscritos.

Art. 19. A consignação a que se refere o art. 1.º, que só poderá ter por fim a aquisição de casa ou apartamento para moradia, não deverá exceder de 30% (trinta por cento) da importância total da pensão, ou pensões, percebidas pelos pensionistas, nem o prazo de amortização do empréstimo respectivo ser superior a 30 (trinta) anos.

Art. 20. Falecida a viúva do oficial em débito com a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval, e sendo reversível a sua pensão ou pensões, os herdeiros do oficial poderão continuar com o mesmo desconto em folha pelo prazo necessário à indenização do compromisso assumido, observado o disposto nesta lei.

Art. 21. A averbação das consignações nas repartições competentes será efetivada mediante requerimento firmado pelo Diretor da Carteira, discriminando:

- a) data do início e terminação da transação;
- b) importância total consignada;
- c) importância a ser descontada mensalmente;
- d) prazo da consignação;
- e) saldo devedor deixado pelo oficial ou pensionista.

§ 1.º Da averbação poderá ser dada certidão com todos os requisitos constantes do respectivo requerimento.

§ 2.º O requerimento de que trata este artigo será acompanhado de uma declaração do consignante, autorizando o desconto.

Art. 22. Dentro do prazo estipulado não poderá a consignação ser suspensa ou modificada em qualquer sentido, a não ser por acordo das duas partes interessadas, que o requererão, em conjunto, à repartição

averbadora, ou fique provada a quitação do compromisso assumido.

§ 1.º Esgotado o prazo sem que tenha havido interrupção nos pagamentos, a repartição suspenderá *ex-officio* o respectivo desconto em folha.

§ 2.º No caso de interrupção, o prazo será dilatado, quando necessário, para o pagamento das consignações em débito e dos juros de mora, quando devidos, sendo a taxa a mesma sobre o saldo devedor.

Art. 23. Ao consignante caberá o direito de antecipar a liquidação do compromisso assumido com a Carteira e, assim, ficará isento dos juros relativos ao período antecipado.

Art. 24. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Edmundo Jordão Amorim do Vale.

Eugenio Gudin.

LEI N.º 2 342 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1954

*Dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É instituído o Fundo Nacional do Ensino Médio, destinado à melhoria e ampliação do sistema escolar do ensino de grau médio do país, e, sem prejuízo dos auxílios e subvenções admitidas em Lei, constituído dos seguintes recursos:

- a) dotação orçamentária nunca inferior a 0,1 (um décimo) da quota destinada à educação e cultura;
- b) renda proveniente dos tributos federais que para esse fim vierem a ser criados;
- c) juros dos depósitos bancários do Fundo Nacional do Ensino Médio

Art. 2.º O Fundo Nacional do Ensino Médio será aplicado em favor do ensino de grau médio através da concessão de:

I — bolsas de estudo aos alunos mais capazes dentre os necessitados;

II — contribuição, mediante convênio, a estabelecimentos de ensino de grau médio para sua manutenção, obras de ampliação e equipamentos;

III — contribuição, mediante convênio, a entidades públicas ou de direito privado destinadas a promover o aperfeiçoamento e a difusão do ensino de grau médio.

Art. 3.º Além das exigências regulamentares, bem como das estabelecidas em convênio, a execução desta lei observará as seguintes condições:

a) na aplicação da verba orçamentária prevista na letra "a" do art. 1.º a despesa com as bolsas de estudo não deverá exceder a 60% (sessenta por cento) da dotação;

b) a distribuição das bolsas será proporcional à população de cada Estado, dos Territórios e do Distrito Federal, obedecendo-se, porém, estritamente, aos limites das deficiências locais;

c) o aluno, que obtiver a bolsa, será obrigado a estudar no estabelecimento do ramo de ensino de sua escolha, mais próximo do local onde reside, e só em circunstâncias excepcionais poderá fazê-lo em estabelecimento de outra localidade;

d) para os fins previstos no n.º II do art. 2.º os convênios, sob pena de nulidade, estipularão cláusulas que impeçam o locupletamento indevido, por parte do proprietário, ou de terceiro, com os auxílios para obras, e obriguem, quando se tratar de auxílios para manutenção, a destinar parte deles a suplementar a remuneração de seus professores;

e) quando se tratar de estabelecimentos sem fim lucrativo a subvenção para obras não estará subordinada às condições estabelecidas na letra "d" deste artigo, desde que os Estatutos garantam, no caso de extinção, a sua transferência para outros estabelecimentos de ensino, igualmente filantrópicos.

Art. 4.º Os créditos orçamentários e adicionais destinados ao Fundo Nacional do Ensino Médio serão, automaticamente, registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 5.º Os recursos destinados ao Fundo Nacional do Ensino Médio serão depositados no Banco do Brasil S. A. ou na Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, em conta especial, à disposição do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 6.º O Poder Executivo expedirá os atos necessários à execução desta Lei e à fiel observância de seus preceitos.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Candido Mota Filho  
Eugenio Gudin.

LEI N.º 2.343 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1954

*Estabelece o pósto a que devem ser promovidos os alunos dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva vítimas por acidentes na instrução e no serviço, e dá outras providências.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Estado dará amparo aos alunos dos Centros ou Escolas de Formação de Oficiais da Reserva das Forças Armadas ou às suas famílias, na forma das leis em vigor, quando invalidados em consequência de acidentes verificados em serviço ou em instrução, ou quando venham a falecer devido aos mesmos.

Art. 2.º Para fins do art. 1.º, os alunos e suas famílias, nêles referidos, terão os mesmos direitos e vantagens concedidos aos cadetes, aspirantes de marinha e alunos da Escola de Aeronáutica.

Art. 3.º As disposições da presente Lei aplicam-se aos casos verificados desde a criação dos Centros ou Escolas de Formação da Reserva nos moldes atuais.

Art. 4.º Os benefícios desta Lei serão concedidos a contar da data em que se verificar o falecimento ou a incapacidade.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Edmundo Jordão Amorim do Vale.  
Henrique Lott. — Eduardo Gomes.

LEI N.º 2.344 — DE 25 DE NOVEMBRO  
DE 1954

*Dispõe sobre a concessão da medalha naval "Serviços de Guerra" a oficiais e tripulantes da Marinha Mercante Nacional que, no período de 15 de fevereiro a 22 de agosto de 1942, tenham sofrido ato de agressão no mar.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Será concedida a medalha naval "Serviços de Guerra", instituída pelo Decreto-lei n.º 6.095, de 13 de dezembro de 1943, modificado pelo Decreto-lei n.º 6.774, de 7 de agosto de 1944 aos oficiais e tripulantes de navio mercante nacional que, no período de 15 de fevereiro a 22 de agosto de 1942, tenham sofrido ato de agressão no mar.

Art. 2.º Para execução desta Lei, o Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação, fará as necessárias alterações no vigente Regulamento para a concessão das Medalhas Navais do Mérito de Guerra.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

*Edmundo Jordão Amorim do Vale*

LEI N.º 2.345 — DE 25 DE NOVEMBRO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00 para atender a despesas com a efetivação da incorporação, ao Patrimônio da União, do prédio da rua dos Tupis n.º 723, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Guerra, o crédito especial de ..... 1.200.000,00 (um milhão, duzentos mil cruzeiros), para atender a despesas com a efetivação da incorporação, ao Patrimônio da União, do prédio da rua dos Tupis n.º 723, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, onde funciona a 11.ª Circunscrição de Recrutamento, hipotecado a Américo Papini pela Associação Escolar de Belo Horizonte, antiga "Deutscher Schulverein".

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

*puj*: JOÃO CAFÉ FILHO.

*2673152* Henrique Lott.  
Eugenio Gudin.

LEI N.º 2.346 — DE 25 DE NOVEMBRO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.487.026,00, para atender ao pagamento à Administração do Porto do Rio de Janeiro, correspondente a despesas de permanência de volumes destinados àquele Ministério.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.487.026,00 (dois milhões quatrocentos e oitenta e sete mil e vinte seis cruzeiros), para atender ao pagamento à Administração do Porto do Rio de Janeiro, correspondente a despesas de permanência de volumes destinados àquele Ministério, descarregados durante o exercício de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Henrique Lott.  
Eugenio Gudin.

LEI N.º 2.347 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 295.089,20, para ocorrer a despesas com a indenização por danos causados em imóveis, de propriedade particular, alugados em Recife, Estado de Pernambuco.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de ..... Cr\$ 295.089,20 (duzentos e noventa e cinco mil, oitenta e nove cruzeiros e vinte centavos), para ocorrer a despesas com a indenização por danos causados em imóveis, de propriedade particular, alugados pelo Exército, em Recife, Estado de Pernambuco, em decorrência do estado de guerra vigente por ocasião do último conflito mundial.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Henrique Lott.

Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.348 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 510.000,00, para ocorrer às despesas com o arrendamento de uma área de terras na fazenda Itapuca.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de ..... Cr\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil cruzeiros), para ocorrer às despesas com o arrendamento de uma área de terras na fazenda Itapuca, no Distrito Federal, de propriedade de Antônio Martins.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Henrique Lott.

Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.349 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 26.598.175,60, destinado à regularização de despesas realizadas no exercício de 1952, à conta de rubricas do Orçamento Geral da União de 1952.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 26.598.175,60 (vinte e seis milhões, quinhentos e noventa e oito mil, cento e setenta e cinco cruzeiros e sessenta centavos), destinado à regularização de despesas realizadas no exercício de 1952 à conta das seguintes rubricas do Orçamento Geral da União (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951), Anexo n.º 20:

Verba 1 — Pessoal

Consignação III — Vantagens

Cr\$

S/C 15 — Gratificação de magistério

17 — Diretoria de Intendência .....

20.457,60

S/C 19 — Gratificações militares	
17 — Diretoria de Intendência .....	1.895.176,00
Consignação IV — Indenizações	
S/C 21 — Diárias	
17 — Diretoria de Intendência .....	2.693.762,90
Consignação VI — Diversos	
S/C 23 — Substituições	
17 — Diretoria de Intendência .....	627.783,00
Verba 3 — Serviços e Encargos	
Consignação IV — Assistência e Previdência Social	
S/C 61 — Abono de família	
17 — Diretoria de Intendência .....	915.385,80
Consignação V — Inativos	
S/C 63 — Aposentados, etc.	
17 — Diretoria de Intendência .....	14.219.370,20
Consignação VI — Pensionistas	
S/C 67 — Soldos e pensões vitalícias	
17 — Diretoria de Intendência .....	6.126.235,10
Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.	
Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.	

JOÃO CAFÉ FILHO.

Henrique Lott.

Eugenio Gudin.

LEI N.º 2.350 — DE 26 DE  
NOVEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 96.000,00, para pagamento de gratificação de representação aos presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 96.000,00 (noventa e seis mil cruzeiros), para atender ao pagamento, no corrente exercício, da gratificação de representação aos presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho, de que trata a lei n.º 2.147, de 29 de dezembro de 1953.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Miguel Seabra Fagundes  
Eugênio Gudin.

LEI N.º 2.351 — DE 26 DE  
NOVEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$.... 5.672.796,00, para ocorrer ao pagamento do repouso semanal remunerado aos servidores do Serviço de Navegação da Bacia do Prata.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 5.672.790,00 (cinco milhões seiscentos e setenta e dois mil setecentos e noventa cruzeiros), para regularização, o exercício de 1953, da despesa decorrente do pagamento do repouso semanal remunerado aos servidores do Serviço de Navegação da Bacia do Prata, correspondente ao período de 5 de janeiro de 1949 a 30 de junho de 1953, e determinado por sentença judicial.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Lucas Lopes  
Eugênio Gudim.

LEI N.º 2.352 — DE 26 DE  
NOVEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$. 37.348.177,00, para regularização da despesa decorrente do pagamento do aumento de salários dos servidores dos Serviços de Navegação da Amazônia e a Administração do Porto do Pará e do Serviço de Navegação da Bacia do Prata.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 37.348.177,00 (trinta e sete milhões, trezentos e quarenta e oito mil cento e setenta e sete cruzeiros), para regularização, no exercício de 1953, da despesa decorrente do pagamento do aumento de salários dos servidores dos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará e do Serviço de Navegação da Bacia do Prata, em virtude do Decreto n.º 30.513, de 7 de fevereiro de 1952.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Lucas Lopes  
Eugênio Gudim.

LEI N.º 2.353 — DE 26 DE  
NOVEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .... 400.000,00, como auxílio ao Município de Crato, Estado do Ceará, para construção, no centenário da cidade, do monumento comemorativo de suas tradições cívicas.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), como auxílio ao Município de Crato, da região de Cariri no Estado do Ceará, para construção do monumento com que se comemorarão, naquela cidade, suas gloriosas tradições cívicas.

Art. 2.º O crédito de que trata esta lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Cândido Mota Filho  
Eugênio Gudim.

LEI N.º 2.354 — DE 29 DE NOVEMBRO  
DE 1954

*Altera a legislação do imposto sobre Renda, e dá outras providências.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Continuam em vigor as leis que se referem ao imposto de renda, consolidadas pelo decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, por força do art. 27 da lei n.º 154, de 25 de novembro de 1947, e modificadas pelas leis n.º 986, de 20 de

dezembro de 1949, n.º 1.473, de 24 de novembro de 1951, n.º 1.474 de 26 de novembro de 1951, n.º 1.623, de 20 de junho de 1952, n.º 1.772, de 18 de dezembro de 1952, e n.º 2.138 de 14 de dezembro de 1953, com as seguintes alterações:

Art. 2.º Substituam-se o art. 34 e seus §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do decreto n.º 24.239, de 22 de novembro de 1947, pelo seguinte:

“Art. 34. As pessoas jurídicas que declararem o lucro real devem comprová-lo por meio de escrituração [....VERBA....] em idioma e moeda nacionais e na forma estabelecida pelas legislações comercial e fiscal.

§ 1.º A escrituração deverá abranger todas as operações do contribuinte, bem como os resultados apurados anualmente nas suas atividades no território nacional.

§ 2.º É facultado às pessoas jurídicas que possuírem filiais, sucursais ou agências manter contabilidade não centralizada devendo incorporar, na escrituração da matriz, os resultados de cada uma delas.

§ 3.º As disposições deste artigo aplicam-se, também às filiais, sucursais ou agências, no Brasil, das pessoas jurídicas com sede no estrangeiro.

§ 4.º A inobservância do disposto neste artigo dará ao fisco a faculdade de arbitrar o lucro à razão de 30 % (trinta por cento) sobre a soma dos valores do ativo imobilizado, disponível e realizável a curto e a longo prazo, ou de 15% (quinze por cento) a 50 % (cinquenta por cento) do capital ou da receita bruta definida nos §§ 1.º e 2.º do art. 40 a juízo da autoridade lançadora, observada a natureza do negócio.

§ 5.º As firmas e sociedades cujas contabilidades são atualmente feitas em moeda estrangeira deverão fazer a conversão ao encerrar o primeiro balanço anual depois da vigência desta lei.

§ 6.º Não serão adicionadas ao lucro real, para os efeitos da tributação, as quantias resultantes da conversão a que se refere o parágrafo anterior”.

Art. 3.º Substituam-se o art. 33 e seu § 1.º do decreto n.º 24.239 de 22 de dezembro de 1947, pelos seguintes:

“Art. 33. As pessoas jurídicas cujo capital não fôr superior a Cr\$.... 100.000,00 (cem mil cruzeiros) e cuja receita bruta anual não exceder de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) poderão optar pela tributação baseada no lucro presumido segundo a forma estabelecida no artigo 40.

§ 1.º O disposto neste artigo não se aplica às sociedades por ações ou por cotas de responsabilidade limitada, nem às filiais, sucursais ou agências, no país, das firmas e sociedades com sede no estrangeiro, as quais serão sempre tributadas pelo lucro real”.

Art. 4.º Suprima-se no art. 35, do decreto n.º 24.239 de 2 de dezembro de 1947, o parágrafo único, e acrescentem-se-lhe os seguintes parágrafos:

“§ 1.º Consideram-se resultados derivados de atividades exercidas parcialmente fora e dentro do país os que provierem:

a) das operações de comércio e outras atividades lucrativas iniciadas no Brasil e ultimadas no exterior, e vice-versa;

b) da exploração da matéria bruta no território nacional, embora beneficiada, vendida ou utilizada no estrangeiro e vice-versa;

c) dos transportes e outros meios de comunicação com os países estrangeiros.

§ 2.º Quando as pessoas jurídicas, de que trata este artigo, estiverem impossibilitadas de demonstrar os resultados derivados de fontes nacionais, arbitrar-se-á o lucro à razão de 20 % (vinte por cento) da receita bruta definida nos §§ 1.º e 2.º do artigo 40, obtido no país”.

Art. 5.º Substitua-se pelo seguinte o art. 36 do decreto n.º 24.239 de 1947, e acrescentem-se-lhe um parágrafo único:

“Art. 36. As pessoas jurídicas que explorarem a venda de propriedades imobiliárias a prestações ou a construção para venda a prestações, deverão destacar na sua escrituração o reembolso do capital, o lucro e os juros em cada prestação recebidos, para a apuração do resultado anual das operações.

Parágrafo único. No caso de imóveis loteados, admitir-se-á para a

apuração do custo dos lotes vendidos, as correspondentes despesas com as obras e melhoramentos a que se obrigam os vendedores, orçadas de conformidade com o plano de loteamento e a planta de imóvel registrados na forma do art. 1.º do decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, regulamentado pelo decreto n.º 3.079, de 15 de setembro de 1938".

Art. 6.º Façam-se no art. 4.º do decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, as seguintes alterações:

"I — O § 2.º e suas alíneas a e b passam a ter a seguinte redação:

§ 2.º Serão excluídos do lucro real, para os efeitos da tributação:

a) as percentagens dos empregados nos lucros das empresas;

b) as participações, a qualquer título, dos governos da União, dos Estados e dos Municípios nos lucros de quaisquer empresas.

II — Acrescente-se ao § 1.º a seguinte alínea:

n) as provisões para atender as indenizações previstas na legislação do trabalho".

Art. 7.º Suprimam-se na Seção I, do Capítulo II, do Título II, os artigos 124, 136 [...] do decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, e acrescentem-se os seguintes:

"Art. A fiscalização do imposto de renda compete às repartições encarregadas do lançamento desse tributo e, especialmente, aos agentes fiscais do imposto de renda, mediante ação fiscal direta, no domicílio dos contribuintes"

"Art. A ação fiscal direta, externa e permanente consiste no comparecimento do agente fiscal do imposto de renda ao domicílio do contribuinte, para orientá-lo ou esclarecê-lo no cumprimento dos seus deveres fiscais, bem como para verificar a exatidão dos rendimentos sujeitos à incidência do imposto, lavrando quando for o caso, o competente termo".

"Art. Todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, são obrigadas a prestar as informações e os esclarecimentos exigidos pelos agentes fiscais do imposto de renda no exercício das suas funções, sendo tais declarações tomadas por termo e assinadas pelo declarante."

"Art. Os agentes fiscais do imposto de renda procederão ao exame dos livros e documentos de contabilidade dos contribuintes e realizarão as diligências e investigações necessárias para apurar a exatidão das declarações, balanços e documentos apresentados, e das informações prestadas e verificar o cumprimento das obrigações fiscais."

"§ 1.º Iniciada a perícia contábil, nos termos deste artigo, os agentes fiscais do imposto de renda ficam obrigados a fazer a necessária comunicação à repartição a que estiverem subordinados, dentro do prazo de 10 (dez) dias."

"§ 2.º Em relação ao mesmo exercício só é possível um segundo exame da escrita mediante ordem escrita dos delegados seccional ou regional ou do diretor da Divisão do Imposto de Renda."

"Art. Os que desacompanharem, por qualquer maneira, os agentes fiscais do imposto de renda no exercício de suas funções, e os que por qualquer meio impedirem a fiscalização serão punidos na forma do Código Penal, lavrando o funcionário diligência e competere a este que, acompanhado do rol das testemunhas, será remetido ao procurador da República pela repartição competente."

"Parágrafo único. No caso de lesa-cato, o funcionário poderá solicitar o auxílio das autoridades policiais para as providências legais."

"Art. Sempre que apurarem infração das disposições desta lei, os agentes fiscais do imposto de renda lavrarão um auto, o qual, escrito com clareza sem entrelinhas, rasuras ou emendas, indicará a falta cometida e a norma violada".

§ 1.º O contribuinte autuado será convidado a assinar o auto, mas a sua assinatura não significará concordância, nem a falta de assinatura invalidará o auto."

"§ 2.º As incorreções ou omissões do auto não darão motivo à nulidade do processo ex-officio quando deste constarem elementos suficientes para determinar com segurança a infração e o infrator."

"§ 3.º Se de exames posteriores à lavratura do auto, ou por qualquer diligência no curso da ação fiscal se verificar outra falta, além da inicial



lavar-se-á no processo *ex-officio* termo que a consigne."

"§ 4.º Os autos poderão ser inteira ou parcialmente dactilografados, ou ainda impressos em relação às palavras invariáveis dvendo, neste caso, os claros ser preenchidos a mão ou a máquina, e as linhas em branco inutilizadas por quem os lavar."

"§ 5.º O auto de infração decorrente de exame de escrita nos casos de inexactidão de declaração será lavrado somente depois de concluído o respectivo auto sendo do mesmo auto fornecida cópia ao contribuinte autuado e dele devendo constar detalhadamente, as faltas apuradas e a indicação das disposições legais ou regulamentares atingidas, facultando-se ao contribuinte interessado vista do processo na repartição."

"Art. Os laudos de exame de escrita serão revisados pelas Delegacias do Imposto de Renda que, para esse fim, instituirão serviços especializados e adotarão, em consequência, providências acauteladoras do interesse da Fazenda Nacional e do direito dos contribuintes."

"Art. Serão punidos, com as penas previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, os agentes fiscais do imposto de renda que, por ineficiência, negligência, omissão ou dolo no exercício de suas funções deixarem de apurar devidamente as faltas ou fraudes cometidas pelos contribuintes em prejuízo da Fazenda Nacional."

"Parágrafo único. A aplicação das penas de que trata este artigo terá lugar também, quando o auto ou auto de exame for julgado improcedente, em virtude de proposital abuso de autoridade ou evidente erro grosseiro, praticado pelo agente fiscal do imposto de renda."

Art. 8.º Substitua-se o § 1.º do art. 181 do decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte e acrescente-se-lhe mais um parágrafo:

"§ 1.º No caso de já ter havido depósito para efeito de recurso na esfera administrativa, esse depósito valerá para o fim da ação judicial, mas será convertido em renda ordinária, se no prazo de que trata este artigo, não for feita a prova do início da referida ação."

"§ 3.º Feita a prova do início da ação judicial intentada contra a Fazenda Nacional para anulação ou reforma do lançamento, na forma deste artigo, ficam suspensos os demais procedimentos fiscais, inclusive a cobrança judicial com base no mesmo lançamento."

Art. 9.º Substitua-se o art. 1.º do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte:

"Art. As pessoas físicas domiciliadas ou residentes no Brasil que tiverem renda líquida anual superior a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), apurada de acordo com este regulamento, são contribuintes do imposto de renda sem distinção de nacionalidade, sexo, idade, estado ou profissão."

Art. 10. Substitua-se o art. 5.º do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte e acrescente-se-lhe o § 7.º:

"Art. 5.º Ressalvado o disposto nos §§ 4.º e 5.º do art. 24, serão classificados, na cedula "C", os rendimentos do trabalho proveniente do exercício de empregos, cargos e funções, tais como vencimentos, soldos subsídios, ordenados, salários, percentagens, comissões, gratificações, diárias, cotas-partes de multas, ajudas de custo, representações e quaisquer proventos ou vantagens pagos, sob qualquer título e forma contratual, pelos cotres públicos federais, estaduais ou municipais, pelas entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista, pelas firmas e sociedades ou por particulares."

"§ 7.º Nos casos em que, além de remuneração fixa, perceber o contribuinte rendimentos variáveis especificados neste artigo, prevalecerá, quanto à totalidade desses proventos, o sistema de arrecadação nas fontes, exceto se os mesmos excederem de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) mensalmente."

Art. 11. Substitua-se a alínea e do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, modificado pela alínea c do art. 1.º da lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, pelo seguinte:

"e) os encargos de família à razão de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) anuais pelo outro cônjuge, e de .... Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) para cada filho menor ou inválido; filha viúva sem arrimo, solteira ou

abandonada sem recursos pelo marido; descendente menor ou inválido, sem arrimo de seus pais; obedecidas as seguintes regras:

I — Na constância da sociedade conjugal, qualquer que seja o regime de bens, somente ao cabeça-do-casal cabe a isenção de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) do art. 26 e os abatimentos relativos ao outro cônjuge e aos filhos, sendo que se forem apresentadas declarações de rendimentos em separado, de acordo com o facultado nos §§ 1.º e 2.º do art. 67, calcular-se-á o imposto complementar, quanto ao outro cônjuge, aplicando à porção de renda até ..... Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) a taxa de 3% (três por cento):

II — No caso de dissolução da sociedade conjugal em virtude de desquite ou anulação do casamento, a cada cônjuge cabe a isenção de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) do art. 26 e o abatimento relativo aos filhos que sustentar, atendido, também, o disposto no parágrafo único do artigo 327 do Código Civil."

Art. 12. Acrescente-se ao art. 24 do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, os seguintes parágrafos:

Até .....	50.000,00	.....	Isento
Entre .....	50.000,00 e	60.000,00	3%
Entre .....	60.000,00 e	90.000,00	5%
Entre .....	90.000,00 e	120.000,00	7%
Entre .....	120.000,00 e	150.000,00	9%
Entre .....	150.000,00 e	200.000,00	12%
Entre .....	200.000,00 e	300.000,00	15%
Entre .....	300.000,00 e	400.000,00	18%
Entre .....	400.000,00 e	500.000,00	21%
Entre .....	500.000,00 e	600.000,00	24%
Entre .....	600.000,00 e	700.000,00	27%
Entre .....	700.000,00 e	1.000.000,00	30%
Entre .....	1.000.000,00 e	2.000.000,00	35%
Entre .....	2.000.000,00 e	3.000.000,00	40%
Acima de .....	3.000.000,00	.....	50%

Art. 14. Acrescente-se ao art. 28 do decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, a seguinte letra:

"d) as firmas ou sociedades de qualquer espécie que não tenham receita bruta superior a Cr\$ 150.000,00 anuais, não dependendo esta isenção das formalidades do art. 29."

Art. 15. Acrescente-se ao art. 32 do decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, o seguinte parágrafo único:

"§ 4.º Os rendimentos do trabalho provenientes do exercício de empregos, cargos e funções, especificados no art. 5.º deste regulamento, quando inferiores a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) mensais, ficarão sujeitos ao desconto de imposto na fonte, no ato do respectivo pagamento de acordo com o disposto no inciso 6.º do artigo 96."

"§ 5.º Serão deduzidas do imposto total, apurado na declaração, as importâncias descontadas pela forma indicada no parágrafo anterior, quando os contribuintes tiverem rendimentos de mais de uma fonte ou de outra natureza que não do trabalho, ou ainda perceberem rendimentos anuais superiores a Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros)."

"§ 6.º Não caberá ao empregador responsabilidade alguma sobre as informações prestadas pelos empregados para controle dos seus rendimentos."

Art. 13. Substitua-se o art. 26 do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte:

"Art. 26. As taxas progressivas são as seguintes:

"Parágrafo único. Quando ocorrer a alteração do exercício social, a tributação será feita com base nos lucros reais verificados no período anterior ou superior a doze meses entre a data do balanço que instruiu a declaração anterior e a do último balanço realizado."

Art. 16. Acrescente-se ao art. 33 do decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, o seguinte parágrafo:

"§ 3.º As sociedades de qualquer espécie que explorarem exclusivamente atividades agrícolas e pastoris e cuja receita bruta não for superior a ..... Cr\$ 1.000.000,00 poderão optar pela tributação baseada no lucro presumido de que trata este artigo."

Art. 17. Substitua-se a alínea e do art. 37 do decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte:

"e) o valor das máquinas e instalações que caírem em desuso ou se tornarem obsoletas, diminuído das cotas que nos anos anteriores tenham sido deduzidas para atender à sua depreciação e das relativas aos fundos de substituição constituídos até 1946, devendo ser incluída na receita qualquer importância porventura obtida na venda do mesmo material."

Art. 18. Acrescente-se o seguinte parágrafo, passando o parágrafo único a 1.º ao art. 38 do decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947:

"§ 2.º Nos casos de mudança de data de encerramento dos balanços e alteração do período do exercício social, as pessoas jurídicas instruirão suas declarações com os documentos enumerados neste artigo e referentes aos balanços encerrados nos dois últimos exercícios sociais."

Art. 19. Substitua-se o art. 40 do decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte:

"Art. 40. O lucro presumido será determinado pela aplicação do coeficiente de 8% sobre a receita bruta das operações realizadas por conta própria e das importâncias recebidas com preço de serviço prestadas quando exceder a Cr\$ 150.000,00 anuais."

"§ 1.º São adicionados ao rendimento calculado na forma deste artigo, para os efeitos da determinação do lucro presumido, os resultados apurados nas transações alheias ao objeto do negócio."

"§ 2.º Serão incluídas na receita bruta para os efeitos da aplicação do coeficiente de 8%, as receitas totais das transações de que trata o parágrafo anterior, quando não forem apurados os respectivos resultados."

Art. 20. Substitua-se o art. 41 do decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte:

"Art. 41. A comprovação da receita bruta das operações de conta própria será feita segundo os elementos relativos ao registro das vendas realizadas durante o ano civil imediatamente anterior ao exercício em que o imposto for devido e com os lançamentos registrados pela firma ou sociedade em sua escrituração no mesmo ano."

Art. 21. Substitua-se o art. 44 e seus parágrafos do decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelos seguintes:

"Art. 44. As pessoas jurídicas, seja comercial ou civil o seu objeto, pagarão o imposto sobre os lucros apurados de conformidade com a lei à razão da taxa proporcional de 15%."

"§ 1.º O imposto de que trata este artigo, será acrescido, nos exercícios de 1955 a 1956, de uma taxa adicional de 4% sobre a parte dos lucros que exceder de Cr\$ 500.000,00."

"§ 2.º Não se compreendem nas disposições deste artigo:

a) as empresas concessionárias de serviços públicos, cujos lucros não excederem de 12% do capital investido, as quais pagarão imposto proporcional de 8%;

b) as sociedades civis, de capital até Cr\$ 100.000,00, organizadas exclusivamente para a prestação de serviços profissionais de médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, contador, pintor, escultor, despachante e de outros que se lhes possam assemelhar, as quais pagarão o imposto proporcional de 3%."

Art. 22. Substitua-se o art. 48 e seu parágrafo único do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelos seguintes:

"Art. 48. A isenção de Cr\$ 50.000,00 do art. 26 será considerada até o exercício financeiro seguinte ao ano em que ocorrer o falecimento do contribuinte."

"Parágrafo único. Nos exercícios subsequentes se a renda líquida for superior a Cr\$ 50.000,00, calcular-se-á o imposto complementar aplicando à porção de renda até Cr\$ 60.000,00 a taxa de 3% sem se atender ao limite da isenção, observando-se daí em diante as taxas progressivas constantes do art. 26."

Art. 23. Substitua-se o § 1.º do art. 63, do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte, e acrescente-se-lhe um parágrafo:

"Art. 63 .....

"§ 1.º Não haverá essa obrigação para as pessoas físicas, salvo exigência de autoridade fiscal:

a) quando a soma dos rendimentos brutos não exceder a Cr\$ 50.000,00 anuais;

b) quando os rendimentos brutos do trabalho, especificados no artigo 5.º, não excederem de Cr\$ 120.000,00 anuais ou de Cr\$ 10.000,00 mensais e o contribuinte não perceber rendimento de outra natureza nem de mais de uma fonte pagadora."

"§ 9.º As pessoas físicas que perceberem rendimentos de mais de uma fonte pagadora ou de outra natureza

que não do trabalho, ou que tiverem rendimento bruto mensal superior a Cr\$ 10.000,00 em qualquer caso, ficam obrigadas a apresentar declaração dos seus rendimentos, quando não ocorrer a hipótese prevista na alínea a do § 1.º deste artigo."

Art. 24. Substitua-se o § 1.º do art. 96 do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo abaixo e acrescente-se-lhe um inciso.

"Art. 96. ....

"6.º) de acordo com a tabela anexa, os rendimentos do trabalho provenientes do exercício de empregos, cargos ou funções, até Jr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) mensais."

"§ 1.º As taxas a que se referem os incisos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º deste artigo, incidirão sobre os rendimentos brutos."

Valor mensal do desconto do imposto em cruzeiros

Rendimentos mensais sujeitos ao desconto		I Solteiro ou viuvo sem filhos	II Solteiro ou viuvo com 1 filho	III Casado sem filhos Solteiro ou viuvo com 2 filhos	IV Casado com 1 filho Solteiro ou viuvo com 3 filhos	V Casado com 2 filhos Solteiro ou viuvo com 4 filhos	VI Casado com 3 filhos Solteiro ou viuvo com 5 filhos
Entre Cr\$	e Cr\$						
4.167,00	4.300,00	5	—	—	—	—	—
4.301,00	4.400,00	10	—	—	—	—	—
4.401,00	4.500,00	15	—	—	—	—	—
4.501,00	4.600,00	20	—	—	—	—	—
4.601,00	4.700,00	25	—	—	—	—	—
4.701,00	4.800,00	30	—	—	—	—	—
4.801,00	4.900,00	35	—	—	—	—	—
4.901,00	5.000,00	40	—	—	—	—	—
5.001,00	5.100,00	45	—	—	—	—	—
5.101,00	5.200,00	50	—	—	—	—	—
5.201,00	5.300,00	55	—	—	—	—	—
5.301,00	5.400,00	60	—	—	—	—	—
5.401,00	5.500,00	65	3	—	—	—	—
5.501,00	5.600,00	70	8	—	—	—	—
5.601,00	5.700,00	75	13	—	—	—	—
5.701,00	5.800,00	80	18	—	—	—	—
5.801,00	5.900,00	85	23	—	—	—	—
5.901,00	6.000,00	90	28	—	—	—	—
6.001,00	6.100,00	95	33	—	—	—	—
6.101,00	6.200,00	100	38	—	—	—	—
6.201,00	6.300,00	105	43	—	—	—	—
6.301,00	6.400,00	110	48	—	—	—	—
6.401,00	6.500,00	115	53	—	—	—	—
6.501,00	6.600,00	120	58	—	—	—	—
6.601,00	6.700,00	125	63	—	—	—	—
6.701,00	6.800,00	130	68	5	—	—	—
6.801,00	6.900,00	135	73	10	—	—	—
6.901,00	7.000,00	140	78	15	—	—	—

7.001,00	7.100,00	145	83	20	—	—	—
7.101,00	7.200,00	150	88	25	—	—	—
7.201,00	7.300,00	155	93	30	—	—	—
7.301,00	7.400,00	160	98	35	—	—	—
7.401,00	7.500,00	165	103	40	—	—	—
7.501,00	7.600,00	170	108	45	—	—	—
7.601,00	7.700,00	175	113	50	—	—	—
7.701,00	7.800,00	180	118	55	—	—	—
7.801,00	7.900,00	185	123	60	—	—	—
7.901,00	8.000,00	190	128	65	3	—	—
8.001,00	8.100,00	195	133	70	8	—	—
8.101,00	8.200,00	200	138	75	13	—	—
8.201,00	8.300,00	205	143	80	18	—	—
8.301,00	8.400,00	210	148	85	23	—	—
8.401,00	8.500,00	215	153	90	28	—	—
8.501,00	8.600,00	220	158	95	33	—	—
8.601,00	8.700,00	225	163	100	38	—	—
8.701,00	8.800,00	230	168	105	43	—	—
8.801,00	8.900,00	235	173	110	48	—	—
8.901,00	9.000,00	240	178	115	53	—	—
9.001,00	9.100,00	245	183	120	58	—	—
9.101,00	9.200,00	250	188	125	63	—	—
9.201,00	9.300,00	255	193	130	68	5	—
9.301,00	9.400,00	260	198	135	73	10	—
9.401,00	9.500,00	265	203	140	78	15	—
9.501,00	9.601,00	270	208	145	83	20	—
9.601,00	9.700,00	275	213	150	88	25	—
9.701,00	9.800,00	280	218	155	93	30	—
9.801,00	9.900,00	285	223	160	98	35	—
9.901,00	10.000,00	290	228	165	103	40	—

NOTAS:

- I — Não estão sujeitos ao desconto do imposto na fonte os rendimentos mensais inferiores a Cr\$ 4.167,00.
- II — Os abatimentos relativos ao outro cônjuge e aos filhos, na constância da sociedade conjugal, cabem somente ao cabeça do casal. No caso da dissolução da sociedade conjugal, em virtude de desquite ou de anulação de casamento a cada cônjuge cabe o abatimento relativo aos filhos que sustentar.
- III — Ressalvado o caso previsto na primeira parte da Nota II, a mulher casada fica equiparada à solteira e à viúva para os efeitos do desconto do imposto na fonte, pela forma estabelecida nesta tabela, sobre os rendimentos do seu trabalho.
- IV — Os abatimentos de encargos de família de que trata esta tabela são os definidos na letra e do art. 20.

Art. 25. Substitua-se o § 3.º do art. 102 do dec. n. 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte:

"Art. 102 . . . . .

§ 3.º O recolhimento do imposto de que trata o inciso 6.º do art. 96 será efetuado pela fonte pagadora dos rendimentos, global e mensalmente, dentro do mês seguinte aquele em que houver sido efetuado o crédito ou o pagamento ao respectivo beneficiário".

Art. 26. Substitua-se o § 2.º do artigo 79 do dec. n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947 pelo seguinte:

"§ 2.º Na hipótese do lançamento *ex-officio* por falta de declaração de rendimentos a não apresentação dos esclarecimentos dentro do prazo de que trata o art. 78, acarretará para as pessoas jurídicas, a perda de direito de opção referido no art. 33".

Art. 27. Acrescentem-se ao artigo 8.º do dec. n. 24.239 de 22 de dezembro de 1947 os seguintes parágrafos:

"§ 4.º . . . pagamento do imposto no ato da entrega da declaração de rendimentos será efetuado na sua totalidade inclusive nos casos de extinção na pessoa jurídica.

§ 5.º Deverá ser efetuado também em sua totalidade o pagamento do imposto devido nos casos de lançamento *ex-officio*".

Art. 28. Substitua-se o art. 86 do dec. 24.239, de 22 de dezembro de 1947 pelo seguinte:

"Art. 86. Em circunstâncias especiais, os Delegados Regionais e Seccionais do Imposto de Renda poderão autorizar o pagamento parcelado dos débitos vencidos desse tributo acrescidos da multa de mora cabível.

Parágrafo único. Concedido esse parcelamento a falta de pagamento de qualquer das prestações no prazo marcado acarretará o vencimento das demais e imediata inscrição da dívida para cobrança judicial".

Art. 29. Acrescente-se ao art. 96, inciso 3.º do dec. n. 24.239, de 22 de dezembro de 1947, o seguinte parágrafo alterando-se a numeração dos demais:

"§ 1.º A taxa de 20% (vinte por cento) fixada no inciso 3.º deste artigo será, durante os exercícios de 1955 e 1956 elevada a 25% (vinte e cinco por cento), mediante um adicional de 5%".

Art. 30. Substituam-se o art. 97 e seu parágrafo 1.º inclua-se letra d ao seu parágrafo 2.º e acrescente-se § 4.º ao mesmo artigo do dec. número 24.239, de 22 de dezembro de 1947, alterado pela lei n. 1.474, de 26 de novembro de 1951, como seguem:

"Art. 97. Estão sujeitos ao desconto do imposto:

1.º A razão da taxa de 20% (vinte por cento) os rendimentos percebidos pelas pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no estrangeiro e pelos residentes no País que estiverem ausentes no exterior por mais de doze meses, ressalvado o disposto no inciso 2.º deste artigo.

2.º A razão da taxa de 25% (vinte e cinco por cento) os rendimentos percebidos pelas pessoas de que trata o inciso anterior, a título de "royalties", tais como os decorrentes da exploração de marcas de indústria e de comércio, de patentes de invenção, processos ou fórmulas de fabricação.

§ 1.º As disposições deste artigo aplicam-se também aos residentes no estrangeiro que permanecerem no território nacional por menos de doze meses.

§ 2.º Excetuam-se das disposições deste artigo:

d) Os rendimentos percebidos pelas pessoas de que trata o art. 73.

§ 4.º Os rendimentos referidos nos incisos 1.º e 2.º do art. 96, já tributados na fonte, sofrerão o desconto da diferença do imposto até perfazer 20% (vinte por cento)".

Art. 31. Substitua-se o § 3.º do art. 108 do dec. n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947 pelo seguinte:

"§ 3.º Salvo quanto a juros dividendos lucros e aluguéis, não serão prestadas informações sobre rendimentos pagos, quando as respectivas importâncias não excederem a Cr\$ . . . . . 50.000 00 (cinquenta mil cruzeiros) anuais, desde que as pessoas que os tiverem recebido não percebam rendimentos de outras fontes."

Art. 32. Substitua-se o art. 144 do dec. n. 24.239, de 22 de dezembro de 1947 pelo seguinte:

"Art. 144. Por infração das disposições do Capítulo I, da Parte Quarta do Título I, serão aplicadas as multas:

a) de mora de 1% ao mês, sobre o imposto devido, no caso de apre-

sentação espontânea, mas fora de prazo da declaração de rendimentos:

b) da mora, de 1% ao mês, sobre a totalidade ou diferença do imposto devido se o contribuinte espontaneamente, indicar rendimentos que omitira em sua declaração, depois de encerrado o prazo de entrega;

c) de 100% (cem por cento) sobre a totalidade ou diferença do imposto devido resultante da reunião de duas ou mais declarações, quando o contribuinte não observar o disposto nos artigos 65, 67 e 69;

d) de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 500,00 às firmas, sociedades que não instruírem devidamente as declarações pela forma estabelecida no art. 38, quando remetidas pelo correio."

Art. 33. Substituam-se os arts. 145 e 147 do dec. 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelos seguintes:

"Art. 145. Dos contribuintes que não pagarem o imposto ou qualquer das cotas nos prazos fixados de acordo com o § 1.º do art. 90 será cobrada a multa de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês."

"Art. 147. A não observância dos preceitos do Título II será punida:

a) com a multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 2.000,00 quando o contribuinte apresentar a comprovação de que trata o art. 92, fora do prazo estabelecido se não houver imposto a cobrar;

b) com a multa de mora de 1% ao mês sobre a totalidade ou diferença do imposto devido quando não for apresentada dentro do prazo a comprovação de que trata o art. 92;

c) com a multa de mora de 1% ao mês sobre o imposto devido nas fontes ou os procuradores dos contribuintes domiciliados no estrangeiro efetuarem espontaneamente o recolhimento do imposto fora dos prazos estabelecidos no art. 102 e parágrafos;

d) com a multa de mora de 1% ao mês, sobre a totalidade ou diferença do imposto devido, se as fontes ou os procuradores dos contribuintes domiciliados no estrangeiro não efetuarem o recolhimento do imposto nos prazos marcados, nos casos de exigência do recolhimento pela repartição competente, ressalvado o disposto na alínea seguinte;

e) com a multa de 50% sobre o imposto devido, nos casos de exigência do recolhimento pela repartição competente, se a fonte descortar o imposto no ato do crédito ou do paga-

mento do rendimento não efetuar o recolhimento quando a falta tenha sido apurada mediante ação fiscal direta na fonte pagadora.

§ 1.º Será cobrada multa igual à de mora prevista na alínea d quando esta for superior à multa aplicável, de acordo com a alínea e deste artigo.

§ 2.º Se a falta for imputável a funcionário federal, estadual ou municipal, será levado o fato ao conhecimento do respectivo Governo para efeito da sanção disciplinar.

Art. 34. Acrescente-se ao art. 151 do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. Impostas as multas, os infratores terão o prazo de 20 dias para se defenderem perante a autoridade administrativa de primeira instância."

Art. 35. Substitua-se o art. 152 do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte:

"Art. 152. Para os efeitos do cômputo mensal da multa de mora prevista nos arts. 144, 146 e 147, será contado com um mês completo qualquer período de tempo inferior a um mês, desde que ultrapasse os prazos marcados nas leis e regulamentos."

Art. 36. Substituam-se o art. 156 do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte:

"Art. 156. O julgamento das infrações é da competência exclusiva dos Delegados Regionais e Seccionais do Imposto de Renda."

Art. 37. Substitua-se o art. 160 do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte:

"Art. 160. Das decisões favoráveis aos contribuintes ou às fontes haverá recurso *ex-officio*:

a) quando o ato for do Diretor da Divisão do Imposto de Renda, para o Primeiro Conselho de Contribuintes;

b) quando o ato for dos Delegados Regionais e Seccionais do Imposto de Renda, para o Diretor da Divisão do Imposto de Renda."

§ 3.º Não haverá recurso *ex-officio* quando a importância em litígio for inferior a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), ou quando houver desclassificação de infração capitulada no processo, ou a exigência do imposto tiver resultado de engano do contribuinte.



da declaração de rendimentos equívoco da fonte informante ou simples erro de fato.

§ 4.º Das decisões contrárias aos contribuintes ou às fontes, nos casos de provimento de recurso *ex-officio* de que trata a alínea b deste artigo, caberá o recurso voluntário previsto no art. 157."

Art. 38. Substitua-se o art. 184 e seus §§ 1.º e 2.º do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelos seguintes:

"Art. 184. A cobrança amigável será feita após a que foi realizada à boca do cofre, e antes da remessa da relação dos devedores à Procuradoria de Fazenda Pública para a cobrança judicial.

§ 1.º Essa cobrança será feita mediante notificação, com o prazo de 20 dias, por carta registrada com aviso de recepção (A. R.), e, quando impossível ou impropício esse meio, por edital mencionando apenas os nomes dos interessados e os números das notificações dos lançamentos respectivos.

§ 2.º A cobrança amigável poderá ser feita também na própria notificação do lançamento com a indicação do último prazo que antecederá a remessa da dívida para a cobrança executiva."

Art. 39. [VETADO]

Art. 40. [VETADO]

Art. 41. Acrescente-se ao Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, os seguintes artigos:

"Art. Os contribuintes sujeitos ao regime do art. 96, inciso 6.º, consoante os §§ 4.º e 5.º do art. 24, que, no ano de 1954, tiverem percebido rendimentos do trabalho superiores a Cr\$ 120.000,00 ou rendimentos de outra natureza que não do trabalho, apresentarão declaração no exercício de 1955, abatendo da importância devida em função dessa declaração o imposto anual que seria descontado, de acordo com a tabela de que trata o inciso 6.º do art. 96, sobre os rendimentos até Cr\$ 120.000,00.

Art. Continuam em vigor as disposições constantes dos arts. 2.º e 3.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951.

Art. Sofrerão o desconto na fonte à razão da taxa de 10% as cotas-partes de multas, recebidas por funcionários em virtude de leis fiscais.

§ 1.º O produto bruto da cota-parte referida neste artigo será incluído na

declaração, para efeito do imposto complementar progressivo, abatendo-se do imposto calculado em função da mesma declaração e que houver sido recolhido na fonte.

§ 2.º A compensação do imposto prevista no parágrafo anterior não permitirá, em nenhuma hipótese, restituição.

Art. Quando, em virtude de um segundo exame da escrita ou diligência, em relação ao mesmo exercício, ficar o contribuinte sujeito à multa, nenhuma participação nela terá o funcionário que houver realizado os dois exames ou diligências.

Art. O imposto de renda e multa notificados ou vencidos até a data da publicação desta lei poderão ser liquidados dentro do exercício de 1955 em prestações mensais, iguais, embora arredondadas.

§ 1.º O contribuinte que quiser aproveitar-se dos favores desta lei poderá iniciar o pagamento até o fim de junho, desde que pague de uma vez as prestações vencidas.

§ 2.º O não pagamento de duas prestações após os primeiros seis meses importará na perda do favor.

§ 3.º Se a dívida já estiver em cobrança judicial, só se aplicará o disposto nesta lei ao contribuinte que pagar durante o mês de janeiro todas as despesas judiciais."

Art. 42. O Poder Executivo baixará regulamento de execução desta lei, o qual consolidará toda a legislação do Imposto de Renda.

Art. 43. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se as taxas nela previstas aos rendimentos tributáveis a partir de 1 de janeiro de 1955, embora anteriormente produzidos, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1954; 133.º da Independência, e 66.º da República.

JOÃO CARÉ FILHO  
Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.355 — DE 29 DE NOVEMBRO  
DE 1954

Altera a Lei n.º 1.147, de 25 de junho de 1950, que estabelece medidas de amparo e assistência aos ex-combatentes.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É acrescentada a letra "j" ao art. 1.º da Lei n.º 1.147, de 25 de

junho de 1950, e suas letras *b, c, f, g* passam a vigorar com a seguinte redação:

"b) não ser o adquirente proprietário de imóvel edificado de valor superior a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) salvo se necessitar reforma até esse valor para melhor abrigo da família;

c) financiamento de 80% (oitenta por cento) durante a construção de residência, inclusive compra de terreno, e o restante de 20% (vinte por cento) dentro de 90 (noventa) dias da conclusão da obra, até o máximo de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros).

f) preferência aos ex-combatentes casados e aos de maior número de filhos sob sua dependência econômica, permanecendo incorporados ou não às Forças Armadas, observado o disposto na letra "h", do art. 1.º da citada lei;

g) juros de 6% (seis por cento), aplicando-se também essa taxa, daqui por diante aos contratos já firmados, assim como os juros de mora deverão recair apenas sobre o valor da prestação vencida;

j) os institutos de previdência e caixas econômicas terão o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da entrada dos requerimentos, para solucionar os pedidos de financiamento ou de empréstimo, salvo culpa da parte interessada no cumprimento de diligência necessária.

Art. 2. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1954: 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Miguel Seabra  
Fagundes  
Edmundo Jordão Amorim do Vale  
Henrique Lott  
Raul Fernandes  
Eugênio Gudin  
Lucas Lopes  
Costa Pôrto  
Cândido Mota Filho  
Napoleão de Alencastro  
Guimarães  
Eduardo Gomes  
Aramis Athayde

LEI N.º 2.356 — DE 29 DE  
NOVEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 38.000,00, para atender ao pagamento à firma Henrique Leuthold.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 38.000,00 (trinta e oito mil cruzeiros), para atender ao pagamento à firma Henrique Leuthold, estabelecida no Distrito Federal, por serviços prestados àquele Ministério, durante o exercício de 1943.

Art. 2. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1954: 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Henrique Lott  
Eugênio Gudin.

LEI N.º 2.357 — DE 2 DE DEZEMBRO  
DE 1954

*Dispõe sobre o período letivo, correspondente ao ano de 1954, nos estabelecimentos de ensino superior existentes no Estado de São Paulo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1. Para os efeitos do cálculo de frequência escolar, no ano letivo de 1954, nos estabelecimentos de ensino superior existentes no Estado de São Paulo não serão computadas as faltas verificadas no período em que estiveram interrompidas as aulas.

Art. 2.º É o Ministério da Educação e Cultura autorizado a adotar providências no sentido de ser ensinada a matéria das aulas correspondentes ao período de interrupção a que se refere o art. 1.º, bem como a possibilitar a realização das provas parciais e finais de 1.ª época do corrente ano.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

*Cândido Mota Filho*

LEI N.º 2.358 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1954

*Altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Rio Grande do Norte.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte passa a ser o do Grupo B-1 constante da Lei n.º 1.975, de 4 de setembro de 1953.

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunais Regionais Eleitorais — o crédito suplementar de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) ao Orçamento Geral da União vigente, em reforço da seguinte dotação:

Verba 1 — Pessoal.

Consignação 1 — Pessoal Permanente.

Subconsignação 04 — Tribunais Regionais Eleitorais.

1.º — Rio Grande do Norte — Cr\$ 60.000,00.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

*Miguel Seabra*

*Fagundes*

*Eugênio Gudin*

LEI N.º 2.359 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1954

*Concede auxílios às Prefeituras de Santo André, Jati, Teófilo Otoni e Leopoldina, e dá outras providências.*  
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É concedido à Prefeitura de Santo André, Estado de São Paulo,

o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para as comemorações do quarto centenário da fundação daquela cidade.

§ 1.º Do auxílio consignado neste artigo, a importância de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) será destinada ao autor da melhor obra histórica inédita sobre as origens e desenvolvimento de Santo André, julgada, em concurso, pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, correndo por conta do autor a edição de 1.000 (mil) exemplares da obra premiada, os quais serão oferecidos à Prefeitura Municipal de Santo André.

§ 2.º O restante da verba será destinado à construção, em terreno da Praça do 4.º Centenário a ser doado pela Prefeitura Municipal, do edifício para a centralização dos principais serviços federais sediados no Município.

Art. 2.º São também concedidos os auxílios de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) à Prefeitura Municipal de Jati, Estado de São Paulo, para as comemorações do seu centenário de fundação; de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) à Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais, ainda para as comemorações do centenário de sua fundação; e de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) à Prefeitura Municipal de Leopoldina, Estado de Minas Gerais, para comemoração do 1.º centenário da criação do Município a realizar-se em 27 de abril de 1954.

Art. 3.º Para atender ao disposto nesta lei, é autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais relativos às mencionadas importâncias.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

*Lucas Lopes*

*Eugênio Gudin*

LEI N.º 2.360 — DE 6 DE  
DEZEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 460.000,00, para atender ao pagamento de despesas com a ajuda de custo e passagens do pessoal dos escritórios e agências de propaganda e expansão comercial no exterior.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas com ajuda de custo e passagens do pessoal dos escritórios e agências de propaganda e expansão comercial no exterior, relativas ao exercício de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

*Napoléon de Alencastro Guimarães.*

*Eugênio Gudin.*

LEI N.º 2.361 — DE 6 DE DEZEMBRO  
DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para atender ao pagamento de indenizações devidas a funcionários da Divisão do Imposto de Renda e Delegacias.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos

mil cruzeiros), para atender ao pagamento de indenizações devidas a funcionários da Divisão do Imposto de Renda e Delegacias, relativas ao exercício de 1953, senão Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) destinados a ajuda de custo e Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) a diárias.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Eugenio Gudin.*

LEI N.º 2.362 — DE 6 DE DEZEMBRO  
DE 1954

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, para material importado pela Companhia Moore Mac Cormack Navegação S. A.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para o seguinte material, importado pela Companhia Moore Mac Cormack Navegação S. A., conforme discriminação constante do processo número 138.159, de 1947, do Ministério da Fazenda:

10 (dez) chatas, já montadas, para o porto do Rio de Janeiro;

6 (seis) chatas, em 5 seções, para o porto de Santos;

7 (sete) chatas, em 15 seções, para o porto do Pará; e

2 (dois) rebocadores, já prontos e em condições de serem usados, sendo um para o porto do Rio de Janeiro e outro para o de Santos.

Art. 2.º A isenção constante da presente lei não atinge as taxas de previdência social.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Eugenio Gudin.*

**LEI N.º 2.363 — DE 6 DE DEZEMBRO  
DE 1954**

*Concede a Indústrias Reunidas Leal Santos S. A. os favores constantes do art. 12, n.º 12, e art. 49 do Decreto-lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a conceder a Indústrias Reunidas Leal Santos S. A., estabelecida com fábricas de conservas alimentícias nas cidades de Rio Grande e Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, e escritório no Distrito Federal, em concordância com a Empresa Rio Grandina de Pesca Ltda., da mesma cidade de Rio Grande, os favores constantes do art. 12, n.º 12, e artigo 49 do Decreto-lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938.

Parágrafo único. São incluídos na concessão dois motores a óleo do tipo Volund, e respectivos pertences, importados da Dinamarca, para os barcos "Alabama" e "Brisamar" de que é proprietária a segunda das citadas empresas, e despachados pela primeira, com desembaraço alfandegário sob termo de responsabilidade.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1954; 33.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Eugenio Gudín.*

**LEI N.º 2.364 — DE 7 DE DEZEMBRO  
DE 1954**

*Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 80.000.000,00 para atender ao pagamento de sentenças judiciais.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recur-

sos — o crédito suplementar de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros), em reforço da seguinte dotação do Anexo 26 — Poder Judiciário — do Orçamento vigente (Lei número 2.135, de 14 de dezembro de 1953):

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação 11 — Diversos.

Subconsignação 11 — Sentenças judiciais.

02 — Tribunal Federal de Recursos — Cr\$ 80.000.000,00.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1954; 33.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Miguel Seabra Fagundes.  
Eugenio Gudín.*

**LEI N.º 2.365 — DE 7 DE DEZEMBRO  
DE 1954**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender às despesas com a realização, no Brasil, do V Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para atender às despesas com a realização, no Brasil, do V Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1954; 33.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

*Raul Fernandes.  
Eugenio Gudín.*

LEI N.º 2.366 — DE 7 DE  
DEZEMBRO DE 1954

*Cria cargos nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São criados nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, em cumprimento à Lei n.º 1.055, de 16 de janeiro de 1950, os seguintes cargos, destinados à Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, a partir de 20 de abril de 1953:

QUADRO PERMANENTE

- 1 — Diretor, em comissão, padrão CC-5
- 37 — Professores catedráticos, padrão O
- 2 — Professores, padrão K
- 1 — Oficial Administrativo, classe J
- 1 — Almoxarife, classe H
- 1 — Escriturário, classe F
- 1 — Escriturário, classe E
- 1 — Dactilógrafo, classe E.

QUADRO SUPLEMENTAR

- 1 — Contínuo, classe F.

Art. 2.º É criada no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura 1 (uma) função gratificada de secretário, símbolo FG-6, destinada ao estabelecimento de ensino referido no artigo anterior.

Art. 3.º Serão expedidos, pelas autoridades competentes, os títulos decorrentes do aproveitamento do pessoal pertencente à Escola de que trata esta Lei, com efeito a partir da data do registro do respectivo termo de acordo pelo Tribunal de Contas.

Parágrafo único — Os demais servidores da Escola federalizada, em exercício na data do registro do termo de acordo, serão igualmente aproveitados como extranumerário-mensalista, cabendo ao Poder Executivo providenciar a respeito.

Art. 4.º Para atender às despesas decorrentes desta Lei, é o Poder Exe-

cutivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 12.694.850,00 assim discriminado:

	Cr\$
Pessoal Permanente ..	7.158.420,00
Pessoal Extranumerário ..	5.453.830,00
Função Gratificada ..	12.600,00
Ajuda de custo e diárias ..	70.300,00
	<hr/>
	12.694.850,00

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

*pruji* JOÃO CAFÉ FILHO.

Costa Porto.

Eugênio Gudin.

LEI N.º 2.367 — DE 7 DE DEZEMBRO  
DE 1954

*Dispõe sobre o ensino de enfermagem em cursos volantes.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As Escolas de Enfermagem, oficiais ou reconhecidas, e os governos estaduais, através de seus departamentos educacionais ou sanitários, poderão, a título precário e durante o período de 16 (dez) anos, organizar cursos volantes para preparação de auxiliares de enfermagem.

§ 1.º Os referidos cursos deverão ser realizados em localidades onde não existam escolas de enfermagem e sempre em hospitais que ofereçam possibilidades reais para o ensino.

§ 2.º Os cursos, que terão a duração de 18 (dezoito) meses, deverão observar as disposições da Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949, e do Decreto n.º 27.420, de 14 de novembro de 1949, ressalvado o disposto na presente Lei.

§ 3.º O ensino nos cursos volantes poderá ser ministrado por médicos e enfermeiros, devendo sempre fazer parte do corpo docente pelo menos um enfermeiro.

Art. 2.º A União auxiliará os cursos de emergência através de convênios com os governos estaduais, no caso de escolas oficiais, e com subvenções às escolas particulares, além de bolsas a estudantes.

Art. 3.º Dentro de 120 (cento e vinte) dias da publicação da presente Lei, o Poder Executivo baixará o respectivo regulamento.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1954. 133.ª da Independência e 66.ª da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Cândido Mota Filho

LEI N.º 2.368 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1954

*Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1955*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1955, discriminado pelos Anexos 1 a 28, integrantes desta Lei, estima a Receita em cinquenta e três bilhões, quatrocentos e oitenta e dois milhões e sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 53.482.060.000,00) e limita a Despesa em cinquenta e seis bilhões, seiscentos e noventa e cinco milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e três cruzeiros ..... (Cr\$ 56.695.247.573,00).

Art. 2.º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras contribuições ordinárias e extraordinárias, na forma da legislação em vigor, e das especificações do Anexo n.º 1, sob o grupamento abaixo:

I — Renda Ordinária:

	Cr\$	Cr\$
1 — Renda Tributária .....	45.952.100.000	
2 — Renda Patrimonial .....	2.067.900.000	
3 — Renda Industrial .....	1.120.420.000	
4 — Rendas Diversas .....	2.334.540.000	51.474.960.000

II — Receita Extraordinária ..... 2.007.100.000

Total da Receita ..... 53.482.060.000

§ 1.º Fica autorizada, no exercício de 1955, a arrecadação dos tributos constantes do Anexo n.º 1, integrante desta Lei.

§ 2.º O recolhimento da arrecadação proveniente do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes, criado pelo Decreto-lei n.º 2.615, de 21 de setembro, de 1940, continuará a processar-se de acordo com o estabelecido no artigo 8.º da Lei número 1.749, de 28 de novembro de 1952, e a ser aplicado, em sua totalidade, de acordo com o que estabelece a legislação vigente.

Art. 3.º Fica autorizada a cobrança do imposto único, criado pelo Decreto-lei n.º 2.615, de 21 de setembro de 1940, modificado pela Lei número 1.749, de 28 de novembro de 1952, cuja arrecadação será aplicada de acordo com o que estabelece a legislação vigente.

Art. 4.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos suplementares, que se fizerem necessários, na forma do art. 48 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, para atender às entregas das importâncias correspondentes às diferenças verificadas entre a Receita efetivamente arrecadada e as dotações a ela vinculadas.

Art. 5.º A Despesa será realizada, na forma dos Anexos números 2 a 28, com a satisfação dos encargos da União, com o financiamento de

inversões e com o custeio e manutenção dos serviços públicos, atendido o desdobramento e a distribuição adiante:

*I — Despesa Ordinária*

ANEXO N.º 2	— Congresso Nacional .....	302.183.480
ANEXO N.º 3	— Tribunal de Contas .....	41.894.940
ANEXO N.º 4	— Presidência da República .....	16.577.440
ANEXO N.º 5	— Departamento Administrativo do Serviço Público .....	53.836.208
ANEXO N.º 6	— Estado Maior das Forças Armadas.....	12.102.834
ANEXO N.º 7	— Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas .....	3.317.520
ANEXO N.º 8	— Comissão de Reparções de Guerra.....	468.880
ANEXO N.º 9	— Comissão do Vale do São Francisco....	511.056.500
ANEXO N.º 10	— Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica .....	5.005.620
ANEXO N.º 11	— Conselho Nacional de Economia .....	16.218.440
ANEXO N.º 12	— Conselho Nacional do Petróleo .....	55.154.400
ANEXO N.º 13	— Conselho de Segurança Nacional .....	4.362.476
ANEXO N.º 14	— Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística .....	176.165.000
ANEXO N.º 15	— Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia .....	1.448.564.700
ANEXO N.º 16	— Ministério da Aeronáutica .....	2.834.040.670
ANEXO N.º 17	— Ministério da Agricultura .....	3.090.282.836
ANEXO N.º 18	— Ministério da Educação e Cultura ....	3.133.275.750
ANEXO N.º 19	— Ministério da Fazenda .....	10.539.455.180
ANEXO N.º 20	— Ministério da Guerra .....	5.652.599.000
ANEXO N.º 21	— Ministério da Justiça e Negócios Interiores .....	2.163.796.873
ANEXO N.º 22	— Ministério da Marinha .....	3.713.796.570
ANEXO N.º 23	— Ministério das Relações Exteriores ....	416.367.184
ANEXO N.º 24	— Ministério da Saúde .....	2.472.237.600
ANEXO N.º 25	— Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio .....	2.110.540.500
ANEXO N.º 26	— Ministério da Viação e Obras Públicas .....	7.321.604.677
ANEXO N.º 27	— Poder Judiciário .....	442.952.153
Subtotal .....		46.538.357.421

*II — Despesas de Investimentos*

ANEXO N.º 28	— Inversões Especiais .....	10.156.890.142
Subtotal .....		10.156.890.142

Total da Despesa ..... 56.695.247.573

Art. 6.º O Ministro de Estado da Fazenda fica autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias por antecipação da Receita, até vinte por cento (20 %) sobre o montante da Despesa.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 56.º da República.

João Café Filho  
Miguel Seabra Fagundes  
Edmundo Jordão Amorim do Vale  
Henrique Lott  
Raul Fernandes  
Eugênio Gudin  
Lucas Lopes  
Costa Porto  
Cândido Mota Filho  
Napoleão de Alencastro Guimarães  
Eduardo Gomes  
Aramis Athayde



LEI N.º 2.389, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1954

*Reorganiza as Secretarias do Ministério Público Federal cria o respectivo quadro de pessoal, reajusta seus servidores, cargos e vencimentos, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A Procuradoria Geral da República, a Procuradoria Geral da Justiça Eleitoral, a Subprocuradoria Geral da República e as Procuradorias da República do Distrito Federal serão atendidas por 4 (quatro) Secretarias, cujo pessoal constituirá o quadro das Secretarias do Ministério Público Federal, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e constará de cargos de carreira, cargos isolados e funções gratificadas, de acordo com a discriminação que acompanha esta lei.

Art. 2.º Além de funcionários, haverá uma Tabela de Extranumerários-mensalistas para o Ministério Público Federal para atender às Secretarias a que se refere o art. 1.º, bem como às Procuradorias da República nos Estados.

Parágrafo único. São transferidas para a Tabela do Ministério Público Federal as funções da Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e pertencentes à lotação dos órgãos de que trata este artigo.

Art. 3.º As funções gratificadas serão preenchidas mediante designação do Procurador Geral da República.

Art. 4.º Ficam extintas as atuais funções gratificadas de assistente e de auxiliar do Procurador Geral da Justiça Eleitoral e outras previstas para os órgãos de que trata esta lei.

Art. 5.º Dentro em 90 (noventa) dias após a publicação desta lei o Procurador Geral da República apresentará o projeto de Regulamento das Secretarias do Ministério Público Federal.

Art. 6.º Cabe ao Procurador Geral da República lotar os servidores do Quadro dos Funcionários e da Tabela de Extranumerários nas Secretarias e órgãos do Ministério Público, de acordo com as necessidades do serviço.

Art. 7.º A Secretaria da Procuradoria Geral da República organizará registro centralizado da vida funcional dos servidores do Ministério Público Federal, mantendo, para esse fim, a necessária articulação com a Divisão do Pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 8.º A carreira de Oficial de Procuradoria é privativa dos órgãos do Ministério Público Federal.

§ 1.º O provimento dos cargos das diversas classes da carreira de Oficial de Procuradoria, criada por esta lei, será feito mediante classificação em concurso de títulos a ser realizado, no prazo de 60 (sessenta) dias, ... (VETADO) ...

§ 2.º Serão extintas as vagas deixadas, nos quadros a que pertencem, pelos servidores nomeados na forma deste artigo.

Art. 9.º Os cargos isolados de provimento efetivo de Assistente do Procurador Geral são privativos de bacharel ou doutor em direito com, pelo menos, 2 (dois) anos de prática forense.

§ 1.º O Procurador Geral da República determinará, em portaria, as atribuições dos titulares dos cargos de que trata este artigo, podendo de-

signá-los para funcionar junto à Subprocuradoria Geral da República, ou às Procuradorias da República no Distrito Federal.

§ 2.º ... (VETADO) ...

Art. 10. A verba de representação do Procurador Geral da República corresponderá a dois terços da do Presidente do Supremo Tribunal Federal ... (VETADO) ...

Art. 11. O Procurador Geral da República poderá designar até 2 (dois) Procuradores da República, de qualquer categoria, para terem exercício junto ao seu gabinete e 2 (dois) para o do Subprocurador Geral da República.

Parágrafo único ... (VETADO) ...

Art. 12. Os Procuradores da República substituir-se-ão nos impedimentos ocasionais.

§ 1.º Nos casos de afastamento de exercício os Procuradores da República no Distrito Federal e em São Paulo serão substituídos por outro membro do Ministério Público Federal, ou por assistente do Procurador Geral da República, por este designados, ou, se necessário, pela nomeação, em caráter interino, de bacharel ou de doutor em direito, com mais de 4 (quatro) anos de prática forense.

§ 2.º Onde houver um só Procurador da República, far-se-á a substituição por membro do Ministério Público Federal, ou da comarca da Capital do respectivo Estado, designado pelo Procurador Geral da República, ou pela nomeação, em caráter interino, de bacharel ou doutor em direito, com mais de 4 (quatro) anos de prática forense, ou ainda, enquanto não ocorrer designação ou nomeação, pelo membro mais antigo do Ministério Público da comarca da Capital.

§ 3.º Durante a substituição os membros do Ministério Público da comarca da Capital passam a perceber gratificação de exercício correspondente a um terço do vencimento do substituído, sem prejuízo de outras vantagens que por lei, lhes couberem.

Art. 13. A remuneração dos Procuradores da República é constituída do padrão de vencimentos e da percentagem prevista em lei sobre a arrecadação da dívida ativa a seu cargo, não podendo a parte variável exceder o padrão de vencimentos dos Procuradores da República de 1.ª categoria, salvo se a arrecadação exceder de dez milhões de cruzeiros, caso em que o limite será acrescido de mais um terço.

....Art. 14. Para atender às despesas decorrentes da presente lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, créditos suplementares no total de Cr\$ 2.231.600,00 (dois milhões duzentos e trinta e um mil e seiscentos cruzeiros), assim discriminados:

	Cr\$
a) Verba I — Pessoal — Consignação 2 Pessoal Permanente — Subconsignação 01 — Vencimentos do Pessoal Civil .....	1.601.600,00
b) Verba I — Pessoal — Consignação 2 Pessoal Extranumerário — Subconsignação 01 — Salários de mensalistas .....	450.000,00
c) Verba 1 — Pessoal — Consignação 2 Vantagens — Subconsignação 01 — Funções gratificadas .....	180.000,00
<b>Total .....</b>	<b>2.231.600,00</b>

Art. 15. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Miguel Seabra Fagundes

Eugenio Gudín

# MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

## Quadro das Secretarias do Ministério Público Federal

Quantidade	Denominação	Classe ou padrão
	a) Cargo isolado de provimento efetivo:	
6	Assistente do Procurador Geral da República	O
	b) Cargos de carreira:	
4	Oficial de Procuradoria .....	O
4	Oficial de Procuradoria .....	N
5	Oficial de Procuradoria .....	M
5	Oficial de Procuradoria .....	L
7	Oficial de Procuradoria .....	K
7	Oficial de Procuradoria .....	J
	c) Funções gratificadas:	
(a) 1	<i>Procuradoria Geral da República</i> Secretário do Procurador Geral .....	FG-3
	<i>Procuradoria Geral Eleitoral</i>	
1	Assistente do Procurador Geral Eleitoral .....	FG-3
1	Secretário do Procurador Geral Eleitoral ....	FG-4
(b) 1	<i>Subprocuradoria Geral da República</i> Assistente da Subprocuradoria Geral da República .....	FG-3
(c) 1	Secretário da Subprocuradoria Geral da República .....	FG-4
	<i>Procuradoria da República no Distrito Federal</i>	
(d) 1	Secretário das Procuradorias da República no Distrito Federal .....	FG-4

Nota: a, b, c e d — Funções gratificadas constantes do Decreto número 35.447, de 30 de abril de 1954, reajustadas em virtude do art. 2.º da Lei n.º 2.188, de 3 de março de 1954 — (*Diário Oficial* de 10 de maio de 1954).

Rio de Janeiro, em 9 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 2.379 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1954

*Regula a inatividade dos militares*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º Define e regula a presente lei a situação de inatividade dos militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Parágrafo único. Inatividade, para os efeitos desta lei, é o estado ou a situação do militar afastado temporária ou definitivamente do serviço ativo da respectiva força.

Art. 2.º Passam os militares à situação de inatividade mediante:

- a) agregação;
- b) transferência para a reserva;
- c) reforma;
- d) licenciamento ou baixa do serviço, exclusão ou expulsão;
- e) demissão a pedido.

Art. 3.º A situação de inatividade ou a reversão ao serviço ativo será declarada:

- a) para os oficiais, por decreto;
- b) para as praças, nos casos previstos nas letras *a*, *b* e *c* do artigo anterior, mediante portaria; nos casos da letra *d* do mesmo artigo, de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo único. A transferência de praça para a reserva no posto de 2.º tenente será feita por decreto.

Art. 4.º Para os fins desta lei, o aspirante a oficial e o guarda-marinha ficam equiparados a 2.º tenente.

TÍTULO II

DA SITUAÇÃO DE INATIVIDADE

CAPÍTULO I

*Da Agregação*

Art. 5.º A agregação é a situação do militar afastado temporariamente do serviço ativo de sua força, ou excedente ao respectivo quadro.

Art. 6.º O militar agregado fica sujeito às obrigações disciplinares concernentes às suas relações com outros militares e autoridades civis, salvo quando no exercício de funções eletivas previstas na Constituição, e quando designado para função civil que lhe dê precedência sobre outros militares mais graduados ou mais antigos.

Parágrafo único. O oficial agregado, por exceder ao respectivo quadro, permanecerá no desempenho de suas funções normais.

Art. 7.º O militar agrega mediante proposta da Diretoria do Pessoal ou órgãos equivalentes a que esteja subordinado logo após a publicação do ato que o afasta do seu quadro ou do serviço ativo.

Art. 8.º Será agregado ao respectivo quadro o oficial que:

- a) for julgado fisicamente incapaz, temporariamente, para o serviço militar após um ano de moléstia continuada;
- b) obtiver licença para tratamento de saúde em pessoa da família, por prazo superior a 6 (seis) meses;

- c) obtiver licença para aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos ou realizar estudos, no país ou no estrangeiro, por conta própria;
- d) obtiver licença para exercer atividade técnica de sua especialidade em organizações civis;
- e) obtiver licença para tratar de interesse particular, ou trabalhar na indústria particular;
- f) fôr condenado a pena restritiva de liberdade, maior de 6 (seis) meses e menor de 2 (dois) anos em sentença passada em julgado, enquanto durar sua execução;
- g) fôr declarado extraviado ou considerado desertor;
- h) fôr pôsto à disposição de Ministério civil, Governo Estadual, de Territórios ou do Distrito Federal, para o exercício de qualquer função;
- i) aceitar investidura eletiva de natureza pública;
- j) aceitar investidura de cargo civil de nomeação temporária;
- l) permanecer por mais de 6 (seis) meses sujeito a processo no fôro militar;
- m) ficar exclusivamente à disposição da Justiça Civil para se ver processar;
- n) exceder ao respectivo quadro por haver sido promovido indevidamente, ou por outro motivo.

Art. 9.º A agregação a que se refere o artigo anterior será:

- a) nos casos das letras c, d e e, pelo prazo mínimo de 3 (três) meses;
- b) nos mais casos, enquanto perdurar o motivo que determinou a agregação.

Art. 10. O militar agregado ficará adido, para efeito de alterações, vencimentos e vantagens, à Diretoria do Pessoal ou à unidade administrativa que lhe fôr designada, continuando a figurar no respectivo quadro, sem número, no lugar que até então ocupava, com a abreviatura "Ag" e anotações esclarecedoras de sua situação.

Art. 11. A reversão à atividade do militar agregado processar-se-á nas condições estabelecidas no decreto-lei n.º 9.693, de 2 de setembro de 1946.

## CAPÍTULO II

### Da Transferência para a Reserva

Art. 12. O militar passa para a reserva:

- a) a requerimento;
- b) *ex-officio*.

Art. 13. A transferência para a reserva, a requerimento, só poderá ser concedida ao militar que contar, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos de efetivo serviço e 6 (seis) meses no posto.

Art. 14. Será transferido *ex-officio* para a reserva:

- a) o militar que haja atingido a idade limite para permanência no serviço ativo;
- b) o militar nomeado para função civil de provimento efetivo;
- c) o militar que, ... (VETADO) ..... passar mais de 8 (oito) anos, consecutivos ou não, afastado da atividade militar;
- d) o militar que, depois de reformado por incapacidade física, fôr julgado apto em inspeção de saúde, desde que não haja atingido a idade limite de permanência na reserva;
- e) o oficial que fôr julgado incapaz para o acesso, de acordo com a respectiva lei de promoções;
- f) o oficial general e o oficial superior abrangidos pela cota compulsória destinada ao completamento do número mínimo de vagas referido no art. 17, obedecida a restrição do art. 19;
- g) o oficial general técnico, de serviço ou de classes anexas, que complete 4 (quatro) anos no último posto da hierarquia de paz de seu quadro;

h) o oficial general combatente que complete 4 (quatro) anos no último posto da hierarquia de paz de seu quadro e haja atingido a idade limite de permanência na ativa de oficial do posto imediatamente abaixo.

i) o oficial superior que complete 8 (oito) anos no último posto da hierarquia de paz no seu quadro e, no mínimo, a idade limite de permanência no serviço ativo de oficial do posto imediatamente abaixo. Esse prazo será acrescido de 2 (dois) anos se o oficial, ao completá-lo, já satisfizer às condições de acesso, de acordo com a lei de promoções.

Art. 15. ... (VETADO)...

Parágrafo único. ... (VETADO)...

Art. 16. A idade limite de permanência no serviço ativo, a que se refere o art. 14, é:

POSTOS	IDADES
	Exército Marinha Aeronáutica
General de Exército .....	66
Almirante de Esquadra .....	
Tenente-Brigadeiro (VETADO) .....	
General de Divisão .....	64
Vice-Almirante .....	
Major-Brigadeiro (VETADO) .....	
General de Brigada .....	62
Contra-Almirante .....	
Brigadeiro (VETADO) .....	
Coronel .....	60
Capitão de Mar-e-Guerra .....	
Coronel (VETADO) .....	
Tenente-Coronel .....	56
Capitão de Fragata .....	
Tenente-Coronel (VETADO) .....	

POSTOS	IDADES
	Exército Marinha Aeronáutica
Major . . . . .	52
Capitão de Corveta . . . . .	
Major (VETADO) . . . . .	
Capitão . . . . .	48
Capitão-Tenente . . . . .	
Capitão (VETADO) . . . . .	
1.º Tenente . . . . .	44
2.º Tenente . . . . .	40

## I. Na Aeronáutica e no Exército:

a) Para os oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais do Exército, Quadros de Oficiais Especialistas da Aeronáutica e Mestres de Música:

Postos	Idades
Major . . . . .	58
Capitão . . . . .	56
1.º Tenente . . . . .	54
2.º Tenente . . . . .	52

## b) Para as praças:

(VETADO)	Idades
Subtenente, suboficial . . . . .	52
1.º Sargento . . . . .	50
2.º e 3.º Sargento e taifeiro . . . . .	48
Cabo e soldado . . . . .	44

II. Na Marinha:

a) Para os oficiais do Quadro de Auxiliares da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais. Quadros de Patrões-Mores (em extinção), Professores do Ensino Elementar (em extinção) e Práticos-Mores:

<i>Postos</i>	<i>Idades</i>
Capitão de Corveta .....	60
Capitão-Tenente .....	58
1.º Tenente .....	56
2.º Tenente .....	54

b) Para as praças

<i>(VETADO)</i>	<i>Idades</i>
Suboficial .....	54
Sargentos .....	52
Marinheiro, soldado e taifeiro .....	50

Parágrafo único. Quando nos almanaques militares não figurar expressamente a data do nascimento dos oficiais (dia e mês), considerar-se-a, para efeito de idade limite compulsória, o dia 1.º de janeiro do ano referido nos respectivos almanaques.

Art. 17. A cota compulsória a que se refere a letra f do art. 14 é destinada a manter o equilíbrio e a regularidade de acessos nos diferentes quadros, assegurando, anualmente, um número mínimo de vagas, dentro dos seguintes limites:

a) Generais de divisão, vice-almirantes e maiores brigadeiros: 1/7 dos respectivos quadros;

b) Generais de brigada, contra-almirantes e brigadeiros: 1/7 dos respectivos quadros;

c) Coronéis do Exército, capitães de mar e guerra, coronéis aviadores, intendentes, médicos e farmacêuticos da Aeronáutica: de 1/10 a 1/8 dos respectivos quadros;

d) Tenente-coronéis do Exército, capitães de fragata, tenentes-coronéis aviadores, intendentes, médicos e farmacêuticos da Aeronáutica: de 1/20 a 1/10 dos respectivos quadros;

e) Maiores do Exército, capitães de corveta, maiores aviadores, intendentes, médicos, farmacêuticos e especialistas da Aeronáutica: de 1/30 a 1/10 dos respectivos quadros.

§ 1.º Anualmente no último trimestre, o Poder Executivo fixará, nos limites estabelecidos neste artigo, o número mínimo de vagas para os diferentes postos de cada uma das forças armadas, relativas ao ano em curso.

§ 2.º No cálculo das vagas necessárias ao complemento da cota compulsória serão abatidas, em cada posto, as resultantes das fixadas para o posto mais elevado. Neste cálculo serão computados como um inteiro as frações iguais ou superiores a um meio e desprezadas as mais.

§ 3.º As vagas decorrentes da aplicação da cota compulsória em um ano não serão computadas como vagas normais para a aplicação desse critério no ano seguinte ao referido neste parágrafo.

Art. 18. Quanto às vagas abertas, durante o ano, em um posto de oficial general cu oficial superior forem em número inferior ao mínimo estipulado no art. 17 e seu § 1.º, serão transferidos para a reserva, no ano seguinte, tantos oficiais do posto considerado quantos sejam necessários para completar aquele mínimo.

Parágrafo único. Quando qualquer dos quadros ... (VETADO) .... do artigo 17 tiver efetivo inferior a 4 (quatro) oficiais, a transferência para a reserva far-se-á ao completar o oficial 4 (quatro) anos de permanência no posto.



Art. 19. Só será atingido pela cota compulsória o oficial:

- a) que tiver mais de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo serviço, tratando-se de tenente-coronel, capitão de fragata, major ou capitão de corveta;
- b) que tiver mais de 30 (trinta) anos de efetivo serviço, sendo coronel, capitão de mar e guerra ou oficial general.

Parágrafo único. No quadro e posto em que, de acordo com o art. 20, a cota compulsória incide sobre oficial com menos tempo de serviço que o referido nas alíneas a e b deste artigo, a mesma não terá aplicação. Nessa hipótese, deixará de atingir, igualmente, o oficial mais moderno no posto, ainda que tenha tempo de serviço superior àqueles limites ou seja mais idoso.

Art. 20. A cota compulsória correspondente a 1 (um) ano civil será apurada na primeira quinzena de janeiro do ano subsequente pelas Comissões de Promoções do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que apresentarão aos respectivos Ministros a relação dos oficiais por ela abrangidos.

§ 1.º Na indicação dos oficiais destinados a integrar a cota compulsória será observada a seguinte ordem de preferência:

- a) para os oficiais gerais os mais idosos;
- b) para os mais oficiais, de acordo com o seguinte critério:

1.º os que não satisficam as condições de acesso por antiguidade, merecimento ou escolha, reguladas nas respectivas leis de promoção, estejam situados, sucessivamente, no primeiro quinto, quarto e terço dos respectivos quadros e dentre eles os mais idosos.

2.º os que não satisficam as condições de acesso por merecimento ou escolha, estejam situados sucessivamente no primeiro quinto, quarto e terço dos respectivos quadros e dentre eles os mais idosos;

3.º os mais idosos dos respectivos quadros e postos, e dentre eles os mais modernos.

§ 2.º Não serão atingidos pela cota compulsória os oficiais que estiverem agregados pelos motivos constantes da letra g do art. 8.º.

§ 3.º Será transferido para a reserva, embora sem abrir vaga, dos oficiais agregados e dos componentes de cada quadro A, B e T do Exército e, na Aeronáutica, dos que não ocupam número no almanaque, o mais idoso dos oficiais que forem mais idosos que cada um dos do quadro ordinário, do mesmo posto, atingido pela cota compulsória.

§ 4.º Os oficiais graduados para cálculo da cota compulsória, serão considerados no posto efetivo.

§ 5.º O critério da cota compulsória de transferência para a reserva aplica-se, também, ao pessoal dos quadros dos Serviços do Exército e da Aeronáutica, das classes anexas da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais.

Art. 21. Os oficiais indicados para integrarem a cota compulsória anual serão avisados imediatamente e terão, para apresentar recurso contra essa decisão, o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do respectivo aviso.

Parágrafo único. As Comissões de Promoções competirá examinar os recursos e enviá-los ao respectivo Ministro, para decisão final.

Art. 22. A transferência *ex-officio* para a reserva processar-se-á à medida que o oficial incida num dos casos previstos no art. 14, salvo quanto ao da letra f em que ela será feita até à primeira quinzena de fevereiro.

Art. 23. Não será concedida transferência para a reserva, mediante requerimento ao militar:

- a) que estiver respondendo a inquérito ou a processo em qualquer jurisdição;
- b) que estiver cumprindo pena de qualquer natureza;
- c) condenado em sentença passada em julgado e que importe em cassação de carta patente.

Art. 24. Enquanto não foi concedida a transferência para a reserva, ficará o militar no exercício de suas funções.

### CAPÍTULO III

#### Da Reforma

Art. 25. A reforma verifica-se:

- a) a pedido;
- b) *ex-officio*.

Art. 26. O direito de reforma, a pedido, só assiste ao oficial membro do magistério militar que conte mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, dos quais 10 (dez), no mínimo, de tempo de magistério militar.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 27. A reforma *ex-officio* será aplicada ao militar:

- a) condenado à pena de reforma por sentença passada em julgado;
- b) que atingir a idade limite de permanência na reserva;
- c) julgado inválido ou fisicamente incapaz definitivamente para o serviço ativo das forças armadas;
- d) julgado incapaz moral ou profissionalmente, em processo regular;
- e) incapacitado fisicamente após 2 (dois) anos de agregação, por esse motivo, se oficial e, quando praça, depois desse período de observação, mediante parecer da Junta Superior de Saúde, ainda mesmo que se trate de moléstia curável.

Art. 28. A idade limite de permanência na reserva é a de:

- a) oficial general, 68 anos; para oficial superior (inclusive membros do magistério militar), 64 anos; capitão, capitão-tenente e oficial subalterno, 60 anos;
- b) para praças, 56 anos.

Art. 29. Anualmente, no mês de fevereiro, a Diretoria Geral do Serviço Militar, no Exército, e as do Pessoal na Marinha e na Aeronáutica enviarão às autoridades competentes a relação dos militares, inclusive membros do magistério militar que houverem atingido a idade limite de permanência na reserva a fim de serem reformados.

Art. 30. A incapacidade no caso da letra c do art. 27 pode ser conseqüente a:

- a) ferimentos recebidos em campanha ou na manutenção da ordem pública ou enfermidade contraída nessa situação, ou que nela tenha a sua causa eficiente;
- b) acidente em serviço;
- c) doença adquirida em tempo de paz, com relação de causa e efeito às condições inerentes ao serviço;
- d) tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, câncer ou cardiopatia grave que torne o indivíduo total e permanentemente inválido para qualquer trabalho;
- e) acidente ou doença sem relação de causa e efeito com o serviço.

§ 1.º Os casos de que tratam as letras a, b e c deste artigo serão provados por atestados de origem inquérito sanitário de origem ou ficha de evacuação. Os termos de acidente, baixas ao hospital, papeletas de tratamento nas enfermarias e hospitais e os registros de baixa serão meios subsidiários para esclarecer a situação.

§ 2.º Nos casos de tuberculose, as Juntas Militares de Saúde deverão lançar mão, obrigatoriamente de observação clínica e de exames subsidiários repetidos, de modo que possam formar juízo seguro sobre a atividade ou evolução do processo durante o prazo de 6 (seis) meses.

§ 3.º Considera-se como alienação mental todo caso de distúrbios mental ou neuromental grave e persistente, no qual, esgotados os meios habituais de tratamento, permaneça lesão completa ou considerável da personalidade, destruindo a auto-determinação e pragmatismo, e tornando o indivíduo total e permanentemente inválido para qualquer trabalho.

§ 4.º Considera-se como paralisia todo caso de neuropatia grave e definitiva que afeta a motilidade, sensibilidade, troficidade e mais funções nervosas, no qual, esgotados os meios habituais de tratamento, permanecem distúrbios graves, extensos e definitivos, que tornem o indivíduo total e permanentemente inválido para qualquer trabalho.

§ 5.º São também equiparados às paralisias os casos de afecções osteomúsculo-articulares graves e crônicas (reumatismos graves, crônicos ou progressivos e doenças similares) nos quais, esgotados os meios habituais de tratamento, permaneçam distúrbios extensos e definitivos, quer osteomúsculo-articulares residuais, quer secundários das funções nervosas, motilidade, troficidade, ou mais funções que tornem o indivíduo total e permanentemente inválido para qualquer trabalho.

§ 6.º São equiparados à cegueira, não só os casos de afecções crônicas, progressivas e incuráveis que conduzirão à cegueira total, como também os casos de visão rudimentar, que apenas permitam a percepção de vultos, não suscetíveis de correção por lentes nem removíveis por tratamento médico cirúrgico.

Art. 31. Os incapacitados pelos motivos constantes das letras *a*, *b*, *c* e *d* do art. 30 serão reformados com qualquer tempo de serviço.

Art. 32. Os incapacitados pelo motivo constante da letra *e* do art. 30 serão reformados com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço:

- a*) os oficiais qualquer que seja o tempo de serviço;
- b*) as praças em geral com mais de 10 (dez) anos de serviço, salvo se julgadas incapazes de prover os meios de subsistência, quando poderão ser reformadas com qualquer tempo de serviço.

Art. 33. O militar julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes das letras *a* e *d*, do art. 30, será reformado no posto ou graduação imediata ao que possuir na ativa, com vencimentos e vantagens previstos no Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

§ 1.º Aplica-se o disposto neste artigo aos casos previstos nas letras *b* e *c* do art. 30 quando verificada a invalidez ou a incapacidade física, fôr o militar julgado também impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho.

§ 2.º Considera-se para efeito d'este artigo, como posto ou graduação imediata:

- a*) o de 2.º tenente para o aspirante a oficial, guarda-marinha, subtenente, suboficial, sargento-ajudante e 1.º .....(VETADO) ..... sargento.
- b*) a de 3.º sargento para as mais praças.

§ 3.º O disposto neste artigo e seus parágrafos é extensivo, a partir da data da publicação da presente lei e sem direito a proventos atrasados, aos militares que, por qualquer dos motivos nêles invocados, já estejam reformados.

§ 4.º Serão revistos, com base nas disposições dos §§ 3.º, 4.º, 5.º e 6.º do art. 30, a requerimento dos próprios interessados, dentro do prazo de 1 (um) ano, os pedidos de reforma anteriores à vigência desta lei e que hajam sido indeferidos.

§ 5.º Os oficiais das forças armadas que, em inspeção de saúde para promoção, forem julgados incapazes definitivamente para o serviço, serão reformados no posto imediato.

Art. 34. Para os fins do previsto no presente Capítulo são considerados:

- a*) aspirante a oficial, os alunos da Academia Militar das Agulhas Negras, Escola Naval e Escola de Aeronáutica, qualquer que seja o ano;
- b*) 3.º sargento, os alunos das Escolas Preparatórias de Cadetes, Escolas Preparatórias de Cadetes do Ar e Colégio Naval, qualquer que seja o ano.

Art. 35. A reforma isenta definitivamente o militar do serviço.

# CAPÍTULO IV

## Do Licenciamento ou Baixa do Serviço, Exclusão ou Expulsão

Art. 36. O licenciamento ou baixa do serviço é feito:

- a) a pedido;
- b) *ex-officio*.

Art. 37. O licenciamento a pedido poderá ser concedido, desde que não haja prejuízo para o serviço:

- a) ao oficial da reserva, após a prestação de serviço ativo durante 6 (seis) meses;
- b) à praça, desde que conte, no mínimo, a metade do tempo de serviço a que se obrigou.

Art. 38. O licenciamento *ex-officio* será aplicado:

a) por conclusão do tempo de serviço ou de estágio, assegurado, no primeiro caso, o direito a engajamento ou reengajamento, na forma da lei ou dos regulamentos;

b) por incapacidade física, quando não fôr o caso de reforma;

c) por haver a praça contraído matrimônio com infração do estabelecido no Decreto-lei n.º 9.698, de 2 de setembro de 1946.

Art. 39. O licenciamento ou baixa do serviço processar-se-á na forma do disposto no Decreto-lei n.º 9.698, de 2 de setembro de 1946, lei e regulamento do Corpo de Oficiais da Reserva e nos regulamentos particulares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Art. 40. Serão expulsas ou excluídas as praças que, com qualquer tempo de serviço, incorrerem na pena de exclusão ou expulsão do serviço militar, cominada nos regulamentos das forças armadas.

# CAPÍTULO V

## Da Demissão do Serviço Militar

Art. 41. A demissão do serviço militar poderá ser efetivada:

- a) a pedido;
- b) *ex-officio*.

Art. 42. A demissão a pedido será concedida:

a) sem indenização aos cofres públicos, se o militar contar mais de 5 (cinco) anos de oficialato;

b) mediante indenização das despesas oriundas dos cursos militares calculadas pelas respectivas escolas, nos mais casos.

Parágrafo único. O oficial demissionário a pedido ingressará na reserva no posto que tinha no serviço ativo e sua situação, inclusive promoções, será regulada pelo Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva.

Art. 43. A demissão *ex-officio* só se verificará por uma das seguintes causas:

a) sentença condenatória passada em julgado, cuja pena restritiva de liberdade individual ultrapasse de 2 (dois) anos;

b) declaração, em tempo de paz, pelo Superior Tribunal Militar ou em tempo de guerra externa ou civil por Tribunal especial, de indignidade para o oficialato ou de incompatibilidade com este nos seguintes casos:

1) quando houver perdido o oficial a qualidade de cidadão brasileiro;

2) nos casos previstos na legislação geral ou em legislação especial concernente à segurança do Estado;

3) quando fôr reconhecido professar o oficial doutrina nociva à disciplina, à defesa e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

Parágrafo único. O oficial demitido *ex-officio* perderá o posto e a patente.

## TÍTULO III

## DO CÔMPUTO DO TEMPO DE SERVIÇO PARA FINS DE INATIVIDADE

Art. 44. O cômputo do tempo de serviço para fins de inatividade obedece às regras estabelecidas neste Título e será feito *ex-officio* por ocasião da transferência do militar para a reserva, da sua reforma, licenciamento ou baixa do serviço.

Art. 45. Na aplicação desta lei e da legislação em vigor, as expressões relativas ao tempo de serviço prestado subordinar-se-ão às constantes do Decreto-lei n.º 9.698, de 2 de setembro de 1946.

Parágrafo único. Ficam assimilados pela forma seguinte às expressões constantes da legislação militar:

- a) tempo de efetivo serviço: "anos de efetivo serviço", "tempo de efetivo serviço" e "anos de serviço completos";
- b) anos de serviço "tempo de serviço", "anos de praça", "tempo", "anos de serviço", "tempo de praça", "tempo computável para fins de inatividade" e "anos de serviço público";
- c) (VETADO).

Art. 46. Na contagem de acréscimo será observado, além do que estabelece o Decreto-lei n.º 9.698, de 2 de setembro de 1946, o seguinte:

a) "período de estágio": o tempo passado dia a dia, em função nos corpos de tropa pelos oficiais da reserva de 2.ª classe, só computável quando assistir direito à transferência para a reserva remunerada, reforma ou ingresso em um dos quadros do Exército ativo;

b) "Curso de Escolas Preparatórias de Cadetes, Colégio Naval e Escola Preparatória de Cadetes do Ar": de acordo com os respectivos regulamentos;

c) (VETADO);

1) (VETADO);

2) (VETADO);

3) (VETADO);

4) (VETADO);

5) (VETADO);

§ 1.º (VETADO);

§ 2.º (VETADO);

Art. 47. O tempo de serviço dos militares beneficiados por anistia será contado como estabelecer o ato legal que a conceder.

Art. 48. Não é computável para efeito algum o tempo passado:

- a) em cumprimento de sentença judicial passada em julgado;
- b) em licença para tratamento de saúde de pessoa da família por prazo superior a 1 (um) ano;
- c) como desertor, desde que seja condenado pelo crime imputado.

## TÍTULO IV

## DISPOSIÇÕES FINAIS TRANSITÓRIAS

Art. 49. Os militares da Aeronáutica que, por enfermidade, acidente ou deficiência psico-fisiológica, verificada em inspeção de saúde na forma regulamentar, forem considerados definitivamente incapacitados para o exercício de atividade aérea exigida pelos regulamentos específicos só serão julgados em situação de inatividade se essa incapacidade o fôr também para todo o serviço militar.

Parágrafo único. A legislação própria da Aeronáutica regula a situação do pessoal, enquadrado neste artigo, tanto em relação ao desempenho de funções técnicas e administrativas quanto em face da respectiva transferência para a categoria de extranumerários nos quadros de combatentes.

Art. 50. Os Ministros militares poderao mandar incluir no Asilo de Invalidos da Patria, a pedido ou *ex-officio*, para nelle residirem, as praças reformadas por invalidez que não possam prover a sua subsistencia.

Art. 51. Os suboficiaes e subtenentes, quando transferidos para a reserva, serão promovidos ao posto de 2.º tenente, desde que tenham mais de 25 (vinte e cinco) annos de efectivo serviço.

§ 1.º Serão promovidos, tambem, ao posto de 2.º tenente, quando transferidos para a reserva, os primeiros sargentos de qualquer das forças armadas se tiverem mais de 25 (vinte e cinco) annos de efectivo serviço e curso que os habilitem ao exercicio das funções daquelle posto.

§ 2.º As mais praças, que contem mais de 25 (vinte e cinco) annos de efectivo serviço, ao serem transferidas para a reserva, serão promovidas a graduação immediata.

Art. 52. Fica assegurado aos sargentos-ajudantes, ainda existentes no Exército, todo e qualquer direito concedido por legislação anterior.

Art. 53. Ficam asseguradas às praças que, na data da vigência do Decreto-lei n.º 9.698, de 2 de setembro de 1946, já tinham preenchido as condições necessárias a passagem para a reserva, a pedido, as honras, vencimentos e vantagens concedidos pelo art. 32 da Lei de Inatividade dos Militares a que se refere o Decreto-lei n.º 197, de 22 de janeiro de 1938.

Art. 54. O official que contar mais de 35 (trinta e cinco) annos de efectivo serviço, após o ingresso na inatividade:

I. Será promovido ao posto immediato, se possuir o curso que o habilite para o accesso;

II. Terá os proventos correspondentes ao posto immediato, com direito ao montepio e com as vantagens que lhe competirem de acôrdo com o Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, se não possuir o curso que o habilite ao accesso;

III. Terá os proventos aumentados de 20% (vinte por cento) e vantagens do referido Código, se occupante do último posto da hierarquia militar, em tempo de paz.

Parágrafo unico. Os officiaes transferidos para a inatividade, na forma das letras *a* e *f* do art. 14, terão direito aos vencimentos integrais do seu posto (sôdo e gratificação), acrescidos das vantagens que lhes competirem, de acôrdo com o Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares. Se contarem mais de 30 (trinta) annos de efectivo serviço, terão as vantagens do item II dêste artigo.

Art. 55. Serão promovidos ao posto immediato, a contar da data da publicação desta lei, os primeiros-tenentes professores do Quadro de Professôres do Ensino Elementar da Marinha, que foram transferidos para a reserva remunerada ou reformados com 30 (trinta) ou mais annos de serviço antes do Decreto-lei n.º 5.991, de 12 de novembro de 1943.

Art. 56. (VETADO).

Art. 57. Os officiaes da reserva remunerada, ou reformados, aos quaes, por motivo de relevantes serviços prestados ao pais, e em virtude de expressa disposição de lei, seja sido outorgada carta patente das honras do posto immediatamente superior nelle serão considerados efetivados, decorridos 4 (quatro) annos dessa outorga.

Art. 58. As promoções para a inatividade previstas nesta lei serão concedidas sem prejuizo de outra assegurada por lei especial, respeitado o limite do artigo seguinte.

Art. 59. Em nenhum caso poderá o militar (VETADO) .....  
...atingir mais de dois postos acima do que tiver na ativa .....  
..... (VETADO) ..... bem como auferir proventos superiores aos do segundo posto.

Parágrafo único. As restrições deste artigo não se aplicam aos casos em que os subtenentes, suboficiais e sargentos, de acordo com a legislação em vigor, têm direito à promoção ao posto de 2.º tenente, não podendo, entretanto, ter mais de um posto além deste.

Art. 60. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, salvo:

1) No Exército:

a) quanto ao disposto nas letras *g* e *h* do art. 14, *a* e *b* do art. 17 — 6 (seis) meses após a publicação desta lei;

b) quanto ao disposto na letra *c* do art. 17 — 1 (um) ano após a publicação desta lei;

c) quanto ao disposto nas letras *d* e *e* do art. 17 — 3 (três) anos após a publicação desta lei.

2) Na Marinha:

Quanto ao disposto no art. 17, à proporção que forem preenchidas, em cada posto, dos diversos corpos e quadros, as vagas resultantes da execução da Lei n.º 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951.

3) No Exército, na Marinha e na Aeronáutica:

Quanto ao disposto no parágrafo único do art. 18 — 3 (três) anos após a publicação desta lei.

Art. 61. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Edmundo Jordão Amorim do Vale.

Henrique Lott.

Eduardo Gomes.

LEI N.º 2.371 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ... 26.111.410,00, para pagamento do abono de emergência e salário-família ao pessoal do Quadro Extraordinário da Universidade do Brasil.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 26.111.410,00 (vinte e seis milhões, cento e onze mil quatrocentos e dez cruzeiros) para atender ao pagamento do abono de emergência e de salário-família a que faz jus o pessoal do Quadro Extraordinário da Universidade do Brasil, desde dezembro de 1952 até o exercício de 1954, inclusive.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

*pmj*: JOÃO CAFÉ FILHO.

4723/54 Candido Mota Filho.  
Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.372 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1954

*Transfere para o Quadro Permanente do Ministério da Guerra, cargo isolado, de provimento efetivo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' transferido do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra

para o Quadro Permanente daquele Ministério o atual cargo isolado, padrão K, de chefe das oficinas da Imprensa Militar, sem aumento de despesa.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Henrique Lott.

LEI N.º 2.373 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1954

*Cria a Universidade do Ceará, com sede em Fortaleza, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É criada a Universidade do Ceará, com sede em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, e integrada no Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior.

Parágrafo único. A Universidade terá personalidade jurídica e gozará de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, na forma da lei.

Art. 2.º A Universidade compor-se-á dos seguintes estabelecimentos federais de ensino superior:

a) Faculdade de Direito (Decreto-lei n.º 8.827, de 24 de janeiro de 1946);

b) Faculdade de Farmácia e Odontologia (Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950);

c) Escola de Agronomia (Lei número 1.055, de 16 de janeiro de 1950);

d) Faculdade de Medicina do Ceará (Decreto n.º 22.397, de 7 de março de 1951).

Parágrafo único. A agregação de outro curso ou de outro estabelecimento de ensino depende de parecer favorável do Conselho Universitário e de deliberação do Governo, na forma da lei, e assim a desagregação.

Art. 3.º O patrimônio da Universidade será formado:

a) pelos bens imóveis e móveis pertencentes ao Patrimônio da União e ora utilizados pelos estabelecimentos referidos no artigo anterior e que lhe são transferidos por esta lei;

b) pelos bens e direitos que forem adquiridos;

c) pelos legados e doações legalmente aceitos;

d) pelos saldos da receita própria e dos recursos orçamentários que lhe forem destinados.

Parágrafo único. A aplicação desses saldos depende de deliberação do Conselho Universitário e só o poderá ser em bens patrimoniais ou em equipamentos, instalações e pesquisas, vedada qualquer alienação sem expressa autorização do Presidente da República.

Art. 4.º Os recursos para manutenção e desenvolvimento dos serviços provirão das dotações orçamentárias que lhes forem atribuídas pela União, das rendas patrimoniais; das receitas de taxas escolares, retribuição e atividades remuneradas de laboratórios, doações, auxílios, subvenções e eventuais.

Parágrafo único. A receita e a despesa da Universidade constarão de seu orçamento; e a comprovação dos gastos se fará nos termos da legislação vigente, obrigados todos os depósitos em espécie no Banco do Brasil, cabendo ao reitor a movimentação das contas.

Art. 5.º O Estatuto da Universidade do Ceará, que obedecerá os moldes dos das Universidades federais, com a variante regional, será baixado por decreto do Presidente da República dentro em 120 (cento e vinte) dias, nos termos da Lei n.º 20, de 10 de fevereiro de 1947.

Art. 6.º É federalizada, independente do disposto no art. 17 da Lei n.º 1.254 de 4 de dezembro de 1950, a Faculdade de Medicina do Ceará.

Parágrafo único. São criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura — Faculdade de Medicina do Ceará — 37 cargos de professor catedrático.

Art. 7.º Para a execução do disposto nesta lei, são criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, um cargo de reitor.



padrão CO-3: duas funções gratificadas, sendo uma de secretário FG-5 e uma de chefe de secretaria FG-7; ficando autorizado o Poder Executivo a abrir o crédito especial de ..... Cr\$ 364.800,00 (oitocentos e sessenta e quatro mil e oitocentos cruzeiros) assim discriminado:

	Cr\$
a) Pessoal Permanente	211.200,00
b) Pessoal Extranumerário	300.000,00
c) Material	353.600,00

Parágrafo único. As funções gratificadas poderão ser exercidas por extranumerários.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Cândido Mota Filho.  
Eugenio Gudim.

LEI N.º 2.374 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 52.000.000,00, destinado ao pagamento de gratificação por trabalho com risco de vida ou de saúde.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento da gratificação por trabalho com risco de vida ou de saúde, nos termos do art. 145, item VI, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, relativa aos exercícios de 1953 e 1954, a saber:

	Cr\$
Exercício de 1953	12.000.000,00
Exercício de 1954	40.000.000,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Henrique Loth.  
Eugenio Gudim.

LEI N.º 2.375 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1954

*Dispõe sobre a inscrição no Registro Público da emancipação por outorga do pai ou da mãe.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A inscrição no Registro Público da emancipação por outorga do pai ou da mãe (Código Civil, artigo 12, n.º 2) não depende de homologação judicial.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, inclusive o § 2.º do art. 16 do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939.

Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

3354/53 Miguel Seabra Fagundes.

LEI N.º 2.376 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1954

*Revigora, pelo prazo de dois anos, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000,00, autorizado pela Lei n.º 1.765, de 22 de outubro de 1952, para ocorrer a despesas de exercícios findos.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' revigorado, pelo prazo de 2 (dois) anos, a partir de 1955, o crédito especial de Cr\$.....

1.000.000.000,00 um bilhão de cruzeiros), autorizado pela Lei n.º 1.705, de 22 de outubro de 1952, e aberto pelo Decreto n.º 32.421, de 12 de março de 1953, para ocorrer a despesas de exercícios findos.

Art. 2.º Do referido crédito será destacada a parcela de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), destinada a ocorrer ao pagamento da gratificação pela prestação de serviços extraordinários, com base no art. 145, alínea III, e na forma do estipulado no art. 150, alínea I, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, aos funcionários designados para procederem ao estudo e preparo dos processos de exercícios findos, existentes na Diretoria da Despesa Pública.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 86.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Eugenio Gudín.

LEI N. 2.377, DE 22 DE  
DEZEMBRO DE 1954

*Dispõe sobre o provimento de cargos da carreira de Detetive do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. — Departamento Federal de Segurança Pública.*

O Presidente da República resolve:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O provimento de cargos da carreira de Detetive do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Departamento Federal de Segurança Pública — é privativo dos alunos habilitados no Curso de Detetive da Escola de Polícia do mesmo Departamento

§ 1.º As nomeações obedecerão rigorosamente à ordem de classificação.

§ 2.º Em igualdade de condições, as nomeações obedecerão à seguinte ordem:

a) os servidores do Departamento Federal de Segurança Pública;

b) os servidores públicos;  
c) os demais habilitados.

Art. 2.º Só poderão matricular-se no Curso os portadores de certificado da 4.ª série ginasial, de 18 a 30 anos de idade.

Art. 3.º As condições de matrícula, o regime escolar e outras providências necessárias à plena execução desta Lei serão objetos de Regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo, 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 4.º O primeiro Curso de Detetive será iniciado no corrente ano.

Art. 5.º ... (Vetado) ...

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 86.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Miguel Seabra Fagundes.

LEI N.º 2.378

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

LEI N.º 2.379 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1954

*Abre pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 3.400.000,00, destinado à realização, em Paris, da Exposição "Vida e Obra de Carlos Chagas".*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É aberto pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil cruzeiros), destinado à Exposição "Vida e Obra de Carlos Chagas", a realizar-se em Paris no Palácio da Descoberta, de 10 de dezembro de 1954 a 20 de janeiro de 1955.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Raul Fernandes.

Eugenio Gudín.

LEI N.º 2.380

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

LEI N.º 2.381 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1954

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 360.000.000,00, para atender ao pagamento de despesas no exercício de 1953.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de cruzeiros) para atender ao pagamento de despesas no exercício de 1953.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Edmundo Jordão Américo do Vale  
Eugenio Gudín

LEI N.º 2.382 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1954

*Dispõe sobre a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 1.350.000,00, para pagamento da diferença de proventos de inatividade a funcionários aposentados da Secretaria da Câmara dos Deputados.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º O Poder Executivo abrirá, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil cruzeiros) para pagamento da diferença de proventos de inatividade, correspondente ao período de 1 de abril a 31 de dezembro de 1953, aos funcionários aposentados da Secretaria da Câmara dos Deputados, de acordo com a Resolução n.º 492, de 5 de julho de 1954, da Câmara dos Deputados, que aos mesmos estendeu os efeitos da Lei n.º 2.188, de 3 de março de 1954, que altera os valores dos símbolos referentes ao pagamento de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas do Poder Executivo da União e dos Territórios, e dá outras providências.

Art. 2.º O crédito de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, dispensada a exigência do art. 93 do Regulamento Geral do Código de Contabilidade Pública.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Eugenio Gudín

## APENSO

Figura neste apenso a lei que, expedida em trimestre anterior, foi publicada no "Diário Oficial" depois do segundo dia útil, do quarto trimestre de 1954.



# ATO DO PODER LEGISLATIVO

1954

LEI N.º 2.284 — DE 9 DE AGOSTO  
DE 1954

*Dispositivos do projeto que se transformou na Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954, vetados pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, os seguintes dispositivos da Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954:

Art. 2.º A partir da data da publicação desta Lei, só poderá ser admitido extranumerário para função de natureza reconhecidamente transitória como contratado, quando as atribuições forem técnico-científicas, e como tarefeiro para atividades de natureza subalterna ou braçal.

§ 1.º As propostas relativas a essas admissões serão encaminhadas ao Presidente da República, por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público que examinará, em cada caso, a natureza e a transitoriedade das funções.

§ 2.º Ao pessoal admitido por essa forma não se aplica o disposto no art. 1.º desta Lei, salvo se as funções para que forem admitidos se tornarem de caráter permanente, devidamente comprovado pelo Departamento Ad-

ministrativo do Serviço Público e o Ministério ou órgão interessado.

§ 3.º O Departamento Administrativo do Serviço Público, Ministérios, órgãos subordinados ao Presidente da República e autarquias manterão comissões permanentes para orientar e fiscalizar a aplicação do disposto neste artigo, tendo especial atenção para as normas em vigor relativas à administração de pessoal, orçamento e organização.

§ 4.º Nessas comissões, figurarão obrigatoriamente três representantes do Departamento Administrativo do Serviço Público, sendo um especializado em pessoal, outro em orçamento e outro em organização.

§ 5.º Essas comissões organizarão tabelas para o pessoal contratado e tarefeiro e controlarão as admissões e as verbas para o pagamento respectivo, podendo o Governo incumbir-las da aplicação, controle e fiscalização de outras verbas federais ou das entidades enumeradas nesta Lei, especialmente aquelas destinadas a obras, subvenções, auxílios e acordos, ficando também essas comissões, no campo de sua competência, com a obrigação de prestar todo o auxílio técnico que lhes forem solicitado pelas autoridades federais, estaduais, municipais e autárquicas.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.



## **E M E N T A R I O**

**Leis e decretos publicados nos volumes VII e VIII, de 1954, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos.**





## EMENTÁRIO

### A

#### "A MERIDIONAL" - COMPANHIA DE SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, aumento do capital e extensão das operações aos Ramos Elementares, inclusive mudança de denominação da "A Meridional" — Companhia de Seguros de Acidentes do Trabalho.*

Decreto n. 36.436 — de 5 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 19 de novembro de 1954.

#### A. P. GREEN DO BRASIL S.A.

*Concede à A. P. Green do Brasil S. A. Comercial, Industrial e Técnica, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 36.591 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1954.

#### ABASTECIMENTO NACIONAL DO PETRÓLEO

Ver: *Petróleo.*

### ACORDOS

Decreto-legislativo n.º 41 — de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954.

### ACORDOS

— *Promulga o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos entre o Brasil e Portugal, firmado em Lisboa, a 16 de dezembro de 1946.*

Decreto n. 35.902 — de 26 de julho de 1954.

Retificado no D. O. de 26 de outubro de 1954.

— *Promulga o Acôrdo para rescisão e renovação do Acôrdo Internacional do Trigo concluído em Washington, em 13 de abril de 1953.*

Decreto n. 36.618 — de 17 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1954.

### ACUMULAÇÕES REMUNERADAS

*Altera a redação do art. 2.º e seu parágrafo único do Decreto n.º 35.956, de 2 de agosto de 1954.*

Decreto n. 36.479 — de 19 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 24 de novembro de 1954.

### ADIANTAMENTOS

Decreto-legislativo n.º 43 — de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954.

## AERONAUTICA

*Inclui na reserva de 3.ª Categoria da Força Aérea Brasileira, nos termos do art. 1.º da Lei n.º 438, de 18 de outubro de 1948, os portadores de licenças de piloto, de navegador, de mecânico de voo, de rádio-operador de voo e de mecânico de manutenção, concedidas pela Diretoria de Aeronáutica Civil.*

Lei n. 2.336 — de 19 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de novembro de 1954.

*— Estabelece o posto a que devem ser promovidos os alunos dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva vitimados por acidentes na instrução e no serviço, e dá outras providências.*

Lei n. 2.343 — de 25 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

*— Regula a inatividade dos militares.*

Lei n. 2.370 — de 9 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1954.

*— Dispõe sobre a circulação aérea e dá outras providências.*

Decreto n. 36.297 — de 7 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1954.

*— Altera a letra b, do art. 4.º do Regulamento da Escola de Aeronáutica, aprovado pelo Decreto n.º 30.698, de 1.º de abril de 1952.*

Decreto n. 36.355 — de 20 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1954.

*— Altera os arts. 3.º e 4.º do Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, aprovado pelo Decreto n.º 30.976, de 10 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.356 — de 20 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1954.

## AERONAUTICA

*— Altera o Regulamento da Escola de Aeronáutica.*

Decreto n. 36.459 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

*— Dá nova redação ao art. 6.º do Regulamento baixado com o Decreto n.º 30.976, de 10 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.460 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

*— Aprova o Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube de Aeronáutica.*

Decreto n. 36.477 — de 13 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1954.

*— Altera a redação do art. 9.º e parágrafo único do art. 60, do Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 36.520 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1954.

*— Aprova o Regulamento de Estatística da Aeronáutica.*

Decreto n. 36.523 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

*— Altera as instruções para o Asilo de Inválidos da Pátria, aprovadas pelo Decreto n.º 2.774, de 20 de junho de 1938, e retificadas pelo de número 3.547, de 31 de dezembro de 1938.*

Decreto n. 36.576 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

## AERONAUTICA

— *Dá nova redação ao n.º 23 do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas.*

Decreto n. 36.663 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— *Retifica o Decreto n.º 35.509, de 17 de maio de 1954.*

Decreto n. 36.679 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

## AFORAMENTO

Ver: *Terrenos de marinha.*

## AGALMATOLITO

*Renova o Decreto n.º 31.148, de 18 de julho de 1952.*

Decreto n. 36.416 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1954.

## AGATA

*Autoriza o cidadão brasileiro Theophilus Badin a pesquisar amianto ágata e associados no município de Boa Nova, Estado da Bahia.*

Decreto n. 36.345 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

## AGENTE DE ESTRADA DE FERRO

*Suprime cargos extintos.*

(M.V.O.P. — Q.V. — P.S.)

Decreto n. 36.445 — de 8 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

— *Suprime cargos extintos.*

(M.V.O.P. — Q.V. — P.S.)

Decreto n. 36.661 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

## ÁGUA MARINHA

*Autoriza o cidadão brasileiro João Expedito de Magalhães a pesquisar água marinha e associados, no município de Itabira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.340 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

## ÁGUA MINERAL

*Autoriza a empresa de mineração Lage & Cia. a pesquisar água mineral no município de Santo André, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.426 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Fariseus-Arraial, Arraial e Arraial, respectivamente, nos trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 36.136 — de 6 de setembro de 1954.

Retificado no D. O. de 15 de outubro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Pico, Brumado e Brumado, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 36.147 — de 6 de setembro de 1954.

Retificado no D. O. de 18 de outubro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Maranhão.*

Decreto n. 36.148 — de 6 de setembro de 1954.

Retificado no D. O. de 16 de outubro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Batalha.*

Decreto n. 36.360 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

**AGUAS PÚBLICAS**

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Grande.*

Decreto n. 36.361 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio "Quebra Frascos".*

Decreto n. 36.526 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Três Barras.*

Decreto n. 36.527 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Paciência-Bebedouro, Bebedouro-Piedade e Piedade, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 36.528 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Boa Sorte, Guarani e Guarani, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 36.529 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Buriti dos Almeida.*

Decreto n. 36.530 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

**AJUDANTES DE DESPACHANTES ADUANEIROS**

*Estende a todos os Sindicatos dos ajudantes de despachantes aduaneiros os benefícios do Decreto-lei número 9.158, de 9 de abril de 1946.*

Lei n. 2.340 — de 20 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

**ALOJAMENTO DA TRIPULAÇÃO A BORDO**

*Promulga a Convenção (n.º 92), relativa ao alojamento da tripulação a bordo (revista em 1949), adotada em Genebra, a 18 de junho de 1949, por ocasião da XXXII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.*

Decreto n. 36.378 — de 22 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1954.

**"ALUMINIUM IMPORT CORPORATION"**

*Concede à Sociedade anônima "Aluminium Import Corporation" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 36.442 — de 5 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

**AMARAL, MACHADO & CIA. LTDA.**

*Autoriza a empresa de mineração Amaral, Machado & Cia. Ltda.; a pesquisar conchas calcárias e associados no Município de Santos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.548 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

**AMETISTA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Hipólito Joaquim Ribeiro a pesquisar ametistas e associados no município de Independência, Estado do Ceará.*

Decreto n. 36.700 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

## AMIANTO

*Autoriza o cidadão brasileiro Theophilo Badin a pesquisar amianto, ágata e associados no município de Boa Nova, Estado da Bahia.*

Decreto n. 36.345 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar amianto e associados no município de Pirenópolis, Estado de Goiás.*

Decreto n. 36.699 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

— *Autoriza a empresa de mineração S. Barreto & Filhos a pesquisar amianto e associados no município de Batatna, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 36.611 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

## ANDRÉA SALVINI & CIA. LTDA.

*Autoriza a empresa de mineração Andréa Salvini & Cia. Ltda. a pesquisar calcário, mármore e associados no Município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.588 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

## APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO DE ORGANIZAÇÃO E DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA

*Torna público que os Governos do Uruguai e do Egito depositaram os respectivos instrumentos de ratificação da Convenção relativa à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva (Convenção n.º 98).*

Decreto n. 36.394 — de 29 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

## APRENDIZES MARINHEIROS

*Aprova o Regulamento para as Escolas de Aprendizes Marinheiros.*

Decreto n. 36.354 — de 20 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1954.

Retificado no D. O. de 26 de outubro de 1954.

## ARDÓSIA

*Autoriza a firma Ardósias Brasil Ltda. a pesquisar ardósia no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.610 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

## ARDÓSIAS BRASIL LTDA.

*Autoriza a firma Ardósias Brasil Ltda. a pesquisar ardósia no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.610 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

## AREIA QUARTZOSA

*Autoriza o cidadão brasileiro João Panissi a pesquisar areia quartzosa e associados nos municípios de Barreiros, Morro Agudo e Guaira, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.588 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

— *Autoriza a cidadã brasileira Laudelina Lopes Monasterio a pesquisar areia quartzosa no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.636 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

**AREIA QUARTZOSA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Abukater a pesquisar areia quartzosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.639 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— *Autoriza a empresa de mineração São João Del Rei Indústria de Minérios Ltda. a pesquisar areia quartzosa e associados, no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.701 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

— *Autoriza a empresa de mineração São João Del Rei, Indústria de Minérios Ltda., a pesquisar areia quartzosa e associados, no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.703 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

**ARGILA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Elias João Jorge a pesquisar argila, no município de São Simão, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.279 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Elias João Jorge a pesquisar argila, no município de São Simão, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.280 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

**ARGILA**

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Beatriz Nogueira Neiva de Figueiredo e Antônio José de Mello Nogueira, a pesquisar argila e associados no município de Suzano, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.342 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro a lavar argila e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.380 — de 23 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1954.

— *Autoriza a empresa de mineração Lavras Santo Amaro Ltda., a pesquisar argila e associados, no município de Suzano, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.430 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Laurenza a pesquisar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.452 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1954.

— *Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a lavar calcário e argila no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 36.541 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1954.

**ARGILA REFRAATÁRIA**

*Autoriza o cidadão brasileiro José Domingues Siqueira a lavar argila refratária no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.379 — de 23 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1954.

## ARMADA

*Estabelece o posto a que devem ser promovidos os alunos dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva vítimas por acidentes na instrução e no serviço, e dá outras providências.*

Lei n. 2.343 — de 25 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

— *Dispõe sobre a concessão da medalha naval "Serviços de Guerra" a oficiais e tripulantes da Marinha Mercante Nacional que, no período de 15 de fevereiro a 22 de agosto de 1942, tenham sofrido ato de agressão no mar.*

Lei n. 2.344 — de 25 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— *Regula a inatividade dos militares.*

Lei n. 2.370 — de 9 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1954.

— *Altera as instruções para o Asilo de Inválidos da Pátria, aprovadas pelo Decreto n.º 2.774, de 20 de junho de 1938, e retificadas pelo de n.º 3.547, de 31 de dezembro de 1938.*

Decreto n. 36.576 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

— *Altera o Decreto n.º 30.955, de 7 de junho de 1952, que dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.*

Decreto n. 36.577 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

— Ver, também, *Marinha*.

— *Dá nova redação ao n. 23 do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas.*

Decreto n. 36.663 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

## ARMADA

— *Retifica o Decreto n. 36.509, de 17 de maio de 1954.*

Decreto n. 36.679 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

## ARSENAL DE MARINHA

*Aprova o Regulamento para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.358 — de 25 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1954.

## ARTÍFICE

*Suprime cargos extintos.*

(M. Aer. — Q.S.)

Decreto n. 36.294 — de 7 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1954.

## ASFALTO

*Inclui os solventes, a parafina, o asfalto e as graxas derivadas de petróleo, no regime estatuido pelo Decreto n. 4.071, de 12 de maio de 1939.*

Decreto n. 36.333 — de 23 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1954.

## ASILO DE INVALIDOS DA PATRIA

*Altera as instruções para o Asilo de Inválidos da Pátria, aprovadas pelo Decreto n. 2.774, de 20 de junho de 1938, e retificadas pelo de n. 3.547, de 31 de dezembro de 1938.*

Decreto n. 36.576 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

## ASILO DIPLOMÁTICO

*Torna público que o Governo da República Dominicana denunciou as Convenções de Havana, de 1928, e de Montevidéu, de 1933, sobre Asilo Diplomático.*

Decreto n. 36.480 — de 20 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1954.



### ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

*Declara de utilidade pública a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, com sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.359 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1954.

### ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES CIVIS DO BRASIL

*Inclui a Associação dos Servidores Civis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre as entidades consignatárias de que trata a Lei n. 1.046, de 2 de janeiro de 1950.*

Lei n. 2.339 — de 20 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

### AUTARQUIAS

*Veda alterações nos quadros de pessoal dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, e dá outras providências.*

Decreto n. 33.443 — de 5 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1954.

### AUTARQUIAS

*— Altera a redação do art. 2.º e seu parágrafo único do Decreto n.º 35.956, de 2 de agosto de 1954.*

Decreto n. 36.479 — de 19 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 24 de novembro de 1954.

### AUXILIAR DE ENGENHEIRO

*Suprime cargos extintos.*

(M.V.O.P. — Q.V. — P.S.)

Decreto n. 36.445 — de 8 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954.

### AUXÍLIO PARA TRANSPORTE

*Altera a alínea a do art. 1.º do Decreto n.º 28.953, de 11 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 36.377 — de 22 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

### AUXÍLIOS

*Ver: Subvenções.*

### AValiação JUDICIAL

*Regula o processo a adotar na avaliação judicial prevista no § 3.º, do art. 92, do Regulamento que acompanha o Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947.*

Decreto n. 36.597 — de 10 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

### AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL

*Torna público o depósito por parte do Governo do Equador, do Instrumento de ratificação da Convenção Civil Internacional, concluída em Chicago, a 7 de dezembro de 1944.*

Decreto n. 36.376 — de 22 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

## B

### BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

*Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, empréstimos que serão aplicados em obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.559 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

## BAUXITA

*Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Ltda. a pesquisar bauxita e associados, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.642 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

## BERCO - INDÚSTRIA QUÍMICA MINERAL S. A.

*Autoriza a empresa de mineração Berco - Indústria Química Mineral S. A. a pesquisar monazita e associados no município de Açu, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.421 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1954.

— *Autoriza a empresa de mineração Berco - Indústria Química Mineral S. A. a pesquisar monazita e associados nos municípios de Ipanguaçu e São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.424 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

— *Autoriza Berco, Indústria Química Mineral S. A. a pesquisar cassiterita e associados no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.589 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

## BERILO

*Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Duboc Sobrinho a pesquisar mica, caulim, berilo e associados no município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.455 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1954.

## "BRASIL" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital da "Brasil", Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto n. 36.564 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

## C

### CAIXA DE CRÉDITO DA PESCA

*Dispõe sobre as gratificações atribuídas aos membros e Superintendente da Caixa de Crédito da Pesca.*

Decreto n. 36.412 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1954.

### CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

Decreto-legislativo n.º 51 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

### CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Altera a Lei n.º 1.147, de 25 de junho de 1950, que estabelece medidas de amparo e assistência aos ex-combatentes.*

Lei n. 2.355 — de 29 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— *Veda alterações nos quadros de pessoal dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.443 — de 5 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1954.

**CAIXAS ECONÔMICAS**

*Altera a Lei n.º 1.147, de 25 de junho de 1950, que estabelece medidas de amparo e assistência aos ex-combatentes.*

Lei n. 2.555 — de 29 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

**CALCÁRIO**

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 35.564, de 26 de maio de 1954.*

Decreto n. 36.277 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião da Assumpção a pesquisar calcário e associados, no município de Candeias, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.309 — de 8 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Gonçalves Fraga a pesquisar calcário e associados, no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.339 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

— *Autoriza a cidadã brasileira Ercenia Helena Groschke Harley a pesquisar calcário no município de Paulista, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 36.341 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

— *Autoriza a Incogramar — Indústrias Reunidas de Extração e Comércio de Mármore e Granito Ltda., a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.344 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

**CALCÁRIO**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Octavio S. Rolim a pesquisar calcário e associados no município de Apiaí, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.422 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

— *Renova o Decreto n.º 31.185, de 25 de julho de 1952.*

Decreto n. 36.531 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a lavrar calcário e argila no município de Cachoeira do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 36.540 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a lavrar calcário e argila no município de Cachoeira do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 36.541 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

— *Autoriza a empresa de mineração Pedro & Leite Ltda. a pesquisar calcário e associados no município de Rio Claro, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.549 — de 4 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Pereira a pesquisar calcário e associados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.555 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

**CALCÁRIO**

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Amaury Beck e Maria Eulália Faugundes Beck a pesquisar calcário e associados no Município de Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.584 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

— *Autoriza a empresa de mineração Andréa Salvani & Cia. Ltda. a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.588 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Clovis Ferro Costa e Urbano Ferro Costa a pesquisar calcário e associados no município de Capanema, Estado do Pará.*

Decreto n. 36.612 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Oscar Pinto a pesquisar calcário e associados no município de Barroso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.613 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Abdou Moreira Holanda a pesquisar calcário e associados, no município de Capanema, Estado do Pará.*

Decreto n. 36.614 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ademar Fagundes de Azambuja a pesquisar calcário no município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.615 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

**CALCÁRIO**

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria José de Jesus Vasques a pesquisar calcário e associados no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.616 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

— *Renova o Decreto n.º 30.802, de 30 de abril de 1952.*

Decreto n. 36.632 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel de Matos Júnior a pesquisar calcário e associados no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.638 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Lins a pesquisar calcário e associados, no município de Itaituba, Estado do Pará.*

Decreto n. 36.695 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Lins a pesquisar calcário e associados no município de Itaituba, Estado do Pará.*

Decreto n. 36.696 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria José de Aquino a lavrar calcário e associados, no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.698 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

**CALCÁRIO**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Lins a pesquisar calcário e associados no município de Itaituba, Estado do Pará.*

Decreto n. 36.702 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Lins a pesquisar calcário e associados no município de Itaituba, Estado do Pará.*

Decreto n. 36.704 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

**CALCÁRIO CONCHÍFERO**

*Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a pesquisar calcário conchífero no município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.281 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Abertura de crédito:

Ver: *Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

**"CAMPAÑA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS"**

*Declara de utilidade pública a "Campanha Nacional de Educandários Gratuitos", associação civil, com sede nesta Capital.*

Decreto n. 36.505 — de 30 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

**CANCELAMENTO DE NOTAS E ASSENTAMENTOS**

*Revoga o art. 2.º do Decreto número 20.874, de 28 de março de 1946.*

Decreto n. 36.575 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

**CAOLIM ITABIRITO LTDA.**

*Autoriza a empresa de mineração Caolim Itabirito Ltda. a pesquisar caulim e associados no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.550 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

**CAPITAL FEDERAL**

*Dispõe sobre a Comissão de Localização de nova Capital Federal, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.598 — de 11 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

**CAPITANIA DOS PORTOS**

*Eleva a Delegacia da Capitania dos Portos do Estado do Rio Grande do Sul, em Uruguaiana, a categoria de capitania de 3.ª classe.*

Decreto n. 36.292 — de 7 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1954.

**CARGO PÚBLICO**

*Altera a redação do art. 2.º e seu parágrafo único do Decreto n. 35.956, de 2 de agosto de 1954.*

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1954.

Decreto n. 36.479 — de 19 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 24 de novembro de 1954.

**CARVÃO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Octavio Barbosa a lavrar carvão mineral no Município de Curitiba, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.284 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

## CARVÃO

— Autoriza a Sociedade Carbonífera Monte Negro Ltda., a pesquisar carvão mineral no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 36.286 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

— Dispõe sobre os preços de venda do carvão do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Decreto n. 36.685 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

## CASA DA MOEDA

Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n. 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

## CASA DO SARGENTO DO BRASIL

Revoga o Decreto n. 31.596, de 15 de outubro de 1952.

Decreto n. 36.495 — de 25 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de novembro de 1954.

## CASSITERITA

Autoriza Berco, Indústria Química Mineral S. A. a pesquisar cassiterita e associados no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 36.589 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

## CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Gustavo Leon Zalecki a pesquisar caulim e quartzo no município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.

Decreto n. 36.278 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

— Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Duboc Sobrinho a pesquisar mica, caulim, berilo e associados no município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 36.455 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1954.

— Anula o Decreto n. 31.765, de 12 de novembro de 1952.

Decreto n. 36.458 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

— Retifica o art. 1.º do Decreto n. 35.119, de 25 de fevereiro de 1954.

Decreto n. 36.525 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— Autoriza a S. A. Fazenda da Floresta a lavrar caulim no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 36.545 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

— Autoriza a empresa de mineração Caolim Itabirito Ltda. a pesquisar caulim e associados no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 36.550 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

**CAULIM**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Scarpelli a pesquisar caulim e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.556 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n. 35.524, de 19 de maio de 1954.*

Decreto n. 36.579 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fiorelli Peccicocco a pesquisar caulim, feldspato e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.585 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Tanus Feres de Andrade a pesquisar caulim e associados no município de Ubá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.641 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

**CENTRAL HIDROELÉTRICA CAPI-VARI-CACHOEIRA**

*Modifica o § 3.º do art. 1.º do Decreto n. 26.029, de 14 de dezembro de 1948.*

Decreto n. 36.069 — de 16 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

**CENTROS DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA**

*Estabelece o posto a que devem ser promovidos os alunos dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva vitimados por acidentes na instrução e no serviço, e dá outras providências.*

Lei n. 2.343 — de 25 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

**CEREAIS SANTOS MARTINS LIMITADA**

*Abre, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 6.127.612,90, para pagamento devido às firmas Pereira Júnior & Cia. Ltda. e Cereais Santos Martins Ltda.*

Decreto n. 36.467 — de 12 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954.

**CHEFE DE CONTABILIDADE**

*Suprime cargos extintos.*

(M.V.O.P. — Q.V. — P.S.)

Decreto n. 36.445 — de 8 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

**CIRCULAÇÃO AÉREA**

*Ver: Aeronáutica.*

**CLUBE NAVAL**

*Autoriza o Poder Executivo a financiar operações imobiliárias realizadas pelo Clube Naval.*

Lei n. 2.341 — de 22 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1954.

**CÓDIGO DE CONTABILIDADE**

*Prorroga o prazo concedido pelo art. 5.º do Decreto n. 24.346, de 15 de janeiro de 1948.*

Decreto n. 36.497 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1954.

**CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES**

*Retifica o Decreto n. 35.509, de 17 de maio de 1954.*

Decreto n. 36.679 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

# CÓDIGO SANITARIO PAN-AMERICANO

Decreto-legislativo n. 62 — de 1954.  
Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1954.

## COLÉGIOS

*Acrescenta um § 4.º ao art. 54 do Regulamento do Colégio Militar, modificado pelos Decretos ns. 20.679, de 28 de fevereiro de 1946 e 22.418, de 9 de janeiro de 1947.*

Decreto n. 36.626 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

## "COLGATE - PALMOLIVE - PEET S. A."

*Concede nacionalização à sociedade anônima "Colgate-Palmolive-Peet Co. Ltd.", sob a denominação de "Colgate-Palmolive S. A."*

Decreto n. 36.568 — de 7 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

## COMERCIO E INDÚSTRIA NEVA LIMITADA

Decreto-legislativo n.º 47, de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

## COMISSÕES

Decreto-legislativo n.º 64, de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender as despesas com a realização, no Brasil, do V Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina.*

Lei n. 2.365 — de 7 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

## COMISSÕES

*— Transfere da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves para a Comissão Estadual de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica no município de Bento Gonçalves.*

Decreto n. 35.793 — de 9 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1954.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os imóveis necessários a ampliação das instalações da sede do 5.º Distrito da Comissão do Vale do São Francisco, situado na cidade de Propriá, Estado de Sergipe.*

Decreto n. 36.288 — de 2 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1954.

*— Cria a Comissão Permanente de Material e Pesquisas Militares e dá outras providências*

Decreto n. 36.320 — de 9 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.

*— Altera a redação do Decreto número 30.955, de 7 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.384 — de 25 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1954.

*— Prorroga o prazo concedido pelo art. 5.º do Decreto n.º 24.346, de 15 de janeiro de 1948.*

Decreto n. 36.407 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1954.

*— Cria a Comissão de Investimentos no Nordeste (C.I.N.).*

Decreto n. 36.478 — de 18 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1954.



**COMISSÕES**

— *Fixa a composição da Delegação Brasileira na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos e na Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos.*

Decreto n. 36.512 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 4 de dezembro de 1954.

— *Dispõe sobre a Comissão de Localização de nova Capital Federal, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.598 — de 11 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

— *Torna sem efeito o decreto número 36.083, de 18 de agosto de 1954.*

Decreto n. 36.649 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

— *Extingue a Comissão constituída pelo Decreto n.º 35.508, de 17 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.713 — de 31 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

**COMPANHIA DE LATICÍNIOS RIO PRETO S. A.**

*Autoriza a Companhia de Laticínios Rio Preto S. A. a construir uma linha de transmissão entre o distrito de Parapeúna, município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro, e a cidade de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.215 — de 21 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1954.

**COMPANHIA DE SEGUROS "ARGOS FLUMINENSE"**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros "Argos Fluminense".*

Decreto n. 36.439 — de 5 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 29 de novembro de 1954.

**"COMPANHIA DE SEGUROS BELAVISTA"**

*Concede a "Companhia de Seguros Belavista" autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.*

Decreto n. 36.594 — de 10 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de dezembro de 1954.

**COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA "PREVIDÊNCIA DO SUL"**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital, da Companhia de Seguros de Vida "Providência do Sul".*

Decreto n. 36.496 — de 26 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

**COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES "PELOTENSE"**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Pelotense".*

Decreto n. 36.562 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1954.

**COMPANHIA DE SEGUROS PHOENIX PERNAMBUCANA**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Phoenix Pernambucana.*

Decreto n. 36.437 — de 5 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1954.

# **COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO VALE DO SÃO JOÃO**

*Outorga à Companhia Hidrelétrica do Vale do São João concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica, obtida com a transposição de águas dos rios Bonito e Macaé, para o vale do Ribeirão dos Quartéis, no município de Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.482 — de 20 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1954.

# **COMPANHIA INDUSTRIAL DE PAPEL PIRAI**

*Autoriza a Cia. Industrial de Papel Pirai a instalar quatro grupos termoeletrônicos em Santanésia, 5.º Distrito do município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro, para uso exclusivo.*

Decreto n. 36.547 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

# **COMPANHIA INDUSTRIAL FRIBURGUENSE DE PRODUTOS QUÍMICOS**

*Outorga à Cia. Industrial Friburguense de Produtos Químicos concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do Rio Grande, município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.534 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

# **COMPANHIA INDUSTRIAL OUROPRETANA DE TECIDOS, FORÇA, LUZ E TELEFONE**

*Outorga à Empresa Ourobranquense de Eletricidade e Transformação de Produtos S. A., concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Veríssimo, distrito de Ouro Branco, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, e restringe a zona de concessão da Cia. Industrial Ouropretana de Tecidos, Força, Luz e Telefones.*

Decreto n. 36.533 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

# **COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital, da "Companhia Internacional de Seguros".*

Decreto n. 36.435 — de 29 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

# **COMPANHIA MOORE MAC CORMACK S. A.**

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, para material importado pela Companhia Moore Mac Cormack Navegação S.A.*

Lei n. 2.362 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicada o D. O. de 11 de dezembro de 1954.

# **COMPANHIA NIQUEL TOCANTINS**

*Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar amianto e associados no município de Pirenópolis, Estado de Goiás.*

Decreto n. 36.699 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

# **COMPRA DE PEDRAS PRECIOSAS**

Ver: Pedras preciosas.

# **CONCEITO DE CARGO PÚBLICO**

Ver: Cargo Público.

# **CONCESSÃO DE DIREITOS CIVIS À MULHER**

*Torna público o depósito dos Instrumentos de ratificação, pelo México, da Convenção Internacional sobre a Concessão de Direitos Civis à Mulher, assinada em Bogotá, a 2 de maio de 1948.*

Decreto n. 36.185 — de 17 de setembro de 1954.

Retificado no D. O. de 13 de outubro de 1954.

**CONCHAS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Capua a lavar conchas, no município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.419 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Cápuia a lavar conchas, no município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.420 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

**CONCHAS CALCÁRIAS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Flávio Luiz de Almeida a pesquisar conchas calcárias no município de Iguaçu, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.343 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

— *Autoriza a empresa de mineração Amaral, Machado & Cia. Ltda. a pesquisar conchas calcáreas e associados no município de Santos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.548 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

**CONDECORAÇÕES**

*Dispõe sobre condecorações comemorativas do 2.º centenário de Samuel Hahnemann e dá outras providências.*

Decreto n. 36.305 — de 7 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1954.

**CONDUTOR DE TREM**

*Suprime cargos extintos.*

(M.V.O.P. — Q.V. — P.S.).

Decreto n. 36.445 — de 8 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

**CONFERÊNCIA SANITÁRIA PAN-AMERICANA (VII)**

Decreto-legislativo n.º 62, de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954.

**CONGRESSO BRASILEIRO DE VETERINÁRIA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, destinado a subvencionar o VI Congresso Brasileiro de Veterinária.*

Lei n. 2.329 — de 1 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1954.

**CONGRESSO DA UNIÃO POSTAL DAS AMÉRICAS E ESPANHA (V)**

*Torna público o depósito do Instrumento de Ratificação, por parte do Governo do Panamá, dos Atos do V Congresso da União Postal das Américas e Espanha, firmados no Rio de Janeiro, a 25 de setembro de 1946.*

Decreto n. 36.306 — de 8 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.

**CONGRESSO MUNDIAL DA IMPRENSA**

*Abre pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de ..... Cr\$ 2.500.000,00, para concessão de auxílio ao Congresso Mundial de Imprensa.*

Lei n. 2.330 — de 8 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1954.

**CONGRESSO NACIONAL**

*Abertura de crédito:*

*Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

**CONGRESSO NACIONAL DE JORNALISTAS (V)**

*Abre, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 200.000,00, para auxiliar as despesas com a realização do V Congresso Nacional de Jornalistas.*

Decreto n. 36.468 — de 12 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954.

**CONSELHO COORDENADOR DO ABASTECIMENTO NACIONAL**

*Cria o Conselho Coordenador do Abastecimento e dá outras providências.*

Decreto n. 36.521 — de 2 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 2, de dezembro de 1954.

**CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO**

*Aprova a relação das Funções Gratificadas do Conselho Nacional do Petróleo mediante classificação nos símbolos previstos no art. 2.º, da Lei n.º 2.188, de 3 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.446 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

**CONSIGNAÇÕES EM FÓLHA**

*Inclui a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre as entidades consignatárias de que trata a Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950.*

Lei n. 2.339 — de 20 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

**CONSTRUTORA ECRA LIMITADA**

Decreto-legislativo n.º 65, de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1954.

**CONSTRUTORA GEMINIANO GOIS LIMITADA**

Decreto-legislativo n.º 61, de 1954.  
Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1954.

**CONSTRUTORA SALVADOR LIMITADA**

Decreto-legislativo n.º 57, de 1954.  
Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

**CONSTRUTORA SENOBRA LTDA.**

Decreto-legislativo n.º 45, de 1954.  
Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

**CONSULADOS**

*Cria o Consulado honorário do Brasil em Vera Cruz.*

Decreto n. 36.331 — de 15 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1954.

**CONTADOR**

*Altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.*

Lei n. 2.336-A — de 19 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1954.

Retificada no D. O. de 25 de novembro de 1954.

**CONTADORIA GERAL DE TRANSPORTES**

*Aprova o Regulamento da Contadoria Geral de Transportes.*

Decreto n. 36.522 — de 2 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

### CONTINÊNCIAS, HONRAS E SINAIS DE RESPEITO DAS FORÇAS ARMADAS

*Dá nova redação ao n.º 23 do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas.*

Decreto n. 36.663 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

### CONTRATOS

Decreto-legislativo n.º 39, de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 40 — de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 42 — de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 44 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 45 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 46 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 49 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 50 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 51 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

### CONTRATOS

— Decreto-legislativo n.º 52 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 53 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 55 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 56 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 57 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 58 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 60 — de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 61 — de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 63 — de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 65 — de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1954.

### CONVENÇÕES

*Torna público o depósito dos Instrumentos de ratificação, pelo México, da Convenção Internacional sobre a Concessão de Direitos Cíveis à Mulher, assinada em Bogotá, a 2 de maio de 1948.*

Decreto n. 36.135 — de 17 de setembro de 1954.

Retificado no D. O. de 13 de outubro de 1954.

# CONVENÇÕES

— *Torna público que a República da Coreia aderiu à Convenção Internacional sobre Linhas de Limites de Carga, firmada em Londres, a 5 de julho de 1930.*

Decreto n. 36.329 — de 15 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

— *Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, pelo Equador, da Convenção sobre a Regulação do Tráfego Automoto Interamericano, firmada em Washington, a 15 de dezembro de 1943.*

Decreto n. 36.330 — de 15 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1954.

— *Torna público o depósito, por parte do Governo do Equador, do Instrumento de ratificação da Convenção Civil Internacional, concluída em Chicago, a 7 de dezembro de 1944.*

Decreto n. 36.376 — de 22 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— *Promulga a Convenção (n.º 32), relativa ao alojamento da tripulação a bordo (revista em 1949), adotada em Genebra, a 18 de junho de 1949, por ocasião da XXXII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.*

Decreto n. 36.378 — de 22 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1954.

— *Torna público que o Ceilão denunciou a Convenção relativa ao trabalho noturno de crianças na indústria (Convenção n.º 6), adotada em 28 de novembro de 1919 pela Conferência Internacional do Trabalho, durante sua 1.ª Sessão.*

Decreto n. 36.393 — de 29 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1954.

# CONVENÇÕES

— *Torna público que os Governos do Uruguai e do Egito depositaram os respectivos instrumentos de ratificação da Convenção relativa à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva (Convenção n.º 98).*

Decreto n. 36.394 — de 29 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— *Torna público que os Governos do Uruguai e do Equador depositaram os respectivos Instrumentos de ratificação da Convenção relativa ao emprego de mulheres nos trabalhos subterrâneos nas minas de qualquer categoria (Convenção n.º 45).*

Decreto n. 36.395 — de 29 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— *Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte do Uruguai, da Convenção relativa à indenização das moléstias profissionais (Convenção n.º 42), adotada a 21 de julho de 1934, pela Conferência Internacional do Trabalho, durante sua 18.ª Sessão.*

Decreto n. 36.396 — de 29 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— *Torna público que os Governos do Uruguai, da Birmânia e do Egito depositaram os respectivos Instrumentos de ratificação da Convenção relativa a férias anuais remuneradas (Convenção n.º 52).*

Decreto n. 36.397 — de 29 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— *Torna público que os Governos do Uruguai, do Panamá e do Japão depositaram os respectivos Instrumentos de ratificação da Convenção relativa à revisão dos artigos finais (Convenção n.º 80), adotada a 9 de outubro de 1946 pela Conferência Internacional do Trabalho.*

Decreto n. 36.398 — de 29 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

**CONVENÇÕES**

— *Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte do Uruguai, da Convenção relativa a idade mínima para a admissão de crianças no trabalho marítimo (Convenção n.º 58), adotada a 24 de outubro de 1936, pela Conferência Internacional do Trabalho durante a sua 22.ª Sessão.*

Decreto n. 36.399 — de 29 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— *Torna público que o Governo da República Dominicana denunciou as Convenções de Havana, de 1928, e de Montevideu, de 1933, sobre Asilo Diplomático.*

Decreto n. 36.480 — de 20 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1954.

— *Promulga o Protocolo Modificativo da Convenção assinada em Bruxelas, a 5 de julho de 1890, relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a Publicação das Tarifas Aduaneiras do Regulamento de Execução da Convenção que institui uma Repartição Internacional para Publicação das Tarifas Aduaneiras e da Ata de Assinatura, firmado em Bruxelas, a 16 de dezembro de 1949.*

Decreto n. 36.557 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

**CONVÊNIOS**

*Torna público o depósito do Instrumento de Ratificação, por parte do Governo do Panamá, dos Atos do V Congresso da União Postal das Américas e Espanha, firmados no Rio de Janeiro a 25 de setembro de 1946.*

Decreto n. 36.306 — de 8 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.

**COOPERATIVAS**

Decreto-legislativo n.º 41, de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954.

**COOPERATIVAS**

— *Concede autorização para a constituição da Cooperativa Banco Federal da Produção, de Responsabilidade Limitada, com sede no Distrito Federal.*

Decreto n. 30.405 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1954.

**CORPO DE BOMBEIROS**

*Altera o Quadro Especial do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, criado pelo Decreto n.º 26.510, de 25 de março de 1949.*

Decreto n. 36.323 — de 11 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.

**CORTUME COQUEIROS S. A.**

*Outorga ao Cortume Coqueiros S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Camanducaia, município de Amparo, Estado de São Paulo, para uso exclusivo.*

Decreto n. 35.959 — de 2 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

**"CRÉDIT FONCIER DU BRÉSIL ET DE L'AMÉRIQUE DU SUD S. A."**

*Aprova aumento do capital e reforma dos estatutos sociais da Crédit Foncier du Brésil et de l'Amérique du Sud S. A.*

Decreto n. 35.397 — de 19 de abril de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1954.

**CRÉDITO ESPECIAL**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, destinado a subvencionar o VI Congresso Brasileiro de Veterinária.*

Lei n. 2.329 — de 1 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1954.

# CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para concessão de auxílio ao Congresso Mundial da Imprensa.*

Lei n. 2.330 — de 8 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 24.000,00, para atender ao pagamento das diferenças de gratificação de magistério ao professor catedrático, padrão "C", Luiz Carvalho Araújo.*

Lei n. 2.331 — de 8 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1954.

— *Modifica a Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior.*

Lei n. 2.337 — de 20 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 20 de novembro de 1954.

— *Dispõe sobre a abertura pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional — Senado Federal e Câmara dos Deputados — dos créditos especiais de Cr\$ 1.654.632,10 e Cr\$ ..... 1.775.100,00 e suplementares de ..... Cr\$ 1.478.192,70 e Cr\$ 3.492.735,00, destinados ao pagamento da diferença de vencimentos devida aos funcionários das Secretarias das duas Casas do Congresso.*

Lei n. 2.338 — de 20 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 20 de novembro de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para atender a despesas com a ejeção da incorporação, ao Patrimônio da União, do prédio da rua dos Tupis n.º 723, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Lei n. 2.345 — de 25 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

# CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.487.026,00, para atender ao pagamento à Administração do Porto do Rio de Janeiro, correspondente a despesas de permanência de volumes destinados àquele Ministério.*

Lei n. 2.346 — de 25 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 295.089,20, para ocorrer a despesas com a indenização por danos causados em imóveis, de propriedade particular, alugados em Recife, Estado de Pernambuco.*

Lei n. 2.347 — de 25 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 510.000,00, para ocorrer às despesas com o arrendamento de uma área de terras na fazenda Itapuca.*

Lei n.º 2.348 — de 25 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 26.598.175,00, destinado a regularização de despesas realizadas no exercício de 1952, à conta de rubricas do Orçamento Geral da União de 1952.*

Lei n. 2.349 — de 25 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 96.000,00 para pagamento de gratificação de representação aos presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho.*

Lei n. 2.350 — de 26 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.



## CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 5.672.790,00, para ocorrer ao pagamento do repouso semanal remunerado aos servidores do Serviço de Navegação da Bacia do Prata.*

Lei n. 2.351 — de 25 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 37.348.177,00, para regularização da despesa decorrente do pagamento do aumento de salários dos servidores dos Serviços de Navegação da Amazonia e a Administração do Porto do Pará e do Serviço de Navegação da Bacia do Prata.*

Lei n. 2.352 — de 26 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de ..... Cr\$ 403.000,00, como auxílio ao Município de Crato, Estado do Ceará, para construção, no centenário da cidade, do monumento comemorativo de suas tradições civicas.*

Lei n. 2.353 — de 26 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 38.000,00, para atender ao pagamento à firma Henrique Leuthold.*

Lei n. 2.356 — de 29 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

## CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 460.000,00, para atender ao pagamento de despesas com a ajuda de custo e passagens do pessoal dos escritórios e agências de propaganda e expansão comercial no exterior.*

Lei n. 2.360 — de 6 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.200.600,00, para atender ao pagamento de indenizações devidas a funcionários da Divisão do Imposto de Renda e Delegacias.*

Lei n. 2.361 — de 6 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de .... Cr\$ 1.000.000,00, para atender as despesas com a realização, no Brasil, do V Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina.*

Lei n. 2.365 — de 7 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 26.111.410,00, para pagamento do abono de emergência e salário-família ao pessoal do Quadro Extraordinário da Universidade do Brasil.*

Lei n. 2.371 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

# CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 52.000.000,00, destinado ao pagamento de gratificação por trabalho com risco de vida cu de saúde.*

Lei n. 2.374 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

— *Revigora, pelo prazo de dois anos, o crédito especial de ..... Cr\$ 1.000.000.000,00, autorizado pela Lei n.º 1.705, de 22 de outubro de 1952 — para ocorrer a despesas de exercícios findos.*

Lei n. 2.376 — de 21 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

— *Abre pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 3.400.000,00, destinado à realização em Paris, da Exposição "Vida e Obras de Carlos Chagas".*

Lei n. 2.379 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 360.000.000,00, para atender ao pagamento de despesas no exercício de 1953.*

Lei n. 2.381 — de 27 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

— *Dispõe sobre a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 1.350.000,00, para pagamento da diferença de proventos de inatividade a funcionários aposentados da Secretaria da Câmara dos Deputados.*

Lei n. 2.382 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D.O. de 31 de dezembro de 1954.

# CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Superior do Trabalho, o crédito especial de Cr\$ 900.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 36.307 — de 2 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.

— *Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto n. 36.319 — de 8 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.

— *Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 15.300,00 para os fins que especifica.*

Decreto n. 36.325 — de 13 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1954.

— *Abre, pela Presidência da República, o crédito especial de ..... Cr\$ 41.572,50, para pagamento de gratificação adicional a Aida de Andréa Montagna.*

Decreto n. 36.333 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1954.

— *Abre crédito especial para o fim que especifica.*

Decreto n. 36.366 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— *Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 48.612,90, para o fim que especifica.*

Decreto n. 36.381 — de 23 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1954.

## CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito de Cr\$ 44.600,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 36.382 — de 23 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1954.

— Abre, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.334.878,00, para atender despesas resultantes de segurança impetrada em favor de Pedro Mariani Serra e outros.

Decreto n. 36.391 — de 28 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 205.660,80, para o fim que especifica.

Decreto n. 36.400 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 11 de novembro de 1954.

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 103.222,10 (cento e três mil duzentos e vinte e dois cruzeiros e dez centavos), para execução da Lei n.º 2.258, de 6 de julho de 1954.

Decreto n. 36.401 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 104.172,30, para pagamento de indenização devida a Zaki Shirato & Companhia e Merhy & Jacomel.

Decreto n. 36.411 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1954.

## CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, pelo Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 139.025,00, para pagamento de gratificação adicional a servidores do Ministério.

Decreto n. 36.444 — de 6 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para auxiliar a construção do Hospital do Radialista.

Decreto n. 36.462 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para pagamento, no corrente exercício, da subvenção ordinária concedida à Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Decreto n. 36.466 — de 12 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 6.127.612,90, para pagamento devido às firmas Pereira Júnior & Cia. Ltda. e Cereais Santos Martins Ltda.

Decreto n. 36.467 — de 12 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para auxiliar as despesas com a realização do V Congresso Nacional de Jornalistas.

Decreto n. 36.468 — de 12 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para atender às despesas com pagamento de subvenção.

Decreto n. 36.504 — de 26 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1954.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 561.169,90, para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério a diversos professores.

Decreto n. 36.516 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n. 36.602 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1954.

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, o crédito especial de Cr\$ 3.094.800,00, para a execução da Lei n.º 2.279, de 3 de agosto de 1954.

Decreto n. 36.651 — de 23 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 35.208.308,90, para completar o pagamento da quota devida aos municípios e relativa ao imposto de renda.

Decreto n. 36.652 — de 23 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 240.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n. 36.653 — de 23 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

**CRÉDITO ESPECIAL**

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 27.703.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n. 36.662 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 29 de dezembro de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.030.000,00, para atender a despesas do Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos.

Decreto n. 36.666 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n. 36.686 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 45.371.054,90, para o fim que menciona.

Decreto n. 36.714 — de 31 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

**CRÉDITO SUPLEMENTAR**

Fixa a gratificação de representação do Presidente do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

Lei n. 2.334 — de 10 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de novembro de 1954.

## CRÉDITO SUPLEMENTAR

— Altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

Lei n. 2.336-A — de 19 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 24 de março de 1954.

Retificada no D. O. de 25 de novembro de 1954.

— Dispõe sobre a abertura pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional — Senado Federal e Câmara dos Deputados — dos créditos especiais de Cr\$ 1.654.632,10 e Cr\$ ..... 1.775.100,00 e suplementares de .... Cr\$ 1.478.192,70 e Cr\$ 3.492.735,00, destinados ao pagamento da diferença de vencimentos devida aos funcionários das Secretarias das duas Casas do Congresso.

Lei n. 2.338 — de 20 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 20 de novembro de 1954.

— Altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Rio Grande do Norte.

Lei n. 2.358 — de 2 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 80.000.000,00 para atender ao pagamento de sentenças judiciais.

Lei n. 2.364 — de 7 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

## CRIAÇÃO E SUPRESSÃO DE FUNÇÕES

Ver: o nome do Ministério ou Órgão que teve a Tabela Alterada.

## CRUZEIRO DO SUL CAPITALIZAÇÃO S. A.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Cruzeiro do Sul Capitalização S. A.

Decreto n. 36.501 — de 26 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1954.

## CURSOS

Dispõe sobre os Cursos Pedagógicos de Ensino Industrial e o seu funcionamento.

Decreto n. 36.268 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

Aprova o Regimento dos Cursos do Departamento Nacional de Saúde.

Decreto n. 36.503 — de 26 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

Ver, também: Escolas, Faculdades e Institutos.

## D

## DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

# DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Declara de utilidade pública diversas áreas de terras necessárias ao aproveitamento hidráulico no rio Pardo, municípios de São José do Rio Pardo e Mocóca, no Estado de São Paulo, e autoriza o Departamento de Aguas e Energia Elétrica a promover as respectivas desapropriações.*

Decreto n.º 36.631 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

# DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

*Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n.º 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

# DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Decreto-legislativo n.º 48, de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 49 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 51 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 55 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 57 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

# DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

— Decreto-legislativo n.º 60 — de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 65 — de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1954.

# DEPARTAMENTO FEDERAL DE COMPRAS

Decreto-legislativo n.º 53, de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

# DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Decreto-legislativo n.º 52, de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL

*Altera dispositivo do Regimento do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 36.451 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

Decreto-legislativo n.º 53 de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA SAÚDE

*Aprova o Regimento dos Cursos do Departamento Nacional de Saúde.*

Decreto n.º 36.503 — de 26 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, áreas de terrenos e respectivas benfeitorias no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.368 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

*Dispõe sobre a transformação, em mensúlistas, de extranumerários-contratados do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem do Ministério da Viação e Obras Públicas e das outras providências.*

Decreto n. 36.660 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas área de terreno necessária à construção do açude público "Cocar", no município do mesmo nome, Estado do Piauí.*

Decreto n. 36.369 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas área de terreno necessária à construção do açude público "Oiticica", no município de Jucurutú, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.370 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas área de terreno necessária à construção do açude público Rio do Salto, no Município de Caculé, Estado da Bahia.*

Decreto n. 36.389 — de 28 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas área de terreno necessária à construção do açude público "Pogo de Pedras", no município de Campos Sales, Estado do Ceará.*

Decreto n. 36.390 — de 28 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção dos açudes Curema e Mãe d'água, no município de Piancó, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 36.570 — de 7 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1954.

*— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas área de terreno necessária à construção do açude público "Pariconha", no município de Água Branca, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 36.667 — de 23 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS**

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas área de terreno necessária à construção do açude público "Cumbe", no município de Nossa Senhora das Dores, Estado de Sergipe.

Decreto n. 36.668 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas área de terreno necessária à construção do açude público "Ponciano", no município de Traipu, Estado de Alagoas.

Decreto n. 36.669 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, a área de terreno necessária à construção do açude público "Curimataú", no município de Cuité, Estado da Paraíba.

Decreto n. 36.670 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, a área de terreno necessária à construção do açude público "Terra Nova", no município de Parnamirim, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 36.671 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS**

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, a área de terreno necessária à construção do açude público "Riacho do Bode", no município de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas.

Decreto n. 36.672 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público "Jacaré dos Horrens", no município de Pão de Açúcar, Estado de Alagoas.

Decreto n. 36.673 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público "Tamboril", no município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 36.674 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público "Colégio", no município de Porto Real de Colégio, Estado de Alagoas.

Decreto n. 36.675 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.



## DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público "Barra", no município de Canhobas, Estado de Sergipe.

Decreto n. 36.676 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Decreto-legislativo n.º 47, de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

## DESAPROPRIAÇÕES

Decreto-legislativo n.º 46, de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 54 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Declara de utilidade pública um terreno existente no município de Matipó, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Decreto n. 36.022 — de 11 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1954.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os imóveis necessários à ampliação das instalações da sede do 5.º Distrito da Comissão do Vale do São Francisco, situado na cidade de Propriá, Estado de Sergipe.

Decreto n. 36.288 — de 2 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1954.

## DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, áreas de terrenos e respectivas benfeitorias, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 36.368 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas área de terreno necessária à construção do açude público "Cocal", no município do mesmo nome, Estado do Piauí.

Decreto n. 36.369 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público "Oiticica", no município de Jucurutá, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 36.370 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público Rio do Salto, no município de Cuieté, Estado da Bahia.

Decreto n. 36.389 — de 23 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público "Poço de Pedras", no município de Campos Sales, Estado do Ceará.

Decreto n. 36.390 — de 28 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

## DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, áreas de terreno necessárias à construção do subtrecho do trecho Rio Pelotas-Rio Saltinho, do Tronco Ferroviário Principal Sul, a cargo do 3.º Batalhão Rodoviário.*

Decreto n. 36.402 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel pertencente ao Município de Itaquí, no Estado do Rio Grande do Sul, necessária ao Serviço do Exército.*

Decreto n. 36.403 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1954.

— *Desapropria terrenos em Canóas, Estado do Rio Grande do Sul, e revoga decreto.*

Decreto n. 36.461 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, áreas de terreno necessárias à construção do trecho Rio Pelotas-Rio Saltinho, da Estrada de Ferro Rio Negro-Barra do Jacaré, a cargo do 3.º Batalhão Rodoviário.*

Decreto n. 36.463 — de 11 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Rede Ferroviária do Nordeste, área de terreno situada em Utinga, município de Rio Largo, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 36.464 — de 11 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1954.

## DESAPROPRIAÇÕES

— *Revoga o Decreto n.º 35.128, de 27 de fevereiro de 1954, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel situado na rua do Riachuelo n.º 158, nesta Capital.*

Decreto n. 36.465 — de 11 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1954.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção dos açudes Curema e Mãe D'água, no município de Piancó, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 36.570 — de 7 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1954.

— *Declara de utilidade pública, diversas áreas de terras necessárias ao aproveitamento hidráulico no rio Pardo, municípios de São José do Rio Pardo e Mococa, no Estado de São Paulo, e autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica a promover as respectivas desapropriações.*

Decreto n. 36.631 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

— *Renova a declaração de utilidade pública, para desapropriação, de áreas que menciona, situadas em Salvador (Bahia).*

Decreto n. 36.654 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Pariconha", no município de Água Branca, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 36.667 — de 23 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

## DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária a construção do açude público "Cumbe" no município de Nossa Senhora das Dores, Estado de Sergipe.

Decreto n. 36.668 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária a construção do açude público "Ponciano", no município de Traipu, Estado de Alagoas.

Decreto n. 36.669 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária a construção do açude público "Curimatã", no município de Cuité, Estado da Paraíba.

Decreto n. 36.670 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público "Terra Nova", no município de Parnamirim, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 36.671 — de 23 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público "Riacho do Bode", no município de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas.

Decreto n. 36.672 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

## DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária a construção do açude público "Jacaré dos Homens", no município de Pão de Açúcar, Estado de Alagoas.

Decreto n. 36.673 — de 23 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária a construção do açude público "Tamboril", no município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 36.674 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária a construção do açude público "Colégio", no município de Fôrto Real de Colégio, Estado de Alagoas.

Decreto n. 36.675 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária a construção do açude público "Barra" no município de Canhobas, Estado de Sergipe.

Decreto n. 36.676 — de 23 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

## DESPORTOS

Institui a Cruz e a Medalha do Mérito Desportivo.

Decreto n. 36.328 — de 15 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1954.

## DETECTIVE

*Dispõe sobre o provimento de cargos da carreira de Detetive do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores -- Departamento Federal de Segurança Pública.*

Lei n. 2.377 -- de 22 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

## DIAMANTES

*Autoriza os cidadãos brasileiros Raimundo da Rocha Brandão e Washington Lima de Azevedo a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.637 -- de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Ribeiro de Andrade a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.456 -- de 17 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Mário Clark Baseilar a pesquisar diamante e ouro no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.643 -- de 22 de dezembro de 1954

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

## DIPLOMATAS

*Altera a alínea a do Art. 1.º do Decreto n.º 28.959, de 11 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 36.377 -- de 22 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

*— Dispõe sobre promoções às classes final e semi-final da carreira de Diplomata.*

Decreto n. 36.593 -- de 10 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

## DIPLOMATAS

*— Aprova as Tabelas de Gratificação de Representação a que se refere o Decreto-lei n.º 9.292, de 26 de abril de 1946.*

Decreto n. 36.711 -- de 31 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

## DIREITO DE ORGANIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

*Torna público que os Governos do Uruguai e do Egito depositaram os respectivos instrumentos de ratificação da Convenção relativa à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva (Convenção n.º 98).*

Decreto n. 36.394 -- de 29 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

## DIRETORIA DE AERONÁUTICA DA MARINHA

*Aprova o Regulamento para a Diretoria de Aeronáutica da Marinha.*

Decreto n. 36.327 -- de 15 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1954.

Retificado no D. O. de 21 de outubro de 1954.

## DIVISÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

*Dispõe sobre a redistribuição do pessoal lotado na extinta Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.334 -- de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

## DOAÇÕES

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Bom Jesus do Galho, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.269 -- de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

## DOAÇÕES

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Abaeté, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.270 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, situado no Município de Januária, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.364 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos, em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.365 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos imóveis que menciona situados no Município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.367 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Alegrete (RS).*

Decreto n. 36.382 — de 28 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.469 — de 12 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1954.

## DOAÇÕES

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Manaus, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 36.481 — de 23 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno na zona urbana da cidade de Porto União no Estado de Santa Catarina, o qual é destinado ao Ministério da Guerra.*

Decreto n. 36.488 — de 20 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de três terrenos situados na zona urbana da cidade de Castro, no Estado do Paraná, os quais são destinados ao Ministério da Guerra.*

Decreto n. 36.489 — de 20 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1954.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Itumbira — (GO).*

Decreto n. 36.665 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

## DOENÇA DE NEW-CASTLE

*Torna sem efeito o Decreto número 36.083, de 18 de agosto de 1954.*

Decreto n. 36.649 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

## DOLOMITA

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 35.564, de 26 de maio de 1954.*

Decreto n. 36.277 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1954.

## DOLOMITA

-- *Autoriza a Sociedade Anônima Mármoreos Brasileiros "Sambra" a pesquisar dolomita, mármore e associados no município de Campos do Jordão, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.544 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

— *Retifica o Decreto n.º 31.116, de 10 de julho de 1952.*

Decreto n. 36.633 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1954.

— *Declara sem efeito o Decreto n.º 23.682, de 16 de setembro de 1947.*

Decreto n. 36.634 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1954.

## DRAGÕES DO RIO GRANDE

*Dá a denominação de "Dragões do Rio Grande" ao atual 3.º Regimento de Cavalaria e cria o respectivo es-tandarte.*

Decreto n. 36.514 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

## E

### ELECTROBRAZ COMÉRCIO E INDÚSTRIA SOCIEDADE ANÔNIMA

Decreto-legislativo n.º 49, de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

### ELETRO-QUÍMICA BRASILEIRA SOCIEDADE ANÔNIMA

*Autoriza a Eletro-Química Brasileira S. A. a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Guaraciaba e Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.539 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

### ELI LILLY AND COMPANY OF BRAZIL INC.

*Concede à sociedade anônima "Eli Lilly and Company of Brazil, Inc." autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 36.441 — de 5 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1954.

## EMANCIPAÇÃO

*Dispõe sobre a inscrição no Registro Público da emancipação por outorga do pai ou da mãe.*

Lei n. 2.375 — de 21 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

### EMPREGO DE MULHERES NOS TRABALHOS SUBTERRÂNEOS NAS MINAS

*Torna público que os Governos do Uruguai e do Equador depositaram os respectivos Instrumentos de ratificação da Convenção relativa ao emprego de mulheres nos trabalhos subterrâneos nas minas de qualquer categoria (Convenção n.º 45).*

Decreto n. 36.395 — de 29 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

### EMPRESA DE NAVEGAÇÃO SANTA CATARINA LIMITADA

*Concede à "Empresa de Navegação Santa Catarina Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 36.483 — de 20 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1954.

### EMPRESA ELÉTRICA DE MONGAGUA S. A.

*Outorga à Empresa Elétrica de Mongaguá S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica dos desníveis existentes nos rios Mongaguá e Buracão, município de Itanhaem, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.590 — de 2 de junho de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

### **EMPRESA ELÉTRICA DO ITAPURA S. A.**

*Outorga à Empresa Elétrica do Itapura S. A., sediada na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, concessão para distribuir energia elétrica nos distritos de Mirandópolis e Guaraçai, municípios de Mirandópolis e Guaraçai, respectivamente, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.031 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de novembro de 1954.

### **EMPRESA FÔRÇA E LUZ DE FORMOSA**

*Transfere da Empresa Fôrça e Luz de Formosa para a Prefeitura Municipal a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Formosa, Estado de Goiás.*

Decreto n. 36.216 — de 21 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1954.

### **EMPRESA FÔRÇA E LUZ DE GOIÂNIA, S. A.**

*Transfere ao Estado de Goiás, a concessão outorgada à Empresa Fôrça e Luz de Goiânia, S. A., pelo Decreto n.º 3.718, de 9 de fevereiro de 1939, modificado pelo de n.º 25.417, de 1 de setembro de 1948.*

Decreto n. 32.110 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

### **EMPRESA MELHORAMENTOS PIRES DO RIO S. A.**

*Outorga à Empresa Melhoramentos Pires do Rio S. A. concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um desnível existente no rio Piracanjuba, distrito de Pires do Rio, município de igual nome, Estado de Goiás.*

Decreto n. 36.646 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

### **EMPRESA OUROBRANQUENSE DE ELETRICIDADE E TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS S. A.**

*Outorga à Empresa Ourobranquense de Eletricidade e Transformação de Produtos S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Veríssimo, distrito de Ouro Branco, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, e restringe a zona de concessão da Cia. Industrial Ouropretana de Tecidos, Fôrça, Luz e Telefones.*

Decreto n. 36.536 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

### **EMPRESA RIO GRANDINA DE PESCA LTDA.**

*Concede a Indústrias Reunidas Leal Santos S. A. os favores constantes do art. 12, n.º 12, e art. 49 do Decreto-lei n.º 360, de 24 de fevereiro de 1938.*

Lei n. 2.363 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

### **EMPRESAS DE MINERAÇÃO**

Ver: o nome da empresa autorizada a funcionar.

### **EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL**

*Revoga o Decreto n.º 33.304, de 15 de julho de 1953, que dispõe sobre a administração das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.*

Decreto n. 36.410 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de novembro de 1954.

— Altera a redação do art. 2.º e seu parágrafo único do Decreto n.º 35.956, de 2 de agosto de 1954.

Decreto n. 36.479 — de 19 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 24 de novembro de 1954.

## EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

*Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

## EMPRÉSTIMOS

*Altera a Lei n.º 1.147, de 23 de junho de 1950, que estabelece medidas de amparo e assistência aos ex-combatentes.*

Lei n. 2.355 — de 29 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

*Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, empréstimos que serão aplicados em obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.559 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Outorga ao Estado do Paraná concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto denominado Refitski, existente no rio Cavernoso, divisa dos municípios de Laranjeiras do Sul e Guarapuava.*

Decreto n. 30.178 — de 19 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1954.

*Outorga ao Estado do Paraná concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um trecho encachoeirado, com início no salto São João, existente no rio Mourão, distrito de Campo Mourão, município de igual nome, Estado do Paraná.*

Decreto n. 30.505 — de 5 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 9 de dezembro de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

*— Outorga à Prefeitura Municipal de Baependi concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no ribeirão das Furnas, distrito e município de Baependi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.617 — de 17 de outubro de 1952.

Retificado no D. O. de 16 de outubro de 1954.

*— Outorga ao Estado do Paraná concessão para aproveitamento de energia hidráulica no Salto da Ilha existente no rio Braço do Petinga, distrito e município de Mallet, Estado do Paraná, e autoriza a instalar uma usina termelétrica no mesmo município.*

Decreto n. 31.351 — de 28 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

*— Autoriza a Prefeitura Municipal de Camaquã a ampliar suas instalações termo-elétricas.*

Decreto n. 31.920 — de 12 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1954.

*— Transfere ao Estado de Goiás, a concessão outorgada à Empresa Força e Luz de Goiânia, S. A., pelo Decreto n.º 3.718, de 9 de fevereiro de 1939, modificado pelo de n.º 25.417, de 1 de setembro de 1948.*

Decreto n. 32.110 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

*— Outorga ao Estado do Rio de Janeiro concessão para distribuir energia elétrica na localidade de Ernesto Machado, distrito e município de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.792 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.



## ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga ao Estado do Paraná concessão para distribuir energia elétrica na cidade de Maringá, Estado do Paraná.*

Decreto n. 35.062 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

— *Outorga à Empresa Elétrica de Mongaguá S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica dos desníveis existentes nos rios Mongaguá e Buracão, município de Itanhaem, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 35.520 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves para a Comissão Estadual de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica no município de Bento Gonçalves.*

Decreto n. 35.793 — de 9 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1954.

— *Outorga ao Cortume Coqueiros S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Camanducaia, município de Amparo, Estado de São Paulo, para uso exclusivo.*

Decreto n. 35.959 — de 2 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— *Declara de utilidade pública um terreno existente no município de Matipó, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.022 — de 11 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Empresa Elétrica do Itapura S. A., sediada na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, concessão para distribuir energia elétrica nos distritos de Mirandópolis e Guaracá, municípios de Mirandópolis e Guaracá, respectivamente, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.031 — de 12 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de novembro de 1954.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 36.059 — de 16 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1954.

— *Modifica o § 3.º do art. 1.º do Decreto n.º 26.029, de 14 de dezembro de 1948.*

Decreto n. 36.060 — de 16 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Santana de Pirapama concessão para distribuir energia elétrica na sede do Município de Santana de Pirapama, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.092 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

— *Autoriza a Fôrça e Luz Videira S. A. a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 36.102 — de 20 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 9 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o funcionamento da Usina Termoeletrica de Itapetininga.*

Decreto n. 36.106 — de 23 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Francisco Lindner & Cia. Limitada.

Decreto n. 36.197 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1954.

— Autoriza a Companhia de Latínios Rio Preto S. A. a construir uma linha de transmissão entre o distrito de Parapeána, município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro, e a cidade de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 36.215 — de 21 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1954.

— Transfere da Empresa Força e Luz de Formosa para a Prefeitura Municipal a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Formosa, Estado de Goiás.

Decreto n. 36.216 — de 21 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1954.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Santa Helena de Goiás, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio São Tomás.

Decreto n. 36.317 — de 8 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1954.

— Autoriza a São Paulo Light & Power Co. Ltd. a construir uma linha de transmissão em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo.

Decreto n. 36.318 — de 8 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

— Outorga a Júlio Cantamissa concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do Salto da Boa Sorte, existente no ribeirão Guarani, Distrito de Reduto, município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 36.362 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Paracatu, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira da Batalha existente no ribeirão da Batalha, município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 36.363 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

— Outorga à Companhia Hidrelétrica do Vale do São João concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica, obtida com a transposição de águas dos rios Bonito e Macaé para o vale do Ribeirão dos Quartéis, no município de Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 36.482 — de 20 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1954.

— Transfere de José Cota da Fonseca para a Prefeitura Municipal de Vespasiano a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Vespasiano, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 36.533 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

— Outorga à Companhia Industrial Friburguense de Produtos Químicos concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do Rio Grande, município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 36.534 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Empresa Ourobrancoense de Eletricidade e Transformação de Produtos S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Veríssimo, distrito de Ouro Branco, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, e restringe a zona de concessão da Cia. Industrial Ouropretana de Tecidos, Força, Luz e Telefones.*

Decreto n. 36.536 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

— *Outorga à Fábrica Nacional de Ferramentas S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica no Ribeirão Guassu, município de São Roque, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.538 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

— *Autoriza a Eletro-Química Brasileira S. A. a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Guaraciaba e Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.539 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Moinho Fluminense S. A. a instalar para uso exclusivo três grupos geradores termelétricos.*

Decreto n. 36.542 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1954.

— *Autoriza a Sociedade Anônima Moinho Santista Indústrias Gerais a instalar uma usina termelétrica em São Paulo, para uso exclusivo.*

Decreto n. 36.543 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Cia. Industrial de Papel Pirahy a instalar quatro grupos termelétricos em Santanésia, 5.º Distrito do município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro, para uso exclusivo.*

Decreto n. 36.547 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

*Aprova Regulamento para controle da arrecadação e do recolhimento do imposto único sobre energia elétrica.*

Decreto n. 36.578 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terras necessárias ao aproveitamento hidráulico no rio Pardo, municípios de São José do Rio Pardo e Mococa, no Estado de São Paulo, e autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica a promover as respectivas desapropriações.*

Decreto n. 36.631 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

— *Outorga à Empresa Melhoramentos Pires do Rio S. A. concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um desnível existente no rio Piracanjuba, distrito de Pires do Rio, município de igual nome, Estado de Goiás.*

Decreto n. 36.646 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

## ENERGIA HIDRAULICA

Ver: Energia Elétrica.

## ENFERMAGEM

*Dispõe sobre o ensino de enfermagem em cursos volantes.*

Lei n. 2.367 — de 7 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1954.

## ENFERMAGEM

— *Concede reconhecimento aos cursos que indica.*

Decreto n. 36.600 — de 13 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1954.

## ENFERMEIRO

*Suprime cargos provisórios.*

(M. Aer. — Q.P.).

Decreto n. 36.293 — de 7 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1954.

## ENSINO

*Modifica a Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior.*

Lei n. 2.337 — de 20 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 20 de novembro de 1954.

— *Dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.*

Lei n. 2.342 — de 25 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

— *Dispõe sobre o período letivo, correspondente ao ano de 1954, nos estabelecimentos de ensino superior existentes no Estado de São Paulo.*

Lei n.º 2.357, de 2 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— *Dispõe sobre o ensino de enfermagem em cursos volantes.*

Lei n. 2.367 — de 7 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1954.

## ENSINO

— *Altera dispositivo do Decreto n.º 34.330, de 21 de outubro de 1953.*

Decreto n. 36.681 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

— *Estende as prerrogativas da equiparação aos Cursos que indica.*

Decreto n. 36.233 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— *Estende as prerrogativas da equiparação aos Cursos que indica.*

Decreto n. 36.234 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

Retificado no D. O. de 28 de outubro de 1954.

— *Dispõe sobre os Cursos Pedagógicos de Ensino Industrial e o seu funcionamento.*

Decreto n. 36.268 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

— *Declara de utilidade pública a "Campanha Nacional de Educandários Gratuitos", associação civil, com sede nesta Capital.*

Decreto n. 36.505 — de 30 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

## ENTIDADES DESPORTIVAS

*Concede auxílio a entidades desportivas.*

Decreto n. 36.517 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 15 de dezembro de 1954.

## ENTREPOSTO DE PESCA DO RIO DE JANEIRO

*Aprova o Regimento do Entreposto de Pesca do Rio de Janeiro, da Divisão de Caça e Pesca, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.648 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

## ESCOLAS

*Modifica a Lei n.º 1.224, de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior.*

Lei n. 2.337 — de 20 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 20 de novembro de 1954.

— *Dispõe sobre o ensino de enfermagem em cursos volantes.*

Lei n. 2.367 — de 7 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1954.

— *Estende as prerrogativas da equiparação ao Curso que indica.*

Decreto n. 36.233 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— *Estende as prerrogativas da equiparação aos Cursos que indica.*

Decreto n. 36.234 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

Retificação no D. O. de 28 de outubro de 1954.

— *Concede reconhecimento ao Curso que menciona.*

Decreto n. 36.351 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1954.

## ESCOLAS

— *Concede reconhecimento ao curso que indica.*

Decreto n. 36.352 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— *Aprova o Regulamento para as Escolas de Aprendizizes Marinheiros.*

Decreto n. 36.354 — de 20 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1954.

Retificação no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— *Altera a letra b, do art. 4.º do Regulamento da Escola de Aeronáutica, aprovado pelo Decreto n.º 30.698, de 1.º de abril de 1952.*

Decreto n. 36.355 — de 20 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1954.

— *Altera os artigos 3.º e 4.º, do Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, aprovado pelo Decreto n.º 30.976, de 10 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.356 — de 20 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— *Revoga o Decreto n.º 35.050, de 12 de fevereiro de 1954, e dá novas redações aos arts. 110 e 123 do R-114, Regulamento para as Escolas Preparatórias, baixado com o Decreto número 18.732, de 28 de maio de 1945.*

Decreto n. 36.449 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

— *Altera o Regulamento da Escola de Aeronáutica.*

Decreto n. 36.459 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

## ESCOLAS

— *Dá nova redação ao art. 6.º do Regulamento baixado com o Decreto n.º 39.976, de 10 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.460 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

— *Concede reconhecimento aos cursos que indica.*

Decreto n. 36.600 — de 13 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1954.

— *Aprova o Regulamento para a Escola Naval.*

Decreto n. 36.625 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1954.

## ESSO STANDARD DO BRAZIL INC.

*Concede à sociedade anônima "Esso Standard do Brasil Inc." autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 36.487 — de 20 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 1 de dezembro de 1954.

## ESTABILIDADE

*Dispositivos do projeto que se transformou na Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954, vetados pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional.*

Lei n. 2.284 — de 9 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 29 de novembro de 1954.

## ESTADO DE ALAGOAS

Decreto-legislativo n.º 41, de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954.

## ESTADO DO AMAZONAS

*Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Manaus, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 36.481 — de 20 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1954.

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

*Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a lavrar calcário e argila no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 36.540 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

— *Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a lavrar calcário e argila no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 36.541 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

## ESTADO DE GOIÁS

*Transfere ao Estado de Goiás, a concessão outorgada à Empresa Força e Luz de Goiânia, S. A., pelo Decreto n.º 3.718, de 9 de fevereiro de 1939, modificado pelo de n.º 25.417, de 1 de setembro de 1948.*

Decreto n. 32.110 — de 21 de janeiro de 1953.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Pico, Brumado e Brumado, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n. 36.147 — de 6 de setembro de 1954.

Retificado no D. O. de 18 de outubro de 1954.

## ESTADO DE GOIÁS

— Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Maranhão.

Decreto n. 36.148 — de 6 de setembro de 1954.

Retificado no D. O. de 16 de outubro de 1954.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Grande.

Decreto n. 36.361 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Três Barras.

Decreto n. 36.527 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Paciência-Bebedouro, Bebedouro-Piedade e Piedade, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 36.528 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais as águas do rio Boa Sorte, Guarani e Guarani, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 36.529 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Buriti dos Almeida.

Decreto n. 36.530 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

## ESTADO DO PARANÁ

Outorga ao Estado do Paraná concessão para aproveitamento de energia hidráulica no Salto da Ilha existente no rio Braço do Petinga, distrito e município de Mallet, Estado do Paraná, e autoriza a instalar uma usina termelétrica no mesmo município.

Decreto n. 31.351 — de 28 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

Outorga ao Estado do Paraná concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto denominado Refitski, existente no rio Cavernoso, divisa dos municípios de Laranjeiras do Sul e Guarapuava.

Decreto n. 30.178 — de 19 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1954.

— Outorga ao Estado do Paraná, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um trecho encauchoeirado, com início no salto São João, existente no rio Mourão, distrito de Campo Mourão, município de igual nome, Estado do Paraná.

Decreto n. 30.505 — de 5 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 9 de dezembro de 1954.

— Outorga ao Estado do Paraná concessão para distribuir energia elétrica, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Decreto n. 35.062 — de 12 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Fariseus-Arraial, Arraial e Arraial, respectivamente, nos trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 36.136 — de 6 de setembro de 1954.

Retificado no D. O. de 15 de outubro de 1954.

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Outorga ao Estado do Rio de Janeiro concessão para distribuir energia elétrica na localidade de Ernesto Machado, distrito e município de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 32.792 — de 15 de maio de 1953.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos imóveis que menciona situados no Município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.367 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio "Quebra Frascos".*

Decreto n. 36.526 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

## ESTADO DE SÃO PAULO

*Dispõe sobre o período letivo, correspondente ao ano de 1954, nos estabelecimentos de ensino superior existentes no Estado de São Paulo.*

Lei n. 2.357 — de 2 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— *Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Batalha.*

Decreto n. 36.360 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

## ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

*Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

## ESTADOS

*Altera a redação do art. 2.º e seu parágrafo único do Decreto n.º 35.956, de 2 de agosto de 1954.*

Decreto n. 36.479 — de 19 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 24 de novembro de 1954.

## ESTANDARTE-DISTINTIVO

*Cria o Estandarte-Distintivo do 1.º Regimento de Obuses-105 (Regimento Floriano).*

Decreto n. 36.513 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

— *Dá a denominação de "Dragões do Rio Grande" ao atual 3.º Regimento de Cavalaria e cria o respectivo estandarte.*

Decreto n. 36.514 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

## ESTATÍSTICA DA AERONAUTICA

*Aprova o Regulamento de Estatística da Aeronáutica.*

Decreto n. 36.523 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.



**ESTRADA DE FERRO BAHIA A MINAS**

*Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, empréstimos que serão aplicados em obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.559 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

**ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PIAUÍ**

*Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, empréstimos que serão aplicados em obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.559 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

**ESTRADA DE FERRO MOSSORÓ-SOUSA**

*Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, empréstimos que serão aplicados em obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.559 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

**ESTRADA DE FERRO RIO NEGRO-BARRA DO JACARÉ**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, áreas de terreno necessárias à construção do trecho Rio Pelotas-Rio Salinho, da Estrada de Ferro Rio Negro-Barra do Jacaré, a cargo do 3.º Batalhão Rodoviário.*

Decreto n. 36.463 — de 11 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1954.

**ESTRADA DE FERRO SAMPAIO CORRÊA**

*Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, empréstimos que serão aplicados em obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.559 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

**ESTRADA DE FERRO SÃO LUIZ-TERESINA**

*Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, empréstimos que serão aplicados em obras e melhoramentos ferroviários e dá outras providências.*

Decreto n. 36.559 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

**ESTRANGEIROS**

**Aquisição de domínio de terreno de marinha —**

Ver: *Terrenos de Marinha.*

**EXAME VESTIBULAR**

*Altera dispositivo do Decreto número 34.330, de 21 de outubro de 1953.*

Decreto n. 36.681 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

**EX-COMBATENTES**

*Altera a Lei n.º 1.147, de 25 de junho de 1950, que estabelece medidas de amparo e assistência aos ex-combatentes.*

Lei n. 2.355 — de 29 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

## EXERCÍCIOS FINDOS

*Revigora, pelo prazo de dois anos, o crédito especial de Cr\$ ..... 1.030.000.000,00, autorizado pela Lei n.º 1.705, de 22 de outubro de 1952, para ocorrer a despesas de exercícios findos.*

Lei n. 2.376 — de 21 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

## EXÉRCITO

Decreto-legislativo n.º 61, de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1954.

— *Reestrutura o Quadro de Oficiais Médicos do Exército, e dá outras providências.*

Lei n. 2.327 — de 22 de outubro de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1954.

— *Estabelece o posto a que devem ser promovidos os alunos dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva vitimados por acidentes na instrução e no serviço, e dá outras providências.*

Lei n. 2.343 — de 25 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

— *Regula a inatividade dos militares.*

Lei n. 2.370 — de 9 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1954.

— *Dá nova redação ao art. 52 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 6.031, de 26 de julho de 1940.*

Decreto n. 36.357 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

## EXÉRCITO

— *Altera ficha para seleção de candidatos ao ingresso no Quadro Auxiliar de Oficiais e as Instruções para a organização da referida ficha.*

Decreto n. 36.447 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

— *Altera a redação dos arts. 4.º e 28 do Decreto n.º 30.163, de 13 de novembro de 1951.*

Decreto n. 36.448 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

— *Revoga o Decreto n.º 35.059, de 12 de fevereiro de 1954, e dá novas redações aos arts. 110 e 123 do R-114, Regulamento para as Escolas Preparatórias, baixado com o Decreto número 18.732, de 28 de maio de 1945.*

Decreto n. 36.449 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

— *Cria o Estandarte-Distintivo do 1.º Regimento de Obuses-105 (Regimento Floriano).*

Decreto n. 36.513 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

— *Dá a denominação de "Dragões do Rio Grande" ao atual 3.º Regimento de Cavalaria e cria o respectivo estandarte.*

Decreto n. 36.514 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

— *Altera dispositivos do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército, aprovados pelos Decretos ns. 30.163, de 13 de novembro de 1951 e 34.999, de 2 de fevereiro de 1954 e torna insubsistente o de n.º 35.389, de 17 de abril de 1954.*

Decreto n. 36.515 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1954.

**EXÉRCITO**

— *Revoga o art. 2.º do Decreto n. 20.874, de 28 de março de 1946.*

Decreto n. 36.575 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

— *Altera as instruções para o Asilo de Inválidos da Pátria, aprovados pelo Decreto n. 2.774, de 20 de junho de 1938, e retificados pelo de número 3.547, de 31 de dezembro de 1938.*

Decreto n. 36.576 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

— *Dá nova redação às letras l e m do art. 49 do Regulamento para o Serviço de Material Bélico do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 22.874, de 7 de abril de 1947.*

Decreto n. 36.619 — de 18 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1954.

— *Revigora os arts. 69 e 71 do Regulamento n.º 25, baixado com o Decreto n.º 11.451, de 1.º de fevereiro de 1943.*

Decreto n. 36.620 — de 18 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1954.

— *Dá nova redação ao n.º 23 do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas.*

Decreto n. 36.663 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— *Retifica o Decreto n.º 35.509, de 17 de maio de 1954.*

Decreto n. 36.679 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

**EXPOSIÇÃO "VIDA E OBRAS DE CARLOS CHAGAS"**

*Abre pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de ..... Cr\$ 3.400.000,00, destinado à realização em Paris, da Exposição "Vida e Obra de Carlos Chagas".*

Lei n. 2.379 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

**EXTRANUMERARIO**

Decreto-legislativo n.º 40, de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 44, — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 55 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— *Dispositivos do projeto que se transformou na Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954, vetados pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional.*

Lei n. 2.284 — de 9 de agosto de 1954.

Publicada no D. O. de 29 de novembro de 1954.

— *Altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.*

Lei n. 2.336-A — de 19 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1954.

Retificada no D. O. de 25 de novembro de 1954.

— *Altera a redação do art. 2.º e seu parágrafo único do Decreto n.º 35.956, de 2 de agosto de 1954.*

Decreto n. 36.479 — de 19 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 24 de novembro de 1954.

## FABRICA NACIONAL DE FERRAMENTAS S. A.

*Outorga à Fábrica Nacional de Ferramentas S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica no Ribeirão Guassu, município de São Roque, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.538 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

## F

## FACULDADES

*Modifica a Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior.*

Lei n. 2.337 — de 20 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 20 de novembro de 1954.

— *Autoriza o funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie.*

Decreto n. 36.322 — de 11 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1954.

— *Concede reconhecimento ao Curso que menciona.*

Decreto n. 36.351 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos imóveis que menciona situados no Município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.367 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de Bacharelado da Faculdade de Direito de Natal.*

Decreto n. 36.387 — de 25 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1954.

## FACULDADES

— *Concede reconhecimento ao curso de bacharelado da Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.433 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para pagamento, no corrente exercício, da subvenção ordinária concedida à Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.466 — de 16 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954.

— *Autoriza o funcionamento aos cursos de filosofia, matemática, física, letras clássicas e pedagogia, da Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira.*

Decreto n. 36.494 — de 23 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de novembro de 1954.

— *Concede reconhecimento aos cursos de ciências econômicas e ciências contábeis e atuariais da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.601 — de 14 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1954.

— *Concede reconhecimento aos cursos de geografia e história, letras neolatinas e pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba.*

Decreto n. 36.628 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1954.

— *Concede reconhecimento aos cursos que indica.*

Decreto n. 36.630 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

**FACULDADES**

— *Concede reconhecimento aos cursos que indica.*

Decreto n. 36.657 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o funcionamento dos cursos que indica.*

Decreto n. 36.658 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o funcionamento do curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.680 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1954.

— *Dispõe sobre financiamento da Faculdade que indica.*

Decreto n. 36.682 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

**FAROLEIRO**

*Extingue cargos excedentes.*

(M.M. — Q.P.).

Decreto n. 36.621 — de 21 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

**FELDSPATO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Walter Valim Ferreira a pesquisar feldspato no município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.423 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

**FELDSPATO**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Faria Braga a lavrar feldspato no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.551 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fiorelli Peccicacco a pesquisar caulim, feldspato e associados no município de São Paulo.*

Decreto n. 36.585 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

**FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS**

*Torna público que os Governos do Uruguai, da Birmânia e do Egito depositaram os respectivos Instrumentos de ratificação da Convenção relativa a férias anuais remuneradas (Convenção n.º 52).*

Decreto n. 36.397 — de 29 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

**FERRO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Roquim a pesquisar minério de ferro no município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.454 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Euclides Freitas Menezes a pesquisar minérios de ferro e manganês no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.553 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

## FERRO

— *Retifica o Decreto n.º 31.116, de 10 de julho de 1952.*

Decreto n. 36.633 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Altino Diniz Andrade a pesquisar minério de ferro e associados no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.635 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

## FERROVIAS

*Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, empréstimos que serão aplicados em obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.559 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

## FICHA PARA SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO INGRESSO NO QUADRO AUXILIAR DE OFICIAIS

Ver: *Quadro Auxiliar de Oficiais.*

## FINANCIAMENTOS

*Autoriza o Poder Executivo a financiar operações imobiliárias realizadas pelo Clube Naval.*

Lei n.º 2.341 — de 22 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

— *Altera a Lei n.º 1.147, — de 25 de junho de 1950, que estabelece medidas de amparo e assistência aos ex-combatentes.*

Lei n. 2.355 — de 29 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

## FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Ver: *Aeronáutica.*

## FORÇA E LUZ VIDEIRA S. A.

*Autoriza a Força e Luz Videira S. A. a ampliar suas instalações elétricas.*

Decreto n. 36.102 — de 20 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 9 de dezembro de 1954.

## FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

*Revoga o art. 2.º do Decreto número 20.874, de 28 de março de 1946.*

Decreto n. 36.575 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

## FOSFATO ORGANICO

*Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Carlos Cardoso Junior a pesquisar fosfato orgânico no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 36.282 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

## FOSFATOS ALUMINOSOS

*Autoriza o cidadão brasileiro Jaime Saldanha da Gama Frota a lavar fosfatos aluminosos, laterita e associados no município de Turiagu, Estado do Maranhão.*

Decreto n. 36.347 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

## FRANCISCO LINDNER & CIA. LIMITADA

*Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Francisco Lindner & Cia. Ltda.*

Decreto n. 36.197 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1954.

**FUNCIONÁRIOS DE AUTARQUIAS**

*Veda alterações nos quadros de pessoal dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.443 — de 5 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1954.

**FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO**

*Modifica o art. 2.º da Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950.*

Lei n. 2.332 — de 8 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954.

— *Inclui a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre as entidades consignatárias de que trata a Lei n. 1.046, de 2 de janeiro de 1950.*

Lei n. 2.339 — de 20 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

— *Altera a redação do art. 2.º e seu parágrafo único do Decreto número 35.956, de 2 de agosto de 1954.*

Decreto n. 36.479 — de 19 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 24 de novembro de 1954.

**FUNÇÕES CONSIDERADAS DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR**

*Altera a redação do Decreto número 30.955, de 7 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.384 — de 25 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1954.

— *Altera o Decreto n.º 30.955, de 7 de junho de 1952, que dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.*

Decreto n. 36.577 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

**FUNÇÕES GRATIFICADAS**

*Aprova a relação das Funções Gratificadas do Conselho Nacional do Petróleo mediante classificação nos símbolos previstos no art. 2.º da Lei número 2.188, de 3 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.446 — de 8 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

— *Aprova a relação das Funções Gratificadas mediante classificação nos símbolos previstos no art. 2.º da Lei n.º 2.188, de 3 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 35.447 — de 30 de abril de 1954.

Retificado no D. O. de 9 de outubro de 1954.

— *Retifica a denominação de funções gratificadas nas Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional.*

Decreto n. 36.509 — de 30 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

**FUNDO NACIONAL DO ENSINO MÉDIO**

*Dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.*

Lei n.º 2.342 — de 25 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

**G****G. MARTINS & CIA. LTDA.**

*Concede à Sociedade "G. Martins & Cia. Ltda." autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 36.484 — de 29 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1954.

## GIPSITA

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 31.287, de 13 de agosto de 1952.*

Decreto n. 36.524 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

## GRATIFICAÇÕES

*Fixa a gratificação de representação do Presidente do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.*

Lei n. 2.334 — de 10 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de novembro de 1954.

— *Altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.*

Lei n. 2.336-A — de 19 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1954.

Retificada no D. O. de 25 de novembro de 1954.

— *Dispõe sobre as gratificações atribuídas aos membros e Superintendente da Caixa de Crédito da Pesca.*

Decreto n. 36.412 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1954.

— *Veda alterações nos quadros de pessoal dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.443 — de 5 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1954.

— *Retifica o Decreto n.º 35.509, de 17 de maio de 1954.*

Decreto n. 36.679 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

## GRATIFICAÇÕES

— *Aprova as Tabelas de Gratificação de Representação a que se refere o Decreto-lei n.º 9.202, de 26 de abril de 1946.*

Decreto n. 36.711 — de 31 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

## GRAXAS

*Inclui os solventes, a parafina, o asfalto e as graxas derivadas de petróleo, no regime estatuído pelo Decreto n.º 4.071, de 12 de maio de 1939.*

Decreto n. 36.383 — de 23 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954.

## GUARDAS FLORESTAIS

*Dispõe sobre o uniforme dos Guardas Florestais do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.694 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

## GUARNIÇÕES ESPECIAIS

*Retifica o Decreto n.º 35.509, de 17 de maio de 1954.*

Decreto n. 36.679 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

## H

### HEMATITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Abdalla Chamma a pesquisar hematita e associados no município de Belo Vale, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.312 — de 8 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.



**HENRIQUE LEUTHOLD**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 38.000,00, para atender ao pagamento à firma Henrique Leuthold.*

Lei n. 2.356 — de 29 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

**HÓRTO FLORESTAL**

*Cria um Hórtio Florestal em Macaio, no Estado de Alagoas.*

Decreto n. 36.326 — de 14 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1954.

*— Cria um Hórtio Florestal em João Pessoa, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 36.633 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1954.

**HOSPITAL DO RADIALISTA**

*Abre, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para auxiliar a construção do Hospital do Radialista.*

Decreto n. 36.462 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

**IDADE MÍNIMA PARA A ADMISSÃO DE CRIANÇAS NO TRABALHO MARÍTIMO**

*Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte do Uruguai, da Convenção relativa a idade mínima para a admissão de crianças no trabalho marítimo (Convenção n.º 58), adotada a 24 de outubro de 1936, pela Conferência Internacional do Trabalho, durante a sua 22.ª Sessão.*

Decreto n. 36.399 — de 29 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

**I****ILMENITA**

*Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A., a lavar ilmenita, zirconita, monazita, rutilo e associados, no município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 36.283 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

*— Renova o Decreto n.º 31.523, de 2 de outubro de 1952.*

Decreto n. 36.413 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1954.

*— Renova o Decreto n.º 31.520, de 2 de outubro de 1952.*

Decreto n. 36.414 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1954.

**IMPORTAÇÃO**

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, para material importado pela Companhia Moore Mac Cormack Navegação S. A.*

Lei n. 2.362 — de 6 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

*Concede a Indústrias Reunidas Leal Santos S. A. os favores constantes do art. 12, n.º 12, e art. 49 do Decreto-lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938.*

Lei n.º 2.363 — de 6 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

**IMPÔSTO DE RENDA**

*Altera a legislação do imposto sobre Renda, e dá outras providências.*

Lei n. 2.354 — de 29 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 29 de novembro de 1954.

## IMPOSTO DE RENDA

— Regula o processo a adotar na avaliação judicial prevista no § 3.º do art. 92, do Regulamento que acompanha o Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947.

Decreto n. 36.597 — de 10 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

## IMPOSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA

Aprova Regulamento para controle da arrecadação e do recolhimento do imposto único sobre energia elétrica.

Decreto n. 36.578 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

## INATIVIDADE DOS MILITARES

Regula a inatividade dos militares.

Lei n. 2.370 — de 9 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1954.

## INATIVOS

Modifica o art. 2.º da Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950.

Lei n. 2.332 — de 8 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de novembro de 1954.

## INCOGRAMAR - INDÚSTRIAS REUNIDAS DE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA.

Autoriza a Incogramar - Indústrias Reunidas de Extração e Comércio de Mármores e Granitos Ltda., a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Decreto n. 36.344 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

## INDENIZAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para atender ao pagamento de indenizações devidas a funcionários da Divisão do Imposto de Renda e Delegacias.

Lei n. 2.361 — de 6 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

— Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte do Uruguai, da Convenção relativa à indenização das molestias profissionais (Convenção n.º 42), adotada a 21 de junho de 1934, — pela Conferência Internacional do Trabalho, durante sua 13.ª Sessão.

Decreto n. 36.396 — de 29 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 104.172,30, para pagamento de indenização devida a Zaki Shirato & Cia. e Merhy & Jacomel.

Decreto n. 36.411 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1954.

## INDÚSTRIA MILITAR E CIVIL

Cria a Comissão Permanente de Material e Pesquisas Militares e das outras providências.

Decreto n. 35.320 — de 9 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.

## INDÚSTRIAS REUNIDAS LEAL SANTOS S. A.

Concede a Indústrias Reunidas Leal Santos S. A. os favores constantes do art. 12, n.º 12, e art. 49 do Decreto-lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938.

Lei n. 2.363 — de 6 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

**INSPETOR DE PREVIDÊNCIA***Extingue cargo excedente.*

(M.T.I.C. — Q.P.).

Decreto n. 36.558 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

**INSPETORIA-GERAL DA MARINHA***Aprova o Regulamento para a Inspeção-Geral da Marinha.*

Decreto n. 36.324 — de 11 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 14 e 16 de outubro de 1954.

**INSTITUTO BUTANTA***Abre crédito especial para o fim que indica.*

Decreto n. 36.366 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

**INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL**

Decreto-legislativo n.º 41, de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954.

**INSTITUTO HIPOTECÁRIO E FINANCEIRO S. A. - BANCO DE CRÉDITO REAL***Aprova reforma introduzida nos estatutos do Instituto Hipotecário e Financeiro S. A. - Banco de Crédito Real.*

Decreto n. 36.476 — de 12 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1954.

**INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO***Dispõe sobre a redistribuição do pessoal lotado na extinta Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.334 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

*— Aprova o Orçamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências.*

Decreto n. 36.715 — de 31 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

**INSTITUTO TECNOLÓGICO INDUSTRIAL***Abre crédito especial para o fim que indica.*

Decreto n. 36.368 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

**INSTITUTOS***Autoriza o funcionamento do curso de educação física infantil do Instituto de Educação de Minas Gerais.*

Decreto n. 34.998 — de 2 de fevereiro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.

**INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES***Altera a Lei n.º 1.147, de 25 de junho de 1950, que estabelece medidas de amparo e assistência aos ex-combatentes.*

Lei n. 2.355 — de 29 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

*— Veda alterações nos quadros de pessoal dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.443 — de 5 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1954.

## INVALIDOS DA PÁTRIA

*Altera as Instruções para o Asilo de Inválidos da Pátria, aprovadas pelo Decreto n.º 2.774, de 20 de junho de 1938, e retificadas pelo de número 3.547, de 31 de dezembro de 1938.*

Decreto n. 36.576 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

## INVESTIMENTOS

*Cria a Comissão de Investimentos no Nordeste (C.I.N.).*

Decreto n. 36.478 — de 18 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1954.

## IRMÃOS DARIN

*Concede à Irmãos Darin autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 36.418 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

## ISENÇÕES

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, para material importado pela Companhia Moore Mac Cormack Navegação S. A.*

Lei n. 2.362 — de 6 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

*— Concede a Indústrias Reunidas Leal Santos S. A. os favores constantes do art. 12, n.º 12, e art. 49 do Decreto-lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938.*

Lei n. 2.363 — de 6 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

## J

### J. FERREIRA MARQUES

Decreto-legislativo n.º 43, de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

## JUSTIÇA DO TRABALHO

Abertura de crédito:

Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.

## L

### LABORATÓRIOS

*Inclui o Laboratório de Ensaios e Pesquisas, da Divisão de Orientação e Pesquisas da Diretoria do Material, entre os Estabelecimentos constantes do item 4, do art. 3.º, do Decreto número 30.033, de 1-10-1951.*

Decreto n. 36.296 — de 7 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1954.

*— Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para atender a despesas do Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos.*

Decreto n. 36.666 — de 28 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

### LAGE & CIA.

*Autoriza a empresa de mineração Lage & Cia. a pesquisar água mineral no município de Santo André, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.426 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

### LATERITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Jaime Saldanha da Gama Frota e lavar fosfatos aluminosos, laterita e associados no município de Turiaçu, Estado do Maranhão.*

Decreto n. 36.347 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

### LAVRAS

Ver: o nome do elemento lavrado.

**LAVRAS SANTO AMARO LTDA.**

*Autoriza a empresa de mineração Lavras Santo Amaro Ltda. a pesquisar argila e associados, no município de Suzano, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.430 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

**LEI DO INQUILINATO**

*Prorroga o prazo da vigência da Lei n.º 1.330, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato).*

Lei n. 2.328 — de 1 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1954.

**"LINGE" DE SEGUROS  
GERAIS S. A.**

*Concede à "Linge" de Seguros Gerais S. A. autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.*

Decreto n. 36.596 — de 10 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de dezembro de 1954.

**LINHAS DE LIMITE DE CARGAS**

*Torna público que a República da Coreia aderiu à Convenção Internacional sobre Linhas de Limite de Carga, firmada em Londres, a 5 de julho de 1930.*

Decreto n. 36.329 — de 15 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

**LOCAÇÃO DE IMÓVEIS**

*Prorroga o prazo da vigência da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato).*

Lei n. 2.328 — de 1 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1954.

**LOIDE BRASILEIRO**

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 45.371.064,90, para o fim que menciona.*

Decreto n. 36.714 — de 31 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

**M****MAGNESITA**

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 35.564, de 26 de maio de 1954.*

Decreto n. 36.277 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1954.

**MANGANÊS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Saturnino de Rezende a lavar minério de manganês, no município de Lagoa Dourada, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.285 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

— *Renova o Decreto n.º 30.751, de 14 de abril de 1952.*

Decreto n. 36.299 — de 7 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1954.

— *Renova o Decreto n.º 30.749, de 14 de abril de 1952.*

Decreto n. 36.300 — de 7 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês, no município de Pacajus, Estado do Ceará.*

Decreto n. 36.308 — de 8 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.

## MANGANÊS

— *Renova o Decreto n.º 30.752, de 14 de abril de 1952.*

Decreto n. 36.336 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Euclydes Freitas Menezes a pesquisar minério de ferro e manganês no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.553 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

## MAQUINISTA DE ESTRADA DE FERRO

*Suprime cargos extintos.*

Decreto n. 36.445 — de 8 de novembro de 1954.

(M.V.O.P. — Q.V. — P.S.).

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

## MARINHA

*Aprova o Regulamento para a Inspeção Geral da Marinha.*

Decreto n. 36.324 — de 11 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 14 e 16 de outubro de 1954.

— *Aprova o Regulamento para a Diretoria de Aeronáutica da Marinha.*

Decreto n. 36.327 — de 15 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1954.

Retificado no D. O. de 21 de outubro de 1954.

— *Aprova o Regulamento para as Escolas de Aprendizes Marinheiros.*

Decreto n. 36.354 — de 20 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1954.

Retificado no D. O. de 26 de outubro de 1954.

## MARINHA

— *Aprova o Regulamento para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.358 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1954.

— *Aprova o Regulamento para o Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha.*

Decreto n. 36.450 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

— Ver, também: Armada.

## MARINHA MERCANTE

*Dispõe sobre a concessão da medalha naval "Serviços de Guerra" a oficiais e tripulantes da Marinha Mercante Nacional que, no período de 15 de fevereiro a 22 de agosto de 1942, tenham sofrido ato de agressão no mar.*

Lei n. 2.344 — de 25 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

## MÁRMORE

*Autoriza a Incogramar - Indústrias Reunidas de Extração e Comércio de Mármore e Granitos Ltda., a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.344 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

— *Autoriza a Sociedade Anônima Mármore Brasileiros "Sambra" a pesquisar dolomita, mármore e associados no município de Campos do Jordão, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.544 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

**MARMORE**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Felix Willerding a pesquisar mármore no município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 36.552 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Amintas Campos a pesquisar mármore e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.554 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

— *Autoriza a empresa de mineração Andréa Salvini & Cia. Ltda. a pesquisar calcário, mármore e associados no Município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.588 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

**MECANICO DE MANUTENÇÃO**

*Inclui na reserva de 3.ª Categoria da Força Aérea Brasileira, nos termos do art. 1.º da Lei n.º 438, de 18 de outubro de 1948, os portadores de licenças de piloto, de navegador, de mecânico de voo, de rádio-operador de voo e de mecânico de manutenção, concedidas pela Diretoria de Aeronáutica Civil.*

Lei n. 2.336 — de 19 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de novembro de 1954.

**MECANICO DE VOO**

*Inclui na reserva de 3.ª Categoria da Força Aérea Brasileira, nos termos do art. 1.º da Lei n.º 438, de 18 de outubro de 1948, os portadores de licenças de piloto, de navegador, de mecânico de voo, de rádio-operador de voo e de mecânico de manutenção concedidas pela Diretoria de Aeronáutica Civil.*

Lei n. 2.336 — de 19 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de novembro de 1954.

**MEDALHAS**

*Dispõe sobre a concessão de medalha naval "Serviços de Guerra" a oficiais e tripulantes da Marinha Mercante Nacional que, no período de 15 de fevereiro a 22 de agosto de 1942, tenham sofrido ato de agressão no mar.*

Lei n. 2.344 — de 25 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

**"MERCANTIL COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS"**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Mercantil Companhia Nacional de Seguros".*

Decreto n. 36.438 — de 5 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 23 de novembro de 1954.

**MERHY & JACOMEL**

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 104.172,30, para pagamento de indenização devida a Zaki Shirato & Companhia e Merhy & Jacomel.*

Decreto n. 36.411 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1954.

**MÉRITO DESPORTIVO**

*Institui a Cruz e a Medalha do Mérito Desportivo.*

Decreto n. 36.328 — de 15 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1954.

**MESBLA S. A.**

Decreto-legislativo n.º 64, de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954.

**MESTRE**

*Suprime cargo extinto.*

(M.M. — Q.S.).

Decreto n. 36.623 — de 21 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

**MESTRE DE LINHA**

*Suprime cargos extintos.*

(M.V.O.P. — Q.V. — P.S.).

Decreto n. 36.445 — de 8 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

**"METROPOLITAN-VICKERS ELECTRICAL EXPORT CO. LTD."**

*Revoga o Decreto que concedeu à sociedade "Metropolitan-Vickers Electrical Export Co. Ltd." autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 36.498 — de 26 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

**MICA**

*Renova o Decreto n.º 31.193, de 25 de julho de 1952.*

Decreto n. 36.337 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Luiz Horta Ludolf de Melo e Zeny de Souza Melo a pesquisar mica e associados no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.346 — de 13 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

— *Renova o Decreto n.º 31.067, de 2 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.415 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1954.

**MICA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Duboc Sobrinho a pesquisar mica, caulim, berilo e associados no município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.455 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Alves Martins a pesquisar mica e associados no município de Malucacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.457 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

— *Anula o Decreto n.º 31.765, de 12 de novembro de 1952.*

Decreto n. 36.458 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gentil Pires Alves a pesquisar mica e associados no município de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.640 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Levingo Gonçalves da Silva a pesquisar mica no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.705 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

**MICA NORTE LIMITADA**

*Concede à Mica Norte Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 36.195 — de 20 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.



**MILITARES**

*Modifica o art. 2.º da Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950.*

Lei n. 2.332 — de 8 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de novembro de 1954.

— *Estabelece o posto a que devem ser promovidos os alunos dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva vitimados por acidentes na instrução e no serviço, e dá outras providências.*

Lei n. 2.343 — de 25 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

— *Regula a inatividade dos militares.*

Lei n. 2.370 — de 9 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1954.

— *Altera Ficha para seleção de candidatos ao ingresso no Quadro Auxiliar de Oficiais e as Instruções para a organização da referida Ficha.*

Decreto n. 36.447 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

— *Aprova o Regulamento das Operações Imobiliária da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube de Aeronáutica.*

Decreto n. 36.477 — de 13 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1954.

— *Altera a redação do art. 9.º e parágrafo único do art. 60 do Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 36.520 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1954.

**MILITARES**

— *Revoga o art. 2.º do Decreto número 20.874, de 28 de março de 1946.*

Decreto n. 36.575 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

— *Retifica o Decreto n.º 35.509, de 17 de maio de 1954.*

Decreto n. 36.679 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

— *Fixa o número mínimo de vagas para a cota compulsória, no Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 36.712 — de 31 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

**MINERAÇÃO BAHIANA LTDA.**

Decreto-legislativo n.º 50, de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

**MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS LTDA.**

*Concede à Mineração, Indústria e Comércio de Metais Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 36.303 — de 7 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1954.

**MINERAÇÃO COMERCIAL LIMITADA**

*Concede à Mineração Comercial Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 36.338 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1954.

# MINERAÇÃO SERTANEJA SOCIEDADE ANÔNIMA

*Autoriza a Mineração Sertaneja Sociedade Anônima, a lavrar scheelita no município de Santa Luzia, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 36.432 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

# MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Decreto-legislativo n.º 40, de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 44 — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 65 — de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954.

— *Acrescenta Quadros de Oficiais Especialistas à alínea a do art. 1.º do Decreto n.º 31.401, de 8 de setembro de 1952.*

Decreto n. 36.267 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.365 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Alegrete (RS).*

Decreto n. 36.392 — de 28 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

# MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

— *Desapropria terrenos em Canôas, Estado do Rio Grande do Sul e revoga decreto.*

Decreto n. 36.461 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Manaus, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 36.481 — de 20 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1954.

— *Renova a declaração de utilidade pública, para desapropriação, de áreas que menciona, situadas em Salvador (Bahia).*

Decreto n. 36.664 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Itumbira - (GO).*

Decreto n. 36.665 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

— *Cria funções de extranumerário-consultista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

— *Fixa o número de vagas para a cota compulsória, no Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 36.712 — de 31 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

Abertura de crédito:

Ver: *Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Decreto-legislativo n.º 56, de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Decreto-legislativo n.º 58, — de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— *Cria cargos nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Lei n. 2.366 — de 7 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1954.

— *Dispõe sobre a redistribuição do pessoal lotado na extinta Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.334 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

— *Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-Mensalistas da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Diretoria, do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura e do Serviço de Meteorologia do mesmo Ministério.*

Decreto n. 36.335 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Januária, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.364 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.469 — de 12 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1954.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.491 — de 23 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1954.

— *Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

Abertura de crédito:

Ver: Crédito Especial.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Decreto-legislativo n.º 43, de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954.

— *Retifica o Decreto n.º 35.000, de 3 de fevereiro de 1954, que define a composição dos Quadros e Tabelas do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.*

Decreto n. 36.599 — de 11 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1954.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— *Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

**Abertura de crédito:**

Ver: *Crédito Especial*.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Decreto-legislativo n.º 66, de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1954.

— *Cria funções na Parte Suplementar da Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Fazenda, a serem ocupadas pelos extranumerários da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 5.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954.*

Decreto n. 36.291 — de 5 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 8 de outubro de 1954.

— *Torna sem efeito o Decreto número 33.698, de 28 de agosto de 1953, que aprovou a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Gabinete do Ministro da Fazenda.*

Decreto n. 36.374 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Retifica o Decreto n.º 33.920, de 25 de setembro de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Serviço do Patrimônio da União, do Ministério da Fazenda.*

Decreto n. 36.490 — de 23 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1954.

— *Retifica a denominação de funções gratificadas nas Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional.*

Decreto n. 36.509 — de 30 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, empréstimos que serão aplicados, em obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.559 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— *Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

**Abertura de crédito:**

Ver: *Crédito Especial*.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Transfere para o Quadro Permanente do Ministério da Guerra, cargo isolado, de provimento efetivo.*

Lei n. 2.372 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Ordinárias de Extranumerários-mensalistas das Fábricas de Bonsucesso e da Estrela, da Diretoria de Fabricação do Exército, do Departamento Técnico e de Produção do Exército, do Ministério da Guerra.

Decreto n. 36.265 — de 30 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de outubro de 1954.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, áreas de terreno necessárias à construção do subtrecho Rio Pelotas-Rio Saltinho, do Tronco Ferroviário Principal Sul, a cargo do 3.º Batalhão Rodoviário.

Decreto n. 36.402 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1954.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel pertencente ao Município de Itaquí, no Estado do Rio Grande do Sul, necessário ao Serviço do Exército.

Decreto n. 36.403 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1954.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno na zona urbana da cidade de Pôrto União, no Estado de Santa Catarina, o qual é destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto n. 36.488 — de 20 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1954.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União, a aceitar a doação de três terrenos situados na zona urbana da cidade de Castro, no Estado do Paraná, os quais são destinados ao Ministério da Guerra.

Decreto n. 36.489 — de 20 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1954.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalistas do Asilo de Inválidos da Pátria, e da Diretoria Geral do Pessoal, do Ministério da Guerra.

Decreto n. 36.624 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

— Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

Abertura de crédito:

Ver: Crédito Especial.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Decreto-legislativo n.º 45, de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— Cria função na Tabela Única de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto n. 36.289 — de 2 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1954.

— Revoga o Decreto n.º 35.128, de 27 de fevereiro de 1954, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel situado na rua do Riachuelo n.º 158, nesta Capital.

Decreto n. 36.465 — de 11 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1954.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 36.567 — de 7 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1954.

— *Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

Abertura de crédito:

Ver: *Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA MARINHA

*Retifica o Decreto n.º 33.132, de 24 de junho de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Agência da Capitania dos Portos do Estado de Santa Catarina, em Laguna, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.290 — de 5 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1954.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

Abertura de crédito:

Ver: *Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

*Reorganiza as Secretarias do Ministério Público Federal cria o respectivo quadro de pessoal, reajusta seus servidores, cargos e vencimentos, e dá outras providências.*

Lei n. 2.369 — de 9 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1954.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Abertura de crédito:

Ver: *Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

*Retifica o Decreto n.º 35.000, de 3 de fevereiro de 1954, que define a composição dos Quadros e Tabela do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.*

Decreto n. 36.599 — de 11 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1954.

— *Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

Abertura de crédito:

Ver: *Crédito Especial.*

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

*Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento do pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o artigo 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Abertura de crédito:

Ver: *Crédito Especial.*

# MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Decreto-legislativo n.º 42, de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954.

— *Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o artigo 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

# MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Abertura de crédito:

Ver: *Crédito Especial*.

# MOINHO FLUMINENSE S. A.

*Autoriza o Moinho Fluminense S. A. a instalar para uso exclusivo três grupos geradores termoeletrônicos.*

Decreto n. 36.542 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1954.

# MONAZITA

*Autoriza Orquímia, Indústrias Químicas Reunidas S. A., a lavar ilmênita, zirconita, monazita, rutilo e associados, no município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 36.283 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Frederico Schmidt a pesquisar monazita e associados nos municípios de Ipanguaçu e São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.313 — de 8 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.

# MONAZITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Frederico Schmidt, a pesquisar monazita e associados, no município de São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.314 — de 8 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Frederico Schmidt a pesquisar monazita e associados, no município de São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.315 — de 8 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Frederico Schmidt a pesquisar monazita e associados, no município de São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.316 — de 8 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Frederico Schmidt a pesquisar monazita e associados nos municípios de Açú e São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.349 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

— *Renova o Decreto n.º 31.523, de 2 de outubro de 1952.*

Decreto n. 36.413 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1954.

— *Renova o Decreto n.º 31.520, de 2 de outubro de 1952.*

Decreto n. 36.414 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1954.

## MONAZITA

— Autoriza a empresa de mineração Berco - Indústria Química Mineral S. A. a pesquisar monazita e associados no município de Açú, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 36.421 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1954.

— Autoriza a empresa de mineração Berco - Indústria Química Mineral S. A. a pesquisar monazita e associados nos municípios de Ipananguaçu e São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 36.424 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

— Autoriza a empresa de mineração Orquima - Indústria Químicas Reunidas S. A. a pesquisar monazita e associados no município de Ipananguaçu, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 36.425 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

— Autoriza a empresa de mineração Orquima - Indústria Químicas Reunidas S. A. a pesquisar monazita e associados no município de Ipananguaçu, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 36.427 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

— Autoriza a empresa de mineração Orquima - Indústria Químicas Reunidas S. A. a pesquisar monazita e associados no município de Açú, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 36.428 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

## MONAZITA

— Autoriza a empresa de mineração Orquima - Indústria Químicas Reunidas S. A. a pesquisar monazita e associados nos municípios de Açú e Ipananguaçu, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 36.429 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

— Autoriza a empresa de mineração Sulba, Sociedade Comercial de Minérios Ltda., a pesquisar monazita e associados nos municípios de Ipananguaçu e São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 36.431 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

— Autoriza o cidadão brasileiro Kurt Weil a pesquisar monazita e associados no município de Açú, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 36.582 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

— Autoriza o cidadão brasileiro Kurt Weil a pesquisar monazita e associados no município de Açú, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 36.583 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

## MONTEPIO GERAL DE ECONOMIA DOS SERVIDORES DO BRASIL

Inclui a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, entre as entidades consignatárias de que trata a Lei n.º 1.048, de 2 de janeiro de 1950.

Lei n. 2.339 — de 20 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.



**MOSSORÓ RADIO LIMITADA**

*Outorga concessão à Mossoró Rádio Sociedade Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 36.571 — de 7 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

**MUNICIPIOS**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 400.000,00, como auxílio ao Município de Crato, Estado do Ceará, para construção, no centenário da cidade, do monumento comemorativo de suas tradições cívicas.*

Lei n. 2.353 — de 26 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1954.

— *Altera a redação do art. 2.º e seu parágrafo único do Decreto número 35.956, de 2 de agosto de 1954.*

Decreto n. 36.479 — de 19 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 24 de novembro de 1954.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 35.208.308,90, para completar o pagamento da quota devida aos municípios e relativa ao imposto de renda.*

Decreto n. 36.652 — de 23 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

**MUSEU HISTÓRICO NACIONAL**

*Aprova o Regimento do Museu Histórico Nacional, do Ministério de Educação e Cultura.*

Decreto n. 36.518 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

**MÚTUA CATARINENSE DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Mútua Catarinense de Seguros Gerais.*

Decreto n. 36.563 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1954.

**N****NAVEGAÇÃO CONTINENTAL LIMITADA**

*Concede à sociedade "Navegação Continental Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 36.264 — de 30 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1954.

**NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO "BRASILEIRA" LIMITADA**

*Concede à sociedade Navegação e Comércio "Brasileira" Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 36.502 — de 26 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1954.

**"NAVEGAÇÃO MANSUR LIMITADA"**

*Concede à Sociedade "Navegação Mansur Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 36.440 — de 5 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de novembro de 1954.

## NAVEGADOR

*Inclui na reserva de 3.ª Categoria da Força Aérea Brasileira, nos termos do art. 1.º da Lei n.º 438, de 18-10-48, os portadores de licenças de piloto, de navegador, de mecânico de voo, de rádio-operador e de mecânico de manutenção, concedidas pela Diretoria de Aeronáutica Civil.*

Lei n. 2.336 — de 19 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de novembro de 1954.

## "NORTH BRITISH & MERCANTIL INSURANCE COMPANY LIMITED"

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da North British & Mercantile Insurance Company Limited.*

Decreto n. 36.375 — de 22 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1954.

## O

## OFICIAL JUDICIÁRIO

*Altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.*

Lei n. 2.336-A — de 19 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1954.

Retificada no D. O. de 25 de novembro de 1954.

## OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS

*Autoriza o Poder Executivo a financiar operações imobiliárias realizadas pelo Clube Naval.*

Lei n. 2.341 — de 22 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

— *Aprova o Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube de Aeronáutica.*

Decreto n. 36.477 — de 13 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1954.

## OPERÁRIO DA ESCOLA NAVAL

*Suprime cargo extinto.*

(M.M. — Q.S.).

Decreto n. 36.622 — de 21 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

## OPERÁRIO DE AVIAÇÃO

*Suprime cargos extintos.*

(M. Aer. — Q.S.).

Decreto n. 36.295 — de 7 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1954.

## ORÇAMENTO GERAL DA REPÚBLICA

*Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1955.*

Lei n. 2.368 — de 9 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. (Suplemento) de 13 de dezembro de 1954.

Retificada no D. O. de 30 de dezembro de 1954.

## ORÇAMENTOS

*Aprova o Orçamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências.*

Decreto n. 36.715 — de 31 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

## ORQUIMA, INDÚSTRIAS QUÍMICAS REUNIDAS S. A.

*Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A., a lavrar ilmenita, zirconita, monazita, rutílio e associados, no município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 36.283 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

**ORQUIMA, INDÚSTRIAS QUÍMICAS REUNIDAS S. A.**

— *Renova o Decreto n.º 31.520, de 2 de outubro de 1952.*

Decreto n. 36.414 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1954.

— *Autoriza a empresa de mineração Orquima - Indústrias Químicas Reunidas S. A. a pesquisar monazita e associados no município de Ipanguaçu, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.425 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

— *Autoriza a empresa de mineração Orquima - Indústrias Químicas Reunidas S. A. a pesquisar monazita e associados no município de Ipanguaçu, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.427 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

— *Autoriza a empresa de mineração Orquima - Indústrias Químicas Reunidas S. A. a pesquisar monazita e associados no município de Açu, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.428 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

— *Autoriza a empresa de mineração Orquima - Indústrias Químicas Reunidas S. A. a pesquisar monazita e associados nos municípios de Açu e Ipanguaçu, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.429 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

**OURO**

— *Renova o Decreto n.º 31.355, de 28 de agosto de 1952.*

Decreto n. 36.532 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

**OURO**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mário Clark Bacellar a pesquisar diamante e ouro no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.643 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

**P****PARAFINA**

— *Inclui os solventes, a parafina, o asfalto e as graxas derivadas de petróleo, no regime estatuído pelo Decreto n.º 4.071, de 12 de maio de 1939.*

Decreto n. 36.383 — de 23 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1954.

**PATRÃO**

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto n. 36.565 — de 3 de dezembro de 1954.

(M.T.I.C. — Q.S.).

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

**PEDRAS PRECIOSAS**

— *Autoriza Raymundo Pinheiro Lopes a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 36.304 — de 7 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1954.

— *Autoriza Ruy Teixeira Leite a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 36.470 — de 12 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1954.

**PEDRO & LEITE LTDA.**

— *Autoriza a empresa de mineração Pedro & Leite Ltda. a pesquisar calcário e associados no município de Rio Claro, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.549 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

## PENSÕES

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 2.000,00 mensais a Ezequiel Pompeu Ribeiro de Siqueira, neto do Tenente Antônio João Ribeiro.*

Lei n. 2.335 — de 18 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 22 de novembro de 1954.

— *Concede pensão à viúva de Gentil Ramos.*

Decreto n. 36.511 — de 30 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

## PEREIRA JUNIOR & CIA. LTDA.

*Abre pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 6.127.612,90, para pagamento devido às firmas Pereira Júnior & Cia. Ltda. e Cereais Santos Martins Limitada.*

Decreto n. 36.467 — de 12 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954.

## PERÍODO LETIVO

*Dispõe sobre o período letivo, correspondente ao ano de 1954, nos estabelecimentos de ensino superior existentes no Estado de São Paulo.*

Lei n. 2.357 — de 2 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

## PESQUISAS

*Ver: o nome do elemento pesquisado.*

## PETRÓLEO

*Inclui os solventes, a parafina, o asfalto e as graxas derivadas de petróleo, no regime estatuído pelo Decreto n.º 4.071, de 12 de maio de 1939.*

Decreto n. 36.383 — de 23 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1954.

## PILOTO

*Inclui na reserva de 3.ª Categoria da Força Aérea Brasileira, nos termos do art. 1.º da Lei n.º 438, de 18 de outubro de 1948, os portadores de licenças de piloto, de navegador, de mecânico de voo, de rádio-operador de voo e de mecânico de manutenção, concedidas pela Diretoria de Aeronáutica Civil.*

Lei n. 2.236 — de 19 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de novembro de 1954.

## PIRITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Theodulo Pereira a lavar pirita no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.348 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

## PLANO DE UNIFORMES

*Altera a redação dos artigos 4.º e 38 do Decreto n.º 30.163, de 13 de novembro de 1951.*

Decreto n. 36.448 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

— *Dispõe sobre o uniforme dos Guardas Florestais do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.694 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

## PODER JUDICIÁRIO

*Abertura de crédito:*

*Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

**POLÍCIA MILITAR**

*Modifica o art. 9.º do Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto número 3.273, de 16 de novembro de 1933, alterado pelo dito n.º 31.230, de 31 de julho de 1952.*

Decreto n. 36.650 — de 23 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

**POTYGUAR - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

*Concede à Potyguar - Indústria e Comércio Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 36.251 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1954.

**PREFEITURAS**

*Concede auxílios às Prefeituras de Santo André, Jaú, Teófilo Otoni e Leopoldina, e dá outras providências.*

Lei n. 2.359 — de 4 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Baependi concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no ribeirão das Furnas, distrito e município de Baependi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.617 — de 17 de outubro de 1952.

Retificado no D. O. de 16 de outubro de 1954.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Camaquã a ampliar suas instalações termo-elétricas.*

Decreto n. 31.920 — de 12 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1954.

**PREFEITURAS**

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves para a Comissão Estadual de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica no município de Bento Gonçalves.*

Decreto n. 35.793 — de 9 de julho de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1954.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 36.059 — de 16 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Santana de Pirapama concessão para distribuir energia elétrica na sede do Município de Santana de Pirapama, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.092 — de 19 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

— *Transfere da Empresa Força e Luz de Formosa para a Prefeitura Municipal a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Formosa, Estado de Goiás.*

Decreto n. 36.216 — de 21 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Bom Jesus do Galho, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.269 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

## PREFEITURAS

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Abaeté, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.270 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Santa Helena de Goiás, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio São Tomás.*

Decreto n. 36.317 — de 8 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1954.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Paracatu, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira da Batalha existente no ribeirão da Batalha, município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.363 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terreno em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.365 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Alegrete (RS).*

Decreto n. 36.392 — de 28 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 36.469 — de 12 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1954.

## PREFEITURAS

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União, a aceitar a doação de um terreno na zona urbana da Cidade de Porto União no Estado de Santa Catarina, o qual é destinado ao Ministério da Guerra.*

Decreto n. 36.488 — de 20 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de três terrenos situados na zona urbana da cidade de Castro, no Estado do Paraná, os quais são destinados ao Ministério da Guerra.*

Decreto n. 36.489 — de 20 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1954.

— *Transfere de José Cota da Fonseca para a Prefeitura Municipal de Vespasiano a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Vespasiano, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.533 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Itumbiara — (GO).*

Decreto n. 36.665 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Abertura de crédito:

Ver: *Crédito Especial.*

## PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

*Fixa a gratificação de representação do Presidente do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.*

Lei n. 2.334 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1954.

**PROFESSOR CATEDRÁTICO**

*Modifica a Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior.*

Lei n. 2.337 — de 20 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 20 de novembro de 1954.

**PROFISSIONAIS DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO SUPERIOR**

*Altera a redação do art. 2.º, e seu parágrafo único do Decreto n.º 35.956, de 2 de agosto de 1954.*

Decreto n. 36.479 — de 19 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 24 de novembro de 1954.

**PROJETOS E ORÇAMENTOS**

*Aprova projeto e orçamento para a construção da variante Tamatui compreendida entre as estacas 125 = 0 e 230 + 14 = 106 + 6 da linha de Bananeiras a Picui.*

Decreto n. 36.353 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

**PROMOÇÕES**

*Altera a redação do art. 9.º e parágrafo único do art. 60, do Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 36.520 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1954.

*— Dispõe sobre promoções às classes final e semi-final da carreira de Diplomata.*

Decreto n. 36.593 — de 10 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

**Q****QUADRO AUXILIAR DE OFICIAIS**

*Altera Ficha para seleção de candidatos ao ingresso no Quadro Auxiliar de Oficiais e as Instruções para a organização da referida Ficha.*

Decreto n. 36.447 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

**QUADRO DE OFICIAIS AUXILIARES DA MARINHA**

*Aprova o Regulamento para o Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha.*

Decreto n. 36.450 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

**QUADROS DE OFICIAIS ESPECIALISTAS**

*Acrescenta Quadros de Oficiais Especialistas à alínea a do art. 1.º do Decreto n.º 31.401, de 8 de setembro de 1952.*

Decreto n. 36.267 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

**QUADRO DE OFICIAIS-MÉDICOS DO EXÉRCITO**

*Reestrutura o Quadro de Oficiais-Médicos do Exército, e dá outras providências.*

Lei n. 2.327 — de 22 de outubro de 1954.

Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1954.

**QUADRO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS**

*Altera o Quadro Especial do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, criado pelo Decreto n.º 26.510, de 25 de março de 1949.*

Decreto n. 36.323 — de 11 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.

## QUARTZO

*Autoriza o cidadão brasileiro Gustavo Leon Zalecki a pesquisar caulim e quartzo no município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.278 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Nelson Silva Santos Negreiros a pesquisar quartzo e associados no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.453 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1954.

*— Anula o Decreto n.º 31.765, de 12 de novembro de 1952.*

Decreto n. 36.458 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro José Borges de Oliveira a pesquisar quartzo e associados no município de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 36.587 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Torres Lima a pesquisar quartzo no município de Cristalina, Estado de Goiás.*

Decreto n. 36.609 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Boanerges Ferreira Guimarães a pesquisar quartzo e associados no município de Conceição de Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.697 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

## R

### RÁDIO CAPIXABA LIMITADA

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 36.017, de 11 de agosto de 1954.*

Decreto n. 36.569 — de 7 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1954.

### RÁDIO DIFUSORA PARAISENSE SOCIEDADE ANÔNIMA

*Outorga concessão à Rádio Difusora Paraisense S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 36.572 — de 7 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1954.

### RADIO MINAS S. A.

*Outorga concessão à Rádio Minas S. A. para estabelecer na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 36.573 — de 7 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1954.

### RÁDIO-OPERADOR DE VÔO

*Inclui na reserva de 3.ª Categoria da Força Aérea Brasileira, nos termos do art. 1.º da Lei n.º 438, de 18 de outubro de 1948, os portadores de licenças de piloto, de navegador, de mecânico de vôo, de rádio-operador de vôo e de mecânico de manutenção, concedidas pela Diretoria de Aeronáutica Civil.*

Lei n. 2.336 — de 19 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de novembro de 1954.

### RADIOCOMUNICAÇÃO

*Revoga o Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951.*

Decreto n. 36.287 — de 2 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1954.



**RADIODIFUSÃO**

*Revoga o Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951.*

Decreto n. 36.287 — de 2 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1954.

**RAUL HIRT SERA**

Decreto-legislativo n.º 60, de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1954.

**REAJUSTAMENTO**

*Reorganiza as Secretarias do Ministério Público Federal cria o respectivo quadro de pessoal, reajusta seus servidores, cargos e vencimentos, e dá outras providências.*

Lei n. 2.369 — de 9 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1954.

**RÊDE DE VIAÇÃO CEARENSE**

*Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, empréstimos que serão aplicados em obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.559 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

**RÊDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE**

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Rêde Ferroviária do Nordeste, área de terreno situada em Utinga, município de Rio Largo, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 36.464 — de 11 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1954.

**RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO**

*Aprova o Regulamento da Rêde Mineira de Viação.*

Decreto n. 36.385 — de 25 de outubro de 1954.

**RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO**

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1954.

*— Aprova o Quadro do Pessoal da Rêde Mineira de Viação e dá outras providências.*

Decreto n. 36.386 — de 25 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 6 de novembro de 1954.

**REGIMENTO DE CAVALARIA (3.º)**

*Dá a denominação de "Dragões do Rio Grande" ao atual 3.º Regimento de Cavalaria e cria o respectivo estandarte.*

Decreto n. 36.514 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

**REGIMENTO DE OBUSES - 105 (1.º)**

*Cria o Estandarte-Distintivo do 1.º Regimento de Obuses-105 (Regimento Floriano).*

Decreto n. 36.513 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

**REGIMENTOS**

*Altera dispositivo do Regimento do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.451 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

*— Aprova o Regimento do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.492 — de 23 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de novembro de 1954.

## REGIMENTOS

— *Aprova o Regimento do Museu Histórico Nacional, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 36.518 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

— *Aprova o Regimento do Entrepósito de Pesca do Rio de Janeiro, da Divisão de Caça e Pesca, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.648 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

## REGISTRO PÚBLICO

*Dispõe sobre a inscrição no Registro Público da emancipação por outorga do pai ou da mãe.*

Lei n. 2.375 — de 21 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

## REGULAMENTAÇÃO DO TRÁFEGO AUTOMOTOR INTERAMERICANO

*Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, pelo Equador, da Convenção sobre a Regulamentação do Tráfego Automotor Interamericano, firmada em Washington, a 15 de dezembro de 1943.*

Decreto n. 36.330 — de 15 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1954.

## REGULAMENTOS

*Dispõe sobre a concessão da medalha naval "Serviços de Guerra" a oficiais e tripulantes da Marinha Mercante Nacional que, no período de 15 de fevereiro a 22 de agosto de 1942, tenham sofrido ato de agressão no mar.*

Lei n. 2.344 — de 25 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

## REGULAMENTOS

— *Revoga o Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951.*

Decreto n. 36.287 — de 2 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1954.

— *Dispõe sobre a circulação aérea e dá outras providências.*

Decreto n. 36.297 — de 7 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1954.

— *Aprova o Regulamento para a Inspetoria-Geral da Marinha.*

Decreto n. 36.324 — de 11 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1954.

Reproduzido no D. O. de 14 e 16 de outubro de 1954.

— *Aprova o Regulamento para a Diretoria de Aeronáutica da Marinha.*

Decreto n. 36.327 — de 15 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1954.

Retificado no D. O. de 21 de outubro de 1954.

— *Aprova o Regulamento para as Escolas de Aprendizizes Marinheiros.*

Decreto n. 36.354 — de 20 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1954.

Retificado no D. O. de 26 de outubro de 1954.

— *Altera a letra b, do art. 4.º do Regulamento da Escola de Aeronáutica, aprovado pelo Decreto n.º 30.698, de 1.º de abril de 1952.*

Decreto n. 36.355 — de 20 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1954.

## REGULAMENTOS

— Altera os arts. 3.º e 4.º, do Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, aprovado pelo Decreto n.º 30.976, de 10 de junho de 1952.

Decreto n. 36.356 — de 20 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1954.

— Aprova o Regulamento para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Decreto n. 36.358 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de outubro de 1954.

— Inclui os solventes, a parafina, o asfalto e as graxas derivadas de petróleo, no regime estatuído pelo Decreto n.º 4.071, de 12 de maio de 1939.

Decreto n. 36.383 — de 23 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1954.

— Aprova o Regulamento da Rede Mineira de Viação.

Decreto n. 36.385 — de 25 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1954.

— Altera a redação dos arts. 4.º e 23 do Decreto n.º 30.163, de 13 de novembro de 1951.

Decreto n. 36.448 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

— Revoga o Decreto n.º 35.059, de 12 de fevereiro de 1954, e dá novas redações aos arts. 110 e 123 do R-114, Regulamento para as Escolas Preparatórias, baixado com o Decreto número 18.732, de 28 de maio de 1945.

Decreto n. 36.449 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

## REGULAMENTOS

— Aprova o "Regulamento para o Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha.

Decreto n. 36.450 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

— Altera o Regulamento da Escola de Aeronáutica.

Decreto n. 36.459 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

— Dá nova redação ao art. 6.º do Regulamento baixado com o Decreto n.º 30.976, de 10 de junho de 1952.

Decreto n. 36.460 — de 10 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1954.

— Aprova o Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube de Aeronáutica.

Decreto n. 36.477 — de 13 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1954.

— Aprova o Regimento dos Cursos do Departamento Nacional de Saúde.

Decreto n. 36.503 — de 26 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 19 de dezembro de 1954.

— Altera dispositivos do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército, aprovados pelos Decretos ns. 30.163, de 13 de novembro de 1951 e 34.999, de 2 de fevereiro de 1954, e torna insubsistente o de n.º 35.389, de 17 de abril de 1954.

Decreto n. 36.515 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1954.

## REGULAMENTOS

— Altera a redação do art. 9.º e parágrafo único do art. 60, do Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.

Decreto n. 36.520 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de dezembro de 1954.

— Aprova o Regulamento da Contadoria Geral de Transportes.

Decreto n. 36.522 — de 2 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 10 de dezembro de 1954.

— Aprova o Regulamento de Estatística da Aeronáutica.

Decreto n. 36.523 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— Aprova Regulamento para controle da arrecadação e do recolhimento do imposto único sobre energia elétrica.

Decreto n. 36.578 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

— Dá nova redação às letras l e m do art. 49, do Regulamento para o Serviço de Material Bélico do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 22.874, de 7 de abril de 1947.

Decreto n. 36.619 — de 18 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1954.

— Revigora os arts. 69 e 71 do Regulamento n.º 25, baixado com o Decreto n.º 11.451, de 1.º de fevereiro de 1943.

Decreto n. 36.620 — de 18 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1954.

## REGULAMENTOS

— Acrescenta um § 4.º ao art. 54 do Regulamento do Colégio Militar, modificado pelos Decretos ns. 20.679, de 28 de fevereiro de 1946, e 22.418, de 9 de janeiro de 1947.

Decreto n. 36.626 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

— Modifica o art. 9.º do Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 3.273, de 16 de novembro de 1938, alterado pelo dito n.º 31.230, de 31 de julho de 1952.

Decreto n. 36.650 — de 23 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

— Aprova o Regulamento para a Escola Naval.

Decreto n. 36.625 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1954.

— Dá nova redação ao n.º 23, do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas.

Decreto n. 36.663 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

## REGULAMENTOS (R.I.S.G.)

— Dá nova redação ao art. 52 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 6.031, de 26 de julho de 1940.

Decreto n. 36.357 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de outubro de 1954.

## REPARTIÇÃO INTERNACIONAL PARA PUBLICAÇÃO DAS TARI- FAS ADUANEIRAS

*Promulga o Protocolo Modificativo da Convenção assinada em Bruxelas, a 5 de julho de 1890, relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a Publicação das Tarifas Aduaneiras do Regulamento de Execução da Convenção que institui uma Repartição Internacional para Publicação das Tarifas Aduaneiras e da Ata de Assinatura, firmado em Bruxelas, a 16 de dezembro de 1949.*

Decreto n. 36.557 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

## REPRESENTAÇÕES

*Aprova as Tabelas de Gratificação de Representação a que se refere o Decreto-lei n.º 9.202, de 26 de abril de 1946.*

Decreto n. 36.711 — de 31 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

## RESERVA DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Ver: *Aeronáutica.*

## REVERSÃO

*Modifica o art. 2.º da Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950.*

Lei n. 2.332 — de 8 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 16 de novembro de 1954.

## REVISÃO E RENOVAÇÃO DO ACÓRDO INTERNACIONAL DO TRIGO

*Promulga o Acôrdio para revisão e renovação do Acôrdio Internacional do Trigo concluído em Washington, em 13 de abril de 1953.*

Decreto n. 36.618 — de 17 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1954.

## RODOVIAS

*Denomina Rodovia General José Artigas a parte da nova Rodovia internacional que liga o Brasil com o Uruguai.*

Lei n. 2.333 — de 8 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1954.

## RUTILO

*Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavar ilmenita, zirconita, monazita, rutilo e associados, no município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 36.283 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

## S

### S. BARRETO & FILHOS

*Autoriza a empresa de mineração S. Barreto & Filhos a pesquisar amianto e associados no município de Batalha, Estado de Alagoas.*

Decreto n. 36.611 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

### SALÁRIO MÍNIMO

*Dispõe sobre a aplicação do salário mínimo aos casos que especifica.*

Decreto n. 36.224 — de 24 de setembro de 1954.

Retificado no D. O. de 6 de outubro de 1954.

### SAMUEL HAHNEMANN (2.º CEN- TENÁRIO)

*Dispõe sobre condecorações comemorativas do 2.º centenário de Samuel Hahnemann e dá outras providências.*

Decreto n. 36.305 — de 7 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1954.

**SÃO JOÃO DEL REI INDÚSTRIA DE MINÉRIOS LTDA.**

*Autoriza a empresa de mineração São João Del Rei Indústria de Minérios Ltda. a pesquisar areia quartzosa e associados, no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.701 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

*Autoriza a empresa de mineração São João Del Rei Indústria de Minérios Ltda. a pesquisar areia quartzosa e associados, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.703 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

**SCHEELITA**

*Renova o Decreto n.º 30.886, de 21 de maio de 1952.*

Decreto n. 36.301 — de 7 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1954.

*Autoriza o cidadão brasileiro Sinval Duarte Pereira a pesquisar scheelita e associados, no município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.310 — de 3 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.

*Autoriza o cidadão brasileiro Sinval Duarte Pereira a pesquisar scheelita e associados no município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.311 — de 8 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1954.

**SCHEELITA**

*Autoriza à Mineração Sertaneja Sociedade Anônima a lavar scheelita no município de Santa Luzia, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 36.432 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

*Autoriza o cidadão brasileiro João Ursulino de Maria a lavar scheelita no município de São João de Sabugi, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.617 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

*Autoriza o cidadão brasileiro Edson Cordeiro de Barros Trevas a pesquisar scheelita e associados, no município de São João do Curiri, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 36.644 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

**SCHNEIDER & CIA.**

*Concede a "Schneider & Cie.", sociedade em comandita por ações, autorização para funcionar na República.*

Decreto n. 36.500 — de 26 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1954.

**"SEGURANÇA INDUSTRIAL" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital, da "Segurança Industrial" Companhia Nacional de Seguros.*

Decreto n. 36.561 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1954.

**SEGUROS**

Ver: o nome da Companhia.

**SERAFIM FERREIRA & CIA. LTDA.**

Decreto-legislativo n.º 66, de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1954.

**SERRANA SOCIEDADE ANÔNIMA DE MINERAÇÃO**

*Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 13.974, de 10 de novembro de 1943.*

Decreto n. 36.417 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

**SERVENTE**

*Suprime cargos extintos.*

(M.V.O.P. — Q.V. — P.S.).

Decreto n. 36.445 — de 8 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

**SERVIÇO DE CONTROLE E RECEBIMENTO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E MATÉRIAS PRIMAS (S.C.R.P.)**

*Extingue a Comissão constituída pelo Decreto n.º 35.508, de 17 de maio de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.713 — de 31 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

**SERVIÇO DE MATERIAL BÉLICO DO EXÉRCITO**

*Dá nova redação às letras l e m do art. 49 do Regulamento para o Serviço de Material Bélico do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 22.874, de 7 de abril de 1947.*

Decreto n. 36.619 — de 18 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1954.

**SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 5.672.790,00, para ocorrer ao pagamento do repouso semanal remunerado aos servidores do Serviço de Navegação da Bacia do Prata.*

Lei n. 2.351 — de 26 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 37.348.177,00, para regularização da despesa decorrente do pagamento do aumento de salários dos servidores dos Serviços de Navegação da Amazônia e a Administração do Porto do Pará e do Serviço de Navegação da Bacia do Prata.*

Lei n. 2.352 — de 26 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

**SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Bom Jesus do Galho, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.269 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Abaeté, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.270 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

**SERVIÇO FLORESTAL**

*Aprova o Regimento do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 36.492 — de 23 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 25 de novembro de 1954.

**SERVIÇO NACIONAL DE FEBRE AMARELA**

*Altera a Série Funcional de Motorista da Tabela Especial de Extranumerários Mensalistas do Serviço Nacional de Febre Amarela.*

Decreto n. 36.298 — de 7 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1954.

**SERVIÇOS DAS GRANDES UNIDADES**

*Revigora os arts. 69 e 71 do Regulamento n.º 25, baixado com o Decreto n.º 11.451, de 1.º de fevereiro de 1943.*

Decreto n. 36.620 — de 18 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 21 de dezembro de 1954.

**SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 37.348.177,00, para regularização da despesa decorrente do pagamento do aumento de salários dos servidores dos Serviços de Navegação da Amazônia e a Administração do Porto do Pará e do Serviço de Navegação da Bacia do Prata.*

Lei n. 2.352 — de 26 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

*— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 27.703.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 36.662 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 29 de dezembro de 1954.

**SERVIDOR PÚBLICO**

Ver: *Funcionário Público.*

**"SHELL BRAZIL LIMITED"**

*Concede à sociedade anônima "Shell Brazil Limited" autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 36.664 — de 24 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de dezembro de 1954.

**SINDICATOS**

*Estende a todos os Sindicatos dos ajudantes de despachantes aduaneiros os benefícios do Decreto-lei n.º 9.158, de 9 de abril de 1946.*

Lei n. 2.340 — de 20 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

**SISTEMA FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR**

Ver: *Ensino.*

**SOCIEDADE ANÔNIMA DE CIMENTO, MINERAÇÃO E CABOTAGEM "CIMIMAR"**

*Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a pesquisar calcário conchífero no município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.281 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

**SOCIEDADE ANÔNIMA EMPRESA DE ELETRICIDADE NOS MUNICÍPIOS DE ITAPETININGA E SÃO MIGUEL ARCANJO**

*Autoriza o funcionamento da Usina Termo-elétrica de Itapetininga.*

Decreto n. 36.106 — de 23 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.



**SOCIEDADE ANÔNIMA FAZENDA DA FLORESTA**

*Autoriza a S. A. Fazenda da Floresta a lavar caulim no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.545 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

**SOCIEDADE ANÔNIMA MÁRMORES BRASILEIROS "SAMBRA"**

*Autoriza a Sociedade Anônima Mármorees Brasileiros "Sambra" a pesquisar dolomita, mármore e associados no município de Campos do Jordão, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.544 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

**SOCIEDADE ANÔNIMA MOINHO SANTISTA INDÚSTRIAS GERAIS**

*Autoriza a Sociedade Anônima Moínho Santista Indústrias Gerais a instalar uma usina termelétrica em São Paulo, para uso exclusivo.*

Decreto n. 36.543 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

**SOCIEDADE CARBONÍFERA MONTE NEGRO LTDA.**

*Autoriza a Sociedade Carbonífera Monte Negro Ltda. a pesquisar carvão mineral no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 36.286 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

**SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA**

*Altera a redação do art. 2.º e seu parágrafo único do Decreto n.º 35.956, de 2 de agosto de 1954.*

Decreto n. 36.479 — de 19 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1954.

Retificado no D. O. de 24 de novembro de 1954.

**SOCIEDADE MESBLA S. A.**

Decreto-legislativo n.º 53, de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

**SOCIEDADE MINERADORA PONTA DA SERRA LTDA.**

*Retifica o art. 1.º do Decreto número 31.267, de 13 de agosto de 1952.*

Decreto n. 36.524 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

**SOCIEDADE SÃO PAULO DE MINERAÇÃO LTDA.**

*Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Ltda. a pesquisar bauxita e associados, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.642 — de 22 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

**SOLVENTES**

*Inclui os solventes, a parafina, o asfalto e as graxas derivadas de petróleo, no regime estatuído pelo Decreto n.º 4.071, de 12 de maio de 1939.*

Decreto n. 36.383 — de 23 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1954.

**SUB-DIRETOR**

*Suprime cargos extintos.*

(M.V.O.P. — Q.V. — P.S.).

Decreto n. 36.445 — de 8 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1954.

**SUBVENÇÕES**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, destinado a subvencionar o VI Congresso Brasileiro de Veterinária.*

Lei n. 2.329 — de 1 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1954.

# SUBVENÇÕES

— *Abre pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para concessão de auxílio ao Congresso Mundial da Imprensa.*

Lei n. 2.330 — de 8 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1954.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 400.000,00, como auxílio ao Município de Crato, Estado do Ceará, para construção, no centenário da cidade, do monumento comemorativo de suas tradições cívicas.*

Lei n. 2.353 — de 26 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1954.

— *Concede auxílios às Prefeituras de Santo André, Jau, Teófilo Otoni e Leopoldina, e dá outras providências.*

Lei n. 2.359 — de 4 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1954.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 5.000.000,00, para atender as despesas com pagamento de subvenção.*

Decreto n. 36.504 — de 26 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1954.

— *Concede auxílio a entidades desportivas.*

Decreto n. 36.517 — de 1. de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1954.

Retificado no D. O. de 15 de dezembro de 1954.

# SUCENA TEIXEIRA IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA S. A.

*Concede à Sucena Teixeira Imobiliária e Construtora S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 36.590 — de 8 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1954.

# SUL AMÉRICA TERRESTRES, MARÍTIMOS E ACIDENTES, COMPANHIA DE SEGUROS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes, Companhia de Seguros.*

Decreto n. 36.499 — de 26 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

# SULBA - SOCIEDADE COMERCIAL DE MINÉRIOS LTDA.

*Renova o Decreto n.º 31.523, de 2 de outubro de 1952.*

Decreto n. 36.413 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1954.

— *Autoriza a empresa de mineração Sulba, Sociedade Comercial de Minérios Ltda., a pesquisar monazita e associados nos municípios de Ipanaguçu e São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 36.431 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de novembro de 1954.

# SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

Decreto-legislativo n.º 42, de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de outubro de 1954.

## **SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRÊSAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL**

— *Cria funções de extranumerário-mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n. 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 36.693 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

## **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Abertura de crédito:

Ver: *Crédito Suplementar.*

## **SUPRESSÃO DE CARGOS**

Ver: *a denominação do cargo suprimido.*

## **T**

### **TABELAS**

Ver: *o nome do Ministério a que pertencem.*

### **TALCO**

*Renova o Decreto n.º 31.023, de 20 de junho de 1952.*

Decreto n. 36.302 — de 7 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1954.

### **TAQUIGRAFO**

*Altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho, e dá outras providências.*

Lei n. 2.336-A — de 19 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1954.

Retificada no D. O. de 25 de novembro de 1954.

## **TARIFAS ADUANEIRAS**

*Promulga o Protocolo Modificativo da Convenção assinada em Bruxelas, a 5 de julho de 1890, relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a Publicação das Tarifas Aduaneiras do Regulamento de Execução da Convenção que institui uma Repartição Internacional para Publicação das Tarifas Aduaneiras e da Ata de Assinatura, firmado em Bruxelas a 16 de dezembro de 1949.*

Decreto n. 36.557 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

## **TAXA DE IMIGRAÇÃO**

*Aprova o Orçamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências.*

Decreto n. 36.715 — de 31 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

## **TERRENOS DE MARINHA**

*Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na capital da República.*

Decreto n. 35.136 — de 1 de março de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em regularização de aforamento, o domínio útil do terreno acrescido de marinha, que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.572 — de 27 de maio de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.235 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1954.

## TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha, que menciona situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.236 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.237 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em aforamento, a fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.238 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1954.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha, que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.239 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.240 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha, que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.241 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1954.

## TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.242 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.243 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1954.

Retificado no D. O. de 1 de novembro de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.244 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem os direitos de ocupação relativos ao terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.245 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.246 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em revigoração de aforamento, o domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.247 — de 27 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1954.

## TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, fração ideal do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.263 — de 29 de setembro de 1954.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.272 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem os direitos de ocupação relativas do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.273 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1954.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o direito à revigoração do aforamento do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.274 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito à regularização do aforamento do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.275 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em regularização de aforamento, o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.371 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

## TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem os direitos de ocupação relativos à fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.372 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de novembro de 1954.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência, o aforamento da fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.373 — de 21 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1954.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência, o aforamento do terreno acrescido de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.404 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1954.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência, o aforamento da fração ideal do terreno acrescido de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.405 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1954.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência, a fração ideal do terreno acrescido de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.406 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1954.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência, o aforamento da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.408 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1954.

## TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, mediante transferência, o direito à revigoração do aforamento relativo ao terreno de acréscido de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 35.471 — de 12 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência, o aforamento da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.472 — de 12 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência, o aforamento da fração ideal do terreno de marinha acrescido que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.473 — de 12 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1954.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o terreno de marinha que menciona, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.508 — de 30 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1954.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno acrescido de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.560 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno acrescido de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 36.566 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de janeiro de 1955.

## TESOUREIRO AUXILIAR

*Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 36.388 — de 27 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 27 de outubro de 1954.

— *Suprime cargo extinto.*

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 36.510 — de 30 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 2 de dezembro de 1954.

## "THE MOTOR UNION INSURANCE COMPANY LIMITED"

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "The Motor Union Insurance Company Limited".*

Decreto n. 36.486 — de 20 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1954.

## THE SÃO PAULO LIGHT & POWER CO. LTD.

*Autoriza a São Paulo Light & Power Co. Ltd. a construir uma linha de transmissão em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 36.318 — de 8 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1954.

## TRABALHO

*Torna público que os Governos do Uruguai, do Panamá e do Japão depositaram os respectivos Instrumentos de ratificação da Convenção relativa a revisão dos artigos finais (Convenção n.º 80), adotada a 9 de outubro de 1946, pela Conferência Internacional do Trabalho.*

Decreto n. 36.398 — de 29 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

**TRABALHO MARÍTIMO**

*Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte do Uruguai, da Convenção relativa a idade mínima para a admissão de crianças no trabalho marítimo (Convenção n.º 58), adotada a 24 de outubro de 1936, pela Conferência Internacional do Trabalho, durante a sua 22.ª Sessão.*

Decreto n. 36.399 — de 29 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.

**TRABALHO NOTURNO DE CRIANÇAS NA INDÚSTRIA**

*Torna público que o Ceilão denunciou a Convenção relativa ao trabalho noturno de crianças na indústria (Convenção n.º 6), adotada em 28 de novembro de 1919, pela Conferência Internacional do Trabalho, durante sua 1.ª Sessão.*

Decreto n. 36.393 — de 29 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1954.

**TRÁFEGO AÉREO**

*Dispõe sobre a circulação aérea e dá outras providências.*

Decreto n. 36.297 — de 7 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1954.

**TRANSPORTES AÉREOS**

*Promulga o Acôrdio sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e Portugal, firmado em Lisboa, a 16 de dezembro de 1946.*

Decreto n. 35.902 — de 26 de julho de 1954.

Retificado no D. O. de 26 de outubro de 1954.

**TRATADOS**

Decreto-legislativo n.º 59, de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1954.

**TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS**

**Abertura de crédito:**

Ver: *Crédito Suplementar.*

**TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS**

*Altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Rio Grande do Norte.*

Lei n.º 2.358 — de 2 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

*Altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.*

Lei n. 2.336-A — de 19 de novembro de 1954.

Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1954.

Retificada no D. O. de 23 de novembro de 1954.

**Abertura de crédito:**

Ver: *Crédito Especial.*

**TRIGO**

*Promulga o Acôrdio para revisão e renovação do Acôrdio Internacional do Trigo concluído em Washington, em 13 de abril de 1953.*

Decreto n. 36.618 — de 17 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 28 de dezembro de 1954.

**TURMALINAS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Telesforo Matos a pesquisar turmalina e associados no município de Arassuaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.360 — de 18 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1954.

## U

### UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO

*Declara de utilidade pública a União Brasileira de Educação e Ensino, com sede em Mendes, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 36.506 — de 30 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1954.

### UNIÃO INTERNACIONAL DAS TARIFAS ADUANEIRAS

*Promulga o Protocolo Modificativo da Convenção assinada em Bruxelas, a 5 de julho de 1890, relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a Publicação das Tarifas Aduaneiras do Regulamento de Execução da Convenção que institui uma Repartição Internacional para Publicação das Tarifas Aduaneiras e da Ata de Assinatura, firmado em Bruxelas, a 16 de dezembro de 1949.*

Decreto n. 36.557 — de 3 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 7 de dezembro de 1954.

### UNIFORMES DO PESSOAL DO EXERCITO

*Altera dispositivos do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército, aprovados pelos Decretos números 30.163, de 13 de novembro de 1951 e 34.999, de 2 de fevereiro de 1954, e torna insubsistente o de número 35.389, de 17 de abril de 1954.*

Decreto n. 36.515 — de 1 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1954.

## UNIVERSIDADES

*Cria a Universidade do Ceará, com sede em Fortaleza, e dá outras providências.*

Lei n. 2.373 — de 16 de dezembro de 1954.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

## UNIVERSIDADES

*— Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica de Extranumerários Mensalistas da Universidade do Paraná e dá outras providências.*

Decreto n. 36.688 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1955.

### USINA TERMO-ELÉTRICA DE ITAPETININGA

*Autoriza o funcionamento da Usina Termo-elétrica de Itapetininga.*

Decreto n. 36.106 — de 23 de agosto de 1954.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1954.

## V

### VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

*Altera o orçamento e programa de emergência da Valorização Econômica da Amazônia.*

Decreto n. 36.687 — de 29 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1954.

### VIAÇÃO FÉRREA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 240.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 36.653 — de 23 de dezembro de 1954.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1954.

### VIAÇÃO FÉRREA LESTE BRASILEIRO

Decreto-legislativo n.º 50, de 1954.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1954.



**VICE-CONSULADOS**

*Suprime o Vice-Consulado Honorário em Puerto México.*

Decreto n. 36.332 — de 15 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1954.

**Z****ZAKI SHIRATO & CIA.**

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 104.172,30, para pagamento de indenização devida a Zaki Shirato & Companhia e Merhy & Jacomel.*

Decreto n. 36.411 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1954.

**ZIRCONITA**

*Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A., a lavrar ilménita, zirconita, monazita, rutilo e associados, no município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 36.283 — de 1 de outubro de 1954.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1954.

— *Renova o Decreto n.º 31.523, de 2 de outubro de 1952.*

Decreto n. 36.413 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1954.

**ZIRCONITA**

— *Renova o Decreto n.º 34.520, de 2 de outubro de 1952.*

Decreto n. 36.414 — de 4 de novembro de 1954.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1954.